UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

Clayton Ferreira Dal Pozzo

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS PAULISTAS

Os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente



Presidente Prudente
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS PAULISTAS

Os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente

Clayton Ferreira Dal Pozzo

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de concentração: Produção do espaço geográfico

Projeto de Pesquisa de Vinculação
Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas:
Cidades médias e consumo

Orientação
Prof.ª Dr.ª Maria Encarnação Beltrão Sposito

Agências de Fomento
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, para obtenção do título de Doutor em Geografia

Presidente Prudente
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Dal Pozzo, Clayton Ferreira.
D157f Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas : os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente / Clayton Ferreira Dal Pozzo. - Presidente Prudente: [s.n.], 2015
400 f. : il.

Orientadora: Maria Encarnação Beltrão Sposito
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Produção do espaço. 2. Segregação socioespacial. 3. Fragmentação socioespacial. 4. Ribeirão Preto (SP). 5. Presidente Prudente (SP). I. Sposito, Maria Encarnação Beltrão. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. MARIA ENCARNAÇÃO B. SPOSITO
ORIENTADORA

Profa. Dra. **EDA MARIA GOES**
(FCT/UNESP)

Prof. Dr. **NÉCIO TURRA NETO**
(FCT/UNESP)

Prof. Dr. **IGOR DE FRANÇA CATALÃO**
(UFFS)

Prof. Dr. **OSCAR A. SOBARZO MIÑO**
(UFS)

CLAYTON FERREIRA DAL POZZO

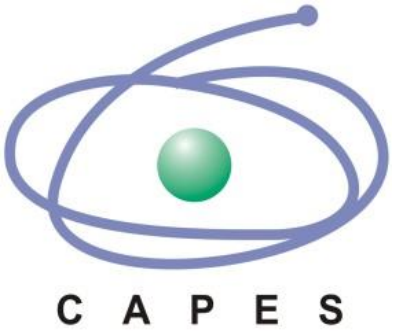
Presidente Prudente (SP), 31 de julho de 2015.

RESULTADO: Aprovado

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Seção Técnica de Pós-Graduação
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 3229-5417 fax 18 3223-4519 posgrad@fct.unesp.br

Apoio:


FAPESP
Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de São Paulo


C A P E S

Para o meu pequeno Nicolas...

... e meus irmãos:

Michelle Ferreira Dal Pozzo e Alécio Dal Pozzo Filho

Pelo apoio e presença nos momentos mais difíceis.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os moradores de Ribeirão Preto e Presidente Prudente que nos concederam não apenas a oportunidade de realizar entrevistas segundo um roteiro previamente estabelecido, mas também, a possibilidade de compartilhar distintas experiências, preferências e trajetórias de vida do habitar e consumir a cidade.

Agradeço à Elizandra Rissioli, por toda a ajuda no estabelecimento de contatos iniciais e no processo de transcrição de entrevistas de Presidente Prudente.

Também agradeço aos meus irmãos por todo apoio, em especial, a Cléia pelos contatos iniciais, a Michelle pela ajuda fundamental na transcrição das entrevistas e no estabelecimento de novos contatos, e o Alécio Filho, parceiro das diversas caminhadas por Ribeirão Preto.

À Roseli Lima, por toda a ajuda em estabelecer novos contatos em Presidente Prudente.

Aos Professores Nécio e Eda e Oscar, pelas valiosas arguições durante a nossa formação acadêmica.

À Professora Carminha, pela orientação e parceria estabelecida desde a Iniciação Científica e, sobretudo, pelo apoio e paciência nos momentos de maior dificuldade para a realização de trabalhos de campo em Ribeirão Preto.

Aos Professores Norberto (nosso supervisor), Lúcio Cunha, Rui Jacinto e Messias Modesto dos Passos, por propiciarem a realização de diversos trabalhos de campo em Portugal, pelos seminários organizados junto à Universidade de Coimbra e com os demais pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos Ibéricos, e pelas caminhadas realizadas na cidade de Coimbra. Estas e demais atividades desenvolvidas durante nosso Estágio de Doutorado favoreceu, em grande medida, um maior contato com a Geografia de Portugal e com a Geografia Urbana de Coimbra.

A toda equipe e colegas vinculados (ou que já estiveram vinculados) ao GAsPERR, pelas solicitações, conversas, formação de grupos de estudos, e relacionado às suas produções científicas sobre cidades médias brasileiras e, em especial, de Presidente Prudente. Suas análises e reflexões foram fundamentais para contextualizar o desenvolvimento desta tese.

Aos Professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelas disciplinas ofertadas e pelas orientações no processo de produção de pequenos artigos, a

partir dos quais, foram fundamentais para ampliar nossos referenciais para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa.

Por fim, também agradecemos às agências de fomento CAPES (propiciando o desenvolvimento de nosso Estágio de Doutorado junto à Universidade de Coimbra) e FAPESP, pelo apoio à realização da pesquisa.

O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade;
É a esfera na qual distintas trajetórias coexistem;
É a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz.
Sem espaço não há multiplicidade;
Sem multiplicidade não há espaço.
Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações,
então isto deve implicar na existência da pluralidade.

Doreen Massey (2004)

SUMÁRIO

ÍNDICE 11

Índice de Quadros 14

Índice de Tabelas 15

Índice de Mapas 16

Índice de Gráficos 20

Índice de Imagens 21

Índice de Fotografias 22

Índice de Caixas 25

Resumo 26

Abstract 27

INTRODUÇÃO 28

CAPÍTULO 1. O processo de produção e consumo do espaço urbano contemporâneo: Da diferenciação à fragmentação socioespacial em cidades médias 34

CAPÍTULO 2. Produção do espaço urbano de Ribeirão Preto e Presidente Prudente: Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial 86

CAPÍTULO 3. Habitus territoriais, práticas espaciais e a cidade: Tendências de fragmentação socioespacial 163

CONSIDERAÇÕES FINAIS 323

APÊNDICES 328

REFERÊNCIAS 368

ANEXOS 389

ÍNDICE

Resumo 26

Abstract 27

INTRODUÇÃO 28

CAPÍTULO 1. O processo de produção e consumo do espaço urbano contemporâneo: Da diferenciação à fragmentação socioespacial em cidades médias 34

1.1. Diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial: Aspectos teórico-conceituais articulados ao processo de produção de cidades médias e metropolitanas 35

1.2. Práticas espaciais e segmentação do consumo do espaço urbano: Expressões iniciais da fragmentação socioespacial e constituição de territórios urbanos 59

1.3. Reestruturação das cidades e fragmentação socioespacial: Perspectivas de iniquidades socioespaciais associadas à nova complexidade da segregação socioespacial 73

1.4. Articulação entre *habitus* territorial e práticas espaciais para a expressão de distintos territórios urbanos 77

CAPÍTULO 2. Produção do espaço urbano de Ribeirão Preto e Presidente Prudente: Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial 86

2.1. O contexto de produção de duas cidades médias no Estado de São Paulo 87

2.2. O contexto da expansão de novos núcleos urbanos originais do Estado de São Paulo a partir do final do Século XVIII 101

2.2.1. Ribeirão Preto: Implantação e primeiros períodos de expansão do núcleo urbano original 105

2.2.2. Presidente Prudente: Implantação e primeiros períodos de expansão do núcleo urbano original 118

2.3. A diversificação do conteúdo do anel periférico das cidades médias 126

2.3.1. Ribeirão Preto: O contexto de produção dos espaços segregados e autossegreagados 126

2.3.2. Presidente Prudente: O contexto de produção dos espaços segregados e autossegreagados 139

2.3.3. Aspectos recentes envolvendo a diversificação dos conteúdos do anel periférico 151

CAPÍTULO 3. Habitus territoriais, práticas espaciais e a cidade: Tendências de fragmentação socioespacial 163

3.1. Apresentação do quadro de entrevistas 164

3.2. Perspectivas motivacionais: As práticas espaciais do consumo segmentado 174

3.2.1. Edificação e valorização imobiliária em espaços autossegregados e espaços segregados 174

3.2.2. Estratégias e tensões envolvendo a busca por segurança no espaço residencial 177

3.2.3. Mecanismos de controle socioespacial e algumas mudanças nas práticas espaciais 189

3.2.4. Distintos níveis de mobilidade e integração espacial no contexto de estratégias de localização do habitat urbano 199

3.2.5. A expressão de alguns mecanismos de controle socioespacial em distintos habitat urbanos 215

3.2.6. Lazer e compra de bens e de serviços pela Internet e a relação com um maior tempo de permanência no interior das habitações 222

3.3. Perspectivas territoriais da fragmentação socioespacial: As práticas espaciais do consumo segmentado 230

3.3.1. As práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados 230

3.3.1.1. Setor sul de Ribeirão Preto 230

3.3.1.2. Setores sul e noroeste de Presidente Prudente 242

3.3.2. As práticas espaciais dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo 248

3.3.2.1. Setor sul de Ribeirão Preto 248

3.3.2.2. Próximos ao Centro principal de Ribeirão Preto 270

3.3.2.3. Setor sul e porção oeste ao Centro principal de Presidente Prudente 257

3.3.3. As práticas espaciais dos moradores de espaços segregados 264

3.3.3.1. Setor norte de Ribeirão Preto 264

3.3.3.2. Setor noroeste de Ribeirão Preto ____ 270

3.3.3.3. Setor sudoeste de Ribeirão Preto ____ 276

3.3.3.4. Setor norte de Presidente Prudente ____ 281

3.3.3.5. Setor leste de Presidente Prudente ____ 287

3.3.4. As práticas espaciais dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo ____ 290

3.3.4.1. Setor norte de Ribeirão Preto ____ 290

3.3.4.2. Setor noroeste de Ribeirão Preto ____ 293

3.3.4.3. Setor sudoeste de Ribeirão Preto ____ 298

3.3.4.4. Setor leste de Ribeirão Preto ____ 301

3.3.4.5. Setor norte de Presidente Prudente ____ 304

3.3.4.6. Setor leste de Presidente Prudente ____ 307

3.4. Aspectos gerais e especificidades do processo de fragmentação socioespacial em Ribeirão Preto e Presidente Prudente ____ 310

CONSIDERAÇÕES FINAIS ____ 323

APÊNDICES ____ 328

I – Entrevistas em Presidente Prudente e Ribeirão Preto: instrumento, procedimentos, critérios e observações gerais ____ 329

II – O Mapa de inclusão e exclusão social como auxílio à caracterização das áreas urbanas em que predominam processos de autossegregação e segregação imposta 343

REFERÊNCIAS ____ 368

ANEXOS ____ 389

Anexo 1 – Roteiro de entrevistas ____ 390

Anexo 2 – Presidente Prudente: Questionário extraído da pesquisa realizada em 2008 ____ 395

Anexo 3 – Ribeirão Preto: Localização das principais vias citadas ____ 399

Anexo 4 – Presidente Prudente: Localização das principais vias citadas ____ 400

Índice de Quadros

Quadro 1. Ribeirão Preto: Perfil dos entrevistados _____ 164

Quadro 2. Presidente Prudente: Perfil dos entrevistados _____ 167

Quadro 3. Presidente Prudente: Perfil dos entrevistados _____ 330

Quadro 4. Ribeirão Preto: Perfil dos entrevistados _____ 333

Índice de Tabelas

Tabela 1. População urbana de Ribeirão Preto e Presidente Prudente _____ 89

Tabela 2. Taxa geométrica de crescimento da população urbana de Ribeirão Preto e Presidente Prudente _____ 90

Tabela 3. Aglomeração Urbana de Ribeirão Preto: Evolução Demográfica da População Urbana, 1980 – 2010 _____ 91

Tabela 4. Proposta de Aglomeração urbana de Presidente Prudente: Evolução Demográfica da População Urbana, 1980 – 2010 _____ 97

Tabela 5. Estado de São Paulo: Origem das cidades e inauguração das Estações ferroviárias _____ 103

Tabela 6. Ribeirão Preto: Conjuntos habitacionais implantados pela COHAB-RP, 1977 – 2014 _____ 129

Tabela 7. Ribeirão Preto: Principais favelas, 2012 _____ 133

Tabela 8. Ribeirão Preto: Espaços autossegregados, 1954 – 2013 _____ 135

Tabela 9. Presidente Prudente: Conjuntos habitacionais implantados, 1968 – 2015 __ 140

Tabela 10. Presidente Prudente: Espaços autossegregados, 1975 – 2010 _____ 145

Tabela 11. Presidente Prudente: Urbanização de favelas e lotes urbanizados, 1990 – 1996 _____ 148

Índice de Mapas

Mapa 1. Estado de São Paulo: Localização das cidades médias de Ribeirão Preto e Presidente Prudente _____ 88

Mapa 2. Estado de São Paulo: Delimitação dos municípios e manchas urbanas noturnas das aglomerações e centros urbanos, 2000 _____ 88

Mapa 3. Aglomeração urbana de Ribeirão Preto, 2015 _____ 92

Mapa 4. Estado de São Paulo: Aglomerações urbanas e Centros urbanos, 1997 ____ 93

Mapa 5. Estado de São Paulo: Aglomerações urbanas e centros urbanos, 2011 ____ 93

Mapa 6. Proposta de Aglomeração urbana de Presidente Prudente, 2015 _____ 94

Mapa 7. Estado de São Paulo: Rede urbana - Metrópoles e Capitais Regionais, 2007 98

Mapa 8. Estado de São Paulo: Empregos formais na Indústria, 1991 _____ 99

Mapa 9. Estado de São Paulo: Empregos formais na Indústria, 2010 _____ 99

Mapa 10. Estado de São Paulo: Fluxos econômicos e PIB Municipal, 2002; PIB Industrial, 2000 – 2007 _____ 100

Mapa 11. Estado de São Paulo: Origem das cidades, inauguração das Estações ferroviárias e expansão cafeeira, 1545 – 1959 _____ 104

Mapa 12. Ribeirão Preto: Sede urbana e seções do Núcleo Colonial Antônio Prado, 1887, representados em parcela do atual espaço urbano _____ 109

Mapa 13. Ribeirão Preto: Expansão da área urbana, 1884 – 2015 _____ 116

Mapa 14. Presidente Prudente: Expansão da área urbana, 1920 – 2015 _____ 123

Mapa 15. Ribeirão Preto: Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial, 2015 _____ 131

Mapa 16. Presidente Prudente: Diferenciação e segregação socioespacial, 2015 ___ 141

Mapa 17. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer, 2007 _____ 160

Mapa 18. Ribeirão Preto: Localização aproximada das habitações dos entrevistados, 2015 _____ 166

Mapa 19. Presidente Prudente: Localização aproximada das habitações dos entrevistados, 2015 _____ 168

Mapa 20. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços autossegregados do setor sul, 2015 _____ 240

Mapa 21. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços autossegregados, 2015 _____ 246

Mapa 22. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo do setor sul, 2015 _____ 253

Mapa 23. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo e próximos ao Centro principal, 2015 _____ 256

Mapa 24. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo do setor sul e da porção oeste ao Centro principal, 2015 263

Mapa 25. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços segregados do setor norte, 2015 _____ 269

Mapa 26. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços segregados do setor noroeste, 2015 _____ 274

Mapa 27. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços segregados do setor sudoeste, 2015 _____ 280

Mapa 28. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços segregados do setor norte, 2015 _____ 286

Mapa 29. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços segregados do setor leste, 2015 _____ 289

Mapa 30. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor norte, 2015 _____ 292

Mapa 31. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor noroeste, 2015 _____ 297

Mapa 32. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor sudoeste, 2015 _____ 300

Mapa 33. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor leste, 2015 _____ 303

Mapa 34. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor norte, 2015 _____ 306

Mapa 35. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor leste, 2015 _____ 309

Mapa 36. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer, 2015 _____ 311

Mapa 37. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer, 2015 _____ 312

Mapa 38. Presidente Prudente: Localização aproximada das habitações dos entrevistados, 2015 _____ 332

Mapa 39. Ribeirão Preto: Localização aproximada das habitações dos entrevistados, 2015 _____ 335

Mapa 40. Presidente Prudente: Domicílios sem banheiro, 2000 – 2010 _____ 345

Mapa 41. Ribeirão Preto: Domicílios sem banheiro, 2000 – 2010 _____ 346

Mapa 42. Presidente Prudente: Domicílios com quatro banheiros ou mais, 2000 – 2010 _____ 347

Mapa 43. Ribeirão Preto: Domicílios com quatro banheiros ou mais, 2000 – 2010 ___ 348

Mapa 44. Presidente Prudente: Responsáveis por domicílio com rendimento até dois salários mínimos, 2000 – 2010 _____ 349

Mapa 45. Ribeirão Preto: Responsáveis por domicílio com rendimento até dois salários mínimos, 2000 – 2010 _____ 350

Mapa 46. Presidente Prudente: Responsáveis por domicílio sem rendimento, 2000 – 2010 _____ 351

Mapa 47. Ribeirão Preto: Responsáveis por domicílio sem rendimento, 2000 – 2010 352

Mapa 48. Presidente Prudente: Responsáveis por domicílio com rendimento superior a vinte salários mínimos, 2000 – 2010 _____ 355

Mapa 49. Ribeirão Preto: Responsáveis por domicílio com rendimento superior a vinte salários mínimos, 2000 – 2010 _____ 356

Mapa 50. Presidente Prudente: Analfabetos de dez a quatorze anos, 2000 – 2010 __ 357

Mapa 51. Ribeirão Preto: Analfabetos de dez a quatorze anos, 2000 – 2010 _____ 358

Mapa 52. Presidente Prudente: Níveis de exclusão social, 2000 – 2010 _____ 360

Mapa 53. Ribeirão Preto: Níveis de exclusão social, 2000 – 2010 _____ 361

Mapa 54. Presidente Prudente: Áreas de maior inclusão e exclusão social, 2000 – 2010 _____ 363

Mapa 55. Ribeirão Preto: Áreas de maior inclusão e exclusão social, 2000 – 2010 __ 364

Índice de Gráficos

Gráfico 1. População urbana de Ribeirão Preto e Presidente Prudente _____ 89

Gráfico 2. Taxa geométrica de crescimento da população urbana de Ribeirão Preto e Presidente Prudente _____ 90

Índice de Imagens

Imagem 1 (1884) Ribeirão Preto: Planta oficial do núcleo urbano original _____ 107

Imagem 2. Ribeirão Preto: Alguns dos equipamentos urbanos do Núcleo urbano original e Núcleo Colonial Antônio Prado _____ 111

Imagem 3 (1949) Ribeirão Preto: Mancha urbana e delimitação da área loteada ____ 115

Imagem 4 (1919) Presidente Prudente: Planta oficial do núcleo urbano original denominado “Villa Goulart” _____ 119

Imagem 5 (1923) Presidente Prudente: Planta oficial da cidade no contexto de instalação do Município _____ 121

Imagem 6 (1939) Presidente Prudente: Representação cartográfica da área loteada, elaborada pela Companhia Elétrica Caiuá _____ 122

Imagem 7 (1983) Presidente Prudente: Topografia e limites da área urbana loteada _ 124

Imagem 8 (1960) Ribeirão Preto: Plano de Vias _____ 127

Imagem 9 (2015) Ribeirão Preto: Jardim Progresso e Condomínio Quinta da Boa Vista B _____ 172

Índice de Fotografias

Fotografia 1 (08/2012) Ribeirão Preto: Processo de implantação do Shopping Iguatemi e de edifícios residenciais no megacomplexo imobiliário Vila do Golfe _____ 58

Fotografia 2 (08/2012) Presidente Prudente: Central Park Residence _____ 61

Fotografia 3 (08/2012) Presidente Prudente: Cerca eletrificada e câmera de videovigilância voltada para a entrada de uma das residências do espaço integrado Parque Higienópolis _____ 61

Fotografia 4 (08/2012) Ribeirão Preto: Muro perimetral do Condomínio Ipê Roxo localizado na Vila do Golfe _____ 62

Fotografia 5 (08/2012) Ribeirão Preto: Portaria do Condomínio Nova Aliança Sul ___ 62

Fotografia 6 (08/2012) Ribeirão Preto: Bairro Alto da Boa Vista _____ 62

Fotografia 7 (05/2015) Presidente Prudente: Rodovia Arthur Boigues Filho _____ 95

Fotografia 8 (05/2015) Presidente Prudente: Rodovia Arthur Boigues Filho _____ 95

Fotografia 9 (05/2015) Presidente Prudente: Balneário da Amizade _____ 96

Fotografia 10 (05/2015) Presidente Prudente: À esquerda, muros perimetrais do espaço autossegregado “Residencial Jatobá” em implantação _____ 96

Fotografia 11 (08/2012) Ribeirão Preto: Bairro Alto da Boa Vista _____ 117

Fotografia 12 (08/2012) Ribeirão Preto: Anel Viário Contorno Sul _____ 127

Fotografia 13 (08/2012) Ribeirão Preto: Escritório de negócios da Alphaville Urbanismo _____ 138

Fotografia 14 (08/2012) Ribeirão Preto: Portaria de um dos condomínios Alphaville Ribeirão Preto _____ 139

Fotografia 15 (08/2012) Presidente Prudente: Jardim Marupiara _____ 144

Fotografia 16 (08/2012) Presidente Prudente: Padrão construtivo das habitações do Parque Residencial Damha I _____ 146

Fotografia 17 (08/2012) Presidente Prudente: Damha Center _____ 146

Fotografia 18 (08/2012) Presidente Prudente: Jardim Humberto Salvador _____ 150

Fotografia 19 (08/2012) Presidente Prudente: Parque Alexandrina _____ 150

Fotografia 20 (08/2012) Presidente Prudente: Estabelecimento privado de ensino básico localizado em contiguidade com o Central Park Residence _____ 157

Fotografia 21 (08/2012) Ribeirão Preto: Jardim Aeroporto _____ 170

Fotografia 22 (08/2011) Ribeirão Preto: Favela dos Trilhos _____ 171

Fotografia 23 (07/2015) Ribeirão Preto: Nova Monte Alegre _____ 171

Fotografia 24 (08/2012) Ribeirão Preto: Jardim Progresso _____ 172

Fotografia 25 (08/2012) Ribeirão Preto: Área de favelização contínua ao Jardim Progresso _____ 172

Fotografia 26 (08/2012) Presidente Prudente: Padrão construtivo das habitações do Jardim Morada do Sol _____ 175

Fotografia 27 (08/2012) Ribeirão Preto: Portaria do Condomínio Quinta do Golf ____ 181

Fotografia 28 (08/2013) Ribeirão Preto: Favela Via Norte, contínua ao Conjunto Habitacional Adelino Simioni _____ 186

Fotografia 29 (08/2013) Ribeirão Preto: Favela Via Norte, contínua ao Conjunto Habitacional Adelino Simioni _____ 186

Fotografia 30 (08/2012) Ribeirão Preto: Igreja evangélica implantada na Favela da Via Norte _____ 193

Fotografia 31 (08/2012) Presidente Prudente: Concentração de empregadas domésticas e diaristas no ponto de ônibus do Parque Residencial Damha _____ 197

Fotografia 32 (03/2015) Presidente Prudente: Vista do aterro controlado a partir do Conjunto Habitacional Parque José Rotta _____ 206

Fotografia 33 (03/2015) Presidente Prudente: Vista do aterro controlado a partir do Conjunto Habitacional Parque José Rotta _____ 206

Fotografia 34. Ribeirão Preto: Estabelecimentos comerciais e de serviços distribuídos ao longo da Avenida Dom Pedro I _____ 275

Fotografia 35 (08/2012) Presidente Prudente: Jardim Humberto Salvador _____ 284

Fotografia 36 (08/2012) Ribeirão Preto: Entrada principal do “Liceu Albert Sabin” ___ 314

Fotografia 37 (08/2012) Presidente Prudente: Padrão construtivo das habitações do Parque Higienópolis _____ 340

Fotografia 38 (08/2012) Presidente Prudente: Porta giratória para o controle de entrada e saída de empregados do Parque Residencial Damha I _____ 341

Fotografia 39 (08/2012) Presidente Prudente: Parque Residencial Damha II _____ 341

Fotografia 40 (08/2012) Ribeirão Preto: Exemplo de padrão construtivo de habitação no Jardim Canadá _____ 365

Índice de Caixas

Caixa 1. Mapa teórico-conceitual da tese: A fragmentação socioespacial no contexto da sociedade do consumo no capitalismo avançado _____ 85

Resumo: Entre o início do século XX, até meados da década de 1970, a estruturação das cidades médias e de padrões metropolitanos paulistas baseou-se, preponderantemente, na diferenciação socioespacial do tipo “centro x periferia” e na segregação imposta, que contribuiu para reforçar a tendência de ocupação do anel periférico pelos mais pobres. Com a implantação e ocupação dos espaços autossegregados e áreas centrais no anel periférico dos espaços urbanos, evidenciaram-se as primeiras dinâmicas envolvendo o processo de reestruturação das cidades, como: - expansões territoriais que tenderam a diversificar os conteúdos do anel periférico, porém, acompanhadas de rupturas mais significativas com a continuidade territorial; - novas práticas espaciais reveladoras da segmentação do consumo do espaço urbano; - alterações qualitativas no contexto das relações socioespaciais entre os citadinos. Tais dinâmicas explicitam características da fragmentação socioespacial que não são mais exclusivas às cidades de padrões metropolitanos, pois, também passaram a se processar em cidades médias paulistas. Algumas dessas características remetem ao fato de que o afastamento socioespacial entre os distintos segmentos sociais passou a se consolidar não apenas considerando a dimensão residencial, mas também, tendeu a se estender de modo a abarcar o consumo do espaço urbano. No plano da negação do direito à diferença, a fragmentação socioespacial potencializa a manutenção das iniquidades socioespaciais e, consequentemente, a desvalorização da cidade como unidade territorial. A pesquisa realizada em Presidente Prudente e Ribeirão Preto (duas cidades médias paulistas) ressaltam aspectos pormenorizados desses processos.
Palavras-chave: Produção do espaço; Consumo do espaço; Fragmentação socioespacial; Segregação socioespacial; Ribeirão Preto; Presidente Prudente.

Abstract: Among the beginning twentieth century until the mid-1970s, the structure of middle-size cities and metropolitan cities of São Paulo State was based, preponderantly, on the "center-periphery" differentiation and imposed segregation, which helped to strengthen the trend occupying the periphery for the poorest. With the implementation and occupation of segregated spaces and central areas on the urban peripheries, showed up the first dynamic involving the restructuring of cities, such as: - territorial expansions that tended to diversify the contents of the periphery, however, accompanied by disruptions with territorial continuity; new spatial practices that segment the consumption of the city; changes in the context of socio-spatial relations among citizens. Such dynamics explain socio-spatial fragmentation characteristic that are not more exclusive of the metropolitan cities, because, this also started to evidence in middle-size cities of São Paulo State. The segmentation tendency between the different social groups began to consolidate not only considering the residential scale, but also tended to be extended to encompass the consumption of urban space. With that, the fragmentation socioespacial intensifies the socio-spatial inequalities and it depreciates the territorial unit of the city. The research carried out in Presidente Prudente and Ribeirão Preto of São Paulo State, details the development of that process.
Keywords: Space production; Consumption of space; Socio-spatial fragmentation; Socio-spatial segregation; Spatial practices; Ribeirão Preto; Presidente Prudente.

INTRODUÇÃO

Entre o início do século XX, até meados da década de 1970, a estruturação das cidades médias e de padrões metropolitanos paulistas baseou-se, preponderantemente, na diferenciação socioespacial do tipo “centro x periferia” e na segregação imposta, que contribuiu para reforçar a tendência de ocupação do anel periférico pelos mais pobres.

Com a implantação e ocupação dos espaços autossegregados[1] e de áreas de concentração comercial e de serviços no anel periférico, evidenciaram-se as primeiras dinâmicas envolvendo o processo de reestruturação das cidades.

A primeira se relaciona com as expansões territoriais que tenderam a diversificar os conteúdos do anel periférico, além de promover rupturas mais significativas com a continuidade territorial.

No contexto de novas expressões de multi e policentralidades urbanas, uma segunda dinâmica vincula-se à realização de novas práticas espaciais voltadas ao consumo segmentado do espaço urbano.

O afastamento socioespacial entre os distintos segmentos sociais passou a se consolidar não apenas considerando a dimensão residencial, mas também, tendeu a se estender de modo a abarcar o consumo do espaço urbano e que, baseando-se nas considerações de Gomes (1991, p. 115), traduz-se como o consumo do espaço-mercadoria que se diferencia, entre outros aspectos, pelo montante do valor investido em determinada porção do espaço, à qual tende a ser cotidianamente direcionado a um determinado público alvo.

Tais dinâmicas explicitam características da fragmentação socioespacial que perspectivam rebatimentos, relativos à manutenção das iniquidades socioespaciais e desvalorização da cidade como unidade territorial.

Além disso, a fragmentação socioespacial não é mais um processo exclusivo às cidades de padrões metropolitanos, pois, sobretudo, após o ano 2000, também passaram a se processar, com ritmos e características próprias, em cidades médias paulistas.

Nesse sentido, a tese visa contribuir para a análise desse processo pela perspectiva territorial das práticas espaciais de moradores de distintos *habitat* urbanos: Espaços

---

[1] Em Dal Pozzo (2011, p. 64-65, 128-134), propomos e adotamos o termo genérico *“espaços residenciais fechados”*, para designar tanto os *“loteamentos fechados”* - regidos pela Lei Federal 6.766/79 com alterações previstas em Lei Federal 9.784/99, entretanto, com fechamentos perimetrais sem respaldo em leis federais – quanto *os “condomínios horizontais*” - regidos pela Lei Federal 4.591/64 – que, do ponto de vista legal (e da ilegalidade intrínseca à figura dos loteamentos fechados, no nível das leis federais), são distintos. Ao adotar, nesta tese, a expressão “espaços autossegregados” não há nenhuma contradição ou mudança profunda em relação à nomenclatura genérica anterior. Apenas queremos ressaltar a premente necessidade de religar as formas espaciais aos seus respectivos processos socioespaciais, tendo em vista, favorecer análises comparativas envolvendo tal articulação.

integrados[2], espaços segregados[3] e espaços autossegregados. Para tanto, tomou-se como recorte empírico, as cidades médias paulistas de Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

O desenvolvimento e conclusão da pesquisa articularam-se ao Projeto Temático "Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: Cidades médias e consumo", em desenvolvimento pelos pesquisadores vinculados ao GAsPERR (Grupo de Pesquisa "Produção do Espaço e Redefinições Regionais") e financiado pela FAPESP.

Do ponto de vista da contribuição metodológica para se avaliar os desdobramentos e consequências para o espaço urbano, tanto no contexto mais geral de reestruturação das cidades médias pesquisadas, quanto no que diz respeito aos aspectos mais específicos da fragmentação socioespacial nelas, optou-se pela realização de uma análise que se vincula à produção e, sobretudo, ao consumo contemporâneo do espaço urbano.

Dessa perspectiva, as práticas espaciais de determinada parcela dos sujeitos que habitam espaços integrados e, sobretudo, daqueles que habitam espaços segregados e autossegregados têm contribuído para fomentar níveis mais acentuados de segmentações no plano de novas e pretéritas expressões de centralidade urbana e que, em grande medida, projetam-se em detrimento da diversidade socioespacial e, mais especificamente, em concorrência e/ou substituição do consumo no Centro principal.

Nesse sentido, reforça-se a tendência de perda de prestígio social dessa área central, ao mesmo tempo em que se amplia o prestígio de determinadas expressões de multicentralidades e policentralidades.

Na perspectiva da tese, a análise de referências - pertinentes ao tema da pesquisa, e no contexto do processo de produção do espaço urbano das duas cidades médias pesquisadas - foi fundamental no tocante ao processo de contextualização das dinâmicas de diferenciação, de segregação socioespacial, e no que tange ao atual "estado da arte" do conceito de fragmentação socioespacial.

Apoiando-se nesses aspectos é que se apresentam os dois primeiros capítulos da Tese.

---

[2] Entre outras formas urbanas presentes na "cidade aberta" trata-se do tipo de *habitat* urbano mais tradicional que se fundamenta pela continuidade territorial à cidade e, portanto, caracteriza-se pela integração à malha viária desta. Espaços integrados, portanto, estão diretamente vinculados às dinâmicas e processos de diferenciação socioespacial e podem contemplar certa homogeneidade socioeconômica, em termos de padrão construtivo de habitações e de famílias pertencentes a um determinado segmento social, permitindo, portanto, distinguir os espaços integrados entre si.

[3] Os espaços segregados caracterizam-se a partir dos processos de segregação imposta, nos termos estabelecidos por Corrêa (2005) e, portanto, designam dinâmicas de produção de espaços residenciais abertos (legais ou ilegais) com condições insatisfatórias de infraestrutura urbana e de equipamentos de uso coletivo e em descontinuidade territorial com o conjunto do espaço urbano consolidado. Além disso, voltam-se ao atendimento de demandas de moradia (em geral, caracterizadas por um padrão construtivo popular e/ou precário), sobretudo, dos segmentos de mais baixo poder aquisitivo (RODRIGUES, 2007, p. 74-77). Somam-se às características desse tipo de *habitat* urbano, processos de discriminação e de estigmatização socioespacial.

No Capítulo 1, de cunho mais teórico, apresentam-se dinâmicas da produção e consumo do espaço urbano pela perspectiva dos processos de diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial, com destaque para a análise de áreas centrais, *habitus* territoriais e práticas espaciais voltados ao consumo segmentado da cidade.

Já no Capítulo 2, apreende-se a análise da produção do espaço urbano de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, desde a constituição no núcleo urbano original e no contexto da formação socioespacial do Estado de São Paulo.

No bojo de dinâmicas mais ou menos recentes de diferenciação e segregação socioespacial tratou-se de verificar a consolidação e diversificação dos conteúdos dos anéis periféricos, em função da mudança dos papeis e da perda do prestígio social do Centro principal.

O confronto e articulação entre processos socioespaciais (contemplados pelo tempo de média e longa duração) e práticas espaciais (tempo cotidiano ou de curta duração) foram imprescindíveis na avaliação da manutenção e reprodução de iniquidades socioespaciais, por consequência da produção de territórios urbanos caracterizados por um maior nível de segmentação socioeconômica.

No que se refere às práticas espaciais contemporâneas, as informações levantadas remeteram a uma forma de análise que se fundamentou na valorização dos aspectos qualitativos, tendo em vista a opção, durante os trabalhos de campo, pela realização de entrevistas com os moradores de distintos *habitat* urbanos.

Por meio desse procedimento, registrou-se um conjunto de depoimentos, representativo da trajetória de vida, da experiência de moradia em *habitat* urbanos distintos, da motivação para se residir ou para se mudar do *habitat* urbano atual e da realização de práticas espaciais que remetam às dinâmicas de uso e consumo segmentado da cidade.

Baseando-se no levantamento e análise dessas informações, apresenta-se o Capitulo 3, tratando-se de uma análise no plano das práticas espaciais, sobretudo, aquelas relativas ao consumo de bens e de serviços, incluso, o lazer, dos moradores de distintos *habitat* urbanos selecionados.

Com o auxílio dos mapas-síntese das práticas espaciais dos moradores entrevistados, são apresentados as atuais tendências e tipos de fragmentação socioespacial existentes em Ribeirão Preto e Presidente Prudente, além de algumas tendências de segmentação do consumo nestas duas cidades médias paulistas.

Nas considerações finais, objetivou-se estimular o debate entorno do enfrentamento da fragmentação socioespacial frente as mais atuais mudanças de produção e consumo do espaço urbano contemporâneo e, em especial, no que tange às cidades médias paulistas.

Além disso, também se torna premente explicitar o objetivo geral da pesquisa considerando a hipótese de que a fragmentação socioespacial, para além dos espaços urbanos metropolitanos, também é um processo que está em curso em cidades médias.

O desenvolvimento dessa pesquisa visa contribuir para o estudo desse processo a partir da análise comparativa das práticas espaciais dos moradores de distintos *habitat* urbanos (tratando-se, mais especificamente, de espaços autossegregados, espaços segregados e espaços integrados voltados a distintos segmentos socioeconômicos).

Tais análises, ao identificar aspectos gerais e especificidades do processo de fragmentação socioespacial (no que diz respeito às dinâmicas de segmentação do consumo, e suas consequências para as relações de sociabilidade) contribuirão para avaliar a dimensão territorial (e política) da produção da cidade, no tocante à explicitação das iniquidades socioespaciais.

Além desse objetivo geral, também se explicitam três objetivos específicos ligados ao desenvolvimento da tese:

- Identificar, selecionar e confrontar dinâmicas de diferenciação e de segregação socioespacial, analisando-se possíveis pontos de articulação e processos de ruptura, visando verificar em que medida há consistência na aplicação do conceito de fragmentação socioespacial (destacando-se, também, especificidades e implicações) para as cidades médias paulistas de Ribeirão Preto e Presidente Prudente;

- Analisar, no tocante às práticas espaciais que possam revelar a segmentação do consumo do espaço urbano, o grau e a qualidade de relações socioespaciais estabelecidos entre moradores de distintos *habitat* urbanos, e na articulação que possa existir entre tais espaços e o conjunto da cidade, tomando-se como referência, níveis diferenciados de acessibilidade, o consumo de espaços privados e públicos e o fomento de novas expressões de centralidade urbana;

- Avaliar possíveis mudanças no processo de representação subjetiva da cidade por meio da análise do *habitus* territorial e das práticas espaciais, a partir dos quais,

possam revelar níveis de familiaridade com os mecanismos de controle socioespacial e esboçar percepções (ou não) de iniquidades socioespaciais, por meio dos quais, possam expressar determinados níveis de indiferença e desejos de distinção socioespacial.

Além disso, também se torna premente estabelecer, como objetivo específico, a possibilidade de contribuir para ampliar a capacidade de pensar/refletir sobre as possibilidades de enfrentamento da fragmentação socioespacial no que tange à dimensão política e propositiva, com o objetivo de perspectivar níveis mais elevados de equidade no processo de produção e consumo do espaço urbano contemporâneo.

CAPÍTULO 1

O processo de produção e consumo do espaço urbano contemporâneo: Da diferenciação à fragmentação socioespacial em cidades médias

1.1. Diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial: Aspectos teórico-conceituais articulados ao processo de produção de cidades médias e metropolitanas

No contexto do processo de produção do espaço urbano brasileiro - e apoiando-se nas explanações de Braudel (1992), articuladas aos argumentos de Corrêa (2007, p. 68-69) - teríamos, a rigor, o tempo de "longa duração" dotado de maior espessura histórica, a partir do qual, poder-se-ia abarcar estruturações, as fases de transição/ruptura e as reestruturações das cidades.

Por outro lado, também teríamos o tempo de média duração (grosso modo, compreendendo cerca de dez anos a um quarto de século), a partir do qual, contemplar-se-iam aspectos conjunturais dos processos socioespaciais e, por fim, o tempo de curta duração, travado no plano dos acontecimentos cotidianos e a partir do qual se expressam as práticas espaciais.

Com base nas análises realizadas por Sposito (2011, p. 130-131) devemos asseverar que esta é uma proposta de recorte escalar, a partir da qual se possibilita realizar comparações, relativas às permanências, mudanças e/ou rupturas entre processos socioespaciais e seus respectivos desdobramentos, articulações e, sobretudo, retroalimentações no plano das práticas espaciais. Tais comparações, portanto, requer uma análise que leve em consideração, a interescalaridade.

Partindo-se dessa proposta, o núcleo central da tese assenta-se na análise dos processos de reestruturação das cidades e, mais especificamente, de fragmentação socioespacial relativos às cidades médias. Como recorte empírico que se volta a uma análise comparativa, foram selecionadas duas cidades médias localizadas no Estado de São Paulo, sendo elas, Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

Considerando o tempo de longa duração pode-se afirmar que é relativamente novo o processo de reestruturação das cidades paulistas de padrão metropolitano que se iniciou, em geral, a partir da segunda metade do Século XX e, mais recente ainda, são as expressões de fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas.

Tais expressões iniciam-se com o processo de implantação e proliferação de novos *habitat* urbanos (espaços segregados e espaços autossegregados), a partir dos quais, as clivagens e um efetivo afastamento socioespacial entre os distintos segmentos sociais contribuíram para expressar novas lógicas de produção e consumo não equitativo do espaço urbano e, desse modo:

> (...) para se compreender a realidade contemporânea, não apenas nas metrópoles, mas em cidades de diferentes portes e que têm níveis diversos de complexidade na combinação de seus papeis urbanos, pode-se falar de um processo que não é mais apenas de segregação socioespacial, nela incluída as iniciativas de autossegregação. Trata-se de aprofundamento das desigualdades, negando as possibilidades de diálogo entre as diferenças, o que justifica a adoção da noção de fragmentação socioespacial (...). (SPOSITO, 2011, p. 142).

Em relação a alguns antecedentes, Navez-Bouchanine (2002a, p. 19) sugere que o emprego da noção de fragmentação socioespacial ocorreu a partir da década de 1960, para explicar as descontinuidades territoriais e uma maior autonomia dos organismos de gestão da cidade em fases de grande expansão do espaço urbano.

Esta noção ganhou acepções mais amplas a partir da década de 1980, a ser empregada para se referir às formas descontínuas e dispersas, marcadas por fortes processos de territorialização que sucedem a ideia de cidade unitária e solidária.

No início da década de 1990, a noção também foi adotada para explicar os efeitos das crises econômicas no processo de produção dos espaços urbanos, fracionamentos político-administrativos, e as formas de produção de localismos de clivagem socioeconômica (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002a, p. 19, 24-25).

No contexto de aumento da importância do setor terciário no espaço urbano (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002b, p. 52), o debate sobre o tema da fragmentação socioespacial tem se voltado para as questões que envolvem a análise das formas urbanas representativas de uma exacerbação da segregação socioespacial e que se articulam às expressões territoriais dos sujeitos e grupos que se distinguem, sobretudo, do ponto de vista socioeconômico (PRÉVÔT-SCHAPIRA e PINEDA, 2008).

Mebirouk (2006), a partir das considerações de Navez-Bouchanine (2001, p.61), enfatiza que a adjetivação “socioespacial” da noção de fragmentação qualifica o tipo de relação que tende ao rompimento entre grupos sociais distintos. As relações que prevalecem no interior de cada grupo contribuem para reorientar suas lógicas, sobretudo a partir da dimensão socioeconômica, de “localização/concentração no espaço urbano.

Em geral, a tendência de segmentação dos grupos no processo de produção e consumo do espaço urbano estabelece-se em contextos de maior nível de insegurança, da busca por *status* e distinção social e de dinâmicas de reprodução de estigmatizações socioespaciais. Nesse sentido, as defesas e os tensionamentos dos territórios urbanos que tendem a ser expressos a partir dessa lógica, comparecem como desintegração e

descomprometimento à ideia de uma produção mais equitativa da cidade (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002, p. 40, 51-52, 65).

Partindo-se desses aspectos iniciais, realizou-se uma análise que se propõe articular diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial, sobretudo, em termos de permanências, rupturas e de novos conteúdos pelos quais esses processos expressam-se e materializam-se, e a relação deles no contexto de alterações relativas às práticas espaciais que revelam a segmentação do consumo do espaço urbano contemporâneo.

Relacionada aos estudos dos processos de fragmentação socioespacial, a análise das práticas espaciais (compreendidas pela identificação de itinerários, de escolhas/estratégias locacionais, de níveis diferenciados de acessibilidade e do poder de "consumo no espaço" e do "consumo do espaço", nos termos propostos por Gomes [1991]) também possibilita avaliar a qualidade das relações socioespaciais entre os citadinos.

Articulando-se a quadro mais complexo de segregação socioespacial e, consequentemente, de rupturas mais significativas com a diferenciação socioespacial, a centralidade da tese está na análise dos processos de fragmentação socioespacial em cidades médias, os quais são relativamente novos e em proporções menores, quando comparados àqueles que podem ser identificados em cidades de padrão metropolitano.

Com base nisto, tanto a diferenciação como a segregação (abarcando os tempos de longa e média duração) são processos que se constituem por dinâmicas que historicamente antecedem àquelas que caracterizam a fragmentação socioespacial, mas, no plano das articulações espaciais e territoriais, combinam-se a ela e revelam conflitos, uma vez que se contrapõem na cidade contemporânea.

Trata-se de um embate muito mais profundo envolvendo a produção de "territórios" orientados, sobretudo, por dinâmicas de segregação e fragmentação socioespacial (com características e propostas, por vezes, irreconciliáveis entre si), em detrimento de uma produção mais equitativa da cidade em sua diversidade.

No que se refere à articulação entre formas urbanas (*habitat* urbanos e áreas centrais), *habitus* territoriais (ideia que será mais bem desenvolvida no subcapítulo 1.4) e práticas espaciais de consumo segmentado do espaço urbano trata-se, inicialmente, de dinâmicas que se orientaram pela ruptura com a unidade territorial da cidade transmutando-a em diversos territórios.

Dessa perspectiva, os territórios comparecem tanto como produtos dos agentes econômicos que, pela lógica do consumo segmentado das formas urbanas implantadas, controlam o acesso e o comportamento dos sujeitos, quanto se expressam a partir dos

habitus territoriais e práticas espaciais dos citadinos perpassados por mecanismos de controle socioespacial. A análise e o confronto entre os distintos territórios que compõem o espaço urbano revelam, portanto, as características da fragmentação socioespacial.

Já no que se refere à unidade territorial, esta se remete aos períodos de produção do espaço urbano que se orientaram pela continuidade territorial e pela compacidade proporcionando, portanto, contatos e confrontos mais intensos entre as diferenças.

Essa perspectiva de análise aproxima-se daquela proposta por Massey (2008), para quem, o espaço, como dimensão do social, constitui-se por meio de interações sociais e da coexistência da heterogeneidade, *"desde a imensidão do global até o intimamente pequeno"*, nos quais *"distintas trajetórias coexistem"* de modo relacional e em permanente (re)construção (MASSEY, 2008, p. 29).

Além da dimensão social, trata-se de uma proposição que valoriza a dimensão política de produção do espaço em que o princípio da equidade e as interações entre as diferenças (ou heterogeneidades) são valorizados.

Por outro lado, a produção de territórios reflete o resultado de distintos conflitos e tensões entre grupos com diferentes necessidades e pouco afeitos a negociações ou a uma causa comum envolvendo a construção de uma cidade menos desigual e orientada pelo princípio da conectividade (MASSEY, 2008, p. 256-257, 265).

Nesse sentido, *"o fechamento da identidade em um espaço territorializado de lugares delimitados fornece pouco no rumo das possibilidades para o desenvolvimento de uma política radical"* (MASSEY, 2008, p. 258).

Orientando-se por esta perspectiva de espaço e de território de Massey (2008) torna-se premente fundamentar, teórico-conceitualmente, o ponto de partida para a análise da fragmentação socioespacial, tratando dos: 1º. Processos de diferenciação socioespacial e; 2º. Processos de segregação socioespacial.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a diferenciação socioespacial é a *"marca das cidades, desde os primórdios da urbanização"* (SPOSITO, 2011, p. 124), pois, desde a Antiguidade, a diferenciação cidade-campo e a diferenciação no espaço urbano, juntamente com os seus confrontos e conflitos, foram características próprias das cidades, salvaguardando estreitas relações com os mecanismos econômicos e/ou políticos por meio dos quais se controla (incluso com base na propriedade privada) o acesso a elas (SPOSITO, 1996b, p. 71-77).

Relativos aos mecanismos econômicos e políticos da diferenciação socioespacial, estes se explicitam no processo de (re)produção do espaço urbano contemporâneo, na

forma de mercadoria, integrando-o ao circuito das trocas e, deste modo, a diferenciação socioespacial também se traduz em divisão socioeconômica na medida em que contempla a racionalidade da acumulação capitalista, direcionando uma produção e ocupação segmentada dos espaços residenciais (CARLOS, 2007a, p. 57).

Ainda que a diferenciação socioespacial constitua-se como divisão socioeconômica e *"desigualdades"* conflitantes (CARLOS, 2007a, p. 56-59), por meio das quais se exprime o *"primado da desigualdade sobre a diferença"* (SPOSITO, 2011, p. 128), esse processo pressupõe, segundo Corrêa (2007, p. 65-67), articulação e interdependência entre porções de espaços urbanos que se diferenciam.

Baseando-se em pesquisas realizadas por Benevolo (2001), articulação e interdependência também pressupõem continuidade territorial, articulada à tendência de concentração populacional, compacidade/adensamento (de construções) e de aumento da complexidade funcional das cidades.

Tais características, articuladas, fundamentaram o processo de diferenciação socioespacial das cidades europeias na longa duração ou, mais especificamente, desde as cidades antigas e medievais europeias (BENEVOLO, 2001, 269-270, 282).

Ainda que possa haver permanências (mas também, alterações) relativas a tais características, Sposito (1996b, p. 77) destaca uma das principais mudanças, perpetradas contra o processo de diferenciação socioespacial em cidades brasileiras.

Trata-se, mais especificamente, do estabelecimento de rupturas na continuidade territorial, sobretudo, em cidades médias e metropolitanas. Tais rupturas marcam uma distinção fundamental entre os processos de diferenciação e segregação socioespacial e, nesse sentido:

> Quem diz "diferença", diz relações, portanto, proximidade-relações percebidas e concebidas, portanto, inserção numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante. A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o espaço urbano. A segregação complica e destrói a complexidade (LEFEBVRE, 2002, p. 124).

A partir dos pressupostos teóricos de Massey (2008) e dos argumentos de Lefebvre (2002, p. 124) e Sposito (1996b, p.77), o princípio ou a dimensão que fundamenta a segregação socioespacial é territorial.

Nesta dimensão, a característica central que distingue a diferenciação socioespacial da segregação socioespacial, é a dinâmica de ruptura da unidade territorial da cidade

proporcionada por este último processo, que se transmuta em contiguidades interrompidas ou incompletas, pelas descontinuidades territoriais[4].

Se os processos socioespaciais são redimensionados e atualizados a partir de mudanças baseadas em dinâmicas de estruturação e reestruturação da cidade, logicamente, isto também implica em rebatimentos no plano conceitual.

Confrontando os argumentos de Hartshorne (1978[1936]) ao perspectivar o conceito de diferenciação socioespacial, assim redimensionado, considera-se, apoiando-se na pesquisa realizada por Arcassa (2013), a premente necessidade de descolamento no que se refere ao, então atualizado, conceito de "diferenciação de áreas" no contexto da "New Geography", a partir da qual, uma das características envolvendo este conceito foi o emprego de modelos espaciais visando estabelecer diferenciações de lugar para lugar, a partir de um conjunto relevante de características previamente selecionadas para identificar unidades distintas, ainda que justapostas, dentro de uma perspectiva de generalização.

Tal descolamento torna-se necessário, na medida em que, na perspectiva da tese, corrobora-se com as argumentações de Souza (2007), para quem é preciso superar a "visão de sobrevôo" (adotada pelas pesquisas que revisitam e adotam certas características do conceito de "diferenciação de áreas"), como uma visão que se realiza "do alto" e "de longe" - sem desconsiderar, no entanto, a possibilidade de se obter uma "noção de conjunto" a partir dessa análise, por uma perspectiva que vise combinar escalas, ou seja, uma análise mais geral e mais ampla, que abarque os processos e suas especificidades, com uma análise mais focada, considerando a dimensão do cotidiano e, portanto, no plano das práticas espaciais dos sujeitos e grupos sociais envolvidos nesse processo.

De acordo com Janoschka e Glasze (2003, p. 16-17), e considerando uma dimensão mais concreta que se apoia em Lefebvre (2006), as práticas espaciais compreendem o conjunto de atividades - incluso, as relações sociais - realizadas cotidianamente pelos citadinos e/ou grupos familiares envolvendo, sobretudo, os locais utilizados para a moradia, trabalho, formação/educação, consumo de bens e de serviços e realização do lazer.

Apoiando-se em Weber (1995), Souza (2013, p. 241) ressalta que as práticas espaciais podem ser caracterizadas como ações mais ou menos regulares e que conferem sentidos e significados "nos marcos de *relações sociais*". Podem contribuir, portanto, para estruturar comportamentos e convenções vinculados a determinados costumes e hábitos.

---

[4] Trata-se de uma dinâmica que revela características de uma ruptura mais profunda de uma determinada forma espacial com o tecido urbano compacto. As descontinuidades territoriais, promovidas entre os *habitat* urbanos, podem ser estabelecidas a partir de determinadas características do sítio urbano (presença de cursos d'água, fundo de vale, escarpa etc.), pela implantação de extensos objetos técnicos, sobretudo, ferrovias e rodovias, além de uma das principais lógicas do processo de especulação imobiliária, que é a partir da constituição de vazios urbanos.

Com base nesses aspectos, e com os processos de diferenciação e segregação socioespacial, assim redimensionados e atualizados, torna-se premente revisitar alguns autores. Nesse sentido, para Castells (1978):

> **La segregación** se refiere al proceso mediante el cual el contenido social del espacio se **hace homogéneo dentro de una unidad** y se **diferencia fuertemente** respecto a unidades exteriores, generalmente según la distancia social derivada del sistema de estratificación (CASTELLS, 1978, p. 146, grifos nossos).

Em outra passagem, Castells (1978) também considera que:

> **La distribución de los lugares de residencia** sigue las leyes generales de la distribución de los productos y, por tanto, produce reagrupaciones en función de la capacidad social de los sujetos, o sea, en el sistema capitalista, en función de sus rentas, de su estatuto profesional, del nivel de instrucción, de la pertenencia étnica, de la fase del ciclo de vida, etc. Se hablará, por tanto, de una estratificación urbana correspondiente a un sistema de estratificación social (o sistema de distribución de los productos entre los individuos y los grupos), y **en el caso en que la distancia social tiene una fuerte expresíon espacial, de segregación urbana**. En un primer sentido **se entenderá por segregación urbana** la tendencia a la organización del espacio en **zonas de fuerte homogeneidad social interna y de fuerte disparidad social entre ellas, entendiéndose esta disparidad no sólo en términos de diferencia**, sino de herarquía (CASTELLS, 1978, p. 203-204, grifos nossos).

Villaça (2001), em grande medida, alinha-se às argumentações de Castells (1978), pois ambos reconhecem haver tendência de segregação por setores, regiões ou grandes áreas, considerando a realidade dos espaços urbanos ocidentais, de padrões metropolitanos e no contexto da luta de classes imputada, sobretudo, às lógicas do modo capitalista de produção.

Para eles, do ponto de vista das camadas de alta renda, há uma tendência de que se estabeleça uma forte homogeneidade interna em tais setores urbanos sem considerar, no entanto, as características e funcionalidades dos espaços residenciais destes respectivos setores ou, ainda, a presença de contiguidades[5] e descontinuidades territoriais, a partir das quais o processo de segregação socioespacial, redimensionado, poderia se estabelecer.

Considerando os espaços urbanos de padrões metropolitanos, Villaça (2001), em certos aspectos, revisita e dá continuidade ao conceito de “diferenciação de áreas” e de

[5] A contiguidade territorial designa a justaposição (e, portanto, adjacência ou proximidade espacial) entre formas espaciais que, no plano territorial, se mantém separadas por muros ou alambrados perimetrais e que, em geral, são equipados com dispositivos de segurança, visando desestimular qualquer ação alternativa de transposição entre essas formas.

algumas das teorias desenvolvidas entre as décadas de 1910 e 1970, no contexto da Escola de Chicago.

O reconhecimento de segregações zonais ou por setores ou, ainda, macrossegregações, recuperaria e perspectivaria atualizar o modelo proposto por Hoyt (1939)[6] – pesquisador que se vincula à Escola de Chicago - baseado na realidade dos espaços urbanos estadunidenses e, mais especificamente, da cidade de Chicago, a partir do qual as elites tenderiam a segregar-se ao ocupar um único grande setor, conformando um eixo homogêneo ou um "padrão setorial" que, segundo a complementação de Villaça (2001), partindo do centro assumiria uma única direção, mesmo que as condições de amenidades não fossem tão satisfatórias em comparação àquela parcela de ocupação residencial e setorial já consolidada.

Não se quer, com isto, afirmar que não seja efetiva a implantação destas áreas residenciais que se distinguem das demais, pois, de fato elas ocorrem do ponto de vista dos processos de homogeneização social e da diferenciação socioespacial.

Dessa perspectiva, ressalta-se a importância de se empregar, com rigor (e não como representativos de processos que poderiam ser sinônimos ou complementares, posto que, na essência, distinguem-se pela perspectiva de ruptura), os conceitos de diferenciação socioespacial e segregação socioespacial.

Como já indicado em Dal Pozzo (2011, p. 272), a segregação socioespacial não pressupõe, apenas, uma diferenciação socioespacial mais intensa como propôs Castells (1978, p. 203-210), entre as porções do espaço urbano que, no interior do processo de manutenção da continuidade territorial, tendem a se segmentar socioeconomicamente.

Em complemento a esta argumentação, não é tão somente na tendência à homogeneidade (socioeconômica e cultural, racial e étnico-religiosa etc.) de determinados setores urbanos (ou porções do espaço urbano), que se sustentaria o conceito de segregação socioespacial.

Além disso, o conceito de segregação socioespacial também não deveria ser adotado de forma tão precípua conforme as argumentações apresentadas por Vasconcelos (2004) propugnam, ao defenderem sua estreita vinculação aos pressupostos teóricos da Escola de Chicago e, nesse sentido, dever-se-ia reserva-lo a contextos de uma segregação involuntária ou forçada e de base étnico-religiosa e/ou racial, como os guetos dos judeus na Europa e os guetos de negros estadunidenses e sul-africanos.

---

[6] HOYT, Homer. **The structure and growth of residential neighbohoods in american cities**. Washington: Federal Housing Administration, 1939.

Deste modo, não o reconhece como um processo que pode ser adequadamente contextualizado à atual realidade dos espaços urbanos brasileiros, sobretudo, em relação às dinâmicas de uma segregação imposta.

Com base nesses aspectos defende-se, nesta tese, que o conceito de segregação socioespacial não é estático e não deve se restringir, tão somente, aos moldes de sua origem. Além disso, também não deve ser amplamente generalizado (como na perspectiva de Lojkine [1997]), ao ponto de incorrer na perda do seu potencial explicativo.

Ademais, o poder explicativo do conceito de segregação socioespacial, de acordo com cada realidade (e seguindo as orientações defendidas nos parágrafos anteriores), depende de revisões e reformulações baseadas em distintas correntes de pensamento e/ou posicionamentos políticos.

Concordando com as análises de Sposito (1996b) anteriormente destacadas e como contraposição às argumentações de Castells (1978) e Villaça (2001), a segregação se estabelece como "negação" da diferenciação socioespacial e, portanto, traduz-se na diminuição dos níveis de articulação e interdependência entre as porções do espaço urbano e explicita-se, segundo Lefebvre (1991, p. 15), pela tendência à ausência de relações, de confrontos e de reconhecimentos recíprocos entre as diferenças que coexistem na cidade.

Retomando as teorias desenvolvidas pela "Escola de Chicago", por meio das quais o conceito de segregação socioespacial foi formulado e proposto, considera-se que se tomou emprestado o conceito de "segregação de *habitat*" da Biologia (VERAS, 2000, p. 15).

Nesse sentido, uma primeira contribuição teórica voltada à sistematização do conceito de "segregação", para ser aplicado junto às Ciências Sociais, ocorreu a partir de pesquisas que se voltaram a estudar cidades estadunidenses e, mais especificamente, Chicago, entre as décadas de 1910 e 1920.

Entre essas pesquisas, a primeira publicação ocorreu em 1915 através do artigo "The City", de Park (1915)[7] - um dos pesquisadores da Universidade de Chicago e vinculado à Escola de Ecologia Humana que, mais tarde, ficou conhecida como "Primeira Escola de Chicago".

McKenzie (1924)[8] e Burgess (1924)[9] também participam desta primeira fase da "Escola de Chicago". Tendo publicado seus respectivos artigos em 1924, buscaram

[7] PARK, Robert. The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment. **American Journal of Sociology**, Vol. 20, N. 5, 1915. p. 577-612. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2763406>. Acesso em: 25 out. 2013.
[8] MCKENZIE, Roderick. The Ecological Approach to the Study of the Human Community. **American Journal of Sociology**, vol. 30, N. 3, 1924, p. 287-301. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2764963?uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102855360723>. Acesso em: 25 out. 2013.

acrescentar novos elementos ao conceito de segregação e em complemento à análise pioneira de Park.

No título de seus artigos há indicações que revelam o contexto no qual as primeiras pesquisas da Primeira Escola de Chicago foram desenvolvidas. Trata-se do expressivo crescimento populacional associado à expansão territorial do espaço urbano no Pós Primeira Guerra Mundial, a partir do qual se identificou a produção de novas formas e processos socioespaciais, sobretudo, em cidades de padrões metropolitanos estadunidenses.

Apoiando-se no modelo de Zonas Concêntricas de Chicago, proposto por Burgess (1924) que quinze anos depois, seria atualizado pelo "padrão setorial", proposto por Hoyt (1939), tais formas e processos socioespaciais basearam-se em dinâmicas de segregação de conteúdo étnico e racial (de fato, o "Gueto"[10] dos Judeus e a "faixa dos negros"), acentuação dos níveis de pobreza ao longo de uma determinada zona do espaço urbano, por meio da qual, também se verificou aumento de criminalidade e delinquência juvenil. Expressões em inglês, como "slums" ou, ainda "badlands" foram utilizadas para definir tal zona (LEIDENBERGER, 2000; VASCONCELOS, 2004, p. 260).

Desse modo, articulam-se duas perspectivas descritivas centrais, a partir das quais essas pesquisas se orientaram. Em primeiro lugar, levou-se em consideração a repartição da população no plano residencial, na qual poderiam ser identificadas unidades ecológicas e, em segundo, em que medida e, sob quais circunstâncias, o comportamento dos indivíduos é condicionado pelo ambiente em que vivem (CANCIAN, 2009).

---

[9] BURGESS, Ernest. The growth of the city: an introduction to a research project. **American Sociological Society**, 1924, p. 85-97. Disponível em: <http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-387-73412-5_5#page-1>. Acesso em: 25 out. 2013.

[10] Há algumas controvérsias para a origem do termo gueto. No entanto, a partir de consultas a um conjunto de pesquisas colaborativas na Internet, confrontando-os com as pesquisas de Wacquant (2004) e Sennett (2003), a tese que considero mais plausível está ligada, originalmente ao termo em latim *eiecto,* cunhado desde o século XIII para se referir ao ato de canalizar ou direcionar um "jato" e, portanto, "jatear" a partir de um líquido. Posteriormente, o termo sofreu algumas derivações por consequência da introdução de novos dialetos e línguas na Europa. A primeira derivação se iniciou com o dialeto veneziano, a partir da qual, o termo se converteu em "gètto" e, mais tarde, já na língua italiana, seria escrito como "Ghetto". Assim, tomamos emprestado da expressão, em Italiano, "Dell'isola di 'Ghetto'", que quer dizer, "Ilha do Gueto", para formular o termo "gueto", em Português. Esta ilha está localizada ao norte da cidade de Veneza, no Sestiere de Cannaregio. Com base em dicionários italianos, o termo assume inúmeros significados, mas aquele que nos interessa, expressa uma técnica de fabricação de objetos a partir da "injeção" de ferro fundido em um molde. Na Ilha do Gueto, havia uma fundição, o "Guetto Nuovo", na qual se fabricavam bombardas, um dispositivo bélico, precursor do canhão e do morteiro, inventado no século XIV após a "descoberta" da pólvora pelos europeus. Foi nesta ilha que se implantou o primeiro espaço segregado, imposto aos Judeus em 1516. Sem perder de vista este significado original do termo, o gueto é representativo de um espaço forçosamente segregado e, portanto, trata-se de um processo institucionalizado de segregação imposta e, nesse caso, como segregação institucionalmente imposta a grupos étnico-religiosos, podendo se estender a grupos raciais (WACQUANT, 2004; GURRIEC, 2008, p. 30-31;). Nesse sentido, há uma tendência de que o uso da expressão gueto, equivocadamente generalize-se. Bauman (2003, p. 106-111), ainda que faça algumas ponderações, contribui com esse processo de generalização ao destacar algumas características dos "quase-guetos", falsos "guetos voluntários", "comunidades cercadas tipo gueto", como áreas de confinamento voluntário dos segmentos de mais alto poder aquisitivo ou, ainda, ao fazer alusão a que "as prisões são guetos com muros". Nessa mesma linha Gurriec (2008, p. 32), também faz referência aos "guetos de ricos". Para saber mais sobre o contexto da implantação do primeiro Gueto de Veneza, ver Sennett (2004, p. 184 et seq).

Em ambas as perspectivas, os processos de segregação se reproduziam com base em um tipo de competição natural entre os indivíduos pelo domínio das melhores (e mais bem localizadas) porções do espaço urbano, por meio das quais, cada comunidade implantar-se-ia o seu distinto *habitat* (VÉRAS, 2000, p. 15-30).

Com base nisto, houve mais preocupações em descrever as novas dinâmicas e processos do espaço urbano com base na perspectiva de "naturalização" das questões sociais e comportamentais, do que realizar estudos mais abrangentes, voltados à identificação e análise de suas causas, relacionados ao modo capitalista de produção (VIEIRA, 2004, p. 111).

Nesse sentido, é somente com uma abordagem marxista, no plano do desenvolvimento de uma teoria crítica do processo de produção do espaço urbano (a partir da qual se consubstanciou o estabelecimento de uma corrente de pensamento conhecida como "Escola de Sociologia Urbana Francesa" que se desenvolveu, inicialmente, entre as décadas de 1960 e 1970), que vão ser levantadas uma série de questões relativas às causas (que não são "naturais" envolvendo a "competição" entre sujeitos, como defendia a Escola de Chicago, mas sim, originadas e reproduzidas pelas contradições inerentes ao modo capitalista de produção), e consequências do processo de segregação socioespacial, pela perspectiva das desigualdades socioespaciais (SOUZA, 2002).

Embora os autores a seguir façam parte desta corrente de pensamento, Lefebvre (2002; 1991) estabelece uma clara oposição em relação à perspectiva de Castells (1978) e de Lojkine (1997), quanto ao conceito de segregação.

Nesse sentido, Lojkine (1997) concorda, em certa medida, com a perspectiva de Castells (1978) - podendo-se estabelecer correlações entre eles e os argumentos de Villaça (2001). Lojkine defende a hipótese de que possa haver cinco tipos de "segregação espacial e social", num sentido muito amplo, na qual, a primeira delas estabelecer-se-ia aos moldes de um padrão de segregação do tipo centro x periferia, entre:

> (...) o espaço urbano "central" monopolizado pelas atividades de direção dos grandes grupos capitalistas e do Estado e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução assim como dos meios de reprodução empobrecidos, mutilados, da força de trabalho (LOJKINE, 1997, p.171-172).

A hipótese deste primeiro padrão de segregação, segundo a qual se estabeleceria *"uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia"*, combina-se, em certa medida, com o segundo tipo, proposto pelo autor, segundo o qual, haveria *"uma*

separação entre zonas de moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular". O terceiro tipo de segregação seria representativo de um processo de *"esfacelamento generalizado das „funções urbanas", disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zona de escritório; zona industrial; zona de moradia"* (LOJKINE, 1997, p.189).

Os dois últimos tipos de segregação estão relacionados com a desigual distribuição dos equipamentos de uso coletivo e com desigualdades envolvendo a mobilidade urbana, e que se expressam em descompassos entre aqueles que se locomovem preponderantemente por transporte coletivo e aqueles que se deslocam por automóvel particular (LOJKINE, 1997, p.189-255).

Como propõe Lojkine (1997), levando-se em conta esse sentido abrangente do processo de segregação socioespacial, ou ainda tomando-se como referência as acepções propostas por Castells (1978) e Villaça (2001), considerando, inclusive, a indistinção e confusão ou, até mesmo, sobreposição com o processo de diferenciação socioespacial, o que "não" seria segregação socioespacial nos espaços urbanos, sobretudo, aqueles de padrões metropolitanos?

Mantendo-se em aberto tal questionamento, o que importa considerar aqui é que, em termos políticos e propositivos, a adoção do conceito de segregação socioespacial, de modo generalizado, perde o seu potencial explicativo e, por outro lado, também se deve levar em conta, uma espécie de "aproximação" do processo de segregação, assim dimensionado por Lojkine (1997), com aqueles estudos que se filiam e adotam a perspectiva teórica da "Inclusão/Exclusão social", sobretudo, por envolver todas as formas e porções do espaço urbano numa perspectiva de comparação, em termos de desigualdades socioespaciais (e conforme análise realizada para Ribeirão preto e Presidente Prudente, disponível no Apêndice II).

Mesmo assim, as argumentações de Lojkine (1997) não devem ser desconsideradas, mas sim, revisitadas e contextualizadas, tendo em vista, o interesse de apreender abrangências e, portanto, definir os limites a partir dos quais cada um dos conceitos (tratando-se de diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial), combinados, possa dar conta de explicar a atual realidade das cidades médias e metropolitanas.

Com base nesse conjunto de aspectos e levando-se em consideração, o contexto de produção dos espaços urbanos paulistas, a análise da segregação socioespacial, redimensionada na perspectiva de Sposito (1996b) e Lefebvre (2002), possibilita revisitar afirmações, como aquela realizada por Caldeira (2000, p. 211), e ratificada por nós em Dal

Pozzo (2011, p. 273), segundo a qual, houve um primeiro padrão de segregação que se processou, de um modo geral, segundo o tipo e o padrão construtivo das habitações e, mais especificamente, no adensado e compacto espaço urbano paulistano entre o final século XIX até a década de 1940.

Tais aspectos, mesmo reunindo tensões, confrontos e conflitos entre os citadinos (inseridos em contextos que combinam proximidade espacial e distância social), reforçam a continuidade territorial e tendem a apoiar-se em dinâmicas de diferenciação socioespacial.

Pela ausência da dimensão objetiva fundamental da segregação socioespacial, ou seja, a ausência de uma ruptura na continuidade territorial torna-se frágil sustentar a tese que possa ter havido este primeiro padrão de segregação socioespacial, nos termos apresentados por Caldeira (2000), na cidade de São Paulo.

Por outro lado, há que se recolher mais elementos que confrontem (ou não) esta tese, sobretudo, porque a dimensão subjetiva[11] do processo de segregação socioespacial (envolvendo signos, status, estigmatizações sociais e o sentimento de segregação do sujeito) não deve ser desconsiderada.

Nas cidades médias de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, esta argumentação torna-se válida na medida em que tal dimensão subjetiva tem assegurado a manutenção da segregação socioespacial mesmo dentro de um quadro de acentuada relativização da ruptura territorial por consequência de um maior nível de integração espacial (propiciado pelo processo de loteamento e ocupação de vazios urbanos, melhorias em termos de infraestrutura viária e mobilidade urbana, aumento do consumo de serviços de telecomunicações e Internet etc.).

A partir dessas ponderações, e como desdobramento da perspectiva de ruptura com a continuidade territorial, Sposito (1996b, p. 80) destaca três dinâmicas que contribuíram para recrudescer os processos de segmentação do espaço urbano (e, portanto, serem representativos de formas e práticas que revelam dinâmicas de um afastamento socioespacial mais efetivo) e esboçar algumas das características da segregação socioespacial ao longo da segunda metade do Século XX.

A primeira delas refere-se às descontinuidades territoriais, representadas pela produção de novos loteamentos em descontínuo ao espaço urbano concentrado. A segunda

[11] No bojo dessa dimensão subjetiva a partir da qual se poderia sustentar a tese de um primeiro padrão de segregação socioespacial em São Paulo, comparece os efeitos dos mecanismos de controle socioespacial, pois, mesmo havendo continuidade territorial entre os espaços de moradia dos mais ricos e dos mais pobres, este padrão, segundo Caldeira (2000, p. 211-215) tendeu a se estabelecer na medida em que o recrudescimento de preocupações sanitaristas foi acompanhado de práticas e processos reprodutores de discriminação e estigmatização socioespacial junto aos *habitat* urbanos ocupados pelos mais pobres.

está ligada ao ritmo da ocupação, determinado *"pela capacidade do mercado de comprar e definir o uso dos novos terrenos"* podendo ocorrer, ao menos temporariamente, níveis baixos de adensamento, reforçando o isolamento da área. Por fim, os interesses fundiários, definindo o acesso aos novos terrenos segundo um *"padrão sócio-econômico potencial de ocupação".*

A dimensão socioeconômica de produção do espaço urbano torna-se, portanto, fundamental para o entendimento da primeira grande tendência de diferenciação socioespacial (e não, tão somente, de segregação, como propôs Caldeira [2000]), que se reproduziu no espaço urbano brasileiro após a década de 1950, como a diferenciação baseada no padrão "centro x periferia".

Logicamente que no seio deste processo de diferenciação, também se reproduziu, em primeiro lugar e, sobretudo, no anel periférico do espaço urbano, uma segregação imposta (como sujeição de uma parcela dos citadinos mais pobres a certos espaços circunscritos de moradia) e, de modo mais recente, a autossegregação[12] (voltada, predominantemente, aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo), nos termos adotados por Souza (2000, p. 197-200), Sposito (2003a; 2004, p. 389 et seq) e Corrêa (2005, p. 64-65), e novas lógicas locacionais de grandes equipamentos comerciais e de serviços (SPOSITO, 2003b, p. 21-25; 2006, p. 181).

Com base nesse aspecto, Sposito (1999, p. 91-96) aponta para um dos princípios geradores da fragmentação socioespacial ao afirmar que estas novas lógicas locacionais, em geral, estão ligadas a "interesses de natureza fundiária e imobiliária" e, portanto, tendem a potencializar e, efetivamente, gerar fluxos em direção às áreas periféricas, até então, pouco valorizadas.

Tais fluxos expressam dinâmicas de segmentação do consumo do espaço urbano na medida em que são representativos da geração de novos desejos de consumo e necessidades de deslocamentos, a partir dos quais, tem havido uma expressiva tendência de se privilegiar os mais ricos que, prevalentemente, possuem e podem se locomover por automóvel particular, em detrimento daqueles segmentos de mais baixo poder aquisitivo, sobretudo, os que tendem a se deslocar, preponderantemente, por meio de transporte coletivo e/ou a pé (SPOSITO, 2006).

---

[12] Se ampliarmos a análise para a América Latina, a autossegregação não é um processo necessariamente novo, pois, já nas primeiras décadas do Século XX, foram implantados os primeiros espaços autossegregados do tipo clube de campo, tanto em Maracaibo quanto em Buenos Aires (SVAMPA, 2001, p. 49-55), e do tipo "colônias exclusivas" em Guadalajara (BARAJAS e ZAMORA, 2000).

Em grande medida, estes processos ocasionaram a diversificação dos conteúdos do anel periférico do espaço urbano (SPOSITO, 1996a, p. 114; 2002, p. 408-409) e a segmentação socioeconômica das novas áreas centrais localizadas neste anel periférico.

Nesse sentido, a segregação imposta e a autossegregação em áreas localizadas no anel periférico, contribuíram, em primeiro lugar, para mitigar o processo de diferenciação socioespacial (que conduziu o processo de estruturação das cidades médias e metropolitanas até meados da década de 1970) e, em segundo, para alterar, em certa medida, a representação socioespacial da periferia como local de concentração, tão somente, de *habitat* voltados aos mais pobres (SPOSITO, 2006, p. 180; 2003b).

Em outros termos, o afastamento socioespacial entre os distintos segmentos sociais tendeu a não se operar mais segundo a *"lógica de periferização dos mais pobres"* e da destinação das áreas centrais e pericentrais *"melhores dotadas de meios de consumo coletivo"* aos mais ricos (SPOSITO, 2011, p. 141).

Em ratificação aos posicionamentos de Souza (2000, p. 197-200) e Sposito (2003a; 2004, p. 389 et seq), o redimensionamento do processo de segregação socioespacial em autossegregação e segregação imposta contempla um duplo papel:

> (...) o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte [dos grupos dominantes] e o de um meio de controle [socioespacial por estes mesmos grupos] sobre os outros grupos sociais (…). Este controle está diretamente vinculado à necessidade de se manter grupos sociais desempenhando papéis que lhe são destinados dentro da divisão social do trabalho, (…) papéis impostos [pelos grupos dominantes que precisam] controlar um grande segmento da sociedade, não apenas no presente, mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção (CORRÊA, 2005 p. 64).

Segregação imposta e autossegregação se distinguem, portanto, a partir do tipo de separação que estabelecem e, no que tange à segregação imposta:

> (...) é a maioria (no sentido político, econômico, cultural e religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria, submetida a essa condição por razões de diferentes ordens e, no caso das cidades latino-americanas, sobretudo pela situação socioeconômica. No que se refere à autossegregação, é o grupo com melhores condições (brancos na África do Sul, mais ricos na América Latina etc.) que opta pelo isolamento em relação ao conjunto da cidade que, para eles, é o espaço dos outros e, portanto, não mais de todos (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 285).

Com base nesses dois excertos e nas considerações de Corrêa (2005, p. 65), os agentes de produção do espaço urbano, sobretudo, o poder público, empreendedores imobiliários e proprietários de glebas no espaço urbano ou de terras rurais em áreas de expansão do espaço urbano podem, potencialmente, induzir um maior nível de autossegregação (envolvendo ações relativas à aprovação, implantação, comercialização e ocupação de "espaços autossegregados" - como os loteamentos fechados e condomínios horizontais[13] - em contiguidade territorial ou em descontinuidade territorial com a cidade) e de segregação imposta (designativa das dinâmicas de produção e de ocupação de espaços segregados em descontinuidade territorial ao conjunto do espaço urbano consolidado), ocasionando impactos no nível de articulação e interdependência entre as parcelas que compõem a cidade.

Os espaços autossegregados atendem, em maior proporção, a demanda solvável dos segmentos sociais de mais alto poder aquisitivo[14]. Do ponto de vista da forma espacial e de sua funcionalidade, este novo tipo de *habitat* urbano revela o desejo de alguns de se isolar do restante da cidade (SOBARZO e SPOSITO, 2003), de modo a esboçar certo tipo de "autonomia" em relação à cidade em sua diversidade, nos termos apresentados por Souza (2000, p. 206-207).

Tal desejo de isolamento e/ou busca por "autonomia"[15] tendem a ser justificados (entre outras justificativas fomentadas pela mídia e o *marketing* imobiliário) em termos de se diminuir a insegurança no espaço urbano (SOUZA, 2000, p. 197-199) e, portanto, de se alcançar tranquilidade, que se traduz na possibilidade de se afastar de uma série de incômodos e de contatos indesejáveis, presentes cotidianamente nos espaços integrados da cidade (DAL POZZO, 2011, p. 167-191).

Pelo ensejo e efetivação do processo de isolamento, que Souza (2000, p. 201) caracteriza como "escapismo das elites", a forma e a função de um espaço autossegregado, em geral:

---

[13] Para saber mais sobre as diferenças, do ponto de vista da legitimidade e do ponto de vista legal, entre loteamento fechado e condomínio horizontal, ver Sobarzo e Sposito (2003), Zandonadi (2008), Dal Pozzo (2011) e Sposito e Góes (2013).

[14] A lógica do fechamento perimetral não é exclusiva dos espaços autossegregados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, sobretudo, porque desde o ano 2000, após uma breve reestruturação das políticas públicas habitacionais, condomínios horizontais com habitações de médio padrão construtivo e de pequenas dimensões (além da exiguidade de área livre entre as habitações) foram implantados em substituição ao modelo de "conjunto habitacional", tendo em vista, atender demandas de moradia dos segmentos de mais baixo poder aquisitivo, pelos quais, o poder de escolha de onde (e como) morar é reduzido. Ainda que uma pequena parcela de moradores tenda a reproduzir o discurso da insegurança no espaço urbano, o motivo fundamental que orientou a escolha deles foi a compra da "casa própria". Considerando a dimensão do controle socioespacial junto aos moradores, desempenhado pelo Estado, que analisamos em Dal Pozzo (2006), ainda que seja possível, há certa fragilidade em caracterizá-los como espaços autossegregados.

[15] Esse tipo de autonomia tende a ser traduzido como um processo que nega as diferenças (e explicita as iniquidades socioespaciais) a partir do afastamento socioespacial que se efetiva, entre outros aspectos, com a realização de esforços individuais e familiares que, dispondo de uma privilegiada condição socioeconômica (e adotando a ideia de necessidade de mais segurança como umas das justificativas principais) optam pela autossegregação (DAL POZZO, 2011, p. 268).

> (...) no sólo no posibilita una mayor interacción [socioespacial] dentro de él sino que contribuye para quebrar las interacciones con los otros, los que están del otro lado del muro, sobre todo con aquéllos no reconocidos como iguales. En este sentido, puede afirmarse que en estos pedazos del espacio urbano existe, como en toda la ciudad, la tendencia al individualismo, sin embargo, (…) la forma en que se insertan en el espacio urbano y las prácticas socioespaciales derivadas de esta morfología, disminuyen las posibilidades de convivencia y encuentro entre sujetos (…) de diferentes segmentos socioeconómicos e intereses culturales (SOBARZO e SPOSITO, 2003, p. 38).

Diante de uma autossegregação ainda pouco expressiva nos espaços urbanos paulistas, remetendo-se, portanto, às décadas anteriores à de 1990, a segregação socioespacial (em termos de segregação imposta) constituiu em decorrência de uma série de fatores, a serem analisados nos parágrafos subsequentes, a partir do qual se revelou certo caráter de imposição aos segmentos sociais de mais baixo poder aquisitivo levando-se em consideração a oferta de poucas alternativas e o baixo poder de escolha deles no que tange às questões de “onde” e “de que modo” habitar no espaço urbano.

Nesse sentido, uma das alternativas viáveis aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo consubstanciou-se num expressivo movimento de ocupação do anel periférico, sobretudo, em descontinuidade territorial ao espaço urbano consolidado e, geralmente, dotado de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo, precários (CORRÊA, 2005, p. 19).

Além dessas duas características, tal ocupação também se consubstanciou tanto pela implantação de habitações de baixo padrão construtivo e em regime de autoconstrução (CALDEIRA, 2000), quanto por meio de conjuntos habitacionais (implantados através de recursos do Sistema Financeiro de Habitação e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano [SPOSITO e GÓES, 2013, p. 280]) permeados por um controle socioespacial mais efetivo do Estado no bojo do processo de combate aos cortiços [MARINS, 2006, p. 174])[16] que geraram, ainda que transitoriamente, um sentimento de segregação socioespacial, por consequência do afastamento socioespacial ao tecido urbano consolidado (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 280).

Com base nessas características exprimiu-se, ao longo do processo de produção capitalista do espaço urbano, a exploração e a espoliação da força de trabalho, da acumulação não equitativa no espaço, da expressiva presença do Estado em algumas

[16] No caso mais específico da cidade de São Paulo, analisado por Caldeira (2000) e por Marins (2006), o ritmo mais acelerado de ocupação do anel periférico pelos segmentos de menor poder aquisitivo foi fomentado, entre outros aspectos, por meio de leis que acabaram por desestimular a produção rentista de moradias e a proibição de novos cortiços nas áreas mais centrais, e por consequência de processos migratórios.

parcelas do espaço urbano e de sua aparentemente e paradoxal ausência em outras, sobretudo, aquelas mais pobres: os espaços segregados (RODRIGUES, 2007, p. 74-77).

Com mais intensidade, portanto, a partir da década de 1990, ampliou-se, não somente, a segregação imposta, mas também, a autossegregação (SPOSITO, 2006, p. 180-181). Nesse sentido, ambos os processos permitiram que as dinâmicas de segregação socioespacial tornassem-se mais complexas.

Deste modo, dispondo do controle do mercado de terras e da incorporação imobiliária (visando estabelecer níveis elevados de homogeneidade socioeconômica em torno dos espaços autossegregados), determinados agentes de produção do espaço (sobretudo, proprietários de terras e incorporadores imobiliários) tendem a induzir os segmentos de baixo poder aquisitivo a ocupar outras áreas da cidade, contribuindo com o processo de produção da segregação imposta (CORRÊA, 2005, p. 64). Além disso:

> Tais agentes têm sido capazes de procurar localizações que, ao mesmo tempo, possibilitam fluidez e diminuição do número e da frequência dos deslocamentos intra-urbanos, visto que valorizam, em suas escolhas locacionais, a situação geográfica da gleba a ser loteada em relação às vias que propiciam maior velocidade em relação à proximidade dos meios de consumo mais modernos. Em outras palavras, combinam alta mobilidade com proximidade e identidade nas práticas de consumo (SPOSITO, 2006, p. 186).

Como algumas das externalidades reticulares do poder e de seus efeitos em nível de sujeição (FOUCAULT, 1979, p. 182-185), tendo em vista, responder a determinadas necessidades em torno da contínua valorização imobiliária e da cidade como negócio, essas lógicas econômicas dos agentes de produção do espaço revelam algumas características dos mecanismos de controle socioespacial exercido por meio da relação entre técnicas, normas e limites materiais e simbólicos que contribuem para expressar um determinado território, nos termos propostos por Gomes (2002, p. 136-139), objetivando orientar e induzir o cumprimento de suas funções ou, ainda, de seus novos papéis (SENNETT, 1998, p. 50-55), e designar os modos pelos quais determinadas porções do espaço urbano devem ser consumidas, direcionando-os, potencialmente, a segmentos sociais específicos.

Orientado por esta lógica mais geral de segmentação pelo controle socioespacial, a produção e a manutenção de distintos territórios urbanos, no entanto, não está livre de tensões e conflitos.

Além da dimensão socioeconômica, trata-se de uma dimensão política a partir da qual a territorialização - o exercício de controle e poder de influência, com menor ou maior

grau de efetividade - de determinados grupos expressa-se sobre um determinado espaço considerando os mais diversos interesses e justificativas, como: rendas e lucros; s*tatus* e segurança; afetos e identidades, entre outros, e que, portanto, requer negociação e, por vezes, resistência, de outros grupos (SOUZA, 2013, p. 87-90).

Referindo-se às lógicas econômicas e práticas espaciais dos citadinos destacam-se três processos, analisados por Gomes (2002, p. 176 et seq), que se somam às dinâmicas de territorialização na cidade. Tratam-se da *"progressão das identidades territoriais"*, o *"emuralhamento da vida social"* e o *"crescimento das ilhas utópicas"* abordados nos três parágrafos seguintes.

O que se expressa a partir da progressão das identidades territoriais é o controle - não sem tensões - de um grupo sobre um determinado espaço e que se fundamenta pelo discurso contra a diferença.

Através do emuralhamento da vida social torna-se possível o distanciamento com qualquer tipo de contato social e deslocamentos indesejáveis, tendo em vista, não interferir na lógica individualista e de otimização do uso do tempo, que se articulam às práticas de consumo do espaço urbano. A difusão do uso e consumo pela Internet, o uso de serviços de entrega em domicílio, a contratação de serviços de TV por assinatura, o uso expressivo do automóvel particular e o lazer realizado no interior de espaços autossegregados são algumas das práticas que contribuem com esse processo.

Em alusão ao crescimento das ilhas utópicas, trata-se da proliferação de espaços autossegregados e de condomínios verticais, por vezes, inseridos no contexto de implantação de megacomplexos imobiliários e, portanto, dispondo de grandes equipamentos comerciais e de serviços nas proximidades mais imediatas ao local de moradia. Nesse sentido, a segmentação socioeconômica de consumo do espaço tende a ser reforçada.

Apoiando-se nas argumentações de Caprón (2006, p. 249-262), pode-se afirmar que, com a proliferação e efetiva ocupação dos espaços autossegregados, os moradores desse *habitat* urbano tendem - por orientação de um determinado *habitus*, nos termos estabelecidos por Bourdieu (2010) - a ensejar e a efetivamente desempenhar novas práticas espaciais, as quais podem ser reveladoras da segmentação do consumo do espaço urbano.

Como consequência, tais dinâmicas proporcionam rebatimentos na medida em que estabelecem um efetivo afastamento socioespacial dos espaços segregados e em relação ao conjunto da cidade, sendo este afastamento reforçado por um descompasso essencial que se relaciona ao mais acentuado potencial de mobilidade dos mais ricos,

comparativamente aos mais pobres (LOJKINE, 1997, p.189-255), habitantes dos espaços segregados, como já mencionado.

A relação entre *habitus* e práticas espaciais, portanto, comparece como outro elemento essencial para a expressão de distintos (e tensos) territórios urbanos, representativos da segmentação do consumo do espaço urbano.

Em geral, a tensa relação entre esses territórios urbanos, tem sido sintetizada pela noção de fragmentação socioespacial pelo fato desta contemplar e ultrapassar o escopo das dinâmicas, analisadas nos estudos realizados entre as décadas de 1970 e 1980, que se apoiaram no conceito de segregação socioespacial os quais, segundo Castells (1978, p. 203-218) tenderam a envolver análises comparativas, a partir dos processos de distribuição e concentração residencial de um determinado segmento social, e suas respectivas desigualdades em termos de presença/ausência de equipamentos de uso coletivo e de infraestrutura urbana (que servem ou, potencialmente, podem servir a esse determinado segmento), com relação ao espaço urbano como um todo.

Contudo, deve-se asseverar que a fragmentação socioespacial não se trata de um processo que supera ou substitui a diferenciação e/ou a segregação socioespacial, mas, por outro lado, contribui - por meio do afastamento socioespacial entre as diferenças, no que tange às práticas de habitar e consumir a cidade - para modificar seus respectivos conteúdos, desvalorizando a diferenciação e sobrevalorizando a segregação socioespacial, sobretudo, em sua segunda forma de desdobramento, que é a autossegregação, nos termos estabelecidos por Corrêa (2005, p. 65).

Nesse sentido, a fragmentação socioespacial é a expressão territorial de novas dinâmicas que envolvem, sobretudo, o processo de segregação socioespacial articulado às novas práticas espaciais reveladoras da segmentação do consumo do espaço urbano.

Tal articulação, ao esboçar a constituição de territórios urbanos que se distinguem, do ponto de vista do conteúdo socioeconômico predominante e de mecanismos de controle socioespacial próprios, expressa as características do processo de fragmentação socioespacial.

Com base nesses aspectos, a fragmentação socioespacial, embora possa perspectivar-se como tendência para o tempo de média duração, é um processo construído e vivenciado cotidianamente pelos citadinos e agentes de produção do espaço urbano. Há, portanto, uma sobreposição e combinação de escalas envolvendo práticas espaciais e processos socioespaciais mais amplos.

Além disso, essas escalas não estão ligadas apenas a uma intencionalidade ou lógica geral de reprodução do capital (envolvendo o capital imobiliário, proprietários do setor terciário, especuladores imobiliários e os próprios citadinos em suas práticas espaciais de habitar e consumir a cidade, etc.), mas, também contemplam certo grau de acaso, indeterminação e possibilidades o que, em grande medida, contribui para que a fragmentação socioespacial possa assumir particularidades e singularidades em cada espaço urbano.

Salgueiro (2001, p. 116), ao analisar a fragmentação socioespacial nas cidades atuais, sobretudo, considerando as cidades de padrões metropolitanos, destaca o aparecimento de um conjunto de novas formas e processos que contribuíram para expressar suas dinâmicas, quais sejam:

- O “território policêntrico”, a partir da consolidação de novas áreas centrais em detrimento da hegemonia do centro tradicional;
- As “áreas mistas” representativas de determinadas porções do espaço urbano ou, ainda, de megacomplexos imobiliários que combinam, em contiguidade, espaços residenciais e áreas centrais; os “enclaves”, nos casos de implantação de espaços autossegregados em contiguidade a espaços residenciais mais pobres;
- A “dessolidarização com o entorno”, que substitui uma lógica zonal de apropriação espacial por consequência do estabelecimento de redes socioespaciais que integram, de modo estratégico e, segundo interesses individuais, determinadas porções do espaço urbano e, por fim;
- “Valores de distinção social”, que fomentam a expressão de territórios urbanos por meio da segmentação do consumo do espaço.

Confrontando os estudos de Salgueiro (2001) aos resultados de pesquisas empíricas em cidades médias paulistas, Sposito e Góes (2013) ressaltam que:

> (...) novos elementos se combinam para o reconhecimento da fragmentação, como a existência de uma policentralidade e a conformação de territórios descontínuos, gerando morfologias menos integradas territorialmente. Além disso, as relações entre proximidade e contiguidade foram alteradas, uma vez que o uso do transporte automotivo e a ampliação das possibilidades de comunicação redefinem as interações espaciais entre diferentes áreas residenciais, entre estas e as áreas de trabalho, consumo e lazer. O resultado dessas transformações é a geração de uma geometria espacial de fluxos mais complexa e menos apoiada nos espaços de inserção imediata de diferentes sujeitos sociais nas cidades (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 299).

Aproximando-se das proposições de Janoschka e Glasze (2003, p. 16-17) e de Souza (2008, p. 55-58), a fragmentação socioespacial pode se realizar, portanto, no plano da segmentação do consumo do *habitat* urbano articulado ao plano da segmentação do consumo do espaço urbano, a partir dos quais, o processo de diminuição de contatos entre grupos que se distinguem no que tange ao padrão socioeconômico e estilo de vida, pode ser expresso em termos de territórios urbanos.

Para se avaliar o grau de interação espacial e a qualidade dos contatos/interações sociais que se realizam no plano dessas segmentações para a expressão de territórios urbanos, tornam-se prementes as análises das práticas espaciais que levem em consideração as ações e relações sociais entre distintos segmentos, desenvolvidas a partir de seus itinerários, escolhas/estratégias locacionais, níveis diferenciados de mobilidade e acessibilidade e poder de consumo no espaço e, sobretudo, de consumo do espaço.

Nesse sentido, as práticas espaciais podem designar os usos, possibilidades e limites à apropriação do espaço urbano (LOBODA, 2008, p. 67). Além disso, tais práticas espaciais nunca são neutras e, portanto, tendem a exprimir interesses e assumir particularidades e especificidades de acordo com cada segmento social (HARVEY, 2003, p. 202-216).

No tocante aos limites à apropriação, ressaltam-se as inúmeras coações (repetições, normas, produção e controle dos comportamentos) que submetem o uso à lógica do consumo do espaço (CARLOS, 2007b, p. 97) e que se vinculam às possibilidades de distinção social (CARLOS, 1997, p. 205-208).

Considerando esses aspectos, os espaços autossegregados, pela forma de organização, tornam-se locais expressivos para se avaliar tendências de fragmentação socioespacial, pois, além das rupturas que promovem em relação à continuidade territorial do espaço urbano, o uso e o consumo desses *habitat* urbanos podem, potencialmente, promover mudanças no processo de representação subjetiva dos sujeitos que se autossegregam, muitos dos quais, não conceberiam mais a cidade como unidade territorial (SOBARZO e SPOSITO, 2003, p. 41).

Por outro lado, uma parcela dos espaços integrados, em especial, aqueles voltados a atender demandas de moradia dos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, tende a guardar determinadas semelhanças com os espaços autossegregados e também podem contribuir, em certos aspectos, com o processo de fragmentação socioespacial na medida em que se eleva o grau de isolamento dos segmentos que os habitam, em detrimento do uso e consumo do espaço urbano em sua diversidade, a partir da desvalorização dos

espaços públicos (CAPRÓN, 2006, p. 206-209) e do constante incremento de sistemas de segurança, que desestimulam os contatos ocasionais.

No entanto, são nos processos de oposição (tensionamentos) e de afastamento socioespacial entre os sujeitos que habitam os espaços autossegregados e os espaços segregados (incluso, as segmentações das práticas espaciais no plano dos usos e consumo do espaço urbano) que mais se reúnem elementos para expressar dinâmicas de fragmentação socioespacial.

Considerando a perspectiva do uso e, sobretudo, do consumo do espaço urbano, torna-se fundamental confrontar e avaliar os aspectos qualitativos dos encontros/contatos e os pontos de ruptura (incluso, os efeitos e implicações dos mecanismos de controle socioespacial), a partir da análise comparativa das práticas espaciais dos sujeitos que moram, sobretudo, em espaços autossegregados e segregados, além dos tensionamentos que resultam dessas práticas.

Além disso, ainda que o processo de fragmentação socioespacial expresse-se com mais intensidade em espaços urbanos brasileiros de padrões metropolitanos, nas cidades médias esse processo tende a se realizar com menor intensidade, porém, a partir de especificidades próprias (SCHMIDT, 2003; BORSDORF e DATTWYLER, 2004, p. 33; DAL POZZO e SPOSITO, 2009, p. 14).

A partir de observações de campo e análises empíricas durante a realização da pesquisa, articuladas às análises de Raffestein (1993), Salgueiro (2001), Haesbaert (2010), Dal Pozzo (2011) e Sposito e Góes (2013), propõe-se considerar, em cidades médias (e no plano das formas urbanas), a hipótese de dois padrões básicos de fragmentação socioespacial: fragmentação por área e fragmentação reticular.

Em Ribeirão Preto, pela grande concentração de espaços autossegregados no setor sul e uma predominante distribuição das práticas espaciais dos moradores desses espaços, voltadas ao consumo de bens e de serviços (incluso o lazer) neste mesmo setor, contribui para que se expresse uma tendência de fragmentação socioespacial em rede.

Além disso, pela policentralidade gerada a partir da inauguração do Shopping Iguatemi, de prédios de escritórios e de um colégio particular no setor sul e em contiguidade com uma série de espaços autossegregados, aos moldes de um megacomplexo imobiliário, também há uma tendência de que se estabeleça, nesse setor, uma fragmentação socioespacial por área.



Fotografia 1 (08/2012) Ribeirão Preto: Processo de implantação do Shopping Iguatemi e de edifícios residenciais no megacomplexo imobiliário Vila do Golfe

Já em Presidente Prudente, a tendência de concentração de espaços autossegregados no setor sul e porção noroeste combinam-se com uma distribuição das práticas espaciais de modo a abranger uma extensa área do setor sul e de modo a concorrer, expressivamente, com aquelas realizadas no Centro principal. Tais aspectos contribuem para que se estabeleça uma fragmentação socioespacial, tão somente, em rede.

No setor sul, estas práticas espaciais realizam-se de modo predominante, ao longo de quatro avenidas principais que dão acesso ao Centro (Avenidas Washington Luiz, Manoel Goulart, Coronel José Soares Marcondes e Brasil), e daquelas que circundam o Parque do Povo (Avenidas, 14 de Setembro e 11 de Maio)[17].

Em relação às práticas dos sujeitos autossegregados, esta fragmentação em rede se expressa, portanto, por meio de um elevado nível de acessibilidade aos equipamentos comerciais e de serviços distribuídos ao longo (e em proximidade) dessas Avenidas (e que se contribuiu para gerar, nelas, multicentralidades), bem como ao Prudenshopping e hipermercados (policentralidades) também distribuídos no setor sul.

[17] As localizações das vías citadas de Presidente Prudente podem ser verificadas a partir do Anexo 4.

1.2. Práticas espaciais e segmentação do consumo do espaço urbano: Expressões iniciais da fragmentação socioespacial e constituição de territórios urbanos

No contexto mais geral de produção de espaços urbanos de padrões metropolitanos, tem havido uma predominância de estudos[18] realizados a partir deste respectivo recorte empírico, por meio das quais diversos aspectos e formas de expressão da fragmentação socioespacial têm comparecido com maior nível de intensidade.

Em geral, esses estudos tendem a demonstrar os modos pelos quais vêm se reproduzindo um maior nível de segmentação do consumo do espaço urbano, destacando-se alterações na esfera da sociabilidade, em termos de diminuição do diálogo entre as diferenças e da intensificação das iniquidades socioespaciais.

A partir desses estudos, uma primeira perspectiva refere-se à proliferação da autossegregação e às novas expressões de centralidade, por vezes, associadas a esta proliferação. Já uma segunda perspectiva liga-se às análises das práticas espaciais dos segmentos de mais alto poder aquisitivo que habitam os espaços autossegregados e que, a partir delas, expressam uma tendência de segmentação do consumo do espaço urbano.

Em detrimento da esfera política da cidade a partir de inúmeras coações (CARLOS, 2007, p. 97), e em função da racionalidade do consumo segmentado do espaço urbano (SPOSITO, 2011), a terceira e última perspectiva[19], baseia-se na verificação e análise dos mecanismos de controle socioespacial e da visibilidade desses mecanismos que, segundo Svampa (2001, p. 254), Gomes (2002, p. 136-139) e Frois (2011, p. 16-20), comparecem como o meio pelo qual se induz a produção de determinados comportamentos e impõem-se limites a uma efetiva apropriação do espaço.

O debate envolvendo os mecanismos de controle socioespacial contemporâneos (adaptado aos objetivos da tese) baseia-se fundamentalmente nas pesquisas que estabelecem, como recorte, desvendar as intencionalidades de se introduzir, no processo de produção e apropriação (e/ou consumo) do espaço, o controle social e, nesse sentido, tratando-se de esquadrinhar os movimentos dos sujeitos de modo a induzir a reprodução de determinadas práticas e comportamentos, aos quais, possam consubstanciar-se em resultados mais afeitos a interesses específicos de determinado grupo.

---

[18] Cf. Souza (2000); Salgueiro (2001); Gomes (2002); Lago (2002); Aguilera (2003); Janoschka (2003); Schmidt (2003); Aceves et al (2004); Arizaga (2004); Borsdorf e Dattwyler (2004); Andrade (2005); Billard et al (2005); Vidal-Koppmann (2005); Dattwyler et al (2007).

[19] Guardadas as devidas proporções, o conjunto dessas três perspectivas também tende a estar contemplado no contexto de produção e consumo de cidades médias (ZANDONADI, 2008; DAL POZZO, 2012), porém, com ritmos e especificidades próprios.

De modo a contribuir nesse sentido, os estudos realizados por Foucault (1977; 1979) mencionam a importância do espaço no processo de se estabelecer o controle social. Em outras publicações, Foucault (1978; 1999) também destaca a passagem do controle disciplinar do espaço (a sociedade da disciplina) para a "sociedade do controle" tratando-se, portanto, de uma ideia envolvendo dinâmicas mais recentes, também estudadas e complementadas por Deleuze (1992) e Souza e Compans (2009).

Com base nesses estudos, ao perpassar por ambientes que exigem permanência e/ou confinamento (como em instituições, tais como: prisões, hospitais, escolas, quartéis e fábricas) o comportamento do indivíduo poderia ser modelado pelo olhar constante de um vigilante (a sociedade da disciplina).

Já em função do aumento dos fluxos e a premente necessidade de regulação destes, pressupõe-se que o indivíduo tenha incorporado a disciplina e, portanto, tende a reagir imediatamente aos dispositivos de controle, por persuasão, e pelo aumento de visibilidade desses dispositivos.

Com base nas argumentações de Foucault (1979, p. 189), as disciplinas portam um discurso que é o da norma, por meio da qual se veiculam os códigos de normalização. Trata-se de dinâmicas (envolvendo a implantação de novas técnicas e tecnologias voltadas ao condicionamento e controle dos comportamentos dos sujeitos) que se relacionam mais diretamente com as tendências de se estabelecer uma sociedade do controle.

A análise dos dispositivos de segurança privada e seus efeitos também estão inseridos nesse debate. Por exemplo, Salazar et al (2002), Aguilera (2003, p. 44) e Koerner (2006, p. 235-237), ao identificar algumas dimensões e efeitos desses mecanismos, dão destaque ao conjunto de práticas de vigilância e videovigilância, controle e monitoramento dos fluxos, como capazes de não apenas restringir, mas também, de induzir determinados comportamentos dos indivíduos submetidos a esses dispositivos[20].

Davis (2001), ao analisar ambientes minuciosamente vigiados em Los Angeles, dá destaque para os motivos e consequências para a expressiva implantação de passagens giratórias com detectores de metais, de grades em portas e janelas, bem como para a contratação de seguranças particulares e proliferação da estética "Brinks", como intermediação e, sobretudo, proteção ante a realização de contatos interpessoais.

[20] Para uma análise complementar dos dispositivos de segurança, sobretudo, aqueles relativos ao controle dos fluxos de empregadas domésticas e demais prestadores de serviços em espaços autossegregados, consultar Apêndice I.



Fotografia 2 (08/2012) Presidente Prudente: Central Park Residence. Trata-se de uma portaria que foi refuncionalizada ao longo do ano de 2012, a partir de uma série de incrementos de dispositivos de segurança, como câmeras de videovigilância e portas giratórias para o controle do acesso a pedestres.



Fotografia 3 (08/2012) Presidente Prudente: Cerca eletrificada e câmera de videovigilância voltada para a entrada de uma das residências do espaço integrado Parque Higienópolis.



Fotografia 4 (08/2012) Ribeirão Preto: Muro perimetral do Condomínio Ipê Roxo localizado na Vila do Golfe. Destaque para a presença de cerca do tipo concertina e câmera de videovigilância de área pública.



Fotografia 5 (08/2012) Ribeirão Preto: Portaria do Condomínio Nova Aliança Sul. Além dos dispositivos de segurança comumente implantados, também se destaca o aspecto monumental da entrada, por meio da qual se estabelece uma clara distinção entre o espaço público e o espaço condominial (e, portanto, de uso e apropriação privada).



Fotografia 6 (08/2012) Ribeirão Preto: Bairro Alto da Boa Vista. Trata-se de um dos pontos fixos do serviço de segurança privada a partir das quais se realizam o controle e monitoramento de fluxos e atividades e/ou comportamentos considerados suspeitos neste espaço integrado voltado aos segmentos de maior poder aquisitivo.

Tais mecanismos de controle socioespacial não são apenas de interesse dos agentes de produção imobiliária, mas também, de empresas prestadoras de serviços de segurança patrimonial e pessoal e, com base nesses aspectos, *"a segurança se transforma em mercadoria"* nos moldes de um *"território vigiado",* como ressalta Moura (2006, p. 46-47) e, nesse sentido:

> A territorialização do espaço, onde o medo aumenta na proporção inversa à confiabilidade nas instituições encarregadas de manter a ordem propicia formas alternativas de autodefesa e faz com que seja transformado o Direito. A instituição de códigos particulares nos enclaves urbanos, de alta ou baixa renda, confirma a fragmentação, a ilegalidade e a ilegitimidade no exercício do poder, negando princípios soberanos firmados para a proteção da coletividade. Coloca em prática normas duvidosas e um novo mando, apontando para o anacronismo ou o desvio funcional de instituições consagradas para a manutenção da lei e da ordem urbana, confiscadas por interesses privados. Essas territorialidades emergentes exercem um direito particularizado, um direito territorial de fato, que impõe estatutos e procedimentos que subvertem os princípios democráticos e a ética (MOURA, 2006, p. 48).

Com base nisto, essas dinâmicas de territorialização comparecem como o meio e/ou mecanismo pelo qual se busca beneficiar determinados grupos restritos, tendo em vista contemplar lógicas voltadas à contínua valorização imobiliária e àquelas voltadas à preponderância do consumo, inclusive, o consumo da segurança privada.

Os depoimentos dos citadinos entrevistados, sobretudo, os moradores de espaços autossegregados e integrados voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo, reforçam uma das principais justificativas que apoiam essas lógicas (à qual também foi objeto de análise a partir das pesquisas realizadas por Cubas [2005] e Sposito e Góes [2013]), segundo as quais, tem havido uma contínua e crescente busca pela diminuição dos níveis de insegurança no espaço urbano o que, consequentemente, também leva a uma crescente insatisfação (ou, ainda, um desejo constante de se ampliar e atualizar), no que tange aos dispositivos de segurança no espaço residencial e que, em determinados casos, também são capazes de reproduzir práticas discriminatórias, sobretudo, em relação aos trabalhadores mais pobres que adentram a esses espaços (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 241-243).

Sérgio Adorno, na apresentação do livro que compõe os resultados da pesquisa realizada por Cubas (2005, p. 12-13), retrata algumas consequências envolvendo a expansão do mercado privado de segurança:

> (...) o mercado privado de segurança, por mais que represente interesses legítimos de segmentos sociais, não deixa de reproduzir desigualdades, em especial o desigual direito de acesso à segurança e à proteção do Estado. Longe de ser apenas um símbolo de modernidade tardia, o mercado privado de segurança reforça justamente o que pretende combater: o medo e a insegurança. Ao publicizar seus produtos, cria a necessidade de maior e maior medo, maior e maior insegurança; divide os cidadãos entre os que podem garantir a segurança por contra própria e os que não podem. Estes, no extremo, apelam para os instrumentos que têm a mão: a proteção dos esquadrões da morte, dos justiceiros, dos linchamentos, do arbítrio dos cidadãos na distribuição de justiça e punição. O resultado não pode ser outro: um ciclo interminável de enfraquecimento do frágil monopólio estatal da violência que somente pode resultar em maior medo e maior apelo à segurança privada, reduzindo a crença dos cidadãos nas instituições públicas de contenção do crime e de resolução de conflitos nas relações sociais.

Relativo à expansão deste mercado privado de segurança *"num país de enormes desigualdades sociais"*, Cubas (2005, p. 75) destaca que um dos agravantes associados a esta dinâmica:

> (...) é que se assume a lógica de mercado para um problema social. Isso vai em caminho contrário ao que vários autores indicam como sendo uma das saídas para a questão da violência: a sua percepção como um problema público e, consequentemente, como algo que requer decisões públicas e conjuntas (...) (CUBAS, 2005, p. 75).

Na contramão de decisões públicas e conjuntas, o mercado privado de segurança e o fomento às estigmatizações socioespaciais, que associam os mais pobres que moram no anel periférico como sujeitos perigosos e/ou violentos, contribuem para dividir a cidade *"entre os que nela circulam livremente e os que são acusados de ameaça-la"*. A divisão da cidade em distintos territórios tornou-se um dos projetos urbanos contemporâneos que *"responde ao princípio ancestral do „dividir para reinar" ou, em termos atuais, fragmentar para administrar"* (PEDRAZZINI, 2006, p. 14-15, 56-57).

Já no que se refere ao processo de produção, comercialização e ocupação dos espaços autossegregados em cidades médias, além de fomentar o mercado de segurança privada, tais *habitat* urbanos também contemplam os interesses dos agentes de produção imobiliária, uma vez que os mecanismos de controle socioespacial podem ser estender de modo a contemplar outras estratégias, como aquelas relativas às práticas comerciais de elevação de preços imobiliários num ritmo mais intenso que o restante da cidade (ZANDONADI, 2008, p. 182), além daquelas relativas à oferta de lotes e de unidades habitacionais de grandes dimensões (DAL POZZO, 2011, p. 160-162).

Além destas, outra estratégia também se integra à perspectiva de um maior nível de valorização imobiliária dos espaços autossegregados. Trata-se da localização desse tipo de *habitat* urbano de modo a propiciar:

> (...) a qualificação do tempo de deslocamento, pois para ir desses loteamentos às áreas melhor equipadas dessas cidades, não apenas os percursos são menores, comparativamente aos percursos feitos pelos pobres, medido em distância e tempo, como também são mais aprazíveis. Por isso, as novas centralidades, geradas nos espaços urbanos periféricos ou periurbanos com a implantação dos *shopping centers,* por exemplo, são tão valorizadas nas escolhas locacionais dos loteamentos fechados quanto à acessibilidade a vias de circulação mais rápida, algumas delas eixos rodoviários interurbanos (SPOSITO, 2006, p. 186-187).

Tais práticas comerciais, num movimento de dupla mão (garantia de maior nível de homogeneidade social e obtenção de maior valorização imobiliária) têm contribuído para aprofundar a segmentação socioespacial, no plano da produção desses *habitat* urbanos.

Além disso, esses mecanismos de controle socioespacial também se estendem na medida em que podem ser representativos de formas de gestão privativa do espaço, imputadas por associações de moradores, e que se efetivam, entre outros aspectos, por meio de regras relativas ao padrão construtivo das habitações (JANOSCHKA e GLASZE, 2003, p. 17), ao controle e monitoramento dos fluxos dos prestadores de serviços e aos modos como se realiza a convivência nas áreas destinadas ao lazer, no interior desses espaços autossegregados (DAL POZZO, 2011, p. 173-177).

Pelo caráter ostensivo, mas também, por *status* social, a crescente necessidade de adoção de novos e modernos mecanismos de controle socioespacial tende a exacerbar, tanto a visibilidade desses mecanismos, quanto a visibilidade dos próprios sujeitos que moram e frequentam os espaços autossegregados (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 242-243).

Esses mecanismos inserem-se no plano das lógicas econômicas dos agentes de produção do espaço urbano e demais grupos investidos de poder (CORRÊA, 2003; 2005; 2007), qualificadas pela dimensão estratégica e coercitiva (segundo intencionalidades de uma dispersão do espaço urbano, promoção da segregação imposta e autossegregação, de indução de determinados comportamentos, etc.) (SOUZA, 2013, p. 248).

Dentro de um contexto de diversificação dos conteúdos do anel periférico, a combinação dessas perspectivas aponta para níveis mais significativos de ruptura com a unidade territorial da cidade e, portanto, materializa e expressa percepções de um afastamento socioespacial mais efetivo entre os segmentos sociais que a compõem.

Esta ideia de percepção apoia-se nas análises desenvolvidas por Bourdieu (2010). Para o autor, parte da sociedade tende a perceber o mundo social essencialmente por meio da incorporação de estruturas objetivas do espaço social tomando-o tal como ele é e aceitando-o, dentro de um quadro de passividade, como natural.

A assunção dessa posição é interpelada pelo que pode ou não pode "permitir-se a si mesmo" e, portanto, tende a contribuir para a delineação e aceitação dos diferentes territórios que compõem a cidade, e pelo estabelecimento e respeito do conjunto de distanciamentos, firmado entre os citadinos, a partir da ideia de que "isto não é para nós" (BOURDIEU, 2010, p. 141).

Ainda que amplamente fomentado pelo mercado imobiliário, com vistas a uma contínua valorização imobiliária e por meio da adoção de um *modus operandi* baseado no processo de especulação imobiliária, a combinação entre ruptura da unidade territorial e o ensejo a um afastamento socioespacial mais efetivo entre os diversos segmentos sociais contribuiu para reorientar, não somente a lógica de estruturação de "tradicionais" e "novos" *habitat* urbanos, mas também para reorientar, do ponto de vista das novas expressões de centralidade[21], a lógica de estruturação de "tradicionais" e "novas" áreas centrais.

Em outros termos, isto quer dizer que, do ponto de vista da relação entre densidade do conteúdo histórico das formas espaciais (privilegiando-se, portanto, o tempo de longa duração no processo de produção do espaço urbano), trata-se, grosso modo, de confrontar aquilo que foi e ainda é tradicional na composição do espaço urbano, ou seja, os espaços integrados e, portanto, territorialmente contínuos e reveladores de contextos socioeconômicos diversificados, identificados como o "tradicional" *habitat* urbano, com aquelas que, por se originar com mais expressividade apenas a partir da segunda metade do Século XX podem, ainda, serem identificadas como o "novo", ou seja, os espaços segregados e, de modo mais recente ainda, os espaços autossegregados como um dos "produtos de maior impacto no mercado imobiliário" em cidades latinoamericanas "nas últimas décadas" (SPOSITO, 2006).

No bojo das distintas expressões de centralidade no espaço urbano, este mesmo raciocínio pode ser estendido na medida em que se quer identificar o centro tradicional ou histórico como aquilo que pode ser considerado como uma "tradicional" expressão de centralidade, de um lado e, de outro, as "novas" expressões de centralidade, que se originaram no contexto dos processos de expansão do espaço urbano fomentando-se, do ponto de vista das multicentralidades, tanto aquilo que pode ser caracterizado como

[21] Para saber mais sobre expressões de centralidade, ver: Montessoro (2001), Whitacker (2003; 2007) e Sposito (2007b).

“comércio de vizinhança”, preponderantemente (mas não exclusivamente) realizado a partir dos subcentros, quanto em função do expressivo aumento dos fluxos proporcionados pelo maior nível de consumo do transporte particular por automóvel ou motocicleta que, em grande medida, fomentou a constituição de “eixos comerciais e de serviços”.

Já do ponto de vista das policentralidades, trata-se da implantação de grandes estabelecimentos comerciais e de serviços, como hipermercados e *shopping centers* (em geral, localizados ao longo dos principais eixos viários e em áreas de concentração de segmentos de mais alto poder aquisitivo) o que, em grande medida, pode gerar intensos fluxos para uma determinada área em um curto espaço de tempo. Tornam-se, portanto, espaços atrativos que carregam signos do novo, dentro de um contexto de oposição e de uma efetiva concorrência ao Centro principal.

Relacionado às práticas espaciais envolvendo a tendência de consumo segmentado de distintos *habitat* urbanos e áreas centrais, há novos elementos - além do poder socioeconômico e meios disponíveis para se realizar os deslocamentos - que interferem no processo de realizar escolhas perpassando, no que tange a estas formas espaciais, pelo confronto entre o tradicional e o novo. Além desta qualidade, outros dois elementos baseiam-se, tanto na quantidade, quanto na diversidade de equipamentos comerciais e de serviços, no tocante às áreas centrais.

Desse ponto de vista, a aglutinação de escolhas/preferências mais ou menos semelhantes pode ser sintetizada como um determinado *habitus* territorial pertencente a um grupo de citadinos. Orientando-se por este *habitus* territorial, a efetiva realização de práticas espaciais por parte deste grupo, contribui para expressar um determinado território que se distingue e se confronta com os demais territórios que se distribuem pelo espaço urbano.

No contexto deste confronto entre o tradicional e o novo, ainda que a diferenciação socioespacial possa se estabelecer com expressividade no espaço urbano contemporâneo, este processo tem sido, em maior ou menor medida, cada vez mais cerceado e desvalorizado por consequência da combinação entre ruptura da unidade territorial e o afastamento socioespacial entre distintos segmentos sociais.

Isto quer dizer que, em detrimento da diferenciação socioespacial - originariamente caracterizadora do conteúdo das cidades em termos de um modo mais plural, a partir do qual se compartilham, por meio de níveis mais acentuados de tolerância, a valorização do confronto entre as diferenças com a contrapartida de uma relação recíproca de trocas (de experiências, significados, valores etc.) –, a segregação socioespacial, que se estrutura pela negação a este primeiro processo, estabelece-se como ponto de partida fundamental aos

novos e distintos contextos de uso e consumo do espaço urbano, por meio dos quais, não se vislumbram a valorização da unidade territorial[22] e, muito menos, a valorização das diferenças que caracterizam a cidade.

Tais contextos são fomentados a partir do ensejo e efetiva realização de novas lógicas econômicas e práticas espaciais reveladoras da segmentação do consumo do espaço urbano[23] e, portanto, esboçando um maior nível de regulação do convívio entre os citadinos segundo critérios de segmentação socioeconômica, prevalentemente.

Arizaga (2004) e Caprón (2006, p. 143-151), por exemplo, indicam que as práticas espaciais podem se distinguir não apenas considerando os diversos segmentos sociais, mas também, levando-se em consideração o gênero, a idade, a posição na família, a estratégia de localização do espaço autossegregado na cidade etc.

De qualquer modo, há uma tendência de que tais práticas se polarizem considerando determinados eixos viários e/ou áreas essencialmente circunscritos, do espaço urbano o que, em grande medida, revela uma das características da fragmentação socioespacial.

O ensejo e realização dessas novas práticas espaciais, associadas ao contexto da estruturação e fomento de novas expressões de centralidade, têm contribuído para promover alterações qualitativas significativas sobre as relações socioespaciais entre os citadinos, sobretudo, no tocante ao não confronto entre as diferenças.

Como forma de expressão dessas novas dinâmicas, há uma série de características que se combinam para instaurar uma efetiva fragmentação socioespacial que, somando-se às argumentações iniciais, tem acompanhado o processo de reestruturação de algumas cidades brasileiras de padrões metropolitanos e, mais recentemente (e com especificidades próprias), em cidades médias paulistas (SPOSITO, 2006, p. 188-191).

Algumas dessas características revelam que o afastamento socioespacial e o compartilhamento espacial, sem trocas de experiências e significados entre os diferentes (RÉMY, 2002, p.106-107), passam a se consolidar não apenas considerando o processo de segmentação socioeconômica perpetrado aos distintos *habitat* urbanos, mas também,

---

[22] Tal desvalorização da unidade territorial, o que indica a sobrevalorização de novos territórios urbanos, assenta-se, portanto, a partir de um maior nível de articulação entre ruptura da unidade territorial e a adoção e o efetivo uso de mecanismos de controle socioespacial, tendo em vista, recolocar a coexistência e a perspectiva dos tensionamentos entre as diferenças, em outros moldes, ou seja, dentro de um contexto em que se procura (sobretudo, pelo afastamento socioespacial) mitiga-los, em consequência da exacerbação dos individualismos da sociedade contemporânea e, portanto, dentro de um conjunto de interesses individuais pouco compatíveis a um possível contexto de produção e apropriação equitativa das cidades.

[23] Relacionado ao processo de segmentação do consumo, ainda que possamos apontar para uma permanência do centro (tradicional ou histórico) ao qual, ainda se atribui uma expressiva centralidade urbana, por outro lado, houve a superação da ideia de centro único (primordialmente, o centro tradicional ou histórico, com o atributo de única e exclusiva grande expressão de centralidade) por consequência da estruturação de novas e segmentadas expressões de centralidade, no contexto, portanto, de implantação de novas áreas centrais, como os subcentros, os eixos comerciais e de serviços (especializados ou não) e, sobretudo, os grandes equipamentos comerciais e de serviços (os quais, um dos mais emblemáticos é o *shopping center*) no espaço urbano contemporâneo.

estendendo-se de modo a contemplar (e valorizar) as práticas espaciais de consumo segmentado do espaço urbano e de suas áreas centrais. Como consequência, há uma tendência de se estender as iniquidades socioespaciais e seus efeitos desmobilizadores, em detrimento da perspectiva de uma produção mais equitativa das cidades.

Do ponto de vista político e propositivo, o debate em torno da ideia de iniquidades socioespaciais associa-se ao princípio de justiça social, proposto por Harvey (1980, p. 81-123) e como negação à ideia de equidade e, portanto, tende a se distinguir em relação ao debate mais tradicional, realizado na dimensão das desigualdades socioespaciais.

Essencialmente, essa distinção estabelece-se na medida em que o potencial explicativo da noção de iniquidades socioespaciais não se limita à realização de análises das disparidades socioeconômicas e de graus diferenciados de oportunidades, impetrados por determinadas lógicas de produção e consumo do espaço urbano, sobretudo, no bojo das contradições inerentes às atuais dinâmicas do modo capitalista de produção, como aquelas analisadas por Rodrigues (2007) na perspectiva da luta pelo direito à cidade.

A análise das iniquidades socioespaciais também permite verificar as (potenciais e efetivas) intencionalidades das sociedades contemporâneas no que tange ao processo de adoção de práticas e mecanismos propiciadores de desvalorização e neutralização das diferenças e da diversidade de conteúdos que coexistem nas cidades.

Já em relação aos efeitos desmobilizadores, a presença do conformismo diante de um quadro de iniquidades socioespaciais, tende a esboçar *"um vigoroso estado de inércia"* representado pelo "ceticismo político", e pelos dualismos, representativos da tensão entre distintos territórios urbanos, por meio dos quais se buscam contemplar projetos e/ou intencionalidades irreconciliáveis entre si (DAL POZZO, 2010, p. 9) e que não valorizam a solidariedade e a coesão socioespacial com a cidade (CAPRÓN. 2006, p. 243 - 262).

Tal coesão tem sido desvalorizada pela renúncia em conceber o espaço urbano como um todo, em decorrência de particularismos generalizados de determinados grupos *"que se organizam em redor de interesses específicos"* (INNERARITY, 2006, p. 54, 136).

Como um dos pontos de partida pelo qual se esboça um quadro de ceticismo político, pode-se considerar que as decisões políticas tendem a comparecer, cada vez mais, como *as "resultantes automáticas das pressões exercidas",* levando-se muito pouco em consideração a produção de uma política pública urbana continuamente mais abrangente (INNERARITY, 2006, p. 55-57).

A tendência à despolitização advinda, em parte, desses aspectos tem desencadeado consideráveis rebatimentos na vida cotidiana dos citadinos de diferentes grupos sociais.

Entre outros aspectos, esses rebatimentos tendem a ser expressos como interesse em firmar segmentações socioespaciais, em referência ao uso e consumo da cidade, ao mesmo tempo em que são adotadas estratégias e/ou mecanismos pelos quais se perspectivam a manutenção das iniquidades socioespaciais. Nesse sentido:

> Implicações mais pormenorizadas desses processos podem ser representadas a partir de uma vida cotidiana programada e, portanto, permitindo poucas aberturas atenuando a sensibilidade do que é o outro ou, em outros termos, induzindo ao esvaziamento do sentido da alteridade pela reafirmação da intolerância e pelo reforço dos individualismos característicos do espaço urbano contemporâneo (DAL POZZO, 2010, p. 9).

A intolerância, em conjunto com a ausência de solidariedade urbana, revela a tendência de não se reconhecer a diferença e a diversidade urbana como relevante (INNERARITY, 2006, p. 131-136). Pelo contrário, combate-se a diferença e a diversidade urbana a partir do afastamento socioespacial em relação ao outro, e através de discursos, analisados por Amendola (2000, p. 281) e Misse (2006, p. 21, 30), que fomentam potencialmente a insegurança no espaço urbano.

Tal afastamento socioespacial nunca é pleno, pois, uma parcela das práticas espaciais dos distintos segmentos sociais também revela que há compartilhamento espacial, ainda que permeado pela intolerância e pela indiferença.

Nesse sentido, os territórios urbanos que se distinguem a partir desses aspectos não se expressam apenas em contiguidades territoriais, como o modelo espacial proposto por Vasconcelos (2013, p. 21) sugere, mas, segundo interesses específicos (e de acordo com a distribuição das práticas espaciais dos distintos segmentos sociais), também podem se apresentar na perspectiva de uma determinada sobreposição (ou compartilhamento espacial) e, nesse sentido, cada segmento tende a estabelecer a sua própria área/rede socioespacial seletiva durante os usos e consumo do espaço urbano e no contexto de distintas combinações de contiguidades e compartilhamento espacial.

No plano dos *habitat* urbanos, especialmente considerando os espaços autossegregados, o compartilhamento espacial estabelece-se entre os distintos segmentos sociais. No entanto, tal compartilhamento, mediado pelos mecanismos de controle social, permite estabelecer efetivas distinções, por vezes discriminatórias, entre moradores e não moradores e, sobretudo, entre patrões e empregados o que, em grande medida, também contribui para reforçar a contradição “afastamento x proximidade espacial” entre os sujeitos assim adjetivados. Com base nesses aspectos, o processo de autossegregação:

> (...) parece representar uma busca de “autonomia” (...). O desejo de apartar-se, deixando de fora de seu território tudo o que for supostamente feio ou perigoso, configura, evidentemente, um escapismo, e ainda por cima um escapismo hipócrita: afinal, os que têm condições de se auto-segregar não prescindem, enquanto patrões, daqueles que eles desejam excluir de seu cotidiano e de sua paisagem na qualidade de vizinhos, mas que são necessários na qualidade de porteiros, empregadas domésticas etc. (SOUZA, 2000, p. 206).

Baseando-se no pensamento autonomista crítico de Castoriadis (1983; 1990), Souza (2000) enfatiza que essa pretensão de “autonomia”:

> (...) não representa a liberdade de fazer com os outros e o interesse pela cidade, mas sim isolamento e defesa de privilégios auferidos nos marcos de uma sociedade caracterizada por uma brutal desigualdade de oportunidades e por uma enorme assimetria estrutural de poder. (...) a “autonomia” de um grupo em detrimento da solidariedade e às expensas dos interesses de um coletivo mais amplo é nada mais que um corporativismo espacial reacionário (SOUZA, 2000, p. 206-207).

No que se refere ao plano do consumo do espaço urbano, para se compreender as descontinuidades, contiguidades e sobreposições de territórios urbanos, devem ser consideradas, entre outros aspectos, as distintas expressões de centralidade, sobretudo, relativas a uma multicentralidade e a uma policentralidade, nos termos propostos por Sposito (2013, p. 74-76).

Nesse sentido, a multicentralidade está mais articulada às concentrações de atividades comerciais e de serviços (galerias comerciais, subcentros e eixos comerciais e de serviços, em geral, especializados) que se constituíram de modo paulatino e gradual nas fases de grande expansão do espaço urbano e como indicativo de uma perda relativa da importância do centro tradicional pela superação das estruturas monocêntricas das cidades.

As expressões de uma multicentralidade revelam, em geral, a atração de apenas uma parcela da cidade e estão menos condicionadas a privilegiar determinados extratos sociais com poder de consumo específicos. Com base nesse conjunto de características, também indicam um menor grau de competitividade em relação ao centro principal.

Embora possa haver similitudes com a multicentralidade, expressões de uma policentralidade tendem a se distinguir, com mais intensidade, tanto do ponto de vista de uma maior diversificação dos bens e serviços oferecidos, quanto de um maior nível de segmentação socioeconômica dos citadinos e, portanto, de acordo com distintos padrões de consumo (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 299).

Do ponto de vista das formas urbanas, a policentralidade se expressa a partir de grandes superfícies comerciais e de serviços (*shopping centers*, hipermercados, centro especializado de negócios, de serviços e de eventos em geral, etc.), em geral, implantadas e inauguradas dentro do tempo de curta duração e que exercem atração, não apenas considerando o conjunto da cidade (o que, em grande medida, revela um maior grau de competitividade com o centro principal e uma perda mais acentuada de seu prestígio), mas também, envolvendo a escala interurbana (SPOSITO, 2013, p. 75-76).

Com base nessas diferenças, há mais elementos que se combinam com os processos de fragmentação socioespacial através das expressões de policentralidades (entre outros aspectos, pelo maior nível de segmentação socioeconômica que é reforçada pelo uso preponderante do transporte automotivo individual), do que aquelas representativas de multicentralidades, formadas por um conjunto de iniciativas individuais de médios e pequenos empreendedores, e por um maior nível de integração com os processos de produção do espaço urbano, no tempo de média duração (SPOSITO, 2013, p. 75-76).

No entanto, ainda que o peso de cada uma delas na composição da fragmentação socioespacial seja distinto, a dinâmica das práticas espaciais dos sujeitos segregados e autossegregados, revelam a possibilidade de distintas combinações que se expressam em termos de uma “multi(poli)centralidade” (SPOSITO, 2013, p. 78-80). No que tange aos exemplos têm-se, a rigor, distintos processos de fragmentação socioespacial a partir de multi(poli)centralidades específicas no setor sul de Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

Em relação ao Megacomplexo imobiliário “Vila do Golfe” localizado no setor sul de Ribeirão Preto (envolvendo o Shopping Iguatemi, estabelecimento de ensino básico privado Liceu Albert Sabin, conjunto de espaços autossegregados, além de uma série de edifícios comerciais e residenciais, um hotel, centro de eventos e campo de golfe) e demais espaços autossegregados que estabelecem contiguidade territorial com esse empreendimento (FIGUEIRA, 2013, p. 19), não se verifica expressões de uma multi(poli)centralidade, mas, tão somente, de uma policentralidade o que, em grande medida, contribui para que se estabeleça um grau de complexidade mais acentuado de fragmentação socioespacial do que aquele que pode ser verificado em Presidente Prudente.

Com base nesses aspectos, os *habitus* territoriais relacionados às perspectivas das práticas espaciais reveladoras da segmentação do consumo dos *habitat* e de determinadas áreas centrais, não apenas esboça um processo de fragmentação socioespacial a partir da expressão de distintos territórios urbanos, mas, também aponta para o plano de uma efetiva reestruturação das cidades.

1.3. Reestruturação das cidades e fragmentação socioespacial: Perspectivas de iniquidades socioespaciais associadas à nova complexidade da segregação socioespacial

Como mencionado nos subcapítulos anteriores, tem havido um conjunto de mudanças no contexto das cidades médias e metropolitanas, que se processaram ao longo das últimas décadas. Parte dessas mudanças vincula-se à criação de demandas e à oferta de novos produtos imobiliários, como a difusão de grandes equipamentos comerciais e de serviços que contribuem para caracterizar o conteúdo de algumas das novas áreas centrais, e a implantação e efetiva ocupação de novos *habitat* urbanos, os quais tendem a se constituir como espaços segregados e espaços autossegregados localizados, sobretudo, no anel periférico das cidades.

Nos termos já apresentados em notas, tais *habitat* urbanos tendem a se estabelecer em contiguidades e em descontinuidades territoriais com o conjunto da cidade o que, em grande medida, reforça a perspectiva de separação entre formas espaciais.

Além disso, orientado por lógicas econômicas que beneficiam determinados grupos, tais formas são cada vez mais permeadas por iniciativas de monitoramento e restrições envolvendo, portanto, a adoção e o efetivo uso de mecanismos de controle socioespacial.

Essas dinâmicas têm contribuído para que se ampliem o ensejo e a efetiva realização de novas práticas espaciais, pelas quais se revelam a primazia do consumo, em detrimento da apropriação da cidade em sua diversidade.

Trata-se da relação entre formas (áreas de moradia e áreas comerciais e de serviços) e práticas espaciais (sobretudo, aquelas voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer) que, sob a égide dos mecanismos de controle socioespacial, contribuem para delinear e tensionar distintos territórios urbanos e que, segundo a perspectiva de Haesbaert (2010, p. 79, 306), pode-se constituir como “território-rede”, pelas interconexões/integrações de pontos distintos que se distribuem por uma grande porção do espaço urbano ou, ainda, como “território-zona” pela circunscrição das práticas que se distribuem em uma área mais bem delimitada do espaço urbano. Tais dinâmicas imbricam-se com processos de fragmentação socioespacial em rede e em área, respectivamente.

Nas cidades médias e metropolitanas do Estado de São Paulo, além da expressiva expansão territorial – em geral, num ritmo muito superior ao próprio crescimento populacional – e o estabelecimento de rupturas mais significativas com a continuidade territorial das cidades, que se consubstanciaram num tipo mais complexo de segregação

socioespacial (SPOSITO, 2004; REIS, 2006), o processo de reestruturação das cidades também tem sido acompanhado por novas lógicas locacionais, segundo os interesses de valorização imobiliária dos agentes de produção do espaço urbano (CORRÊA, 2005), por novas escolhas de percursos urbanos (PEREIRA, 2006) e pela tendência de que os espaços públicos consubstanciem-se como espaços nos quais se valorizam, preponderantemente, a circulação.

Estes processos, como já indicado, têm sido representativos da segmentação do consumo do *habitat* urbano, acompanhado da segmentação do consumo do espaço urbano (DAL POZZO, 2008; 2011) e, portanto, a segmentação do consumo também pressupõe o consumo de determinados signos.

Este consumo por parte de determinados segmentos ou grupos sociais, ainda que comporte sinais menos óbvios de distinção social por consequência da acentuação do consumo de massa, como alerta Caldeira (2000, p. 325), também contribui para demarcar os seus respectivos territórios, distinguindo-os dos demais que compõem o conjunto da cidade (BAUDRILLARD, 2009, p. 66-67) o que, em grande medida, reflete os limites de sua plena apropriação.

Mais especificamente, trata-se de dinâmicas que expressam a constituição de novos territórios urbanos, permeados por mecanismos de controle socioespacial, representativos da segmentação do consumo do espaço e circunscritos em contextos de exacerbação de individualismos (SECCHI, 2007, p. 115-119) e de indiferença, quanto às iniquidades socioespaciais da cidade (BAUDRILLARD, 2009, p. 24-27).

Como um dos desdobramentos dessas segmentações, o controle socioespacial que se realiza nos espaços de circulação de *shopping centers* (SARLO, 2009) e dos espaços autossegregados (GÓES, 2009), tende a gerar:

> (...) fronteiras mais rígidas e policiadas e, consequentemente, menos indeterminação e menos espaços para contato entre pessoas de grupos diferentes. Essas experiências produzem medo e intolerância, mais do que expectativa e excitação (CALDEIRA, 2000, p. 325).

Com base nas argumentações de Prévôt-Schapira e Pineda (2008), a fragmentação socioespacial que se processa nos interstícios de um espaço urbano polarizado tem comparecido como um importante elemento de defesa dos interesses de determinados grupos, em detrimento da diversidade e de uma produção e apropriação coletiva da cidade e, nesse sentido:

> En una situación de mayor fragilidad social y de heterogeneización de las trayectorias sociales y residenciales, tanto los individuos como los grupos intermedios se piensan en términos antagónicos de competencia entre unos y otros para conservar su estatus social. La fragmentación se establece, así, como el principal modo de gestión de la diferencia en una sociedad en curso de atomización (PRÉVÔT-SCHAPIRA e PINEDA, 2008, p. 89).

Mais especificamente, envolvendo o controle de circulação dos prestadores de serviços (sobretudo, daqueles vinculados à construção civil) no interior dos espaços autossegregados, Góes ressalta que tal mecanismo está pautado:

> (...) na discriminação que [fere] os princípios básicos da Constituição Brasileira. A presença dos muros e o próprio desejo de separação assumem, dessa perspectiva, outro significado, cujas implicações políticas para a cidade e a sociedade não podem ser desprezadas (GÓES, 2009, p. 171).

Por outro lado, ainda que não se consubstanciem em níveis elevados em *cidades médias*, Souza (2000, p. 217; 2006, p. 489-490) também faz referência às áreas de favelização em espaços urbanos metropolitanos, submetidas a determinados mecanismos de controle socioespacial (materializados pelas práticas de "fragmentação do tecido sociopolítico-espacial", segundo o autor) que, em grande medida, através de um *modus operandi* imposto pelos narcotraficantes - e, portanto, diretamente relacionado à realização de práticas comerciais de substâncias psicoativas ilícitas, restringe o acesso e a livre circulação dos moradores e demais citadinos nesses (e entre esses) *habitat* urbanos.

Baseado em princípios de "indiferença" e "distinção social", como afirma Catalão (2013, p. 91), o processo de fragmentação socioespacial, permeado pelos mecanismos de controle socioespacial, se expressa, em grande medida, pela combinação entre um tipo mais complexo de segregação socioespacial e novas expressões de centralidades, ambos, cada vez mais fomentados e retroalimentados por novas práticas espaciais representativas da segmentação do consumo do espaço urbano.

Em que pese os mecanismos de controle socioespacial, os sistemas de segurança na cidade *"oferecem condições para que a separação possa se aprofundar",* até mesmo nos contextos de compartilhamento espacial entre segmentos sociais com distintos níveis de *"poder aquisitivo e com diferentes interesses de consumo"* (SPOSITO, 2011, p. 141).

No entanto, esse quadro de relativa integração ainda se mantém de modo desproporcional considerando o maior potencial de consumo e de mobilidade dos mais ricos em relação aos mais pobres (SPOSITO, GÓES e SOBARZO, 2006).

Além disso, uma parcela dos mais pobres não está mais tão refém do consumo que se realiza apenas nas proximidades mais imediatas ao local de moradia e, nesse sentido, as ampliações do uso da Internet e de novos deslocamentos realizados pelo acesso ao automóvel particular impõem-se como uma nova estratégia em termos da busca (de produtos e serviços) pelo menor preço.

Por outro lado, o aumento da mobilidade não tem sido traduzido na ampliação e generalização do acesso a determinados equipamentos (como, por exemplo, clubes e estabelecimentos de ensino privados) e novas áreas centrais, predominantemente voltados a atender demandas de consumo dos segmentos de mais alto poder aquisitivo.

No que se refere ao *habitus* territorial e às práticas espaciais sob a ótica de distintos interesses dos moradores de espaços segregados e de espaços autossegregados, a combinação dessas novas tendências tem contribuído para acentuar as dinâmicas de segmentação do consumo do espaço urbano.

Com base nisto, a articulação entre segregação socioespacial e fragmentação socioespacial revela que o afastamento socioespacial não se promove (e as segmentações socioespaciais não se limitam) tão somente aos *habitat* urbanos e, nesse sentido, também tendem a envolver a perspectiva do consumo da cidade.

Tal articulação interfere, em grande medida, na redefinição do conteúdo de novas expressões de centralidade, tendendo a transformá-las em *"centralidade segmentada social e funcionalmente"* (SPOSITO, 2011, p. 138).

Mesmo nos casos em que há coincidência territorial, ou seja, o compartilhamento espacial de uma mesma porção do espaço urbano por distintos segmentos socioeconômicos (SPOSITO, 2001, p. 140), os contatos, em geral, tendem a ser breves e, portanto, não promovem mudanças significativas, em termos de compartilhamento de experiências e significados (BAUMAN, 2001, p. 114). Tais contatos, em detrimento da apreensão e apropriação plena da diversidade do espaço, tendem a estar inseridos em lógicas econômicas voltadas à reprodução capitalista do espaço.

Tomando-se, como referência, Dal Pozzo (2008; 2011) e Sposito e Góes (2013, p. 305), essas novas lógicas de produção e consumo do espaço urbano se relacionam, em grande medida, com a tendência de perda do prestígio social do centro tradicional, por consequência do fomento às novas expressões de centralidade, sobretudo, aquelas baseadas no consumo do *shopping center*, de hipermercados e outros grandes equipamentos comerciais e de serviços (policentralidade), além de áreas centrais que se desenvolvem em eixo, ao longo de determinadas vias de acesso (multicentralidade).

Com base nesses aspectos, as iniquidades socioespaciais podem ser assim, redimensionadas e *"revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço"* (SPOSITO, 2011, p. 129). Além disso, as dinâmicas de separação socioespacial são reforçadas, pois:

> (...) a ação sobre o espaço e a sua apropriação são sempre parcelares, na cidade atual. Diferentes pessoas movimentam-se e apropriam-se do espaço urbano de modos que lhes são peculiares, segundo condições, interesses e escolhas que são individuais, mas que são, também, determinados historicamente, segundo diversas formas de segmentação: idade, perfil cultural, condições socioeconômicas, segmentação profissional, preferências de consumo de bens e serviços etc. (SPOSITO, 2011, p. 134).

Articulando-se às análises das formas urbanas (resultantes dos processos de diferenciação e de segregação socioespacial) e das novas expressões de centralidade urbana, esses argumentos apontam para a necessidade de se avaliar os reais impactos das novas práticas espaciais para expressar, em termos de tensos territórios segmentados, as características da fragmentação socioespacial no espaço urbano contemporâneo e, de modo mais específico, nas cidades médias que compõem o recorte empírico de pesquisa.

1.4. Articulação entre *habitus* territorial e práticas espaciais para a expressão de distintos territórios urbanos

Os megacomplexos imobiliários ao reunir, em contiguidade territorial, espaços autossegregados, *shopping centers*, prédios de escritórios, estabelecimentos de ensino básico e superior privados, sistemas de lazer e clínicas médicas, caracterizam-se como uma forma urbana emblemática na qual, a fragmentação socioespacial pode se expressar.

Nesse sentido, a referência aos megacomplexos imobiliários torna-se importante para a tese na medida em que não são mais formas espaciais exclusivas dos espaços urbanos de padrões metropolitanos[24] pois, tais formas, também começam a ser implantadas em cidades médias e, mais especificamente, em Ribeirão Preto.

Ao analisar estratégias de marketing dos megacomplexos imobiliários, Amendola (2000) destaca a possibilidade de se oferecer, entre outros aspectos, o compartilhamento de

[24] Considerando os espaços urbanos metropolitanos paulistas, o Megacomplexo de Alphaville, localizado nos Municípios de Barueri e Santana do Parnaíba e lançado ao mercado já no início da década de 1970, comparece como o mais expressivo, em termos de dimensão de área ocupada e de multifuncionalidade (SOUZA, 2000).

determinada “identidade” social ou, ainda, “valores de distinção social”, como propôs Salgueiro (2001, p. 116), entre os moradores/consumidores desses megacomplexos.

Da perspectiva analítica da tese, as ideias de identidade e de valores de distinção social aproximam-se do conceito de *habitus*, retrabalhado por Bourdieu (2010, p. 61-83; 2007; 1996), e de *habitus* social proposto por Elias (1994, p. 150-151, 192-193).

Na perspectiva de Elias (1994, p. 150-151), o *habitus,* no que tange à identidade, retrata a composição social de cada indivíduo e que permite distingui-lo dos demais. No entanto, na medida em que esse *habitus* é compartilhado, incorporado e reproduzidos por outros indivíduos, trata-se da dimensão de um determinado *habitus* social com peculiaridades específicas e que permite distingui-lo dos demais *habitus* sociais.

Como exemplo dessa perspectiva, Elias (1994) ressalta que:

> Não é difícil encontrar provas dos problemas pessoais, da demanda de mudanças no *habitus* social, num mundo em que a mobilidade local dos seres humanos é maior do que nunca. Um número crescente de pessoas, em todas as regiões, é apanhado nessa migração, sejam seus objetivos temporários ou permanentes. Mas, mesmo quando emigram apenas temporariamente para outro país, sozinhas ou com suas famílias, elas são claramente identificáveis, não somente pelas pessoas que ali vivem, mas por si mesmas, e não apenas como indivíduos, mas também como membros de determinado grupo. Isso não ocorre apenas pelo fato de seus passaportes assim as rotularem, mas porque seu *habitus* social cria um tipo específico de distância entre elas e os membros do país que as hospeda. Em geral, as pessoas tentam escapar às dificuldades de coexistência resultantes das diferenças no *habitus* social estabelecendo-se perto de membros de seu próprio grupo, isto é, de pessoas com o mesmo *habitus* social (ELIAS, 1994, p. 192).

Considerando as análises realizadas por Landini e Passiani (2007), o *habitus*, na obra de Bourdieu, caracteriza-se pelo sistema de disposições dos agentes, construído a partir de suas inserções sociais em campos específicos (o campo esportivo, o campo religioso, o campo do consumo da cidade etc.). Tal inserção social pressupõe a assunção de posições, intermediadas pelo conjunto de agências, pertencentes a cada campo.

Em termos de disputa pelo poder simbólico de cada campo, o *habitus* pressupõe tendências de ação motivadas por preferências e posicionamentos socialmente construídos em contextos específicos. Nesse sentido, a análise de Bourdieu (1996) expõe outros elementos que se vinculam ao sistema de preferências e posicionamentos de distintos sujeitos sociais:

> O *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferente sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 1996, p. 22)

Como proposição de Elias (1994) e, em complemento às argumentações de Bourdieu (2010), Landini e Passiani (2007) ressaltam que parte das mudanças na perspectiva do *habitus* é perpetrada pela contínua necessidade de distinção social dos segmentos de mais alto poder aquisitivo. Quando essas mudanças deixam de ser exclusivas a um determinado grupo e, portanto, passa a serem incorporados pelos demais segmentos sociais (ou seja, compartilhada por um coletivo mais amplo), o *habitus* transmuta-se em *habitus* social.

Do ponto de vista de determinadas intencionalidades envolvidas no processo e, apoiando-se em perspectivas de análise de Souza (2013, p. 82 *et seq*), essa transmutação não é necessariamente neutra, pois, há uma tendência de que o poder heterônomo (ou uma assimetria estrutural de poder) subjacente a um determinado *habitus* e práticas espaciais específicas dos grupos dominantes, mais ou menos se configure como poder autônomo (porque mais amplamente aceito), na medida em que há interesses envolvidos em auferir níveis mais elevados de legitimação de tais *habitus* e práticas.

No campo habitacional, por exemplo, os espaços autossegregados (agência) foram, inicial e predominantemente, ocupados pelos segmentos de alto poder aquisitivo (agentes). Mais recentemente, os empreendedores imobiliários (agentes), por vezes estabelecendo parceria com o Estado (agência), contribuíram para a proliferação desse modelo de *habitat* urbano destinando-os, também, aos segmentos de médio e baixo poder aquisitivo (agentes).

Nesse sentido, e como hipótese, há uma tendência de que o *habitus* autossegregativo possam se consubstanciar em um *habitus* social e, portanto, contemplando certo nível de "naturalização" das formas urbanas do tipo autossegregadas (ainda que se diferenciem, segundo uma hierarquia socioeconômica), no contexto dos espaços urbanos contemporâneos.

Com base nesse conjunto de aspectos, o conceito de *habitus* territorial, proposto e adaptado aos objetivos desta tese, pode ser traduzido pelo sistema de preferências dos

citadinos (que se distinguem e se agrupam do ponto de vista de seus *habitat* urbanos e condições socioeconômicas predominantes), no campo do uso e consumo do espaço urbano. Trata-se de um sistema que aciona (e, no plano discursivo, também justifica) as práticas espaciais de consumo segmentado, reforçando composições socioespaciais distintas (ainda que, por vezes, sobrepostas).

A relação entre *habitus* territorial (projeção de recortes espaciais baseado em um sistema de preferências, podendo se articular ao tempo de média duração) e práticas espaciais (efetivo uso e consumo do espaço urbano no plano do cotidiano), por parte dos sujeitos segregados e autossegregados, contribui com a expressão de tensos e distintos territórios urbanos, a partir dos quais, o processo de fragmentação socioespacial se origina e se manifesta.

Além de formas e processos, expressam-se em cada um desses distintos territórios urbanos, conhecimentos socioculturais adquiridos e relações de pertença e que, por sua vez, articulam-se com um determinado sistema de atitudes e comportamentos ligados ao modo de uso e consumo do espaço urbano.

A partir da análise do *habitus* territorial torna-se possível verificar circunstâncias, motivos e intencionalidades que levam os citadinos a realizarem determinadas práticas espaciais, em detrimento ou em substituição a uma série de outras práticas.

A partir de concepções de distintos estilos de vida e valoração diferenciada do espaço urbano - classificando-o de modo hierárquico a partir de sistemas de preferências individuais e/ou familiares (BOURDIN, 2005, p. 89, 96) e de julgamento que considera (mas também fomenta) estereótipos e perspectivas de estigmatizações socioespaciais - o *habitus* territorial, além de organizar e orientar a realização de determinadas práticas espaciais (práticas estas que, em geral, tendem a ser programadas, pontuais e, predominantemente, circunscritas a determinados setores da cidade [SALGUEIRO, 2001, p. 16]), também é retroalimentado por tais práticas e, nesse sentido, o *habitus* territorial pode ser reafirmado, atualizado ou, ainda, ser superado pela constituição de novos *habitus* territoriais.

Em outros termos, o reforço a um determinado *habitus* territorial vincula-se às regularidades e/ou repetições de práticas espaciais específicas e, por sua vez, a transitoriedade e/ou mudanças destas práticas tende a anunciar a constituição de novos *habitus* territorial. Guardados os elementos de imponderabilidades e da não rigidez do processo, o *habitus* territorial constitui-se como produto e condicionador das práticas espaciais.

Apoiando-se nas análises da noção de *habitus*, realizada por Bourdieu (2007; 1996) e Elias (1994), pode-se considerar que, mesmo em contextos de compartilhamento espacial, há uma tendência de que o afastamento socioespacial entre distintos grupos sociais sejam reforçados, pois, como oposição e/ou indiferença aos demais grupos, os vínculos de solidariedade e de trocas de experiências e significados, tendem a ser mais intensas entre aqueles que, não apenas pertencem a um mesmo grupo social (INNERARITY, 2006, p. 58), mas também, compartilham e fomentam determinado *habitus* territorial.

Como alguns dos pormenores desse processo e, mais especificamente, no tocante aos espaços autossegregados, a proposta amplamente difundida desde o *marketing* imobiliário é a de que as famílias que moram nesse tipo de *habitat* urbano poderiam usufruir das benesses da contiguidade espacial estabelecida com os grandes equipamentos comerciais e de serviços, associada a um nível mais elevado segurança no espaço urbano (SOUZA, 2000, p. 197-199) e de "tranquilidade" – que se traduz, em parte, pelo processo de afastamento socioespacial com os possíveis incômodos, sobretudo, relacionados a contatos indesejáveis (DAL POZZO, 2011, p. 167-191).

Somando-se às considerações de Amendola (2000) e Góes (2011) em relação insegurança no espaço urbano, pode-se considerar que esta tem sido alimentada, cada vez mais, pela mídia, por relatos de terceiros e, em menor medida, por experiências pessoais.

A insegurança – além de ser fomentada pela perspectiva de ideia de "violência como sujeito difuso" – também tende a exprimir elementos de uma "contra violência" (MISSE, 2006), na medida em que os citadinos não apenas têm condições de indicar, prontamente, em quais áreas ou porções de áreas urbanas os níveis de insegurança são mais elevados, como também estabelecem um efetivo afastamento socioespacial com estas áreas ou porções de áreas. Trata-se da relação entre *habitus* territorial e práticas espaciais pautados pela dimensão da insegurança do espaço urbano.

Em geral, tais áreas ou porções de áreas têm identificação direta com os espaços segregados e, nesse sentido, mais do que imputar uma "contra violência" a esse tipo de *habitat* urbano, revelam-se aspectos relativos a uma efetiva estigmatização socioespacial (REGUILLO, 2005, p. 396, 400).

Com base nisto e, considerando que a veiculação discursiva envolta no tema de insegurança (em potencial) tende a ser muito maior que uma insegurança que, de fato, se efetiva (BORJA, 2003, p. 205), abre-se um conjunto de possibilidades para que processos de estigmatizações socioespaciais possam se reproduzir, com mais intensidade, junto aos espaços segregados.

Articulado a esses desdobramentos, novas expressões de centralidade urbana que valorizam a questão da segurança urbana, em especial, aquelas geradas pelos *shopping centers*, caracterizam-se pelo compartilhamento de espaços de consumo através de um conjunto de indivíduos e que se transmuta, em geral, em um ajuntamento de estranhos para "verem" e "serem vistos", e os encontros casuais realizados entre eles, em geral, efêmeros, tendem a proporcionar pouca abertura para que haja a construção de laços sociais mais duradouros (BAUMAN, 2001, p. 111-114, 122).

Contribuindo para promover a negação do direito à diferença, e suspensão da alteridade como confronto, negociação, e esforço pela empatia e compreensão, os grandes equipamentos de consumo, em especial os *shopping centers,* oferecem a possibilidade de se encontrar com outros indivíduos orientados pelos mesmos propósitos (BAUMAN, 2001, p. 117-118) e guiados pela mesma lógica de conduta (PAIS, 2009, p. 124). Em outros termos, os indivíduos tendem a criar:

> (...) um sentido do que são através do que consomem e do modo como consomem (da natureza dos tempos de utilização de bens, serviços e espaços). O consumo do espaço como um bem – a generalização do consumo através da sua expressão espacial – é, mesmo, uma das características mais importantes da modernidade tardia em muito dependente da rede de relações do indivíduo estabelecidas a nível nacional, e a nível global, mas, também, a nível local. Mais do que copiar formas de vida e padrões de consumo do grupo de referência ou de estatuto superior, o estilo, o prazer, o divertimento, a excitação, a fuga ao aborrecimento, o ser atraente para si e para os outros, tornaram-se preocupações centrais da vida e afectam os padrões de conducta e de consumo na pós-modernidade (SANTOS, 2005, p. 132).

Acrescentando novos aspectos ao conteúdo das práticas espaciais realizadas em *shopping centers*, Bauman (2001) ressalta que os encontros, ainda que sejam inevitáveis, tendem a interferir com o propósito e prevalência do consumo e, nesse sentido, tais encontros:

> Precisam ser breves e superficiais: não mais longos nem mais profundos do que o ator os deseja. O lugar é protegido contra aqueles que costumam quebrar essa regra – todo tipo de intrometidos, chatos e outros que poderiam interferir com o maravilhoso isolamento do consumidor ou comprador. O templo do consumo bem supervisionado, apropriadamente vigiado e guardado é uma ilha de ordem, livre de mendigos, desocupados, assaltantes e traficantes – pelo menos é o que se espera e supõe. As pessoas não vão para esses templos para conversar ou socializar: Levam com elas qualquer companhia de que queiram gozar (ou tolerem), como os caracóis levam suas casas (BAUMAN, 2001, p. 114).

O desejo que se difunde, portanto, é o de se isolar do restante da cidade (SOBARZO e SPOSITO, 2003), inclusive, em contextos de compartilhamento espacial entre distintos segmentos sociais.

Tal argumentação é fundamental *"(...) na medida em que é preciso refutar a ideia de que possa haver, nos espaços urbanos latino-americanos, uma segregação ou uma fragmentação total de determinados grupos socioeconômicos na cidade"*. Nesse sentido, processos de segregação e fragmentação socioespaciais tendem a se estabelecer considerando *"determinadas dimensões da realidade"* e que *"se expressam em detrimento delas"* (DAL POZZO, 2013).

Como exemplo, os contatos entre distintos segmentos sociais, em geral, tende a ocorrer na esfera de relações contratuais de trabalho, de compras de serviços e no contexto de compartilhamento espacial de determinadas porções da cidade.

Tais contatos, no entanto, tendem a propiciar poucas aberturas para que se estabeleçam relações socioespaciais mais amplas e duradouras, em termos de apreensão e reconhecimento das iniquidades socioespaciais que coexistem na cidade (DAL POZZO, 2013).

Com a justificativa de se ampliar os níveis de segurança nos espaços autossegregados, os contatos ocasionais entre "patrões" e "empregados" também são, cada vez mais, mediados por mecanismos de controle socioespacial de modo a estabelecer uma explícita distinção entre moradores e não moradores. Ademais, nesses *habitat* urbanos:

> (...) o princípio da visibilidade constante dos corpos, que devia assegurar o controle racional, sem a necessidade de mais investimentos em equipamentos, deu lugar à visibilidade dos aparatos de controle, tão importantes, por seu caráter ostensivo, quanto a visibilidade dos corpos. Não há sutileza nesses casos, mas uma exacerbação interna de práticas de controle e regulação presentes na cidade, tendo nos surpreendido a quase unânime tranquilidade com que nossos entrevistados se referiram a elas (...).
> [Trata-se da] (...) inevitável e problemática presença cotidiana dos trabalhadores pobres – controlada, porém, por mecanismos pautados na discriminação (...) (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 242-243).

Na esfera relacional entre formas urbanas, *habitus* territorial e práticas espaciais efetivas, os territórios urbanos que se sobrepõem a partir dessa lógica revelam que suas dinâmicas não estão apenas apoiadas em termos de contiguidades e descontinuidades territoriais, mas também, no que concerne às possibilidades, por vezes tensas e conflituosas, de compartilhamento espacial.

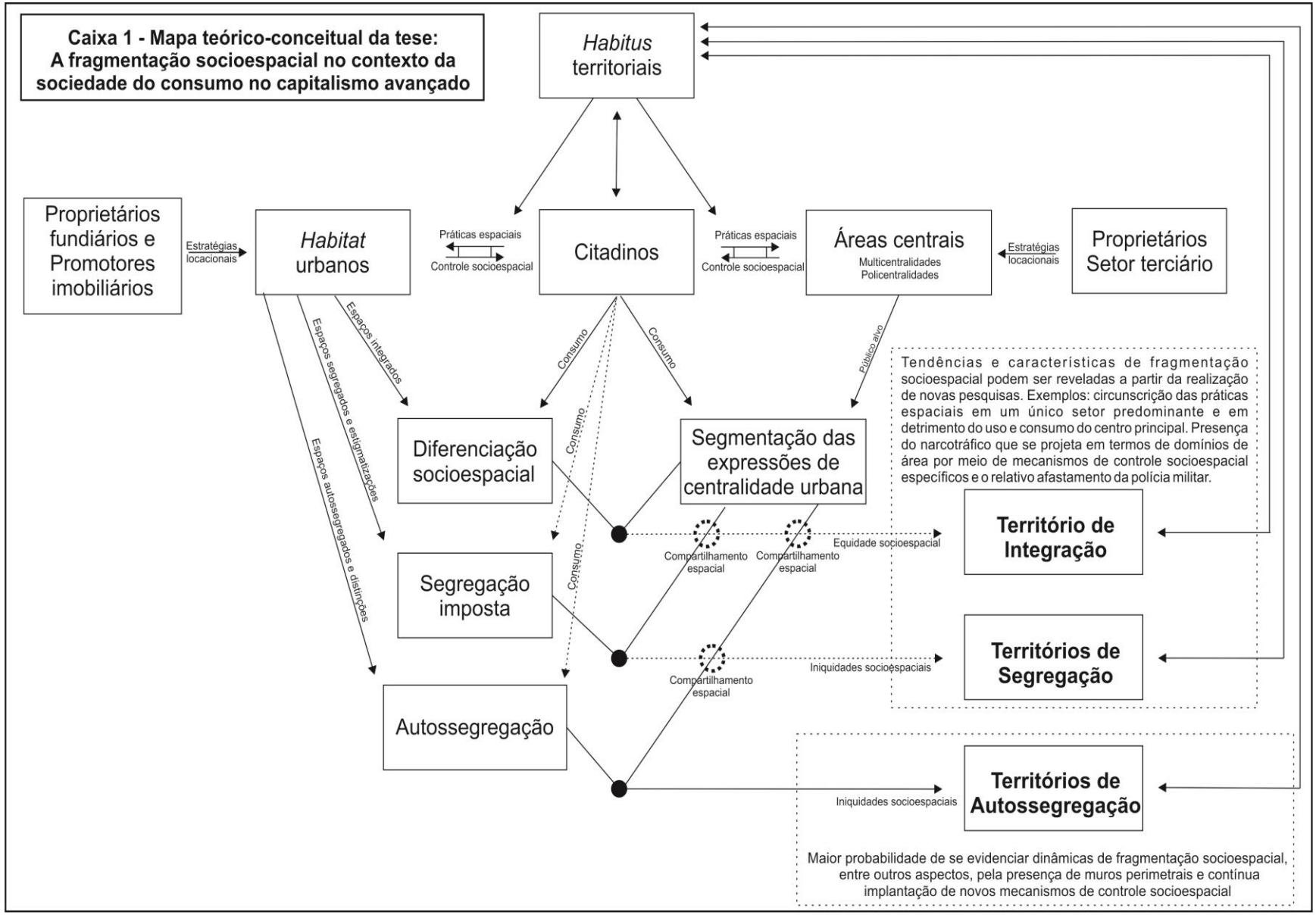
Já no que concerne às contiguidades e, sobretudo às descontinuidades, a fragmentação “socioespacial” é social e espacial ao mesmo tempo, não apenas porque moradores de espaços autossegregados, raramente ou nunca frequentam determinados setores da cidade e/ou determinados tipos de *habitat* urbanos, em especial, os espaços segregados, mas porque, em geral, também se associa a essa prática de afastamento, discursos que justificam e alimentam processos de intolerância e de estigmatização socioespacial.

Além disso, no caso desses moradores serem os principais agentes da fragmentação socioespacial, a partir de práticas espaciais que revelam a desvalorização do espaço público e de serviços públicos em geral, cada vez mais diminuem as possibilidades de se estabelecer interesses comuns de um modo geral, como por exemplo, em torno da melhoria de equipamentos e serviços públicos prestados a toda coletividade da cidade.

Como consequência, há uma tendência de que as iniquidades socioespaciais infligidas aos segmentos de menor poder aquisitivo, em especial, aqueles moradores de espaços segregados, sejam acentuadas (BOURDIN, 2005, p. 35-38).

Imbricando-se *habitus* territorial e práticas espaciais efetiva dos citadinos, a difusão de territórios urbanos que se opõem, sejam eles justapostos, descontínuos e/ou, por vezes, sobrepostamente tensos nos casos de compartilhamento espacial (porém, capazes de contribuir com o processo de negação do direito à diferença e o aprofundamento das iniquidades socioespaciais) esboçam-se a composição da fragmentação socioespacial.

Como proposta de síntese ao Capítulo 1 apresenta-se, na Caixa 1, o Mapa teórico-conceitual da tese, a partir do qual, demonstram-se as articulações relativas às expressões da fragmentação socioespacial envolvendo a sociedade do consumo, em desenvolvimento no contexto do capitalismo avançado.


Caixa 1 - Mapa teórico-conceitual da tese:
A fragmentação socioespacial no contexto da sociedade do consumo no capitalismo avançado
Habitus territoriais
Proprietários fundiários e Promotores imobiliários
Estratégias locacionais
Habitat urbanos
Práticas espaciais
Controle socioespacial
Citadinos
Práticas espaciais
Controle socioespacial
Áreas centrais
Multicentralidades
Policentralidades
Estratégias locacionais
Proprietários Setor terciário
Espaços integrados
Espaços segregados e estigmatizações
Espaços autossegregados e distinções
Consumo
Consumo
Consumo
Consumo
Público alvo
Diferenciação socioespacial
Segmentação das expressões de centralidade urbana
Segregação imposta
Autossegregação
Compartilhamento espacial
Compartilhamento espacial
Compartilhamento espacial
Equidade socioespacial
Iniquidades socioespaciais
Iniquidades socioespaciais
Tendências e características de fragmentação socioespacial podem ser reveladas a partir da realização de novas pesquisas. Exemplos: circunscrição das práticas espaciais em um único setor predominante e em detrimento do uso e consumo do centro principal. Presença do narcotráfico que se projeta em termos de domínios de área por meio de mecanismos de controle socioespacial específicos e o relativo afastamento da polícia militar.
Território de Integração
Territórios de Segregação
Territórios de Autossegregação
Maior probabilidade de se evidenciar dinâmicas de fragmentação socioespacial, entre outros aspectos, pela presença de muros perimetrais e contínua implantação de novos mecanismos de controle socioespacial

CAPÍTULO 2

Produção do espaço urbano de Ribeirão Preto e Presidente Prudente: Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

2.1. O contexto de produção de duas cidades médias no Estado de São Paulo

O estudo da fragmentação socioespacial em cidades médias no contexto da diversificação dos conteúdos do anel periférico (envolvendo, entre outros aspectos, novas centralidades urbanas, proliferação e consumo de espaços autossegregados e o uso preponderante do automóvel individual), deve levar em consideração que esse processo (em comparação com as cidades metropolitanas latinoamericanas) vem ocorrendo num grau de intensidade menor e a partir de ritmos próprios (SCHMIDT, 2003).

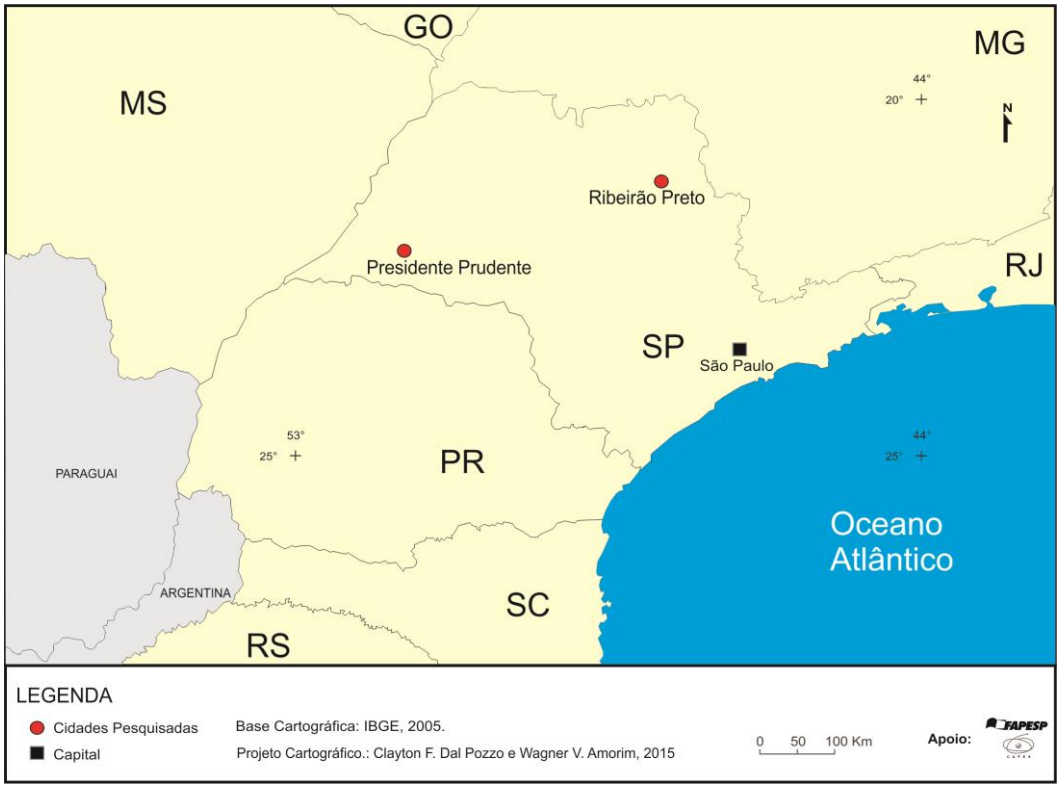
Trata-se, portanto, de trabalhar com a tese de que a tendência à fragmentação socioespacial não é exclusiva dos espaços urbanos de padrões metropolitanos e, nesse sentido, sua complexidade e especificidades também tem sido alvo de pesquisas em cidades médias, como aquelas realizadas por Frediani (2003), Sposito (2006b; 2007); Dal Pozzo (2008); Zandonadi (2008); Dal Pozzo e Sposito (2009); Dal Pozzo (2011); Magrini (2013) e Sposito e Góes (2013), podem atestar.

Além dos estudos em profundidade considerando cidades médias específicas, tal complexidade e tais especificidades dos processos de fragmentação socioespacial também podem ser evidenciadas a partir de estudos comparativos levando-se em consideração suas semelhanças e, sobretudo, no tocante à possibilidade de se revelar algumas de suas diferenças.

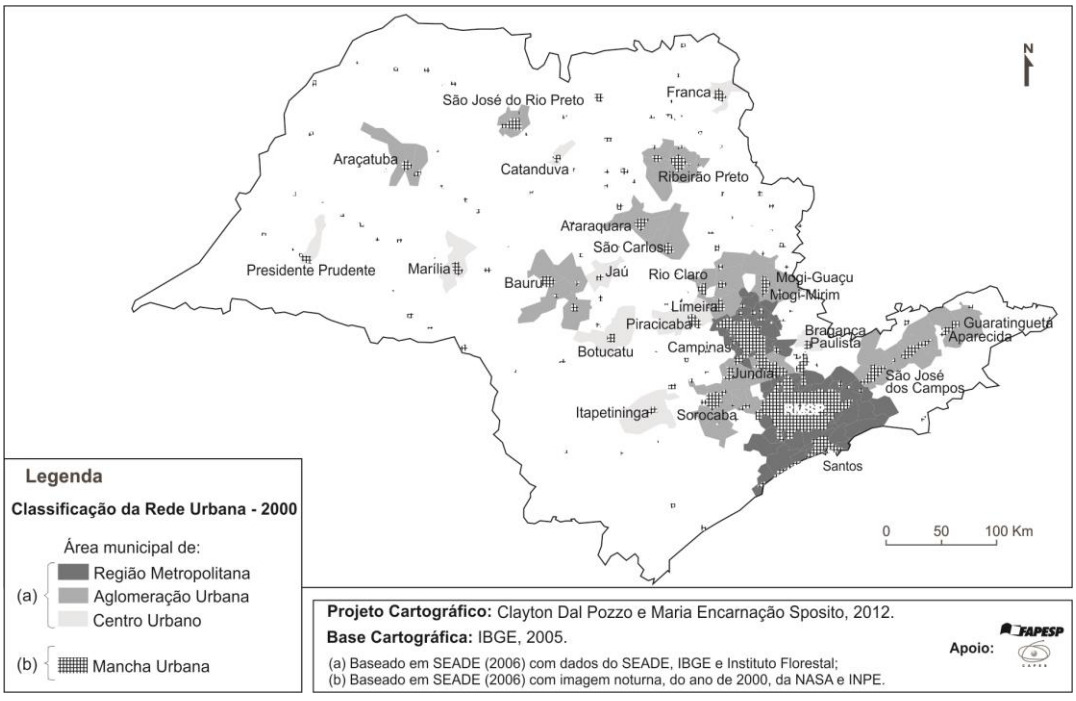
Tendo em vista a realização de um estudo comparativo desse processo no Estado de São Paulo, foram escolhidas duas cidades que são de porte médio - por consequência do tamanho demográfico delas (apresentado na Tabela 1) - e que também se caracterizam como cidade média, sobretudo, pelos papéis de intermediação que exercem no contexto da rede urbana paulista e brasileira. São elas, Ribeirão Preto e Presidente Prudente[25]. A localização delas, além da representação da mancha urbana, estão representadas no Mapas 1 e 2.

[25] No projeto de pesquisa original, também havia a proposta de se estudar a cidade média paulista de São José do Rio Preto. As justificativas para não se estudar esta cidade e direcionar o foco apenas para Ribeirão Preto e Presidente Prudente, encontram-se disponíveis no Apêndice I.

Mapa 1. Estado de São Paulo
Localização das cidades médias de Ribeirão Preto e Presidente Prudente



Mapa 2. Estado de São Paulo: Delimitação dos municípios
e manchas urbanas noturnas das aglomerações e centros urbanos, 2000



Com relação à participação no total populacional do Estado de São Paulo entre os censos demográficos de 2000 e 2010, do IBGE, Presidente Prudente se manteve estagnada (variou positivamente em 0,01%). Por outro lado, a dinâmica de crescimento da população urbana de Ribeirão Preto, contribuiu para que houvesse um aumento de sua participação, variando positivamente em 0,1%.

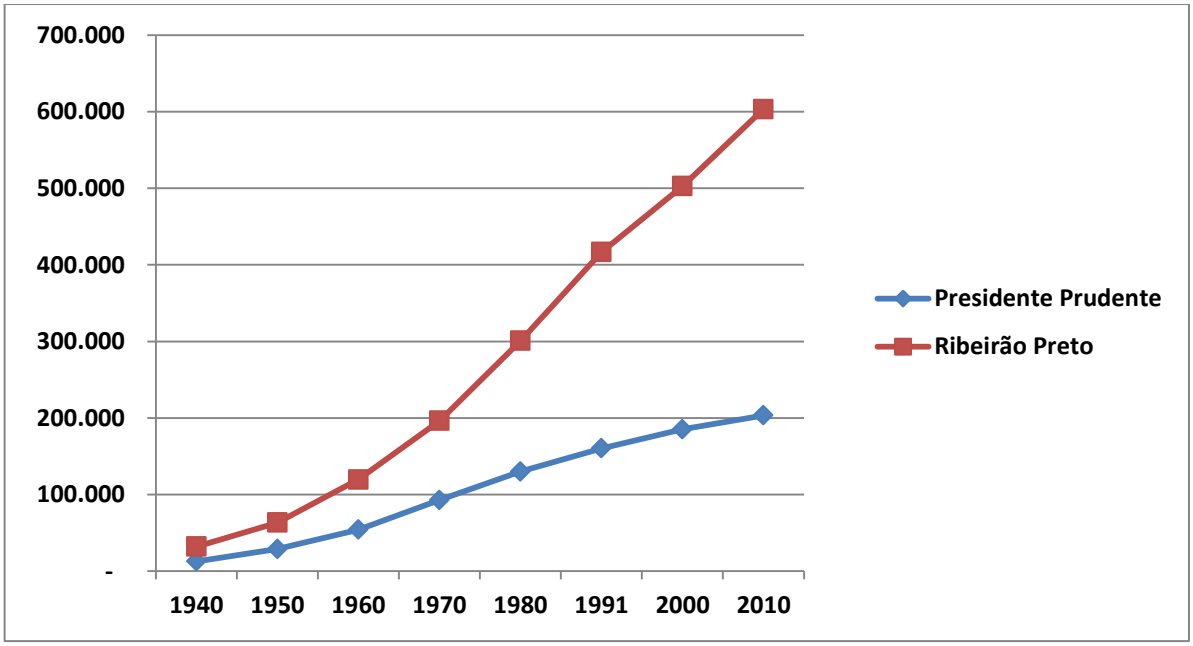
Entre essas duas cidades médias paulistas, além de ser a menos populosa, Presidente Prudente, desde a década de 1970, foi aquela que apresentou o menor ritmo de crescimento geométrico de população urbana, como pode ser analisado a partir das Tabelas 1 e 2, e Gráficos 1 e 2. Em dados absolutos, enquanto Presidente Prudente dobrou de população entre 1970 e 2010, Ribeirão Preto triplicou.

Tabela 1. População urbana de Ribeirão Preto e Presidente Prudente

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Presidente Prudente	12.637	28.793	54.055	92.711	129.903	160.227	185.229	203.370
Ribeirão Preto	31.766	63.312	119.429	196.242	300.828	416.704	502.760	603.401

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Gráfico 1. População urbana de Ribeirão Preto e Presidente Prudente



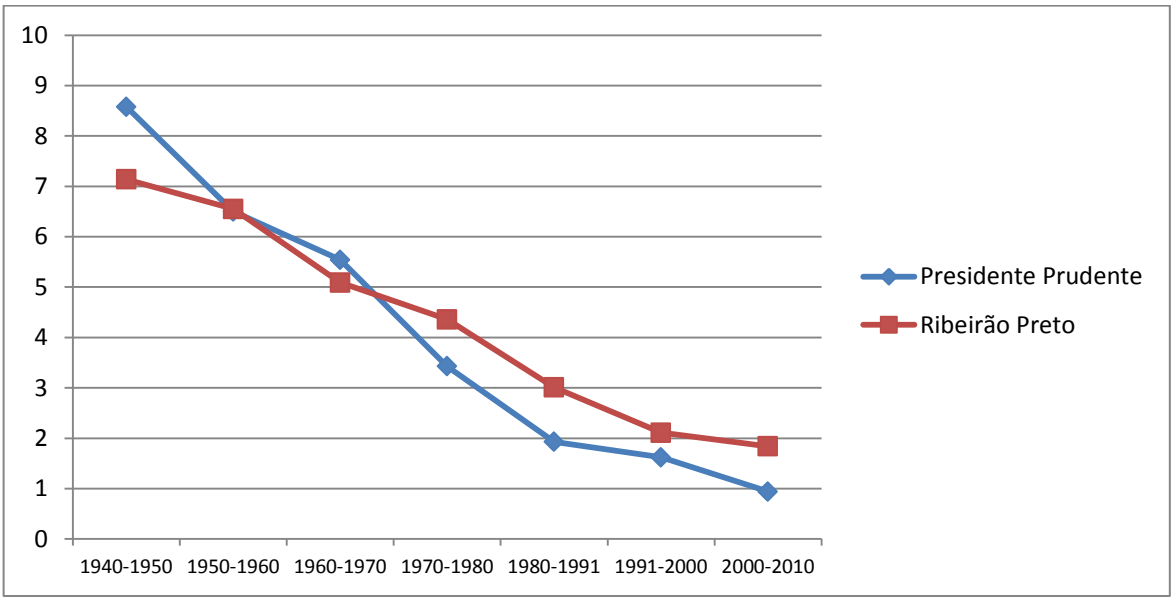
Fonte: IBGE – Censos Demográficos.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Tabela 2. Taxa geométrica de crescimento da população urbana de Ribeirão Preto e Presidente Prudente

	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Presidente Prudente	8,58%	6,50%	5,54%	3,43%	1,93%	1,62%	0,94%
Ribeirão Preto	7,14%	6,55%	5,09%	4,36%	3,01%	2,11%	1,84%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Gráfico 2. Taxa geométrica de crescimento da população urbana de Ribeirão Preto e Presidente Prudente



Fonte: IBGE – Censos Demográficos.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

A partir da década de 1970, tais diferenças no crescimento geométrico da população urbana de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, em parte, explicam-se no contexto de aumento de processos migratórios por consequência de uma série de financiamentos subsidiados, advindos do Pró-Álcool[26], para a consolidação da indústria sucroalcooleira no Brasil e que beneficiou, expressivamente, a Região de Governo de Ribeirão Preto (ELIAS, 2003), pois, desde o início da produção cafeeira nesta frente de expansão, já se havia constatado o alto grau de fertilidade dos solos, em parte, originários da decomposição do basalto (LOPES, 2006), o que, em grande medida, contribuiu para a alta produtividade da agricultura canavieira desde a década de 1950.

[26] O Programa Nacional do Álcool (Decreto nº. 76.593, de 14 de novembro de 1975) compareceu como uma política pública que se voltou para o estabelecimento de uma alternativa energética frente às crises de petróleo da década de 1970. A alternativa que se viabilizou foi a produção de álcool combustível, a partir da fermentação da cana-de-açúcar, ao mesmo tempo em que foram feitas as readequações para a produção de novos automóveis voltados ao consumo desse novo produto (THOMAZ Jr, 2002).

Contudo, diante de um quadro inicial de mecanização da agricultura canavieira, houve a necessidade de se ampliar a oferta de mão-de-obra barata a ser absorvida pela expansão do setor industrial sucroalcooleiro, de um modo geral e, mais especificamente, no corte da cana-de-açúcar (ELIAS, 2003, p. 267-268).

Nesse sentido, o falso discurso da propalada “Califórnia brasileira”, que se traduziu pelas crescentes oportunidades de empregos e melhorias das condições de vida ao se transferir para Ribeirão Preto e cidades vizinhas, contribuiu, efetivamente, para um saldo expressivamente positivo (incluso, a migração campo-cidade) de seus processos migratórios (PIRES, 1995, p. 31 et seq).

Já a taxa de crescimento geométrico, mais expressiva de Presidente Prudente, com relação a Ribeirão Preto, entre 1960 e 1970 insere-se no contexto de um maior dinamismo econômico e populacional, por consequência da ampliação dos papéis e grau de polarização regional e que se consolidou com o estabelecimento da sede da 10ª. Região Administrativa de São Paulo, em Presidente Prudente.

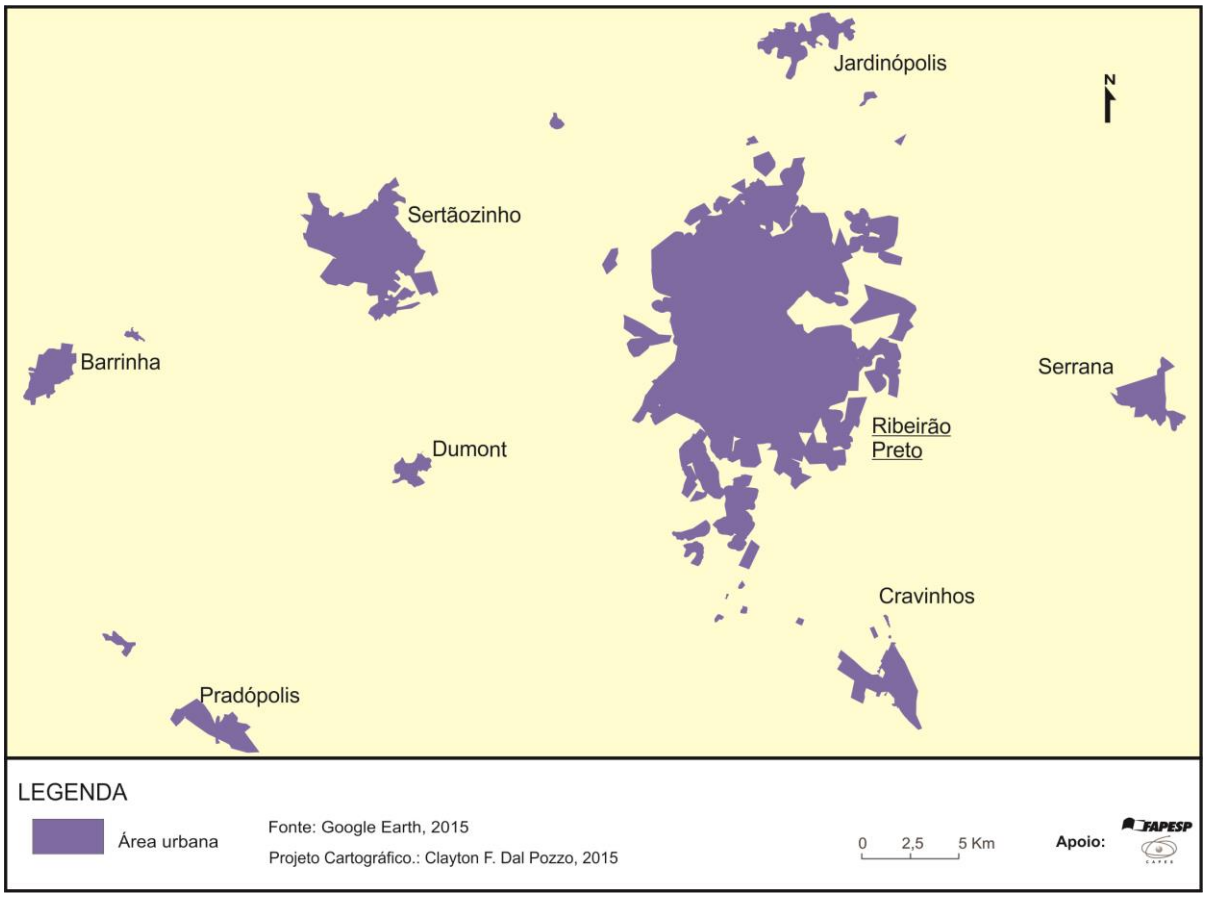
Conforme se observa na Tabela 3 e nos Mapas 2 e 3, Ribeirão Preto constitui-se como núcleo de processo de aglomeração urbana envolvendo sete cidades circunvizinhas (Barrinha, Cravinhos, Dumont, Jardinópolis, Pradópolis, Serrana e Sertãozinho) que, considerando as variações das somas do total populacional delas, tende a estabelecer (ainda que dentro de um quadro de declínio mais acentuado) um crescimento geométrico da população urbana em ritmo superior ao núcleo da aglomeração.

Tabela 3. Aglomeração Urbana de Ribeirão Preto
Evolução Demográfica da População Urbana, 1980 – 2010

MUNICÍPIOS	1980 População	1991 População	1	2000 População	2	2010 População	3
Barrinha	11 570	18 330	4,27	23 944	3,01	28 187	1,67
Cravinhos	13 870	20 596	3,66	27 182	3,13	30 891	1,12
Dumont	2 496	4 336	5,15	5 870	3,42	7 854	2,61
Jardinópolis	15 601	20 955	2,72	28 003	3,27	36 141	2,58
Pradópolis	6 110	8 812	3,38	11 875	3,37	16 127	3,06
Serrana	12 751	22 233	5,18	31 819	4,06	38 479	1,81
Sertãozinho	45 428	73 567	4,48	90 531	2,33	108 792	1,54
Ribeirão Preto	**308 345**	**426 819**	**3,01**	**502 760**	**2,11**	**603 401**	**1,84**
Total s, Rib. Preto	**107 826**	**168 829**	**4,16**	**219 224**	**2,94**	**266 471**	**1,97**

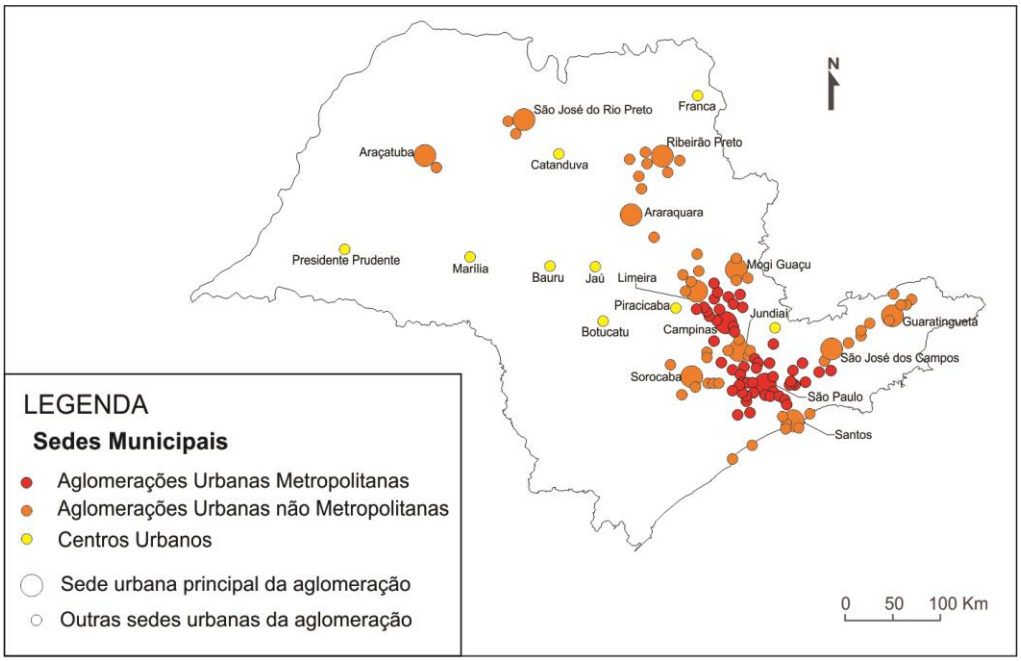
1 - Taxa Geométrica de crescimento anual entre o período de 1980-1991;
2 - Taxa Geométrica de crescimento anual entre o período de 1991-2000;
3 - Taxa Geométrica de crescimento anual entre o período de 2000-2010;
Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1980, 1991, 2000 e 2010.
Org.: Maria Ap. Silva, Rose M. Nascimento, Guilherme M. Sousa e Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Mapa 3
Aglomeração urbana de Ribeirão Preto, 2015



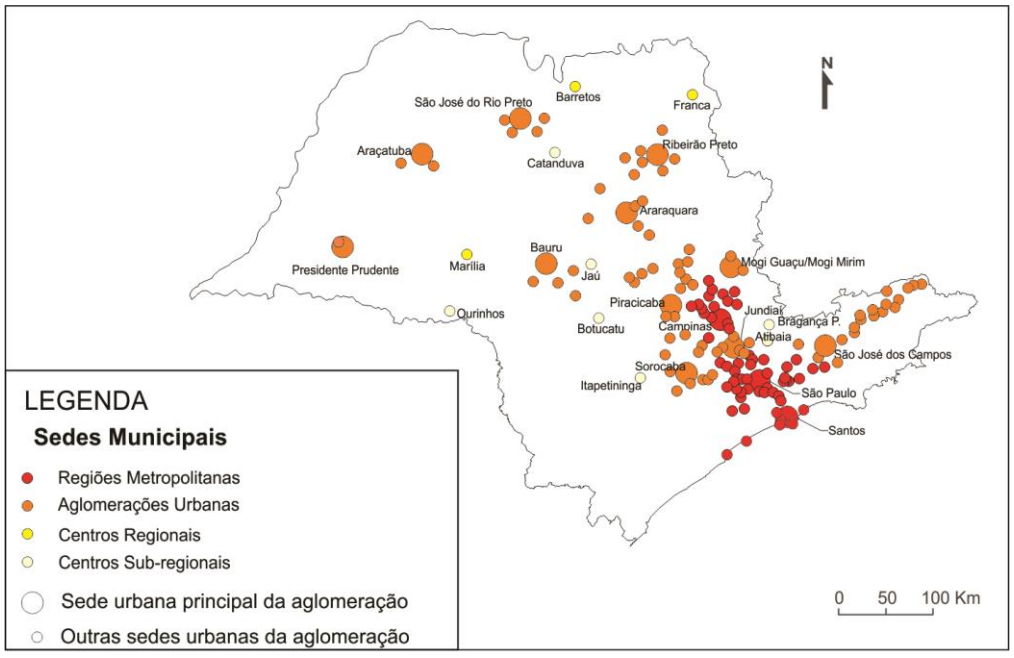
A partir da análise dos Mapas 4 e 5, pode-se destacar que entre as mudanças observadas entre 1997 e 2011, a cidade de Guatapará (que se emancipou de Ribeirão Preto em 1989) foi excluída, e a cidade de Jardinópolis incorporada à aglomeração urbana de Ribeirão Preto, em decorrência do baixo nível de integração da primeira e um significativo aumento dos fluxos da segunda, com o núcleo da aglomeração (EMPLASA, 2011).

Mapa 4. Estado de São Paulo
Aglomerações urbanas e Centros urbanos, 1997



Projeto Cartográfico: Maria Encarnação B. Sposito, 2004 **Elaboração:** Rosa M. do Nascimento, 2004
Fonte: SEADE, 1997 **Base Cartográfica:** IBGE, 2005 **Elaboração final:** Clayton F. Dal Pozzo, 2013
Apoio: FAPESP

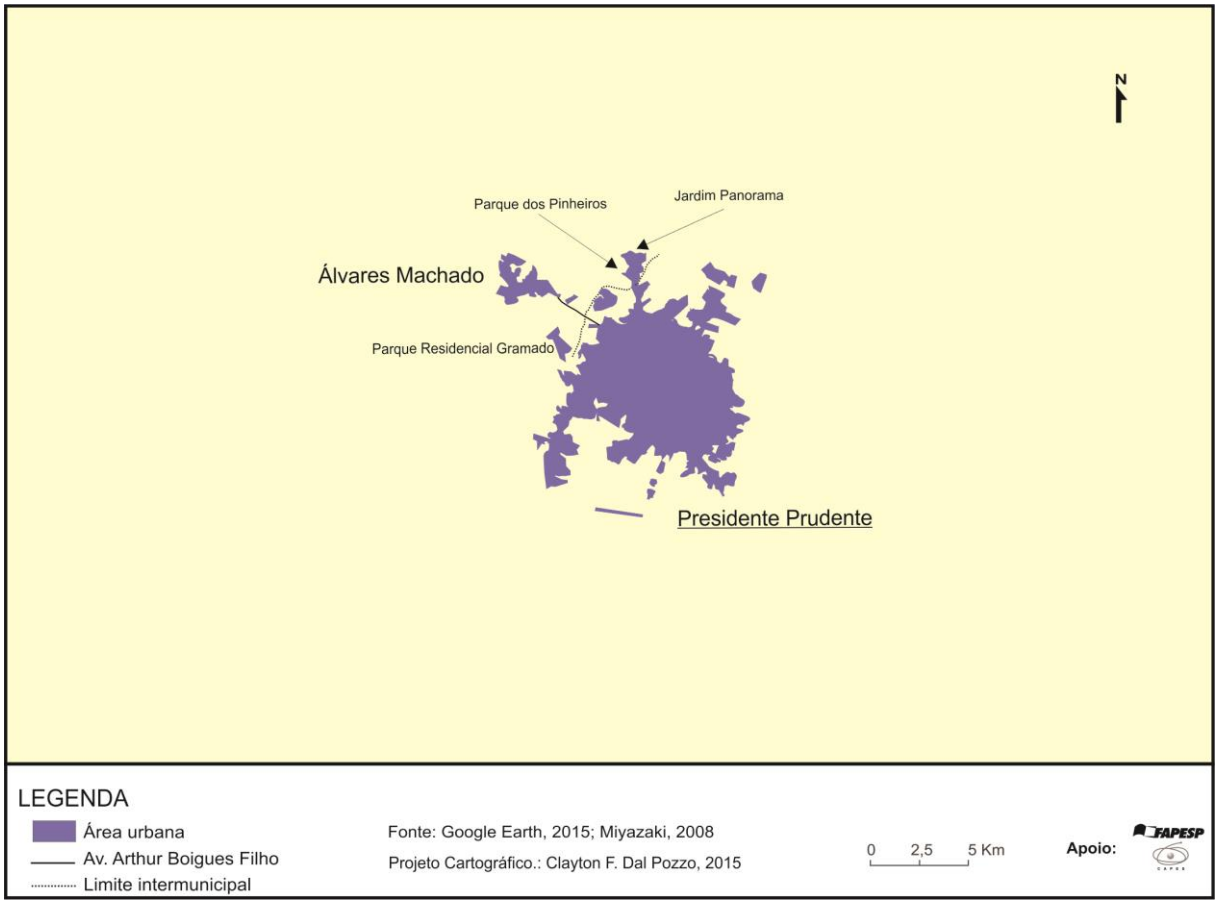
Mapa 5. Estado de São Paulo
Aglomerações urbanas e centros urbanos, 2011



Projeto Cartográfico: Maria Encarnação B. Sposito, 2004
Fonte: EMPLASA, 2011; SEADE E EMPLASA, 2009; Miyazaki, 2008
Base Cartográfica: IBGE, 2005
Elaboração: Rosa M. do Nascimento, 2004
Elaboração final: Clayton F. Dal Pozzo, 2015
Apoio: FAPESP

Embora a pesquisa de atualização da rede urbana paulista realizada pela EMPLASA e Fundação SEADE, publicada em 2011, mantenha a classificação de Presidente Prudente como Centro Regional Isolado, Miyazaki (2008) identificou, do ponto de vista da expressividade dos fluxos interurbanos no sentido Álvares Machado – Presidente Prudente, um elevado grau de integração entre essas duas cidades e, nesse sentido, propõe considera-las como um processo de aglomeração urbana, conforme pode ser observado a partir dos Mapas 5 e 6.

Mapa 6
Proposta de Aglomeração urbana de Presidente Prudente, 2015



A tendência de um maior nível de articulação territorial propiciada pelo processo de parcelamento e ocupação do solo, sobretudo, no que se refere à implantação de espaços autossegregados, ao longo da principal via de circulação entre Presidente Prudente e Álvares Machado (Rodovia Arthur Boigues Filho), contribuem para reforçar tal dinâmica de aglomeração.

Nesta Rodovia, além do Residencial Portinari, implantado desde 2005, entre 2012 e 2013, foram lançados ao mercado o loteamento fechado “Residencial Mart Ville” e o condomínio de casas padronizadas denominado “Condomínio Bosque dos Tamburís”.

Próximos a esses empreendimentos, encontram-se implantados outros três espaços autossegregados em área pertencente ao Município de Álvares Machado: Parque Residencial Gramado (localizado em área contígua à área de lazer pertencente aos Municípios de Presidente Prudente e Álvares Machado, denominada “Balneário da Amizade”), Residencial Valência e o Residencial Valência II.



Fotografia 7 (05/2015) Presidente Prudente: Rodovia Arthur Boigues Filho. À esquerda, portaria do Residencial Mart Ville. À direita, Caixa d’água do Condomínio Bosque dos Tamburís. No centro da fotografia, registra-se o muro perimetral do Residencial Valência II e, ao fundo, Álvares Machado.



Fotografia 8 (05/2015) Presidente Prudente: Rodovia Arthur Boigues Filho. À esquerda, casas do Residencial Portinari. À direita, Condomínio Bosque dos Tamburís e Residencial Mart Ville. Fotografia registrada a partir do Bairro do Limoeiro em Álvares Machado e, mais especificamente, ao final da Rua dos Jasmins e próximo à Portaria do Residencial Valência II, localizada à direita do ponto de registro fotográfico.



Fotografia 9 (05/2015) Presidente Prudente: Balneário da Amizade. Na parte superior da fotografia, casas do loteamento fechado “Gramado Parque Residencial”, de Álvares Machado.



Fotografia 10 (05/2015) Presidente Prudente: À esquerda, muros perimetrais do espaço autossegregado “Residencial Jatobá” em implantação. Ao centro da fotografia, corpo d´água do Balneário da Amizade. Na parte superior, Gramado Parque Residencial e seu muro perimetral.

Além dos espaços autossegregados, outros dois loteamentos abertos de Álvares Machado, estabelecem continuidade territorial com o Residencial Terceiro Milênio e Jardim Panorâmico, de Presidente Prudente. Trata-se do Parque dos Pinheiros e Jardim Panorama, ocupados por segmentos de mais baixo poder aquisitivo a partir do final da década de 1970 e com uma parcela significativa de seus moradores, originários de Presidente Prudente (MIYAZAKI, 2008).

Além disso, pela proximidade e facilidades de acesso, os moradores desses dois loteamentos tendem a estabelecer um forte vínculo com Presidente Prudente, não apenas do ponto de vista dos fluxos diários voltados ao trabalho, educação, lazer e consumo de bens e de serviços, mas também, no tocante à esfera política-administrativa, considerando que uma parcela expressiva de seus moradores mantém seus títulos eleitorais registrados no Cartório Eleitoral de Presidente Prudente (KAHALE, RAFAEL e RODRIGUES, 2006).

A partir da análise dos microdados do IBGE (2000), referente aos deslocamentos intermunicipais, Miyazaki (2008, p. 125-127) constatou que cerca de quinze por cento da população total de Álvares Machado desloca-se diariamente para Presidente Prudente, por motivos de estudo e trabalho. Nesse mesmo aspecto, porém, em menor medida, comparecem os deslocamentos dos moradores de Regente Feijó com destino à Presidente Prudente, totalizando dez por cento.

Com base na análise amostral da pesquisa de campo realizada por Miyazaki (2008, p. 126) no ano de 2007, os principais motivos para os deslocamentos de Álvares Machado com destino à Presidente Prudente estabelecem-se em função do exercício do trabalho e de realização de compras de um modo geral. Em menor medida, os deslocamentos se referem à obtenção de serviços médicos e hospitalares e à realização do lazer.

Entre as décadas de 1990 e 2000, Álvares Machado apresentou uma taxa geométrica de crescimento populacional mais elevada que Presidente Prudente. Como é possível observar a partir da Tabela 4, tal tendência se inverteu em 2010, em decorrência de um declínio mais acentuado na taxa geométrica de crescimento que vinha apresentando em relação à Presidente Prudente desde o ano 2000.

Tabela 4. Proposta de Aglomeração urbana de Presidente Prudente
Evolução Demográfica da População Urbana, 1980 – 2010

MUNICÍPIOS	1980 População	1991 População	1	2000 População	2	2010 População	3
Presidente Prudente	129 903	160 227	1,92	185 229	1,62	203 370	0,95
Álvares Machado	8 894	15 387	5,11	20 096	3,01	21 183	0,53

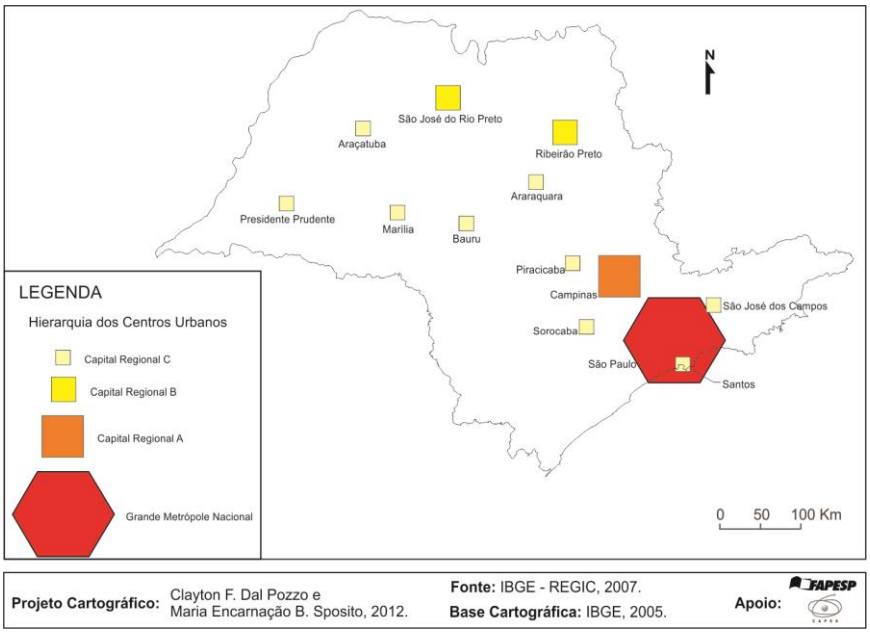
1 - Taxa Geométrica de crescimento anual entre o período de 1980-1991;
2 - Taxa Geométrica de crescimento anual entre o período de 1991-2000;
3 - Taxa Geométrica de crescimento anual entre o período de 2000-2010;
Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1980, 1991, 2000 e 2010.
Org.: Maria Ap. Silva, Rose M. Nascimento, Guilherme M. Sousa e Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Em relação a alguns apontamentos relativos à constituição da rede urbana, Ribeirão Preto também é um importante eixo polarizador em termos de concentração de atividades industriais e fluxos econômicos que tendem a abranger o Estado de São Paulo e Minas Gerais (ICHIHARA, 2007; SANTOS et al, 2011, p. 442).

Conforme estudos realizados pelo IBGE, relativos às Regiões de Influências das Cidades – REGIC (2007), cujos resultados relativos ao Estado de São Paulo podem ser observados no Mapa 7, Ribeirão Preto foi hierarquizada como Capital Regional de nível “B” e, portanto, estabelece maior participação e importância que Presidente Prudente, também

classificada como Capital Regional com elevado nível de centralidade interurbana no tocante ao expressivo alcance espacial de suas atividades comerciais e de serviços (incluso, aquelas ligadas à agropecuária [EMPLASA, 2011, p, 93]), ao abranger 57 cidades de menor porte (SPOSITO et al, 2006; SPOSITO e GOES, 2013, p. 36) que extrapolam os limites de sua Mesorregião, porém, de nível "C".

Mapa 7. Estado de São Paulo
Rede urbana - Metrópoles e Capitais Regionais, 2007

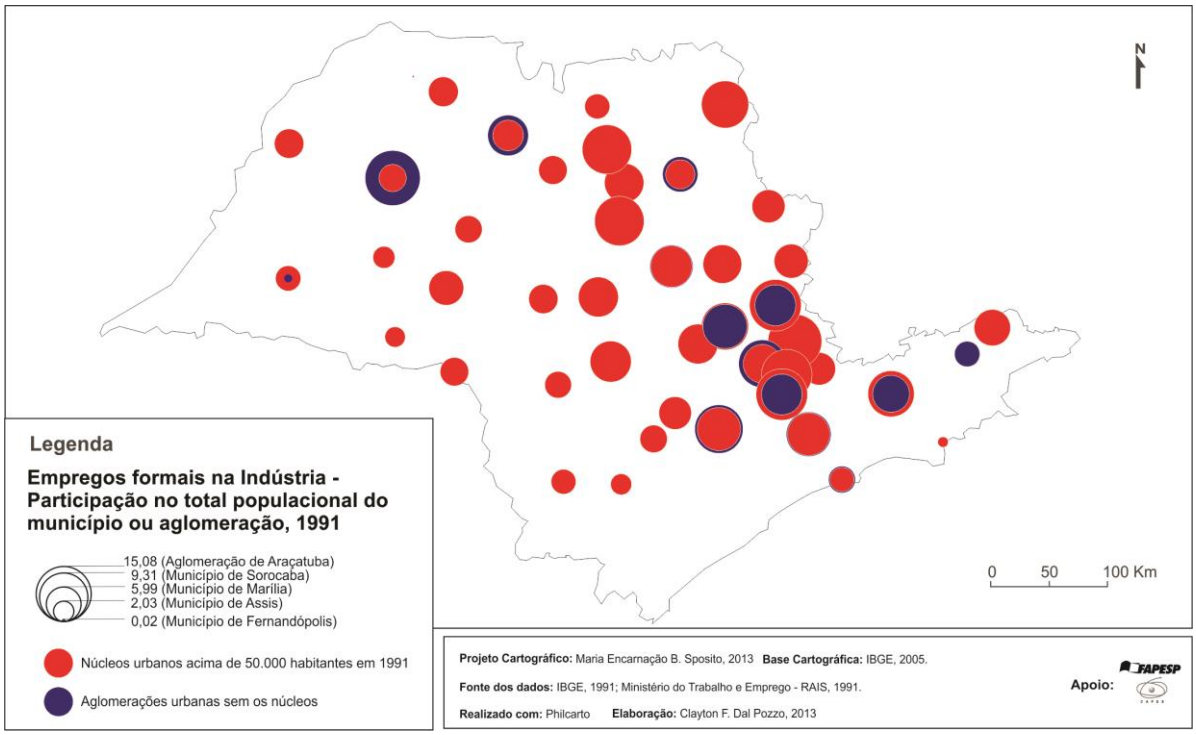


Nesse sentido, enquanto Ribeirão Preto polariza duas Capitais Subrregionais A (Barretos e Franca, no Estado de São Paulo) e dois Centros de Zona A (Ituverava, em São Paulo, e São Sebastião do Paraíso, em Minas Gerais), Presidente Prudente polariza apenas três Centros de Zona, tratando-se de Adamantina e Dracena, no Estado de São Paulo, e Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul (REGIC, 2007).

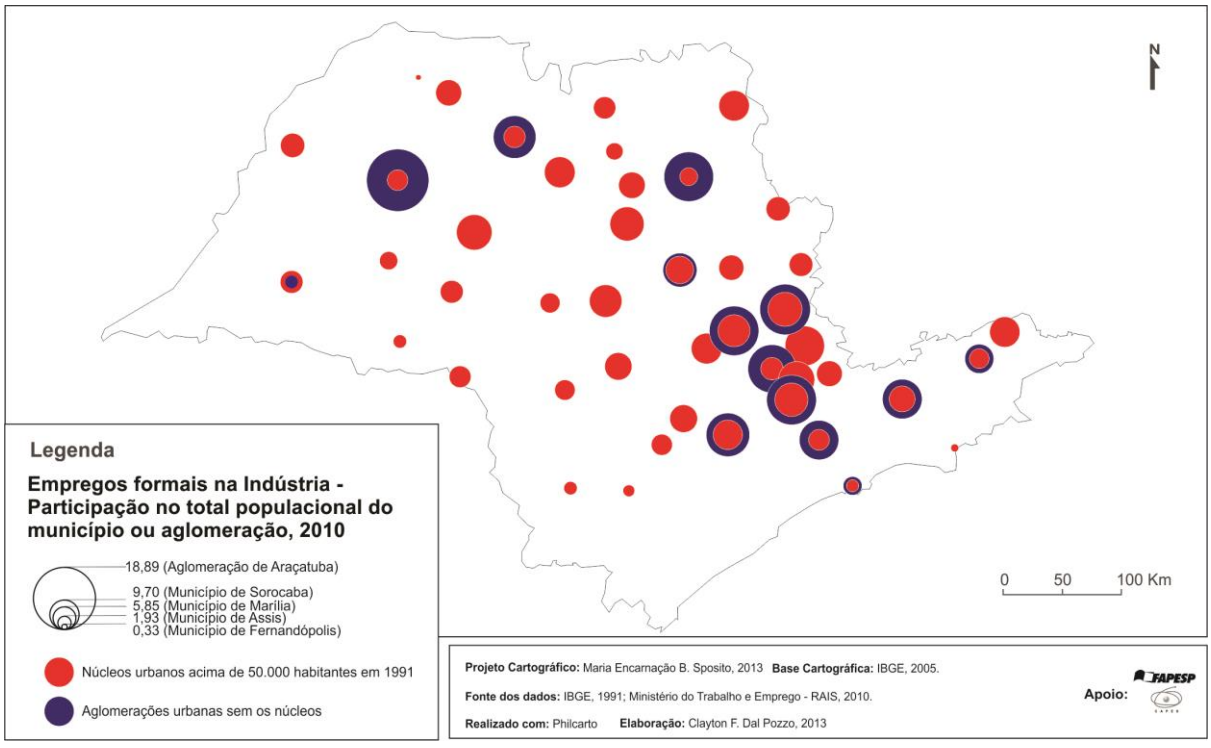
Sobre o total de empregos formais do Estado de São Paulo entre 2000 e 2010, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego), Ribeirão Preto apresentou um aumento ao passar de 1,44 para 1,56%. Já Presidente Prudente evoluiu um pouco menos ao variar de 0,476% em 2000, para 0,484% em 2010.

Ao considerar a representatividade dos empregos formais na indústria sobre o total populacional do município no período de 1991 e 2010, tanto Presidente Prudente quanto Álvares Machado apresentaram aumento, como pode ser observado nos Mapas 8 e 9.

Mapa 8. Estado de São Paulo
Empregos formais na Indústria, 1991



Mapa 9. Estado de São Paulo
Empregos formais na Indústria, 2010



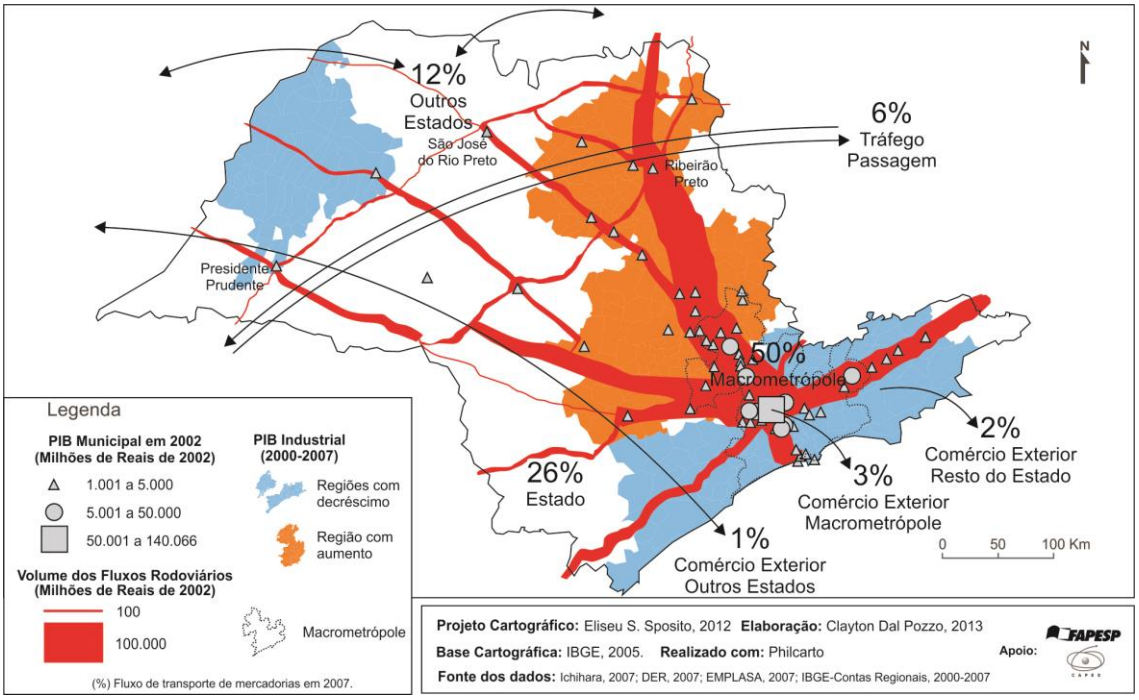
Nesse sentido, Presidente Prudente passou de 3,2% registrado em 1991, para 5,7% em 2010. Por sua vez, Álvares Machado passou de 0,8% em 1991, para 2,9%, em 2010.

Por sua vez, Ribeirão Preto declinou neste mesmo período, passando de 4,2 para 3,6% da população municipal. Já considerando o conjunto dos demais municípios que compõe a aglomeração, houve expressivo aumento, passando de 6,7% em 1991, para 13% em 2010.

Essa dinâmica revela a tendência de divisão de funções urbanas de Ribeirão Preto, sobretudo, aquelas relacionadas às atividades industriais, com as demais cidades que compõem a aglomeração e, de modo mais prevalente, com Sertãozinho, Serrana e Pradópolis (EMPLASA, 2011, p, 59). Tal divisão indica a possibilidade de ampliar os papéis terciários de Ribeirão Preto, relativamente aos secundários, em favor da ampliação proporcional das funções industriais das demais cidades da aglomeração urbana por ela capitaneada.

A partir da análise do Mapa 10, e somando-se aos aspectos de distribuição e hierarquização dos centros urbanos paulistas, o dinamismo (populacional e econômico) mais acentuado de Ribeirão Preto em relação à Presidente Prudente, em parte, também se explica pela localização desta primeira no mais expressivo "eixo de desenvolvimento", nos termos estabelecidos por Savério Sposito (2007), do Estado de São Paulo: o eixo "Santos-Ribeirão Preto", compreendendo a interligação entre sistema de rodovias "Imigrantes-Anchieta", com a Rodovia Anhanguera (SEADE, 2006).

Mapa 10. Estado de São Paulo
Fluxos econômicos e PIB Municipal, 2002; PIB Industrial, 2000 – 2007



O dinamismo deste eixo articula-se ao contexto de relativo decréscimo do PIB Industrial da Região Metropolitana de São Paulo, da aglomeração urbana de São José dos Campos, do litoral paulista e de uma parcela das mesorregiões de Presidente Prudente e Araçatuba (IBGE, 2007). Além disso, no contexto da porção final do eixo "Santos-Ribeirão Preto", Ribeirão Preto está localizada, tanto na "área de maior densidade econômica" (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 37), quanto no "eixo" em que se apresentou um crescimento relativo mais acentuado entre 2000 e 2007, no que se refere ao PIB industrial paulista.

Esta dinâmica de fluxo econômico do Estado de São Paulo reforçam as desigualdades regionais demonstrando que o processo de desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo alcançou, com mais intensidade, as áreas servidas pela Rodovia Anhanguera e, de modo menos expressivo, aquelas áreas servidas pela Rodovia Raposo Tavares (uma das principais vias de acesso à mesorregião de Presidente Prudente).

Esta análise de indicadores socioeconômicos das duas cidades estudadas, revelando suas posições no Estado de São Paulo, convida a uma retrospectiva histórica, buscando os contextos socioespaciais do passado, que nos ajudam a compreendê-las a partir de conjunto mais amplo de condições e determinações, como se busca efetuar no próximo subcapítulo.

2.2. O contexto da expansão de novos núcleos urbanos originais do Estado de São Paulo a partir do final do Século XVIII

As desigualdades regionais entre as Mesorregiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente não se ligam apenas ao processo recente de desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo (ou à ampliação do complexo sucroalcooleiro nesta primeira, a partir da década 1970), mas se articulam, em menor ou maior grau, desde o desenvolvimento e crise da mineração entre os Séculos XVIII e meados do Século XIX, à instituição da Lei de Terras de 1850 e a iminência e o fim efetivo do trabalho escravo acompanhado do aumento da oferta e compra da força de trabalho dos imigrantes a partir de políticas públicas implementadas desde o Governo Imperial.

Em primeiro lugar, os fluxos voltados à exploração do ouro em Cuiabá, Goiás e Minas Gerais possibilitaram o estabelecimento de vínculos comparativamente mais fortes com o processo inicial de ocupação da Mesorregião de Ribeirão Preto, pois, durante o Século XVIII e meados do Século XIX, a exploração das regiões mineiras destes Estados motivou a abertura de diversos caminhos ou "picadões" de interligação com as cidades de São Paulo e Santos,

visando o escoamento da produção aurífera e, nesse sentido, a relação entre necessidade de abastecimento de tais áreas e o estabelecimento de paragens para o repouso de tropeiros contribuiu para o surgimento de pequenos núcleos de negociação de excedentes agropastoris, junto a pequenos posseiros que se assentavam ao longo do picadão.

Em decorrência do aumento da fixação de moradias e do adensamento de equipamentos de um modo geral, esses pequenos núcleos tenderam a se transmutar em núcleos urbanos que, iniciando-se por Jundiaí e Campinas, estenderam-se de modo a conformar a projeção de um eixo ao abranger os núcleos de Araraquara, Ribeirão Preto e Franca. Tais aspectos tornam-se fundamentais para a análise do processo de formação inicial do principal eixo de desenvolvimento do Estado de São Paulo (Eixo "Santos – Ribeirão Preto"), apresentado no Mapa 10 ou, ainda, do processo de formação da "Dorsal Paulista", nos termos de um dos modelos elementares para a leitura do território paulista, proposto por Théry (2006).

A relação de tais eventos favoreceu um maior ritmo de ocupação das áreas pouco ou ainda não exploradas do Estado de São Paulo, com o objetivo inicial de estabelecer, desmembrar e comercializar posses de terras e, posteriormente, inseri-las na lógica das atividades agrário-exportadoras e, de modo mais amplo, na esfera do complexo cafeeiro.

Guardadas as devidas especificidades e proporções, a articulação destes processos com o desenvolvimento de tal esfera contribuiu para a proliferação e expansão de núcleos urbanos originais, para o desenvolvimento e ampliação das relações urbano-rurais e, em menor medida, com os processos de industrialização nestas duas mesorregiões.

Além disso, a implantação dos serviços de transporte ferroviário para o despacho da produção cafeeira e de passageiros reforçou o "desenvolvimento de uma rede urbana paulista" ampliando as relações de complementaridade e hierárquicas[27] entre as manchas urbanas consolidadas e, em processo de constituição, do Estado de São Paulo (SPOSITO, 2004, p. 412).

As informações relativas aos períodos de expansão da malha ferroviária, de origem das cidades servidas por essa malha, e da marcha do café pelo Estado de São Paulo, podem ser correlacionadas a partir das observações da Tabela 5 e do Mapa 11.

[27] Do ponto de vista dos sujeitos sociais que participam do processo, tais relações hierárquicas e de complementaridade tendem a estarem baseadas na prevalência dos deslocamentos em determinadas direções e articula-se ao contexto das práticas espaciais, sobretudo, aquelas relativas ao consumo de bens e de serviços, lazer, educação e trabalho. Além de questões envolvendo preferências pessoais, tais deslocamentos também tendem a estar orientados segundo a oferta de equipamentos e pelo status político-administrativo do espaço urbano.

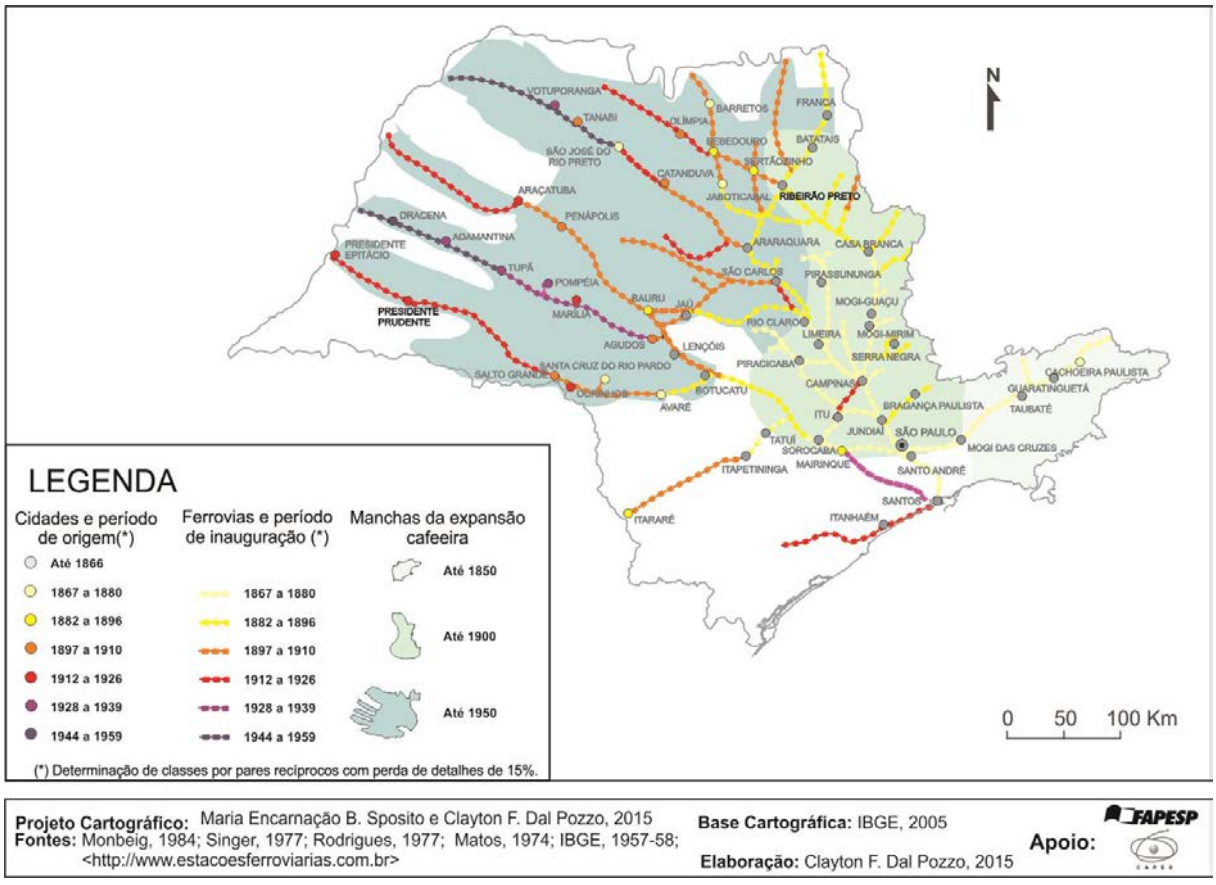
Tabela 5. Estado de São Paulo
Origem das cidades e inauguração das Estações ferroviárias

Cidades	Ano de origem	Ferrovia	Implantação
Santos	1545 (a)	Santos-Jundiaí	1867
Jundiaí	1655 (a)	Santos-Jundiaí	1867
Campinas	1797 (a)	Companhia Paulista	1872
Itu	1657 (a)	Companhia ituana	1873
Mogi das Cruzes	1611 (a)	Central do Brasil	1875
Sorocaba	1661 (a)	Sorocabana	1875
Mogi-Mirim	1751 (b)	Mogiana	1875
Santa Bárbara (Americana)	1904 (c)	Companhia Paulista	1875
Taubaté	1645 (a)	Central do Brasil	1876
Limeira	1830 (b)	Companhia Paulista	1876
Rio Claro	1845 (a)	Companhia Paulista	1876
Guaratinguetá	1651 (a)	Central do Brasil	1877
Cachoeira (Cachoeira Paulista)	1880 (a)	Central do Brasil	1877
Casa Branca	1814 (b)	Mogiana	1878
Pirassununga	1842 (b)	Companhia Paulista	1878
Piracicaba	1774 (b)	Companhia Ituana	1879
Mogi Guaçu	1740 (b)	Companhia Paulista	1880
Boituva	1906 (a)	Sorocabana	1882
Ribeirão Preto	1856 (a)	Mogiana	1883
Bragança Paulista/Campo Limpo	1797 (a)	Bragantina	1884
São Carlos	1865 (a)	Companhia Rio Claro	1884
Araraquara	1817 (c)	Companhia Rio Claro	1885
Batatais	1815 (b)	Mogiana	1886
Franca	1821 (a)	Mogiana	1887
Jaú	1866 (a)	Companhia Rio Claro	1887
Tatuí	1818 (d)	Sorocabana	1889
Botucatu	1846 (b)	Sorocabana	1889
Serra Negra	1841 (b)	Mogiana	1892
Jaboticabal	1867 (a)	Companhia Paulista	1892
Itapetininga	1770 (a)	Sorocabana	1895
Avaré	1875 (a)	Sorocabana	1896
Mairinque	1890 (a)	Sorocabana	1897
Lençóis	1858 (b)	Sorocabana	1898
Sertãozinho	1885 (c)	Mogiana	1899
Agudos	1897 (c)	Sorocabana	1903
Bauru	1893 (c)	Sorocabana	1905
Santa Cruz do Rio Pardo	1872 (b)	Sorocabana	1908
Penápolis	1908 (d)	Noroeste do Brasil	1908
Ourinhos	1915 (c)	Sorocabana	1908
Araçatuba	1917 (c)	Noroeste do Brasil	1908
Barretos	1874 (c)	Companhia Paulista	1909
Itararé	1885 (b)	Sorocabana	1909
Bebedouro	1892 (c)	Companhia Paulista	1910
Salto Grande	1906 (a)	Sorocabana	1910
Catanduva	1910 (c)	Araraquarense	1910
São José do Rio Preto	1879 (b)	Araraquarense	1912

Itanhaém	1561 (a)	Sorocabana	1913
Vila Olímpia (Olímpia)	1906 (c)	Companhia Paulista	1914
Presidente Prudente	1917	Sorocabana	1919
Presidente Epitácio	1922	Sorocabana	1922
Marília	1926 (c)	Companhia Paulista	1928
Tupã	1933 (d)	Companhia Paulista	1928
Pompéia	1928 (a)	Companhia Paulista	1935
Mairinque-Santos		Sorocabana	1937
Votuporanga	1937 (d)	Araraquarense	1944
Adamantina	1939 (d)	Companhia Paulista	1950
Tanabi	1906 (c)	Araraquarense	1959
Dracena	1948	Companhia Paulista	1959

Notas: (a) vila; (b) freguesia; (c) distrito de paz; (d) patrimônio.
Fontes: Sposito (2004); Mombeig (1984); Singer (1977, p. 38); Matos (1974); Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (vols. 28 e 29 - 1957 e vol. 30 – 1957, 1958); http://www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em: 16 set. 2014.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Mapa 11. Estado de São Paulo: Origem das cidades, inauguração das Estações ferroviárias e expansão cafeeira, 1545 - 1959



A fundação de Ribeirão Preto (1856) insere-se no início da segunda grande fase da marcha do café pelo Estado de São Paulo. Com o início da produção cafeeira e a chegada dos trilhos na região de Campinas (1872), ampliam-se a plantação de cafezais pela região de Ribeirão Preto. Além disso, o escoamento das primeiras produções começou a ocorrer mesmo antes da chegada dos trilhos, implantados somente em 1883.

Ribeirão Preto contribuiu para ditar o direcionamento da marcha do café e expansão ferroviária, em parte, por estar inserida em um eixo de núcleos urbanos paulistas previamente existentes.

Esgotadas as possibilidades de expansão via este eixo, a marcha do café e a expansão ferroviária, então, direcionaram-se para oeste e, mais especificamente, na direção das terras ainda pouco exploradas ao norte do Paraná e a leste do Mato Grosso do Sul e é neste contexto que surge a necessidade de se fundar Presidente Prudente, para dar suporte e se integrar ao complexo cafeeiro paulista.

Presidente Prudente, nesse sentido, esteve inserida na terceira e última grande fase e, diferentemente de Ribeirão Preto, tanto a fundação do núcleo urbano (1917), quanto à chegada dos trilhos (1919) e o escoamento das primeiras produções cafeeiras (1919), ocorreram, mais ou menos, de modo concomitante.

2.2.1. Ribeirão Preto: Implantação e primeiros períodos de expansão do núcleo urbano original

Dentro do contexto de desenvolvimento e crise da mineração, as primeiras ocupações de terras em Ribeirão Preto ocorreram no início do Século XIX por pequenos agricultores ligados às atividades agropastoris e à comercialização de excedentes. As proximidades com o local onde se desenvolveu o núcleo funcionavam, portanto, como um entreposto de abastecimento dos tropeiros que seguiam viagem pelo “picadão”, em direção ás áreas mineradoras. O primeiro fato de que se tem registro ocorreu em 1811, a partir do estabelecimento de grandes posses de terras pelas famílias Dias Campos e Reis (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 30, 36).

No entanto, a fundação de Ribeirão Preto, inicialmente denominada de Patrimônio de São Sebastião, ocorreu apenas em 1856, no bojo do aumento de tentativas de legitimação de posses por meio de doações de terras à Igreja Católica (ABREU, 1972, p. 26-27). Este aumento decorreu da instituição da Lei de Terras, de 1850, e a sua posterior regulamentação, a partir da

qual (e no contexto de extinção do tráfico de escravos e início das imigrações de trabalhadores europeus [SPOSITO, 1983, p. 34-35]), não se permitia mais o acesso a terras “devolutas” de outro modo, a não ser pela compra (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 32).

Com a demarcação do Patrimônio de São Sebastião na Fazenda Barra do Retiro foi construída uma pequena capela em área elevada, porém, razoavelmente próxima à área de confluência dos Córregos Ribeirão Preto e Retiro e, mais especificamente, nas proximidades da atual Praça XV de Novembro, onde se desenvolveu o núcleo urbano original.

Em 1870 foi criada a Freguesia de São Sebastião do Ribeirão Preto, e em 1871, com o desmembramento do Município de São Simão, a Freguesia foi elevada à categoria de “Vila de Ribeirão Preto”, mas, o novo Município foi instalado apenas em 1874 com a posse dos primeiros vereadores (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 32).

No ano de implantação do Município, o núcleo urbano original contava com doze vias que se expandiram gradativamente a partir do ponto central, ou seja, a Praça XV de Novembro, inicialmente denominada de “Largo da Matriz” (MARCONDES E REGISTRO, 2012, p. 38).

Como consequência da decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba e a substituição da cultura de cana-de-açúcar pelo café na Região de Campinas, inicia-se a marcha do café pelo Estado de São Paulo a partir das décadas de 1850 e 1860.

Com o fato da inauguração da Estação ferroviária de Campinas pela Companhia Paulista, em 1872, e começo das atividades de expansão da linha férrea da Companhia Mogiana e inauguração da Estação ferroviária de Mogi Mirim, em 1875, inicia-se a formação dos primeiros cafezais em Ribeirão Preto, pois, o transporte da produção por meio de muares até a região de Campinas havia se tornado viável. Com isso, a partir dessas primeiras estações, o café poder-se-ia ser despachado até a área portuária de Santos (LOPES, 2011, p. 39).

Mesmo antes da chegada dos trilhos da Companhia Mogiana em Ribeirão Preto, já havia se iniciado um aumento dos processos imigratórios, sobretudo, de italianos, para essa nova frente de expansão do café que, somando-se aos quase novecentos trabalhadores escravos presentes no Município em 1873, vieram contribuir com “a expansão acelerada das plantações” (LOPES, 2011, p. 40).

Com a chegada dos trilhos e a inauguração da Estação Ferroviária, ainda provisória, da Companhia Mogiana em 1883, intensificam-se os processos imigratórios para Ribeirão Preto. Nesse sentido, a população ribeirão-pretana praticamente dobrou entre 1874 e 1886 e sextuplicou entre 1886 e 1900, ao atingir quase sessenta mil habitantes (SILVA, 2006, p. 58).

Uma parcela desses novos moradores, europeus e brasileiros, se instalaram no entorno desta estação provisória dando origem, posteriormente, ao Bairro da República, que se

consolidou ao longo da década de 1880 (e que, décadas mais tarde seria incorporado ao processo de expansão da Vila Virgínia) o que, em grande medida, contribuiu com o aumento das dinâmicas de diferenciação socioespacial no contexto da expansão do núcleo urbano original, tanto em termos de tendências de homogeneização de distintos segmentos socioeconômicos, quanto de funções urbanas predominantes (MARCONDES E REGISTRO, 2012, p. 49, 64-66).

Isto porque, de 1874 até o final da década de 1880, o núcleo urbano original também se expandiu ao longo das áreas disponíveis mais elevadas na direção sul, a partir do prolongamento das vias até então existentes, sendo ocupado pelos segmentos de mais alto poder aquisitivo desde a praça XV de Novembro (SILVA, 2006, p. 60-62). Os limites do núcleo urbano original, em 1884, podem ser observados a partir da Imagem 1.

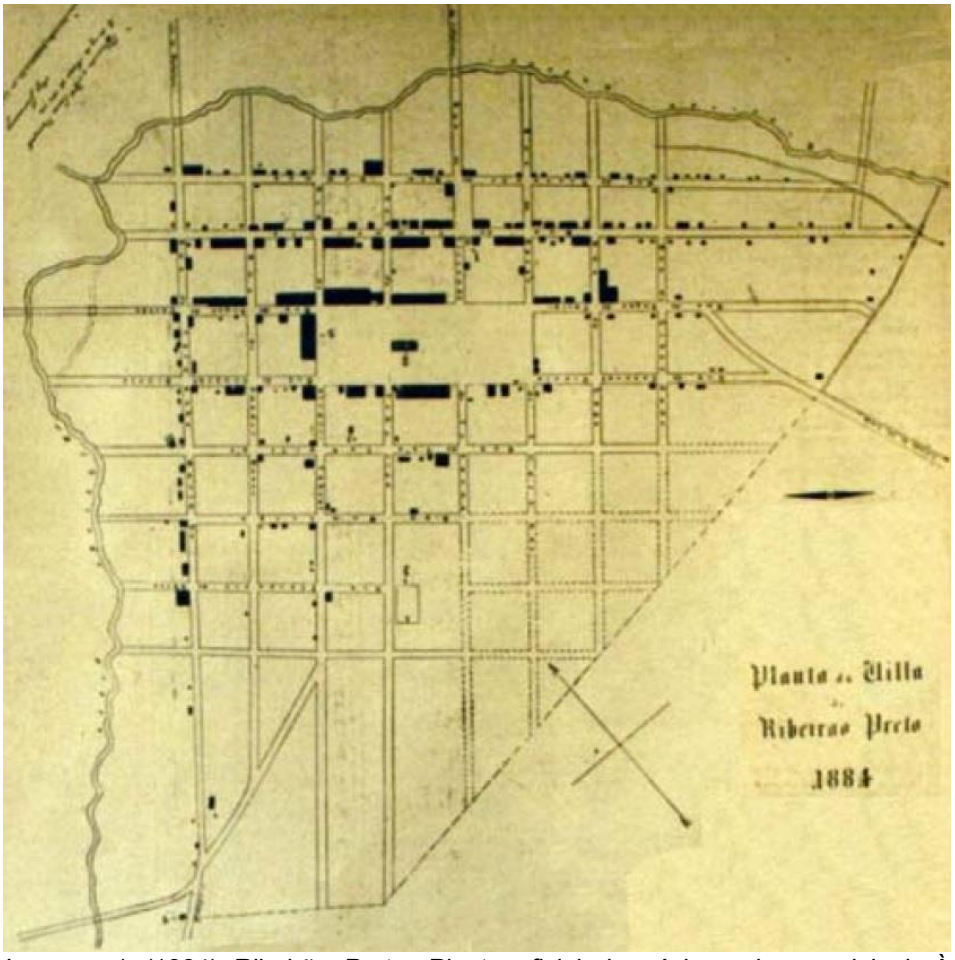


Imagem 1 (1884) Ribeirão Preto: Planta oficial do núcleo urbano original. À esquerda, localizam-se os meandros do Córrego Ribeirão e, na parte superior, do Córrego do Retiro. Até então, as atuais Ruas Saldanha Marinho (à esquerda) e Mariana Junqueira (na parte superior) estabeleciam os limites do Núcleo.
Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Extraído de Silva (2008).

Além disso, em função do início da retificação do Córrego Ribeirão Preto, em 1884 (SILVA, 2006, p. 59), e a construção de uma nova Estação Ferroviária (Estação Ribeirão Preto) mais integrada ao núcleo urbano original, em 1885, implantaram-se as Ruas José Bonifácio e Jerônimo Gonçalves, a partir das quais se iniciou o processo de concentração e diversificação de estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo da porção oeste do núcleo urbano original em expansão e, portanto, na direção desta nova Estação (MARCONDES E REGISTRO, 2012, p. 40).

Dois dos equipamentos mais emblemáticos dessa expansão foi a implantação do Mercado Municipal, em 1901 (LOPES, 2011, p. 57), da Companhia Cervejaria Paulista, em 1914 e, além do Córrego Ribeirão, da Companhia Antarctica Paulista, em 1911 (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 70).

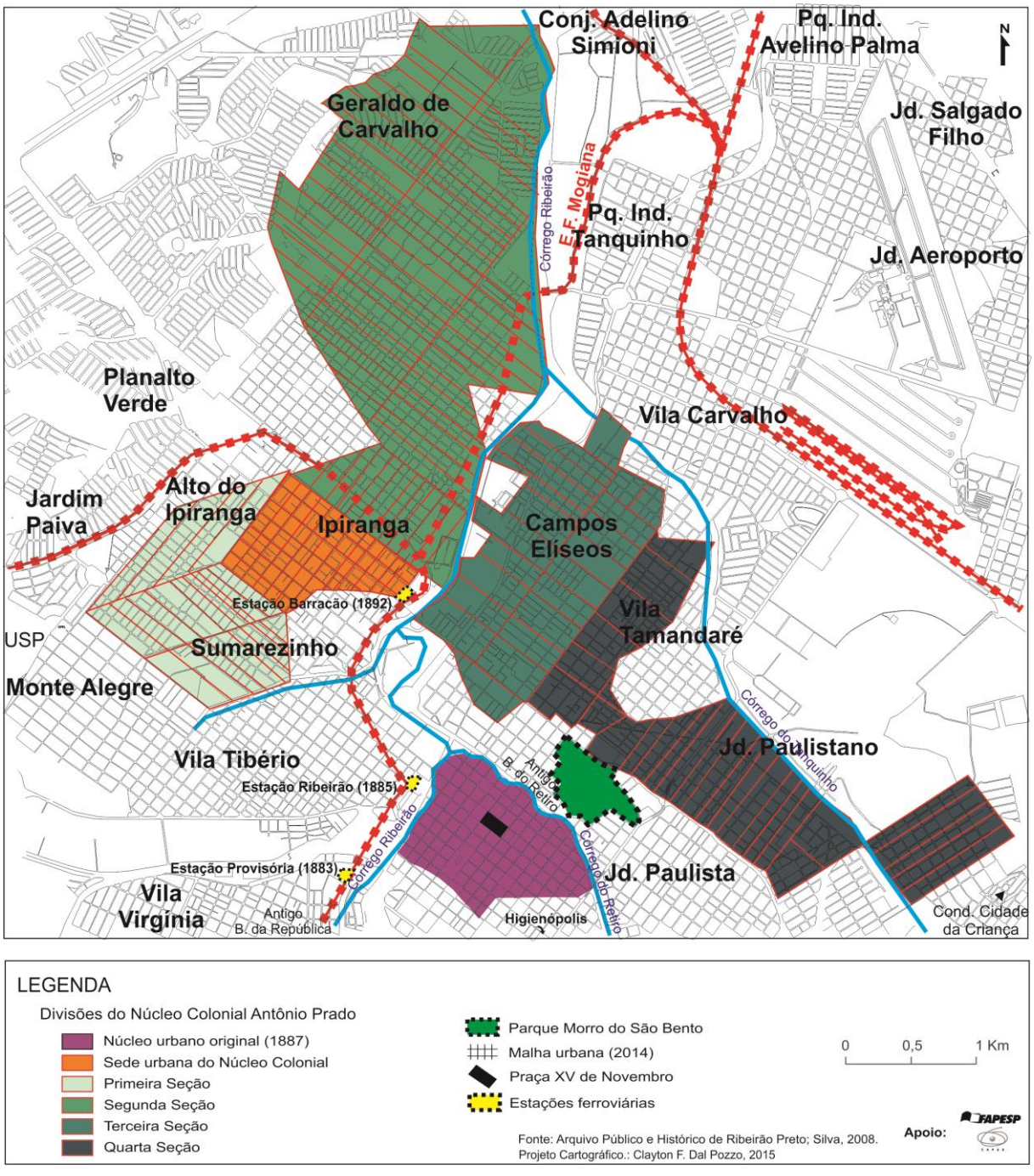
Até o final da década de 1880, os segmentos de mais baixo poder aquisitivo tenderam a ocupar as áreas disponíveis nos fundos de vales e, mais especificamente, próximas ao Córrego Ribeirão (como o Bairro da República) e além do Córrego do Retiro, na porção norte (em área contígua ao atual “Parque Municipal Morro de São Bento” [SILVA, 2006, p. 88]), formando-se o Bairro do Retiro (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 55).

Com a divisão da Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, uma de suas glebas, localizada ao norte do Bairro do Retiro, foi destinada à formação do Núcleo Colonial Antônio Prado, implantado em 1887, a partir de recursos liberados pelo Governo Imperial, ficando a execução do projeto e a administração, a cargo do Governo Provincial (SILVA, 2006, p. 70).

Os núcleos coloniais, de um modo geral (incluindo o que se implantou em Ribeirão Preto), compareceram como uma política pública imigratória do Governo Imperial, tendo em vista, a tendência de substituição do regime escravista para o trabalho livre, a ser potencialmente absorvido na lógica das atividades agrícolas, e a ocupação de áreas pouco povoadas mediante a compra de pequenos lotes de terras (PRADO JÚNIOR, 1986, p. 141).

Como pode ser observado a partir do Mapa 12, o Núcleo Colonial Antônio Prado foi subdividido em quatro seções e uma sede urbana que totalizaram duzentos lotes, sendo 64 lotes urbanos da sede e 136 lotes rurais das demais seções. Na sede, além da Estação Ferroviária (implantada em 1892), também foi construído um barracão voltado à recepção e encaminhamento, conforme o perfil profissional e intencionalidades, dos imigrantes, aos lotes urbanos e rurais do núcleo, ou às fazendas de café da região (SILVA, 2006, p. 70-71).

Mapa 12. Ribeirão Preto
Sede urbana e seções do Núcleo Colonial Antônio Prado, 1887, representados em parcela do atual espaço urbano



LEGENDA

Divisões do Núcleo Colonial Antônio Prado

- Núcleo urbano original (1887)
- Sede urbana do Núcleo Colonial
- Primeira Seção
- Segunda Seção
- Terceira Seção
- Quarta Seção

- Parque Morro do São Bento
- Malha urbana (2014)
- Praça XV de Novembro
- Estações ferroviárias

0 0,5 1 Km

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto; Silva, 2008.
Projeto Cartográfico.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015

Apoio: FAPESP

Com a emancipação do Núcleo Colonial Antônio Prado junto ao Governo do Estado em 1893, iniciou-se o processo de fracionamento dos lotes originais, tendo em vista, a sua comercialização pelos seus primeiros proprietários, o que contribuiu para a formação dos primeiros bairros a partir deste Núcleo, tanto na área correspondente à Sede e a Segunda Seção (inicialmente denominada de "Barracão de Cima" e, posteriormente, Ipiranga), quanto na área compreendida pela Terceira Seção (inicialmente denominada "Barracão de Baixo" e, posteriormente, Campos Elíseos). Silva (2006) retrata a intensificação dos processos de diferenciação socioespacial a partir do início da formação dos Bairros Ipiranga e Campos Elíseos:

> O desenvolvimento desses bairros dava indícios da divisão social imposta pela divisão territorial da cidade: enquanto a elite se concentrava no centro, que era chamado "Cidade" e começavam a expandir em sentido sul, formando o Bairro Higienópolis, no sentido oposto, área do Núcleo Colonial Antônio Prado, as classes mais baixas da população encontravam terras a preço acessível para construir sua moradia. A localização das estações de trem já evidenciava este fato: A Estação Principal, localizada na Cidade, era destinada ao embarque e desembarque de passageiros abastados, moradores do centro da cidade, enquanto na Estação Barracão, localizada no Núcleo Colonial Antônio Prado, desembarcavam os imigrantes e pessoas mais pobres que lá mesmo se instalavam ou aguardavam os carroções para o transporte até as fazendas onde seriam contratados (SILVA, 2006, p. 88).

As subdivisões dos lotes originais e o aumento das funções urbanas, além da residencial no Barracão de Baixo, foram mais intensos que aquelas que se processaram no Barracão de Cima, por dois motivos principais: Em primeiro lugar, pela proximidade estabelecida com o núcleo urbano original e, em segundo, por se conformar como uma primeira área preferencial para a implantação, e o início das atividades das primeiras indústrias (SILVA, 2006, p. 88, 95-96).

Além disso, pelo aumento de demanda dos segmentos de mais alto poder aquisitivo que se instalaram no núcleo urbano original, no que se refere à "eliminação de agentes contaminantes" e patógenos, incluindo a transferência dos serviços públicos considerados indesejáveis, determinados equipamentos públicos, como podem ser observados a partir da Imagem 2, foram transferidos da área central para a área do Núcleo Colonial Antônio Prado, como o Cemitério da Saudade e o Matadouro Público, transferidos em 1897 e 1903, respectivamente. Também foi aí que se instalou o Hospital de Isolamento de Leprosos e o Cemitério de Leprosos, em 1897 (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 56).

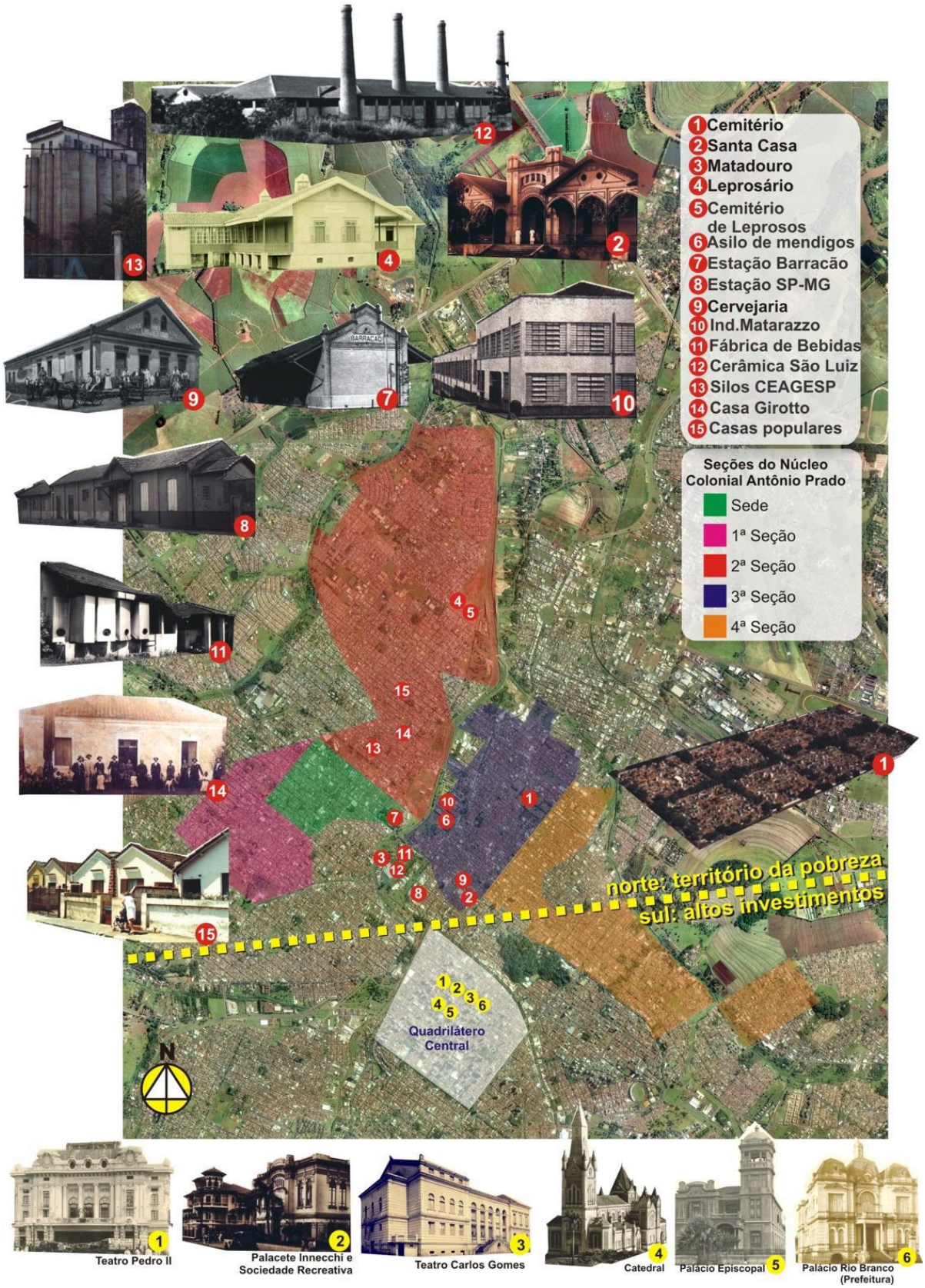


Imagem 2. Ribeirão Preto: Alguns dos equipamentos urbanos do Núcleo urbano original e Núcleo Colonial Antônio Prado. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Extraído de Silva (2008).

Nesse sentido, intensificaram-se os processos iniciais de diferenciação socioespacial no espaço urbano então constituído. Entre outros aspectos:

> O urbanismo sanitarista vigente, pautado pelos "Códigos de Posturas", afastava da população os focos de contaminação como hospitais, fábricas e matadouros, mas também "protegia" a cidade de pessoas "indesejáveis" à manutenção da nova elite republicana: pobres, ex-escravos, imigrantes, infratores e doentes. Assim, a área do Núcleo Colonial Antônio Prado correspondeu ao depositário de tudo o que deveria ser [invisível ao núcleo original e, diante dessa segmentação], os imigrantes eram desejáveis para o trabalho, mas não para o convívio social (SILVA, 2008, p. 7).

Em relação às indústrias implantadas no Núcleo Colonial Antônio Prado e em áreas próximas, destacou-se a "Eletro-Metalúrgica Brasileira" (implantada em 1922 no Bairro Tanquinho, ao norte do Barracão de Cima), "Reunidas Francisco Matarazzo" (complexo industrial implantado no Barracão de Baixo ao longo da década de 1940), "Frigorífico Morandi" implantada em 1946, e "Cerâmica São Luiz", implantada em 1948 (ambas localizadas ao sul da Estação Barracão).

Tais indústrias, além da intensificação das dinâmicas de fracionamento dos lotes originais, dos processos imigratórios durante a Primeira Guerra Mundial e início do declínio da economia cafeeira, contribuíram para ampliar o ritmo de ocupação deste Núcleo Colonial (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 55-59, 66).

As observações de Marcondes e Registro (2012) destacam algumas tendências, (inclusive no contexto das estigmatizações sociais), identificadas na formação dos Bairros Campos Elíseos e Ipiranga que se assemelham, em certa medida, com a atual tendência de fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas:

> Como numa grande teia, o Bairro dos Campos Elíseos se consolidava como um lugar onde as pessoas moravam, trabalhavam, consumiam e também se instruíam em busca de formação profissional.
> (...).
> [Além disso], o bairro também era lugar de lazer e entretenimento. O clube esportivo Palestra Itália surgiu, conforme relatos do memorialista Rubem Cione, da ideia de imigrantes e filhos de italianos que moravam nas proximidades da antiga estação São Paulo e Minas, no ano de 1916, que desejavam formar um time de futebol. Em 10 de janeiro de 1917, o Palestra Itália Futebol Clube foi então legalizado.
> (...).
> [Já] a composição do Bairro Ipiranga, na atualidade, revela as várias faces do tempo. Se por um lado é possível constatar a permanência das famílias vindas da Itália, (...), por outro lado, o Bairro se expandiu e apresenta autonomia econômica com comércio diversificado, indústrias pequenas e de grande porte, agências bancárias, escolas e até uma Faculdade. (...). [Segundo entrevistas

> com os moradores mais antigos], a diversão só acontecia na cidade, como eles identificavam à época, o Centro. Aos finais de semana eles podiam ir, ocasionalmente, aos bailes organizados nas fazendas, ou até às Praças XV de Novembro, Sete de Setembro, na área central, ou Coração de Maria, na Vila Tibério. [No entanto], como o asfalto demorou a chegar ao Bairro (...), era comum os moradores do Barracão serem chamados pelos habitantes da "cidade" de pés sujos (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 62-63, 66).

No entanto, motivados por questões de proximidade ao núcleo urbano original e à Estação Ferroviária, e pelos preços mais acessíveis, os segmentos de menor poder aquisitivo também tenderam a ocupar, num ritmo mais intenso que aquele que se observou no Barracão de Baixo, a Vila Tibério (loteamento urbano implantado em 1894, na porção oeste e em área contígua ao núcleo urbano original) (SILVA, 2006, p. 88).

Entre as décadas de 1890 e 1920, o núcleo urbano original expandiu-se na direção sul, a partir do prolongamento de suas vias e, em 1922 foi inaugurada a Avenida Nove de Julho[28], a partir da qual se estabeleceu como um dos limites da área central tradicional e como um novo eixo de ocupação residencial e de concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços, voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, até a década de 1960 (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 43-44).

A sudoeste da área central e estabelecendo continuidade imediatamente a oeste do Bairro da República, os segmentos de médio e baixo poder aquisitivo também tenderam a ocupar a Vila Virgínia (Mapa 12 e Imagem 3), loteamento implantado no final da década de 1920, a partir da Chácara Paraíso: Uma gleba de cerca de oito alqueires adquirida por Álvaro de Lima, em 1924 (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 49-53).

Além da Avenida Nove de Julho (e estabelecendo proximidade e, ou contiguidade com esta), os segmentos de mais alto poder aquisitivo que se deslocavam da área central mais tradicional (entre outros aspectos, por consequência de um aumento da concentração de atividades comerciais e de serviços nesta área), tenderam a ocupar, inicialmente, o Jardim Higienópolis (1923)[29] e, posteriormente, na direção sul à Avenida Nove de Julho, o Jardim Sumaré (1948) (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 44).

Com os limites estabelecidos pelas Avenidas Jerônimo Gonçalves, Independência, Francisco Junqueira e Nove de Julho iniciou-se, com mais intensidade a partir da década de 1950, o processo de verticalização da área central de Ribeirão Preto (MARCONDES e REGISTRO, 2012, p. 47).

---

[28] Para verificar a localização das vias citadas de Ribeirão Preto, observar o Anexo 3.

[29] Os referidos anos dos bairros entre parênteses referem-se ao ano de aprovação do loteamento junto à Prefeitura Municipal e foram extraídos com base no levantamento de dados para a pesquisa realizada por Figueira (2013).

Os usos comerciais e de serviços da verticalização tenderam a ocupar a primeira área de expansão do núcleo urbano original, a partir da Praça XV de Novembro, ou seja, a área central mais tradicional, na qual, já a partir das décadas de 1920 e 1930 constituiu-se o "Quarteirão Paulista" abrangendo, então as edificações do Teatro Pedro II, Palace Hotel, Edifício Meira Júnior e o Edifício Diederichsen, de seis pavimentos, inaugurado em 1936. Embora também presente na área central tradicional, os usos residenciais da verticalização predominantemente voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, tenderam a se concentrar, preferencialmente, no Jardim Higienópolis (FIGUEIRA, 2013, p. 135-136).

Estabelecendo como referência o núcleo urbano original, seguiu-se uma tendência geral de diferenciação socioespacial da mancha urbana desde os primeiros períodos de sua expansão, a partir de dois eixos principais: eixo norte, preponderantemente representativo da ocupação dos segmentos de mais baixo poder aquisitivo e, por sua vez; eixo sul, predominantemente voltado aos segmentos de mais alto poder aquisitivo.

O eixo norte iniciou-se com a ocupação das margens e áreas próximas aos Córregos Ribeirão Preto e Retiro[30] e, além destes, a partir da implantação, ocupação inicial, fracionamento e comercialização dos lotes originais da área compreendida pelo Núcleo Colonial Antônio Prado o que contribuiu para o adensamento e consolidação, até o final da década de 1970, dos Bairros Ipiranga, Campos Elíseos e Vila Tamandaré (contíguo aos Campos Elíseos), além do Jardim Paulistano (1952) implantado a leste do núcleo urbano original.

Com o apoio do Mapa 13 e a partir da Imagem 3 (uma representação da área urbana loteada de Ribeirão Preto de 1949), a seguir, é possível observar, aproximadamente, os limites do tecido urbano que seriam mais densamente ocupados até meados da década de 1970.

[30] Inicialmente, a condição imposta por esta situação geográfica foi constantemente agravada, pois, eventualmente, não eram somente atingidos pelas cheias desses córregos, mas também, por doenças, como a febre amarela, advindas da proliferação de mosquitos transmissores em áreas de alagamentos e em áreas residenciais ainda não contempladas por serviço de saneamento básico (SILVA, 2008, p. 90).

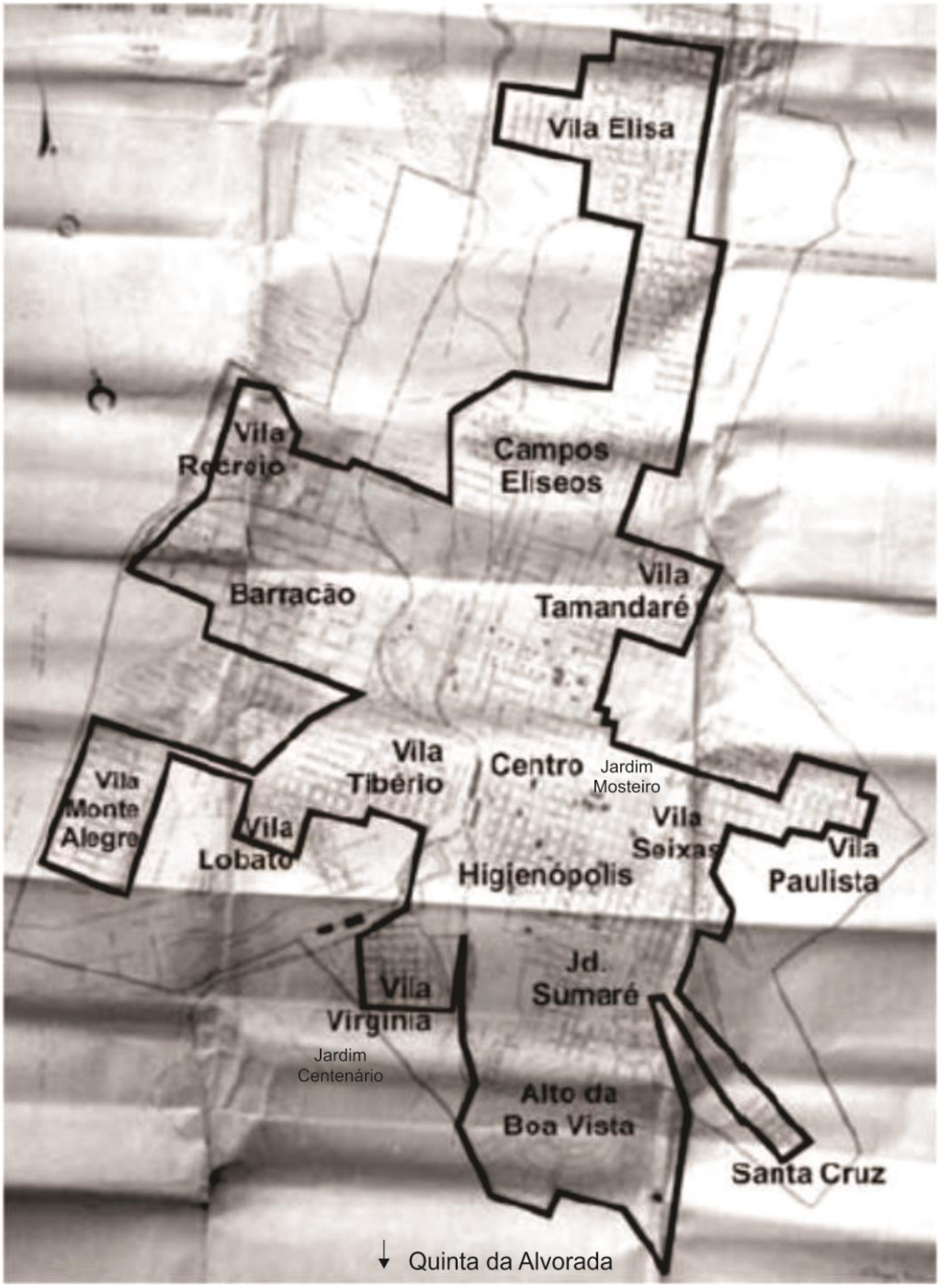
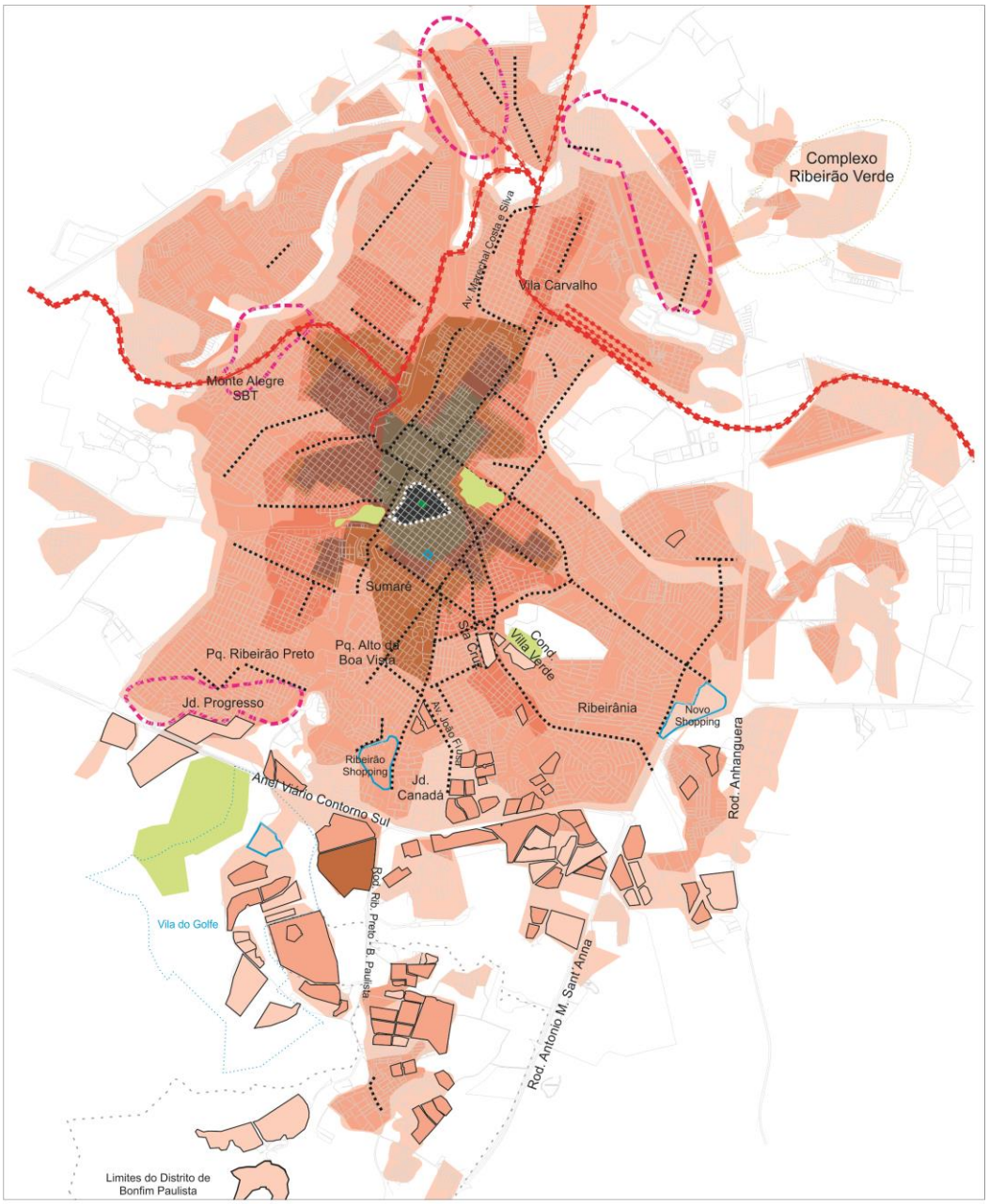


Imagem 3 (1949) Ribeirão Preto: Mancha urbana e delimitação da área loteada. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Extraído e adaptado de Figueira (2013).

Mapa 13. Ribeirão Preto: Expansão da área urbana, 1884 – 2015



Fonte dos dados:
Pesquisa de campo, 2015; Google Earth, 2015; FIGUEIRA, 2013; CNEFE, 2010; IBGE, 2010; FFCL/USP, 1996; IBGE, 1983; IGC, 1954

Extraído e adaptado de: Sposito, 2004; SILVA, 2008

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015

Apoio: FAPESP

Por outro lado, os primórdios da ocupação do setor sul ocorrem com o paulatino prolongamento das vias do núcleo urbano original desde a atual Praça XV de Novembro, perpassando pelo Jardim Higienópolis, até a abertura e efetiva ocupação além da Avenida Nove de Julho a partir da década de 1950, com a implantação do Jardim Sumaré, Bairro Alto da Boa Vista (1954) e o loteamento fechado de chácaras denominado “Quinta da Alvorada” (1954), implantado em descontinuidade territorial ao núcleo urbano compacto.

Até meados da década de 1970, o processo de ocupação desses novos loteamentos pelos segmentos de mais alto poder aquisitivo foi intensificado, entre outros aspectos, por consequência do aumento e diversificação dos usos comerciais e de serviços voltados a diferentes segmentos socioeconômicos, do Centro (FIGUEIRA, 2013, p. 18).

Em menor medida, também houve a ampliação do tecido urbano nas direções oeste e leste ao núcleo urbano original a partir da implantação e ocupação da Vila Guanabara (1949) e Jardim Centenário (1954), ambos localizados a oeste da Vila Virgínia. A leste do núcleo urbano original foram implantados e ocupados o Jardim Mosteiro e Jardim Paulista (1962).

Sobre outras observações relativas à Imagem 3, o Bairro Alto da Boa Vista localizado mais ao sul e, em continuidade com o Jardim Sumaré, tornar-se-ia, ao longo da década de 1960, uma das áreas preferenciais para o estabelecimento de novas moradias dos segmentos de mais alto poder aquisitivo que, motivados pela tendência de se estabelecer setorizações funcionais (a partir da implantação dos Primeiros Planos Diretores Municipais) associado ao processo de diversificação do conteúdo socioeconômico do Centro, deixavam de habitá-lo (FIGUEIRA, 2013, p. 111-112).



Fotografia 11 (08/2012) Ribeirão Preto: Bairro Alto da Boa Vista. Destaque para elevado padrão construtivo da habitação.

As análises de expansão do espaço urbano e de diversificação dos conteúdos do anel periférico de Ribeirão Preto após a década de 1960 (e a partir dos processos de diferenciação e de segregação socioespacial) serão retomadas a partir do subcapítulo 2.3.1.

2.2.2. Presidente Prudente: Implantação e primeiros períodos de expansão do núcleo urbano original

Em função da Lei de Terras de 1850, o ano de 1856 também marca a primeira ação em direção da ocupação da área onde, atualmente, localiza-se Presidente Prudente. Trata-se da posse de grande faixa de terras realizada por José Teodoro de Souza (ABREU, 1972, p. 18-19).

Nas décadas que se seguiram, a área que compreende, atualmente, a Mesorregião de Presidente Prudente, foi marcada pela presença de ex-mineiros que promoveram o desflorestamento inicial, acompanhado do processo de dizimação e afastamento de indígenas da etnia Kaingang (também denominados “Coroados”), da abertura de caminhos e da prática de agricultura de subsistência e pecuária (ABREU, 1972, p. 23-25).

Já no final do Século XIX, a marcha do café no Brasil e o aumento de seu consumo na Europa promoveu a valorização de terras paulistas o que, em grande medida, estimulou a realização de posses ilegais e especulações com as terras compreendidas pela atual Mesorregião de Presidente Prudente (ABREU, 1972, p. 31-32).

Uma ocupação mais efetiva desta Mesorregião, no entanto, só viria a ocorrer no final da década de 1910, a partir das políticas de valorização do café e a retomada de seu consumo na Europa, após o fim da primeira guerra mundial e a partir da figura do “negociante de terras”, que transformava grandes glebas em pequenos lotes rurais de terras a serem vendidos a prazo (ABREU, 1972, p. 26-30, 34-37).

O Coronel Francisco de Paula Goulart, um dos proprietários da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, foi um desses negociantes e, em 14 de setembro de 1917 (considerada a data de fundação de Presidente Prudente), após tomar conhecimento do local exato onde seria implantada a primeira estação ferroviária do Vale do Rio Santo Anastácio, solicitou aos seus empregados a derrubada da área florestada e a plantação de um milharal, para posteriormente, construir uma pequena cabana que confrontasse com a futura estação ferroviária e, mais especificamente, no limite entre sua fazenda (“Chácara Goulart”, conforme Imagem 4) e a área na qual seria projetado e implantado o primeiro núcleo urbano de Presidente Prudente: A Vila Goulart (ABREU, 1972, p. 26-30, 60-64).

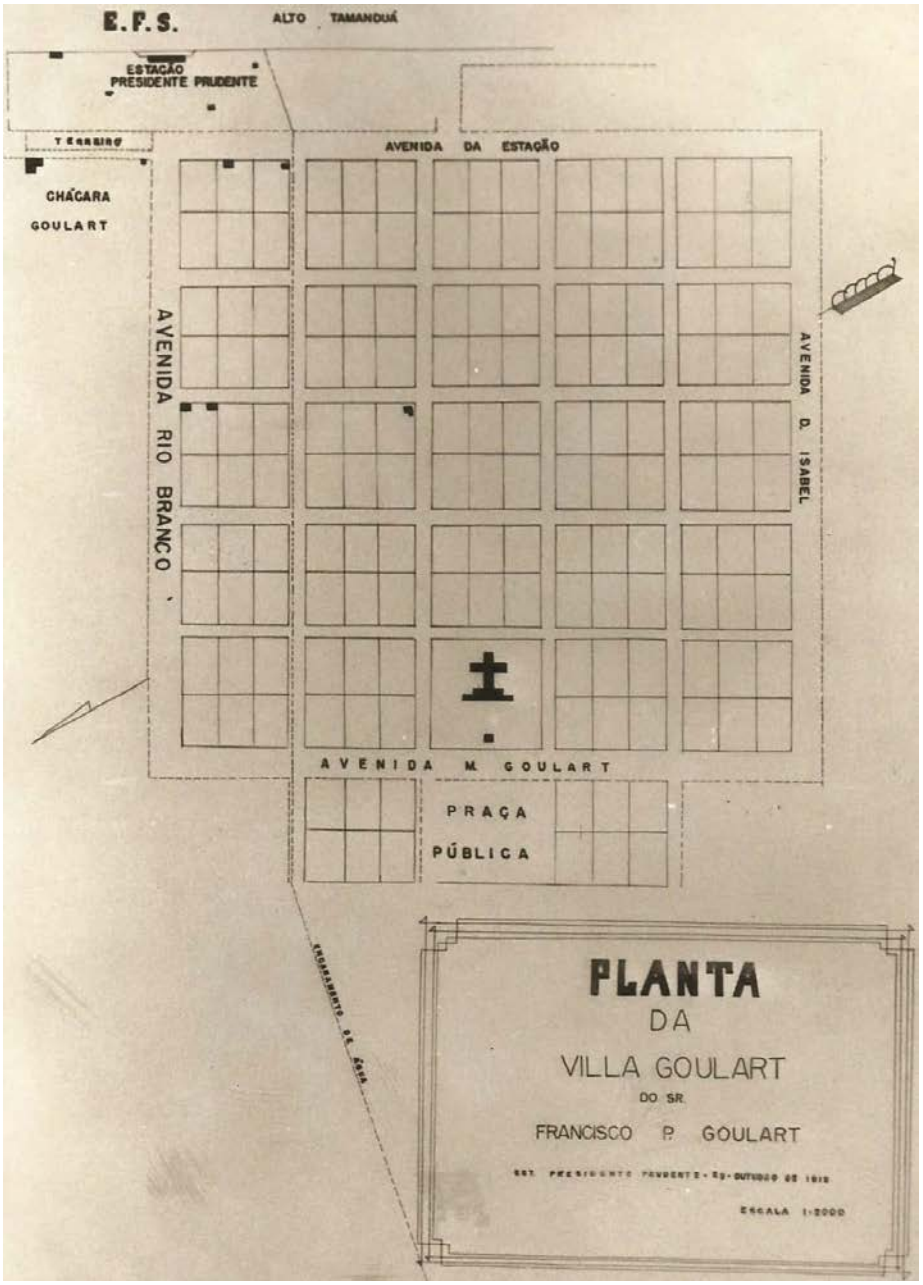


Imagem 4 (1919) Presidente Prudente: Planta oficial do núcleo urbano original denominado “Villa Goulart”. Trata-se, atualmente, do quadrilátero central compreendido pelas Avenidas Washington Luís (antiga Rio Branco), Manoel Goulart (antiga D. Isabel), Brasil (antiga Avenida da Estação) e Coronel José Soares Marcondes (antiga Manoel Goulart). Fonte: Extraída de Sposito (1983).

Com a inauguração da Estação Ferroviária “Presidente Prudente”, em 1919, dinamizaram-se as vendas de terras na região visando à ampliação da prática da cafeicultura[31] o que, em grande medida, favoreceu a comercialização de lotes rurais e urbanos, tanto da propriedade de Coronel Francisco de Paula Goulart (a partir da Vila Goulart e frações da Gleba “Pirapó - Santo Anastácio"), quanto de Coronel José Soares Marcondes, a partir da Gleba Montalvão e de um novo núcleo urbano em área contígua, porém, oposta à saída da Estação ferroviária, em 1920: a Vila Marcondes (ABREU, 1972, p. 74-77).

Como consequência das facilidades de se adquirir lotes na Vila Goulart pelo caráter mais pessoal e menos empresarial de seu empreendedor, os lotes disponíveis nesse primeiro núcleo original se esgotaram mais rapidamente que na Vila Marcondes, empreendimento de caráter mais empresarial da Companhia Marcondes de Colonização (ABREU, 1972, p. 80).

Com base nesse aspecto e, utilizando-se da mesma planta da Vila Goulart, o Coronel Goulart implantou, em 1923, a Vila Nova[32], imediatamente ao sul da Vila Goulart. A Vila Nova, portanto, caracterizou-se como a primeira expansão do núcleo urbano original de Presidente Prudente, ao qual, inicialmente, englobou os núcleos urbanos da Vila Goulart e Vila Marcondes a partir da implantação do município (SPOSITO, 1983, p. 72).

Em decorrência de sua implantação, em 28 de novembro de 1921, o Município recebeu o nome de Presidente Prudente, tomando-se emprestado, portanto, o mesmo nome dado à Estação Ferroviária que serviam a Vila Goulart e Vila Marcondes (ABREU, 1972, p. 87-96), conforme pode ser observado a partir da Imagem 5.

[31] Estimulado pela recente implantação da Estação ferroviária Presidente Prudente, o café se tornou o principal produto da agricultura prudentina entre as décadas de 1920 e meados da década de 1930. Relacionado a esta produção, se durante o ano em que seguiu à inauguração (1919), foram despachados cerca de 140 arrobas, já na safra de 1931-1932, no auge da produção cafeeira prudentina, o montante despachado nesta Estação foi de cerca de 850 mil arrobas de café. Contudo, a área ocupada pela cafeicultura começou a declinar de modo expressivo a partir da safra de 1934-1935 em decorrência de três aspectos principais: 1º. O esgotamento da fertilidade do solo arenoso da região de Presidente Prudente para este tipo de cultura após os cafezais completarem quinze anos; 2º. A ocorrência de geadas e, principalmente; 3º. A crise de 1929 que se somou à superprodução cafeeira e fez com que os preços por saca alcançassem níveis impraticáveis para a continuidade da produção. Por outro lado, o declínio da produção cafeeira foi acompanhado do aumento da área de cultivo do algodão. Em 1935, por exemplo, a área ocupada pelo algodão saltou de cerca de mil alqueires do ano anterior, para cerca de 2,5 mil alqueires (ABREU, 1972, p. 107-118).

[32] Pelas denominações atuais, a Vila Nova está compreendida pelas Avenidas Manoel Goulart, Brasil, Coronel Marcondes e Marechal Deodoro.

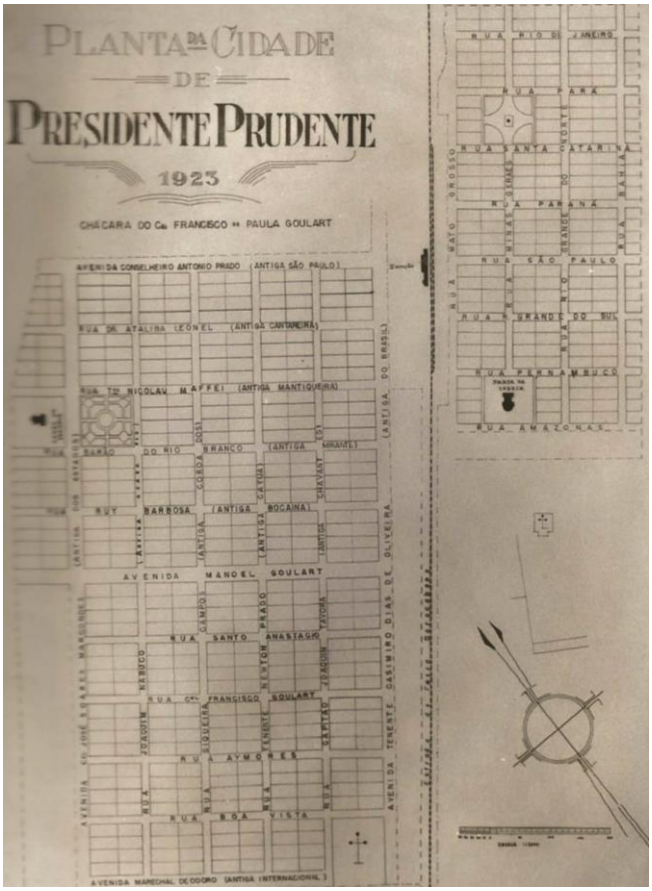


Imagem 5 (1923) Presidente Prudente: Planta oficial da cidade no contexto de instalação do Município. Além da Vila Nova (ao sul), também já se observa a tendência de parcelamento do solo a partir do prolongamento das vias da Vila Goulart, na direção oeste. Em lado oposto à saída da Estação ferroviária, a Vila Marcondes.

A partir da década de 1930, já num contexto de substituição da cultura do café pelo algodão, seguido do amendoim, e do expressivo aumento da área de pastagens para o desenvolvimento da pecuária, Presidente Prudente ampliou seus papéis urbanos e regionais, por consequência de um aumento do número de equipamentos comerciais e de serviços, além de seu status político administrativo, que se consolidou a partir da década de 1970 com a criação das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, destacando-se como a sede da 10ª Região Administrativa (SPOSITO, 1983, P. 46-61).

Com a tendência de aumento de fluxos voltados a Presidente Prudente, a expansão do espaço urbano ocorreu de modo muito mais expressivo na porção oeste e ao longo da linha férrea - como pode ser observado a partir da Imagem 6 e Mapa 14[33] (este último, tratando-se

[33] Ao fazer a comparação com o mapa semelhante sobre Ribeirão Preto, o leitor deve observar que as escalas cartográficas são diferentes, o que não possibilita um cortejo visual entre as duas representações.

das manchas dos diferentes períodos de expansão do espaço urbano prudentino) - pela conjunção de alguns fatores principais como: 1º. A saída da estação ferroviária voltada para oeste; 2º. O grau de declividade mais suavizado da área interfluvial do Córrego do Bacarin e Água do Bôscoli em direção ao Córrego do Veado (característica que pode ser observada a partir da Imagem 7) e, principalmente: 3º. Pelo caráter empreendedor mais informal do Coronel Goulart, que estabeleceu médias de preços de comercialização de lotes urbanos da porção oeste, comparativamente menores do que aqueles que se observaram na Vila Marcondes (SPOSITO, 1983, p. 69 et seq).

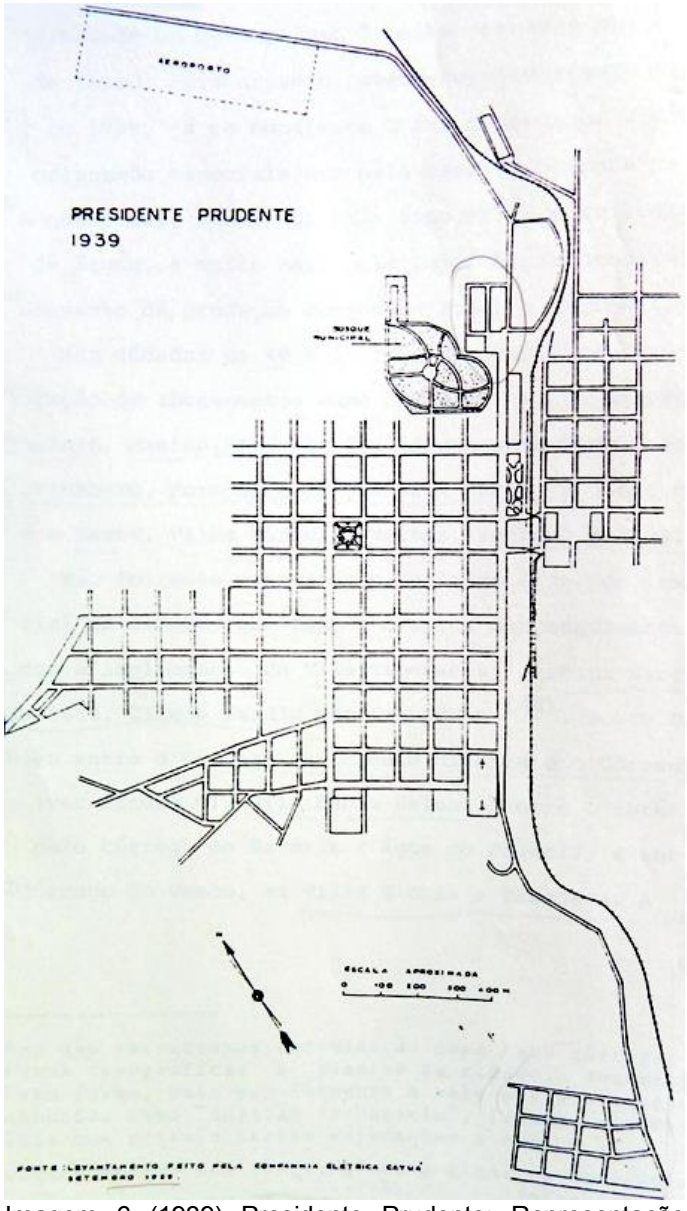
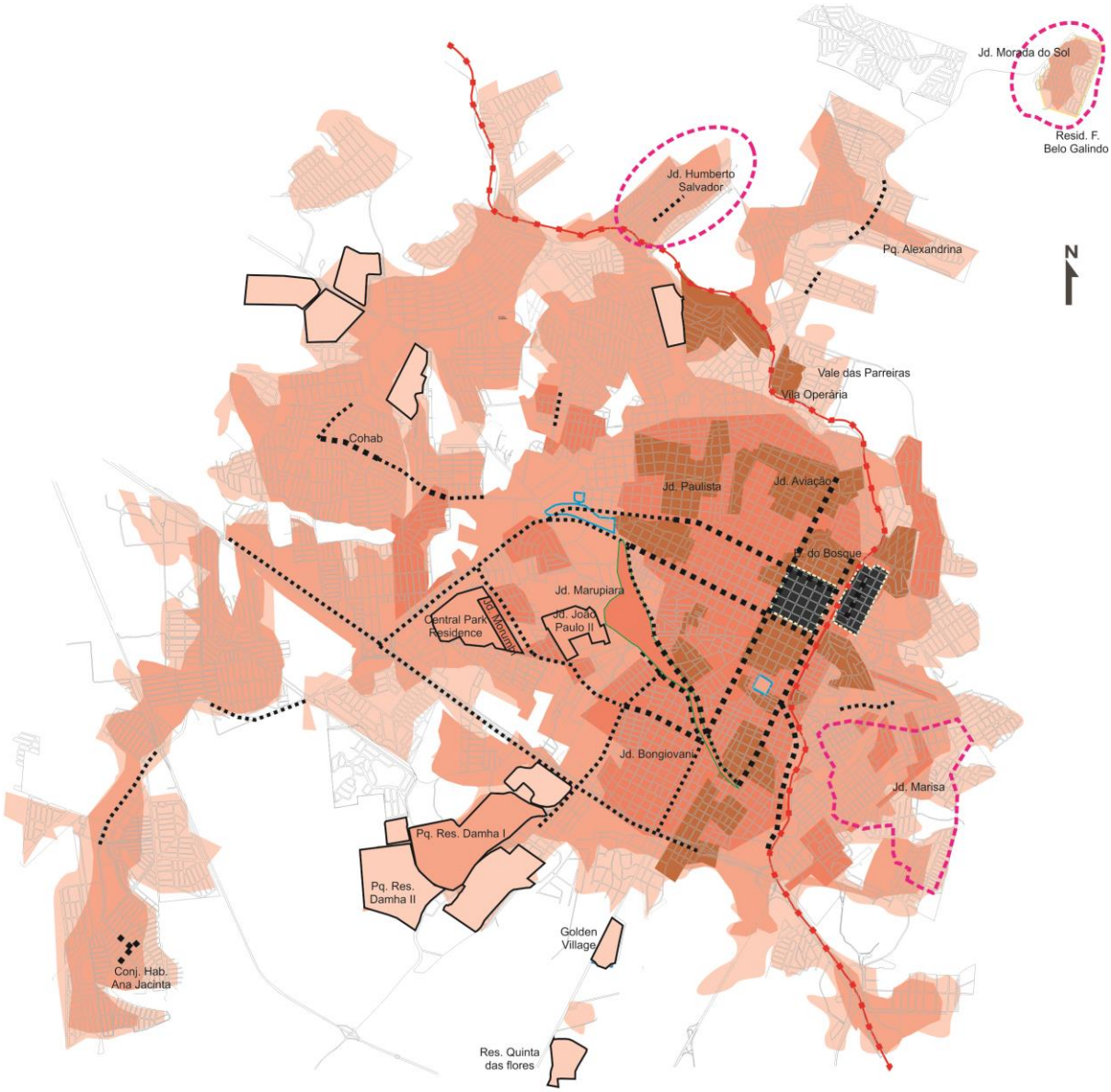


Imagem 6 (1939) Presidente Prudente: Representação cartográfica da área loteada, elaborada pela Companhia Elétrica Caiuá. Fonte: Extraído de SPOSITO (1983).

Mapa 14
Presidente Prudente: Expansão da área urbana, 1920 – 2015



Legenda

Área Urbana Ocupada
- Núcleo urbano original (1920)
- 1954
- 1979
- 1996
- 2015

- Parque do Povo
- Shopping Center
- Espaços autossegregados
- Espaços segregados
- Via férrea

- Eixos com grande concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços
- Eixos comerciais e de serviços com concentração intermediária

0 0,5 1 Km

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2015; Google Earth, 2015; Sales, 2014; CNEFE, 2010; IBGE, 2010; Sobarzo, 1999; FFCL/USP, 1996; IBGE, 1983; Sposito, 1983; IGC, 1954

Extraído e adaptado de: Sposito, 2004

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015

Apoio: FAPESP CAPES

Como pode ser observado a partir da representação topográfica da Imagem 7, um dos motivos para a expansão sem expressividade do espaço urbano para além da linha férrea, ou seja, na direção leste, se relaciona com uma característica do sítio urbano dessa área, representada por graus de declividades mais acentuados do que o restante do espaço urbano ocupado e que, de acordo com os mapeamentos geomorfológicos e hipsométricos realizados por Nunes et al (2006), variam entre dez a 25%.

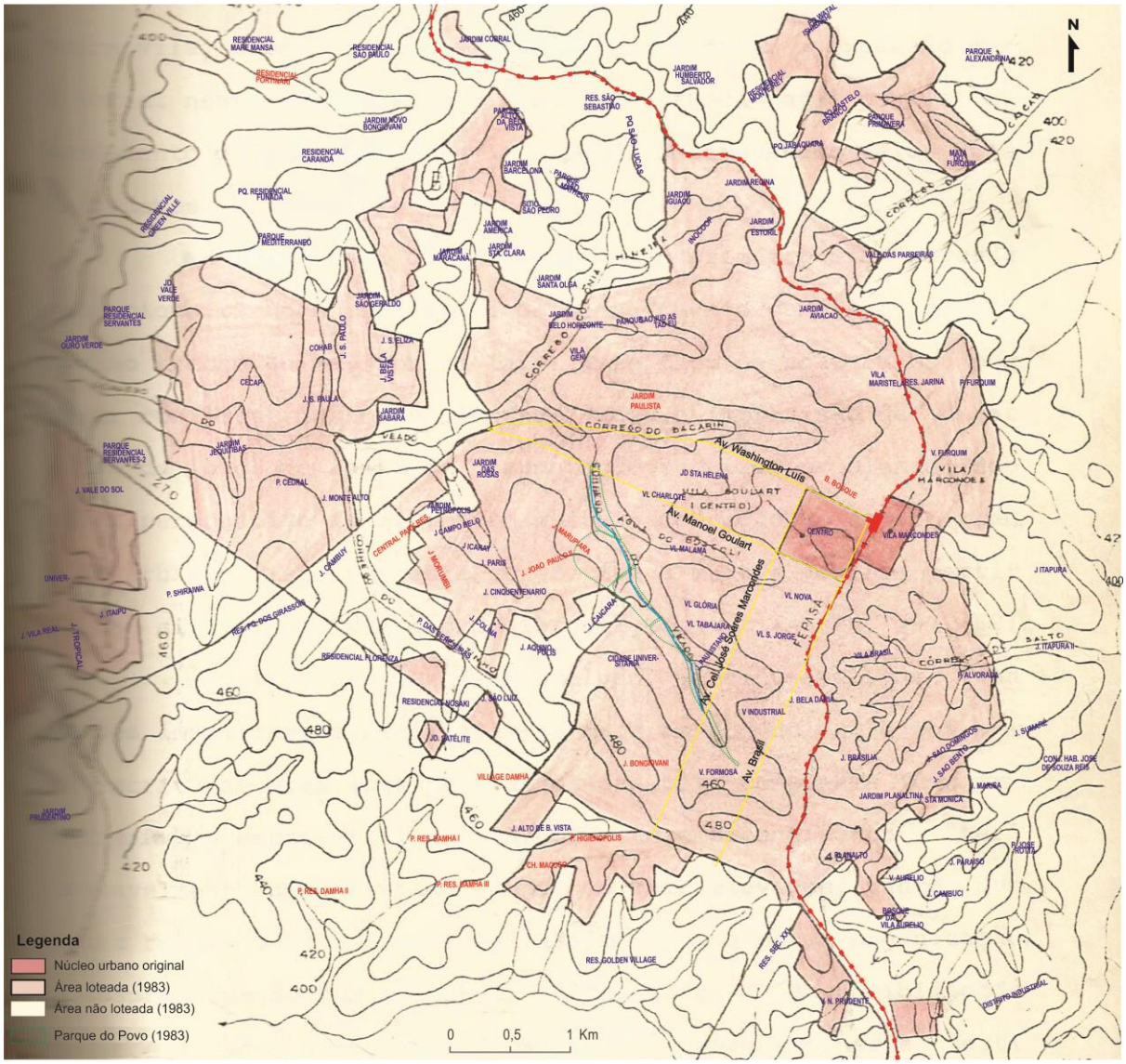


Imagem 7 (1983) Presidente Prudente: Topografia e limites da área urbana loteada. A linha férrea, destacada em vermelho, acompanha o curso do espigão divisor de águas e comparece como um elemento estruturador de uma das principais dinâmicas de diferenciação socioespacial, que é o "além-linha", predominantemente ocupado pelos segmentos de mais baixo poder aquisitivo. Já um segundo elemento estruturador, refere-se aos loteamentos destacados em vermelho, pois, alguns deles foram (e outros ainda são) representativos das áreas preferenciais para o estabelecimento de novas moradias dos segmentos de mais alto poder que, partindo do Bairro do Bosque e Jardim Paulista, seguiu-se a tendência de se deslocarem acompanhando o eixo sul de expansão urbana. Fontes: PMPP, 2013; Extraído e adaptado de SPOSITO (1983, p. 70).

Ainda no que toca às características do eixo leste de expansão, por meio de divisão de lotes já exíguos no contexto de novos loteamentos implantados a partir das décadas de 1940 e 1950 neste eixo (como a Vila Brasil e o Jardim São Pedro) contribuíram, em grande medida, para aumentar a densidade de habitações que se voltaram a atender demandas de moradia dos segmentos de mais baixo poder aquisitivo (SPOSITO, 1983, p. 151).

A partir da Imagem 6, ainda é possível observar os locais de implantação do Bosque Municipal e o primeiro aeroporto, ao norte. Tais locais foram refuncionalizados a partir das décadas de 1950 e 1960, com a implantação do Bairro do Bosque e Jardim Aviação.

Até o final da década de 1960, com a implantação de outros loteamentos entre esses dois primeiros (como a Vilas Estádio, Dubus e Machadinho), este eixo noroeste de expansão constituiu-se como uma área preferencial para o estabelecimento de novas moradias dos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, sobretudo, nas áreas mais próximas às Avenidas Washington Luís e Coronel José Soares Marcondes, duas das principais vias de acesso de Presidente Prudente que se destacaram, inicialmente, pelo predomínio do uso residencial (SPOSITO, 1983, p. 140-142).

Por outro lado, as Avenidas Manoel Goulart e Brasil, por se constituírem como as principais vias de acessos à Rodovia Raposo Tavares, estabeleceram-se como os primeiros eixos de concentração de atividades comerciais e de serviços (SPOSITO, 1983, p. 40).

Outros loteamentos foram implantados de modo a estabelecer descontinuidades territoriais ao tecido urbano compacto. Aqueles que se implantaram ao norte, além da linha férrea, como o Vale das Parreiras e Vila Operária, inicial e posteriormente, tenderam a ser ocupados pelos segmentos de mais baixo poder aquisitivo (SPOSITO, 1983, p. 142).

Nesse sentido, o traçado da linha férrea funcionou como um dos mais emblemáticos elementos de diferenciação socioespacial no processo de expansão do espaço urbano prudentino e que, do ponto de vista do fomento às estigmatizações socioespaciais do “além-linha” (envolvendo tanto os eixos norte e leste que se estabeleceram além da linha férrea), perdura até os dias atuais.

Por outro lado, os loteamentos implantados no eixo oeste de expansão até os limites impostos pelo Córrego do Veado, em geral, foram inicialmente ocupados pelos segmentos de mais baixo poder aquisitivo e, a partir da década de 1970, com a implantação de infraestrutura e serviços urbanos, tenderam a passar por mudanças em seus perfis socioeconômicos predominantes.

O Jardim Paulista implantado em 1946, em continuidade e ao norte da Avenida Washington Luís, foi um dos mais emblemáticos desse período, pois, diante da impossibilidade

de arcar com os custos das benfeitorias implantadas somada às pressões exercidas no contexto de aumento da demanda por novas moradias (em áreas dotadas de grande acessibilidade às principais vias) para os segmentos de alto poder aquisitivo, uma parcela de seus primeiros moradores foram induzidos a realizarem a venda de suas propriedades ao longo da década de 1970 (SPOSITO, 1983, p. 144) e, de um modo geral, tenderam a ocupar aquelas áreas, até então consideradas, as mais periféricas.

Até o final da década de 1970, houve adensamento mais expressivo do eixo oeste de modo a promover ocupação mais efetiva dos vazios urbanos até então existentes. Por outro lado, novas descontinuidades territoriais foram produzidas entre 1970 e 1980, sobretudo, a partir da implantação de conjuntos habitacionais além dos limites do Córrego da Colônia Mineira.

As análises de expansão do espaço urbano e de diversificação dos conteúdos do anel periférico de Presidente Prudente, a partir da década de 1970, serão retomadas no subcapítulo 2.3.2.

2.3. A diversificação do conteúdo do anel periférico das cidades médias

2.3.1. Ribeirão Preto: O contexto de produção dos espaços segregados e autossegreagados

Em decorrência do aumento da frota automobilística, baixo nível de fluidez associado ao adensamento do espaço urbano e necessidade de uma maior articulação regional e estadual, foi viabilizado, em parceria com o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo, a aprovação do Plano de Vias, de 1960 (Imagem 8), o qual orientou o processo de implantação do Aneis Viários Contorno Sul e Norte (FIGUEIRA, 2013, p. 117).

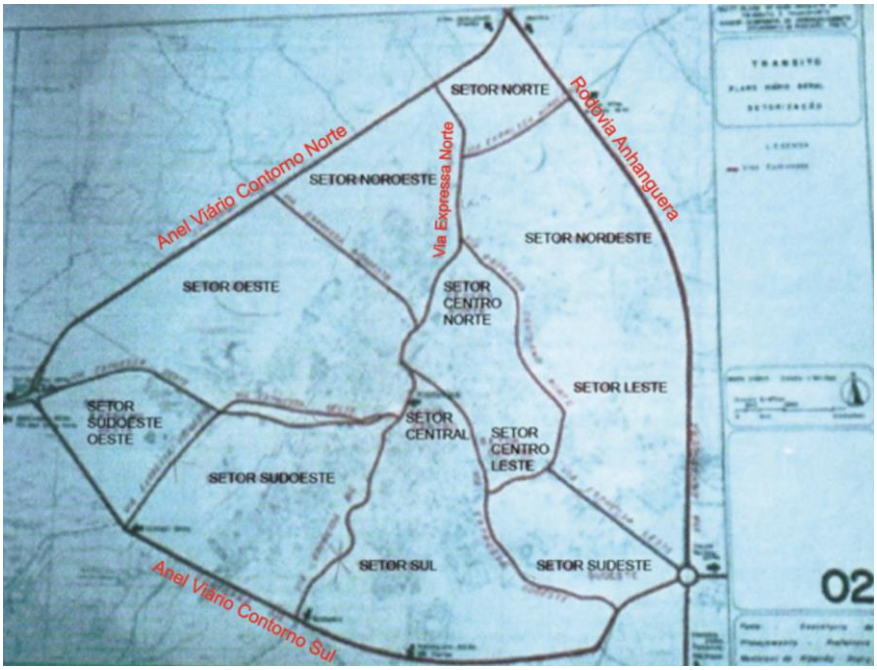


Imagem 8 (1960) Ribeirão Preto: Plano de Vias. Confrontando com a malha urbana atual, o plano foi parcialmente implantado de acordo com a proposta original. Fonte: Extraído de Figueira (2013).



Fotografia 12 (08/2012) Ribeirão Preto: Anel Viário Contorno Sul. Uma das principais vias de acesso aos espaços autossegregados do setor sul. No centro da fotografia, é possível avistar o Condomínio Buritis e, mais ao fundo, o Condomínio Colina Verde.

Com a justificativa do aumento da fluidez e em decorrência de um intenso crescimento da população urbana impulsionado, entre outros aspectos, pelo aumento da importância do setor terciário e agroindustrial de Ribeirão Preto, seguiu-se, até o final da década de 1980, uma fase de expressiva expansão do espaço urbano, acompanhada da proliferação de

descontinuidades territoriais, com a intencionalidade de inserir o mercado de novas habitações aos processos de especulação imobiliária (ELIAS, 2003).

Nesse sentido, novos loteamentos, dotados de infraestrutura urbana e voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, foram implantados de modo a estabelecer proximidade ou contiguidade ao Anel Viário Contorno sul.

Já no eixo norte de expansão, visando à produção capitalista de moradias para os segmentos de mais baixo poder aquisitivo, a Companhia Regional de Ribeirão Preto (COHAB-RP[34]), a partir de financiamentos iniciais advindos do Banco Nacional de Habitação (BNH), desempenhou um papel fundamental nos contextos de implantação e proliferação de conjuntos habitacionais em descontinuidade territorial, e com carências em termos de infraestrutura urbana, serviços urbanos e demais tipos de equipamentos comerciais e de serviços, os quais estavam espacialmente distantes, conforme depoimentos orais dos primeiros moradores, analisados por Adas (2004), Campos (2004) e Valenciano (2004).

Diante dessa lógica de produção de moradias aumentou-se, ao menos por um determinado período de tempo, o nível de segregação socioespacial (e, nesse caso, uma segregação imposta) aos quais esses moradores foram submetidos (LAURENTIIS, 2010).

Conforme se observa na Tabela 6 e Mapa 15[35], entre 1977 e 2014, foram implantados somente no espaço urbano de Ribeirão Preto, 87 projetos que totalizaram 35.552 unidades habitacionais, envolvendo tanto a implantação de conjuntos habitacionais, quanto à ampliação do número de unidades habitacionais junto a alguns dos conjuntos já implantados.

[34] Empresa de capital misto implantada em 1969, na qual, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto é a acionista majoritária. Além de investidores privados, outras Prefeituras Municipais da Região Administrativa de Ribeirão Preto, também compõem o quadro de acionistas. Com financiamentos obtidos, principalmente, a partir de Programas Habitacionais do Governo Federal, tem atuação regional no processo de implantação de conjuntos habitacionais e da comercialização de suas unidades junto aos segmentos de baixo poder aquisitivo.

[35] Há duas observações a respeito do Mapa 15 (e que também se estendem ao Mapa 16). Em primeiro lugar, os estabelecimentos de ensino privado representados, destacam apenas os principais estabelecimentos por dimensão de área ocupada, podendo ser tanto de ensino básico, quanto de nível superior. Em segundo lugar, não há indefinição quanto à localização dos "espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta", mas sim, uma aproximação de uma proposta mais ou menos dinâmica de representação cartográfica, que se baseia no cruzamento de um conjunto de informações, tais como: A análise dos Mapas de Inclusão e Exclusão Social de 2000 e 2010, disponível no Apêndice II, com destaque para a identificação das áreas com maiores níveis de exclusão social de 2010; Áreas preferenciais para a concentração de Programas Habitacionais voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo; Identificação das principais áreas de favelização; Pesquisa de campo (registros fotográficos e entrevistas com citadinos) identificando-se o padrão construtivo das habitações, que variam de popular a precário; O nível de estigmatização socioespacial, presentes na área residencial e, por fim; As descontinuidades territoriais, ainda presentes em uma parcela das áreas identificadas e analisadas.

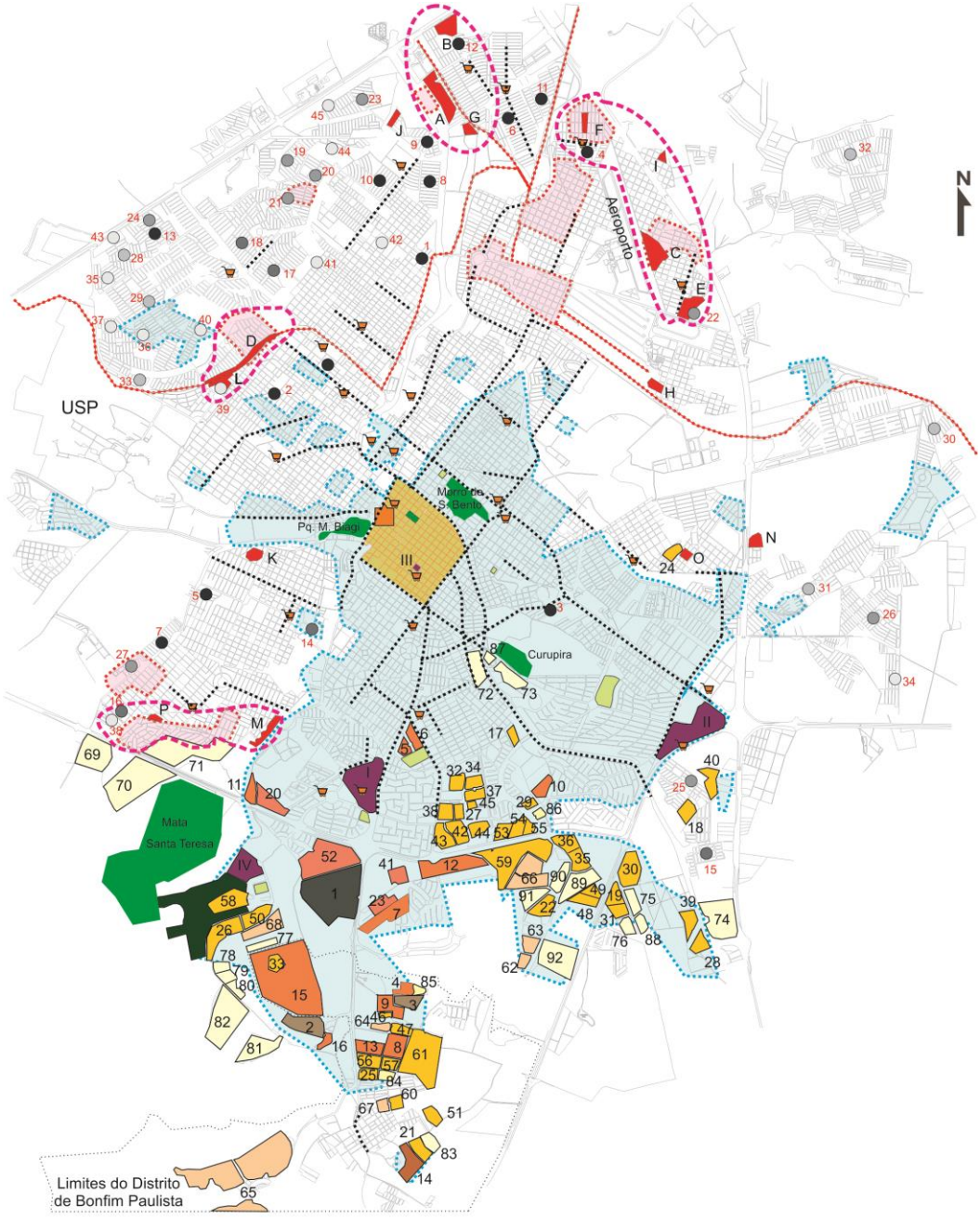
Tabela 6. Ribeirão Preto
Conjuntos habitacionais implantados pela COHAB-RP, 1977 – 2014

Implantação	Conjunto habitacional	Unidades	Total por período
1977	Vila Esperança (1)	152	
1977	Jardim Ipiranga II (2)	550	
1977	Jardim Ipiranga I	338	
1977	Jardim Castelo Branco (3)	1.140	
1979	Vila Quintino Facci I (4)	815	
1979	Solar Boa Vista (5)	196	
1980	Jardim Quintino Facci II (6)	3112	14067
1981	Vila Adão do Carmo Leonel (7)	468	
1981	Antônio Marincek (8)	1.055	
1982	Jardim Valentina Figueiredo (9)	551	
1982	Jardim Geraldo C. Carvalho (10)	942	
1982	Avelino Alves Palma (11)	1.031	
1982	Adelino Simioni (12)	2.940	
1983	Jardim Dom Bernardo José Mielle (13)	777	
1984	D'Elboux (14)	1.776	
1985	Jardim São José (15)	464	
1986	Jardim Maria da Graça (16)	334	5.331
1988	Jardim José Sampaio (17)	1.724	
1989	Jardim Joaquim Procópio (18)	1.033	
1991	Jardim Orestes Lopes de Camargo (19)	97	
1992	Jardim Maria Casagrande Lopes (20)	622	
1993	Jardim Alexandre Balbo (21)	1.367	
1993	Jardim das Palmeiras II (22)	345	
1994	Jardim Heitor Rigon (23)	1.766	
1994	Jardim Jovino Campos (24)	222	
1994	Jardim Orestes Lopes de Camargo	30	6713
1994	Jardim Manoel Penna (25)	600	
1994	Jardim Juliana (26)	458	
1995	Jardim Orestes Lopes de Camargo	111	
1996	Jardim Dona Branca Salles (27)	237	
1996	Jardim Orestes Lopes de Camargo	40	
1996	Jardim Orestes Lopes de Camargo	818	
2000	Jardim Eugênio Mendes Lopes (28)	499	
2001	Jardim Arlindo Laguna (29)	499	
2003	Jardim Flamboyan (30)	113	
2005	Residencial Ribeirão Preto (31)	128	
2005	Residencial Ribeirão Preto	224	
2005	Professor Antonio Palocci (32)	500	
2005	**Jardim Paiva I** (33)	294	3222
2005	Residencial Ribeirão Preto	160	
2006	**Jardim Paiva I**	119	
2006	Leo Gomes de Morais	186	
2006	Professor Antonio Palocci	236	
2006	Professor Antonio Palocci	113	
2006	Professor Antonio Palocci	151	
2007	**Jardim Paiva I**	153	

2007	Professor Antonio Palocci	100	
2007	Parque dos Servidores I (34)	20	
2007	**Jardim Paiva I**	114	
2007	Carlos de Lacerda Chaves (35)	499	
2008	Jardim Dr. Paulo Gomes (36)	28	
2008	**Jardim Paiva I**	110	
2008	**Jardim Paiva I**	108	
2008	**Jardim Paiva I**	76	
2008	Jamil Seme Cury (37)	149	
2008	Jamil Seme Cury	350	
2008	Residencial Monte Carlo (38)	147	6219
2009	Jardim Dr. Paulo Gomes	156	
2009	Jardim Dr. Paulo Gomes	14	
2009	Jardim Dr. Paulo Gomes	29	
2009	Jardim Dr. Paulo Gomes	135	
2009	Jardim Dr. Paulo Gomes	25	
2009	Jardim Dr. Paulo Gomes	11	
2009	Jardim Dr. Paulo Gomes	24	
2010	Jardim Dr. Paulo Gomes	60	
2010	Jardim Dr. Paulo Gomes	64	
2010	Jardim Dr. Paulo Gomes	100	
2010	Jardim Dr. Paulo Gomes	109	
2010	Reurb. Assent. Favela Monte Alegre (39)	330	
2011	Jardim Dr. Paulo Gomes	232	
2011	Residencial José Wilson Toni (40)	704	
2011	Jardim Dr. Paulo Gomes	160	
2012	Jardim Dr. Paulo Gomes	34	
2012	Condomínio Itajubá (41)	224	
2012	Jardim Dr. Paulo Gomes	10	
2012	Jardim Dr. Paulo Gomes	22	
2012	Cond. Resid. das Américas (42)	224	
2012	Jardim Dr. Paulo Gomes	20	
2012	Jardim Dr. Paulo Gomes	20	
2012	Jardim Dr. Paulo Gomes	73	
2012	Jardim Dr. Paulo Gomes	61	
2012	Jardim Dr. Paulo Gomes	535	
2013	Jardim Dr. Paulo Gomes	113	
2013	Ribeirão Preto “I” (43)	186	
2013	Ribeirão Preto “J”	186	
2013	Condomínio Palmiro Bin (44)	312	
2014	Residencial Zana (45)	192	

Números entre parênteses: Trata-se de referências de localização dos conjuntos habitacionais, em vermelho, no Mapa 31;
Períodos em tons de cinza: Representados no Mapa 31, referem-se ao estabelecimento de classes por pares recíprocos, com perda de detalhes de 18%;
Em vermelho: No contexto das obras para a Copa do Mundo de 2014, inserem-se no projeto “Remoções de Curva de Ruído” (Parceria Prefeitura Municipal, PAC – Governo Federal e CDHU) do Aeroporto Leite Lopes, com foco no remanejamento dos moradores da Favela da Mata, entre outras mais próximas;
Em verde: Projetos implantados em decorrência do processo de reurbanização da Favela Monte Alegre - SBT;
Em negrito: Referem-se aos projetos implantados na modalidade de mutirão.
Fonte: CDHU-RP. Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/cohab/i08conjcrono.php>. Acesso em: 11 mai. 2015.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Mapa 15. Ribeirão Preto: Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

Conjuntos habitacionais COHAB - RP
- 1977 a 1983
- 1984 a 1989
- 1991 a 1996
- 2000 a 2006
- 2007 a 2014

Espaços autossegregados *
- 1954
- 1981 a 1989
- 1990 a 1998
- 2000 a 2008
- 2009 a 2013
- Sem Informação

- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Principais favelas
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

(*) Períodos de implantação por classes de pares recíprocos e com perda de detalhes de 15%.

Distribuição dos principais equipamentos urbanos
- Centro
- Shopping Center
- Área verde ou Parque
- Campo de Golfe
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Eixos de comércios e serviços
- Via férrea

I - Ribeirão Shopping (1981)
II - Novo Shopping (1999)
III - Shopping Santa Úrsula (1999)
IV - Shopping Iguatemi (2013)

0 1 2 Km

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: SPGP - Ribeirão Preto, 2012.

Fonte dos dados: IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010; PMRP; 2013; COHAB - RP, 2014; Pesquisa de campo, 2012-2015

Apoio: FAPESP

De um modo geral, até o final da década de 1990, os conjuntos habitacionais foram implantados no setor norte e, em menor medida, no setor sudoeste. No setor norte, iniciando-se pelo Bairro Ipiranga, localiza-se após o Córrego dos Campos de modo a estabelecer proximidade com o Anel Viário Contorno Norte, na direção oeste. Mais ao norte localiza-se outro grupo de conjuntos habitacionais, implantados nas proximidades com a Via Expressa Norte.

Já no setor sudoeste a partir do Centro, após o Córrego Ribeirão Preto, localiza-se outro grupo de conjuntos habitacionais que se distribuem pelo Parque Ribeirão Preto e próximo ao Jardim Progresso.

Após o ano 2000, a tendência de concentração no setor norte foi reforçada. Além disso, novos conjuntos habitacionais também foram implantados além da Rodovia Anhanguera, na direção leste.

Mesmo diante da crise do Banco Nacional de Habitação, a COHAB-RP, exceção feita ao final da década de 1990, não cessou totalmente suas atividades e, pelo contrário, por meio da ampliação de parcerias, sobretudo, com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, passou a atuar de modo mais efetivo, na produção de conjuntos habitacionais de menor porte voltados a remanejamento parcial, reurbanização e erradicação de favelas, que começaram a se proliferar a partir da segunda metade da década de 1990, não apenas por consequência de crises em programas habitacionais, mas também, por aquelas que se processaram junto ao setor sucroalcooleiro.

Somando-se a esses dois aspectos, a proliferação de favelas em Ribeirão Preto também decorreu por consequência do aumento médio dos preços de alugueis e, sobretudo, em decorrência de um maior poder de organização e de visibilidade das ocupações, por parte dos trabalhadores (urbanos e agrícolas) sem-teto (ADAS, 2004).

A partir das pesquisas de campo realizadas por Ferreira (2007), a Favela das Mangueiras foi a primeira a se formar, gradual e paulatinamente, em Ribeirão Preto através de uma ocupação inicial, em 1965, de uma área pública no Jardim Piratininga, que se localiza imediatamente a oeste da Vila Virgínia.

Com dados da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Ribeirão Preto, referentes ao ano de 2012, e a partir de pesquisa de campo entre 2013 e 2015, Ribeirão Preto possui, atualmente, dezesseis favelas principais, conforme pode ser observado na Tabela 7 e Mapa 15, que se localizam, preponderantemente, no setor norte e, em menor medida, no Setor Sudoeste.

Tabela 7. Ribeirão Preto: Principais favelas, 2012

Ref.	Setor	Favela	Localização	Destinação legal
A	Norte	Simioni - Via Norte (675)	Conj. Hab. Adelino Simioni	Área Verde
B	Norte	Simioni - Magid Simão Trad (640)	Conj. Hab. Adelino Simioni	Sistema de Lazer / Institucional
C	Norte	da Mata (509)	Jd. Aeroporto	Área Particular / Área Verde
D	Norte	dos trilhos (338)	Alto do Ipiranga - Av. Rio Pardo	Área de Via Férrea
E	Norte	Leão – Leão – Av. Recife (239)	Jd. Aeroporto	Área Particular
F	Norte	Avelino Palma (192)	Pq. Ind. Avelino Palma	Sistema de Recreio
G	Norte	Simioni - Usina Reciclagem (150)	Conj. Hab. Adelino Simioni	Área Institucional
H	Norte	Flórida Paulista (150)	Jd. Jóquei Clube	Sist. Recreio do P. I. Q. Junqueira
I	Norte	Salgado Filho - R. Nuporanga	Jd. Salgado Filho II	Campo de futebol, Sec. Esportes
J	Norte	Valentina Figueiredo	Jd. Valentina Figueiredo	Área Institucional / Sistema de Recreio
K	Oeste	das Mangueiras (367)	Jd. Piratininga	Sistema de Praça
L	Norte	Monte Alegre - SBT	Monte Alegre / Alto do Ipiranga	Área Institucional / Praça
M	Sudoeste	Av. Andradas	Pq. Ribeirão Preto	Área verde
N	Leste	do Trevo (188)	Jd. o Trevo	Praça
O	Leste	do Zara	Jd. Zara	Praça
P	Sudoeste	Núcleo João Sujo	Jd. Progresso	Sem informação

Os dados entre parênteses referem-se ao número de moradias, identificadas pela Secretaria da Infraestrutura, em 2012.
Fonte: Secretaria da Infraestrutura de Ribeirão Preto, 2012; Ferreira, 2007.
Org. Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Acompanhando publicações de jornais online[36] torna-se possível verificar dinâmicas que se vinculam a processos de produção e reprodução de áreas de favelização em Ribeirão Preto. No que tange aos esforços relacionados à busca por moradia, trata-se de um incessante "movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização" (SAQUET, 2009, p. 82) à qual os segmentos de menor poder aquisitivo estão submetidos, e que varia conforme a conjuntura econômica, motivações circunstanciais[37], capacidade de resposta da parceria COHAB-RP - Prefeitura Municipal, e de acordo com o grau de organização das famílias pertencentes a faixas de renda menos beneficiadas pelos programas habitacionais atuais.

[36] Cf. PAVANI, Cristiano. Mais de 29 mil pessoas aguardam uma casa para viver em Ribeirão. **A cidade**. 22 mai. 2015. Disponível em: <http://www.jornalacidade.com.br, noticias, cidades, cidades_internaNOT.aspx?idnoticia=1043441>. Acesso em: 12 fev. 2015; YAMADA, Gabriela; PEDRINI. João. Soluções contra as favelas de Ribeirão Preto (SP) são contestadas. **BOL Notícias**. 19 ago. 2012. Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br, brasil/2012, 08, 19, solucoes-contra-as-favelas-de-ribeirao-preto-sp-sao-contestadas.jhtm>. Acesso em: 12 fev. 2015; FONTES, Marcelo. Obra de ampliação do Leite Lopes exige derrubada de mais 56 barracos. **A cidade**. 05 ago. 2013. Disponível em: <http://www.jornalacidade.com.br, noticias, cidades, cidades_internaNOT.aspx?idnoticia=868687>. Acesso em: 12 fev. 2015.

[37] Em Ribeirão Preto, o exemplo emblemático foi o remanejamento e tentativas de erradicação de diversos núcleos de favelas localizadas no Jardim Aeroporto, por consequência da Copa do Mundo de 2014, a partir da qual, previram-se obras de ampliação do Aeroporto Leite Lopes e que, atualmente, ainda se encontram em fase de desenvolvimento do projeto.

No contexto de aumento da importância do setor agroindustrial e, sobretudo, do setor terciário em nível local e regional de Ribeirão Preto ao longo das décadas de 1980 e 1990 (ELIAS, 2003), se de um lado, difundiu-se, no eixo norte de expansão, maiores níveis de descontinuidade territorial e de segregação socioespacial imputados à produção de conjuntos habitacionais e áreas de favelização, por outro lado, ampliou-se, expressivamente, a lógica da produção vertical de moradias voltadas aos segmentos de mais alto poder aquisitivo (em especial, no Jardim Higienópolis), e no que tange aos desdobramentos da área central, a partir do estabelecimento de eixos comerciais e de serviços com algum grau de especialização e com características que potencializavam um maior nível de segmentação socioeconômica (SPOSITO, 1991).

Em decorrência de um maior nível de expressão de centralidade urbana, em primeiro lugar, a partir das Avenidas Nove de Julho e Independência e, posteriormente, deslocando-se paulatinamente ao longo da Avenida Presidente Vargas (especialmente no que se refere a uma parcela do setor bancário que se localizavam, anteriormente, no Centro), favoreceu um maior ritmo de ocupação dos espaços integrados, voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, já implantados no setor sul.

Contudo, uma maior expressividade desse ritmo ocorreu apenas a partir de 1991, com a implantação do Ribeirão Shopping (tendo o Supermercado Carrefour como a sua principal loja âncora) junto à Avenida Presidente Vargas e próximo ao Anel Viário Contorno Sul, e que se intensifica, em 1999, com a primeira grande expansão desse equipamento, em função da implantação, neste mesmo ano, tanto do Novo Shopping, localizado mais a sudeste, na Avenida Castelo Branco e em contiguidade com a Rodovia Anhanguera, e do Shopping Santa Úrsula, verticalizado e de menor porte, implantado no Jardim Higienópolis (GARREFA, 2002).

Nesse período, além de um maior nível de ocupação dos espaços integrados, como o Jardim Canadá e City Ribeirão (ambos aprovados na década de 1970), intensificam-se a implantação de espaços autossegregados[38], conforme pode ser observado a partir da Tabela 08 e Mapa 15, entre 1990 e 1998 no setor sul e, mais especificamente, além do Anel Viário Contorno Sul, de modo a estabelecer um grande nível de acessibilidade com a Rodovia Ribeirão Preto – Bonfim Paulista, ou seja, estabelecendo-se como prolongamento da Avenida Presidente Vargas.

[38] Em relação ao papel das incorporadoras, três delas têm estabelecido uma maior participação na implantação de espaços autossegregados em Ribeirão Preto, Trata-se da Stéfani Nogueira (com atuação regional), com onze empreendimentos, Contart & Takano, com sete empreendimentos e, em menor medida, da Construpres, com quatro empreendimentos.

Tabela 8. Ribeirão Preto: Espaços autossegregados, 1954 – 2013

Ref	Aprov	Nome	Incorp / Const	Unid / lotes	Área total (m²)	Área residencial (m²)
1	1954	Quinta da Alvorada	Walter José Ragazzi	123	958.698,00	896.258,00
2	1981	Bosque das Colinas	Marzola	--	--	69.087,60
3	1989	Veneza	Antônio C. N. Escoura	31	91.637,94	69.087,60
4	1990	Firenze	Maria F. L. de Carvalho	18	30.950,87	22.517,47
5	1992	Monterey Condo Park	Paulo T. R. de Barros	40	36.640,16	19.040,00
6	1992	Carmel Condo Park	Paulo T. R. de Barros	40	66.822,63	39.500,00
7	1992	Country Village	EGP – Fênix	83	165.482,00	-
8	1992	Colina dos Sabiás	Landulfo Freitas Soares	154	109.233,50	62.361,92
9	1993	Gênova	Henrique V. Halak	77	113.073,10	71.380,47
10	1993	Villa Del Fiori	--	--	--	--
11	1993	Estação Primavera	--	--	--	--
12	1994	Buritis	Márcio P. Villas Boas	76	125.356,00	81.459,12
13	1994	Santa Helena	Construpres	98	88.760,00	43.256,05
14	1995	Villa Real	Priscon	244	115.347,13	68.847,25
15	1995	Royal Park	Cais S.A	46	49.758,89	36.535,20
16	1998	Aurora Village	Luiz Cesar Antunes	--	32.712,22	1.420,87
17	2000	Village São Francisco	Stéfani Nogueira	120	36.348,85	21.274,79
18	2000	Jatobá	--	--	--	--
19	2000	Aroeira	--	--	--	--
20	2000	Nova Aliança	--	--	--	--
21	2001	Resid. Alto do Bonfim	Adelino A. Chaves Jr.	161	69.724,87	42.954,63
22	2001	Recanto das Flores	Engenharia & Ambiente	180	74.167,16	31.479,51
23	2001	Villa Victória	Jábali Aude	42	74.015,08	43.396,06
24	2001	Cidade da Criança	--	--	--	--
25	2002	Santa Ângela	Construpres	93	51.105,24	13.167,25
26	2002	Ipê Roxo	Contart & Takano	85	165.379,78	113.120,81
27	2002	Cittá di Positano	Fernando F. Rivaben	106	76.725,29	27.525,02
28	2002	San Remo I	Stéfano & Nogueira	--	--	--
29	2002	Jardim Botânico	--	--	--	--
30	2002	Paineiras	--	--	--	--
31	2002	Caimbé	--	--	--	--
32	2003	Magnólias	Perplan	57	54.943,34	30.807,00
33	2003	Mirante Royal Park	Cais S.A	44	49.758,89	--
34	2003	Manacás	Perplan	51	49.407,59	29.795,58
35	2003	Guaporé 2	Antônio C. Agostinho	52	92.702,04	--
36	2003	Guaporé 1	Antônio C. Agostinho	91	98.450,17	--
37	2003	Village Monet	Perplan	32	54.769,14	35.084,61
38	2003	Morro do Ipê	Paulo T. R. de Barros	10	42.592,55	24.345,12
39	2003	San Remo II	Stéfani Nogueira	--	--	--
40	2003	Jequitibá	--	--	--	--
41	2004	Villa de Buenos Aires	Jábali Aude	88	72.120,00	43.285,45
42	2004	Milano	Stéfani Nogueira	62	95.573,98	60.412,47
43	2004	Verona	Stéfani Nogueira	84	85.144,86	53.415,72
44	2004	Torino	Stéfani Nogueira	93	72.257,63	47.770,53
45	2004	Terra Brasilis	Fernando F. Rivaben	74	45.942,36	25.811,48
46	2004	Arara Vermelha	Contart & Takano	26	21.759,30	14.802,06
47	2004	Arara Verde	Contart & Takano	55	44.440,77	34.057,09

48	2004	Village Jd. dos Hibiscus	MRV	180	43.190,12	27.181,84
49	2004	Jardim dos Gerânios	MRV	169	46.610,94	24.122,34
50	2004	Ipê Amarelo	Contart & Takano	76	108.820,62	56.804,58
51	2004	Raios de Sol	Paulo F. C. Tablas	--	54.800,00	--
52	2004	Nova Aliança Sul	Stéfani Nogueira	--	--	--
53	2006	San Diego I	Stéfani Nogueira	122	47.933,02	28.323,23
54	2006	San Diego II	Stéfani Nogueira	134	60.227,38	31.109,78
55	2006	San Diego III	Stéfani Nogueira	126	47.690,15	29.246,11
56	2006	Santa Mônica	Construpres	63	145.296,04	36.639,12
57	2006	Santa Mônica II	Construpres	66	145.296,04	28.279,79
58	2007	Ipê Branco	Contart & Takano	99	208.055,56	105.735,63
59	2008	Colina Verde	Jorge de Almeida	--	349.206,00	--
60	2008	Turmalina	Luiz Antônio Zamperlini	102	30.726,87	17.412,21
61	2008	Jardim San Marco	Stéfani Nogueira	629	449.258,40	209.021,56
62	2009	Villa dos Pássaros	Rui Félix Mariano	25	12.112,00	6.254,46
63	2009	Quinta da Primavera	Contart & Takano	401	484.000,00	227.870,46
64	2010	Arara Azul	Contart & Takano	42	33.213,67	23.087,84
65	2010	AlphaVille Rib. Preto	Eugênio A. Figueiredo	1.491	1.652.618,00	774.030,87
66	2012	Saint Gerard	Copema	54	51.525,00	24.488,64
67	2010	Topázio	Itajaí	110	--	--
68	2013	Quinta do Golfe	Chemim Incorporadora	150	135.451,46	62.612,06
69	--	Garden Villa	--	--	--	--
70	--	Quinta da Boa Vista A	--	--	--	--
71	--	Quinta da Boa Vista B	--	--	--	--
72	--	Samambaia	--	--	--	--
73	--	Vila Verde	--	--	--	--
74	--	Bella Cittá	--	--	--	--
75	--	Laranjeiras	--	--	--	--
76	--	Pitangueiras	--	--	--	--
77	--	Domaine Eco Residence	--	--	--	--
78	--	Vivendas do Sul	Terrano	--	--	--
79	--	Praças do Sul	Terrano	--	--	--
80	--	Recantos do Sul	Terrano	--	--	--
81	--	Buona Vita	--	--	--	--
82	--	Buona Vita Siena	--	--	--	--
83	--	Monte Verde	--	--	--	--
84	--	Villa Florença	--	--	--	--
85	--	Siena	--	--	--	--
86	--	Villa Aliança	--	--	--	--
87	--	Parque das Figueiras	--	--	--	--
88	--	Figueira Branca	--	--	--	--
89	--	Guaporé III	--	--	--	--
90	--	Jardim Sul I	--	--	--	--
91	--	Jardim Sul II	--	--	--	--
92	--	Evidence Resort	--	--	--	--

Os números de referências da primeira coluna indicam a localização dos espaços autossegregados no Mapa 15 e estão destacados em preto. Nesse sentido, diferem-se dos números dos conjuntos habitacionais, destacados em vermelho; Nomes em preto, condomínios horizontais; Em vermelho, loteamentos fechados.
Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, com dados extraídos de Figueira, 2013; Pesquisa de campo, 2013 - 2015.
Org. Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Entre 1990 e 1998, os espaços autossegregados destinaram cerca de 450.000 m^2 para cerca de mil lotes ou unidades habitacionais, perfazendo uma média de 450 m^2 por propriedade.

Anteriormente a 1990, os espaços autossegregados em Ribeirão preto foram pouco expressivos. Afora o Quinta da Alvorada (condomínio de chácaras implantado na década de 1950), foram implantados apenas dois empreendimentos desse tipo na década de 1980. Tratam-se do Bosque das Colinas e do Condomínio Veneza, ambos implantados em proximidade com a Rodovia Ribeirão Preto – Bonfim Paulista e ao núcleo urbano do Distrito de Bonfim Paulista.

Por outro lado, o período de 2000 a 2008 foi aquele em que se registrou uma intensa proliferação de espaços autossegregados, perfazendo um total de 45 empreendimentos, ante os treze registrados no período anterior. Foram destinados cerca de 1.200.000 m^2 para cerca de 3.400 lotes ou unidades habitacionais, perfazendo uma média de 350 m^2 de área privativa o que, em grande medida, também indica que a ampliação da área ocupada pelo total de espaços autossegregados, também veio acompanhada de uma redução da área privativa ou do tamanho médio do lote.

Em parte, tal fato se explica porque a moradia em espaço autossegregado deixou de ser exclusiva aos segmentos de mais alto poder aquisitivo e, nesse sentido, condomínios de menor porte e, em geral, com habitações padronizadas voltadas aos segmentos de médio poder aquisitivo (relativizando àqueles implantados através do Programa de Arrendamento Residencial [PAR], voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo), também passaram a compor o quadro geral da autossegregação.

Os espaços autossegregados desse período distribuíram-se por todo o setor sul, mas apresentaram tendência de concentração a leste do Jardim Canadá e da Avenida João Fiusa. Já aqueles potencialmente voltados aos segmentos médios, tenderam a se concentrar mais a sudeste, nas proximidades da Rodovia Antonio Machado Sant'Anna, uma das vias que dá acesso ao Novo Shopping.

O último período de aprovação e implantação de espaços autossegregados ainda apresenta indefinições, em parte, pela escassez de informações mais exatas a respeito do ano de aprovação e efetiva implantação de parte desses empreendimentos entre 2013 e 2015. Grosso modo, portanto, é possível indicar que houve o reforço de duas grandes concentrações, pois, uma parcela significativa desses novos empreendimentos foi implantada tanto nas proximidades da Vila do Golfe, quanto na área de concentração de espaços autossegregados mais voltados aos segmentos médios, ou seja, a porção mais a sudeste e, em proximidade ou contiguidade com a Rodovia Antonio Machado Sant´Anna.

Tais dinâmicas, portanto, apontam para uma tendência de segmentação socioespacial desse tipo de *habitat* urbano no eixo sul de expansão urbana: Em primeiro lugar, trata-se do grupo de espaços autossegregados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, que se polariza por meio dos referenciais: Vila do Golfe (incluso, o Shopping Iguatemi), Ribeirão Shopping, Avenidas Presidente Vargas e João Fiusa. Em contiguidade a uma parcela desses espaços autossegregados, também há uma expressiva presença de espaços integrados, além de condomínios verticais, voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo.

O segundo grupo, voltados aos segmentos de médio poder aquisitivo, tende a estabelecer referência, principalmente, com o Novo Shopping, pela proximidade espacial que estabelece a esse grande equipamento comercial e de serviços.

Além desses dos grupos, mais ao sul de Ribeirão Preto (e, mais especificamente, no Distrito de Bonfim Paulista), destaca-se o processo de implantação dos espaços autossegregados relativos ao projeto Alphaville Ribeirão Preto.



Fotografia 13 (08/2012) Ribeirão Preto: Escritório de negócios da Alphaville Urbanismo. Destaque para o *slogan* da campanha publicitária do espaço autossegregado Alphaville Ribeirão Preto: “Sua vida se completa aqui” [39].

[39] Para saber mais sobre esse respectivo empreendimento, ver: http://www.alphaville.com.br/empreendimentos/sudeste/ribeiraopreto_old/index.php



Fotografia 14 (08/2012) Ribeirão Preto: Portaria de um dos condomínios Alphaville Ribeirão Preto. Localizado no Distrito de Bonfim Paulista. Destaque para a presença de diversas câmeras de videovigilância.

Neste empreendimento, trata-se da implantação de três espaços autossegregados contíguos, pelos quais, ocupa-se uma área de cerca de 1,6 Km^2. Já a área média ocupada por cada um dos 1491 lotes lançados ao mercado é de 520 m^2.

2.3.2. Presidente Prudente: O contexto de produção dos espaços segregados e autossegreagados

A partir de meados da década de 1970, ampliou-se o processo de crescimento territorial urbano de Presidente Prudente, num ritmo muito superior ao próprio crescimento populacional o que, em grande medida, contribuiu para intensificar processos de diferenciação e de segregação socioespacial, a partir da constituição de vazios urbanos, implantação de infraestrutura urbana segundo uma lógica não equitativa de distribuição dos investimentos entre os setores urbanos, e por meio de processos de especulação imobiliária (SPOSITO, 1983).

Nesse sentido, ampliou-se o número de loteamentos implantados com baixíssimos níveis de infraestrutura urbana e em situação geográfica, considerando-se como referência o centro, além da linha férrea, localizados tanto no setor leste, quanto no setor norte, em descontinuidade territorial à malha urbana compacta.

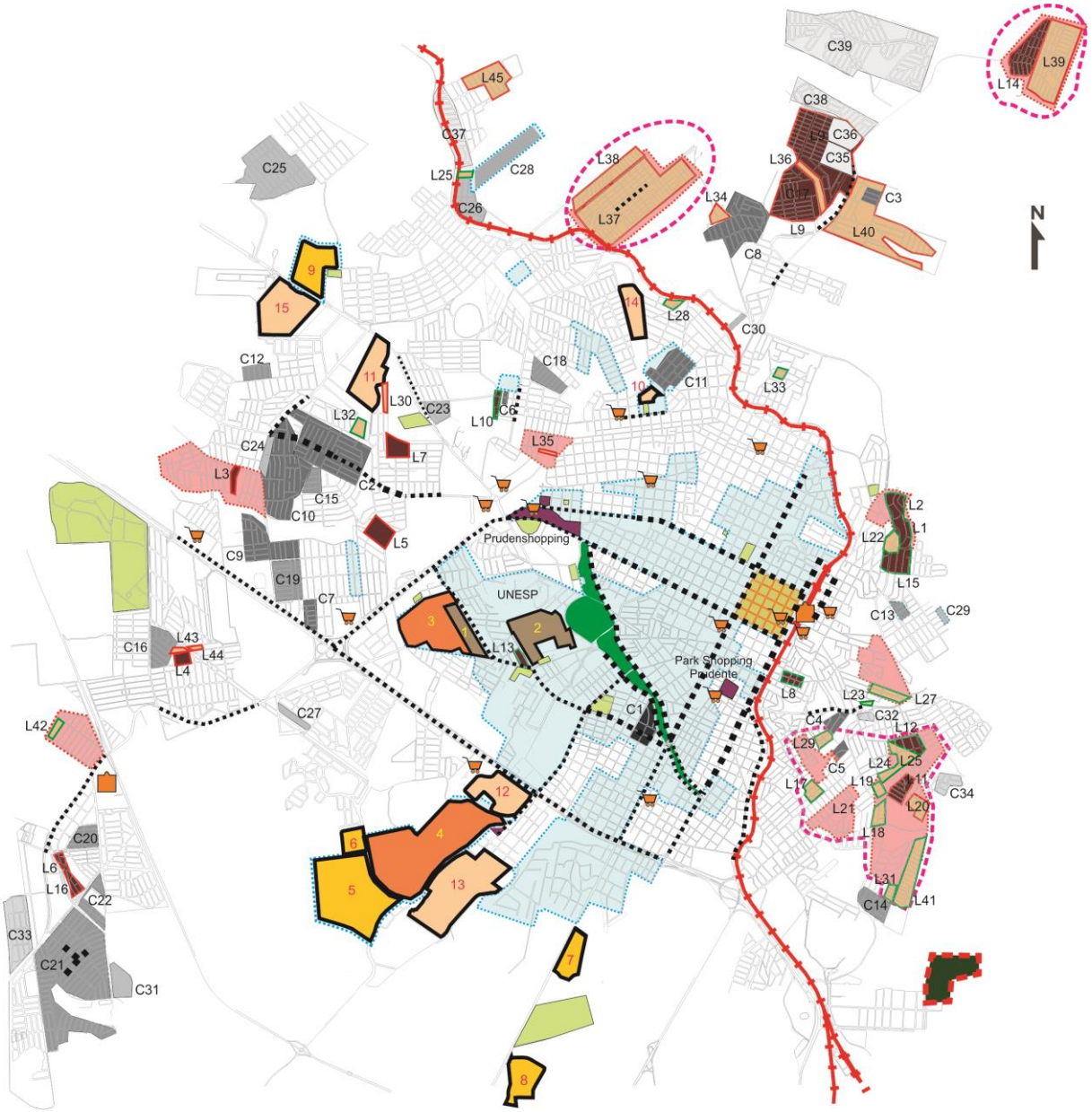
Já o eixo oeste de expansão urbana, além do Córrego da Colônia Mineira, caracterizou-se como uma das áreas preferenciais para a implantação dos primeiros conjuntos habitacionais voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo, a partir da década de 1980, como pode ser observado a partir da Tabela 9 e Mapa 16.

Tabela 9. Presidente Prudente: Conjuntos habitacionais implantados, 1968 – 2015

Mapa	Implantação	Conjunto habitacional	Agente Promotor	Unidades	Total
C1	1968	Vila Liberdade	BNH	142	142
C2	1980	Bartholomeu B. Miranda	COHAB Bauru	1045	
C3	1980	Parque Alexandrina	Nosso teto	90	
C4	1980	Jardim Santa Martha	Prudenco – Nosso teto	17	
C5	1980	Jardim Itatiaia	Prudenco – Nosso teto	20	
C6	1980	Parque Bandeirantes	Prudenco – Nosso teto	14	2680
C7	1980	Parque Cedral	Prudenco – Nosso teto	82	
C8	1980	Pq. Watal Ishibashi	Prudenco – Nosso teto	42	
C9	1981	Jardim Jequitibás	Prudenco – Nosso teto	414	
C10	1982	Cidade 2000 Cecap	Cecap – Codespaulo	776	
C11	1982	Inocoop Vila Nova	Inocoop – C.A. Ouro Fino	180	
C12	1989	Jardim Mediterrâneo	COHAB CRHIS	146	
C13	1990	Jardim Itapura	COHAB CRHIS	389	
C14	1990	Jardim Cambuci	CDHU – Pref. Municipal	80	
C15	1992	Jardim Santa Paula	COHAB CRHIS	74	
C16	1992	Jardim Vale do Sol	COHAB CRHIS	183	
C17	1992	Brasil Novo	CDHU	250	4844
C18	1992	Sítio São Pedro	CDHU – Prudenco	232	
C19	1992	Jardim Jequitibás II	CDHU	386	
C20	1992	Mário Amato	CDHU - COHAB CRHIS	500	
C21	1993	Ana Jacinta	COHAB CRHIS	2500	
C22	1993	Ana Jacinta II	CDHU	104	
C23	1997	Maracanã	CDHU	304	
C24	1997	CECAP	CDHU	256	
C25	1998	Residencial Maré Mansa	Particular	869	
C26	1998	Jardim Cobral	CDHU	304	
C27	1999	São João	CDHU	304	2746
C28	2003	Conj. Res. Bela Vista	PAR - CEF	199	
C29	2003	Conj. Res. Laura	PAR - CEF	176	
C30	2003	Conj. Res. Atalaia	PAR - CEF	176	
C31	2003	Conj. Res. Esmeralda	PAR - CEF	158	
C32	2005	Jardim Itatiaia II	CDHU	220	
C33	2006	Monte Carlo	PAR - CEF	292	654
C34	2009	Jardim Sumaré	CDHU	142	
C35	2013	Residencial Tapajós	PMCMV*	227	
C36	2013	Residencial Bela Vista I	PMCMV*	162	
C37	2013	Jardim Panorâmico	PMCMV*	330	3421
C38	2014	Residencial Cremonezi	PMCMV*	402	
C39	2015	C.H. João Domingos Neto	PMCMV*	2300	

(*) Programa Minha Casa Minha Vida
Períodos em tons de cinza: Representados no Mapa 32, referem-se ao estabelecimento de classes por pares recíprocos, com perda de detalhes de 16%.
Fonte: Fernandes, 2001; Silva, 2005; CDHU, 2010, PMPP, 2015, Honda, 2011.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Mapa 16. Presidente Prudente: Diferenciação e segregação socioespacial, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

Espaços autossegregados*
- 1975 a 1980
- 1991 a 1996
- 1999 a 2003
- 2005 a 2010

Conjuntos habitacionais*
- 1968
- 1980 a 1982
- 1989 a 1993
- 1996 a 1999
- 2003 a 2009
- 2013 a 2015

Programas de desfavelamento
- Gestão Paulo Constantino (1990-1992)
- Gestão Agripino Lima (1993-1996)
- Urbanização de favelas
- Lotes urbanizados

- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

(*) Determinação de classes por pares recíprocos, com perda de detalhes de 16%

Distribuição dos principais equipamentos urbanos
- Centro
- Shopping Center
- Parque do Povo
- Aterro sanitário
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos com elevada concentração de comércios e serviços
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 0,5 1 Km

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.

Base Cartográfica: SMPDU, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015; Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2015; IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010; Sales, 2014 Dal Pozzo, 2011; Honda, 2011; Silva, 2005; Fernandes, 2001; Sobarzo, 1999, Sposito, 1983

Apoio: FAPESP CAPES

Tais conjuntos habitacionais foram viabilizados, sobretudo, por meio do estabelecimento de parcerias com a Companhia de Habitação Popular de Bauru (COHAB – Bauru), o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo (INOCOOP), Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP), e com a Companhia Prudentina de Desenvolvimento (Prudenco), de capital misto e com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (FERNANDES, 2001).

O primeiro deles, então denominado Vila Liberdade, foi implantado em 1968, no setor ao sul do Córrego do Veado (SPOSITO, 1983, p. 83-85) e representou indícios de um primeiro esforço para uma ocupação mais efetiva e valorização do loteamento Jardim Bongiovani, implantado em 1962 (FERNANDES, 2001, p. 159-160).

Entre os demais conjuntos habitacionais implantados, destacam-se a implantação, no início da década de 1980, da “COHAB” (Conjunto Bartholomeu Bueno de Miranda) e “Cecap” (Cidade 2000) no setor oeste (totalizando 1821 unidades habitacionais) e o Conjunto Habitacional Ana Jacinta, implantado em 1993 (totalizando 2604 unidades).

Esses conjuntos caracterizaram-se pela expressiva descontinuidade territorial estabelecida com a malha urbana compacta de Presidente Prudente. Esta condição, atualmente, foi superada em relação aos dois primeiros conjuntos, no entanto, ainda permanece no contexto do Conjunto Habitacional Ana Jacinta.

De qualquer modo, e por consequência de uma baixa integração e distância espacial do Centro principal, tais conjuntos contaram com o desenvolvimento, paulatino e gradual, de duas das mais expressivas multicentralidades de Presidente Prudente.

No caso do Conjunto Habitacional Ana Jacinta esta se expressa a partir do subcentro que se estabelece ao longo das Ruas Raimundo Nonato Lima e Seisho Gakia. Já na COHAB e Cecap, a multicentralidade se expressa em eixo ao longo da Avenida Ana Jacinta.

Além do setor oeste, as intencionalidades de se direcionar os segmentos de mais baixo poder aquisitivo ao longo dos eixos leste e norte de expansão urbana também foi reforçada. Nesse sentido, já se evidenciava desde o final da década de 1970, uma clara preferência, por parte da articulação entre poder público municipal e iniciativa privada, em direcionar o eixo sul de expansão urbana de modo a atender demandas de moradia dos segmentos de mais alto poder aquisitivo.

A primeira grande iniciativa, nesse sentido, estabeleceu-se a partir da elaboração e execução do projeto de canalização do Córrego do Veado e de implantação do Parque do Povo no contexto das eleições municipais de 1976, o que, em grande medida, favoreceu um maior nível de valorização e especulação imobiliária junto aos loteamentos já implantados nas

proximidades com o Córrego do Veado. Tal projeto tornou-se uma das principais bandeiras da campanha do candidato Paulo Constantino e, eleito prefeito para o mandato 1977-1981, iniciou-se a execução de obras com financiamento obtido a partir do Programa “Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada” (CURA), do extinto Banco Nacional de Habitação (BERNARDELLI, 2001, p. 123).

Essas obras foram realizadas em duas etapas (Projetos Cura I e Cura II), a partir das quais se viabilizou a realização de desapropriações, drenagem e canalização do Córrego do Veado, implantação das atuais Avenidas 14 de Setembro e 11 de maio (que circundam o Parque do Povo), construção de conjunto poliesportivo e pontes de acesso ao setor sul, além da construção do Centro Olímpico (BERNARDELLI, 2001).

Com o impacto ocasionado pela implantação do Parque do Povo, uma parcela dos segmentos de mais alto poder aquisitivo tendeu a ocupar, num ritmo mais acelerado, lotes disponíveis no Jardim Bongiovani e Cidade Universitária.

Além disso, somou-se aos atributos positivos que se associavam a esse último loteamento, o processo de implantação da Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC) no início da década de 1970, o que, em grande medida, também favoreceu uma ampliação da presença de estabelecimentos comerciais e de serviços nesta porção do espaço urbano prudentino (SPOSITO, 1983, p. 160-161).

Já uma parcela dos segmentos de alto poder aquisitivo também provocou mudanças no perfil ocupacional de outros loteamentos mais próximos ao Parque do Povo, como o Jardim Paulistano, Vila Tabajara e Jardim Caiçara, de modo a substituir parte de seus primeiros habitantes (sobretudo, aqueles mais pobres) que, por não possuírem condições de absorver os novos custos tributários gerados com a implantação do Parque do Povo e ampliações da pavimentação asfáltica, foram impelidos a vender suas propriedades. Tais dinâmicas de produção do espaço urbano revelam o poder de influência do poder público no que tange à contemplação de interesses socioeconômicos privados, que se viabilizam a partir de processos de diferenciação e segregação socioespacial (SPOSITO, 1983, p. 85-98).

Outra iniciativa que se vincula a essa lógica de segmentação socioespacial relaciona-se com o processo de implantação, em 1980, do Jardim Marupiara localizado em contiguidade com o Centro Olímpico e Parque do Povo, concluídos em 1982.

Como incorporadora, a Prudenco adquiriu a gleba, realizou o parcelamento de setenta lotes e implantou infraestrutura urbana (rede de água e esgoto, pavimentação asfáltica, etc.) antes de haver qualquer edificação na área, ou seja, uma prática incomum à época em que,

para implantações infraestruturais, exigia-se certo nível de densidade populacional e reinvindicação via abaixo-assinado junto aos órgãos competentes (SPOSITO, 1983, p. 87-88).

Somando-se com o processo de valorização das terras urbanas no entorno do Parque do Povo, determinou-se, ao Jardim Marupiara, o tipo de público à qual se queria atingir, ou seja, os segmentos de mais alto poder aquisitivo viabilizando, desse modo, tanto a construção de novas moradias com padrão construtivo mais elevado, quanto à aquisição de lotes com o objetivo de se fomentar especulações imobiliárias (CALIXTO, 2001, p. 148-149).



Fotografia 15 (08/2012) Presidente Prudente: Jardim Marupiara. Exemplo do padrão construtivo das habitações neste espaço integrado.

Acompanhando esses processos de maior nível de segmentação socioespacial entre o setor sul com os demais setores, as décadas de 1970 e 1980 também foram marcadas pela primeira fase de implantação e ocupação de espaços autossegregados no setor sul. Trata-se, mais especificamente, da implantação do Jardim Morumbi (aprovado em 1975), e do Jardim João Paulo II (aprovado em 1980), como pode ser observado na Tabela 10 e Mapa 16.

Tabela 10. Presidente Prudente: Espaços autossegregados, 1975 – 2010

Ref.	Aprov	Nome	Incorporadora/Construt.	Lotes	Área total (m²)	Área residencial (m²)
1	1975	Jardim Morumbi	PROVENDA	67	90.600,00	62.320,50
2	1980	Jardim João Paulo II	Damha Urb e Constr Ltda	251	175.723,44	108.446,13
3	1991	Central Park Residence	Const. Campoy/Adele Cestari	293	286.159,23	150.119,80
4	1996	Pq. Resid. Damha	Damha Urb e Constr Ltda / AD	746	711.534,00	317.966,50
5	1999	Pq. Resid. Damha II	Damha Urb e Constr Ltda / AD	516	631.620,00	226.241,00
6	2002	Residencial Beatriz	Damha Urb e Constr Ltda / AD	60	35.359,00	24.002,50
7	2002	Resid. Golden Village	Golden Par	91	83.195,80	50.102,93
8	2003	C. R. Quinta das Flores	Construmaya/Const. Campoy	126	133.729,85	64.915,72
9	2003	Residencial Portinari	DPL/Delfino / Incorp. Matsuda	234	202.100,00	90.824,82
10	2005	Residencial Saint Moritz	Saint Moritz Incorp. e Adm.	50*	15.589,77	8.910,00
11	2007	Porto Seguro Residence	Incorp. Mampei Funada Ltda.	245	163.751,00	63.827,32
12	2007	Village Damha	AD Empreendimentos Ltda.	265	159.595,00	92.019,00
13	2009	Pq. Resid. Damha III	Damha Urb e Constr Ltda	408	423.586,11	165.771,50
14	2010	Porto Bello Residence	Incorp. Mampei Funada Ltda.	161	183.980,00	95.400,41
15	2010	Pq. Resid. Mart Ville	Mart-Ville Empreend. Imob.	269	222.653,02	94.467,52

(*) Refere-se ao total de unidades habitacionais implantadas em um condomínio horizontal de pequeno porte.
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (2015); Dal Pozzo (2011); Sobarzo (1999); Sposito (1983).
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Já a década de 1990 representa a segunda fase de aprovação e ocupação de espaços autossegregados. Inicia-se com a aprovação, em 1991, do Central Park Residence em área contígua ao Jardim Morumbi. Em 1996, inicia-se o processo de implantação do Parque Residencial Damha I, localizado mais ao sul do Jardim Bongiovani e além da Rodovia Raposo Tavares.

Os espaços autossegregados dessas duas fases, portanto, são aqueles que se encontram mais bem consolidados e envolvidos pela malha urbana compacta. Nos casos do Jardim Morumbi e Central Park Residence, são expressivos a concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços (incluso serviços hospitalares) ao longo da Avenida Dr. Cyro Bueno e Rua Padre João Goetz que servem ao consumo cotidiano dos seus moradores (DAL POZZO e SPOSITO, 2009).

Os residentes do Parque Residencial Damha I, além do consumo cotidiano que se realiza no Damha Center (um pequeno equipamento comercial localizado em contiguidade à Portaria deste espaço autossegregado), também há um consumo expressivo daqueles equipamentos comerciais e de serviços localizados ao longo da Avenida da Saudade (DAL POZZO, 2008).



Fotografia 16 (08/2012) Presidente Prudente: Padrão construtivo das habitações do Parque Residencial Damha I. No canto superior esquerdo, em azul, localiza-se o Damha Center. Já no canto superior direito, encontra-se a sede do Grupo Encalso, sendo que estas duas edificações estão fora dos muros dos espaços residenciais fechados, mas contíguos a eles.



Fotografia 17 (08/2012) Presidente Prudente: Damha Center. Pequeno centro comercial localizado defronte à portaria do Parque Residencial Damha. Entre os estabelecimentos, destaca-se o uso expressivo da padaria “Massa Pura”, por parte dos moradores desse respectivo espaço autossegregado.

Em pesquisa realizada em 2008 foi constatado que, antes da mudança para esses espaços autossegregados, uma expressiva parcela de seus moradores estabelecia moradias nos espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, em especial, no Jardim Aviação, Bairro do Bosque, Jardim Paulista e Vila Dubus. Outra parcela expressiva também estabeleciam moradias tanto em casas térreas, quanto em prédios de apartamentos localizados no Centro e áreas mais próximas (DAL POZZO, 2008, p. 90).

Além dos motivos relacionados à substituição do modelo vertical de moradia, busca por maior espaço privativo, além de tranquilidade, (leia-se: desejo de se afastar dos "indesejáveis" e incômodos da cidade aberta, segundo as justificativas apresentadas pelos moradores), o principal discurso que fomentou um ritmo mais acentuado de estabelecimentos de novas moradias em espaços autossegregados está diretamente relacionado ao aumento do nível de insegurança do espaço urbano a partir do final da década de 1990 e, sobretudo, após o ano 2000 (DAL POZZO, 2008, p. 94, 155).

Em parte, esse discurso da insegurança apoia-se na implantação de uma série de presídios em cidades vizinhas e próximas à Presidente Prudente, no contexto da desconcentração da população carcerária da Região Metropolitana de São Paulo.

A partir da análise de uma série de pesquisas[40] que versam sobre a relação entre violência objetiva e subjetiva e a mídia, Sposito e Góes (2013, p. 174-178, 213-216 et al) posicionam-se contra a associação entre aumento do nível de insegurança e a implantação de presídios em cidades próximas à Presidente Prudente, uma vez que não houve efetivamente aumento de casos de delitos que fundamentassem esta relação estabelecida.

Durante a década de 1990, o aumento do nível de segmentação e de dinâmicas de autossegregação no setor sul também foi acompanhado de um crescimento no nível de segregação imposta, sobretudo, além da linha férrea, nos setores norte e leste de Presidente Prudente como podem ser observado na Tabela 11 e Mapa 16.

[40] Cf. Adorno e Cardia (1999), Curbet (2007), Imbert (1992), Kessler (2009), Magrini (2009) e Saraví (2008).

Tabela 11. Presidente Prudente: Urbanização de favelas e lotes urbanizados, 1990 – 1996

Mapa	Aprovação	Loteamento	Lotes	Situação	Totais
L1	**1990**	**Parque Furquim I**	**13**	**Vendido**	
L2	**1990**	**Parque Furquim II**	**22**	**Vendido**	
L3	1990	Jardim Balneário	35	Vendido	
L4	1990	Parque Shiraiwa	63	Vendido	
L5	1991	Parque Sabará	22	Vendido	
L6	1991	Ana Jacinta – Proacon	128	Vendido	
L7	1992	Jardim Bela Vista	29	Vendido	**Total: 168**
L8	**1992**	**Vila Mendes**	**10**	**Vendido**	
L9	1992	Brasil Novo	1179	Vendido	**Total: 2279**
L10	**1992**	**Parque Bandeirantes**	**30**	**Vendido**	
L11	1992	Jardim Marisa	130	Vendido	T. geral: 2447
L12	**1992**	**Parque Alvorada I**	**6**	**Vendido**	
L13	**1992**	**Jardim Cinquentenário**	**28**	**Vendido**	
L14	1992	Jardim Morada do Sol	500	Vendido, DRU	
L15	**1992**	**Parque Furquim III**	**59**	**Vendido**	
L16	1992	Ana Jacinta - Sindicato	193	Vendido	
L17	**1993**	**Jardim Planaltina**	**58**	**Vendido**	
L18	**1993**	**Jardim Santa Mônica**	**23**	**DRU**	
L19	**1993**	**Jardim São Bento**	**10**	**DRU**	
L20	1993	Jardim Sumaré	41	DRU	
L21	**1993**	**Jardim Nova Planaltina**	**40**	**DRU**	
L22	**1993**	**Parque Furquim IV**	**41**	**DRU**	
L23	**1993**	**Vila Centenário**	**5**	**Vendido**	
L24	**1994**	**Parque Alvorada III**	**14**	**DRU**	
L25	**1994**	**Parque Alvorada II**	**39**	**DRU**	
L26	**1994**	**Jardim Cobral**	**24**	**Vendido**	
L27	**1994**	**Vila Rainho**	**21**	**DRU**	
L28	**1994**	**Jardim Iguaçu**	**42**	**DRU**	
L29	**1994**	**Vila Líder**	**16**	**DRU**	**Total: 429**
L30	1994	Jardim São Paulo	18	DRU	**Total: 3749**
L31	1994	Jardim Paraíso	53	DRU	
L32	**1994**	**Jardim Everest**	**20**	**DRU**	T. geral: 4178
L33	**1994**	**Jardim São Francisco**	**15**	**DRU**	
L34	1994	Jardim Monte Rey	15	DRU	
L35	1995	Jardim Eldorado	8	DRU	
L36	1995	Brasil Novo-Q-55	74	DRU	
L37	1995	Jardim Humberto Salvador	1686	DRU	
L38	1996	Pq. Res. Augusto de Paula	354	DRU	
L39	1996	Francisco Belo Galindo	725	DRU	
L40	1996	Parque Alexandrina	147	DRU	
L41	1996	Parque José Rotta	406	DRU	
L42	**1996**	**Jardim Santa Fé**	**61**	**DRU**	
L43	1996	Parque Shiraiwa I	30	DRU	
L44	1996	Parque Shiraiwa II	32	DRU	
L45	1996	III Milênio	160	_ _	

Em vermelho: Lotes urbanizados;
Em negrito: Urbanização de favelas;
Período em marrom: Implantados ao longo do mandato do Prefeito Paulo Constantino (1989 a 1992);
Período em tom de palha: Implantados ao longo do mandato do Prefeito Agripino de Oliveira Lima (1993 a 1996), que, além da concessão dos lotes por Direito Real de Uso (DRU), também tendeu a utilizar glebas de terras maiores para os projetos de desfavelamento;
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente; Silva (2005); Fernandes (2001).
Org. Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Esse aumento no nível de segregação imposta foi viabilizado a partir de uma intensificação de projetos de desfavelamento coordenados pelo poder público municipal e, mais especificamente, ao longo dos mandatos dos Prefeitos Paulo Constantino (1989 a 1992) e Agripino de Oliveira Lima (1993 e 1996).

Tais projetos atingiram, em maior ou menor medida, todos os setores do espaço urbano, inclusive, o setor sul, o qual, também se apresentava com áreas de favelização (SILVA, 2005, p. 47 et seq).

As favelas de Presidente Prudente começaram a se formar desde o final da década de 1950 e se ampliaram de modo mais expressivo ao longo da década de 1970. A partir de levantamentos de campo realizados pela Prefeitura Municipal em 1989, havia um total de 42 núcleos em situação irregular, no entanto, com um acentuado grau de integração à malha urbana compacta (SILVA, 2005, p. 48).

Exceção feita ao setor sul, uma expressiva parcela dos moradores de áreas favelizadas foi deslocada para o anel periférico do espaço urbano, sobretudo, nos setores norte e leste, como mencionado.

De um modo geral, além da precariedade em termos de condições de infraestrutura urbana e acentuado grau de descontinuidade territorial com o tecido urbano compacto, os projetos de urbanização de favelas e lotes urbanizados apresentaram algumas diferenças.

No mandato de Paulo Constantino, tais projetos caracterizaram-se pela modalidade de comercialização dos lotes e por um grau mais acentuado de dispersão envolvendo, sobretudo, os setores oeste, norte e leste.

Já, no mandato de Agripino Lima, os projetos, totalizando uma quantidade mais expressiva de lotes, caracterizaram-se pela modalidade de concessão por direito real de uso e maior nível de concentração destes nos setores norte e leste.

Além disso, os projetos implantados no setor norte (mais especificamente, Jardim Humberto Salvador, Augusto de Paula, Parque Alexandrina e Residencial Francisco Belo Galindo), também se caracterizaram pelas grandes dimensões de área ocupada.



Fotografia 18 (08/2012) Presidente Prudente: Jardim Humberto Salvador. Destaque para o padrão construtivo popular das habitações. Trata-se de pequenos núcleos habitacionais que foram paulatinamente ampliados ao longo do tempo.



Fotografia 19 (08/2012) Presidente Prudente: Parque Alexandrina. Destaque para o padrão construtivo popular das habitações, edificadas em regime de autoconstrução neste espaço segregado.

Nesse sentido, a década de 1990 tornou-se bastante representativa de um aumento de ocorrências e grau de complexidade dos processos de segregação socioespacial o que, em grande medida, acentuou o gradiente de polarização socioeconômica entre o setor sul (área de maior concentração dos espaços autossegregados) e os demais setores do espaço urbano, sobretudo, os setores norte e leste e envolvendo as principais áreas atualmente sujeitas a processos de segregação imposta, conforme representação no Mapa 16.

A partir do ano de 1999 e se estendendo até a atualidade, intensificam-se os processos de implantação e ocupação de espaços autossegregados no setor sul, além da Rodovia Raposo Tavares. Por iniciativas do Grupo Encalso e em área contígua ao Parque Residencial Damha I, foram implantados mais quatro *habitat* urbanos desse tipo. Trata-se do Parque Residencial Damha II, Residencial Beatriz, Village Damha e Parque Residencial Damha III.

Com exceção do Residencial Beatriz, tais espaços autossegregados caracterizam-se pelas grandes dimensões de área intramuros e por áreas mais amplas e maior número de equipamentos voltados ao lazer dentro dos muros.

Já no prolongamento da Avenida Coronel José Soares Marcondes, foram implantados os espaços autossegregados Golden Village, pela incorporadora Golden Par, e Quinta das Flores, através da parceria Construmaya e Construtora Campoy.

Tais *habitat* urbanos caracterizam-se por oferecer lotes com tamanhos médios superiores a 500 m^2 e, portanto, estabelecem tamanhos médios de lotes superiores que aqueles relativos aos espaços autossegregados implantados pelo Grupo Encalso.

Por outro lado, o setor noroeste e, mais especificamente, ao longo da Avenida Salim Farah Maluf e seu prolongamento (qual seja, a Rodovia Arthur Boigues Filho que dá acesso ao Município de Álvares Machado), também se caracterizou como uma nova tendência de implantação de espaços autossegregados. Dois destes se destacam por apresentarem níveis mais expressivos de ocupação.

Trata-se do Residencial Portinari, implantado pela Incorporadora Matsuda, e Porto Seguro Residence, implantado pela Incorporadora Mampei Funada. Além disso, o Residencial Portinari diferencia-se em relação ao Porto Seguro Residence, na medida em que oferece, aos seus moradores, lotes com um tamanho médio maior, ou seja, 390 m^2, ante os 260 m^2 relativos ao Porto Seguro Residence.

2.3.3. Aspectos recentes envolvendo a diversificação dos conteúdos do anel periférico

Retomando a perspectiva teórica - apresentada no Capítulo 1 - e a produção do espaço urbano de Ribeirão Preto e Presidente Prudente - apresentada ao longo deste Capítulo - a análise das práticas espaciais dos citadinos entrevistados entre 2013 e 2015 realizou-se com base no mapa teórico-conceitual da tese, apresentado na Caixa 1, a partir do qual se apresenta como síntese de articulações do contexto gerador da fragmentação

socioespacial nestas duas cidades podendo estender-se, no todo ou em parte, a outras cidades médias do Estado de São Paulo e do Brasil (conforme a realização de novas pesquisas e, tendo em vista, o tipo de abordagem ou proposição teórico-metodológica utilizada).

Conforme o mapa teórico-conceitual, as práticas espaciais voltadas ao consumo cotidiano do espaço urbano mantêm interdependência relacional com o *habitus* territorial, que se traduz pelo sistema de preferências espaciais (re) constituído, a partir da perspectiva proposta por Benevolo (2001), no tempo de curta e média duração, advindas do conjunto de experiências individuais e/ou articuladas a coletivos mais amplos.

Nesse sentido, o acionamento das práticas espaciais (tanto no plano efetivo, quanto no plano discursivo) tem como ponto de partida, o *habitus* territorial o que se aproxima, portanto, das proposições teóricas de Bourdieu (1996; 2007), mas que se insere dentro de um aspecto qualitativo novo, ou seja, tratando-se de tendências de realização de práticas espaciais a partir de um sistema de preferências de consumo do espaço de um determinado segmento socioeconômico inserido em contextos de *habitat* urbanos específicos (espaços autossegregados, espaços segregados e determinados espaços integrados).

Além disso, o compartilhamento de experiências e a efetividade das práticas espaciais, por vezes submetidas ou sujeitas, na perspectiva de Svampa (2001), Gomes (2002) e Frois (2011), aos mecanismos de controle socioespacial (incluso, aqueles exercidos nos planos de determinados *habitat* urbanos e áreas centrais, nos marcos da defesa de interesses de determinados grupos) podem tanto reforçar, quanto promover mudanças do *habitus* territorial.

No que tange às articulações entre o consumo cotidiano de determinados *habitat* urbanos e áreas centrais gestam-se retroalimentações entre *habitus* territoriais e práticas espaciais e que, apoiando-se nas argumentações de Raffestein (1993, p. 158-161), Saquet (2007, p. 129) e Dal Pozzo (2012), sintetizam-se em expressões de territorialidades que, do ponto de vista dos conteúdos socioeconômicos predominantes, tendem a se segmentar.

Já na articulação entre os planos de curta e média duração, o adensamento de tais territorialidades transmuta-se em territórios (RAFFESTEIN, 1993, p. 8) que se confrontam (HAESBAERT, 2010, p. 89) e, por vezes (considerando a perspectiva do compartilhamento espacial entre distintos segmentos socioeconômicos), sobrepõem-se a outros territórios.

Essa perspectiva de “sobreposição” territorial torna-se válida na medida em que, em uma mesma porção do espaço urbano ou, ainda, nos limites de um grande equipamento

urbano, verificam-se expressões de uma “sociabilidade segmentada”, nos termos propostos por Sobarzo (2004).

A expressividade de tais territórios, nesse sentido, pode evidenciar dinâmicas de fragmentação socioespacial. No caso dos segmentos de mais alto poder aquisitivo, moradores de espaços autossegregados e de determinados espaços integrados, trata-se de um nível mais avançado de segmentação socioeconômica do consumo produzindo-se os territórios que se identificam, de modo preponderante, com a elite. Particularmente aos moradores de espaços autossegregados, trata-se dos “territórios de autossegregação”, segundo o mapa teórico-conceitual da tese (Caixa 1).

Diferentemente dos espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, os espaços autossegregados, em consonância com os processos de autossegregação analisados por Souza (2000, p. 197-200), Sposito (2003a; 2004, p. 389 et seq), Corrêa (2005, p. 64-65) e Sposito e Góes (2013), tendem a contribuir de modo mais efetivo à fragmentação socioespacial, uma vez que a presença dos muros, o controle de acesso e o monitoramento dos fluxos, impedem uma lógica de livre circulação e apropriação desses espaços (JANOSCHKA e GLASZE, 2003).

Com a intencionalidade de se expandir segmentações para além dos espaços autossegregados (e de determinadas parcelas de espaços integrados), tais lógicas ampliam-se de modo a envolver áreas centrais.

Na medida em que as práticas espaciais dos sujeitos envolvidos nesse processo são avaliadas, torna-se possível caracterizar a condição à qual a fragmentação socioespacial se expressa.

Orientando-se pela perspectiva territorial de Haesbaert (2010, p. 79, 306), a realização de práticas espaciais que se distribuem, preponderantemente, dentro de um determinado setor do espaço urbano (e, portanto, combinando proximidade espacial com alto grau de mobilidade espacial propiciado pelo uso preponderante do automóvel particular), pode expressar uma fragmentação socioespacial que se estabelece em rede.

Já a circunscrição de práticas espaciais dentro de uma porção muito mais reduzida do espaço urbano (combinando não apenas proximidade espacial, mas também, contiguidades territoriais entre local de moradia e grandes estabelecimentos comerciais e de serviços) como, por exemplo, aquela que se realiza junto ao Complexo de Alphaville, na Região metropolitana de São Paulo ou, ainda, no contexto da Vila do Golfe, em Ribeirão Preto, pode expressar uma fragmentação socioespacial que se estabelece por área.

Por outro lado, a fragmentação socioespacial também pode estabelecer-se considerando os espaços segregados, incluso, aqueles nos quais também envolvem áreas de favelização controladas por narcotraficantes.

Nesse sentido, Souza (2008), ao analisar as práticas do narcotráfico realizadas na cidade do Rio de Janeiro observa que, de um modo geral, a área de influência dos narcotraficantes tendem a ultrapassar os limites territoriais da favela, na qual se realiza a comercialização de entorpecentes e, deste modo:

> Sob a égide e a batuta desse "poder paralelo" que é o tráfico de drogas, um "*nómos* paralelo" se estabelece nos espaços por ele territorializados. Regras e normas são estabelecidas, ditadas pelos chefes locais; regras e normas que, acima de tudo, visam ao controle do comportamento e dos movimentos dos moradores com o fito de garantir a segurança e a tranquilidade dos negócios: o "toque de recolher", referente à proibição de circular pela favela em determinados momentos ou a partir de um dado horário, ilustra cabalmente o ponto. Por vezes, e com frequência cada vez maior a partir dos anos 90, o poder discricionário dos traficantes extrapola os limites da favela; por exemplo, quando, em sinal de luto ou protesto pela morte de algum comparsa, os criminosos ordenam que o comércio da "cidade formal" nas proximidades da favela feche as portas por um período determinado, (...). Esse poder discricionário dos chefetes do tráfico de varejo constitui um dos mais fortes sintomas de que a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade é um fenômeno que não se deixa reduzir, simplesmente, à segregação residencial (SOUZA, 2008, p. 68).

Com base nesse conjunto de aspectos (e de acordo com os interesses econômicos do narcotráfico) trata-se de uma dinâmica de refuncionalização das favelas e áreas mais próximas de modo a se projetarem como "subsistemas fechados". Por meio de deste mecanismo de controle espacial, interfere-se na livre circulação de seus moradores, sobretudo, no que se refere à diminuição do potencial de interação espacial entre esses subsistemas (SOUZA, 2006, p. 489-490).

Nesse sentido, inserem-se a articulação de dois aspectos para se avaliar a real extensão da fragmentação socioespacial, no contexto da territorialização de áreas de segregação imposta em Ribeirão Preto e Presidente Prudente:

1º. A produção de eixos comerciais e de serviços com níveis mais expressivos de centralidade urbana e que, portanto, servem às demandas de consumo das famílias moradoras em espaços segregados;

> 2º. As estratégias de segurança e monitoramento dos fluxos imputados por um *modus operandi* do narcotráfico[41] que, não apenas se inserem de modo efetivo na extensão de área ocupada pelo espaço segregado (à qual deve tendencialmente expressar-se como subsistema fechado), mas que, em geral, também se estendem a determinadas porções de espaços integrados, voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo, mais próximas. Além disso, (e com a conivência e afastamento da Polícia Militar), a submissão aos acordos tácitos entre narcotraficantes e moradores de espaços segregados e de determinadas porções de espaços integrados mais próximos, configura uma fragmentação socioespacial com características particulares, mas que se expressam, predominantemente, por área.

A partir da análise das entrevistas com moradores de espaços segregados em Presidente Prudente, e de espaços segregados/integrados, vizinhos de favelas controladas por narcotraficantes, em Ribeirão Preto, esses acordos tácitos envolvem o afastamento dos serviços da Polícia Militar, tanto em relação às rondas ostensivas, quanto por meio de se evitar a realização de chamadas voltadas ao registro de ocorrências policiais, em geral, relacionadas a certos tipos de crimes contra a pessoa e o patrimônio, tendo em vista, garantir o pleno funcionamento dos pontos de venda de entorpecentes.

Como outra ponta desse acordo tácito e, em substituição aos serviços da Polícia Militar, os líderes do narcotráfico comparecem, em geral, como agentes que realizam a mediação de conflitos, e que também se empenham na busca por “soluções”, sobretudo, no que tange aos crimes contra o patrimônio.

Esse tipo de mecanismo de controle socioespacial, por vezes somados a contextos de estigmatizações socioespaciais e descontinuidades territoriais, tende a não favorecer um maior nível de interação socioespacial com o conjunto da cidade.

Considerando essas perspectivas, a fragmentação socioespacial se expressa a partir da formação de distintos territórios urbanos que, não apenas não valorizam a diversidade socioespacial - uma vez que, na relação entre *habitus* territoriais e práticas espaciais, torna-se possível estabelecer articulações entre espaços residenciais e espaços de consumo representativos de tendências de segmentação socioeconômica -, mas que também perspectivam a manutenção das iniquidades socioespaciais.

---

[41] Durante as realizações de trabalhos de campo em Ribeirão Preto, foi emblemático o fato de sermos abordados por jovens que, tanto comercializavam substâncias psicoativas ilícitas, quanto nos questionavam sobre os reais motivos de estarmos percorrendo o local de moradia deles e por eles monitorados. Além disso, em pontos estratégicos, sobretudo, junto aos principais acessos aos espaços segregados e próximos às favelas, identificamos, em diversas oportunidades, a presença de jovens com a função de monitorar, por meio de comunicações via telefone celular, a circulação de automóveis considerados suspeitos.

Feito essas ponderações com base no mapa teórico-conceitual da tese, nos resultados obtidos com a pesquisa atual e, apoiando-se nas pesquisas realizadas por Amendola (2000), Sposito (2003b; 2007b), Dal Pozzo (2011) e Sposito e Góes (2013, p. 101-131), é preciso destacar ainda que, durante as últimas décadas, tem-se verificado uma tendência de diversificação dos conteúdos dos aneis periféricos das cidades médias, a partir da implantação e ocupação de novos *habitat* urbanos (em especial, os espaços autossegregados) e novas áreas centrais, por meio das quais, também se expressam pela tendência de segmentação socioeconômica do consumo do espaço urbano.

Em relação à pesquisa realizada em Ribeirão Preto e Presidente Prudente, ampliou a implantação e efetiva ocupação de espaços autossegregados no eixo sul de expansão dessas duas cidades médias, voltados a segmentos médios e de alto poder aquisitivo.

Em Ribeirão Preto, essas formas residenciais concentram-se além do Anel Viário Contorno Sul, até envolver o Distrito de Bonfim Paulista, como já ressaltado. Após o ano 2000, essa tendência se manteve, no entanto, foi expressivo o processo de ocupação dos vazios urbanos, em parte, decorrente da expressiva implantação de espaços autossegregados de pequeno porte, voltados a segmentos médios e de alto poder aquisitivo, em áreas próximas, ou em contiguidade à pista norte do Anel Viário Contorno sul e, mais especificamente, na extensão de área compreendida entre as Avenidas Presidente Vargas e Maurílio Biagi.

Em Presidente Prudente, numa primeira fase de implantação, tais *habitat* urbanos concentraram-se no eixo mais imediato de expansão sudoeste, além do Córrego do Veado e a partir da implantação do Parque do Povo.

Após o ano 2000, tenderam a se concentrar mais expressivamente no setor sul, além da Rodovia Raposo Tavares. Mais recentemente e, em menor medida, tais formas também tenderam a se concentrar na porção noroeste, em direção ao Município de Álvares Machado.

Em relação ao eixo sul das expansões urbanas mais recentes dessas duas cidades médias, este tem sido alvo de uma clara preferência pela implantação de grandes equipamentos comerciais e de serviços. Em Presidente Prudente, é nele que se localiza o Prudenshopping, o Parque Shopping Prudente e mais cinco supermercados, sendo que três deles são hipermercados associados a grandes capitais nacionais e internacionais.

Em Ribeirão Preto, além dos *Shopping Centers* (Santa Úrsula, no Jardim Higienópolis e integrado ao Centro principal, Ribeirão Shopping, na Avenida Presidente Vargas, próximo ao Anel Viário Contorno Sul, e Novo Shopping a sudeste, contíguo à

Rodovia Anhanguera) e hipermercados já implantados no eixo sul, também foi inaugurado, em setembro de 2013, o *Shopping center* "Iguatemi Ribeirão Preto"[42] e que, associado ao Megacomplexo imobiliário Vila do Golfe, foi construído além do Anel Viário Contorno Sul.

Em relação às novas expressões de multi e policentralidades de Ribeirão Preto após a implantação do Ribeirão Shopping no setor sul e suas sucessivas expansões - sendo que a última delas culminou com a inauguração (em setembro de 2013) do Shopping Iguatemi - diversos equipamentos comerciais e de serviços voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo tenderam a se instalar ao longo de algumas das principais avenidas que servem o setor sul.

Como exemplos desses equipamentos, há o Mercadão da Cidade, inaugurado em 2008, novas unidades de hipermercados dos grupos Savegnado, Carrefour e Pão de Açúcar e Extra, restaurantes sofisticados, concessionárias de veículos importados (ao longo das Avenidas Wladimir Meirelles Ferreira e João Fiusa) e novas unidades de agências bancárias que reúnem os correntistas com as maiores contas (FIGUEIRA, 2003, p. 135-138).

Com exceção dos espaços autossegregados Central Park Residence, Jardim Morumbi, Jardim João Paulo II, Village Damha e Parque Residencial Damha I, em Presidente Prudente, e com exceção dos espaços autossegregados localizados na Vila do Golfe e nos limites estabelecidos pelo Anel Viário Contorno Sul, em Ribeirão Preto, as concentrações de atividades comerciais e de serviços nas proximidades mais imediatas às portarias dos demais espaços autossegregados não são expressivas.



Fotografia 20 (08/2012) Presidente Prudente: Estabelecimento privado de ensino básico localizado em contiguidade com o Central Park Residence. Juntamente com o Colégio Anglo Prudentino, localizado próximo ao Jardim Morumbi, tais estabelecimentos de ensino privado atendem, potencialmente, demandas dos moradores de espaços autossegregados do setor sul.

[42] TESTA, Fernanda. Inauguração do Shopping Iguatemi amplia mercado de luxo em Ribeirão. **G1 – Ribeirão Preto e Franca**. 30 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/09/inauguracao-do-shopping-iguatemi-amplia-mercado-de-luxo-em-ribeirao.html>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Do ponto de vista relacional da diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial e com base nos resultados obtidos com o desenvolvimento do Capítulo 2 e a análise das entrevistas dos citadinos, há articulação com os termos estabelecidos por Corrêa (2007). Para este autor, trata-se de um conjunto de processos espaciais que, ao longo do tempo (e pela ação sistemática dos agentes de produção do espaço urbano), viabilizaram alterações nas dinâmicas de produção da cidade e que, no plano das práticas espaciais, nos termos defendidos nesta tese, contribuíram para intensificar a segmentação socioespacial.

A partir desse conjunto de argumentações, torna-se possível estabelecer algumas considerações mais específicas no contexto da articulação entre processos e práticas espaciais contemporâneas desempenhadas pelos citadinos de Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

Apoiando-se nas argumentações de Dupuy (1995), as distâncias espaciais estabelecidas com algumas das principais áreas centrais tendem a se relativizar, não apenas pelas dimensões de área ocupada por Ribeirão Preto e Presidente Prudente, as quais são comparativamente menores que àquelas relativas aos espaços urbanos metropolitanos, mas também, pela tendência de: - aumento do grau de mobilidade propiciado pela ampliação do uso de transportes automotivos particulares; - diversificação dos conteúdos do anel periférico, por vezes, possibilitando estabelecer proximidade, no tempo e/ou no espaço (e propiciado por facilidades ao acesso de vias de circulação rápidas), entre *habitat* urbanos e novas áreas centrais.

Além disso, a necessidade de um maior nível de mobilidade dos segmentos de menor poder aquisitivo tende a comparecer como imposição frente à premente busca por produtos e serviços com melhores preços o que, em certa medida, também contribui para favorecer uma maior apreensão do espaço urbano em sua diversidade e, mais especificamente, considerando uma maior frequência e permanência, no que tange aos usos e consumo no/do Centro principal.

Por outro lado, somando-se às questões envolvendo maior inserção em dinâmicas de autossegregação e obtenção de maiores níveis de segurança, os segmentos de mais alto poder aquisitivo, diante de um maior poder em reorganizar a vida diária de modo a estabelecer proximidades espaciais entre local de moradia e principais locais voltados ao consumo de bens e de serviços, tendem a se distinguir (e, relativamente, se afastar) dos demais segmentos, uma vez que dispondo de maiores condições socioeconômicas em acompanhar as mudanças decorrentes da aceleração contemporânea, tendem a distribuir o

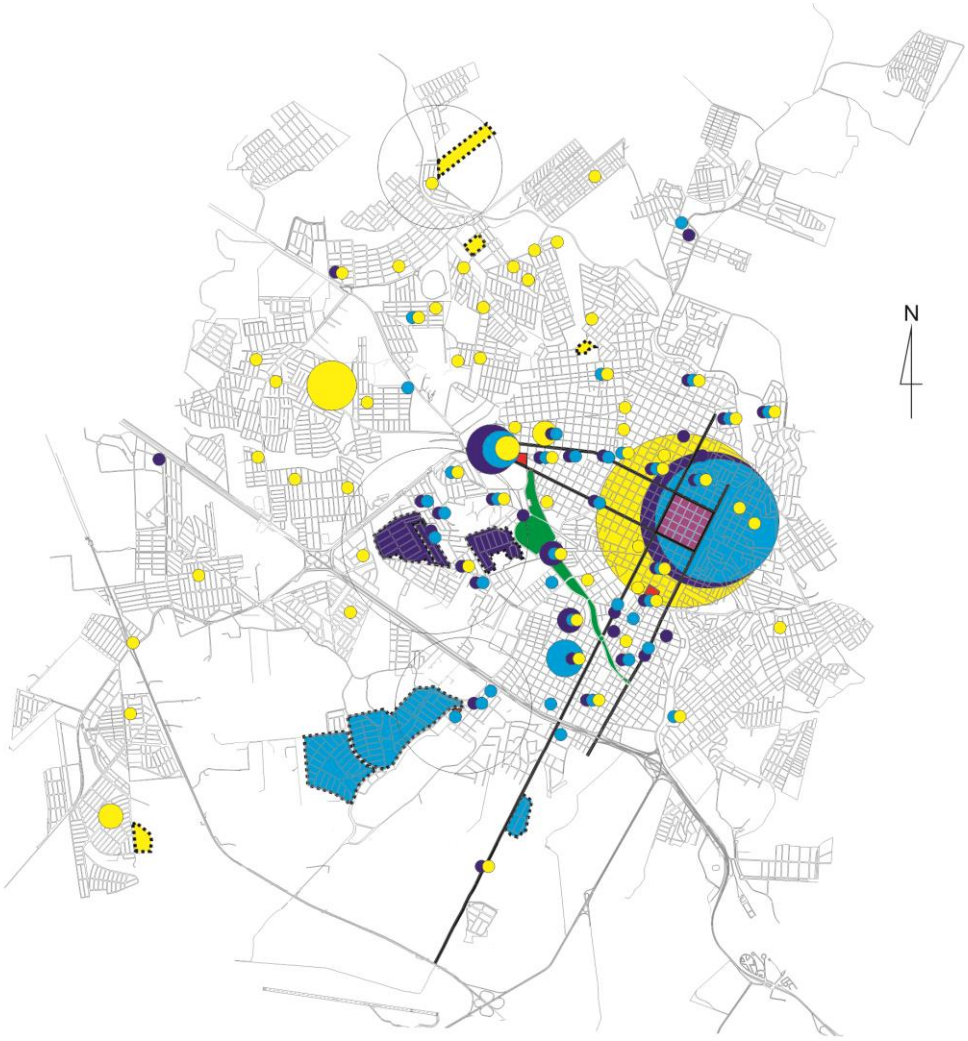
conjunto de suas práticas espaciais de modo a circunscrevê-las em porções mais bem delimitadas (ou, em geral, em um único setor) do espaço urbano. Como uma das consequências, reduz-se o poder de apreensão do espaço urbano em sua diversidade.

Com base nesses aspectos (e com ênfase na análise dos processos de produção de distintos *habitat* urbanos, realizada neste Capítulo) os processos de diferenciação e segregação socioespacial de Ribeirão Preto e Presidente Prudente já demonstravam, sobretudo a partir do último quartel do Século XX, algumas tendências e desdobramentos das dinâmicas de fragmentação socioespacial que tenderam a se acentuar após o ano 2000.

Diante desse maior dinamismo da fragmentação socioespacial e, em detrimento da (ainda que, em alguns casos, vinculando-se à) diferenciação socioespacial, também houve um reforço (além de relações de complementaridade) com o processo de segregação socioespacial.

Para efeito de comparação com os resultados finais obtidos com a pesquisa atual, na pesquisa realizada em Dal Pozzo (2008), da qual se extraiu o Mapa 17, as práticas espaciais dos moradores dos espaços autossegregados (em especial, aqueles que estabelecem moradias no Central Park Residence, Jardim Morumbi, Jardim João Paulo II, Parque Residencial Damha e Parque Residencial Damha II, destacadas em tons de azul no Mapa 17), tenderam a revelar um expressivo uso e consumo de algumas parcelas da cidade.

Mapa 17. Presidente Prudente
Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer, 2007

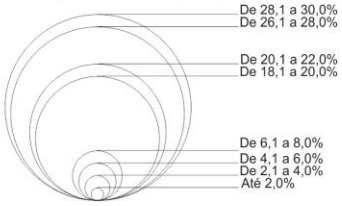


LEGENDA

Locais de realização de atividades urbanas pelos moradores de loteamentos fechados e condomínios horizontais do:

- Grupo 1 (18%)*
- Grupo 2 (26%)*
- Grupo 3 (14%)*

Distribuição das indicações por grupo



- Loteamentos fechados do grupo 1
- Loteamentos fechados do grupo 2
- Condomínios horizontais do grupo 3

- Centro
- Parque do Povo
- Shopping Centers
- Principais Vias

*Percentual de localização difusa não representada

**As esferas sem cor de preenchimento referem-se às atividades gerais realizadas no entorno dos loteamentos fechados ou condomínios horizontais e têm, como centro de circunferência, a portaria do empreendimento mais antigo de cada agrupamento.

***Em dados absolutos, a respectiva representação cartográfica demonstra a espacialização de 1871 indicações espaciais assim distribuídas: 604 indicações para o agrupamento 1, 708 indicações para o agrupamento 2 e 559 indicações para o agrupamento 3. Cada distribuição equivale a 100% dos dados relativos (fracionados para cada agrupamento) em escalas gradativas de acordo com as respectivas indicações espaciais.

ESCALA GRÁFICA
0 500 1000 2000 m

Base Digital: SMPDU - 2005
Fonte: Pesquisa de campo - abril a Junho de 2007
Org.: Clayton Dal Pozzo, 2007

Referimo-nos às proximidades mais imediatas aos espaços autossegregados e ao longo das principais avenidas que proporcionam acesso ao Centro, a partir do setor sul (Avenidas Washington Luís, Manoel Goulart, Coronel José Soares Marcondes e Brasil) e daquelas que circundam o Parque do Povo (Avenidas 11 de Maio e 14 de Setembro).

Além disso, no plano de um maior nível de segmentação socioeconômica atual dos equipamentos comerciais e de serviços, distribuem-se, ao longo desses eixos viários, uma expressiva parcela das agências bancárias que reúnem os correntistas com maiores contas[43], além de lojas de decoração e de móveis sofisticados, boutiques de grife, além de delicatéssens e rotisserias com oferta de bebidas e produtos alimentícios nacionais e importados.

Trata-se, portanto, da produção de áreas centrais de Presidente Prudente que cada vez mais se segmentam para atender, preponderantemente, o consumo cotidiano dos segmentos de mais alto poder aquisitivo.

Para a elaboração do Mapa 17 levou-se em consideração as informações obtidas a partir de 48 questionários[44] do primeiro grupo (Jardim Morumbi, Central Park Residence e Jardim João Paulo II), 59 questionários do segundo grupo (Parque Residencial Damha I, Parque Residencial Damha II e Golden Village) e 45 questionários do terceiro grupo (Condomínio Jardim Bela Vista, Residencial Esmeralda, condomínio Residencial Primavera e Residencial Saint Moritz) e, nesse sentido, a amostra obtida, para cada um dos grupos, variou entre dez a 15 por cento.

Além disso, os condomínios horizontais do terceiro grupo referem-se à implantação de unidades habitacionais de pequeno porte, em geral, voltados aos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo.

Os Condomínios horizontais Jardim Bela Vista (implantado em 2004) e Residencial Esmeralda (Implantado em 2006) foram aprovados na modalidade do Programa de Arrendamento Residencial, do Governo Federal. O Condomínio Residencial Primavera foi implantado, em 2006, na modalidade "Financiamento de Imóveis na Planta ou em Construção", também do Governo Federal.

Por fim, o Residencial Saint Moritz, implantado em 2006, caracterizou-se como o único condomínio desse grupo, viabilizado, tão somente, pela iniciativa privada (DAL POZZO, 2008, p. 59-60).

---

[43] Agência "Estilo" no caso do Banco do Brasil, "Personnalité' no caso do Banco Itaú, "Prime" do Bradesco etc.

[44] O questionário utilizado na obtenção das informações para a elaboração do Mapa 17, pode ser consultado, integralmente, no Anexo 2.

Relativo aos moradores dos condomínios horizontais, voltados aos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo (Grupo 3), e conforme análise do Mapa 17, a fragmentação socioespacial não se verificou, na medida em que houve uma expressiva distribuição das práticas espaciais envolvendo diversos setores do espaço urbano e, em especial, no centro principal.

No entanto, as práticas espaciais dos sujeitos autossegregados pertencentes aos segmentos de mais alto poder aquisitivo (Grupos 1 e 2) tendeu a contribuir, mais expressivamente, para fomentar expressões de multicentralidade urbana que se desenvolveram em eixo, mas também, para fomentar policentralidades e, mais especificamente, aquelas que se expressam a partir do uso e consumo do Prudenshopping (Shopping de maior porte de Presidente Prudente, inaugurado em 1990 e localizado na confluência das Avenidas Manoel Goulart e Washington Luís) e, em menor medida, do Parque Shopping Prudente (de menor porte, inaugurado em 1986 e localizado na Vila São Jorge e mais ao sul de Centro principal).

Nesse sentido, evidenciou-se uma fragmentação socioespacial em rede para os moradores dos espaços autossegregados, considerando a preponderante distribuição de suas práticas espaciais de modo a circunscrevê-las, preponderantemente, ao longo de eixos viários das áreas mais centrais e do setor sul (incluso, aqueles que circundam o Parque do Povo), e nas proximidades mais imediatas ao local de moradia deles.

Os resultados obtidos em Dal Pozzo (2008), para Presidente Prudente, são importantes na medida em que se possibilita confrontá-los com a atual tendência de fragmentação socioespacial que se expressa nesta cidade e que, sob certos aspectos em termos de tipos e intensidades, também se diferencia das tendências de fragmentação, observadas em Ribeirão Preto.

Com base nisto, apresenta-se no contexto do Capítulo 3 a seguir, uma análise mais aprofundada sobre os mecanismos de controle socioespacial, e no tocante às práticas espaciais voltadas à segmentação do consumo de bens e de serviços, incluso, o lazer, dos entrevistados, moradores de espaços autossegregados e segregados e de determinados espaços integrados que guardam semelhanças com os dois primeiros tipos de *habitat* urbanos indicados.

CAPÍTULO 3

Habitus territoriais, práticas espaciais e a cidade: Tendências de fragmentação socioespacial

3.1. Apresentação do quadro de entrevistas

Entre 2013 e 2015 foi realizado um total de 95 entrevistas, dos quais 66 são moradores de Ribeirão Preto (Quadro 1) e 29 de Presidente Prudente (Quadro 2). As entrevistas foram realizadas tanto no local de moradia, quanto no local de trabalho dos entrevistados seguindo um roteiro, apresentado no Anexo 1, que contemplou os objetivos da tese e aqueles propostos pelo Projeto Temático: "Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: Cidades médias e consumo", fomentado pela FAPESP, ao qual se associa a pesquisa que gerou esta tese. Já os locais de moradia aproximados dos entrevistados estão apresentados no Mapa 18 (para Ribeirão Preto) e 19 (para Presidente Prudente).

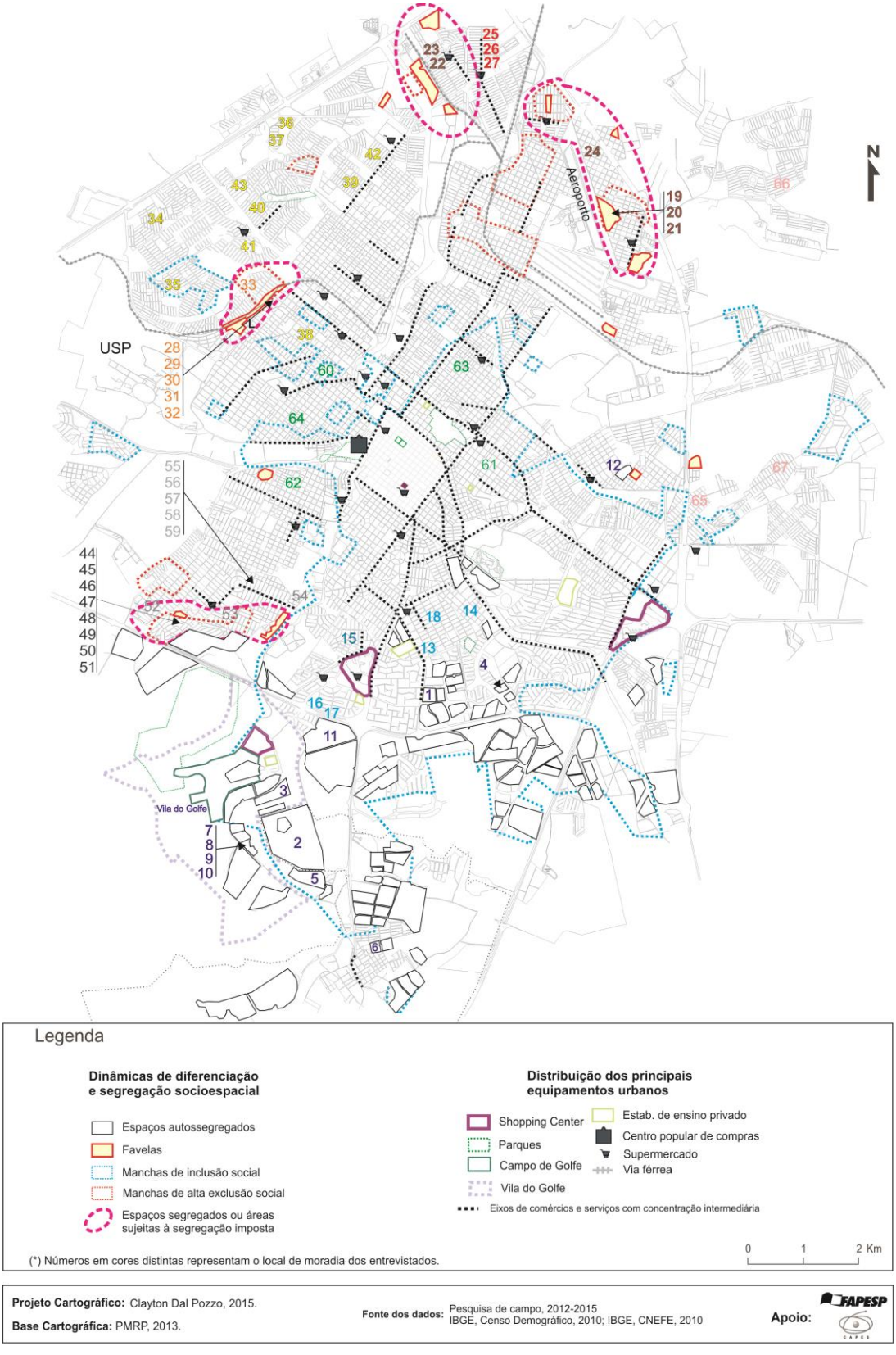
Quadro 1. Ribeirão Preto: Perfil dos entrevistados

	Habitat / Setor	Nome*, Gênero e Idade	Profissão	Situação civil	Posição família	Renda aprox.	Nível Escolar	Local de Residência
1	EA / S	Alexandre/M/65	Industrial	Casado	Pai	50.000,00	EMC	Morro do Ipê
2	EA / S	Álvaro/M/47	Médico	Casado	Pai	15.000,00	ESC	Cond. Royal Park
3	EA / S	Armando/M/74	Adv. aposentado	Casado	Pai	15.000,00	ESC	Resid. Quinta do Golfe
4	EA / S	Bernardo/M/37	Eng. agrônomo	Casado	Pai	10.000,00	ESC	Cond. Jardim Botânico
5	EA / S	Breno/M/35	Anal. de sistemas	Casado	Pai	10.000,00	PG	C. Bosque das Colinas
6	EA / S	Bruno/M/61	Repres. comercial	Casado	Pai	10.000,00	ESC	Cond. Topázio
7	EA / S	Carlos/M/33	Biólogo	Solteiro	Só	6.000,00	PG	Cond. Recantos do Sul
8	EA / S	Célio/M/37	Exec. de vendas	Casado	Pai	5.000,00	PG	Cond. Recantos do Sul
9	EA / S	Cristiana/F/32	Professora	Casada	Mãe	5.000,00	ESC	Cond. Recantos do Sul
10	EA / S	Donizete/M/39	Comerciante	Casado	Pai	5.000,00	EMC	Cond. Recantos do Sul
11	EA / S	Denise/F/52	Dona de casa	Casada	Mãe	5.000,00	EMC	Cond. Nova Aliança Sul
12	EA / L	Douglas/M/49	Eng. Agrônomo	Casado	Pai	9.000,00	ESC	C. Cidade da Criança
13	EI / S	Ênio/M/21	Dir. de empresa	Solteiro	Filho	55.000,00	ESI	Av. João Fiusa (Apart.)
14	EI / S	Elisa/F/33	Médica	Solteira	Só	25.000,00	ESC	B. Santa Cruz (Apart.)
15	EI / S	Emerson/M/32	Comerciante	Casado	Pai	8.000,00	EMC	Jd. Califórnia (Apart.)
16	EI / S	Fábio/M/37	Ger. comercial	Solteiro	Filho	6.000,00	PG	Jd. N. Aliança (Apart.)
17	EI / S	Fernando/M/42	Comerciante	Casado	Pai	6.000,00	EMC	Jd. N. Aliança (Apart.)
18	EI / S	Francisco/M/52	Motorista	Solteiro	Só	2.500,00	ESI	Jd. Irajá
19	ES / N	Gabriela/F/24	Dona de casa	Amasiada	Mãe	1.200,00	EFI	Favela Jd. Aeroporto
20	ES / N	Gilda/F/36	Manicure	U. Estável	Mãe	1.600,00	EMC	Favela Jd. Aeroporto
21	ES / N	Helena/F/34	Gari e comerc.	Amasiada	Mãe	2.000,00	EFI	Favela Jd. Aeroporto
22	ES / N	Heloísa/F/27	Op. de caixa	Amasiada	Mãe	2.500,00	EMC	C. H. Adelino Simioni
23	ES / N	Hebe/F/37	Fiscal de caixa	Casada	Mãe	6.000,00	EFC	C. H. Adelino Simioni
24	ES / N	Iara/F/25	Operadora caixa	Solteira	Filha	4.500,00	EMC	C. H. Salgado Filho I
25	EI / N	Ivanildo/M/37	Pintor	Casado	Pai	2.000,00	EMC	C. H. Quintino Face II
26	EI / N	Isidoro/M/40	Vendedor	Casado	Pai	3.000,00	EMC	C. H. Quintino Face II
27	EI / N	Joel/M/34	Empresário	Casado	Pai	10.000,00	ESC	C. H. Quintino Face II

28	ES / NO	Juliana/F/77	Aposentada	Solteira	Mãe	1.000,00	S.E.	Alto do Ipiranga
29	ES / NO	Janaína/F/50	Dona de casa	Solteira	Mãe	1.100,00	EFI	Alto do Ipiranga
30	ES / NO	Kátia/F/63	Faxineira	Casada	Mãe	1.200,00	EFI	Alto do Ipiranga
31	ES / NO	Karen/F/23	Assist. financeiro	Solteira	Filha	2.000,00	ESI	Alto do Ipiranga
32	ES / NO	Lauro/M/26	Comerciante	Casado	Pai	2.500,00	EFI	Alto do Ipiranga
33	ES / NO	Larissa/F/63	Dona de casa	Casada	Mãe	2.000,00	EMI	Jd. Emir Garcia
34	EI / NO	Gilmara/F/24	Estudante Direito	Solteira	Filha	900,00	ESI	Jd. Eugênio Lopes
35	EI / NO	Letícia/F/55	Gari	Divorciada	Mãe	1.200,00	EFI	Jd. Dr. Paulo Gomes
36	EI / NO	Keila/F/35	Faxineira	Casada	Mãe	1.500,00	EFI	Jd. Orestes L. Camargo
37	EI / NO	Marcos/M/39	Montador	Casado	Pai	2.500,00	EMC	Jd. Orestes L. Camargo
38	EI / NO	Marcela/F/37	Autônoma	Solteira	Só	2.500,00	EFI	Ipiranga
39	EI / NO	Marília/F/19	Vendedora	Solteira	Filha	3.000,00	EMC	Jd. Presidente Dutra II
40	EI / NO	Nilo/M/52	Mototaxista	Casado	Pai	3.500,00	EMC	C. H. Joaquim Procópio
41	EI / NO	Nilson/M/47	Vendedor	Separado	Pai	4.500,00	EMC	Planalto Verde
42	EI / NO	Norberto/M/26	Vendedor	Solteiro	Filho	5.000,00	EMC	Geraldo C. de Carvalho
43	EI / NO	Osvaldo/M/39	Vendedor	Casado	Pai	5.000,00	EMC	Parque das Figueiras
44	ES / SO	Olga/F/52	Ajud. de cozinha	Casada	Mãe	700,00	EFI	Jd. Progresso
45	ES / SO	Orlando/M/35	Ajud. de pedreiro	Separado	Pai	1.000,00	EMI	Jd. Progresso
46	ES / SO	Paula/F/30	Serviços gerais	Casada	Esposa	1.100,00	EFC	Jd. Progresso
47	ES / SO	Pâmela/F/55	Comerciante	Casada	Mãe	1.500,00	EMC	Jd. Progresso
48	ES / SO	Patrícia/F/42	Comerciante	Casada	Mãe	2.000,00	EFC	Jd. Progresso
49	ES / SO	Quésia/F/27	Aux. de cozinha	Solteira	Filha	2.000,00	EFC	Jd. Progresso
50	ES / SO	Queila/F/18	Comerciante	Amasiada	Mãe	4.000,00	EMC	Jd. Progresso
51	ES / SO	Rafaela/F/18	Vendedora	Amasiada	Mãe	2.600,00	EMI	Jd. Maria da Graça
52	ES / SO	Renata/F/28	Comerciante	Casada	Mãe	4.000,00	ESC	Jd. Marchesi
53	ES / SO	Rodrigo/M/26	Op. Máq. / Atend.	Amasiados	Pais	2.100,00	EMC	Vila Guiomar
54	EI / SO	Sabrina/F/23	Promotora	Solteira	Filha	2.000,00	EMC	Parque Ribeirão Preto
55	EI / SO	Selma/F/36	Gari	Amasiada	Mãe	1.900,00	EFI	Parque Ribeirão Preto
56	EI / SO	Solange/F/48	Faxineira	Solteira	Mãe	1.500,00	EFI	Parque Ribeirão Preto
57	EI / SO	Tânia/F/54	Serviços gerais	Separada	Mãe	748,00	EMC	Parque Ribeirão Preto
58	EI / SO	Taís/F/29	Prom. de vendas	Solteira	Só	700,00	EMC	Parque Ribeirão Preto
59	EI / PC	Tiago/M/46	Médico	Solteiro	Filho	20.000,00	ESC	Sumarezinho
60	EI / PC	Úrsula/F/38	Gerente comercial	Divorciada	Filha	10.000,00	PG	Jd. Paulista (Apart.)
61	EI / PC	Ubiratan/M/43	Vendedor	Casado	Pai	7.000,00	EMC	Vila Virgínia
62	EI / PC	Valdir/M/19	Vendedor	Solteiro	Filho	4.000,00	ESI	Campos Eliseos
63	EI / PC	Vicente/M/49	Mototaxista	Casado	Pai	1.800,00	EFI	Vila Tibério
64	EI / L	Valquíria/F/64	Gari	Divorciada	Só	1.200,00	EFI	Vila Abranches
65	EI / L	Valério/M/29	Aux. Produção	Amasiado	Pai	1.560,00	ESC	Ribeirão Verde
66	EI / L	Vilmar/M/39	Motorista	Divorciado	Pai	1.700,00	EFC	Parque São Sebastião

(*) Tendo em vista salvaguardar a identificação dos entrevistados, os nomes apresentados são fictícios.
EFI: Ensino fundamental incompleto; EFC: Ensino fundamental completo; EMI: Ensino médio incompleto; EMC: Ensino médio completo; ESC: Ensino superior completo; PG: Pós-graduação; S.E.: Sem escolarização.
(EA) Espaços autossegregados; (ES) Espaços segregados; (EI) Espaços integrados.
(PC) Próximo ao Centro principal.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013 - 2015.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Mapa 18. Ribeirão Preto
Localização aproximada das habitações dos entrevistados, 2015



Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

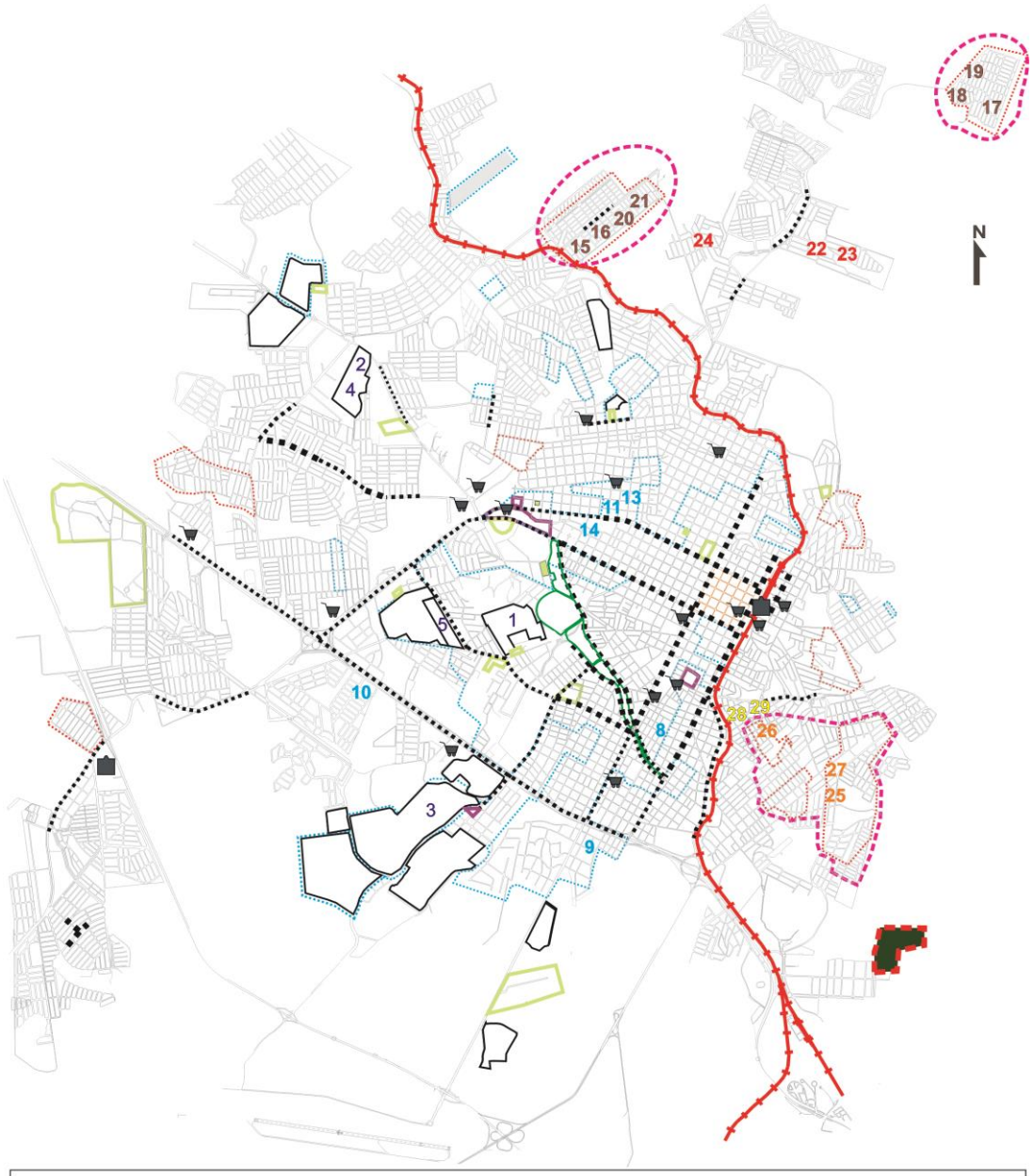
Apoio: FAPESP CAPES

Quadro 2. Presidente Prudente: Perfil dos entrevistados

	Habitat / Setor	Nome*, Gênero e Idade	Profissão	Situação civil	Posição família	Renda aprox.	Nível Escolar	Local de Residência
1	EA / S	Amanda/F/55	Corr. seguros	Casada	Mãe	17.500,00	ESC	Jd. João Paulo II
2	EA / NO	Anderson/M/36	Cons. tribut.	Casado	Pai	10.000,00	PG	Cond. Porto Seguro
3	EA / S	Benjamin/M/52	Eng. civil	Casado	Pai	8.000,00	PG	Pq. Res. Damha I
4	EA / NO	Bianca/F/43 Bento/M/43	Empresários	Casados	Pais	8.000,00	EMC	Cond. Porto Seguro
5	EA / S	Carla/F/53	Dentista	Casada	Mãe	5.000,00	ESC	Cond. Jd. Morumbi
6	EI / S	Camila/F/66	P. univ. apos	Casada	Mãe	18.000,00	PG	Jd. João Paulo II (Ap.)
7	EI / S	Diego/M/58	Gerente apos.	Casado	Pai	9.000,00	PG	Jd. Petrópolis
8	EI / S	Débora/F/43	Professora	Viúva	Mãe	8.000,00	PG	Vila Cristina
9	EI / S	Eliana/F/61	P. univ. apos.	Casada	Mãe	7.500,00	ESC	Parque Higienópolis
10	EI / S	Emília/F/24	Téc. Adm.	Casada	Mulher	3.500,00	ESC	Residencial Florenza
11	EI / OC	Fabrício/M/46	Prof. univ.	Casado	Pai	9.000,00	PG	Jd. Paulista
12	EI / OC	Fabíola/F/23	Est. pós-grad.	Solteira	República	1.300,00	ESC	Jd. Santa Helena
13	EI / OC	Gilson/M/32	Assist. adm.	Solteiro	Filho	1.100,00	ESC	Jd. Paulista
14	EI / OC	Graziela/F/25	Fisioterapeuta	Solteira	República	650,00	PG	Jd. Santa Helena
15	ES / N	Helen/F/31	Téc. Adm.	Casada	Mãe	1.100,00	EMC	Jd. Humberto Salvador
16	ES / N	Izadora/F/63	Dona de casa	Viúva	Mãe	1.600,00	EFI	Jd. Humberto Salvador
17	ES / N	Isabela/F/34 Iago/M/34	Dona de casa Gesseiro	Casados	Pais	2.000,00	EMC/FC	Francisco B. Galindo
18	ES / N	Jussara/F/58	Doméstica	Casada	Mãe	2.200,00	EMC	Jd. Morada do Sol
19	ES / N	Juliano/M/58	Motorista	Casado	Pai	2.500,00	EFI	Jd. Morada do Sol
20	ES / N	Letícia/F/21 Luana/F/40	Manicure Dona de casa	Amasiada	Filha Mãe	2.500,00	EMC(F)	Jd. Humberto Salvador
21	ES / N	Márcio/M/42	Téc. Inform.	Casado	Pai	3.000,00	EMC	Jd. Humberto Salvador
22	EI / N	Mônica/42	Dona de casa	Casada	Mãe	1.200,00	EFC	Parque Alexandrina
23	EI / N	Natan/M/62 Neusa/F/53	Eletricista Dona de casa	Casados	Pais	3.700,00	EFC/FI	Parque Alexandrina
24	EI / N	Otília/F/50	Confeiteira	Casada	Mãe	5.000,00	EMC	Jd. Watal Ishibashi
25	ES / L	Olívia/F/29	Téc. Adm.	Solteira	Filha	1.100,00	ESC	Jd. Santa Mônica
26	ES / L	Paloma/F/44	Vendedora	Separada	Mãe	1.200,00	EFC	Vila Líder
27	ES / L	Pedro/M/40	Func. Público	Casado	Pai	4.000,00	EMC	Jd. São Bento
28	EI / L	Roberta/F/59	Aposentada	Casada	Mãe	2.000,00	EMI	Vila Brasil
29	EI / L	Sérgio/M/54 Tainá/F/42	Engenheiro civil Aux. enfermagem	Casados	Casal	7.200,00	ESC	Vila Brasil

(*) Tendo em vista salvaguardar a identificação dos entrevistados, os nomes apresentados são fictícios.
EFI: Ensino fundamental incompleto; EFC: Ensino fundamental completo; EMI: Ensino médio incompleto; EMC: Ensino médio completo; ESC: Ensino superior completo; PG: Pós-graduação.
(EA) Espaços autossegregados; (ES) Espaços segregados; (EI) Espaços integrados.
(OC) A oeste do Centro principal.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013 - 2015.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Mapa 19. Presidente Prudente
Localização aproximada das habitações dos entrevistados, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Centro
- Shopping Center
- Parque do Povo
- Aterro sanitário
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos com elevada concentração de comércios e serviços
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

0 0,5 1 Km

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: SMPDU, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP

Tais entrevistas foram realizadas com base em roteiro (apresentado no Anexo 1), com 67 questões distribuídas em seis blocos: A. Perfil do Entrevistado; B. Motivação; C. O que compram e a frequência das compras; D. Onde compram (espaços e tipos de estabelecimentos); E. Como se locomovem; F. Como faz suas compras de bens e serviços; e, por fim, G. Mudanças nos últimos anos e perspectivas de futuro para o consumo familiar.

De acordo com os objetivos da pesquisa, as entrevistas foram realizadas com moradores dos espaços autossegregados, espaços segregados e dos espaços integrados localizados, preferencialmente, em contiguidade aos dois primeiros tipos de *habitat* urbanos citados e desde que guardassem semelhanças com estes, tanto do ponto de vista do conteúdo socioeconômico predominante, quanto do padrão construtivo das habitações.

Além disso, também foram realizadas entrevistas juntos a espaços integrados localizados em proximidade ao Centro principal. No caso de Presidente Prudente, tais locais também estabelecem certo grau de proximidade com o setor sul.

Já para a delimitação dos espaços segregados, representados nos Mapas 18 e 19 e em mapas anteriores, levou-se em consideração um conjunto de fatores. Em Presidente Prudente, a delimitação dos três espaços segregados justifica-se, em primeiro lugar, por se localizarem além da linha férrea, que é um dos principais elementos estruturadores do processo de segmentação socioespacial desta cidade média. Além disso, caracterizaram-se, inicialmente, a partir de programas municipais de desfavelamentos e lotes urbanizados com precários níveis de infraestrutura urbana.

A partir da análise dos microdados por setores censitários dos dois últimos Censos Demográficos do IBGE (2000 e 2010), apresentada no Apêndice II, essas áreas também se caracterizam por possuírem os mais elevados níveis de exclusão social, comparativamente aos demais setores.

Dois dos espaços segregados localizam-se no setor norte. O primeiro, relativamente mais integrado ao tecido urbano, estabelece-se a partir dos loteamentos Jardim Humberto Salvador e Conjunto Habitacional Augusto de Paula. O segundo, com expressiva descontinuidade territorial ao tecido urbano compacto, delimitam-se a partir dos loteamentos Jardim Morada do Sol e Parque Residencial Francisco Belo Galindo.

O terceiro localiza-se no setor leste e envolve diversos loteamentos, incluso o Jardim Santa Mônica, a Vila Líder e o Jardim São Bento, locais de moradia de nossos entrevistados.

Além da acentuada declividade da área na qual está esse espaço segregado, também há proximidade com o aterro controlado de Presidente Prudente em processo de

desativação. Uma entre as consequências dessa proximidade, de acordo com um de nossos entrevistados, é o não favorecimento à implantação de novos estabelecimentos comerciais e de serviços nesta área segregada, ao mesmo tempo em que também se intensificam as dinâmicas de estigmatização socioespacial.

Já em Ribeirão Preto, foram identificados quatro espaços segregados que também se caracterizam a partir de um alto nível de exclusão social, conforme análise realizada no Apêndice II.

Além disso, tais espaços, além de possuírem habitações com padrões construtivos de popular a precário, também são representativos das principais áreas de favelização atualmente existentes.

A primeira delas, localizada no setor norte, envolve uma parcela do Conjunto Habitacional Adelino Simione e o conjunto de favelas que estabelecem contiguidade a esse conjunto habitacional.

A segunda, também localizada no setor norte, porém, imediatamente a leste do Aeroporto Leite Lopes, estabelece-se a partir dos loteamentos Jardim Salgado Filho, Jardim Aeroporto, Parque Industrial Avelino Palma. Além disso, também envolve as favelas localizadas em contiguidade a esses espaços residenciais.

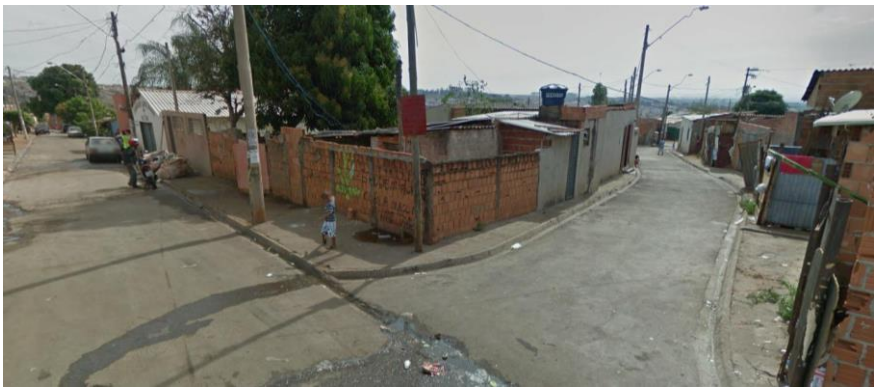


Fotografia 21 (08/2012) Ribeirão Preto: Jardim Aeroporto. Trata-se de um dos acessos à Favela da Mata, localizada em continuidade a este espaço segregado.

O terceiro espaço segregado localiza-se no setor noroeste e, mais especificamente, em uma porção do Bairro Alto do Ipiranga e Jardim Emir Garcia. Tal área também envolve a Favela dos trilhos e a Nova Monte Alegre (antiga favela Monte Alegre – SBT).



Fotografia 22 (08/2011) Ribeirão Preto: Favela dos Trilhos. Destaque para o baixo padrão construtivo das habitações e condições infraestruturais precárias. Fotografia extraída do Google Earth.



Fotografia 23 (07/2015) Ribeirão Preto: Nova Monte Alegre. Trata-se de antiga área de favelização, denominada Monte Alegre - SBT, à qual passou pelo processo de “reurbanização de favelas” a partir da parceria COHAB – RP e Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Destaque para o baixo padrão construtivo das habitações. Fotografia extraída do Google Earth.

O quarto espaço segregado localiza-se no setor sudoeste e envolve o Jardim Progresso e seu entorno mais imediato, de modo a abranger alguns conjuntos habitacionais e duas áreas de favelização (Núcleo João Sujo e Andradas). Trata-se, portanto, de uma perspectiva de análise da fragmentação socioespacial que não se restringe, tão somente, aos espaços autossegregados.



Fotografia 24 (08/2012) Ribeirão Preto: Jardim Progresso. Destaque para o precário padrão construtivo das habitações. Mais a esquerda, ao longo da área arborizada, mas, fora do campo de visualização da fotografia, localiza-se o muro do Condomínio Quinta da Boa Vista B.



Fotografia 25 (08/2012) Ribeirão Preto: Área de favelização contínua ao Jardim Progresso. Destaque para o baixo padrão construtivo das habitações e precariedade, em termos de infraestrutura e serviços urbanos.



Imagem 9 (2015) Ribeirão Preto: Jardim Progresso e Condomínio Quinta da Boa Vista B. Destaque para a contiguidade territorial e contrastes, no que se refere à dimensão de área ocupada e padrão construtivo das habitações, entre estes dois distintos *habitat* urbanos. Imagem extraída do Google Earth.

Com algumas exceções, as entrevistas foram organizadas por grupos de *habitat* urbanos setorizados (conforme Quadro 1 e Quadro 2), de modo a favorecer a comparação das práticas espaciais dos citadinos, representados nos Mapas 20 ao 35 e Mapas 36 e 37 (sendo que estes dois últimos, sintetizam a distribuição das práticas espaciais dos citadinos entrevistados), por meio dos quais as áreas descritas nos parágrafos anteriores também poderão ser reconhecidas.

Em Ribeirão Preto, foram definidos dez grupos que se distinguem por cores, assim distribuídos: dois grupos relativos aos espaços autossegregados (azul escuro) e espaços integrados do setor sul (azul claro); dois grupos de espaços segregados (marrom) e integrados do setor norte (vermelho); dois grupos de espaços segregados (laranja) e integrados (amarelo) no setor noroeste; dois grupos de espaços segregados (cinza escuro) e integrados (cinza claro) no setor sudoeste; um grupo de espaços integrados próximos ao centro (verde) e, por fim; outro grupo relativo aos espaços integrados do setor leste (rosa).

Em Presidente Prudente, foram organizados seis grupos. Enquanto o primeiro mescla entrevistas realizadas com moradores de espaços autossegregados do setor sul e noroeste (azul escuro), o segundo mescla entrevistas em espaços integrados do setor sul e localizados a oeste do Centro principal (azul claro). Dois grupos de espaços segregados (marrom) e integrados (vermelho) localizam-se no setor norte e, por fim, outros dois grupos de espaços segregados (laranja) e integrados (amarelo) localizam-se no setor leste.

As numerações da primeira coluna dos Quadros 1 e 2, às quais também se diferenciam por cores segundo cada grupo, identificam a localização da moradia do entrevistado, representadas nos Mapas 18, para Ribeirão Preto, e Mapas 19, para Presidente Prudente.

Essa proposta de definição de grupos de *habitat* setorizados e que se distinguem por cores facilita, em grande medida, a análise das distribuições das práticas espaciais definidas, na perspectiva representacional dos Mapas 20 ao 37, como “indicações espaciais”.

Ainda que uma análise mais aprofundada das entrevistas confirmem algumas tendências de fragmentação socioespacial, as práticas espaciais representadas nos Mapas 20 ao 37 devem ser analisadas com uma ressalva.

Trata-se da distribuição das indicações espaciais (*locus* nas quais se desempenham as práticas espaciais), pois, baseiam-se em dados absolutos obtidos e que, somado ao grau de desequilíbrio do número de entrevistas de alguns setores, não favorece um nível de comparação representacional mais apurado e detalhado do fenômeno estudado.

Contudo, tais aspectos podem ser superados pela realização de novas entrevistas em curso, sobretudo, em Ribeirão Preto, no âmbito do Projeto Temático ao qual o desenvolvimento desta tese vincula-se, como já destacado.

3.2. Perspectivas motivacionais: As práticas espaciais do consumo segmentado

3.2.1. Edificação e valorização imobiliária em espaços autossegregados e espaços segregados

Em relação às transações para a compra das habitações dos entrevistados, em geral, eles iniciam pela aquisição do lote para a posterior edificação. Em relação ao início e término das obras de edificação, os moradores dos espaços autossegregados levaram, de um modo geral (e, salvo exceções, como o caso de Amanda [nove anos para concluir a habitação]), de um a dois anos para concluir e realizar a mudança para a nova habitação.

> *Primeiro foi o terreno. Adquirimos o terreno (...). Ficamos sabendo através de uma colega de escola de minha esposa, de uma professora, e daí nós adquirimos o terreno e depois nós construímos. Depois de um tempo, um ano, um ano e pouco, nós construímos (Anderson, 36 anos, consultor tributário, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente, morador desde 2010).*

> *Nós compramos o terreno parcelado. Depois de dois anos foi liberado para construir. Aí a gente começou a construir e demorou dois anos para terminar a construção (Bento, 43 anos, empresário, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente, morador desde 2010).*

> *Nós fizemos a planta e fomos construindo aos poucos. No entanto a gente comprou o terreno em 2010 e levamos quase dois anos para construir. O terreno, quando eu comprei, eu paguei 130 mil reais. Nos últimos três anos, essa região de Ribeirão Preto valorizou muito e o condomínio também. De conversas que a gente tem até pelo investimento que fizemos em toda a construção, eu acredito que a casa deve valer em torno de oitocentos mil reais (Breno, 35 anos, analista de sistemas, Bosque das Colinas, Ribeirão Preto).*

No caso dos moradores dos espaços segregados, o regime adotado, de um modo geral, foi a partir da autoconstrução. Além dos depoimentos de Luana e Márcio (ambos moradores do Jardim Humberto Salvador) para a obtenção da moradia, em regime de autoconstrução, também se destacam as falas de Olívia e Jussara:

Acho que, na época, meu pai trabalhava. Primeiro pagou o terreno e depois foi construindo ele próprio. O terreno foi pago à vista e a construção ia fazendo conforme a renda ia entrando (Olívia, 29 anos, agente técnica administrativa, Jardim Santa Mônica, Presidente Prudente).

Fizemos quatro cômodos com laje e entramos nela sem reboco, sem nada e fomos fazendo. Fazem vinte anos que estamos lá graças a Deus. Fomos rebocando e já está terminada. O bairro também melhorou bastante. Era um bairro muito feio de primeiro (Jussara, 58 anos, doméstica, Jardim Morada do Sol, Presidente Prudente).



Fotografia 26 (08/2012) Presidente Prudente: Padrão construtivo das habitações do Jardim Morada do Sol. Destaque para as descontinuidades territoriais ao tecido urbano compacto, pois, ao fundo, observam-se propriedades rurais que separam esta área do conjunto da cidade.

Tanto para os moradores dos espaços autossegregados, quanto os moradores dos espaços segregados, a aquisição da nova habitação representou um ótimo negócio em decorrência da valorização imobiliária, ainda que tal valorização possa variar de acordo com a localização da habitação na área loteada.

De qualquer modo, tal valorização foi e tem sido muito mais expressiva nos espaços autossegregados, como se pode verificar, a partir do confronto entre os depoimentos de Amanda, que mora em um espaço autossegregado, e Márcio, morador de um espaço segregado.

> *(...) nós compramos o terreno em 1987. Nós conseguimos um preço super bacana. Nós demos o nosso carro, e mais um pouquinho. Naquela época a gente tinha um Monza usado e mais um pouquinho de dinheiro nós compramos esse terreno. (...). O terreno houve uma valorização. A diferença é muito grande como no nosso caso, a gente pegou um carro médio, que não era zero - e hoje um carro médio novo vale uns setenta a oitenta mil reais, vamos dizer - se fosse hoje seria cerca de uns oitenta mil reais, e hoje assim, foi uma explosão! Eles falam de um terreno de quatrocentos a quinhentos mil reais. Hoje, no meu lugar, aqui nessa rua, tem diferença de preço. Aí já é mais! Hoje é entorno de 600 mil reais um terreno (Amanda, 55 anos, corretora de seguros, Jardim João Paulo II, Presidente Prudente).*

> *Bom até antes de acontecer isso ai [referindo-se às melhorias em termos de acessibilidade e a uma tendência de diminuição dos processos de estigmatização social, relativos ao Jardim Humberto Salvador] já estava valorizando o local. Hoje o pessoal até monta um salão para vender e o pessoal vem atrás. Antes uma casa que era quarenta mil e hoje está em torno de oitenta a cem mil reais, então, assim: Está valorizando sim! Porque todo bairro, no começo, é complicado. Não tem nada e é difícil. Mas agora o pessoal está valorizando a parte do comércio. Está engatinhando ainda, mas vai chegar lá! [Hoje você teria condições de comprar o imóvel?] Hoje eu não teria condições não! Já me ofereceram noventa e cem mil do jeito que está minha casa. E olha que nem está acabada ainda! Tem dono de mercado que tem casa aqui e o pessoal oferece para eles... Ainda mais eu dizendo que estamos bem localizados. Estamos no alto, no miolo do bairro! Toda hora você ouve falar: Casa de oitenta, noventa, cem mil reais, dependendo do lugar, e se a casa estiver bem completa (Márcio, 42 anos, técnico de informática, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

Trata-se da produção de dois tipos de *habitat* urbanos bastante representativos das atuais disparidades socioespaciais e que se acentuam, tendo em vista, um intenso processo de valorização imobiliária no interior dos espaços autossegregados.

Como destaca Silva (2005, p. 14917), em sua análise sobre a articulação entre novas centralidades urbanas e implantação de espaços autossegregados na cidade de Londrina – PR, trata-se de *"uma estratégia de valorização que propicia elevados rendimentos, constituindo mais elementos para a discussão sobre a tendência de ruptura das relações pessoais entre diferentes perfis sociais"*.

Num contexto de acentuada valorização imobiliária, apenas uma parcela dos moradores de espaços autossegregados entrevistados, como Anderson e o casal Bianca e Bento, todos moradores do Condomínio Porto Seguro, teria condições, ainda com maior ou menor grau de dificuldade, de comprar novamente a sua respectiva habitação.

Ainda com uma valorização muito menor, comparativamente aos espaços autossegregados, uma expressiva parcela dos moradores de espaços segregados entrevistados, encontrar-se-iam em condições financeiras pouco satisfatórias, caso fosse necessário adquirir novamente, a atual habitação.

3.2.2. Estratégias e tensões envolvendo a busca por segurança no espaço residencial

No que tange aos espaços autossegregados, as justificativas para a escolha dos novos locais de moradia nesse tipo de *habitat* urbano estão apoiadas, essencialmente, na busca por mais segurança, a partir da qual, como destaca Souza e Compans (2009) e Sposito e Góes (2013), é constantemente alimentada pela mídia, à qual:

> (...) tem tido papel preponderante nessa tendência de associar a vida urbana à violência, ao mediar as relações entre violência real e violência representada, haja vista o espaço cada vez maior ocupado pelo "noticiário policial" nos veículos de comunicação. Por outro lado, transposições são feitas por quem vende e por quem compra esses novos produtos imobiliários, sem a necessária distinção ou vinculação espacial, na medida em que, se há "violência" em alguma cidade brasileira, ela poderá, a qualquer momento, acometer qualquer morador de qualquer cidade, o que contribui para a representação de uma violência difusa (...) (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 290).

Em complemento a esses aspectos:

> (...) a mídia, comumente, se encarrega de amplificar e retroalimentar o medo. O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência – da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carro de passeio blindados a armas, de "condomínios exclusivos" aos serviços de firmas de segurança particular) (SOUZA, 2998, p. 30).

Geralmente associado à busca por mais segurança, também comparecem outros motivos como: Tranquilidade proporcionada pelo relativo afastamento do centro principal; Espaço mais amplo para a criação dos filhos; Conforto; Aumento de renda familiar e Privacidade (DAL POZZO, 2008; 2011).

Em relação ao movimento de busca por mais segurança, o depoimento de Amanda (55 anos, corretora de seguros, Jardim João Paulo II) se insere no contexto de implantação dos primeiros espaços autossegregados de Presidente Prudente:

> *Nosso sonho era muito antigo, desde 1982. (...). Nossa vontade apareceu primeiro no Condomínio Morumbi. Então nós fomos até lá ver o Morumbi, mas o Morumbi estava muito além das nossas possibilidades e quando surgiu o Jardim João Paulo II, por volta de 1984 nós também viemos visita-lo, só que nós estávamos pagando o apartamento que a gente comprou na planta, então, nós só conseguimos comprar um terreno aqui em 1987. Compramos e já fizemos a planta logo em seguida e começamos devagar. E nesse fazendo aqui de vagar, aí começou a historia do Collor e tivemos que parar. Que foi em 1990. Então nosso foco foi desde 1987 até 1996. Foram nove anos para a gente*

> *concluir. (...). Nós queríamos morar em um condomínio fechado. Porque nós morávamos no Jardim Bongiovani e a gente tinha tido já algumas surpresas. Roubaram duas vezes bicicleta nossa no quintal: Botijão de gás, garrafas, coisas assim. Mas a gente achava que era... A gente queria uma coisa assim, onde as crianças pudessem brincar na rua. Segurança! [Algum desses roubos foi presencial?] Não, só escutamos a pessoa levando engradado de bebida. Então, a segurança naquela época... A gente chegava de madrugada de um baile e a gente olhava para os lados. Nós não tínhamos controle remoto e a gente sempre tinha receio, (...) muito medo, então, dali que surgiu a vontade de morar em um lugar mais seguro, porque o Central Park veio bem depois. Era só o Jardim Morumbi.*

Já para Cristiana, com motivação mais ou menos semelhante, a mudança para o Condomínio Recantos do Sul, em Ribeirão Preto, representou uma forma de se evitar assaltos e, portanto, uma busca contínua por mais segurança.

Essa mudança, comparativamente ao local de moradia anterior (no qual, é dotado de um maior nível de centralidade urbana) também veio acompanhada de uma maior dificuldade de se obter acesso fácil e rápido a estabelecimentos comerciais e de serviços voltados ao consumo cotidiano. Em outros termos, Cristiana mudou-se do Bairro Ipiranga:

> *(...) por segurança! Na casa que eu morava, eu fui assaltada três vezes e aí a gente resolveu vender lá. Era do meu pai. Vendi e dividi com a minha irmã, que ele já havia deixado para a gente, e eu perdi também meu pai ano passado. Daí a gente ganhou um seguro de vida e fomos buscar uma coisa para a nossa filha, que é a segurança, e viemos para cá. Nós queríamos um condomínio mesmo.*
> *(...).*
> *Eu acho que perto até tem bastante coisa [referindo-se a estabelecimentos comerciais e de serviços no entorno do Condomínio Recantos do Sul]. Como no Ipiranga, que eu morava, tinha tudo muito próximo. Eu ia ao mercado a pé. Eu morava próximo à Avenida Américo Batista e tem bastante coisa ali, mas mesmo a Avenida Dom Pedro I, não era tão longe. É que eu tenho muita preguiça. Se eu não comprar pão no horário que eu estou na rua, eu não saio de manhã para procurar uma padaria. Eu acho mais fácil entrar numa padaria do que entrar em um supermercado para comprar pão, entendeu? Uma padaria daqui é muito distante e eu sinto falta. Tem um posto que a gente pode comprar um pão ali, mas não é a mesma coisa. A gente usa o Supermercado Pão de Açúcar [referindo-se àquele localizado na Vila do Golfe]. A gente vai bastante lá para comprar algumas coisas, porque para fazer compra eu faço em Bonfim Paulista, que eu acho mais perto. Eu gosto de comprar legumes em varejão, que eu acho mais fresco do que em mercado. Até pelo preço também. Então eu vou a Bonfim Paulista, não compro no Pão de Açúcar (Cristiana, 32 anos, Professora, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*

Com o uso expressivo do automóvel particular, por meio do qual, potencializa-se a relatividade das distâncias espaciais nestas duas cidades médias (relatividade esta que é mais expressiva em Presidente Prudente do que em Ribeirão Preto, devido a menor extensão de área ocupada por esta primeira cidade média), o poder de escolha de onde e como morar dos segmentos de mais alto poder aquisitivo, em geral, tende a estar vinculado

às questões envolvendo o estabelecimento de um maior nível de segurança (familiar e patrimonial).

Com base na premente necessidade de se obter maiores níveis de segurança, Bauman (2007) ressalta que:

> As ameaças reais ou supostas ao corpo e à propriedade do indivíduo estão se tornando rapidamente considerações importantes quando se avaliam os méritos ou as desvantagens de um lugar para viver. Elas também ganharam a posição mais elevada na política de marketing imobiliário. A incerteza do futuro, a fragilidade da posição social e a insegurança existencial (...) tendem a se concentrar nos alvos mais próximos a se canalizar para as preocupações com a proteção pessoal; os tipos de preocupações que, por sua vez, se transformam em impulsos segregacionistas/exclusivistas (...) (BAUMAN, 2007, p. 83).

Em alguns dos espaços integrados localizados próximo ao Centro e, sobretudo, no Bairro Campos Elíseos, há depoimentos de que tem havido um aumento dos níveis de insegurança por consequência de uma maior presença de moradores de rua e de um aumento de crimes contra o patrimônio. Tais fatores têm influenciado no aumento de dispositivos de segurança. Como relata Valdir:

> *(...) posto policial também tem próximo, mas a segurança nos Campos Elíseos mudou muito. Tem muitos moradores de rua que antigamente não tinha. Porque os Campos Elíseos agora tem o brejo que eles falam que é mais perto do rio ali [referindo-se à porção oeste do Bairro Campos Elíseos, nos limites do Córrego Ribeirão Preto]. Ali mora muito morador de rua. Isso acaba atrapalhando bem. (...). O Campos Elíseos tem o seguro mais caro de Ribeirão. (...). Andam roubando muitas casas, carro. Até cadeira se você deixar lá fora, eles levam embora... Coisas pequenas, assim, são mais moradores de rua. Agora, coisas grandes, por exemplo, casa, carro, são esses de outros bairros que vêm roubar no Campos Elíseos. (...). Na casa onde a gente se mudou, tinha um portãozinho de acesso em cima. Dava para pular, entrar, se ladrão quisesse pular. Aí a gente comprou sistema de segurança para fechar aquela parte. Se deixar aberto, entra mesmo. Se não colocar cerca elétrica na casa também, ladrão pula. Mesmo com a cerca elétrica, ele corta. (...). Na rua da minha avó, onde a gente mora, todo mundo conhece todo mundo. Então, isso é um lado bom! Se tiver uma pessoa estranha, avisa: Olha! Tem uma pessoa estranha. Liga para a polícia! Vai-se viajar? Deixa avisado. É sempre bom. Acho que em todo lugar tem que ser assim. Vai viajar e volta para casa, não tem mais nada. Não tem televisão, carro, mais nada! (Valdir, 19 anos, vendedor, Campos Elíseos, Ribeirão Preto).*

As estratégias adotadas envolvendo a “vigilância coletiva” como desdobramento de relações de confiança e respeito de determinada vizinhança, nos termos propostos por Jacobs (2011) e retratadas por Valdir (e também por Joel, morador do Conjunto Habitacional Quintino Face II em Ribeirão Preto, e por Juliano, morador do Jardim Morada do Sol em

Presidente Prudente), são retomados ao que Newman (1996) denominou de “espaço defensável”, a partir do qual, pode ser traduzido como um esforço coletivo de um grupo de moradores vizinhos, no que tange às ações de vigilância e monitoramento dos fluxos (de automóveis e pedestres), sobretudo aqueles em que possam revelar comportamentos suspeitos.

Os objetivos relacionados a este espaço defensável envolvem a prevenção de crimes e o aumento nos níveis de segurança através de intervenções diretas no espaço residencial (LIMA NETO e VIEIRA, 2014, p. 58).

Souza e Compans (2009), ao analisar os pressupostos teóricos do espaço defensável na perspectiva de Newman (1996), destacam que:

> A formulação deixa clara a relação entre “espaço” como resultante de desenho e gestão, atribuindo ao indivíduo-morador papel ativo na defesa do seu território. Suas intervenções resultam na repartição de espaços e criação de fronteiras visíveis, promovendo uma graduação tipológica como: espaço público, semi-público; espaço privado e semi-privado (SOUZA e COMPANS, 2009, p. 16).

Em decorrência do aumento do poder de consumo familiar, os depoimentos de Bianca e Bento (casal, ambos com 43 anos, empresários, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente) demostram a combinação entre diferentes motivações para a mudança de um espaço integrado para um espaço autossegregado.

No entanto, fazem questão de enfatizar o motivo principal que levaram à mudança do tipo de *habitat* urbano, tratando-se de um aspecto que contribui, na perspectiva de Cubas (2005), para fomentar o consumo do mercado de segurança privada.

> *[Bento:] Agora a gente tem um pouco mais de privacidade em relação a vizinhos, e um pouco mais de segurança também.*
> *[Bianca:] Como agora a gente montou uma empresa (...). É uma distribuidora, então, é mais por segurança mesmo!*

Para Armando, antigo morador de outro condomínio, porém mais próximo à Bonfim Paulista, a mudança para o Residencial Quinta do Golfe, em Ribeirão Preto, significou uma estratégia de localização, pela proximidade estabelecida com o Shopping Iguatemi.

> *A casa é um pouco maior e o local, em função do Shopping [Iguatemi] ali próximo, o Mercadão [da Cidade], isso facilitou para mim. Ali é uma região que praticamente nasceu de três a quatro anos (Armando, 74 anos, Advogado aposentado, Residencial Quinta do Golfe, Ribeirão Preto).*



Fotografia 27 (08/2012) Ribeirão Preto: Portaria do Condomínio Quinta do Golf. Destaque para a presença de cerca do tipo concertina e das habitações padronizadas.

Nesse sentido, o estabelecimento de um maior nível de proximidade a determinadas áreas centrais (em especial, aquelas que se localizam no setor sul de Ribeirão Preto e Presidente Prudente) também se torna um aspecto importante para uma parcela dos moradores de espaços autossegregados (sobretudo de Ribeirão Preto, em função da maior dimensão de área ocupada por esta cidade média), tendo em vista, contemplar a lógica de otimização dos tempos de deslocamentos voltados à realização de práticas espaciais relativas ao consumo de bens e de serviços.

Na Vila do Golfe em Ribeirão Preto (onde se localiza o Residencial Quinta do Golfe), ao perspectivar a fragmentação socioespacial em área, a importância em relação à proximidade alinha-se à proposição de uma “área mista” (SALGUEIRO, 2001, p. 116) a partir da qual se valoriza a multifuncionalidade dos usos de uma determinada porção bem delimitada do espaço urbano.

Tal perspectiva, no entanto, tende a estar pouco alinhada às dinâmicas relativas a uma fragmentação socioespacial em rede, a partir da qual se valoriza, em geral, a “dessolidarização do entorno próximo” (SALGUEIRO, 2001, p. 116) e, portanto, na perspectiva de Sposito e Góes (2013, p. 299), tende a estar, salvo exceções, “menos apoiada nos espaços de inserção imediata”.

Já no que se refere aos depoimentos dos moradores de espaços segregados, há pouca menção ao fator segurança ou localização como justificativa para a mudança de moradia para esse tipo de *habitat* urbano. Por outro lado, torna-se extremamente frequente a menção à aquisição ou edificação da casa própria, sobretudo, em regime de autoconstrução.

Questionada sobre o relativo aumento do poder de consumo em geral, Luana (40 anos, dona de casa, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente) ressalta que agora:

> *(...) está melhor. Conseguimos comprar casa, mobiliar ela... Antes a gente morava no terreno da minha sogra. [Este terreno aqui, vocês compraram?] Sim, nós que compramos... [E vão fazendo aos poucos?] Sim, aos poucos... [Há quantos anos vocês estão fazendo a casa?] Nove anos. E ainda falta um monte de coisas. Falta corrimão ali [mostrando a escada], que está um perigo. Morro de medo de o nenê cair ali.*

Márcio (42 anos, técnico de informática, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente) narra algumas experiências familiares por distintos *habitat* urbanos, antes de se mudar para um espaço segregado, como uma oportunidade de se obter a casa própria:

> *Morei na CECAP. Eu cheguei a morar em apartamento e também em casa, mas a casa era alugada. Na verdade foi assim: O apartamento era nosso, mas a gente não se adaptou. O lugar era muito fechado e não tinha muito bom convívio com as pessoas também. Era muito próximo uma família da outra e nós [estávamos] acostumados a viver mais aberto. Depois a gente vendeu o apartamento e fomos morar em casa de aluguel. E hoje aqui essa casa é nossa e já faz uns doze anos que estamos morando aqui. Nós pegamos de outra pessoa que já morava aqui e fizemos um pouco de melhorias. E hoje já foi feita a transferência e o imposto vem no nosso nome. Então houve a oportunidade de ter um imóvel nosso, mesmo que ainda era de terra, mas apareceu essa oportunidade. Melhor ter o nosso canto não é? Ficar pagando aluguel é uma coisa que vai e não volta mais. Fizemos algumas melhorias. Têm mais coisas para mexer ainda, mas tem que ir aos poucos.*

Além da premência da aquisição da casa própria, a ausência de motivações relacionadas às questões de segurança junto a espaços segregados de Ribeirão Preto e Presidente Prudente está relacionada, segundo depoimentos, a um maior nível de atuação (relativa a um determinado tipo de "proteção") do narcotráfico, com o objetivo de promover *"a segurança e a tranquilidade dos negócios"*, como ressalta Souza (2008, p. 68).

Dessa perspectiva, Pedro destaca os seguintes aspectos no tocante ao setor leste (e no que tange à comparação com o setor norte) de Presidente Prudente:

> *Como morador, eu pontuo assim: o índice de criminalidade é baixo, porque os grandes infratores moram lá [no setor leste. E os narcotraficantes] tem um entendimento entre eles que é assim: Onde a gente mora, a gente protege. Eles têm um espaço que eles dominam: Grupo tal, não entra em grupo tal! E que, por incrível que pareça, são respeitados. Então, em termos de roubos de furtos, alguns crimes lá nós não temos. Então quando a pessoa comprou uma casa nova, moradores novos de lá, eles têm essa preocupação [com dispositivos de segurança]. (...) quando você vê uma casa nova, você vê com cerca elétrica, com câmera, e com passar dos anos, a cerca quebra [e não se conserta]. É difícil ver... É um ou outro. O que a gente percebe é que não se chega nem a chamar a polícia. É tudo muito natural. Eu presenciei casos de devolução sem*

> *aparecer a polícia. Quando acontece, um vizinho fala para o outro, para o outro e para o outro, e assim vai até que você vê [um jovem] chegando, ou, quando se acorda, o que foi roubado está dentro do seu terreno. É uma coisa muito interessante. Geralmente, os traficantes tem um respeito grande pela população onde vivem. Aí, quando acontece algum crime, algum furto e a pessoa é de fora e liga para a polícia e a polícia chega, não pega nenhuma testemunha. [Já no setor norte, o narcotráfico] atua até com mais força de criminalidade, força brutal, perseguição e tudo mais. Nossa zona leste vive outra forma, porque já estão alojados ali há muitos anos. Nesses bairros novos, já são outras dinâmicas de trabalho (Pedro, 55 anos, Funcionário público, Jardim São Bento, Presidente Prudente).*

Como moradora de um espaço integrado voltado aos segmentos de menor poder aquisitivo no setor noroeste de Ribeirão Preto, Gilmara corrobora, em parte, com essa lógica, na medida em que não encontra motivos para realizar a manutenção de dispositivos de segurança inicialmente implantados:

> *Na verdade, tem o segurança patrimonial, que ele vai às ruas próximas e eu tenho dois cachorros enormes. É a segurança que nós temos em casa. Nós tínhamos cerca elétrica, mas acabamos desativando. Não sei se vamos ativar novamente, porque aqui é um bairro bem tranquilo. Nunca aconteceu nada aqui e nem nos vizinhos, por ser um bairro tranquilo. (...). Não sei se por ser um bairro tranquilo, dá essa sensação de segurança, mas eu gostaria que tivesse viaturas para ficar passando lá por perto. Seria bem melhor. Porque o que têm são os guardinhas de rua (Gilmara, 24 anos, estudante, Jardim Eugênio Lopes, Ribeirão Preto).*

No que tange ao setor norte e, mais especificamente, considerando o espaço segregado compreendido pelos loteamentos Jardim Morada do Sol e Jardim Francisco Belo Galindo, em Presidente Prudente, Iago destaca os distintos resultados obtidos ao se acionar a Polícia Militar ou os líderes do narcotráfico:

> *Ninguém rouba ninguém aqui! Antes roubava, mas hoje não. Quando roubam alguma coisa aqui, alguns moradores chamam a polícia e outros não. Os que recorrem à polícia não recuperam, e os que conversam com os "moleques" [referindo-se aos líderes do narcotráfico] aqui, recuperam. [Alguns] bairros tem esse tipo de disciplina... (Iago, 34 anos, gesseiro, Jardim Francisco Belo Galindo, Presidente Prudente).*

Já para Rafaela (moradora do Jardim Maria da Graça, localizado em continuidade com o Jardim Progresso), em referência a qualquer tipo de dispositivo de segurança residencial, destaca que:

> *Não precisa! Tem só a campainha. Lá é mais sossegado por causa disso [referindo-se a certo tipo de proteção exercida pelo narcotráfico]. Têm bastante pontos de drogas, Então lá ninguém rouba ninguém. O pessoal de lá não rouba e também não deixa que ninguém roube (Rafaela, 18 anos, vendedora, Jardim Maria da Graça, Ribeirão Preto).*

Tal eficiência na diminuição do número (e na resolução) de delitos relativos a roubos e furtos, no entanto, também vem acompanhado, entre outros aspectos, de altos custos relativos à baixa expectativa de vida dos mais jovens inseridos nas atividades ligadas à viabilização do narcotráfico (SOUZA, 2008, p. 65-69).

Espaços autossegregados e espaços segregados, portanto, estabelecem-se como *habitat* urbanos que contemplam distintas intencionalidades, pois, de um modo geral, enquanto o primeiro tipo satisfaz - além das estratégias de localização - o desejo pelo maior nível de segurança familiar e patrimonial ante aos possíveis incômodos que permeiam os espaços integrados, o segundo contempla uma das principais estratégias dos segmentos de menor poder aquisitivo.

Trata-se do acesso à casa própria em substituição à prática de pagamento de aluguel em espaços integrados, ainda que, algumas vezes, isso implique em submissão aos acordos tácitos estabelecidos com o narcotráfico.

Em decorrência de mudanças mais recentes no que se refere ao aumento do poder de consumo, e em função da oferta de transporte coletivo pouco eficiente, uma parcela dos moradores de espaços segregados também destaca a importância do aumento de mobilidade espacial ao adquirir veículo automotores (automóveis e motocicletas) particulares, tendo em vista, diminuir os impactos promovidos pela localização residencial pouco satisfatória em relação às áreas centrais (e/ou, ainda, em relação a determinados supermercados e hipermercados) nas quais possam oferecer produtos e serviços com preços mais competitivos em relação àqueles disponíveis nas proximidades mais imediatas ao local de moradia.

No que se refere a outro aspecto, espaços segregados e espaços autossegregados também não estão livres de tensões entre si, pois, tanto pela perspectiva de mecanismos de controle socioespacial, quanto pelos processos de estigmatização socioespacial, tais *habitat* urbanos podem reforçar a tendência de segregação socioespacial e de fragmentação socioespacial, nos casos em que este último processo possa ser evidenciado.

A partir do conjunto de entrevistas realizadas com os moradores de espaços autossegregados de Ribeirão Preto e Presidente Prudente constatou-se que, do ponto de vista dos segmentos de mais alto poder aquisitivo, há uma tendência de que o termo “periferia” ainda seja empregado para designar, tão somente, as porções mais distantes e mais pobres do espaço urbano. Tais porções também são caracterizadas, na visão desses segmentos, por possuírem elevados níveis de insegurança.

> *[Onde você não moraria em Ribeirão Preto?] Na periferia que é muito perigoso perto do Cadeião [referindo-se ao Parque Ribeirão Preto]. Todas as periferias são perigosas (Alexandre, 65 anos, industrial, Condomínio Morro do Ipê, Ribeirão Preto).*
>
> *[Onde você não moraria em Ribeirão Preto?] Têm uns bairros da periferia, não me lembro dos nomes, que eu não gostaria de morar (Breno, 35 anos, analista de sistemas, Condomínio Bosque das Colinas, Ribeirão Preto).*
>
> *[Onde você não moraria em Ribeirão Preto?] Eu não moraria no Simioni, Quintino, Jardim Jandaia (Donizete, 39 anos, comerciante, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*
>
> *Têm aqueles bairros próximos ao aeroporto que eu te falei que sempre me chama atenção. Um lugar perigoso. Passo por lá só se for preciso ir ao aeroporto, senão nem ando por ali, porque, para ir para o aeroporto você passa por aquele bairro. Aquele lugar é muito feio, bem perigoso (Douglas, 49 anos, engenheiro agrônomo, Condomínio Cidade da Criança, Ribeirão Preto).*
>
> *(...) não moraria nesse buraco aqui do lado do [Hotel] Portal do Oeste, na zona leste, no Jardim Planalto. Eu acho que ali não gosto muito não. E nem costumo frequentar nenhum desses lugares também, porque é muito longe. Eu tinha uma costureira por lá e até desisti dela. Não dá! (Amanda, 55 anos, corretora de seguros, Jardim João Paulo II, Presidente Prudente).*
>
> *(...) bairros periféricos, a gente não costuma ir. Eu fico mais... A minha vida fica mais em torno, assim, da cidade, do centro. Essa parte mais habitada. Não que eu tenha algum preconceito, mas tá muito... (Benjamin, 52 anos, engenheiro civil, Parque Residencial Damha I, Presidente Prudente).*
>
> *É um bairro que eu não gosto muito. É para baixo da linha do trem. Eu não tenho vontade de passar nem perto. Se pegar esse pedaço: Vila Operária... São bairros mais esquecidos, digamos assim. Esses bairros são muitos esquecidos e é muito longe (Bento, 43 anos, empresário, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*
>
> *O Pinheiros, não sei se é mais para Álvares Machado... Mas, de uma maneira geral, na periferia o problema geral, é a segurança (...) a gente não tem razão para ir à periferia (...) eu vejo as pessoas da periferia: Vão aos grandes mercados para comprar os produtos para serem revendidos. Então, não tem justificativa para eu ir até a periferia para consumir (Carla, 53 anos, dentista, Condomínio Jardim Morumbi, Presidente Prudente).*

Levando-se, em consideração, não apenas esses excertos, acima, selecionados (cuja visão é a dos moradores de espaços autossegregados), mas o conjunto de entrevistas realizadas torna-se possível apontar para os seguintes aspectos.

Em Presidente Prudente, além do Jardim Humberto Salvador, Jardim Morada do Sol e Parque dos Pinheiros (pertencente ao Município de Alvares Machado), a periferia também tende a estar identificada como a porção de área que se localiza (tomando-se como referência o Centro) a leste do traçado da linha férrea.

Já em Ribeirão Preto, a designação de periferia está fortemente associada a elevados níveis de insegurança urbana e, além de envolver todos os espaços segregados identificados, também se tornou expressivo o número de referências às favelas contínuas ao Conjunto Habitacional Adelino Simioni e, sobretudo, o Jardim Jandaia (um espaço integrado relativamente próximo ao Conjunto Habitacional Adelino Simioni, mas que não foi contemplado entre os *habitat* urbanos selecionados para a tese).



Fotografia 28 (08/2013) Ribeirão Preto: Favela Via Norte, contínua ao Conjunto Habitacional Adelino Simioni. Tal espaço segregado se desenvolve ao longo da porção mais ao norte da Via Expressa Norte.



Fotografia 29 (08/2013) Ribeirão Preto: Favela Via Norte, contínua ao Conjunto Habitacional Adelino Simioni. Destaque para uma de suas vias de acesso.

Em parte, a expressividade dessas indicações também se relaciona a um maior grau de exposição midiática (sobretudo, em telejornais regionais) por consequência do elevado número de notícias sobre a ocorrência de crimes, sobretudo, contra a pessoa, nestas porções do espaço urbano.

Nesse sentido, as origens para os níveis de insegurança mais expressivos tendem a ser rapidamente associadas a algumas parcelas bem definidas do espaço urbano, como as favelas ou, ainda, outras áreas predominantemente ocupadas pelos segmentos de mais baixo poder aquisitivo.

Tais aspectos reforçam a perspectiva de um senso comum da insegurança urbana que é cotidianamente alimentado pela mídia, como indica Souza e Compans (2009, p. 14). Além disso, Misse (2006) também enfatiza que:

> Esse tipo de questão não pode, de modo algum, ser simplificado porque senão nós caímos no discurso da mídia, que é o de construir e aproveitar-se de cenários simplificados, geralmente, entorno de eventos isolados para generalizá-los e fazer a população crer que, efetivamente, esses eventos representam um conjunto da violência da cidade, quando isso não é verdade. (...); [Segundo o autor, devemos:] (...) separar analiticamente o que é de massa, o que é de padrão coletivo, do que é particular ou mesmo singular como são os casos de crueldade e perversão. Distinguir o que pode receber tratamento imediato do que só poderá ser tratado a médio e longo prazos. Se não fizermos isso, nós voltaremos a achar que todo fenômeno da criminalidade possui uma unidade, aquilo que eu chamei de "sujeito difuso" (MISSE, 2006, p. 30).

No que tange à violência como *"sujeito difuso"*, em primeiro lugar, o *"violento é sempre o outro"* e, nesse sentido, *"quanto mais distante de mim for o Outro, mais fácil fica acusá-lo"*. Com base nisto, "nós não estamos apenas descrevendo uma situação, nós estamos fazendo uma acusação social" (MISSE, 2006, p. 20). Além disso:

> Se as pessoas dizem "a violência chegou à nossa cidade" ou dizem "a violência está aumentando" ou dizem "o problema é a violência" ou acrescentam "a violência...", nós continuamos a acreditar que há um sujeito difuso, um espectro chamado "violência" que, com suas múltiplas faces nos aterroriza. Quando nós verificamos o tratamento que a mídia dá ao tema, nós vamos constatar o mesmo tipo de configuração imaginária. Assim, qualquer coisa pode ser encapsulada na categoria de "violência", e, desse modo, pode se produzir um discurso histérico sobre o problema que nós enfrentamos (MISSE, 2006, p. 20-21).

No que se refere à contínua necessidade de adoção de dispositivos de segurança por parte dos segmentos de maior poder aquisitivo (no caso desta pesquisa, tratando-se dos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo), Bauman (2013, p. 98) também destaca que se trata do "medo do Outro":

> Mas esse Outro que tendemos ou somos induzidos a temer não é algum indivíduo ou categoria de indivíduos que se estabeleceu, ou foi forçado a fazê-lo, fora dos limites da cidade, e aos quais se negou o direito de fixar residência ou se estabelecer temporariamente. Em vez disso, o Outro é um vizinho, um transeunte, um vadio, um espreitador, em última instância, qualquer estranho. Mas então, como todos sabemos, os moradores das cidades são estranhos entre si, e todos somos suspeitos de portar o perigo; assim, todos nós, em algum grau, queremos que as ameaças flutuantes, difusas e incontroladas sejam condensadas e acumuladas num conjunto de "suspeitos habituais". Espera-se que essa condensação mantenha a ameaça afastada e também, simultaneamente, nos proteja do perigo de sermos classificados como parte dela. [Por isso, é] que temos investido numa densa rede de medidas de vigilância, seleção, segregação e exclusão. (...). Precisamos acusar para sermos absolvidos (...). Precisamos confiar na eficácia dos dispositivos de vigilância para termos o conforto de acreditar que nós, criaturas decentes que somos, escaparemos ilesos das embocadas armadas por esses dispositivos (...) (BAUMAN, 2013, p. 98-99).

Na perspectiva dos entrevistados, por consequência da presença desta designada "periferia" rapidamente identificável como insegura, e da violência como "sujeito difuso", nos termos propostos por Misse (2006), há uma notória preferência - em detrimento do reconhecimento das iniquidades socioespaciais da cidade - pela contínua adoção de mecanismos de controle socioespacial nos espaços autossegregados e nos espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, objetivando aumentar os níveis de segurança (individual e familiar) no espaço urbano. Tais aspectos corroboram com a perspectiva de Pedrazzini (2006), para quem:

> Há mais estranhamento e distância entre dois bairros de uma mesma cidade, divididos pelas dinâmicas urbanas, que entre duas cidades com elementos comuns de urbanidade, construídas pelos mesmos modos globalizados de produção (PEDRAZZINI, 2006, p. 56-57).

Este estranhamento, segundo os depoimentos dos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, alinha-se à dimensão de um determinado aspecto do *habitus* territorial, no qual, prescinde-se a realização de práticas espaciais em determinadas porções do anel periférico

(preponderantemente, naquelas porções voltadas aos segmentos de menor poder aquisitivo, incluso, os espaços segregados), por meio de justificativas que os associam a/ao: “perigos”; distância espacial; uma paisagem desagradável à vista; não pertencimento à “cidade”; esquecimento por conveniência, além de; baixíssima ou nenhuma atratividade em relação aos equipamentos de consumo coletivo e estabelecimentos comerciais e de serviços aí existentes.

Estes elementos de articulação entre *habitus* territorial e práticas espaciais, permeadas por mecanismos de controle social que se alinham a tais justificativas, contribuem para que as rupturas entre moradores de distintos *habitat* urbanos, também se acentuem no plano dos usos e consumo do espaço urbano expressando, deste modo, a perspectiva de tensos e distintos territórios representativos do processo de fragmentação socioespacial.

3.2.3. Mecanismos de controle socioespacial e algumas mudanças nas práticas espaciais

Outros elementos levantados por nossos entrevistados também contribuem para se efetuar a distinção entre esses *habitat* urbanos. Trata-se do modo como os sujeitos segregados e autossegregados avaliam as condições infraestruturais e de serviços, além da presença e a função de associação de moradores.

Por se tratar de “espaços condominiais”, aos quais, os resultados das assembleias são amplamente divulgados e os custos dos investimentos são coletivamente absorvidos, em geral, há amplo conhecimento das atividades realizadas pelas associações de moradores dos espaços autossegregados. Contudo, a frequência de participação dos sujeitos autossegregados em assembleias de seus condomínios tende a ser baixa.

Pelas falas dos sujeitos autossegregados, estas assembleias (em geral, conflituosas e pouco afeitas a consensos) têm se pautado, basicamente, pela contínua necessidade de implantação de sistemas e/ou dispositivos de segurança, e pelo estabelecimento de regras de convivência, em especial, aquelas relativas aos usos dos espaços comuns.

Em outros termos, do ponto de vista dos equipamentos e dos serviços oferecidos, a presença ostensiva dos mecanismos de controle socioespacial no interior dos espaços autossegregados nem sempre é plenamente satisfatória devido à contínua necessidade de adoção de mais (e de novos) mecanismos, a partir dos quais, busca-se a pretensa

promessa de *"solucionar os problemas de segurança de indivíduos e famílias de classe média ou da elite"* deixando *"intactas as causas da violência e da insegurança que os nutrem"* e, nesse sentido, colabora-se *"para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade"* (SOUZA, 2003, p. 73).

Trata-se, portanto, de outro aspecto que se alinha à perspectiva do *"individualismo exacerbado"* (SOUZA, 2003, p. 73) e da manutenção de iniquidades socioespaciais em espaços urbanos de padrões metropolitanos, inclusive, em cidades médias.

Amanda (55 anos, corretora de seguros, Jardim João Paulo II, Presidente Prudente) relata que as assembleias dos condôminos:

> *(...) sempre são focadas na segurança. (...) de melhorar a segurança da entrada, melhorar nossa portaria. Já foram apresentados vários projetos, mas tem alguns moradores que não concordam com os valores apresentados. Por isso que já está se arrastando por mais de dois ou três anos [referindo-se à aprovação de implantação de projetos voltados a um maior nível de segurança da portaria]. (...) acham que não precisa dessa segurança. Mas precisa sim! (...). Eles colocaram algumas coisas que estavam desativadas como as cercas elétricas. Então, nós estamos muito devagar, mas vamos ter uma reunião agora. Vamos ver não é?*

O ponto de vista de Amanda tende a estar muito apoiado em suas observações a respeito dos sistemas de segurança implantados em outros espaços autossegregados frequentados por ela, em Presidente Prudente.

> *O Parque Residencial Damha faz tempo que tem uma segurança que você chega e deixa o seu documento. Tira foto de todo mundo que entra. Até os moradores que entram tira uma foto. O Condomínio Village Damha tem uma porta giratória até para funcionárias que entram.*

Para Bianca e Bento, as reuniões de moradores com a equipe de administradores do espaço autossegregado, proporcionaram a adoção de novos dispositivos de segurança, como:

> *[Bianca:] (...) iluminação nos terrenos vazios, que antes, era bem escuro. [Bento:] (...) cerca elétrica, que está sempre melhorando. Colocaram mais vigias noturnos. Já trocaram o portão e colocaram câmeras nas ruas (Bianca e Bento, casal, ambos com 43 anos, empresários, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

A partir de experiências traumáticas de assaltos em espaços integrados, o posicionamento de Cristiana, atualmente, moradora de um espaço autossegregado, torna-se bastante enfático em sua participação nas reuniões de moradores:

> *(...) meu voto é que coloque câmera no condomínio todo para saber o que está acontecendo, até porque as crianças estão brincando (...) é interessante saber o que acontece. Se de repente alguém bateu no seu carro, você consegue ver na câmera quem foi. Querendo ou não você não sabe de todo mundo que mora aqui dentro. [Comparativamente ao Ipiranga, você acha que aumentou sua sensação de segurança?] Demais! (...) Eles entraram e eu não estava em casa. Mas esse era o meu maior medo, porque eles tentaram mais duas vezes, e uma das vezes, eu estava em casa, (...) forçaram o portão, aí uma vez eles conseguiram e na outra não. Assim, eu tenho pânico e eu fico revoltadíssima porque a gente tem que viver bem dizer, em função deles. Mas eu tenho muito medo (...), meu marido, às vezes, trabalha a noite e eu ficava trancada dentro de casa, assim, não abria nem a porta da cozinha, ficava trancada (Cristiana, 32 anos, Professora, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*

Em relação aos níveis de segurança proporcionados pelos respectivos espaços autossegregados, Anderson, Álvaro e Carlos, consideram satisfatórios, pois:

> *Têm pessoas 24 horas na portaria e na rua: Guardas, câmeras espalhadas pelo condomínio todo. Eu considero boa a segurança. Precisa melhorar como todo condomínio, mas considero bom (Anderson, 36 anos, consultor tributário, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

> *Nesse período que eu estou lá, nesses quase dez anos, vem melhorando a cada ano a segurança lá. Mas nosso condomínio melhorou muito a parte de segurança, principalmente instalação de câmeras, até mesmo rondas, aumento de número de funcionários fazendo rondas na parte interna. (...) a portaria melhorou bastante esse critério de entrada e saída de visitas e, até mesmo, de moradores (Álvaro, 47 anos, Médico, Condomínio Royal Park, Ribeirão Preto).*

> *Eu me sinto mais seguro lá. Mas como é um condomínio novo, então, o investimento em segurança está começando, como o investimento em câmeras (...), até agora, eles colocaram concertina elétrica e câmeras externas e na portaria. Agora eles querem colocar as câmeras em todas as ruas do condomínio, monitoradas por uma empresa de segurança, além de ronda noturno (Carlos, 33 anos, biólogo, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*

A partir dos relatos já apresentados neste subcapítulo, torna-se bastante significativa a presença da associação de moradores, em termos da contínua adoção de mecanismos de controle socioespacial, voltados à obtenção de níveis mais elevados de segurança dos espaços autossegregados.

Trata-se, como ressalta Bauman (2013, p. 98), de um medo generalizado do Outro, ou seja, os estranhos (que se transmutam em suspeitos habituais e portadores um conjunto de ameaças difusas), aos quais, devem ser vigiados e mantidos afastados pela ação ostensiva pela contínua adoção de dispositivos de vigilância.

Por outro lado, embora haja associação de moradores em espaços segregados, como no caso do Jardim Humberto Salvador, Jardim Santa Mônica e Jardim São Bento, em Presidente Prudente, há pouco conhecimento da existência destas e de suas ações nos espaços segregados, como revelam os depoimentos dos entrevistados.

Nesse sentido, a combinação entre uma baixa visibilidade das associações (e de suas ações) e a omissão dos moradores de um modo geral, revela um aparente quadro de poucas mudanças que poderiam advir desta parceria (participação em ações reivindicativas, proposição e implantação de projetos, etc.), sobretudo, em termos de melhorias infraestruturais e de serviços, proporcionados ao local de moradia dos sujeitos segregados.

Pela falta de representatividade e força política das Associações de Bairro, Pedro ressalta as dificuldades de se promover ações políticas mais eficazes, tendo em vista, garantir qualidade de vida mais satisfatória aos jovens submetidos às influências do narcotráfico, existente no setor leste de Presidente Prudente.

> *(...) estamos perdendo nossas crianças para as drogas. Você vê que os presidentes de bairro tentam fazer alguma coisa, mas tudo é muito custo, muito caro. Então nós percebemos assim: Existe uma boa vontade dos moradores do bairro, da associação de moradores, mas não se consegue porque você acaba perdendo suas crianças para os traficantes, pelas pessoas que ali, deixam criar uma dependência, e por isso estamos perdendo nossos jovens, e aí, eles perdem a referencia de jogar um futebol, jogar um vôlei, jogar basquete, porque tem uma área de lazer no nosso bairro, uma academia, mas eles não vão participar porque entraram no vício e nós estamos perdendo, porque uma parte dos jovens do setor leste estão envolvidos no tráfico de drogas ou são usuários de drogas. [O que tem levado os mais jovens para as drogas?] O primeiro passo a gente volta lá atrás: Família! As famílias, com certo tempo, ela perdeu sua referência, o bem maior do ser humano é família. Então quando você vê que a família se desestruturou, se acabou, quem sofre, é a sociedade. Porque, normalmente, nesses bairros onde a gente vive, as mães e os pais acabam tendo muitos filhos (...), e outro fator principal é a religião: Não estou falando que a pessoa tem que ser evangélica, que pessoa tem quer ser católica. A pessoa tem que ter uma religião! Isso ajuda muito. Esses trinta desses setenta por cento de jovens que nós perdemos, o que resgata, normalmente, é a religião. Ela acaba acolhendo. Às vezes o próprio pai não é presente. A grande maioria dos pais dessas crianças está recolhido, está preso, por um delito, uma situação... Então, ela fica desguarnecida. A criança fica na rua! [O que ajuda também é a questão do esporte?] Lógico! Têm vários projetos! Não pelo Governo do Estado, muito menos pelo Governo do Município, mas dessas entidades, dessas igrejas, esses clubes... Ajudam muito esses clubes, eles acolhem (Pedro, 55 anos, Funcionário público, Jardim São Bento, Presidente Prudente).*

Com base em outras entrevistas, sobretudo aquela concedida por Patrícia (42 anos, comerciante, Jardim Progresso, Ribeirão Preto), mas também destacada por Pedro em outras passagens, os líderes do narcotráfico tendem a estender certo tipo de proteção à área sob domínio, sobretudo no que se refere ao âmbito patrimonial, coibindo ações e, por

vezes, punindo autores de delitos, sobretudo, aqueles relativos aos crimes de roubos e furtos.

Ainda que essas ações possam ser capazes de refrear a ocorrência desses tipos de delitos, por outro lado, há um fomento à violência interpessoal, sobretudo, em relação aos mais jovens impelidos ao "mundo do crime" (FELTRAN, 2008, p. 32) aos quais, possam estar envolvidos pelo processo de atuação do narcotráfico.

Entre outros aspectos, tal violência imputada por esta atuação relaciona-se à *"exploração da mão de obra infantil em atividades ilícitas"* (FELTRAN, 2008, p. 86) e que, de acordo com a Convenção nº. 182 de 1999, da Organização Internacional do Trabalho, *"pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças"* (OIT, 1999).

Somando-se às perspectivas de análise de Feltran (2008), os depoimentos de Pedro e de outros moradores de espaços segregados, contribuem para delinear aspectos que valorizam a heterogeneidade de perspectivas e de ações que orientam a vida nesses espaços que, para além daquelas que se relacionam com o narcotráfico, também se tornam expressivas, outras ligadas às igrejas (sobretudo, as igrejas evangélicas) e a projetos sociais em geral (incluso, aqueles voltados à realização de atividades esportivas).



Fotografia 30 (08/2012) Ribeirão Preto: Igreja evangélica implantada na Favela da Via Norte. Além de pequenos comércios, sobretudo, bares, as igrejas evangélicas também tendem a estarem expressivamente presentes nos espaços segregados e, nesse sentido, são capazes de aglutinar, no que tange aos moradores desse tipo de *habitat* urbano, uma expressiva parcela das práticas espaciais voltadas ao culto religioso.

Quando as reivindicações de infraestrutura urbana e de serviços urbanos prestados se desvinculam das iniciativas das associações de moradores (e, portanto, abrangendo apenas os próprios limites de cada *habitat* urbano), uma série de outras questões emerge, sobretudo, envolvendo as relações estabelecidas com o conjunto da cidade.

Nos espaços autossegregados, há uma grande diversidade, em termos de maior ou menor frequência de utilização das áreas comuns, em especial, dos equipamentos de lazer, disponíveis aos moradores. De qualquer modo, há uma tendência de que as práticas espaciais de realização de lazer no interior dos espaços autossegregados ocasionem uma significativa diminuição daquelas que se poderiam realizar em espaços públicos.

Com a mudança de habitação do espaço integrado Parque São Judas Tadeu, para o espaço autossegregado Parque Residencial Damha I, entre outros aspectos, ocasionou mudanças nas práticas espaciais de lazer de Benjamin (52 anos, engenheiro civil, Parque Residencial Damha I, Presidente Prudente):

> *O Parque do Povo eu frequento um pouco. Às vezes eu corro lá. Antes da minha mudança para o Damha I eu sempre corria lá. Era muito frequente (...), mas, agora lá dentro do condomínio, eu tenho uma pista muito boa e eu nem preciso sair de casa. [E por que você escolhe usar os espaços do condomínio?] Então, no caso do espaço do condomínio é muito mais prático, porque eu não preciso nem utilizar o meu carro. Eu estou junto lá. Eu posso estar com minhas filhas e elas ficam juntas. É mais prático, mais perto e, de certa forma, mais seguro até.*

Mudanças semelhantes também foram ocasionadas na rotina de Anderson, atual morador do Condomínio Porto Seguro e antigo morador da COHAB, em Presidente Prudente:

> *Nós vamos ao Parque do Povo para fazer caminhada, mas é bem esporádico. Aqui onde nós moramos tem sala de ginástica. Fazemos caminhada aqui mesmo no próprio condomínio, que o tráfego de veículos não é intenso. Então, nós realizamos essa parte de lazer com a atividade física, porque aqui em casa nós consideramos a parte da atividade física como um lazer, porque é algo que nos dá prazer. Então é mais aqui no condomínio mesmo. [Você percebeu que houve uma diminuição de uso de espaços públicos depois que passaram a morar no condomínio?]. Para a realidade das pessoas que moram no condomínio sim. Academia a gente não faz aqui, a gente faz fora. Chama-se "Templo" e ela fica no Jardim Monte Alto. Anderson (36 anos, Consultor tributário, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

Por vezes, a diminuição do uso dos espaços públicos para o lazer, também está ligado ao crescimento dos filhos. Nesse sentido, para Bianca e Bento (casal, ambos com 43 anos, empresários, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente):

> *Bento: Nós usamos bem pouco o lazer do condomínio. As crianças usam um pouco mais. A minha esposa usa mais a academia.*
> *Bianca: A gente ia bastante ao Parque do Povo quando as crianças eram menores. Agora não vai mais não.*
> *Bento: E eu faço um pedal. Normalmente, é segunda, quarta e sábado. E eu pedalo e a gente sai da cidade em alguns bairros mais distantes, ou vai para [Álvares] Machado ou Pirapozinho. Nós vamos em grupo!*

Nesse sentido, a substituição das práticas espaciais de lazer em espaços públicos, por aquelas realizadas no o espaço autossegregado, comparece como uma tendência, ressaltada por Álvaro (Médico, 47 anos, Condomínio Royal Park, Ribeirão Preto):

> *O nosso condomínio ele tem campinho de futebol, quadra de vôlei de areia, tem uma parte de recreação para crianças, pista de caminhada, então a gente acaba sempre usando isso daí. (...) eu acho que é uma tendência. A maioria desses condomínios fechados que tem lazer interno, você acaba ficando por ali mesmo e deixando de ir a parques municipais e até mesmo a clubes. No meu caso mesmo, eu era sócio da Recreativa e deixei de ser sócio para falar a verdade, porque não ia mais.*

Com base nesses excertos (e relativa a um maior consumo dos espaços autossegreagados, em detrimento do consumo de espaços integrados), trata-se de uma tendência de se destinar um maior tempo voltado à organização da vida diária, incluso, a realização de práticas espaciais voltadas ao lazer, no interior dos espaços autossegregados (DAL POZZO, 2009) o que, em grande medida, também se transmuta na perda do prestígio social dos espaços públicos e, como consequência, intensifica-se a diminuição das oportunidades de se estabelecer contatos mais duradouros entre os diferentes segmentos sociais.

Com exceção das práticas espaciais de lazer das crianças, os moradores dos espaços segregados entrevistados tendem a não fazer uso de qualquer tipo de equipamento de lazer, disponíveis nas proximidades do local de moradia.

Em grande medida, essas práticas tendem a se concentrar na própria habitação, mas, também se estendem a diversos espaços públicos distribuídos pela cidade. Trata-se, portanto, de um maior nível de apreensão do espaço urbano em sua diversidade, comparativamente àqueles níveis estabelecidos pelos moradores de espaços autossegregados.

> *Sempre a gente tem ido à Cidade da Criança, no Parque do Povo, no Shopping. No pesqueiro também a gente tem ido bastante. [E por que você tem escolhido esses espaços?] Eu acho mais que é família mesmo. Cabe mais a nós (Helen, 31 anos, agente técnica administrativa, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

> *[Antes de o nenê nascer, o que vocês faziam em termos de lazer?] Eu ia para o [Jardim] Bongiovani. Eu não saia de lá dos bares, mas agora não dá mais. (...) E de vez em quando no Prudenshopping, e no Parque do Povo também. (...). Depois que eu mudei para cá, não saí mais. (...). Eu fui duas vezes [referindo-se às idas a feira do Jardim Humberto Salvador] quando estava grávida e depois que o bebê nasceu não fui mais (Letícia, 21 anos, manicure, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

> *Eu gosto mesmo é de ir ao calçadão no centro da cidade. Eu vou lá, olho tudo e já dou uma passeada. Porque ali eu distraio a cabeça e venho embora (Izadora, 63 anos, dona de casa, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

Tais depoimentos também permitem apontar, na perspectiva de Mellazo (2007, p. 458), os efeitos das distâncias espaciais entre os distintos segmentos sociais e, nesse sentido tratam-se de *"espaços marcados permanentemente por clivagens que colocam cada um no seu lugar e onde o lugar de cada um distingue socialmente seus ocupantes"*.

Além disso, mesmo em contextos de compartilhamento espacial, nos termos estabelecidos pela tese, Mellazo (2007, p. 458) também assevera que a tônica tende a estar voltada para uma *"convivência dissimulada das contradições e a falsa impressão de um espaço homogêneo"*.

Em relação à mobilidade para a realização de práticas espaciais voltadas ao lazer, enquanto que parte das restrições impostas à Letícia se dá tanto pelo nascimento do filho quanto pela mudança de um espaço integrado para um espaço segregado, para Márcio, tais restrições ocorrem, sobretudo, por não possuir um automóvel particular:

> *[Você e sua família têm saído para lazer?]. Fazíamos, mas hoje a gente não faz mais. Às vezes vamos a um aniversário. Mas vai ficar melhor quando a gente tiver o automóvel. Aí vai dar para ir ao barzinho, shopping, churrascaria, pizzaria, no Parque do Povo. Mas vai ser tudo por causa do automóvel. Sem o automóvel não dá para fazer nada disso. (...). Hoje o lazer é mais em casa, mas tudo porque nós não temos uma condução. Então quando a gente tiver uma condução ninguém vai ficar em casa. Nós vamos trancar essas portas, ascender a luz do fundo e vamos! Ninguém vai encontrar a gente em casa não! (Márcio, 42 anos, técnico de informática, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

Ainda que uma parcela dos moradores de espaços segregados tenha ampliado o nível de mobilidade urbana a partir da tendência de um maior número de aquisições de transporte automotivo particular, o depoimento de Márcio alinha-se à perspectiva analítica, no contexto do final da década de 1990, de Vasconcelos (2001), na qual:

> (...) as diferenças entre necessidades de transporte e viagens efetivas estão relacionadas aos limites e condicionantes pessoais, familiares e externos. As pessoas fazem aquelas viagens possíveis dentro das condições existentes, e que não são necessariamente as viagens desejadas. Em função dessas diferenças, as demandas “reprimidas” podem ser objeto de movimentos políticos. Este é o caso, por exemplo, da construção de blocos residenciais isolados, que limitam a acessibilidade da população a pouca atividades (VASCONCELOS, 2001, p. 76).

Já no que se refere à esfera da contratação de serviços prestados por empregadas domésticas e/ou diaristas, enquanto os moradores dos espaços segregados entrevistados tendem a não contratar os serviços desses profissionais, uma expressiva parcela dos moradores dos espaços autossegregados entrevistados, o fazem.



Fotografia 31 (08/2012) Presidente Prudente: Concentração de empregadas domésticas e diaristas no ponto de ônibus do Parque Residencial Damha.

O que importa considerar a partir dessa constatação é que há uma tendência de que haja pouco (por vezes, com imprecisões) ou nenhum conhecimento sobre o local de moradia desses profissionais por parte de seus contratantes, moradores de espaços autossegregados.

Como perspectiva que se esboça a partir disto, as empregadas domésticas e/ou diaristas participam da vida diária e, efetivamente, estabelecem contato com as famílias que se autossegregam. No entanto, tais contatos circunscrevem-se apenas no contexto das relações de contratação/prestação de serviços e, portanto, tendem a não se diferir de qualquer outro profissional que, eventualmente, possa vir a frequentar a habitação, para a realização da jornada de trabalho.

Nesse sentido, a qualidade desses contatos, mesmo com a perspectiva de integração espacial entre sujeitos com distintos padrões socioeconômicos e estilos de vida, tende a promover pouca abertura para o reconhecimento e valorização de suas diferenças,

e para que se estabeleçam laços socioespaciais mais duradouros, que poderiam contribuir à minimização de iniquidades socioespaciais.

> *[Há empregados em sua residência?] Sim, temos uma pessoa que é nossa secretária do lar, que trabalha aqui conosco. [Você sabe o bairro que ela mora?] Não sei, não me lembro. [E como ela se desloca para vir trabalhar?] De ônibus. E às vezes, o esposo traz, porque o esposo tem carro (Anderson, 36 anos, consultor tributário, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

> *[Há empregados em sua residência?] Sim. Existe uma empregada doméstica. [Em que bairro ela mora?] Ela mora próximo às instalações da Prefeitura. Lá perto do Lar dos Meninos. Não sei o bairro (Benjamin, 52 anos, engenheiro civil, Parque Residencial Damha I, Presidente Prudente).*

> *[Você tem empregada doméstica ou utiliza serviço de diarista na residência?] Não. Hoje é assim: Por nós morarmos aqui no condomínio, se transformou tudo. Então eu não tenho empregada faz dois anos... Agora eu estou com uma diarista porque está difícil. [Você considera que o preço para trabalhar aqui é mais elevado do que se você morasse em outro local?] Sim, se eu morasse fora daqui seria mais em conta. Eu estou com uma diarista que vem uma vez por semana. E tem outra senhora que eu arrumei agora, para ela vir duas vezes por semana por enquanto. Mas não dá conta porque a casa é grande. [Você sabe o bairro em que elas moram?] Elas moram tudo longe. O nome do bairro eu não sei, mas é tudo longe. Uma eu acho que é no bairro ao lado do Jardim Planalto, por aí! Tem essa diarista mesmo que falou: Olha, eu sei que a senhora precisa! Está com uns problemas de saúde e eu venho trabalhar por mês, mas não posso vir por menos de mil e quinhentos reais. Mas fica difícil, não é? Tenho que pagar todos os encargos do registro, mais décimo terceiro. Eu acho que tem falta no mercado, tem muita procura, muita demanda. [Como elas se deslocam para cá você sabe?] Eu pago o transporte coletivo (Amanda, 55 anos, corretora de seguros, Jardim João Paulo II, Presidente Prudente).*

Tais aspectos também se estendem, ainda que em menor medida, aos moradores de espaços integrados, voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo:

> *Na outra tinha e era mensal. Nessa, agora, assim, vai uma vez por semana e é diarista; [Mas a diarista é sempre a mesma?] Sempre a mesma. Na verdade, é assim: Como a gente mudou para esse outro apartamento, aí acabou localizando outra pessoa e eu nem conheço, na verdade, a pessoa (Émerson, 32 anos, comerciante, Jardim Califórnia, Ribeirão Preto).*

> *[Há empregados na sua residência?] Não, só uma faxineira, uma vez por semana. [Em que bairro ela mora?] Agora você me apertou. Engraçado... Não sei! Acho que é no [Conjunto Habitacional] Quintino [Face] II (Francisco, 52 anos, Jardim Irajá, Ribeirão Preto).*

Com base nesses excertos e nas considerações de Magrini (2013), diminui-se *"as capacidades e o interesse em lidar com as diferenças, o que amplia o estranhamento quando estes encontros acontecem".* Nesse sentido, *"afastam[-se] as possibilidades de construção de uma cidade comum, o que fortalece a fragmentação socioespacial, deixando vislumbrar um horizonte duradouro para este processo"* (MAGRINI, 2013, p. 472)

3.2.4. Distintos níveis de mobilidade e integração espacial no contexto de estratégias de localização do *habitat* urbano

A estratégia de localização dos espaços autossegregados e integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo (localizados próximos a algumas das principais vias de acesso) associado ao alto grau de mobilidade em potencial (pelo expressivo uso do automóvel particular) dos moradores desses tipos de *habitat* urbano, foi um dos pontos de destaque quando se trata de indicar as qualidades infraestruturais e de serviços do local de moradia e proximidades.

Trata-se de um aspecto que tende a contribuir, mais expressivamente, para relativizar as noções de distância ou, ainda, do que pode ser considerado "perto" e "longe" em uma cidade média.

Nesse sentido, o que é considerado "perto" ou "longe" pouco tem a ver com a distância, em quilômetros, a ser percorrida, mas sim, com o tempo, em minutos, que se leva para acessar determinado ponto do espaço urbano.

Mais especificamente no que se refere ao processo de comercialização dos espaços autossegregados, tal aspecto também tem sido comumente apropriado pelo marketing imobiliário, tendo em vista, destacar as qualidades desse tipo de *habitat* urbano em propiciar uma acentuada acessibilidade a determinados equipamentos comerciais e de serviços (SPOSITO, 2003a).

> *Como morador eu vejo que é um lugar acima da média de localização, por vários motivos. Estamos perto da rodovia. Nós estamos perto dos dois maiores mercados da cidade: Walmart e Muffato, Carrefour e o Prudenshopping. Estamos a cinco minutos de pegar o farol aberto do Parque do Povo (Anderson, 36 anos, consultor tributário, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

> *[Você considera o Condomínio Porto Seguro bem equipado em termos de infraestrutura urbana e demais tipos de serviços urbanos prestados?] [Bianca:] Aqui tem recolhimento do lixo, limpeza, segurança, a ronda à noite. Quando estamos em casa eles sempre ligam antes de alguém entrar. [Bento:] Aqui fica próximo da Avenida Salim Farah Maluf, então, fica próximo ao Prudenshopping e aos mercados, e fica próximo ao outro bairro que a gente morava (...). (...) para nós, hoje aqui, ficou melhor, porque a nossa empresa é muito perto daqui, no Jardim Novo Bongiovani. Então, nós escolhemos aqui por causa disso. Até para ir para o Centro fica fácil indo pelas avenidas, que é bem perto daqui (Bianca e Bento, casal, ambos com 43 anos, empresários, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

> *É um bairro [referindo-se ao Jardim Petrópolis, localizado próximo ao Prudenshopping] praticamente central. Ele é bem localizado, portanto, é próximo de tudo o que a cidade oferece (...). Não há dificuldade de acesso (...), próximo de grandes avenidas, transporte público (Diego, 58 anos, gerente aposentado, Jardim Petrópolis, Presidente Prudente).*

Dentro de uma perspectiva de comparação, Amanda confronta o Jardim João Paulo II (implantado em área do setor sul mais envolvida pelo tecido urbano compacto), em que mora, com a área do Parque Residencial Damha I e Parque Residencial Damha II (implantados mais ao sul, além da Rodovia Raposo Tavares) para justificar o seu ponto de vista do que pode ser considerado “perto” e “longe”. Além disso, também se destaca a localização privilegiada do Jardim João Paulo II como um dos motivos de se auferir, neste espaço autossegregado, níveis mais elevados de valorização imobiliária:

> *[Você considera o Jardim João Paulo II bem equipado em termos de infraestrutura urbana e demais tipos de serviços urbanos prestados?] Sim, eu considero. Não é porque eu moro aqui, mas ele é muito prático. É perto de tudo, do centro! A facilidade para ir ao supermercado, ao shopping, ao Parque do Povo, que é tão bonito. Fica aqui na nossa frente! Então, acho que nós somos privilegiados. É um condomínio, e tem quadras aqui em baixo. Tem o parquinho para quem tem filhos menores, então meus filhos aproveitaram.*
> *(...).*
> *(...) está bem integrado (...), inclusive, quando eu resolvo que tenho que dar uma caminhada, eu venho a pé do meu trabalho, que é no centro, até aqui, porque é perto. Rapidinho eu chego aqui! Eu saio às vezes e vou até a padaria e faço uma caminhada (...). Só que tem que estar disposto, e não pode ser um dia de muito calor como hoje. (...). Tem duas padarias no Parque do Povo, a Massa Pura e tem outra também que eu gosto. Eu acho que o Jardim João Paulo II está tão bem localizado, até a procura e a valorização dos terrenos... Tem alguns aí... Poucos vendendo, mas valorizou muito. Eu acredito que seja pela localização, porque o Damha está muito longe. Lá tudo é longe. Agora aqui eu vou ao Supermercado Avenida que é perto. Posso ir ao Supermercado Muffato, ao Walmart, mas aí eu já uso o carro. Eu e meu marido já fomos a pé (Amanda, 55 anos, corretora de seguros, Jardim João Paulo II, Presidente Prudente).*

Num movimento inverso à integração territorial, ou seja, remetendo-se às relações que a cidade estabelece com os espaços autossegregados, apenas um entrevistado menciona a tendência de isolamento que esse tipo de *habitat* urbano ocasiona:

> *Ele é bem situado e bem resolvido em termos de acesso. Esse tipo de condomínio fechado que eu, pelas informações, eles não são bem regulamentados. Mas ele se torna um bairro meio isolado da comunidade (Benjamin, 52 anos, engenheiro civil, Parque Residencial Damha I, Presidente Prudente).*

A partir do depoimento de Carla, a cidade transmuta-se em sua qualidade de área central a partir da implantação de diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, e que se constituiu, mais especificamente, ao longo da Avenida Dr. Cyro Bueno (que dá acesso aos espaços autossegregados Central Park Residence e Jardim Morumbi), de modo gradual e paulatinamente, durante as últimas décadas:

> *Eu acho que hoje está bem posicionado e está perto. Quando eu me mudei há mais de vinte anos, nós não tínhamos nenhum serviço de padaria, de mercado por perto, serviços gerais. Hoje a cidade cresceu e chegou até o bairro. Então hoje nós temos tudo razoavelmente perto (Carla, 53 anos, dentista, Jardim Morumbi, Presidente Prudente).*

Quando se avalia a ligação do local de moradia com o conjunto da cidade, as referências à estratégia de localização dos espaços autossegregados do setor sul de Ribeirão Preto, também se tornam expressivas, sobretudo, em termos de um rápido acesso a algumas das principais vias de circulação do setor sul.

Para Breno, morador do Condomínio Bosque das Colinas (que estabelece contiguidade com o Condomínio Royal Park), e para Célio e Cristiana, moradores do Condomínio Recantos do Sul, a localização desses espaços autossegregados é estratégica em função da proximidade estabelecida com algumas das principais vias de acesso rápido de Ribeirão Preto. Referindo-se ao Condomínio Bosque das Colinas, Breno ressalta que:

> *(...) está, assim, num ponto extremamente estratégico, porque é continuação de uma das principais avenidas de Ribeirão Preto, que é a Avenida Presidente Vargas, que é a do Ribeirão Shopping e, na sequência dela, já tem uma rodovia dupla [referindo-se à Rodovia Ribeirão Preto - Bonfim Paulista] que é a menos de cinco quilômetros entre Ribeirão e meu condomínio, e mais dois quilômetros até Bonfim Paulista, que é o Distrito, então a gente está numa área que eu julgo até privilegiada: Zona Sul. Têm muitos condomínios crescendo por esse lado e é muito fácil e rápido. Tem tudo pertinho! (Breno, 35 anos, Analista de Sistemas, Condomínio Bosque das Colinas, Ribeirão Preto).*

> *A localização é boa porque nós temos aqui dois centros. Temos o Centro de Bonfim e tem o Centro realmente de Ribeirão. Então nós estamos a seis quilômetros de Bonfim e estamos a doze quilômetros do Centro de Ribeirão. Então, relativamente, você tem acessos mais rápidos, são avenidas. Anteriormente onde eu morava, não! Você tinha que cortar por dentro de bairros, você tinha ruas mais curtas, não é? Então, a demora era um pouco maior, apesar de ser mais perto, mas demorava-se mais por conta do trânsito. (...). Eu uso Bonfim tanto para pet shop, quanto para alimentação (Célio, 37 anos, executivo de vendas, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*

> *(...) para sair eu não acho difícil. Eu utilizo a pista. Então eu vou para minha mãe, que mora na Cidade Universitária, eu vou pela pista. Então eu vou para a minha sogra que mora na Vila Virgínia e eu vou pela pista. Eu não acho difícil o acesso. Eu trabalho no COC [referindo-se a um estabelecimento de Ensino básico privado, localizado no Bairro Ribeirânia, no setor sul], e eu acho perto. Meu marido trabalha próximo à Concessionária Honda, que é muito perto, enfrente ao Novo Mercadão [localizado no Jardim Nova Aliança] (...) (Cristiana, 32 anos, professora, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*

Tais respostas são mais ou menos semelhantes àquelas dadas por moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo do setor sul, na medida em que também enfatizam, como alternativas de deslocamento que visem à otimização do uso do tempo, a importância das avenidas e rodovias que servem esse setor, tendo em vista acessar diversos outros pontos do espaço urbano ribeirão-pretano, sobretudo, em relação ao consumo de bens e de serviços e as atividades relacionadas ao trabalho. Nesse sentido, Fábio, que trabalha no setor norte e mora em prédio de apartamento no setor sul, ressalta suas estratégias de deslocamentos no espaço urbano:

> *Na localização que eu moro atualmente, eu tenho duas opções: Eu trafego através da Rodovia Anhanguera, ou seja, eu pego o Anel externo e saio por fora da cidade para chegar em casa, ou pego duas Avenidas, que é a Mogiana e a Independência, e eu já chego lá no Bairro (Fábio, 37 anos, gerente comercial, Jardim Nova Aliança, Ribeirão Preto).*

Dentro desse contexto, algumas carências tendem a ser destacadas pelos moradores dos espaços segregados e, em menor medida, dos espaços integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo.

Nas proximidades mais imediatas ao local de moradia, trata-se daquelas carências relativas aos serviços públicos (incluso, os serviços públicos de segurança) prestados, e de equipamentos comerciais e de serviços de um modo geral, que poderiam servir ao consumo cotidiano.

Referindo-se às dificuldades de se obter acesso a bens e serviços, incluso, serviços públicos, nas proximidades mais imediatas ao local de moradia, Gabriela enfatiza que:

> *(...) falta mercado. Só tem um posto de saúde, escola só tem uma, (...) creche mesmo, só tem uma, mas, para as crianças do meio período tem outra. Aqui é muito difícil. Tudo que você vai comprar hoje você paga o dobro [referindo-se à falta de concorrência por consequência do baixo número de estabelecimentos existentes]. Aí a gente tem que se deslocar. Eu tenho carro. Comprei um carro aí para a gente trazer a despesa para dentro de casa. Aí eu vou para o outro bairro. É longe. Eu vou para o Parque Ribeirão (Gabriela, 24 anos, Dona de casa, Favela da Mata do Jardim Aeroporto, Ribeirão Preto).*

No que tange às qualidades dos serviços públicos prestados, Gilda considera:

> *(...) ruim. Carteiro mais ou menos. Ele não entra na rua! Deixa as cartas na esquina e tanto fez, tanto faz! Se pegar pegou, se não pegar não pegou! É assim que funciona. Aqui mesmo eles não passam. Não tem uma praça para as crianças brincarem. Escola tem uma só. A outra é escolinha. (...) Você tem que optar por ela. Se não optar por ela, tem uma só lá no Ribeirão Verde (...). Sobre o lixo, não tem nem coleta seletiva de lixo. O que tinha era uma caçamba de lixo e jogávamos o lixo ali. Agora não tem e se joga tudo no terreno baldio. Joga tudo aqui do lado. (...). Eu acho ruim em matéria de posto de saúde (...) só tem um posto que funciona até quatro horas da tarde e quando fecha não tem para onde ir. Se precisar, temos que ir ao Conjunto Habitacional Quintino ou ao Centro. Então para nós o deslocamento é bem pior e, quando vamos, é de carro próprio porque eu tenho. Se não tivesse seria dois ônibus, teria que pegar dois ônibus. E ambulância, quando chamamos aqui, também nunca vem, nunca veio. Sinto-me isolada, um bairro esquecido (Gilda, 36 anos, manicure, Favela da Mata do Jardim Aeroporto, Ribeirão Preto).*

Já Olga e Patrícia, referindo-se a algumas carências, em termos de estabelecimentos comerciais e de serviços do Jardim Progresso, indicam que:

> *Falta mais padaria, mais açougue. Quando a gente quer ir, tem que ir mais lá para baixo [indicando a direção do Parque Ribeirão Preto], porque não tem açougue aqui. Para lá, abriu um, mas eu ainda não fui. Mas me falaram que é muito pequeno e estão caras as carnes (...). [Referindo-se às praças próximas] só tem uma aqui em baixo já na Avenida Casper Líbero. Lá, tem uma pracinha, tem ginástica para emagrecer, mas não emagrece nada [risos] (Olga, 44 anos, ajudante de cozinha, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).*

> *(...) falta uma agência bancária aqui por perto, porque não tem. Só tem no Centro ou na Vila Virgínia. Na Rua Rangel Pestana, [ao sul da Vila Virgínia] é onde tem Banco do Brasil. Banco do Bradesco e o Itaú, aí eu vou lá ao Centro ou na Vila Virgínia. Poderia ter uma casa lotérica, que também não tem (Patrícia, 42 anos, comerciante, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).*

Dentro de um depoimento mais amplo sobre as condições do setor norte de Ribeirão Preto, Joel indica que:

> *(...) a infraestrutura, a questão do lazer, diversão pessoal, uma área verde, deixa muito a desejar. Você vê que a zona norte é uma zona esquecida pelo poder público. Você vê um contraste muito grande entre a zona sul e a zona norte, em questão de escolas, tudo*

> *isso... Você vê que há muitos descasos. É que não tem ninguém muito preocupado com o ambiente ali. Em questão de farmácias, mercados, a gente está até bem estruturado (Joel, 34 anos, Empresário, Conjunto Habitacional Quintino II, Ribeirão Preto).*

Referindo-se ao que se tem que melhorar no Jardim Salgado Filho, Iara enfatiza que:

> *Praticamente tudo. Lá é um lugar que não têm farmácias, não têm postos [referindo-se a postos de saúde], não tem nada. Para não falar que não tem nada, tem uma escola. E nem creche tem! (Iara, 25 anos, Operadora de caixa, Jardim Salgado Filho I, Ribeirão Preto).*

Com base na análise desses excertos, questões relativas ao isolamento e esquecimento (que se traduz, em geral, pelo descaso do poder público) comparecem como a tônica das iniquidades socioespaciais perpetradas aos espaços segregados.

Tais condições - inclusas, maiores dificuldades em obter acesso rápido e fácil a equipamentos de consumo coletivo e a estabelecimentos comerciais e de serviços com produtos e serviços a preços mais condizentes à situação econômica menos favorecida dos moradores de espaços segregados - perpassam pela *"necessidade primordial de viabilizar a moradia"* (VASCONCELOS, 2001, p. 39). Em outros termos:

> Essa dinâmica de afastamento socioespacial dos segmentos de médio baixo poder aquisitivo tem gerado, também, piora da situação geográfica dos mais pobres, que tendem a se afastar mais e/ou a se precarizar no processo de encontrar uma solução para seus problemas de moradia (SPOSITO, 2013, p. 69).

Em relação ao setor sul (rico) e norte (mais pobre) de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, trata-se da manutenção de contrastes ou, ainda, da tendência de polarização setorial que, para além da ampliação dos processos de segregação socioespacial, também tem rebatimentos no plano da fragmentação socioespacial, na medida em que se diminuem – sobretudo, no plano das práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso, o lazer - as oportunidades do encontro e de um maior nível de integração entre diferentes segmentos sociais e, nesse sentido:

> Os espaços de vida econômica e social de uns não são os mesmos que os de outros, se tomamos (...) como referência os que se utilizam de transporte automotivo individual e os que se deslocam por transporte coletivo ou a pé. Assim, a centralidade também se segmenta porque não há níveis significativos e circunstâncias frequentes em que haja coincidência territorial entre as práticas socioespaciais de segmentos de diferente poder aquisitivo (SPOSITO, 2011, p. 140).

Em contrapartida, também se estabelece um maior nível de apreensão do espaço urbano por consequência da prática de preços (por produtos e serviços) mais elevados pelos poucos estabelecimentos comerciais e de serviços nas proximidades mais imediatas aos espaços segregados o que, em certa medida (sobretudo, para aqueles moradores que já possuem transporte automotivo particular), impõe-se a necessidade de se deslocar por maiores distâncias no espaço urbano. Tais aspectos também se estendem a alguns dos espaços segregados e espaços integrados, voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo de Presidente Prudente:

> *[Referindo-se a estabelecimentos comerciais no Parque Watal Ishibashi] falta farmácia e padaria para complementar (Otília, 50 anos, confeiteira, Parque Watal Ishibashi, Presidente Prudente).*

> *Olha! Aqui está precisando de policiais e segurança melhor. Não é ruim! É bom! Mas precisa melhorar a segurança, que é tudo (Izadora, 63 anos, dona de casa, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

> *O que a gente percebe nos últimos dez anos, é que deu uma boa melhorada. Lógico que falta, falta posto de saúde, falta segurança pública. Mas a gente percebe que além de melhorar nesses últimos dez anos, há uma grande necessidade, até mesmo do acolhimento de empresários, de mercados, açougues essa parte de abastecimento comercial. Porque a gente acaba saindo do local que a gente vive para ir para o Centro da cidade, para o calçadão. E sabemos se os empresários deslocar essas empresas para o nosso bairro, principalmente na zona leste, seria um ganho real para a população, porque você acaba economizando e não perdendo tempo (...) (Pedro, 55 anos, Funcionário público, Jardim São Bento, Presidente Prudente).*

Em complemento a estes excertos, Pedro (55 anos, Funcionário público, Jardim São Bento, Presidente Prudente) enfatiza o baixo de nível de atenção do poder público quanto ao quadro infraestrutural e a escassa oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços, da porção sul do setor leste de Presidente Prudente.

> *(...) a gente vê o Cambuci que é próximo ao lixão e não tem nada, só aqueles "botecos" que vende o mínimo do mínimo. A gente vê o Jardim Paraíso que é próximo ao Cambuci que não tem nada também. A gente vê o bairro mais próximo ali que é o Santa Mônica, que é um bairro muito antigo, que não chegou infraestrutura, não chegou nada. A gente vê o Sumaré, que é um bairro um pouco mais novo, mas que também não tem essa infraestrutura. Tem o básico, energia elétrica, água, asfalto, mas, a gente percebe que falta muito... Muita carência! Não só pelo poder público, mas também, pela parte empresarial, necessita de um amparo empresarial [referindo-se à necessidade de uma maior presença de estabelecimentos comerciais e de serviços]. Nós percebemos dois pontos. O primeiro, o aterro que agora, graças a Deus com essa administração, já está acabando, e uma nova área já está em fase final de aprovação pelos órgãos públicos. O segundo trata-se de uma segunda segmentação que se promoveu no setor leste, a partir*

da Avenida Tancredo Neves para lá [para o sul, em direção ao Jardim Santa Mônica, Jardim São Bento, Jardim Marisa, além daqueles mais próximos ao aterro controlado]. Todos nós sofremos com a situação do aterro e, com isso, ninguém vai construir um açougue, um mercado próximo ao lixão. Já da Avenida Tancredo Neves para cima [para o norte] já é outra realidade. Então você vê bairros como o Itapura I, casas com preços de mercado mais elevados, Avenidas com fluxo bom de saída. Então você percebe que é outra realidade da zona leste. Então, temos duas realidades, duas zonas lestes, e ao Sul da Avenida Tancredo Neves, tem a discriminação que "judia" da gente (Pedro, 55 anos, Funcionário público, Jardim São Bento, Presidente Prudente).



Fotografia 32 (03/2015) Presidente Prudente: Vista do aterro controlado a partir do Conjunto Habitacional Parque José Rotta. Destaque para a proximidade estabelecida entre o aterro e habitações deste espaço segregado.



Fotografia 33 (03/2015) Presidente Prudente: Vista do aterro controlado a partir do Conjunto Habitacional Parque José Rotta. Destaque para a presença de catadores de materiais recicláveis, além de aves a procura de alimentos.

Conforme pode se depreender a partir da entrevista realizada com Pedro, tal escassez de estabelecimentos comerciais e de serviços na porção mais ao sul do setor leste se estabelece, em parte, por consequência dos impactos, em termos de poluição do meio

ambiente e riscos à saúde pública, promovidos pela proximidade espacial estabelecida com o aterro controlado, em processo de desativação, de Presidente Prudente.

Além disso, Pedro também menciona outra dinâmica de segmentação, estabelecida a partir da Avenida Tancredo Neves (que se destaca por ter sido implantada, ao longo dela, obras de melhorias através do projeto CURA III em meados da década de 1980, tendo em vista, uma maior interligação com porções mais centrais e a oeste do espaço urbano prudentino [BERNARDELLI, 2001]), e de estigmatização socioespacial à qual, a porção sul do setor leste encontra-se submetida e, nesse sentido, potencializam-se os processos de segregação imposta nesta porção do espaço urbano.

Já em relação à carência e/ou afastamento dos serviços de segurança prestados pelo Estado em alguns dos espaços segregados identificados trata-se, em parte, de um dos efeitos, em termos de acordos tácitos impostos pelo narcotráfico e com a contrapartida de proporcionar, a partir de regras estabelecidas, uma suposta segurança junto às áreas de domínio das atividades ligadas ao narcotráfico.

> *Depende da parte do Conjunto Habitacional Adelino Simioni falta [referindo-se às carências em termos de posto policial e policiamento ostensivo]. Na parte que eu moro que é um pouco para cima [para noroeste] da Favela [Via Norte] é assim: Tem uma base policial que fica num bairro um pouco mais próximo, o Conjunto Habitacional Quintino Face II, mas também não é uma coisa que você vê direto, polícia passando. Pontos de drogas têm bastante no meu bairro. Mais para baixo [indicando a direção da Favela Via Norte], aí você não vê a polícia nunca. É tudo bem próximo, coisa de umas duas ruas para baixo já tem a favela e não tem nada (Heloísa, 27 anos, Operadora de Caixa, Conjunto Habitacional Adelino Simioni, Ribeirão Preto).*

> *A segurança maior que a gente tem lá [referindo-se ao Conjunto Habitacional Adelino Simioni] não é nem das polícias, e são dos meninos lá da favela [referindo-se aos chefes do narcotráfico da Favela Via Norte]. (...). Então o que faz a "lei" lá, normalmente, é mais os meninos. Lá só passa os policiais lá de cima, no Conjunto Habitacional Quintino Face II. (...) quando acontece alguma coisa [referindo-se às ocorrências internas à Favela ou, ainda se estendendo a toda área de domínio do narcotráfico] eles falam para os comerciantes fecharem as portas e todo mundo fecha. E tem gente que fala: Nossa! Como que o pessoal de lá ainda compactua com isso? Sabe por que eles compactuam? Porque a segurança que os policiais deveriam dar, eles não dão. Porque na favela ninguém entra. Policial não entra e se eles entrarem é porque receberam alguma coisa por fora. Porque eles não vão entrar lá e prender ninguém (Hebe, 23 anos, Fiscal de caixa, Conjunto Habitacional Adelino Simioni).*

Como exemplo de acontecimento que reforça a recorrência desta prática, destaca-se a ampla exposição midiática pela Região de Ribeirão Preto, da atuação de líderes do narcotráfico das favelas contínuas ao Conjunto Habitacional Adelino Simioni que, a partir de um homicídio ocorrido em maio de 2015 neste espaço residencial, ordenaram um toque de

recolher envolvendo, não apenas estabelecimentos comerciais e de serviços, mas também, equipamentos públicos do local[45] e que, de acordo com as argumentações de Souza (2008, p. 68), esta prática pode comparecer tanto como sinal de luto, quanto de protesto a esse tipo de ocorrência.

Em relação aos moradores do espaço segregado do setor noroeste de Ribeirão Preto (tratando-se de uma porção do Bairro Alto do Ipiranga e suas áreas de favelização), também há uma tensa convivência com os moradores da Favela dos Trilhos, com a qual essa porção estabelece continuidade, como se reflete no depoimento de Janaina:

> *Eu acho que é mais ou menos [referindo-se à qualidade de infraestrutura e à proximidade com estabelecimentos comerciais e de serviços]. O comércio não é tão longe, pois, tem ali na Avenida Dom Pedro I, que é pertinho. Mercado tem em vários lugares. Tirando essa favela [referindo-se à Favela dos Trilhos], seria bom! Incomoda! Atrapalhar não atrapalha não. Ninguém mexe com ninguém (Janaína, 50 anos, dona de casa, Bairro Alto do Ipiranga, Ribeirão Preto).*

Além disso, por consequência dessa continuidade, tem-se interferido no processo de valorização e comercialização de habitações no Bairro Alto do Ipiranga, sobretudo, nas porções mais próximas à Favela dos Trilhos. Nesse sentido, esta Favela, segundo a fala de Kátia (63 anos, Faxineira, Alto do Ipiranga, Ribeirão Preto), caracteriza-se por ser:

> *(...) tudo encostado os barracos e eles não tem espaço. As pessoas se espalham para as ruas, portas e é uma "gritadeira" e é bola e é patinete. E a gente tem que ficar quieto. Não podemos falar nada! A gente fica aqui, eu e ele [referindo-se ao marido] com o portão no cadeado o tempo todo. Eu tenho a minha chave e ele tem a dele. (...). [Referindo-se ao processo de desvalorização imobiliária pela continuidade estabelecida com a favela] (...) porque, às vezes, você quer vender seu imóvel por um valor. Tinha uma pessoa há uns dois anos, que ela queria vender (...) e ela ficou um ano para vender e não vendeu. O pessoal vinha e ficava reclamando que ficava perto da Favela. Aí ela não vendeu não. Aí ela ficou quieta aí mesmo. Não é discriminando. Deus me livre! Nós somos todos filhos de Deus! Mas o povo leva para o... Se for uma pessoa de fora, vê o local e fica assim: Ah! Esse povo não é perigoso? Perde totalmente o valor.*

Tais tensões, além de revelar problemas ou dificuldades de integração no tocante à construção de laços sociais mais duradouros entre assentamentos urbanos (XIBERRAS, 1993, p. 240-244) que são contínuos (mas distinguem-se do ponto de vista legal ou ilegal), também apontam para a necessidade de uma clara distinção entre o espaço público e o espaço privado como meio de salvaguardar, ao menos, algum nível de segurança no

---

[45] Cf. Escolas suspendem aulas e lojas são fechadas após morte em Ribeirão. **G1 – Ribeirão e Franca**. 05 mai. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/05/escolas-suspendem-aulas-e-lojas-sao-fechadas-apos-morte-em-ribeirao-preto.html>. Acesso em: 28 ago. 2015.

espaço segregado (podendo se estender aos espaços integrados em continuidade territorial a este primeiro tipo de *habitat* urbano).

Com base nisto, Kátia (63 anos, Faxineira, Alto do Ipiranga, Ribeirão Preto) se estende apresentando outros aspectos que reforçam a esfera de tensão e de estranhamentos encerrada nesse espaço segregado do setor noroeste:

> *Esses dias roubaram até os fios de cobre dos postes. Quantas vezes a gente fica com o telefone parado por horas! Eu não sei como eles não levam choque. Eles sobem e arrancam os fios. Olha a saudade que eu tenho de voltar para fazenda! Eles sobem nos postes para arrancar os cobres para vender. Faz mais de um mês que parou, mas tempos atrás, vivíamos sem telefone. Até tinha vizinhos que diziam... Ficavam tudo doida falando que estava sem telefone, Internet! A empresa do telefone não quer nem saber se você tem ou não telefone, tem que pagar todo mês. Tem hora que é melhor o celular. Agora deu uma acalmada. [Algum parente seu fica com medo de vir te visitar por causa da vizinhança?] Vem! Coisa rápida! Não é muito demorado à noite, mas é bem pouco. Fica meio com medo, pois, essas rapaziadas tem Mobilete, que a Transerp vende, faz leilão e vende para os adultos, e passa para eles. Têm vezes que é aquela barulhada. Os meninos tiram o escapamento e fica fazendo muito barulho. Nós olhamos, mas tem pessoas que chama polícia para eles, pois cansam! Todos trabalham de dia e chega à noite, querem um pouco de sossego. Mas eu penso: Deixa para lá! Está na rua! Como se diz: Do portão para dentro, tudo bem! Do portão para fora... Não tem como enfrentar esse povo!*

A oeste do Bairro Alto do Ipiranga e em continuidade à Favela dos Trilhos localiza-se o Jardim Emir Garcia, na qual, uma parcela de seus moradores tem se organizado no sentido de coibir a proliferação de favelas em uma área pública deste loteamento.

> *[Referindo-se à proximidade com a Favela dos Trilhos] Não atrapalha porque, graças a Deus, a gente não mora em frente. Porque nós tiramos uma favela daqui. Não sei se você acompanha as reportagens, mas esse povo "à toa" está ocupando todas as áreas vazias que esta tendo. (...) O Bairro Emir Garcia se uniu! Eles [os sujeitos que realizaram ocupações] desceram aqui de cima já remarcando tudo aqui e chegou fazer barraco aqui em frente da praça. E quando acabou e não deu para todo mundo, tem mais quatro, tem uma área vazia aqui para trás... Eu sei que seriam quatro ou cinco áreas. E quem entra no nosso Facebook, sabe o que aconteceu. Foi uma união muito grande. Teve reunião na Câmera e a Prefeitura teve que entrar com reintegração de posse. Até eles conseguirem esses papeis foram quase dois meses, e foi um terror ate eles conseguirem tirar. Mas quem tirou foi o Juiz que passou a liminar para a Prefeitura (...), aí veio o batalhão, inteirinho, na madrugada. Aí tirou mesmo e limpou tudo. Aí o povo [referindo-se aos moradores do Jardim Emir Garcia] se uniu e comprou vinte sacos de cimento e fez a calçada em volta (...) e, graças a Deus, como era tudo da Prefeitura, e muitas reuniões, [porque] o povo se reunia, conseguiram reintegrar e a gente... Graças a Deus, tudo voltou a ser feliz de novo. [Essas pessoas foram para onde?] Essas pessoas todas tem barraco, tem casa. O povo até já estava vendendo terreno aqui [referindo-se à área pública destinada à praça, então, ocupada]. Tinha um menino novo, aqui perto, que fez um barraco no terreno e marcou, até no dia que a policia veio e tirou tudo. Aí ele acreditou. Ele vinha aqui com uma turma e fumava droga para todos saberem que ele era o dono. Esse cara passava com caminhonete, carrão de luxo e ficava fiscalizando, dava briga entre eles. Às vezes, jogava indireta para gente e debochava e, no fim, a*

> *gente começou a responder a altura também, porque, pelo amor de Deus! A gente paga tudo quanto é coisa. E muita gente estava aqui segurando o lugar e ganhando para isso e, no fim, eles já estavam vendendo o terreno. [Tem Associação de moradores no bairro?] Olha! (...) vai ser feita, porque tem que ter para continuar a não deixar tomar conta e cuidar [da praça], e essa praça aqui foi doada para o Bairro, então, os moradores daqui que são responsáveis. Aqui já ganhou a grama, e aqui vai ter um mutirão. O povo que tem que manter ela limpa e cuidada. Não foi fácil. E esse Bairro conseguiu. Têm outros aí para cima, que não conseguiram (...), virou praga, virou moda [referindo-se à intensificação dos processos de ocupação ilegal em áreas públicas]. Aqui a gente cuida! (Larissa, 63 anos, dona de casa, Jardim Emir Garcia, Ribeirão Preto).*

As argumentações de Janaína, Kátia e Larissa, todas moradoras de espaços segregados de Ribeirão Preto, permitem verificar a existência de outras segmentações e certo grau de heterogeneidade no interior desses *habitat* urbanos ou, ainda, na perspectiva de Feltran (2010), as “fronteiras de tensão” que permitem delinear as diferenças e oposições simbólicas e objetivas entre quem mora na cidade legal e quem mora nas favelas.

Com base nesses aspectos, também se torna pertinente o estabelecimento de semelhanças (do ponto de vista da necessidade de distinção, evitamento e indiferença no seio dos segmentos de mais baixo poder aquisitivo) em relação aos resultados da pesquisa realizada por Paugam (2006) no âmbito da cidade média francesa de Saint-Brieuc e, nesse sentido, referindo-se às famílias eventualmente beneficiadas por programas sociais de um dos bairros predominantemente voltado aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo desta cidade:

> (...) quando estão em presença de pessoas cujo estatuto social é ainda inferior ao seu (...), não desejam manter com estas demasiadas relações. (...). Podemos, com efeito, constatar o isolamento sobre si de todas as famílias em situação de fragilidade. Quando rebentam conflitos na comunidade entre moradores, o que é bastante frequente, mantêm-se voluntariamente afastados e adoptam mesmo, com frequência, uma atitude de relativa indiferença (PAUGAM, 2006, p. 157).

Já com relação à leitura da visão da cidade em relação aos espaços segregados, além de questões envolvendo necessidade de distinção, evitamento e indiferença, também se torna expressiva a difusão de tendências de estigmatização socioespacial.

Quando questionada sobre a ligação do Jardim Progresso com o conjunto da cidade, Quésia, que se locomove por transporte coletivo, menciona, por exemplo, o processo de estigmatização socioespacial desse loteamento, que se originou a partir da urbanização de uma área de ocupação ilegal, segundo a pesquisa realizada por Adas (2004, p. 221-230).

Ela considera o Jardim Progresso:

> *(...) muito longe. Eu acho muito longe! [Referindo-se às distâncias a serem percorridas para se acessar estabelecimentos comerciais e de serviços, incluso, os serviços públicos em geral, a partir do Jardim Progresso e, também] (...) muito discriminado, porque o povo fala da favela. [Você já sofreu algum tipo de discriminação?] Já! Nada a ver. Pensam que a gente não é uma pessoa direita! É tranqueira, sei lá (Quésia, 27 anos, auxiliar de cozinha, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).*

Já para Márcio, morador de um espaço segregado de Presidente Prudente há doze anos, a infraestrutura, serviços urbanos e a oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços foram (e estão sendo) paulatinamente implantados de modo que, atualmente, considera o local em que mora, satisfatório nesses quesitos.

Além disso, em decorrência de níveis mais elevados de congestionamentos ao longo de vias mais centralizadas e maiores “oportunidades de fazer escolhas”, inclusive, de itinerários na cidade multi(poli)cêntrica (SPOSITO, 2013, p. 79), tendo em vista, a otimização dos tempos dos deslocamentos, houve um aumento dos fluxos em direção às vias de contorno localizadas nos aneis periféricos para aqueles que podem se locomover por transporte individual.

Para Márcio, esse aumento também se deve a uma tendência de diminuição dos níveis de insegurança e de estigmatização socioespacial depositados nos loteamentos do setor norte que foram implantados além da linha férrea:

> *Antes não era tão bom mesmo. Mas hoje, já tem o posto de saúde, o mercado... Têm uma praça de lazer que estão fazendo ali, para fazer ginástica. Tem outro na Avenida para baixo, que é o [Conjunto Habitacional] Augusto de Paula, e agora tem um aqui que é o Jardim Humberto Salvador. Mas a gente não usa. Quem brinca, quem faz alguns exercícios são os nossos filhos. Dizem que em breve vai ter um posto policial aqui, já estão construindo. Já inauguraram a Escola [referindo-se à Escola Estadual Humberto Salvador] e meu filho já faz o Ensino Médio ali já. Meu menino tinha que estudar ali no Parque Watal Ishibashi e agora não. Então para mim é excelente! (...). Há tempos, não tinha [referindo-se aos fluxos realizados ao longo do Anel de contorno], mas, hoje, o pessoal está começando a descobrir aqui. Porque, se você pegar a Avenida Juscelino Kubitschek você vai passa por aqui. Quem não quer passar pelo trânsito - porque hoje aumentou o trânsito - ele vem por aqui, por esse Anel que passa por aqui, e agora já duplicaram e melhorou bastante na questão de acidente, então, melhorou o fluxo. Para ir para Regente Feijó e Martinópolis por aqui é mais fácil, e vice-versa. Aqui o acesso está mais visado e não tem mais problema, não tem mais perigo. O pessoal passa tanto de dia, quanto de noite. Antes todos os bairros além-linha sempre foram um problema em todos os locais da cidade. Eles foram mal vistos, mas hoje passou (Márcio, 42 anos, técnico de informática, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

Por outro lado, para aqueles moradores dos espaços segregados e integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo que se deslocam, de modo

preponderante, por transporte coletivo, há mais dificuldades de integração ao conjunto da cidade e, nesse sentido:

> (...) estão mais restritos aos itinerários estabelecidos por outrem e nem sempre favoráveis a minimizar o afastamento espacial a que se submeteram e se submetem largas fatias dos estratos de menor poder de compra. Estão, um pouco mais, cativos do centro principal e dos subcentros, ainda os nós de organização do sistema de transportes por ônibus (...). São muito mais, ainda que não exclusivamente, citadinos da cidade monocêntricas e multicêntrica. Desse ponto de vista, apartam-se ou têm muito mais dificuldades para viver e se movimentar na cidade policêntrica (SPOSITO, 2013, p. 78-79).

Além disso, as dificuldades potencializam-se naqueles espaços segregados em que há baixa concentração e diversificação de estabelecimentos comerciais e de serviços e, nesse sentido, os deslocamentos por maiores distâncias espaciais tornam-se necessários, tendo em vista, a busca por melhores preços. Como ressalta Otília, quando compara o Parque Watal Ishibashi ao conjunto do espaço urbano de Presidente Prudente:

> *(...) falta muita coisa. Infraestrutura, tudo, tudo. Tem dificuldade de acesso... O transporte é difícil para quem tem que pegar ônibus, tudo. É difícil o acesso! Tudo você tem que ir ao Centro buscar... Um mercado, a farmácia, tudo tem que se deslocar. (...) e quando tem [referindo-se àqueles estabelecimentos comerciais e de serviços localizados mais próximos ao local de moradia] é muito mais caro. Se paga muito mais! (Otília, 50 anos, confeiteira, Parque Watal Ishibashi, Presidente Prudente).*

Para Rafaela, que se locomove por transporte coletivo e como carona em motocicleta do marido, a carência do espaço segregado Jardim Salgado Filho I, em termos de estabelecimentos comerciais e de serviços, foi um dos motivos que levou à mudança para o Jardim Maria da Graça, contínuo ao Jardim Progresso, no setor sudoeste de Ribeirão Preto. Do ponto de vista estratégico para o acesso rápido a estabelecimentos comerciais e de serviços, incluso equipamentos de consumo coletivo, o Jardim Salgado Filho I:

> *(...) era muito ruim. Era muito longe de tudo. Longe do posto de saúde, mercado, de farmácia. Aí, viemos morar aqui no Jardim Maria da Graça, porque é perto de nossos parentes, perto de tudo! Perto, tem supermercado, farmácia, posto de saúde e fica próximo à Vila Virgínia (Rafaela, 18 anos, vendedora, Jardim Maria da Graça, Ribeirão Preto).*

Em função do trabalho, Iara, que se desloca diariamente do Jardim Salgado Filho I para o Centro utilizando o transporte coletivo, relativiza o que pode ser considerado perto e

longe, especialmente, considerando as restrições de itinerário impostas pelo sistema de organização do transporte coletivo:

> *[Como você avalia a ligação do bairro com o conjunto da cidade, em termos de deslocamentos? Se é fácil você vir para o Centro, etc.?] Fácil é! Têm dois ônibus que da para vir para o centro e, rapidinho, uns quinze ou vinte minutos, já está aqui! [E para outros locais da cidade você considera de fácil acesso?] Não! Aí tem que pegar uns dois ônibus. Primeiro tem que vir para o Centro, e do Centro para outro lugar (Iara, 25 anos, operadora de caixa, Jardim Salgado Filho I, Ribeirão Preto).*

Referindo-se à ligação da Favela da Mata do Jardim Aeroporto com o conjunto da cidade, Helena (que se desloca por transporte coletivo) a considera:

> *Péssima, péssima! Eu queria que tivesse mais horários de ônibus, porque só saio do meu serviço às duas e vinte. Se eu quiser pegar o ônibus (...) eu só vou sair de lá quase três horas da tarde esperando o ônibus no ponto (...). (...) às vezes, eu [também] ando de mototáxi (...) (Helena, 34 anos, gari e comerciante, Favela da Mata do Jardim Aeroporto, Ribeirão Preto).*

Em comparação com o maior poder de deslocamentos, inclusive, da possibilidade de escolha por itinerários alternativos dos segmentos de mais alto poder aquisitivo, tais excertos expressam um menor potencial de deslocamentos (inclusive, de itinerários alternativos) de uma parcela dos segmentos de menor poder aquisitivo o que, em certa medida, também se diminui – em relação às práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços (incluso, aquelas relativas ao trabalho e lazer) - as oportunidades de compartilhamento espacial entre as diferenças. Com base nesses aspectos, também se contribui para que as dinâmicas de fragmentação socioespacial se acentuem, pois:

> (...) nem todos dispõem de veículo próprio, - os sistemas de transporte coletivos são insuficientes e/ou pouco eficientes, - o acesso ao sistema de telefonia ampliou-se muito, mas há um custo para o seu uso, - a disponibilidade de microcomputadores e de acesso à rede internet estão longe de se generalizar etc.
> (...).
> Com grau menor de mobilidade espacial e de conectividade aos sistemas de telecomunicações mais modernos, o que inclui não apenas dispor de infra-estruturas, mas também de equipamentos como é o caso dos microcomputadores, os mais pobres ficam “reféns” dos territórios em que habitam e pouco integrados espacialmente, o que mostra que a descontinuidade territorial, mesmo que relativa, tem reflexos diretos nas práticas socioespaciais e nas possibilidades de convívio entre os diferentes, no âmbito das cidades atuais (SPOSITO, 2007a, p. 24).

Por outro lado, para aqueles moradores de espaços segregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo que se deslocam por meio de automóvel particular ou, ainda, por motocicleta, a perspectiva de integração ao conjunto da cidade aumenta e as questões relacionadas à distância tornam-se mais relativas.

Para Olívia e Iago, em Presidente Prudente, Ivanildo e Joel, em Ribeirão Preto, que se locomovem por veículos particulares:

> *Eu acho que Jardim Santa Monica é um bairro de fácil acesso, tanto ao Centro, até mesmo para a entrada da cidade, rodovia... Não há dificuldade de acesso (Olívia, 29 anos, agente técnica administrativa, Jardim Santa Mônica, Presidente Prudente).*

> *Tem algum isolamento, mas, para mim, nem tanto, porque tenho carro e tenho moto! Mas não são todos os moradores que tem condições de ter um veículo (Iago, 34 anos, gesseiro, Jardim Francisco Belo Galindo, Presidente Prudente).*

> *Para mim é até fácil porque eu tenho condução. Eu tenho uma moto. Então pode ser longe, mas para mim é mais fácil de ir. Eu tenho só moto. Daqui uns três meses, vou comprar um carro. Estou tentando comprar um faz tempo! (Ivanildo, 37 anos, pintor, Conjunto Habitacional Quintino Face II, Ribeirão Preto).*

> *A posição eu acho que é boa [referindo-se à localização do Conjunto Habitacional Quintino Face II, no setor norte]. Acho que, quanto a isso, tranquilo! Acho que é de fácil acesso. Hoje você têm as vias que te dá um acesso legal para onde você queira ir. Em questão de transporte público, também acho que isso é uma coisa que ainda está legal, apesar de eu não utilizar o transporte público, mas tenho minha mãe que utiliza, o pessoal que utiliza. Meu filho já utilizou (Joel, 34 anos, empresário, Conjunto Habitacional Quintino Face II, Ribeirão Preto).*

Tais aspectos remetem, portanto, à diversidade de posicionamentos do que pode ser considerado “perto” e “longe”. Ainda que as questões relativas à profissão, gênero, faixa etária e às condições físicas individuais de cada citadino, interfiram nos posicionamentos e com esta diversidade, outras condições também se fazem presentes nesta definição como, por exemplo, a dimensão da área ocupada pela cidade, o poder aquisitivo, a localização de áreas centrais (em especial, aquelas preferenciais para o consumo de bens e de serviços) em relação ao local de moradia e, por fim, os meios utilizados (e a relação entre flexibilidade e restrição de horários) para realizar os deslocamentos.

Mais especificamente no que se refere ao uso do transporte automotivo individual:

> A acessibilidade é o elemento que se combina com a proximidade quando se quer analisar as relações espaçotemporais na cidade contemporânea, a partir da circulação por veículos automotivos. O que é próximo é, de fato, aquilo que está mais acessível a esse tipo de transporte, quando individual, pois ele potencializa os deslocamentos urbanos e o direito de escolha de trajetos a serem percorridos e de horários em que eles se realizarão (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 127).

Trata-se, portanto, da relação entre diversas variáveis, ainda que algumas delas (pelas opções feitas nesta tese) se destaquem ou se sobressaiam em relação às demais. Além disso, como também se refere a uma questão que antecede, mas também, orienta a realização de determinadas práticas espaciais, esses posicionamentos contribuem para delinear algumas características do *habitus* territorial de determinados grupos de citadinos com características similares, quanto às condições de uso e consumo do espaço urbano.

3.2.5. A expressão de alguns mecanismos de controle socioespacial em distintos *habitat* urbanos

Como mencionado nos subcapítulos 3.2.2 e 3.2.3, a busca por níveis mais elevados de segurança, por parte dos segmentos de mais alto poder aquisitivo, comparece como um dos principais motivos que apoiam a decisão pela mudança para um espaço autossegregado. Além disso, boa parte das atividades realizadas pelas associações de moradores (ou equipe de administradores) dos espaços autossegregados, também está pautada por essa lógica.

Nesse sentido, as respostas fornecidas a uma questão mais direta sobre os dispositivos e/ou sistemas de segurança adotados podem oferecer mais elementos de comparação, no tocante aos mecanismos de controle socioespacial, entre os distintos *habitat* urbanos pesquisados.

Para Carla, há o reconhecimento de que os mecanismos de controle socioespacial nunca são plenos, no entanto, são imprescindíveis para se garantir níveis mais elevados de segurança:

> *[Quais tipos de controle ou sistemas de segurança existem em seu bairro e na sua residência? Em que medida eles contribuem para aumentar a segurança?] Cerca elétrica, portaria no condomínio. Não é um controle extremamente eficiente, mas também não é deficiente. Eu acho que são importantes para a nossa segurança sim. São efetivos! Sem eles a gente não se sentiria seguro (Carla, 53 anos, dentista, Jardim Morumbi, Presidente Prudente).*

Já para Amanda, em comparação aos espaços autossegregados implantados pelo Grupo Damha, a dificuldade em estabelecer consensos para uma efetiva adoção e um pleno funcionamento dos mecanismos de controle socioespacial, tem dificultado “a busca por mais segurança”, como um processo contínuo, no Jardim João Paulo II:

> *Eles controlam a entrada da funcionária através de um documento, uma ficha da funcionária. Quando é a diarista, eles ligam avisando que está chegando. Agora, segurança aqui em casa não precisa. Tem a ronda que se mantém e a minha segurança aqui é fechar a minha casa. Eu acho que não tem necessidade. Se eu pago já tudo isso, não tem necessidade de eu ter alarme. [Eventualmente, teve algum roubo aqui, ou nos vizinhos que você tem conhecimento?]. Já teve roubo, mas foi tudo antes de por a cerca elétrica. Tem coisas, assim, mais no passado. E teve um caso que entraram em uma casa que fica próximo ao muro. (...). Foi colocada essa cerca elétrica, mas depois teve uma responsabilidade dessa cerca, porque uns não concordavam em ligar a cerca e outros concordavam em ligar a cerca, então, teve uma discussão. Há sempre um conflito! Quando nós instalamos o interfone, no caso que a gente tem hoje na portaria, antes não tinha... Era um serviço que eles ligavam no telefone, e às vezes ligava e estava ocupado. Aí tinha que sair alguém de lá e vinha na casa para saber se a gente queria receber a visita. Mas teve uns três moradores que não concordaram (Amanda, 55 anos, corretora de seguros, Jardim João Paulo II, Presidente Prudente).*

Benjamin destaca a ação ostensiva dos mecanismos de controle socioespacial para desestimular contatos interpessoais ou situações indesejáveis, tendo em vista, garantir a segurança individual:

> *No condomínio, como ele é um condomínio fechado, existe um sistema de controle de entrada de pessoas não moradoras. Fora isso, existe vigias do condomínio que rodam de moto tanto de dia quanto de noite. Estão cuidando de toda essa parte de segurança. Na minha casa não tem nada, só tem as portas, as fechaduras. [Em que medida eles contribuem para aumentar a sensação de segurança?] Então, aqui em Prudente, pelo que eu percebo, a questão do condomínio fechado... Ela dá bastante segurança para cada indivíduo, porque é muito difícil as pessoas mal intencionadas, ladrões, assim, enfrentar toda essa segurança (Benjamin, 52 anos, engenheiro civil, Parque Residencial Damha I, Presidente Prudente).*

Para além do incremento de dispositivos de segurança nas áreas comuns dos espaços autossegregados, uma parcela de seus moradores também perspectiva ou efetivamente adota tais dispositivos para o espaço privativo da habitação:

> *[Afora os dispositivos de segurança já existentes no condomínio, há algum deles na sua residência?] Não. Mas estamos pensando em colocar câmeras na casa. [Aí seria uma medida a mais?] Exatamente. Não que há uma necessidade, mas nós temos acesso. [Aqui nas ruas têm câmeras?] Algumas casas, em pontos estratégicos, têm (Anderson, 36 anos, consultor tributário, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

> *[Existe algum tipo de segurança na sua casa?] A gente mantém as portas sempre fechadas à noite. E quando a gente sai, tem cachorro no quintal que faz algum alarme. Não é porque estamos no condomínio que nós estamos cem por cento seguros. Então temos que ter alguns cuidados. E a gente faz seguro da casa... Questão de assalto também. Para dar um resguardo maior (Bento, 43 anos, empresário, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

Tais aspectos estão estreitamente associados, por parte de determinados segmentos sociais, a uma premente necessidade de incrementos contínuos de dispositivos de segurança mesmo que, "aparentemente", não haja tal necessidade em relação ao espaço privativo da habitação.

Na perspectiva de Sposito e Góes (2013, p. 227), a contínua necessidade de incrementos de dispositivos de segurança em espaços autossegregados complementam os anseios por *status,* "*de modo que qualquer um que tenha condições procura adquiri-los, mas, por outro lado, se subverte seu significado original de propiciar segurança, constituindo, potencialmente, fatores de insegurança".*

Como destaca Borja (2003) trata-se de aspectos que integram dinâmicas mais gerais relativas aos processos de reestruturação das cidades de padrões metropolitanos, mas que, também vem evidenciando-se no plano da produção de cidades médias e, nesse sentido:

> La ciudad se disuelve y perde su capacidad integradora, y la ciudad como sistema de espacios públicos se debilita, tiende a privatizarse. Los centros comerciales sustituyen a las calles y a las plazas. Las áreas residenciales socialmente homogéneas se convierten em cotos cerrados, los sectores médios y altos se protegen mediante polícias privados. Los flujos predominan sobre los lugares. Y los servicios privados, sobre los públicos. La sociedad urbana de la era de la globalización se caracteriza por uma desigualdade com uma movilidad ascendente, reducida a una minoria, por una vida social en la que prevalece la inestabilidad y la inseguridad (BORJA, 2003, p. 205).

Em relação aos espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, de modo mais ou menos semelhante aos espaços autossegregados, também tem havido necessidade de implantação de mecanismos de controle socioespacial, com a justificativa de se aumentar os níveis de segurança urbana:

> *Bom, no Jardim Petrópolis tem vigilância noturna e na residência tem sistema de alarme, cerca elétrica e monitoramento com câmera. Dá certa sensação de segurança, mas a gente sabe que, infelizmente, não é cem por cento. Porque as pessoas podem te pegar quando você está saindo ou chegando em casa (Diego, 58 anos, gerente aposentado, Jardim Petrópolis, Presidente Prudente).*

> *Temos cerca elétrica, alarme da casa e tem uma moto que passa a noite, uma vigilância, mas a gente não o contratou. Mas ele passa nas ruas e ele não ofereceu o serviço ainda (Emília, 24 anos, assistente técnica administrativa, Residencial Florenza, Presidente Prudente).*

> *Atualmente, no edifício em que eu moro, conta com câmeras, porteiro, sistema de biometria, cerca elétrica e alarme. É bem completo nesse sentido (Fábio, 37 anos, gerente comercial, Jardim Nova Aliança, Ribeirão Preto).*

Com base nesses aspectos, e sob a lógica do fomento ao mercado da segurança privada - que se associam aos desejos de se afastar dos incômodos existentes na "cidade aberta" (DAL POZZO, 2008) e aos signos de status, como modo de distinção social (SPOSITO e GÓES, 2013) – a difusão do discurso da insegurança do espaço urbano contribui para instaurar, de acordo com Reguillo (2005, p. 397), grupos de vítimas, em vez de grupos de cidadãos e, nesse sentido, tendem a comparecer, cada vez mais:

> (...) el temor y el medo como lazo societal primário, y aceleran el debilitamiento del pacto social y la acentuación del individualismo como forma de respuesta ante um mundo que no parece gobernable, ni asible, ni representable por ningún tipo de racionalidade fundada (fundamentada) em acuerdos colectivos (REGUILLO, 2005, p. 397).

Já nos espaços segregados e integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, como já mencionado, há uma tendência de não se adotar dispositivos de segurança de um modo geral:

> *No meu bairro nenhum sistema de segurança é adotado, e nem na minha residência. [Nem os guardinhas que ficam passando?] Não, não tem (Helen, 31 anos, agente técnica administrativa, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

> *[Referindo-se a sistemas de segurança residencial:] Não. Não tem alarme, não tem nada (Izadora, 63 anos, dona de casa, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

> *[Referindo-se a sistemas de segurança residencial:] Não tenho nada, porque eu durmo até com a janela aberta porque a casa é quente (...). Hoje o bairro está bom, está tranquilo, graças a Deus! Têm os "tortos" não é? Mas a gente tem que ficar atento. Polícia passa sempre lá, inclusive de madrugada. Às vezes, eu acordo, sempre na janela, vejo a polícia passar (Jussara, 58 anos, doméstica, Jardim Morada do Sol, Presidente Prudente).*

> *A segurança aqui é meus amigos, vizinhos e Deus! O índice de criminalidade aqui mudou bastante do que era há vinte anos. Hoje é mais tranquilo (Juliano, 58 anos, motorista, Jardim Morada do sol, Presidente Prudente).*

> *A gente não tem alarme. Esse tipo de coisa a gente não tem. Só nos carros mesmo. Mas na casa não tem. Só o mercado que um Senhor passa de moto, que às vezes, passa e é só. (...). O bairro é super tranquilo (Otília, 50 anos, confeiteira, Parque Watal Ishibashi, Presidente Prudente).*

> *[Referindo-se à segurança para a residência] Nenhuma! Eu e Deus mesmo. [Você acha o bairro tranquilo?] Não. Tranquilo não é! [Tem a pretensão de adotar algum dispositivo de segurança?] Eu tenho. [Você acha que existe necessidade?] Eu acho. [O bairro apresenta algum tipo de segurança?] Não! Tem muitas drogas ainda. Tem policiamento, mas acho que não resolve não! (Paloma, 44 anos, vendedora, Vila Líder, Presidente Prudente).*

Além disso, ao estender algumas justificativas no que tange a não adoção de dispositivos e serviços voltados à segurança residencial, os moradores de espaços segregados e integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, também ressaltam alguns dos efeitos, em termos de uma segurança relativa, ocasionados pela atuação do narcotráfico:

> *[Quais tipos de controle ou sistemas de segurança existem em seu bairro e na sua residência?] Nenhuma. Só no Brasil Novo que tem. Aqui não tem posto policial. É muito difícil ver um carro de polícia. Não precisei porque os meninos [referindo-se aos líderes do narcotráfico do Parque Alexandrina] que, hoje, estão envolvidos com a droga, a gente conhece desde pequenos. Então eles não mexem com a gente. Eles até passam na rua e conversam (Mônica, 42 anos, dona de casa, Parque Alexandrina, Presidente Prudente).*

> *[Referindo-se à segurança para a residência] Só tem interfone. Nunca teve necessidade. É até irônico falar, mas é mais seguro que qualquer outro lugar da zona sul. Porque eu acho que o pessoal ali, não quer problema ali mesmo. Então, assim, eles prezam a segurança não é? Às vezes, até por ser um bairro que tem muito tráfico, tem muito pessoal que... É pessoa da comunidade que já foi envolvida com o mundo criminal, então eles acabam fazendo a própria segurança ali. Então eles não querem que roubem ali, não quer que se faça nada, por conta das outras atividades ilegais que tem ali no bairro. E em relação à Polícia Militar, eu acho que é até presente, só que não faz a presença. Estão presentes por estar, fazem vista grossa, enfim (...) e todos conhecem todo mundo, pelo menos a um raio de (...) trezentos metros, você conhece todo mundo ali, pode ser um churrasco, às vezes, sair para algum lugar, então, é uma coisa bem mais íntima, é questão de segurança também, pois, você viaja e deixa a chave com o vizinho. Olha: Eu estou indo viajar! Dá uma olhadinha para mim? (Joel, empresário, 34 anos, Conjunto Habitacional Quintino Face II, Ribeirão Preto).*

> *(...) não tem interfone, não tem cerca elétrica. Só um cadeado mesmo. [Quase não tem roubos ou furtos aqui?] Aqui não tem, porque os próprios traficantes, eles não aceitam que roubem nada aqui. Acaba sendo uma proteção maquiada. Por um lado, eles proíbem umas coisas, mas por outro, eles destroem a família dos outros. Eu conheço tantos meninos, mesmo crianças, que estão todos no tráfico e que acaba vivendo nessa situação por causa deles, então é uma proteção falsa (Patrícia, 42 anos, comerciante, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).*

> *[Quais tipos de sistemas de segurança existem em seu bairro e na sua residência?] Não tem, porque na esquina da minha casa tem uma boca de tráfico. Então pelo fato... Eu fui nascido e criado no bairro e eu tenho amizade com todo mundo lá, então, eu saio da minha casa e eu só passo um cadeadinho no portão e minha casa fica aberta. (...) É um sistema, na verdade, aqui é um sistema (...). A verdade é o seguinte: Aceitar, você realmente não aceita, porque estão ali num ato ilícito, mas, pelo fato de você morar e conviver, você fica imparcial e, para não te prejudicar também, porque você sabe que, na esquina da sua casa, tem o maior tráfico de drogas, você vai ligar para a polícia? Então, na verdade, você evita conflitos. [Mas você percebe, por exemplo, que tem viaturas policiais?] Tem, mas assim, é aquela coisa que falta. Se fosse constante, não seria do jeito que é, porque quando eu tinha dez anos de idade, não existia isso lá, entendeu? Está certo que, hoje, tem em todo lugar, seja nos Campos Elíseos, seja no Bairro Ribeirânia, classe média e classe média alta, tem tráfico e a gente sabe que tem. A gente vê e finge que não vê. Esse é o sistema. É o que se vê quando você assiste a um telejornal. Você vê! Aí, em alguma hora, acontece um assassinato lá. [Alguém o questiona:] Você viu? Não! Eu não vi nada. Isso é fato! (...) quando acontece e a gente fica sabendo, o próprio pessoal que é envolvido nesse meio, eles vão lá e resolvem, porque, hoje em dia, é o seguinte: Quando você necessita do auxílio da Polícia Militar, você liga e eles vão aparecer depois de uma hora, uma hora e meia, às vezes, até duas horas, então, a verdade é que está desacreditada. Eu não acredito [referindo-se ao descrédito depositado na Polícia Militar]! (...) teve uma ocasião em que eu estava entrando no Bairro, aí os policiais me pararam, fizeram uma abordagem: Eu falei: Nossa! Que bom seria se vocês fizessem isso sempre. Aí, ele falou: Infelizmente, não é assim. Então, quer dizer, eles recebem ordens para fazer esse tipo de coisa, mas não é com frequência (Vilmar, 39 anos, motorista, Parque São Sebastião, Ribeirão Preto).*

Entre os espaços segregados e integrados, voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, pesquisados, como no Jardim Santa Mônica, em Presidente Prudente, e Jardim Procópio, em Ribeirão Preto, há serviços de vigilância pagos, disponíveis aos moradores.

Para Olívia, a prestação de tais serviços contribui para que se aumentem os níveis de segurança no Jardim Santo Mônica, em Presidente Prudente.

> *No meu bairro tem aqueles motoqueiros que passam, periodicamente, para quem paga, no caso fazendo vigilância e em casa nenhum meio de segurança. Acho que acaba inibindo porque ele faz uma rota, então, ele sempre está passando. Então acho que inibe qualquer pessoa que queira roubar e no meu bairro não tem muitos assaltos (Olívia, 29 anos, agente técnica administrativa, Jardim Santa Mônica, Presidente Prudente).*

Já para Nilo, há outros fatores, sobretudo, em relação a certo nível de descaso da Polícia Militar e, em função da atuação do narcotráfico, que impedem que se estabeleçam níveis mais satisfatórios de segurança no Jardim Procópio, em Ribeirão Preto.

> *(...) eu coloquei cerca elétrica e alarme, porque minha casa é de esquina, e tem o pessoal à noite que faz ronda de moto. (...) me deu um pouco mais de segurança, mas o bairro ainda é perigoso. Têm muitos roubos e ladrão, quando quer, rouba de qualquer jeito. E a nossa Polícia Militar, que tem que agir rápido, ela não dá mais conta porque a criminalidade tomou conta em geral. O uso de entorpecentes dominou o mercado, então agora, a polícia só vai depois que aconteceu o problema. Dificilmente ela chega na hora*

> *que esta acontecendo, e demora de mais. Para mim, parece que eles fazem até pouco caso (Nilo, 52 anos, Mototaxista, Conjunto Habitacional Joaquim Procópio, Ribeirão Preto).*

Por outro lado, segundo Nilson, tem havido um esforço conjunto dos moradores no sentido de se aumentar os níveis de segurança do Jardim Planalto Verde:

> *[Referindo-se aos moradores do Jardim Planalto Verde:] (...) ultimamente estão conversando mais sobre a parte de segurança devido ao aumento de assalto no Bairro. Eles estão fazendo um acordo com a polícia para melhorar isso, com instalações de câmeras, segurança de rua, alarme e aumentar o muro (Nilson, 47 anos, vendedor, Jardim Planalto Verde, Ribeirão Preto).*

Entre os moradores de espaços segregados, Márcio relatou uma estratégia de segurança praticada em sua moradia, no Jardim Humberto Salvador:

> *Hoje eu não vejo necessidade [referindo-se à ausência de sistemas de segurança residencial], mas, eu pago um seguro da casa já faz uns sete anos. Pago um seguro residencial, mas, graças a Deus, nunca aconteceu nada não! Nunca tivemos problemas em termos de segurança não. (...). Eu estou pensando, às vezes, se eu mexo um pouco na casa. Eu não tenho vontade de deixar essa casa pintada, pintada não! Eu não sei o porquê! Mas é para não chamar muita a atenção também. É um pouco de receio de não chamar muito a atenção depois. Na verdade, no final, é mais ou menos acompanhar o padrão do bairro (Márcio, 42 anos, técnico de informática, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

Com base nesse conjunto de excertos, relativos aos depoimentos de moradores de espaços segregados e de espaços integrados de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, há diversos pontos de semelhança entre eles, mas que se distinguem, mais expressivamente, em relação aos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo.

Em primeiro lugar, trata-se de um maior nível de valorização da “segurança de vizinhança” ou, ainda, do “espaço defensável”, nos termos propostos por Newman (1996), também presentes em uma parcela dos espaços integrados voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo, mas que se tornam mais dinâmicos no plano dos espaços integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, inclusive, nos espaços segregado, em parte, por consequência do estabelecimento de níveis mais expressivos de relações de sociabilidade entre vizinhos, como retratado em alguns depoimentos.

Além de questões relativas a poder aquisitivo menor, o baixo consumo de dispositivos de segurança e demais serviços privados de segurança, em parte, também se

associa a um maior nível de atuação do narcotráfico que, por meio de acordos tácitos junto aos moradores, tendo em vista, o afastamento dos serviços oferecidos pela Polícia Militar para o pleno funcionamento do processo de comercialização de substâncias psicoativas ilícitas, oferece um determinado tipo de "proteção" - porém, não sem consequências, como aquelas retratadas pelos depoimentos de Patrícia (42 anos, comerciante, Jardim Progresso, Ribeirão Preto) e Pedro (55 anos, Funcionário público, Jardim São Bento, Presidente Prudente) - na área residencial sob domínio, tendo em vista, coibir ações e, por vezes, solucionar atos e punir autores, relativos aos crimes de roubos e furtos.

No entanto, como esses acordos tácitos nunca se estendem à totalidade dos moradores, também se difundem tensões envolvendo certo caráter de descaso e descrédito depositado na forma de atuação da Polícia Militar, quando esta é requisitada.

Por outro lado, outras estratégias também têm sido adotadas como alternativas para se obter um maior nível de segurança residencial como, por exemplo, a manutenção do baixo padrão construtivo (inclusive, em termos de acabamento) da habitação, tendo em vista, coibir eventuais oportunidades de delitos relativos a roubos e furtos. O depoimento de Márcio (42 anos, técnico de informática, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente) torna-se bastante emblemático nesse sentido.

3.2.6. Lazer e compra de bens e de serviços pela Internet e a relação com um maior tempo de permanência no interior das habitações

A partir de outra questão feita aos entrevistados, foram levantadas informações relativas a outros serviços contratados para as habitações. De um modo geral, usos mais expressivos da Internet e da TV por assinatura pelos moradores de espaços autossegregados têm propiciado a realização de práticas de lazer e de aquisição de bens e de serviços no próprio espaço privativo da habitação evitando-se, nesse sentido, uma série de deslocamentos no espaço urbano.

> *[Quais são os outros serviços que você contrata para a sua residência?] TV por Assinatura, Internet. [O que mudou em sua rotina após a contratação e utilização desses serviços?] Nada, a minha rotina é a mesma. Nós ficamos muito em casa. Por isso que contratamos esses serviços. Para ter um maior lazer em casa mesmo. Nós somos caseiros. [E, em relação à Internet:] Utilizo para fazer compras de produtos eletroeletrônicos, que a gente não tem um desconto maior ou não tem o produto aqui (Carla, 53 anos, dentista, Jardim Morumbi, Presidente Prudente).*

Hoje eu tenho a Cabonnet e a SKY. Eu já tive o Speed, mas aqui não funciona, não chega sinal. Então os operadores dizem que aqui é uma zona morta na região. As operadoras de telefonia celular disseram que tem duas torres que se encontram e não dá sinal, então nós tínhamos esse problema. Eu até comecei a pagar um serviço mais caro, só que não funcionou, e apareceu a Cabonnet e acabou o problema. [Vocês consideram que vocês acabaram usando mais Internet por conta dessa melhoria ou não?] Sim, sabe por quê? Hoje eu uso o Wi-Fi. Chego com o celular e uso a Internet e antigamente não tinha isso. Antes eu só usava o computador lá em cima no roteador. Hoje não. Eu uso o notebook. Já comprei muito por Internet quando estou sem tempo. Comprei o microondas e mandei entregar na minha filha. Eu gosto de comprar presentes, porque já entregam para mim. Esse ano mesmo eu comprei um edredom e mandei entregar para o meu filho que mora longe. Antigamente, não era assim, e eu ficava esperando ele vir em casa. Hoje é tão fácil, principalmente, roupas de cama, mesa e banho. Você encontra preços bons com marcas muito boas. Comprei já máquina de lavar, microondas, um processador... [E em relação ao uso do telefone:] Eu ligo no Supermercado Nagai (...) e passo a lista de compras quando se está atarefada. Eu já tenho um cadastro meu lá. Muitas pessoas usam e lá tem alguns produtos que outros supermercados não têm. (...). Às vezes, eu peço à tarde ou de noite, e eles me entregam no outro dia cedo (Amanda, 55 anos, corretora de seguros, Jardim João Paulo II, Presidente Prudente).

Eu tenho uma piscina, então, eu tenho uma pessoa que cuida da piscina e, eventualmente, jardineiro (...). Tenho serviço de telefone e de acesso à Internet e a minha rotina não mudou muito. Mas esses serviços... Eles realmente prendem a gente mais em casa. Minha família gosta de assistir filmes e existem muitas programações nesses serviços de TV. Nós temos costumes bem caseiros. E, em relação às compras por Internet, utiliza-se, geralmente, para aquisições dentro da minha empresa, como equipamentos, computadores, celulares e existem algumas empresas que são muito fortes, muito idôneas, e a gente fica com mais confiança (Benjamin, 52 anos, engenheiro civil, Parque Residencial Damha I, Presidente Prudente).
Manutenção de ar condicionado, eletricista para fazer um reparo quando tem algum problema elétrico, basicamente isso. Internet banda larga e TV por assinatura. Aí é mensal, aí é um plano. Aí tem planos específicos para telefonia, Internet. (...). Na verdade, nós passamos a fazer uso mais frequentemente depois que mudamos para cá (Anderson, 36 anos, consultor tributário, Condomínio Porto Seguro, morador desde 2010, Presidente Prudente).

[Utiliza a Internet para compras?] Ah, sim! Bastante. Eu acho que isso é uma coisa que vem aumentando nos últimos anos e é uma tendência eu acho. Você, cada vez mais, principalmente em cidades grandes, fazendo compras via Internet, você deixa de deslocar! Um exemplo disso é a própria Net com esse canal da Now aí: Antes, eu locava muito DVD para assistir. Hoje em dia você, pelo próprio canal da Now, você loca ali e já assiste, ou seja, você deixou de ir até a locadora e depois voltar. O ser humano está se isolando cada vez mais. Eu acho que as locadoras vão acabar (Álvaro, 47 anos, médico, Condomínio Royal Park, Ribeirão Preto).

Informática e eletroeletrônicos, aí já entra a Internet. Tem que comprar pela Internet, porque você tem algumas lojas ali no shopping, que é forte nisso, e tem algumas boas, mas é questão de qualidade e preço. Eu uso pouco a Internet para comprar. Minhas filhas fazem muitas compras via Internet. A Internet facilita muito. A locomoção, que você não tem que se deslocar, entendeu? Tem mais praticidade. Você compra a primeira vez e depois você fica testando, e você vai ganhando confiança (Armando, 74 anos, advogado aposentado, Residencial Quinta do Golfe, Ribeirão Preto).

> *Tenho TV a cabo e Internet. [São serviços recentes ou não?]. Não. Eu não tinha quando eu morava no Ipiranga. Foi quando eu vim para cá. Como eu não tinha, agora eu uso mais. Eu compro, tenho feito compras, tudo pela Internet, e estou gostando bastante. (...). Eu não tinha porque eu usava muito no trabalho e aí a gente ficava: Vamos por aqui em casa? Ah, vamos esperar mudar! (...) eu tenho feito bastantes compras pela Internet e estou preferindo e, também logo que eu mudei, eu engravidei. Aí fica mais difícil ainda você querer sair. As coisas do bebê eu comprei quase tudo pela internet. Então, isso facilitou bastante. [Você acha que evitou muitos deslocamentos por conta da Internet?]. Com certeza! E não é só pelo deslocamento. O preço também está muito bom na Internet (...), a gente comprou uma TV pela Internet e, assim, comprei tudo: As prateleiras para o banheiro eu comprei na Internet (Cristiana, 32 anos, Professora, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*

Já para Bianca e Bento, embora utilizem a Internet para comprar alguns tipos de produtos, em geral, tendem a utilizá-la como um meio pelo qual se realiza a pesquisa de preço e, em seguida, recorrer, preferencialmente, às lojas físicas para iniciar a negociação com o vendedor.

> *[Vocês costumam utilizar a Internet para compras?] [Bento:] Nós pesquisamos, mas vamos mais ao Centro mesmo. Preferimos comprar mais na loja mesmo. Nós compramos pela Internet, às vezes, celular, sapato, viagem. Já compramos algumas coisas para casa. Nós compramos sempre no Magazine Luiza do Prudenshopping. [Bianca:] É que sempre que tem alguma promoção, por exemplo, uma TV, vamos à loja do shopping por causa do horário, que sempre fica aberto até mais tarde. [Bento:] Eu fiz algumas amizades no shopping. Até pela facilidade de parar lá... Mas, antes, coto pela Internet, para ver se tem alguma diferença de preço e vou até lá e brigo alguma coisa no preço (Bento e Bianca, ambos com 43 anos, empresários, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

Em oposição a este lógica, Carlos, tende a evitar os deslocamentos para realizar compras em lojas físicas, sobretudo, aquelas que se localizam no Centro principal e, nesse sentido, além dos shoppings centers, também têm recorrido à Internet:

> *[Em relação às compras de roupas, sapatos e acessórios para vestuário:] No Centro da cidade eu, praticamente, nunca mais fui, pela inviabilidade de estacionamento, calor. Eu compro em shoppings mesmo, lojas de departamentos e, às vezes, eu compro pela Internet também. Muita coisa eu compro pela Internet. [Quais outros produtos você costuma comprar pela Internet?] Por exemplo, eletrodomésticos eu comprei tudo pela Internet: microondas, forno elétrico... [E as lojas do Centro você não usa?] Na verdade, eu cotei e acabei comprando pela Internet (Carlos, 33 anos, biólogo, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*

De modo mais ou menos semelhante, os moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo, também tendem a fazer um uso expressivo da TV por assinatura e Internet com o objetivo de se evitar deslocamentos e permanecer por

maiores períodos de tempo no interior da habitação, além de se obter melhores preços pelos bens e serviços adquiridos via Internet.

> *Temos TV por assinatura e Internet. Eu acho que são coisas assim que fazem a gente ficar mais tempo em casa, assistindo TV, na Internet (Emília, 24 anos, assistente técnica administrativa, Residencial Florenza, Presidente Prudente).*

> *(...) a gente tem Internet, tem TV paga (...). (...) é uma facilidade que a gente tem agora. De buscar mais informação, entretenimento, mesmo. Fiquei mais em casa, verdade... Mais em casa (Gilson, 32 anos, assistente técnico administrativo, Jardim Paulista, Presidente Prudente).*

> *[Utiliza a Internet para fazer compras?] Sim, aparelhos, eletroeletrônicos, pela praticidade. Às vezes, você pesquisa oferta, acha algum item em oferta e os preços, às vezes, acabam sendo mais barato que comprar localmente (Diego, 58 anos, gerente aposentado, Jardim Petrópolis, Presidente Prudente).*

> *Eu gosto [referindo-se à preferência por realizar compras na Internet], porque você pode fazer uma cotação de preços sem sair de casa e, para mim, sempre deu certo, e eu compro eletrodoméstico (...), eu comprei computador, e é mais pela questão da praticidade e pela facilidade de pagar pelo cartão (...) e eu acho gostoso usar a Internet (Eliana, 61 anos, professora universitária aposentada, Parque Higienópolis, Presidente Prudente).*

Como exposto, há uma tendência de redução de uma parcela dos deslocamentos realizados no espaço urbano, sobretudo, aqueles ligados às práticas de lazer e de consumo de bens e de serviços, por consequência do aumento do uso da TV por assinatura, Internet e telefone para tais fins, pelos moradores de espaços autossegregados e espaços integrados voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo.

A redução de tais deslocamentos tem rebatimento direto em termos de um maior tempo de permanência nas habitações o que, em grande medida, tende a reforçar relações mais intimistas e nucleares, em detrimento das relações socioespaciais mais amplas.

Além da busca por melhores preços, essas mudanças nas práticas espaciais também se ligam a outras justificativas como, por exemplo, um maior nível de praticidade que se soma à esfera da otimização do uso do tempo.

Além disso (e, em detrimento do uso e consumo no Centro principal), também se destaca um maior consumo de bens e de serviços que se realizam em *shopping centers*, entre outros aspectos, por consequência do funcionamento desses equipamentos em dias e horários mais flexíveis, comparativamente, àqueles adotados e praticados no Centro principal.

Trata-se, na perspectiva de Gomes (2002, p. 182-186), de novas práticas espaciais que compõem um conjunto de mudanças no espaço urbano contemporâneo que tem sido explicado pela ideia de “emuralhamento da vida social” e, nesse sentido, admite-se que:

> (...) uma série de equipamentos e serviços são cada vez mais difundidos com o intuito de facilitar o acesso ao confinamento social. Serviços telemáticos (...), de telefonia, redes de televisão com ofertas de diversos canais, Internet, (...), penetram com velocidade crescente e magnitude ampliada (...) e são adquiridos mesmo pelos baixos estratos das classes médias urbanas. O mundo chega até nós sem que precisemos sair de casa (...). [Uma das consequências] é a vivência cada vez menor do espaço da cidade. O uso da via pública se restringe progressivamente ao seu valor instrumental primário, a circulação. Saímos cada vez menos e quando o fazemos, em geral por absoluta necessidade, devemos usar um automóvel, que nos levará a um lugar preciso, onde, habitualmente, reproduz-se a idéia de confinamento e de segurança. Esta parece ser a explicação pela qual os grandes *shopping centers* estão continuamente cheios (...) (GOMES, 2002, p. 183-184).

Os excertos dos moradores de espaços autossegregados e integrados, voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo, entrevistados e citados acima, revelam algumas semelhanças com aqueles expostos por uma parcela de moradores de espaços segregados e integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, ou seja, ampliam-se, de um modo geral e, como tendência, o número de horas consumidas com o uso da Internet para o consumo de bens e de serviços e o lazer e, consequentemente, um maior tempo de permanência no interior da habitação:

> *Para nós aqui, Speed eu sempre tive, desde a época que eu me mudei para cá, mas, passou uma época em que o Speed não estava dando mais certo. Porque se usava muito para filmes, para desenhos. Eu pedi um serviço mais rápido, mas não foi possível a empresa me atender. Até para o meu emprego mesmo: Às vezes, dá um problema com um cliente e aí, daqui de casa eu consigo conectar nessa pessoa e fazer o serviço pelo acesso remoto e, às vezes, ficava muito lento. Eu não conseguia acessar. Aí eu tive que pedir para uma empresa que trabalha com fibra ótica, a Fleetnet, e aí eu coloquei. Como aqui em casa tem o roteador, usa-se muito. Ela supriu a necessidade da família. Então o uso vai desde o lazer até o trabalho profissional e fez com que eu evitasse alguns deslocamentos e fazer serviços com mais qualidade. Também tenho a Sky há sete anos. Eu tenho três televisões e as três ficam ligadas. Cada um assistindo uma coisa diferente. Aqui a energia é alta, mas a gente usa. E, em relação às compras de eletroeletrônicos, são feitas tudo pela Internet, pelo site das Lojas Americanas. E a Dell eu compro pela nossa empresa, porque ela também é associada à Dell, então, compramos no site da Dell. Tudo eu compro pela Internet. No local, só roupas mesmo, e o que é de comer e beber (Márcio, 42 anos, técnico de informática, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

[Sobre as compras na Internet:] Utilizo. Comprei celular, notebook, televisão, roupas, porque, na verdade, é mais barato! (Olívia, 29 anos, auxiliar técnica administrativa, Jardim Santa Mônica, Presidente Prudente).

Eu tenho TV por assinatura, telefone e Internet. Prendeu, assim, oitenta por cento a mais em casa e deram mais opções. A TV por assinatura proporciona mais opções e minha família não mora aqui, então eu tenho muito mais contato, agora, com a Internet, do que antes, quando não tinha a Internet em casa. [Utiliza a Internet para compras?] Para algumas coisas só. Meu marido é cabeleireiro e faz compras de cabelo, que ele faz aplique. Ele já comprou celular, já comprou tênis, já comprou camiseta, boné. [Como você avalia esse tipo de compra?] É bom e tem a tendência... Porque aí você não tem que sair de casa e é mais barato ainda, embora não vai chegar à mesma hora como se você tivesse ido comprar no Centro. Mas proporciona muito mais comodidade (Heloísa, 27 anos, operadora de caixa, Conjunto Habitacional Adelino Simioni, Ribeirão Preto).

Tenho Internet e TV a cabo. Mudou muita coisa, porque na TV aberta não tem conteúdo nenhum, e na TV a cabo tem uma programação melhor (...), e a Internet me trouxe mais comodidade. Têm dias que nem preciso ir ao banco. Faço tudo daqui de casa mesmo (Renata, 28 anos, comerciante, Jardim Marchesi, Ribeirão Preto).

Tenho TV a cabo, Internet. Eu sou usuário há algum tempo e, principalmente, a gente não precisa se deslocar, pois, você tem mais interatividade dentro de casa, com certeza. (...). (...) de um ano para cá, eu estou utilizando a Internet para consumir. Eu prefiro ir pessoalmente e comprar (...) mas é por questão de preço. Eu acho que sai mais barato sempre pela Internet e, quando não se precisa imediatamente do produto eu procuro sempre a Internet (Joel, 34 anos, empresário, Conjunto Habitacional Quintino Face II, Ribeirão Preto).

Tenho Internet, TV a cabo e melhorou a qualidade, até cultural, porque tem muitos programas que na TV aberta não têm e a paga têm (...) e a Internet, se você quer saber algo é só puxar na Internet que aparece na hora (...). Antes, tínhamos que ir a bibliotecas, acionar CDs. Também faço compras pela Internet. Já comprei faqueiro, celular, conjuntos de churrasqueiro, todos no Shoptime, porque tem mais comodidade e algumas vezes, até mais barato (...) (Nilo, 52 anos, mototaxista, Conjunto Habitacional Joaquim Procópio, Ribeirão Preto).

Eu já comprei muito pela Internet, para te falar a verdade. Eu comprava muito. Hoje, eu compro menos, mas, o que eu comprei esse ano, eu comprei na Internet e a entrega foi feita aqui na loja, porque eu fico aqui o dia inteiro. Já comprei eletrodoméstico (...), comprei um liquidificador, uma sanduicheira, e já comprei tênis. [Você prefere comprar na Internet ou em lojas físicas?] Eu vou a lojas físicas, às vezes, para conhecer o produto, assim, para saber como ele funciona ou a capacidade. Na Internet, você procura para comparar preços e, às vezes, acontece de olhar o produto na Internet e na loja física e comprar na loja física porque eu achei até mais em conta. Então, (...) sempre tem que pesquisar (Norberto, 26 anos, vendedor, Jardim Geraldo Corrêa de Carvalho, Ribeirão Preto).

Por outro lado, para uma parcela dos moradores de espaços segregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, entrevistados, o

consumo de bens e de serviços pela Internet - mesmo em decorrência da tendência de aumento de seu uso - tende a ser pequeno, não apenas pelo poder de compra menor, mas também, por um maior nível de desconfiança depositado neste meio de compra.

Nesse sentido, para Otília e Tainá, moradoras de espaços integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo de Presidente Prudente:

> *[Sobre as compras na Internet] Não. Eu não gosto muito de Internet para compras, assim, porque não é muito confiável ainda. Eu acho que aqui no Brasil, ainda, deixa muito a desejar (Otília, 50 anos, confeiteira, Jardim Watal Ishibashi, Presidente Prudente).*

> *Tenho Internet há uns dois meses e é para se ter um acesso a mais a conhecimentos, e também, tem umas coisas que eu quero pesquisar e fazer um curso de inglês. [Você tem utilizado a Internet para comprar?] Não! Ainda não. Não sei se confiaria (Tainá, 42 anos, auxiliar de enfermagem, Vila Brasil, Presidente Prudente).*

Além disso, para outra parcela de moradores de espaços segregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, o uso da Internet tende a ser expressivo apenas no que se refere à realização do lazer.

> *(...) eu utilizo pouco a Internet. Já comprei calçados. O meu esposo usa muito para jogos (Helen, 31 anos, assistente técnica administrativa, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

> *Temos Internet e TV por assinatura. (...). A gente passa mais horas conectada com as noticias em relação à Internet. E a TV é bom que é uma opção de lazer para o meu filho. Saber que ele tá ali assistindo, se distraindo (Helen, 31 anos, agente técnica administrativa, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

> *[Sobre as compras na Internet:] Não. Nunca comprei! Só uso para entretenimento, e para minha filha, que tem dezessete anos, e faz trabalhos de escola (Mônica, 42 anos, dona de casa, Parque Alexandrina, Presidente Prudente).*

Podendo se estender a uma parcela dos moradores de espaços segregados, o depoimento de Ubiratan, morador de um espaço integrado voltado aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, retrata outro aspecto que se relacionam às frustrações pessoais e desconfianças, que levam a um baixo nível de interesse pelo consumo de bens e de serviços realizados por meio da Internet:

> *(...) uma vez eu comprei no site do Carrefour, um notebook. Foi no aniversario da minha filha mais velha. A venda foi fechada, passou-se o cartão de crédito e, depois de seis dias, a gente recebeu uma mensagem que a venda não foi concluída e eu tive que ir à loja física e fazer a compra pessoalmente. A última, agora, foi o Iphone 5, que eu acabei comprando para ela e eu comprei no site das Casas Bahia e passei o cartão também e, no dia seguinte, teve um aumento no preço pelo site. Eu comprei por mil e oitocentos e quarenta e a venda foi recusada e, quando eu tive que ir à loja física, eu acabei pagando mais de dois mil reais. As duas compras que eu tentei fazer pela Internet não deram certo e eu não faço mais (Ubiratan, 43 anos, vendedor, Vila Virgínia, Ribeirão preto).*

Em contraposição a esta lógica, Valdir, mesmo morando em espaço integrado próximo ao Centro, ao qual, pode ter acesso rápido a determinados bens de consumo, ressalta outros aspectos - como aquela que se relaciona a um maior grau de imprevisibilidades e insegurança do espaço urbano - que têm estimulado um maior número de compras realizadas pela Internet:

> *Agora lançou uma lei no pacote de Internet no celular e eu estou comprando mais, porque eu uso bastante, e porque está associado ao celular. Tenho um pacote, que eu tenho em casa, da Net, e é considerado bom. Minha mãe começou a comprar agora pela Internet. Comprou uma fritadeira (...) e eu também me interessei por um relógio e eu comprei. Além disso, no site aonde eu comprei o celular tem loja física e eu fui à loja e comprei, mas, depois, minha mãe falou que o cartão estava liberado para comprar no site, então, se fosse hoje, eu teria comprado pelo site. Não precisaria nem ir à loja. Pela Internet, tem mais comodidade, evita sair de carro ou ter um assalto. Tudo pode acontecer! [Então a tendência da família é que venha a aumentar o número de compras realizadas pela Internet?] Com certeza (Valdir, 19 anos, vendedor, Campos Elíseos, Ribeirão Preto).*

Diante de tentativas de se evitar as imponderabilidades no plano do uso e consumo da cidade em sua diversidade por meio do uso expressivo da Internet, o depoimento de Valdir é emblemático no sentido de demonstrar tendências de alterações no *habitus* territorial e nas práticas espaciais de modo a prestigiar o espaço privativo da habitação e, desta perspectiva, alinha-se à ideia de "emuralhamento da vida social", defendida com Gomes (2002, p. 182-186) que, juntamente com outras dinâmicas, vem redefinindo os *"quadros da vida social e coletiva"* e *"modificando o estatuto das práticas sociais e espaciais"* no espaço urbano contemporâneo (GOMES, 2002, p. 172).

3.3. Perspectivas territoriais da fragmentação socioespacial: As práticas espaciais do consumo segmentado

3.3.1. As práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados

3.3.1.1. Setor sul de Ribeirão Preto

Neste primeiro bloco de análise das práticas espaciais, tratamos daquelas realizadas pelos moradores de espaços autossegregados do setor sul de Ribeirão Preto. Como pode ser verificada a partir dos Mapas 18 e 36, uma expressiva parcela desses moradores entrevistados estabelecem moradia além do anel viário contorno sul e com proximidade espacial em relação ao Shopping Iguatemi.

Em número menor, os demais entrevistados, moradores de espaços autossegregados, residem aquém do Anel Viário Contorno Sul e, nesse sentido, uma maior proximidade espacial passa a se estabelecer, tanto com o Ribeirão Shopping, quanto com o Novo Shopping.

Com base nesse aspecto, a articulação entre a análise das práticas espaciais e a observação do local de moradia, representados nos Mapas 18 e 36, proporcionam mais elementos de comparação, sobretudo, em termos do que pode (ou não) ser considerado como tendência entre os moradores de espaços autossegregados, no que se refere ao plano do consumo segmentado do espaço urbano ribeirão-pretano, a partir do qual possam apontar elementos do processo de fragmentação socioespacial.

Feito essas considerações iniciais, as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e serviços de Alexandre tendem a se concentrar no setor sul, privilegiando tanto as proximidades mais imediatas ao local de moradia, como aquelas que se realizam no Supermercado Pão de Açúcar (localizado na Avenida Professor João Fiusa), quanto considerando outros grandes equipamentos urbanos, como o Clube de Compras Sam's Club, localizado em área contígua ao Novo Shopping, Cenourão Super Varejão, localizado no Jardim Paulista e a leste do Centro principal, e no Shopping Santa Úrsula, localizado no Jardim Higienópolis.

> *O que a gente frequenta mais é Pão de Açúcar, porque é pertinho aqui de casa. A parte de legumes e verduras tem o Cenourão, e quando é compra maior tem o Sam's Club. (...) esse Cenourão é especifico. É um pouquinho mais caro, mas tem mais qualidade, e você não desperdiça. Você compra uma fruta no Carrefour e tem que comer em dois ou três dias. Já [aquelas compradas no Cenourão], às vezes, dura uma semana. [E na parte de móveis e eletrodomésticos, onde tem comprado?] Eu comprei lá no Shopping Santa Úrsula (Alexandre, 65 anos, industrial, Condomínio Morro do Ipê, Ribeirão Preto).*

De modo distinto ao interesse pela busca por produtos e serviços com melhores preços dos moradores de espaços segregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, as práticas espaciais de Alexandre revelam outra característica tendencial dos segmentos de maior poder aquisitivo dotados de maior grau de mobilidade tratando-se, nesse sentido, da busca por produtos e serviços diferenciados ou de melhor qualidade.

Com a implantação do Shopping Iguatemi na Vila do Golfe, promoveram-se mudanças nas práticas espaciais de Álvaro, não apenas relacionado a um menor nível de consumo do Centro principal já consolidado, mas também, no que tange aos demais *shopping centers*. *Já às compras de vestuários:*

> *(...) acabo indo no shopping... As lojas que tem no Shopping. No meu caso eu gosto muito da Sergio K, da Crawford. [Passou a comprar mais, por exemplo, no Shopping Iguatemi?]. Sim, na verdade, hoje eu, frequento mais o Shopping Iguatemi pela proximidade, e por ser um shopping que ainda não tem... não está populoso. Então você acaba, digamos assim... Eu gosto. (...) eu acho que para a gente que está lá na zona sul vir ao Centro da cidade, só quando é muito necessário mesmo, porque o trânsito é uma coisa que dificulta bastante. (...) a gente gosta de sair muito para jantar em restaurantes, às vezes, passear e acaba indo no shopping. E o restante acaba ficando ali no condomínio mesmo. Em termos de supermercado vem sempre o Pão de Açúcar, talvez, pela proximidade, porque ele está ali perto da gente, e pelo costume de estar indo lá direto, entendeu? (Álvaro, 47 anos, médico, Condomínio Royal Park, Ribeirão Preto).*

O depoimento de Álvaro é emblemático no sentido de demonstrar a realização de novas práticas espaciais (características de uma fragmentação socioespacial por área), por meio das quais, tem promovido mudanças significativas do *habitus* territorial e que, nesse sentido, reforçam a reprodução destas novas práticas pela perspectiva de retroalimentação entre esses dois processos.

Tomando-se emprestado alguns termos - que se integram à perspectiva do *habitus* territorial, defendida nesta tese - utilizados pelos moradores de espaços autossegregados entrevistados, inclusive, de Álvaro, o uso frequente de determinadas porções do espaço urbano e de grandes equipamentos urbanos tende a se converter, cada vez mais, em "costume" e/ou "hábito".

Esse mesmo raciocínio pode ser empregado no desejo de se promover, por parte dos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo, rede de relações socioespaciais cada vez mais seletivas por meio da realização de práticas espaciais voltadas ao consumo segmentado do espaço urbano.

Tais desejos tendem a ser traduzidos pela aversão aos espaços de consumo com grande aglomeração de citadinos e que, baseados em termos que carregam certo grau de depreciação, podem ser descritos como espaços de “muvuca” ou, ainda, de “povão”.

Além disso, mesmo nos casos em que o encontro com o diferente não possa ser evitado, Bauman (2011) também ressalta outras características e estratégias para que não se promovam mudanças mais profundas, em termos do reconhecimento da diversidade socioespacial da cidade, muito menos, de uma fundamentação crítica ante as suas iniquidades socioespaciais. Nesse sentido:

> (...) os encontros (se houver uma possibilidade de que sejam permitidos) são *fragmentados, episódicos* ou ambos. São fragmentados no tanto que apenas uma parte dos *selves* multifacetados e seus múltiplos desejos e interesses sejam mobilizados no encontro – com o resto temporariamente suspenso, posto sub-repticiamente de lado, ou manifestamente contido por ser considerado *particular* (isto é, por ser presumido como irrelevante para este encontro aqui e agora). São episódicos no quanto os encontros sejam decretados como se não tivessem uma história passada e nenhum futuro. Seja o que for que diga respeito ao encontro, isso tende a ser gerado e esgotado na extensão do próprio encontro – ou seja, tem início, se desenrola e se conclui em seu decurso. Cada encontro ganha a aparência de uma entidade encerrada e até sustentada em si mesma. A consequência mais importante da natureza episódica do encontro é a *falta de consequências* – os encontros tendem a ser *inconsequentes* no sentido de não deixar um legado durável de direitos e/ou obrigações mútuos em seu rastro (BAUMAN, 2011, p. 74-75).

De modo semelhante, o *habitus* territorial e as práticas espaciais de Álvaro (47 anos, médico, Condomínio Royal Park, Ribeirão Preto) aproximam-se daqueles desempenhados por Armando (74 anos, advogado aposentado, Residencial Quinta do Golfe, Ribeirão Preto).

Em primeiro lugar, o principal motivo que levou Armando a se mudar de um espaço autossegregado mais próximo ao núcleo urbano do Distrito de Bonfim Paulista para um novo espaço autossegregado na Vila do Golfe, no setor sul de Ribeirão Preto, foi o de proporcionar um maior nível de proximidade espacial com o Shopping Iguatemi e o Novo Mercadão, localizado no Jardim Nova Aliança.

No entanto, pela carência de um supermercado de maior porte nas proximidades mais imediatas ao local de moradia, uma parcela das práticas espaciais anteriores foi mantida.

De qualquer modo, o conjunto das práticas espaciais (incluso, aquelas relativas ao lazer) de Armando distribui-se, predominantemente, pelo setor sul e, além disso, também reforça a perspectiva do não uso do Centro principal e a busca por produtos de maior qualidade, inclusive, em grandes estabelecimentos comerciais que não estão localizados tão próximos, espacialmente, em relação à sua moradia, como o caso do Sam's Club, contíguo ao Novo Shopping.

> *Supermercado eu uso muito o Sam"s Club. O Sam"s, para mim, é um dos melhores, porque ele tem bons produtos e tem preço. (...) Eu uso o Novo Shopping, e o Carrefour também atende. Em Bonfim Paulista, uso padaria, açougue... Essas coisas a gente usa lá, mas não é constante, é esporádico. [Em relação à vestuários:] A gente compra mais no shopping mesmo. [Prefere qual shopping?] O Ribeirão Shopping. Já o Shopping Iguatemi, muitas vezes, ele tem uma promoção. As minhas filhas ficam muito antenadas a isso e elas usam o Iguatemi. O Iguatemi é um shopping que está crescendo aos poucos, mas com qualidade. Ali está precisando urgente de um supermercado. O Pão de Açúcar é pequeno, não atende nossas necessidades, entendeu? Não tem muita variedade de preço. [Referindo-se ao Centro principal:] Não uso mais! Raramente se vai ao Centro comprar alguma coisa, visitar alguma loja e tal. Até porque é longe, é distante. Para sair da minha casa e ir lá ao Centro, nossa senhora, é uma loucura! E, depois, falta estacionamento também. Eu acho que, hoje, os shoppings estão liquidando esse mercado central. Esse mercado central são todas lojas antigas que não têm qualidade, não tem o produto que você procura, então, fica marginalizado. Fica fora de mão e até por uma questão de segurança. Você não vai comprar na lojinha da esquina! Você vai mais ao shopping. No shopping você tem qualidade, tem estacionamento, tem tudo! Conforto, ar-condicionado e você não vê passar o tempo.*
> *(...).*
> *Eu gosto muito de jogar tênis, então eu vou muito ao clube (...). Sábado e domingo é tênis. Eu sou sócio da Recreativa, que é ali na Avenida Nove de Julho e que, infelizmente, está com dificuldades financeiras por consequência de evasões, pois, a maioria das pessoas que constrói, constrói em condomínio, e o condomínio oferece (...) no meu condomínio tem duas quadras de tênis, mas (...) você acostuma jogar com certa galera, com a turma de sempre, e para você convidar para levar lá no condomínio, fica até desagradável. Você vai tirar o prazer de outros que moram lá? Então, você não forma aquele equilíbrio de jogar sempre junto ali, então, tem que ir ao clube, infelizmente.*
> *(...).*
> *Eu já frequentei, há muito tempo, o Parque Curupira [localizado no Bairro Ribeirânia] para fazer um exercício. Eu andava, caminhava. Por muito tempo eu fiz isso. Hoje eu faço caminhada ali na região dos Shopping Iguatemi. Eu saio do meu condomínio e desço. Vou até lá no Shopping (...), até porque, ali, eles fizeram uma passarela no meio da Avenida, então você anda ali, encontra pessoas conhecidas. É legal (Armando, 74 anos, advogado aposentado, Residencial Quinta do Golfe, Ribeirão Preto).*

O depoimento de Armando torna-se bastante emblemático no sentido de se estabelecer diferenças, segundo ele, entre o Centro principal e os *shopping centers* do setor sul de Ribeirão Preto.

Nesse sentido, o Centro principal não está equipado de modo condizente a atender suas prementes necessidades (ou condições aceitáveis) para a realização do consumo. O desprestígio em relação a esta área central liga-se, segundo Armando, aos seguintes aspectos: maior distância (medida pelo tempo necessário para acessá-la); infraestrutura e serviços de estacionamento insatisfatórios, baixa qualidade e diversidade dos produtos comercializados e serviços de lazer oferecidos, desconforto térmico e insegurança.

Em contraposição a esta lógica do Centro principal, a Vila do Golfe em Ribeirão Preto comparece como uma "área mista", na perspectiva de Salgueiro (2001), dotada de uma "policentralidade" (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 299) que, associada ao signo do novo, estabelece potencialidades para atrair, em curto e médio prazos, novos investimentos de modo a aglutinar e diversificar estabelecimentos comerciais e de serviços o que, em grande medida, tende a reforçar a tendência de fragmentação socioespacial por área neste megacomplexo imobiliário.

No tempo de curta e média duração, portanto, tal área pode contribuir para gerar - no que tange à valorização das praticidades cotidianas - comodidades e facilidades de acesso, de modo a privilegiar a segmentação do consumo desta parcela do espaço urbano.

Nesse sentido, o reforço à realização de práticas espaciais voltadas ao consumo segmentado da Vila do Golfe também desencadeiam mudanças relativas ao *habitus* territorial de seus moradores.

Trata-se, nesse sentido, da expressão e materialização de um território (fundado em formas espaciais e na relação "*habitus* territorial ↔ práticas espaciais" específicas) que, ao se confrontar com os demais territórios, define-se pela perspectiva de uma fragmentação socioespacial por área.

A tendência desse tipo de fragmentação socioespacial em Ribeirão Preto remete ao fato de que, diante das maiores distâncias espaciais (e temporais) e aspectos negativos relacionados ao trânsito mais intenso para se acessar o Centro principal, há uma premente necessidade de se otimizar o uso do tempo através organização de atividades diárias envolvendo as proximidades mais imediatas ao local de moradia[46].

[46] Tais aspectos relacionados às distâncias espaciais, ainda que não desconsiderados, tornam-se mais relativos em Presidente Prudente (considerando, especialmente, os segmentos de médio a alto poder aquisitivo que se deslocam por automóvel particular), tendo em vista, a menor dimensão de área ocupada por esta cidade média.

Mais ou menos nessa linha, a família de Bernardo (37 anos, engenheiro agrônomo, Condomínio Jardim Botânico, Ribeirão Preto), em geral, restringe as práticas espaciais voltadas ao consumo cotidiano de bens e de serviços ao Jardim Botânico e ao Ribeirão Shopping. Além disso, também expõe os motivos pelos quais não costuma frequentar o Centro principal:

> *Minha esposa vai uma vez por semana e vai ao supermercado, geralmente, no mais barato e vai também a padarias, açougue aqui no bairro mesmo, e são de boa qualidade. [Em relação a vestuários:] Compramos quando está em extrema necessidade, e compramos nas lojas mais baratas também, sem preferências de marca e de lojas, mas, sempre vamos ao shopping. É mais fácil e já tem estacionamento. Não costumo ir ao Centro fazer compras, por motivos de que tem muita gente, difícil locomoção, muito carro, muita moto, muita bicicleta. Geladeira e fogão comprei na Fast Shop no Ribeirão Shopping. [Tem preferências de shopping?] Ribeirão Shopping. [E em relação a pizzarias?] Ateliê da Pizza, no Jardim Botânico, muito bom o lugar! (Bernardo, 37 anos, engenheiro agrônomo, Condomínio Jardim Botânico, Ribeirão Preto).*

Com a mudança para um espaço autossegregado no setor sul, que estabelece contiguidade com o Condomínio Royal Park, além de proximidade com o Shopping Iguatemi, Breno tendeu a não alterar suas práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, que já se realizavam, de modo predominante, no Ribeirão Shopping que se encontra localizado a cerca de cinco quilômetros de seu local de moradia. Para ele, que se locomove por automóvel particular, tal distância torna-se bastante relativa por considerar a localização desse grande equipamento urbano “do lado” do espaço autossegregado em que mora:

> *Eu costumo ir ao açougue em Bonfim Paulista, que só vende carne. A gente faz muitas compras em shopping, que têm várias lojas, mas eu, particularmente não compro com muita frequência. (...) eu costumo comprar numa loja no Ribeirão Shopping que chama Buckman, um costume meu. E gosto dessa marca. Agora da nenê, costumo comprar numa loja que se chama Lilica [também localizada no Ribeirão Shopping]. Já para minha esposa eu não sei. [E em outras lojas, você faz compras em algumas localizadas no Centro ou não?] Particularmente, não me lembro de ter comprado em outro lugar sem ser no shopping. Como a gente está do lado do shopping, acho que é mais pela facilidade de acesso que a gente tem no Ribeirão Shopping, variedade... Realmente, é mais a questão de lógica. O local mais apropriado é aqui do lado. (...). Minha filha também estuda em uma escola particular desde quando que ela começou a falar. Ela tem três anos e faz dois anos que ela está numa escola que chama Miró e é pertinho aqui de casa, do lado do Ribeirão Shopping também. [Costuma frequentar áreas públicas para o lazer?] Tem um Parque que chama Curupira (...) que é muito conhecido. Costumo ir lá passear com as crianças (Breno, 35 anos, analista de sistemas, Condomínio Bosque das Colinas, Ribeirão Preto).*

Por sua vez, Bruno (61 anos, representante comercial, Condomínio Topázio, Ribeirão Preto), além de utilizar semanalmente o Supermercado Savegnago, localizado na Avenida Maurílio Biagi, no Bairro Ribeirânia, também frequenta, cotidianamente, o Supermercado Tonelli, pois, segundo ele, está "bem localizado, a cem metros de casa".

Além disso, sem especificar outros motivos que reforcem distinções entre os *shopping centers*, prefere consumir bens e serviços no Novo Shopping, pois, "é mais perto, mais tranquilo e mais fresquinho". Já em relação ao Centro principal, enfatiza que "faz muito tempo que não vou lá".

Em relação às práticas espaciais de Carlos, ocorreram mudanças significativas ao se mudar para um espaço autossegregado de casas padronizadas no setor sul e, mais especificamente, na Vila do Golfe em Ribeirão Preto:

> *Compras grandes, assim, eu vou ao mercado uma vez por mês, geralmente, Carrefour do Ribeirão Shopping. Eu já fui ao Savegnago, Extra, mas eu comparo preços. [Inauguraram o Pão de Açúcar, próximo ao Shopping Iguatemi. Você frequenta?] Eu frequento, mas é só para comprar a parte de hortifrúti e padaria, mas, a compra grande de mercado eu não faço no Pão de Açúcar. [Na Vila do Golfe:] Têm dois postos Ipiranga com loja de conveniência e padaria, e eu uso bastante. Eu costumo ir bastante ao Shopping Iguatemi, mais do que nos outros, pela facilidade de estacionamento. O estacionamento ainda não está sendo cobrado. O Ribeirão Shopping é cobrado. E têm algumas lojas atrativas, por exemplo, a Livraria Cultura, a Etna, que é loja de departamento, cinema, mas, não utilizo o Iguatemi para a compra de roupas. [Por conta do Shopping Iguatemi, você deixou de ir menos aos outros?] Com certeza. No Shopping Santa Úrsula, muito menos. No Novo Shopping muito menos também. [E em quais circunstâncias você vai ao Ribeirão Shopping?] (...) por conta do Supermercado Carrefour, do Restaurante Outback (...) e, às vezes, nós vamos fazer happy hour com amigos, e por conta das exposições. (...). [E tem saído para o lazer?] (...) a gente joga vôlei no próprio condomínio, na quadra, com os moradores do condomínio. E happy hour a gente, às vezes, vai ao Outback, no Ribeirão Shopping, ou comer espetinho. [Faz algumas atividades dessas no Centro?] Olha, eu vou muito pouco ao Centro da cidade. Já fui mais, mas, hoje, eu vou bem menos. [Por que você acha que mudou um pouco essa rotina?] Porque o Centro é muito... É estreito, muito carro, problema de estacionamento, congestionamento, então, hoje, eu tento fugir ao máximo do Centro. (...). [Há setores da cidade que gostaria de frequentar, mas não o faz porque o acesso é difícil?] O Boulevard da cidade, é um bairro próximo ao Centro, ali na Avenida Nove de Julho. Têm muitas lojas, e opções também de gastronomia, mas eu não costumo ir por ficar próximo ao Centro. [E como é a interação social com os vizinhos?] Eu estou muito satisfeito. É bem diferente do apartamento, não só por ser condomínio. A gente criou um grupo para jogar vôlei, para fazer caminhada, porque tem uma passarela central que vai do condomínio ao Shopping Iguatemi que, na verdade você passa na frente de todos os condomínios... Arborizado, todo um trabalho de paisagismo e, com isso, a gente acabou criando amizades dentro do condomínio (...) (Carlos, 33 anos, biólogo, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*

Entre os diversos aspectos que pode se depreender a partir do depoimento de Carlos, também se tornam bastante expressivas as mudanças que se processaram em relação à substituição dos usos e consumo do Centro principal e áreas próximas, por consequência de novas práticas espaciais voltadas a prestigiar grandes equipamentos comerciais e de serviços, além de outros equipamentos de menor porte localizados no setor sul, sobretudo, aqueles mais próximos à habitação em espaço autossegregado.

Em geral, a mudança para o Condomínio Recantos do Sul, também promoveu mudanças nas práticas espaciais estabelecidas por Célio e Cristiana (como podem ser observadas nos dois excertos, a seguir), por meio das quais, passou-se a concentrar o conjunto de atividades diárias no setor sul.

No entanto, algumas práticas voltadas ao consumo de bens e de serviços permaneceram, sobretudo, aquelas ligadas aos locais de moradia anterior (para Célio, tratando-se do Conjunto Habitacional José Sampaio Júnior, localizado no setor noroeste, imediatamente a noroeste do Bairro Ipiranga e, para Cristiana, tratando-se do próprio Bairro Ipiranga, no setor noroeste).

> *Principalmente para o lado de Bonfim Paulista, tem um mercadinho ali em Bonfim que nós utilizamos bastante, por conta do conhecimento que a carne é fresca, então, a carne a gente busca lá. Para o dia a dia, como é caminho, eu sempre passo pelo Pão de Açúcar, que é entrada do bairro. Então sempre paro no Pão de Açúcar, ali embaixo [em direção ao Anel Viário Contorno Sul]. E final de semana, nós vamos passear com a criançada no shopping, fazer uma refeição, um lanche da tarde, enfim. Então essa é a nossa rotina. [Qual shopping center?] Nós vamos mais ao Iguatemi, que fica mais próximo. O Ribeirão Shopping nós vamos pouco. E vamos muito também ao Novo Shopping, por conta do lazer, que lá tem. Tem o Parque Gorilão, para as crianças. Tem a pizzaria, tem uma série de outras coisas que aqui no Iguatemi não tem. Dá para usar os três. [Mas se pegarmos o Ribeirão Shopping e o Iguatemi, em termos de opções...] Não, opções, sem dúvida, o Ribeirão Shopping... Em termos de estrutura é o melhor Shopping. Se não for do Estado, de Ribeirão Preto, com certeza, é! Mas o Iguatemi me atende bem, em relação de proximidade, me facilita bastante. Muito! (...) Como a gente tem filhos pequenos (...) então, a gente procura sair menos, sair pouco à noite, mas quando sai, há variedade. Não é porque está aqui que vai usar só o que está aqui. Então nós vamos a uns barzinhos que tem aqui na Zona Sul. Uso muito o comércio ali da Avenida Dom Pedro I, no Bairro Ipiranga. Tem os Campos Elíseos, onde eu também tenho uns negócios ali, que eu atendo alguns clientes também lá, então... (...) o Centro da cidade, que faz tempo que eu não passo por lá (Célio, 37 anos, executivo de vendas, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*

> *(...) em Bonfim Paulista, eu vou ao Supermercado Gonçalves, porque é do meu tio. Tem essa facilidade, então eu compro lá, ou no Pão de Açúcar. Eu vou ao Novo Shopping e não vou ao Iguatemi, pois não me acostumei ainda com o Iguatemi. Ou eu vou lá para o Ipiranga, porque minha mãe mora na Cidade Universitária e fica mais perto e tem loja que a gente costuma comprar a muito tempo na Avenida Dom Pedro I e, mesmo no Ipiranga, lá perto da casa onde eu morava, tenho conta lá, pago por mês a lojinha lá, e compro muito por lá. (...). Pego para passar o dia na minha mãe e já faço tudo. [Então,*

> *mesmo pela proximidade que se tem com o Shopping Iguatemi, não é de seu hábito ainda, você não se habituou a usar aquele espaço para compra?] Na verdade, é falta de se acostumar mesmo, porque eu fui semana passada no cinema e eu até gostei de lá. É legal, vou começar a vir aqui (...). Estamos acostumados com o Novo Shopping. [Em relação ao Ribeirão Shopping e Novo Shopping, por qual motivo você vai mais ao Novo Shopping?] No Ribeirão Shopping, o estacionamento que tem que pagar. E eu acho as coisas mais caras, eu acho um nível de shopping mais alto e eu não vejo tanta diferença em qualidade, mas tem mais preço. [E em relação ao acesso não tem diferença nesse sentido?] Não, seria até perto o Ribeirão Shopping. É até mais perto que o Novo Shopping. [Já em relação a eletrônicos:] (...) a última coisa que eu comprei... Meu marido comprou um celular. Ele comprou no Supermercado Extra, aqui da Avenida Presidente Vargas. Nós vamos bastante lá também (...). O Centro é só se eu preciso de alguma coisa muito específica que só tem lá, senão, eu prefiro evitar o Centro, eu não gosto muito. [Por qual motivo você não usa muito o Centro?] Porque tem que parar em estacionamento. Você nunca acha lugar para estacionar. Tem que andar demais e eu sou meio preguiçosa. Grávida, agora, sou mais preguiçosa ainda, então, é difícil eu usar. É um calor insuportável, então, eu prefiro uma coisa mais confortável (Cristiana, 32 anos, professora, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto).*

Em relação às práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços de Donizete (39 anos, comerciante, Condomínio Recantos do Sul, Ribeirão Preto), uma das principais mudanças se processou em relação à preferência por *shopping center*.

Em substituição àquelas práticas realizadas no Ribeirão Shopping, passou a preferir o Shopping Iguatemi, não apenas pela proximidade ao local de moradia, mas também, considera *"hoje, o melhor, mais adaptado a mim". "Tem Pet Shop, tem lojas de celular, tem farmácia. Só faltou supermercado aqui, mas tem perto, então..."*.

Em relação ao abandono das práticas espaciais anteriormente realizadas no Ribeirão Shopping, tal fato ocorreu em função do aumento das áreas (externas e internas) ocupadas, a partir da última expansão do Ribeirão Shopping e, nesse sentido, segundo ele: *"Hoje não passo nem perto [do Ribeirão Shopping]. Achei que ficou muito ruim lá fora. Muito grande, tem dificuldade de deslocamento interno, tem que andar muito".*

No que tange às idas aos supermercados para as compras cotidianas, tem preferido o Supermercado Tonin, localizado na Avenida Caramuru, e Pão de Açúcar, localizado na Vila do Golfe. Para a educação dos filhos, utiliza o estabelecimento de ensino particular denominado "Colégio Ideal", localizado no Bairro Ribeirânia. Em relação às atividades de lazer prefere realiza-las em casa. Em relação ao Centro principal, *"eu nunca fui frequentador do centro".*

Denise (dona de casa, 52 anos, Condomínio Nova Aliança Sul, Ribeirão Preto), além do Supermercado Savegnago, localizado no Bairro Ribeirânia, também utiliza, cotidianamente o Novo Mercadão, localizado no Jardim Nova Aliança, e os demais equipamentos comerciais e de serviços localizados nas proximidades mais imediatas ao

local de moradia. Para a compra de vestuários, prefere utilizar os *shopping centers*, sem especificar aqueles de sua preferência. Para as atividades de lazer, como a caminhada, realiza-as no interior do espaço autossegregado.

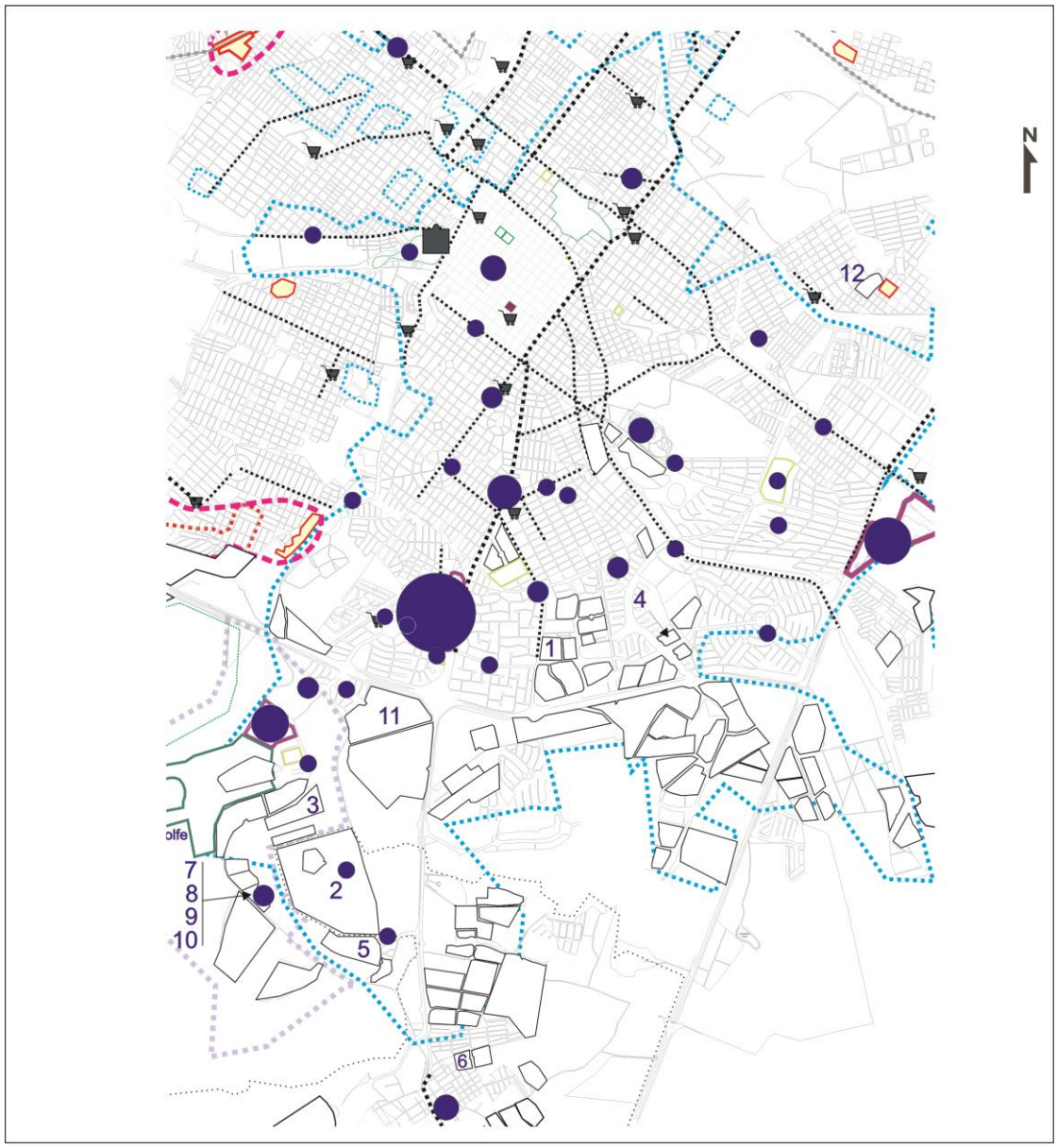
Já Douglas, de um modo geral, realiza o conjunto de suas práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, nas proximidades mais imediatas ao local de moradia, inclusive, considerando o uso do Novo Shopping, em detrimento de qualquer prática, possível de ser realizada, no Centro principal.

> *Padaria eu compro em uma próxima a minha casa, e minhas compras é no Tonin Superatacado. [E você costuma fazer compras, em geral no Centro?] Nunca fui lá! Quem vai comprar lá é minha esposa. No centro eu vou muito pouco. Fica longe o centro. Vou aqui ao Novo shopping que é mais próximo e fica mais fácil. Nunca comprei nada no Centro de Ribeirão Preto e não tenho vontade de ir. [Mas em relação aos shopping centers, qual você prefere?] Ribeirão Shopping. Ribeirão Shopping é o melhor, depois vem o Iguatemi, depois o Santa Úrsula, e o Novo Shopping é o último. No Ribeirão Shopping tem mais conforto, estrutura, mais novo o ambiente, mais bonito. Você vai para o Novo Shopping, já é um pouco mais velho. Faz tempo que o pessoal não faz uma reforma (Douglas, 49 anos, engenheiro agrônomo, Condomínio Cidade da Criança, Ribeirão Preto).*

Com base nas referências aos locais utilizados para o consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, tornou-se possível representar, a partir do Mapa 20, a distribuição das práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados entrevistados de Ribeirão Preto.

Tal procedimento também foi empregado considerando as práticas espaciais dos demais entrevistados, às quais foram organizadas por grupos de *habitat* urbanos setorizados (conforme Quadro 1 e Quadro 2).

Mapa 20. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços autossegregados do setor sul, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Favelas
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços autossegregados

Totais absolutos de indicações espaciais

12
8
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Shopping Center
- Parques
- Campo de Golfe
- Vila do Golfe
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 1 2 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP CAPES

Como verificado, a partir das análises do conjunto de excertos acima e do Mapa 20, torna-se bastante expressiva a tendência de substituição das práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços (incluso o lazer) realizadas no Centro principal, por aquelas realizadas no setor sul de Ribeirão Preto.

Nesse sentido, trata-se da preponderância de práticas espaciais voltadas a prestigiar os *shopping centers*, sobretudo, o Ribeirão Shopping e, em menor medida, o Novo Shopping e Shopping Iguatemi (salvaguardado as distinções, sobretudo, de perfil socioeconômico entre esses grandes equipamentos comerciais e de serviços).

No que se refere às demais práticas espaciais, estas também revelam o consumo de equipamentos comerciais e de serviços localizados ao longo de alguns dos principais eixos viários que servem o setor sul, sobretudo, a Avenida Presidente Vargas e, em menor medida, as Avenidas João Fiusa e Independência.

Tratam-se, portanto, de eixos nos quais há grande concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços voltados a atender, preponderantemente, demandas de consumo dos segmentos de médio a alto poder aquisitivo.

Em oposição ao Centro principal e aos demais setores do espaço urbano ribeirão-pretano, a distribuição dessas práticas espaciais que se circunscrevem ao setor sul permitem apontar para uma tendência de fragmentação socioespacial que se expressa em rede.

No seio desta fragmentação socioespacial, uma análise mais detida das entrevistas com moradores de espaços autossegregados da Vila do Golfe e dos demais espaços autossegregados localizados em contiguidade a esse empreendimento, também permitem apontar para a tendência de se estabelecer uma fragmentação por área, por consequência da expressividade de práticas espaciais que prestigiam esta porção bem delimitada do espaço urbano, especialmente no que se refere ao consumo do Shopping Iguatemi que, em função de sua localização (além do Anel Viário Contorno sul), falta de supermercado ou hipermercado e concorrência estabelecida com o Ribeirão Shopping e Novo Shopping (com perfis de público alvo diferenciados), desestimula, em certa medida, um maior nível de heterogeneidade socioeconômica de seus frequentadores.

3.3.1.2. Setores sul e noroeste de Presidente Prudente

Pelas considerações anteriormente destacadas, torna-se possível apontar semelhanças, mas também, diferenças no que se refere às práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados de Presidente Prudente, analisadas a partir do próximo bloco de excertos.

Amanda, além de usar, com frequência, o próprio espaço privativo da habitação para o lazer, também consome bens e serviços localizados no Parque do Povo ou em áreas próximas, como a Padaria Massa Pura e Pizzaria Dona Oliva, e o Supermercado Avenida, localizado na Avenida José Soares Marcondes. Além de restaurantes localizados na Avenida Washington Luís, como o Fulô de Mandacaru, também frequenta o Bar 33, localizado no Bairro Alto da Boa Vista, no setor sul. Além disso:

> *(...) nós não somos de ir muito ao shopping. Eu gosto de ir às lojas do Centro. Têm algumas lojas que eu gosto que estão no Centro. Vamos ao shopping só para tomar um café, ver uma vitrine, comprar alguma coisa, mas aí, eu vou ao Prudenshopping. (...) eu já fiz uma compra aqui no Prudenshopping mesmo, nas Casas Bahia. Se eu preciso de um liquidificador hoje, aí eu vejo o valor, aí eu vou às Casas Bahia, Magazine Luiza e no Carrefour. O que eu achar o melhor custo-benefício, um preço razoável, aí eu compro. [Em relação a açougue:] Compro lá no Churrascão. É um açougue muito bom. Fica na Rua José Foz, entre a Rua Casemiro Dias e Avenida Manoel Goulart. (...) Às vezes, por exemplo, eu vou receber muitas visitas e eu vou precisar de alguma coisa em maior quantidade, aí eu (...) vou ao Makro e Assaí, que dá para comprar pacotes grandes de batatas, de frango. Eles estão mais distantes, mas eu gosto de ir ao Assaí, porque lá tem uma azeitona que meu marido gosta que eu só compro lá (...). Mas vamos pouco, tanto no Assaí, quanto no Makro. [Em relação à prática de esportes:] Eu uso o Parque do Povo só para caminhar. Usamos pouco, porque nós trabalhamos de segunda a sábado, então, tento preencher os meus espaços, aí sobra pouco tempo. Meu marido anda de bicicleta e joga tênis no Tênis Clube, duas vezes por semana, às vezes, três vezes (Amanda, 55 anos, corretora de seguros, Jardim João Paulo II, Presidente Prudente).*

A partir desses aspectos, as práticas espaciais de Amanda, embora não descartem o uso e o consumo do Centro principal, tornam-se bastante representativas de uma fragmentação socioespacial que se estabelece em rede, a partir do uso e consumo expressivo de grandes equipamentos comerciais e de serviços e alguns dos principais eixos viários, todos localizados no setor sul.

De modo mais ou menos semelhante, as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços de Anderson, incluso aquelas relativas ao lazer, tendem a ser realizadas ao longo de alguns dos principais eixos comerciais e de serviços que servem o setor sul e, embora possa, eventualmente e não sem resistências, frequentar o Centro principal, o

consumo mais expressivo se realiza em *shopping centers* e, mais especificamente, no Prudenshopping.

> *Normalmente, um dos principais lugares que nós compramos, pela praticidade, é no Muffato Max porque é caminho de casa, mas em alguns dias da semana, ou quinzenalmente, vamos à feira, vamos a um sacolão que fica na Avenida Manuel Goulart e, também tem uma feira que tem toda a quinta-feira e fica ao lado da Escola Mirela, aqui na COHAB. Essa feira é muito boa. Ela vai a vários pontos distintos da cidade em dias diferentes. [Onde vocês costumam comprar vestuários?] Normalmente, no shopping e tem uma loja que fica perto do meu serviço que, de tempo em tempo, eu compro lá, que se chama Maia Presentes [localizada na Rua Rui Barbosa, próximo ao Centro principal]. Mas, em geral, é no shopping mesmo e, às vezes, no Centro, em alguma loja que minha esposa é cliente. (...) quando vamos comer, nós temos três lugares principais (...); Que é no Prudenshopping, que é o H2, que nós gostamos; Na Pizzaria Número 1; E um restaurante que fica ali no Parque do Povo, que se chama Vila Verde, pois, tem uma refeição mais saudável. Esses são os três principais locais que a gente se descola para efeito de alimentação. Nós evitamos ao máximo ir ao Centro, por causa do trânsito, nunca tem local para estacionar e temos que pagar o estacionamento por causa de quinze minutos. Esporadicamente vamos se precisa ir a uma loja que só tem o produto lá, mas é mais no shopping mesmo (Anderson, 36 anos, consultor tributário, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

Em relação às práticas espaciais da família de Benjamin, estas se realizam de modo expressivo, nos dois *shopping centers* de Presidente Prudente. Ainda que eventualmente, uma parcela das práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços dele, também se realize no Centro principal. Entretanto, expõe um conjunto de motivos para preterir esta área central, e prestigiar os *shopping centers*.

> *(...) shoppings vamos quase que semanalmente (...). Eu não costumo ir muito ao shopping para compras, mas, minha mulher e minhas filhas gostam quando é do shopping. Elas preferem. Eu faço compras no Centro também, muitas vezes, mas, minha mulher e minhas filhas, compram mais no shopping. Têm as lojas de roupas, masculinas do shopping que, eventualmente, eu vou. No Centro, algumas coisas, umas coisas pequenas. Eu frequento o Prudenshopping, mas eu também costumo ir ao Parque Shopping Prudente. [Porque vocês preferem ir aos shoppings?] Porque é um setor que têm as melhores lojas, por ser um estabelecimento mais luxuoso, assim, mais sofisticado. Se a gente for pensar no Centro da cidade, eu considero, assim, que não têm lojas tão sofisticadas quanto o shopping. O shopping também é mais confortável, dá para parar (...), você pode aproveitar para comer, passear. Já são feitos para isso (Benjamin, 52 anos, engenheiro civil, Parque Residencial Damha I, Presidente Prudente).*

Com base na análise deste depoimento, além de outras justificativas para preterir o Centro principal, como desconforto térmico, dificuldades para estacionar e poucas opções em termos de equipamentos comerciais e de serviços voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo, Benjamin também destaca a multifuncionalidade existente no *shopping*

center o que possibilita, nesse sentido, conciliar práticas espaciais relativas ao consumo de bens e de serviços e ao lazer.

Já o casal Bianca e Bento, em contraposição aos demais moradores de espaços autossegregados entrevistados, tendem a distribuir as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, além daquelas relativas ao lazer, de modo a abarcar uma parcela do espaço urbano prudentino muito mais abrangente e que, portanto, não se limita ao setor sul e aos *shopping centers*. Tal aspecto se relaciona, em parte, com um processo de ascensão social do casal, articulado à manutenção e ampliação dos vínculos (interpessoais e comerciais), estabelecidos, de modo mais expressivo, com o local de moradia anterior, que é a COHAB:

> *[Bianca:] Nós costumamos comprar no Supermercado Malffati, que fica no Jardim Everest [supermercado próximo ao Condomínio Porto Seguro], perto da onde a gente morava antes [referindo-se à COHAB]. E ele é nosso cliente. Ele compra o nosso produto. [Bento:] Também a gente acaba indo no Supermercado Assaí quando tem alguma promoção, e para comprar produtos de limpeza. No Walmart, que tem facilidade porque é próximo daqui. Um socorro, vamos dizer assim, e porque está passando. Mas a compra mais pesada é no Supermercado Malffati. [Bianca:] Aqui na COHAB, eu já fiz amizade com o pessoal: na Bombom Presentes, na Raquel Armarinhos e, às vezes no Prudenshopping, na B1. Frequentamos mais o Prudenshopping para comprar. [Bento:] [E onde os filhos de vocês estudam?] Eles vão ao Colégio Adventista, ao lado da UNESP. [E em relação a frutas e legumes?] Nós vamos uma vez por semana e o sacolão a gente faz separado. A gente faz em outro local. A gente faz no Sacolão que fica no Humberto Salvador. [Bianca:] Pois é do meu irmão, o Sacolão. Sempre quando a gente sai da Igreja, nós vamos ao Lanche do Gordo, na COHAB, porque a igreja também é ali, ou na Pizzaria Número 1. [Bento:] No shopping, nós vamos. [Bianca:] E no Espetinho do Japonês [na COHAB] também. E, na igreja, nós vamos duas vezes por semana. Vamos muito à Padaria da Cris, no Novo Bongiovani. [Bento:] A trabalho, vou à Churrascaria Guaíba e no H2. [Bianca:] Nós frequentamos mais o Centro do que o Shopping. Eu vou à Loja Imporium, na Rua Barão do Rio Branco, nas Pernambucanas, Malhas Catarinenses. [Bento:] Nós vamos muito pouco é No Parque Shopping Prudente e no Camelódromo. Nós preferimos mais no Centro mesmo (Bianca e Bento, ambos com 43 anos, empresários, Condomínio Porto Seguro, Presidente Prudente).*

As práticas espaciais de Bianca e Bento, às quais, tendem a estarem voltadas à manutenção de relações socioespaciais mais amplas com a cidade, revelam que há certo grau de diversidade na homogeneidade socioespacial circunscrita aos espaços autossegregados. Trata-se, portanto, de exceções que não devem ser desconsideradas, mas sim, valorizadas no processo de proposição de políticas que visem superar a lógica da fragmentação socioespacial.

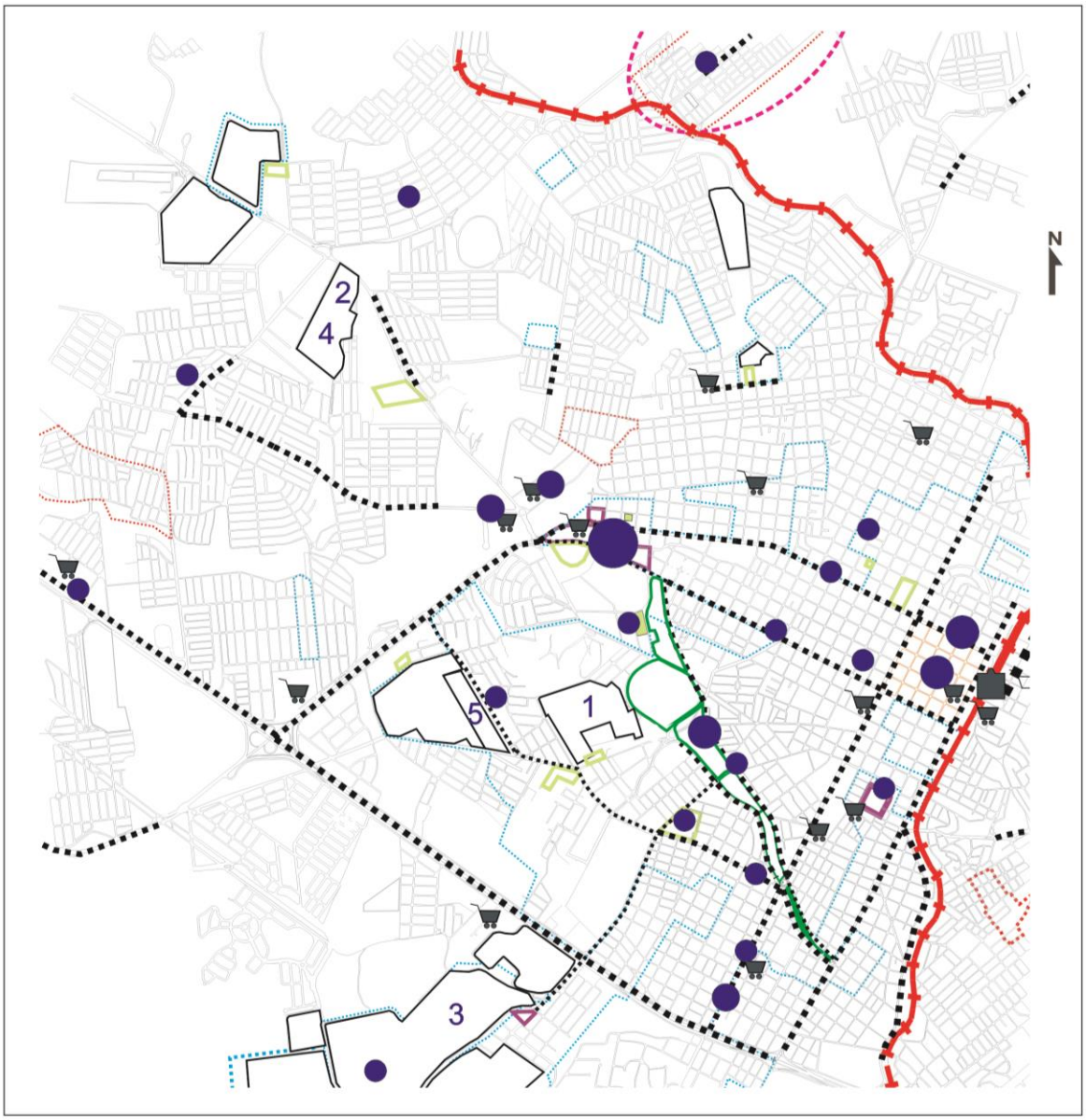
Já para Carla, tornam-se expressivas as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, localizadas nas áreas mais imediatas ao local de moradia e, mais especificamente, ao longo da Avenida Dr. Cyro Bueno. Ainda que prefira utilizar, de modo

mais frequente, o Centro principal do que os *shopping centers*, as demais práticas espaciais, incluso aquelas relativas ao lazer, tendem a ser distribuídas ao longo das principais avenidas que servem o setor sul:

> *(...) vou à feira no sábado, ou compro legumes e verduras perto. E tem uma pessoa que faz entrega para mim de verduras orgânicas, direto na minha casa e ela é uma cliente nossa. O pão e produtos congelados compro na padaria em frente ao condomínio e mercado, vou a cada quinze dias. Prefiro ir ao Walmart, Assaí ou o Muffato Max Atacado, que são mais próximos. (...). Eu considero que a gente (...) está bem servido de faculdade, como de colégios aqui onde eu moro. Foi uma das razões que a gente veio para cá, porque as escolas estavam sempre perto, e escolas de um bom nível, próximos ao bairro. Saúde também a gente está em um corredor médio, vamos dizer assim, da cidade. Aqui na Avenida Dr. Cyro Bueno têm hospitais próximos, de boa qualidade e com bom atendimento. Já os restaurantes, nós gostamos muito do Cebolão, ali na Avenida Manoel Goulart, e o H2 que tem comida árabe. [Qual a sua área preferencial de consumo?] O Centro. O pet shop para o cachorro, a ração do cachorro, compramos aqui perto, no bairro: O Pet Shop Morumbi. [Quais são as suas práticas de lazer?] A feira é um lazer, Parque do Povo, algumas vezes. Raramente nós vamos ao shopping para dar uma passeada (...) (Carla, 53 anos, dentista, Condomínio Jardim Morumbi, Presidente Prudente).*

A partir da organização dos dados referente às práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados de Presidente Prudente, foi possível representa-los a partir do Mapa 21, a seguir.

Mapa 21. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, Serviços e lazer dos moradores de espaços autossegregados, 2015



Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços autossegregados

Totais absolutos de indicações espaciais

6
3
1

- Centro
- Shopping Center
- Parque do Povo
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea

0 0,5 1 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: SMPDU, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP

De modo semelhante a Ribeirão Preto, as práticas espaciais relativas ao consumo de bens e de serviços, incluso, o lazer, dos moradores de espaços autossegregados de Presidente Prudente distribuem-se, expressivamente, pelo setor sul privilegiando alguns dos principais eixos viários que servem esse setor (como as Avenidas 14 de Setembro e 11 de Maio, que circundam o Parque do Povo, além das Avenidas Washington Luís, Manoel Goulart, Coronel José Soares Marcondes e Dr. Cyro Bueno), nos quais se concentram uma expressiva parcela dos equipamentos comerciais e de serviços predominantemente voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo.

A expressividade das práticas espaciais realizadas ao longo desses eixos viários também é acompanhada de um aumento daquelas relativas ao uso e consumo do Prudenshopping. Tais práticas espaciais concorrem expressivamente com aquelas realizadas no Centro principal - ainda que o desprestígio em relação a esta área central não seja tão intenso como aquele que se observa em Ribeirão Preto, em parte, por consequência da maior distância (espacial e temporal) para acessá-la - o que, em grande medida, também contribui para indicar, no que tange ao consumo da cidade, um maior nível de segmentação socioespacial circunscrita a uma extensa área do setor sul prudentino.

Com base nesses aspectos, reforça-se o estabelecimento de uma fragmentação socioespacial em rede que, em certa medida, é favorecida pelas menores distâncias espaciais, comparativamente àquelas existentes no setor sul de Ribeirão Preto.

No entanto, tal favorecimento - associado ao fato de que não há megacomplexos imobiliários implantados em Presidente Prudente - não permite apontar tendências mais expressivas de fragmentação socioespacial por área, aos moldes daquela atualmente existente em Ribeirão Preto, na Vila do Golfe.

Considerando esse aspecto, indícios de uma fragmentação socioespacial por área em Presidente Prudente, podendo se estabelecer de modo mais expressivo em médio e longo prazo, tende a ser observada apenas a partir das práticas espaciais dos moradores dos espaços autossegregados Jardim Morumbi e Central Park Residence, pois, uma parcela destas práticas tende a prestigiar o consumo de bens e de serviços a partir de estabelecimentos localizados ao longo da Avenida Dr. Cyro Bueno, na qual, esses *habitat* urbanos se localizam.

A análise do conjunto das entrevistas e do perfil socioeconômico dos moradores de espaços autossegregados de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, apoiadas nas considerações de Sposito e Góes (2013, p. 294), remetem ao fato de que tem havido maiores níveis de articulações (ou, ainda, de integrações) em escalas mais amplas (em

parte, propiciados pelo uso intensivo da Internet e telefonia móvel celular), tendo em vista, não apenas o acesso à informação, mas também, o consumo de bens e de serviços e o estabelecimento de relações sociais cada vez mais seletivas (GOMES, 2002, p. 174).

Em contrapartida, a opção ao consumo segmentado do espaço urbano estende-se não apenas aos segmentos com poder aquisitivo mais elevado, mas também, aos segmentos médios por consequência dos custos mais baixos praticados na escala da cidade média, no que tange à articulação entre o consumo de espaços autossegregados, de bens e serviços diferenciados (como aqueles oferecidos, em geral, pelos *shopping centers*, determinados eixos viários e estabelecimentos de ensino privados, por exemplo), comparativamente, àqueles relativos aos espaços urbanos de padrão metropolitano.

Tal opção, no entanto, é apoiada por meio justificativas que são mais condizentes às realidades metropolitanas como, por exemplo, níveis mais elevados de insegurança e de desigualdades socioespaciais (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 294).

Nesse sentido, torna-se crescente a tendência de se recorrer ao mercado para contemplar os desejos de distinção social:

> (...) seja para construir barreiras materiais e adotar outras estratégias de separação e controle em relação aos outros diferentes, sobretudo pobres, seja para atender a sua demanda por tratamento individualizado no que se refere a segurança e *status*, a despeito de todo o marketing envolvido nesse grande negócio, que implica sempre mais encenações que reversão real da massificação. [Além disso] o crescimento das cidades médias, com extensão de seus territórios e aumento de sua população, coincide com o enfraquecimento das relações entre citadinos, decorrente da autossegregação crescente, mas que vai além dela, direcionando-se à fragmentação socioespacial (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 294-295).

3.3.2. As práticas espaciais dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo

3.3.2.1. Setor sul de Ribeirão Preto

Trata-se, neste bloco de excertos, das práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, do setor sul de Ribeirão Preto.

Conforme pode ser verificado a partir dos Mapas 18 e 36, os locais de moradia deles guardam alguma proximidade espacial com o Ribeirão Shopping e se distribuem aquém do Anel Viário Contorno Sul, tomando-se como referência o centro da cidade.

O primeiro excerto oferece elementos para compreender as práticas espaciais da família de Ênio, que mora em prédio de apartamentos na Avenida João Fiusa, no Jardim Irajá. Tais práticas realizam-se de modo a se concentrarem no setor sul e, portanto, não elege o Centro principal, como espaços de consumo de bens e serviços, incluso o lazer.

Com exceção daquelas realizadas no Supermercado Savegnago, cujos estabelecimentos mais próximos localizam-se no Bairro Alto da Boa Vista e Bairro Ribeirânia, as demais práticas espaciais realizam-se de modo a prestigiar os três *shopping centers* localizados no setor sul: Ribeirão Shopping, Novo Shopping e Shopping Iguatemi.

> *Minha mãe vai ao supermercado, normalmente, uma vez por mês, Savegnago, Carrefour ou Walmart. Para compras pessoais e lazer, vou ao Ribeirão Shopping, Shopping Iguatemi, cinema do shopping e algum bar perto. [Tem algum setor da cidade que gostaria de frequentar, mas não o faz porque o acesso é difícil?] Centro, por não ter espaço para estacionar (Ênio, 21 anos, diretor de empresa, Jardim Irajá, Ribeirão Preto).*

Já Elisa, que mora em local mais próximo ao Centro principal, tem efetuado suas práticas espaciais de consumo de modo a abranger não apenas o Novo Shopping, mas também, o Jardim Sumaré, localizado imediatamente ao sul da área central e, mais especificamente, ao sul da Avenida Nove de Julho. Além disso, tende a frequentar tais espaços motivada pela busca por mais segurança. No que se refere à compra de vestuários:

> *(...) vou mais na parte... Ali perto da Avenida Nove de Julho, no Centro. Não tenho preferência de marcas, mas tem a Loja Miss Peper [localizada no Jardim Sumaré]. Quando vou ao shopping, vou à Ozzi [localizada no Novo Shopping], C&A. [Porque escolhe essas lojas localizadas no shopping?] Mais tranquilo e mais variedades de produtos (...) e acho que é um dos poucos espaços ainda em Ribeirão que contém segurança (Elisa, 33 anos, médica, Bairro Santa Cruz, Ribeirão Preto).*

Emerson expõe algumas mudanças nas práticas espaciais de consumo, ocorridas com a mudança de domicílio de um pequeno condomínio horizontal de casas padronizadas do setor leste, para um prédio de apartamento, localizado no Jardim Califórnia, em contiguidade espacial ao Ribeirão Shopping.

Além de destacar alternativas ao uso de vias centrais, tendo em vista, otimizar o tempo dos deslocamentos, Emerson também retrata alguns aspectos de distinção entre os *shopping centers*, sobretudo entre o Ribeirão Shopping e o Novo Shopping (ao destacar

uma tendência de aglomeração mais acentuada de citadinos neste último shopping em relação ao Ribeirão Shopping), a partir dos quais, passou a orientar suas novas práticas espaciais que reforçam, ainda mais, a tendência de desprestígio em relação ao uso e consumo do Centro principal. Já suas compras durante a semana, costuma ir ao:

> *(...) Supermercado Extra, na Avenida Presidente Vargas que já é pertinho ali (...). [Onde costuma comprar vestuários?] A última vez eu comprei lá no Ribeirão Shopping (...). (...) vai à Havan [localizado na Avenida Costábile Romano, próximo ao Bairro Ribeirânia]. [Em quais shoppings você prefere comprar?] (...) Ribeirão Shopping, mas, eu gosto mais porque é mais tranquilo, nem tanto por estacionamento, porque tudo é pago. Mas, apesar de três anos que nós estamos aqui, no final de semana agora, fomos ao Ribeirão Shopping e vimos que está até mais gostoso agora que no Novo Shopping [tratando-se do shopping center mais próximo ao antigo local de moradia de Emerson], porque têm menos movimento. O Novo Shopping está sempre lotado, fica trombando um no outro. Eu também já fui ao Shopping Iguatemi e é um público mais diferenciado ainda. [E em termos de lazer, o que vocês costumam fazer?] Vamos ao shopping assistir um cinema (...). Nós vamos sempre ao Alta Brasa e ao Recanto da Picanha. Ficam todos próximos à Avenida Presidente Vargas. (...) vamos ali à Avenida Independência, que está encostado com a Avenida Presidente Vargas. Eu, particularmente, odeio passar, atravessar a cidade em vias, porque Ribeirão Preto é complicado por conta do trânsito. Eu moro lá [no Jardim Califórnia] e tenho que atravessar a cidade. Eu acabei de chegar e vim por fora, pego a Rodovia Anhanguera e dou uma grande volta, lá pelo Novo Shopping (...) venho pela Avenida Brasil... Aí eu vim por fora e gastei vinte minutos. E se eu venho por dentro, eu gasto uma meia hora. É mais perto, mas demoro meia hora por causa do trânsito. Ontem, por exemplo, fomos comprar esse fogão. A minha esposa falou: Vamos dar uma volta no Centro para a gente ver? Chegamos ao centro, paramos em frente do Ponto Frio no Centro, mas tinha muita gente, um calor... Eu achei o estacionamento, mas falei: Há, vamos só ao shopping! Não vamos ficar. Nessa muvuca aqui não! Aí compramos no Magazine Luiza do Ribeirão Shopping, e o preço não houve muita diferença não (...). [E, ainda, sobre o Centro:] Tem muita gente que deixa de usar o Centro, como eu deixei, porque é ruim de usar mesmo. Não tem lugar para estacionar, trânsito demorado. Fica-se meia hora para comprar no sol (Emerson, 32 anos, comerciante, Jardim Califórnia, Ribeirão Preto).*

De modo semelhante àquelas de Émerson, as práticas espaciais de Fábio, que também mora em prédio de apartamento em espaço integrado contíguo ao Ribeirão Shopping, distribuem-se, mais expressivamente, pelo setor sul, de modo a prestigiar alguns dos grandes equipamentos de consumo distribuídos ao longo das principais Avenidas desse setor, como a Avenida Presidente Vargas.

Além de apontar os motivos pelo qual o consumo do Centro principal não é habitual, também demonstra certa tendência de ampliar as práticas espaciais de modo a envolver equipamentos comerciais e de serviços localizados no setor sul e, em especial, o Shopping Iguatemi.

> *Geralmente, faço compras no local mais próximo de casa ou no caminho de casa. Essa é a prioridade, como as redes de supermercados têm lojas distribuídas em vários pontos da cidade eu consigo, de repente, uma semana comprar em um estabelecimento e outra semana compro em outro, até para ter critério de comparação de preços, mas, sempre, no caminho ou próximo. Eu tenho preferência por Carrefour e Extra. [Em relação ao Supermercado Extra, há dois estabelecimentos localizados ao longo da Avenida Presidente Vargas]. (...) às vezes, eu vou ao Pão de Açúcar, próximo ao Jardim Nova Aliança. [Quando compra vestuários, onde prefere comprar?] Eu gosto do Ribeirão Shopping. Tem uma gama maior de lojas, maior conforto e é hábito de compra. Se for comparar com o Shopping Santa Úrsula, eu não gosto pelo modelo de escadas, elevadores e andares para eu fica tendo que escalar... Não é um modelo de shopping que agrada. [E, em termos de práticas de lazer, o que você e sua família costumam fazer?] Para mim, ele varia muito. Desde caminhada em um Parque, seja distante da minha cidade, mas que eu goste, por exemplo, Parque Curupira [localizado no Bairro Ribeirânia] ou, até mesmo, cinema dentro do próprio Ribeirão Shopping. Apesar de que tenho gostado do Shopping Iguatemi, porque eles têm salas bem bacanas que eles trabalham lá. (...) eu costumo dizer que existem três centros comercias que são interessantes: Um deles fica no Jardim Paulista [localizado imediatamente a leste do Centro principal], que tem lojas muito boas, com opções para a compra de presentes. Já uma opção para consumo próprio, eu prefiro Ribeirão Shopping; E no Centro da cidade, eu não tenho hábito de comprar no Centro por causa de estacionamento, por causa de deslocamento, conforto térmico, e qualidade de produto. [Há setores da cidade que gostaria de frequentar, mas não o faz porque o acesso é difícil?] Posso citar, como exemplo, uma prática que eu tinha e deixei de fazer. A academia que tem dentro do Shopping Iguatemi é perfeita para mim, só que devido à distância do trabalho [localizado no setor norte], eu acabei cortando, no momento, e colocando uma academia mais próxima. [Você me disse antes da entrevista começar, que tem intenção de se mudar para uma área mais próxima...] O que eu estou dizendo, é assim: Não é questão nem de distância, é mais a questão de hábito, porque como é uma região muito nova [referindo-se à Vila do Golfe, na qual, se localiza o Shopping Iguatemi], não é hábito, então, você acaba falando assim: Poxa, eu tenho que ir lá longe? Eu não estou falando do trabalho para lá. É de casa para lá. De casa para lá, é falta de hábito. Do trabalho para lá, é distância (Fábio, 37 anos, gerente comercial, Jardim Nova Aliança, Ribeirão Preto).*

De modo mais distinto às práticas espaciais anteriormente apresentadas, os argumentos de Fernando não impõem critérios ou restrições mais contundentes para o não uso do Centro principal e, nesse sentido, tal área central apresenta-se, para ele, como mais uma opção para eventuais compras, sobretudo, de vestuários e que, portanto, soma-se àquelas práticas que podem ser realizadas em *shopping centers*.

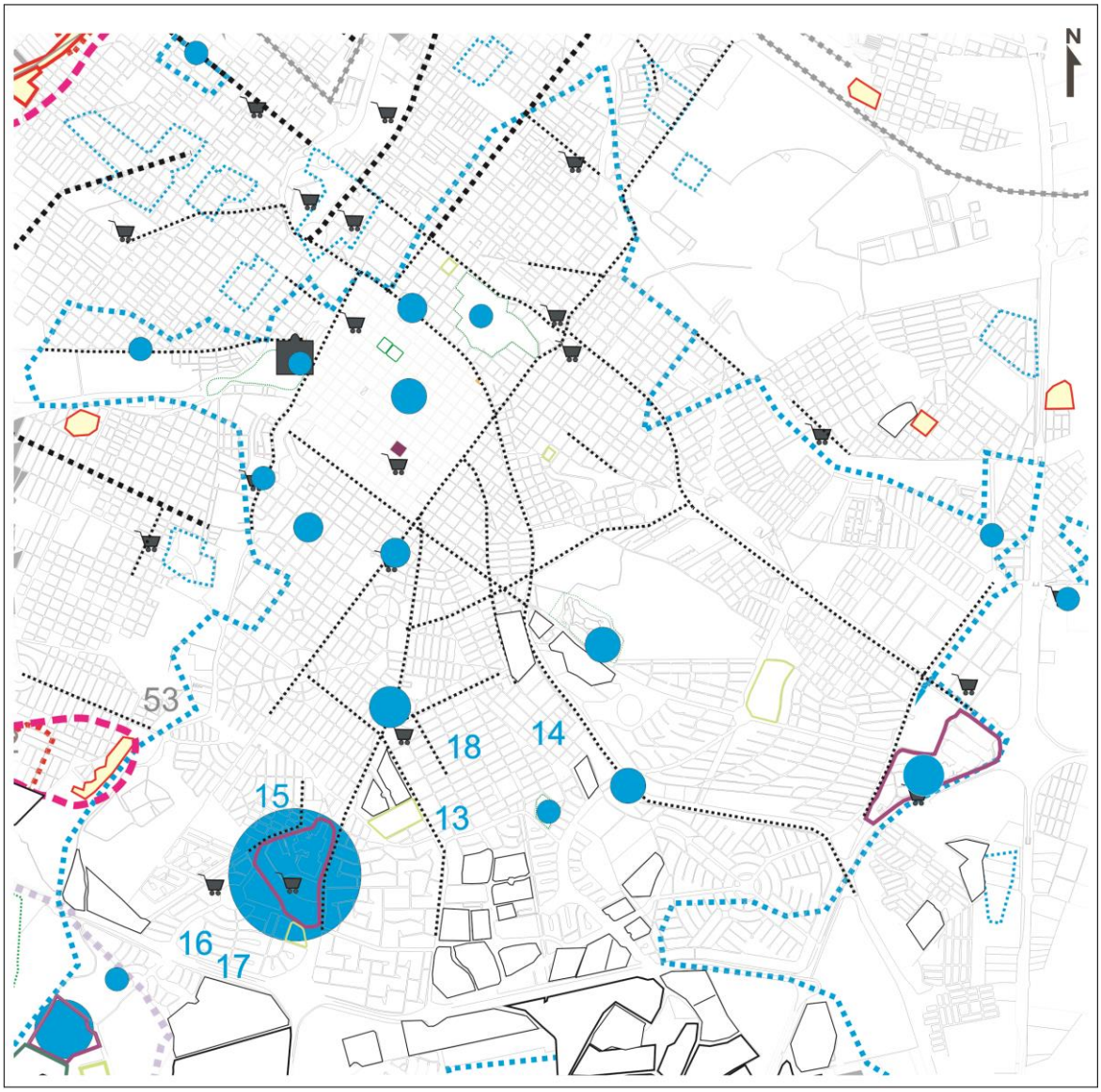
> *Para mim, compro aonde é mais prático, mais perto. Então, compro no Supermercado Pão de Açúcar, que é perto de casa, ou Savegnago, na Avenida Caramuru. Vou mais a supermercados e muito pouco em padarias, porque os mercados, hoje, tem tudo. Então, você faz tudo em um local só. Vestuários podem ser tanto em lojas do Centro ou do shopping, Depende da comodidade. Se tiver que ser muito rápido, eu vou onde é mais fácil comprar, e pelo preço também. [Em relação ao lazer, onde costuma frequentar?] Frequento o Cinépolis, no Shopping Iguatemi. É perto de casa, então, fica cômodo (Fernando, 42 anos, comerciante, Jardim Nova Aliança, Ribeirão Preto).*

Já Francisco, morador do Jardim Irajá, frequenta supermercados do setor sul, desde que mais ou menos próximos ao local de moradia, como o Carrefour e o Pão de Açúcar, além do Walmart, localizado no Novo Shopping.

Já em relação a vestuários, prefere comprar tanto no Ribeirão Shopping, quanto no Novo Shopping, pois, segundo ele, trata-se da busca por grandes equipamentos comerciais e de serviços, nos quais, possam proporcionar níveis mais acentuados de segurança e multifuncionalidade e, nesse sentido, torna-se "*mais fácil, mais seguro. Você para lá, e já come por lá mesmo. Tem um monte de loja para você escolher. Têm estacionamento e comodidade" (Francisco, 52 anos, motorista, Jardim Irajá, Ribeirão Preto).*

Os resultados relativos à representação cartográfica do conjunto das práticas espaciais dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, podem ser consultados a partir do Mapa 22, a seguir.

Mapa 22. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo do setor sul, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Favelas
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços integrados (sul)

Totais absolutos de indicações espaciais

13
7
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Shopping Center
- Parques
- Vila do Golfe
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 1 2 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP CAPES

As práticas espaciais dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo do setor sul guardam algumas semelhanças com aquelas relativas aos moradores de espaços autossegregados.

Tais semelhanças se estabelecem em função do desprestígio em relação ao Centro principal, a partir do expressivo uso e consumo do Ribeirão Shopping e, em menor medida do Shopping Iguatemi e Novo Shopping. No que tange aos eixos viários, as práticas espaciais tendem a ser mais expressivas apenas ao longo da Avenida Presidente Vargas e, em menor medida, na Avenida Maurílio Biagi.

Já no que se refere às diferenças, as práticas espaciais deles tendem a se distribuir de modo mais circunscrito à área que abrange o sul do Centro principal e ao norte do Anel Viário Contorno Sul e, nesse sentido, tais práticas estabelecem um maior nível de proximidade em relação aos seus locais de moradia o que, em grande medida, possibilita um maior *"entrecruzamento das dimensões espacial e temporal"* no plano da mobilidade urbana e do consumo de espaços comuns (SPOSITO, 2013, p. 84-85).

Tais aspectos combinam-se para expressar um determinado território e que, na medida em que se distingue e tensiona com os demais territórios, sobretudo, aqueles mais afeitos às práticas espaciais dos moradores de espaços segregados e integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, também contribuem para expressar tendências de uma fragmentação socioespacial em rede.

3.3.2.2. Próximos ao Centro principal de Ribeirão Preto

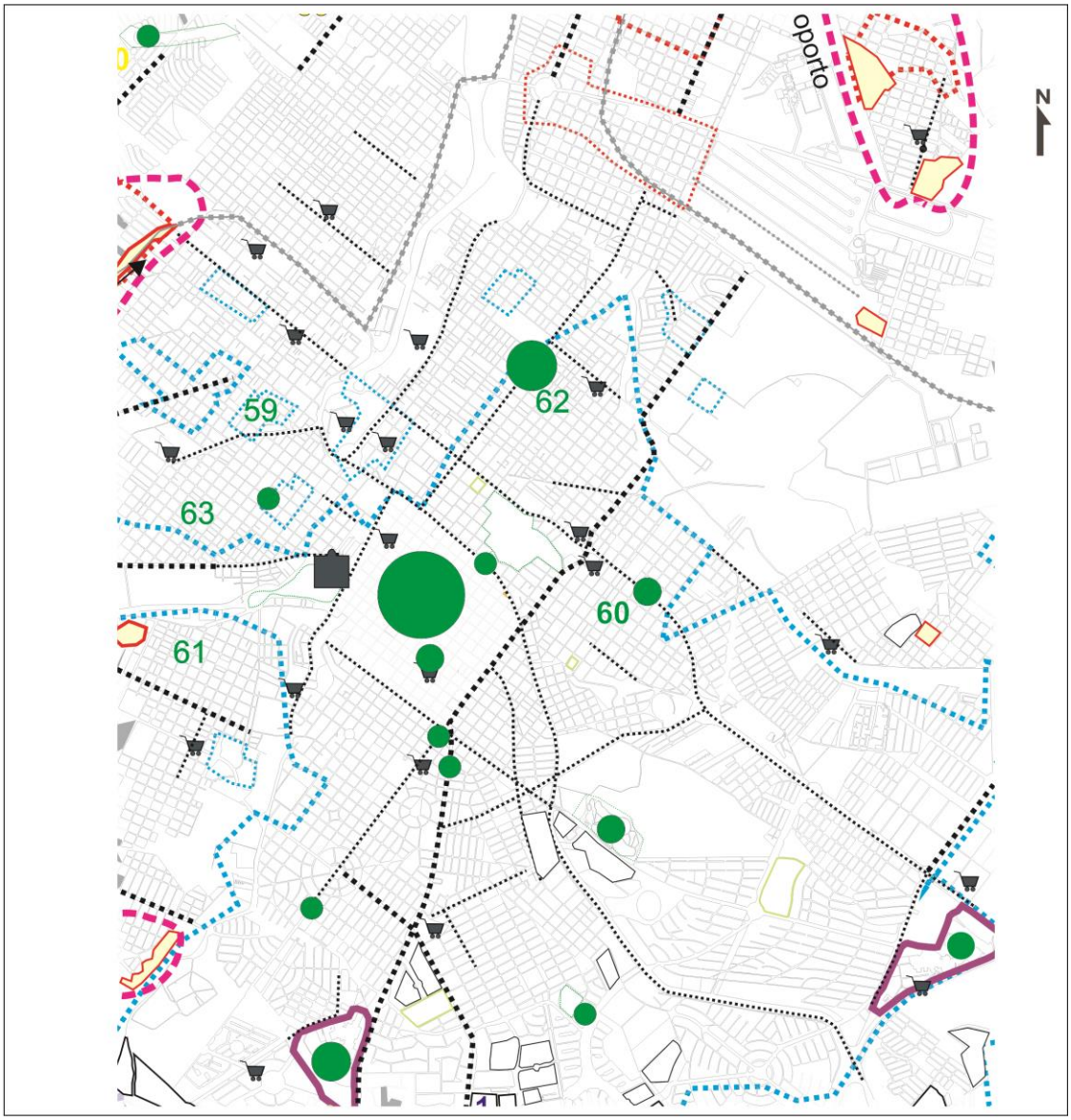
Os dois excertos seguintes se referem às práticas espaciais dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, e localizados de modo a estabelecer proximidade ao Centro principal. Trata-se das práticas espaciais de Tiago e Úrsula que, mesmo morando próximo ao Centro, suas práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços nessa área, tendem a ser pequenas. De modo mais predominante, tendem a envolver o Ribeirão Shopping:

> *[Em termos de lazer, o que gosta de fazer em Ribeirão Preto?] Olha, eu sou muito caseiro, mas quando eu saio eu gosto... Vou ao Ribeirão Shopping, mas pouco. Não tenho muito o hábito. Tem o Paddock, no Centro que eu gosto de ir. [Para vestuários, onde prefere comprar?]. No Ribeirão Shopping, na Fórum e Calvin Klein. No centro, quando eu vou, é em banco para pagar contas, mas, não para fazer compras (Tiago, 46 anos, médico, Sumarezinho, Ribeirão Preto).*

> *[Porque escolhe o Ribeirão Shopping e não o centro da cidade para fazer compras de vestuários?] É mais praticidade. Fica aqui do lado, mais confortável. Vou muito pouco ao Centro, tenho dificuldades com estacionamento. [E os restaurantes que você vai ficam em quais locais?]. O Mirai tem dentro do shopping e tem aqui no meu Bairro. E também vou a restaurantes na Avenida Independência. [Há setores da cidade que gostaria de frequentar, mas não o faz porque o acesso é difícil?] Só o centro, assim, que eu não gosto, porque é difícil para estacionar e não é fechado (Úrsula, 38 anos, gerente comercial, Jardim Paulista, Ribeirão Preto).*

Desse ponto de vista, há um ponto de semelhança com aquelas práticas espaciais realizadas pelos moradores de espaços autossegregados de Ribeirão Preto. Por outro lado, quando se avalia o conjunto das práticas espaciais dos moradores de espaços integrados próximos ao Centro, há diferenças, como pode ser verificado a partir da análise do Mapa 23.

Mapa 23. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo e próximos ao Centro principal, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Favelas
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços integrados (Próximo ao Centro)

Totais absolutos de indicações espaciais

11
6
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Shopping Center
- Parques
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 1 2 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP

Em primeiro lugar, mesmo com algumas críticas por parte desses moradores, o Centro principal continua sendo a principal área na qual se realizam suas práticas espaciais de consumo de bens e de serviços.

Logo em seguida, a Avenida da Saudade, localizada nos Campos Elíseos (tratando-se de um eixo comercial e de serviços que expressa uma forte centralidade urbana), também se destaca e as práticas espaciais realizadas ao longo deste eixo tendem a ser mais expressivas que aquelas realizadas no Ribeirão Shopping e Novo Shopping.

Considerando a distribuição das práticas espaciais pelo setor sul, ao longo deste eixo viário e, sobretudo, no Centro principal, há um maior nível de consumo do espaço urbano ribeirão-pretano em sua diversidade socioespacial e, nesse sentido, não se favorece o estabelecimento de dinâmicas de fragmentação socioespacial.

3.3.2.3. Setor sul e porção oeste ao Centro principal de Presidente Prudente

A análise das práticas espaciais dos moradores de espaços integrados, voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, de Presidente Prudente, inicia-se com o depoimento de Camila (66 anos, professora universitária aposentada, apartamento contíguo ao Jardim João Paulo II, Presidente Prudente), a qual relata que as compras de vestuários tendem a ser esporádicas, podendo se realizar tanto no Prudenshopping e Parque Shopping Prudente, quanto em estabelecimentos mais próximos ao local de moradia (como aqueles que se localizam no Parque do Povo).

Em relação aos supermercados, tende a utilizar, por preferência, o Supermercado Nagai, localizado próximo ao Jardim Paulista ou, ainda, o Supermercado Estrela, localizado próximo ao Parque do Povo, na Avenida Coronel José Soares Marcondes, pois, segundo seu depoimento, trata-se de estabelecimentos comerciais *"(...) menores e tem aquilo que necessito. Resolvo meus problemas mais rápido e a circulação é mais fácil"*.

Trata-se de um elevado grau de mobilidade proporcionado pelo automóvel particular e que, associado à ampliação de consumo de bens e de serviços que se realiza ao longo de alguns dos principais eixos viários do setor sul, favorece a otimização do uso do tempo. Destaca-se, nesse sentido, um maior "en*trecruzamento das dimensões espacial e temporal"* (SPOSITO, 2013, p. 84-85), como já destacado.

Em relação ao lazer, além do Parque do Povo, também utiliza *shopping centers* (sem especificar aquele de sua preferência) para realizar refeições. Já em relação ao Centro principal, há uma forte tendência de não frequentá-lo mais, pois, segundo ela:

> *(...) está cada vez mais difícil de estacionar no Centro. Nos últimos três ou quatro dias, tivemos que ir à área central, e é penoso estacionar lá. Não tem como mesmo! Esta é uma das razões para não circular no Centro. Nós vamos nos afastando de lá. Até esquece que tem a opção de fazer as coisas no Centro. Deixa até de ser uma opção!*

Por outro lado, não há maiores limitações ou impedimentos para o não consumo do Centro Principal da parte de Diego (58 anos, gerente aposentado, Jardim Petrópolis, Presidente Prudente), muito embora, suas práticas espaciais se concentrem de modo mais expressivo, no setor sul. Em relação a supermercados, ele tende a utilizar, mais expressivamente, o Carrefour, integrado ao Prudenshopping, e outros dois supermercados localizados em proximidade ao Prudenshopping: Muffato Max Atacado e Walmart.

Já em relação a vestuários, tende a compra-los tanto no Prudenshopping, quanto no Calçadão da Rua Tenente Nicolau Maffei, no Centro. Em relação ao lazer, tende a utilizar o SESC Thermas, localizado no Jardim das Rosas e contíguo ao seu local de moradia. Além disso, também tende a utilizar o Parque do Povo.

Próximo ao local de moradia, Débora (43 anos, professora, Vila Cristina, Presidente Prudente) tem utilizado alguns equipamentos comerciais e de serviços, como o Supermercado Carrefour e o Supermercado Avenida (localizado na Avenida Coronel José Soares Marcondes), a lavanderia 5àsec e a Padaria Massa Pura, esses dois últimos, localizados no Parque do Povo.

Além disso, as práticas espaciais voltadas ao abastecimento doméstico, também se estendem de modo a abranger o Feirão Oda (com dois estabelecimentos comerciais localizados na Rua General Osório - na Vila Machadinho, próximo ao Bairro do Bosque - e na Rua Rui Barbosa - este último, mais próximo ao Centro principal), para a compra de frutas e legumes, e o Empório Nelore de Ouro (localizado na Avenida Dr. Cyro Bueno), para a compra de carnes. A escolha por estes estabelecimentos comerciais, segundo a entrevistada, baseia-se em critérios de maior qualidade do produto adquirido.

Quando se trata de práticas espaciais voltadas ao consumo de vestuários, além do estabelecimento Lelé da Cuca Boutique, localizado na Avenida Washington Luís, também tende a frequentar o *shopping center*, no entanto, sem especificar aquele de sua preferência.

Já para a educação dos filhos, tem utilizado estabelecimentos de ensino privados, como o Colégio Anglo Prudentino, localizado próximo aos espaços autossegregados Jardim Morumbi e Central Park Residence, e a escola de inglês Yázigi, localizada na Avenida Washington Luís e próximo ao Centro principal e, nesse sentido, segundo a entrevistada, *"por conta do horário, que eu levo e busco, acabei optando por fazer no mesmo horário, então, enquanto ela está em uma sala, eu estou em outra fazendo o curso também".* Já para o lazer, também tem frequentado o cinema do Prudenshopping.

Embora, esporadicamente, realize compras no Centro principal, Débora exemplifica algumas dificuldades de se acessar os equipamentos comerciais e de serviços, localizados nesta área e, nesse sentido, busca aperfeiçoar os tempos de deslocamentos através de alternativas que, entre outros aspectos, contornem os constantes incômodos relacionados à dificuldade de se estacionar no Centro principal e áreas próximas:

> *Por exemplo, queria usar uma roupa e tinha que trocar um botão. Deixei em uma loja no Centro e, para estacionar, tive que pagar estacionamento. Não fico procurando vaga. Pago os quatro reais e estaciono por quinze minutos. Agora, para o inglês, que é uma hora, essa dificuldade me incomoda. (...) já abriu agora, na Avenida da Saudade, outra unidade, mas, a turma que minha filha está ainda não foi transferida, não abriu aqui. Mas já falei que ano que vem, quero vir para essa nova unidade, pela dificuldade de estacionar, e em torno da escola não tem estacionamento particular próximo, principalmente, porque é próximo de bancos e, no horário da aula dela, não acha vaga para estacionar. (...) não vou também ao centro, por falta de tempo. Não vou lá para passear nas lojas. Nem no shopping eu faço isso. Os consumos são bem definidos.*

Com base nesses aspectos, as práticas espaciais de Débora assemelham-se com aquelas realizadas por Camila revelando-se, nesse sentido, um alto grau de mobilidade e acessibilidade proporcionado pela articulação entre o expressivo uso do automóvel particular e o consumo de bens e de serviços ao longo de alguns dos principais eixos viários localizados no setor sul do espaço urbano prudentino. Tais aspectos também se ligam a uma maior facilidade em realizar os deslocamentos em Presidente Prudente, por consequência da menor dimensão de área ocupada por esta cidade média, comparativamente àquela dimensão relativa a Ribeirão Preto.

O desprestígio em relação aos usos e consumo do Centro principal e um maior consumo de bens e de serviços ao longo de eixos viários e em *shopping centers* também revelam mudanças nas práticas espaciais delas, nas quais se valorizam a otimização do uso do tempo.

Esses aspectos também se estendem às práticas espaciais de Eliana (61 anos, professora universitária aposentada, Parque Higienópolis, Presidente Prudente), pois, em

relação às compras em supermercados, prefere utilizar o Supermercado Estrela, localizado a cerca de dois quilômetros em relação ao local de moradia e que, para ela que se locomove por automóvel particular, pode ser considerado próximo.

Em relação às práticas espaciais voltadas ao consumo de vestuários, Eliana prefere frequentar o Prudenshopping, em detrimento do Centro principal: *"Primeiro porque é muito difícil de estacionar. Às vezes, eu até tenho vontade de ir, mas dou uma volta e acabo indo para o shopping. Então, principalmente, evito ir ao Centro, pela dificuldade de estacionamento".*

Emília (24 anos, assistente técnica administrativa, Residencial Florenza, Presidente Prudente), que se desloca por automóvel particular e trabalha em área contígua ao Prudenshopping, realizam compras mensais no Supermercado Assaí, localizado em contiguidade à Rodovia Raposo Tavares.

Durante a semana, realiza compras no Carrefour, que é próximo ao seu local de trabalho. Eventualmente, realiza compras de frutas e legumes em feira livre realizada no Parque Cedral, sobretudo, pela facilidade de acesso proporcionado pela Avenida Manoel Goulart, através da qual também é utilizada para acessar o seu local de moradia.

Em relação ao lazer, além do Prudenshopping, também utiliza a Pizzaria Brasileirinho, localizada na Avenida Manoel Goulart, e Espetinho do Japonês, localizado na COHAB. Já em relação às práticas espaciais voltadas ao consumo de vestuários, prefere utilizar lojas do Prudenshopping, como a C&A, Hering e Marisa e, segundo a entrevistada, apenas raramente utiliza o Centro principal para compras em geral, pois, mesmo locomovendo-se por transporte automotivo particular:

> *Eu vou ao Centro, assim, quando precisa mesmo. Quando não tem alguma coisa ali no Prudenshopping (...). Até porque, agora, é bem mais longe [referindo-se à mudança recente para o Residencial Florenza, localizado em contiguidade, mas, além da Rodovia Raposo Tavares], (...) então, eu compro mais o que a gente precisa no Prudenshopping e, às vezes, quando é alguma coisa para casa tem o Adalto Atacado [localizado em contiguidade com a Rodovia Raposo Tavares] que é aqui pertinho. (...) eu gostaria sim de ir mais ao Centro, pelo preço, assim, você encontra o preço menor. Só que com a rotina corrida, acaba sendo mais prático ir ao Prudenshopping, mas, se eu tivesse mais tempo, eu iria sim, ao Centro.*

Fabrício (46 anos, professor universitário, Jardim Paulista, Presidente Prudente) e sua família realizam práticas espaciais voltadas à compra de vestuários e produtos para a habitação, tanto em *shopping centers*, quanto no Centro principal e, para decidir o local mais adequado para a realização das compras, leva em consideração o custo-benefício e os

horários disponíveis e, nesse sentido, no período da noite, tende a realizar compras nos *shopping centers*, a partir dos quais, também costuma conciliar atividades de lazer como, por exemplo, as idas ao cinema. Mais especificamente, em relação ao lazer, Fabrício também utiliza o Tênis Clube, localizado na Avenida Washington Luís.

Fabíola (estudante, Jardim Santa Helena, Presidente Prudente), que se locomove por automóvel particular, desloca-se até o Centro, tanto para realizar curso de línguas na Cultura Inglesa, quanto para as compras de vestuário. Em menor medida, as compras de vestuário também se realizam em *shopping centers*, a partir dos quais, também procura combinar compras e lazer.

As práticas espaciais relativas ao lazer, pela questão de proximidade, tem preferência por frequentar lanchonetes localizadas próximas ao Parque do Povo, além do SESC Thermas, localizado no Jardim das Rosas.

Já em relação às compras mensais de alimentos para o abastecimento da casa, tem preferência pelo Muffato Max Atacado e pelo Carrefour. Além disso, também costuma frequentar a feira livre realizada aos sábados ao longo da Avenida Manoel Goulart.

Em relação aos estabelecimentos comerciais disponíveis, Fabíola enfatiza que gostaria de frequentar a Loja de Departamentos Havan, localizada em contiguidade com a Rodovia Raposo Tavares, mas não frequenta, pois, considera-a muito longe.

Em geral, não houve expressivas mudanças a partir da aquisição e o uso do transporte automotivo individual. Entretanto, relata os seguintes aspectos que se relacionam a este meio de locomoção: *"(...) eu comecei a viver mais a cidade também. Antes eu ficava muito restrita a ir da UNESP para casa e voltar para casa dos meus pais. Agora, comecei aproveitar mais a cidade".*

Para o abastecimento da casa, a mãe de Gilson (32 anos, assistente administrativo, Jardim Paulista, Presidente Prudente) frequenta, cotidianamente, os supermercados localizados próximo à habitação, no Jardim Paulista.

Além de curso de aperfeiçoamento, realizado no SENAC, Gilson, que se locomove por meio de automóvel particular, também tem frequentado o Carrefour para a compra de eletroeletrônicos. Além disso, para a realização de práticas espaciais relativas ao lazer, também tem frequentado o Prudenshopping aos finais de semana.

Ao ser questionado sobre as áreas preferenciais para o consumo ressaltou que, de modo mais expressivo, utiliza o Prudenshopping e, em menor medida, o Centro principal. A preferência pelo Prudenshopping estabelece-se na medida em que agrega a este grande estabelecimento de consumo, segundo ele, uma *"maior facilidade em estacionamento,*

ambiente mais agradável. O ar condicionado ajuda muito. A cidade de Presidente Prudente é muito quente, então...".

Por outro lado, o Centro caracteriza-se, segundo o depoimento de Gilson: *"Pela dificuldade em estacionar, pelo calor. A gente não consegue encontrar esse ambiente mais agradável... Eu compro no centro, mas não é com tanta frequência como no shopping"*.

Já Graziela (25 anos, fisioterapeuta, Jardim Santa Helena, Presidente Prudente), para a realização de práticas espaciais relativas ao lazer, além do cinema no Prudenshopping, também frequenta bares localizados próximos ao local de moradia. Em relação à realização de compras de alimentos para o abastecimento da casa:

> *A gente procura ir, na verdade no Walmart ou no Carrefour. Quando vamos fazer uma compra grande, vamos ao Carrefour por causa do estacionamento, e quando vamos fazer compra pequena vamos ao Walmart, porque lá não precisa pagar estacionamento. Sobre a questão de variedade, a gente procura ir ao Carrefour, e sobre açougue, nós vamos ao lado de casa, porque lá tem preço bom e qualidade muito boa.*

Além disso, mesmo se locomovendo por meio de automóvel particular, também justifica o fato de usar apenas uma área mais circunscrita ao setor sul:

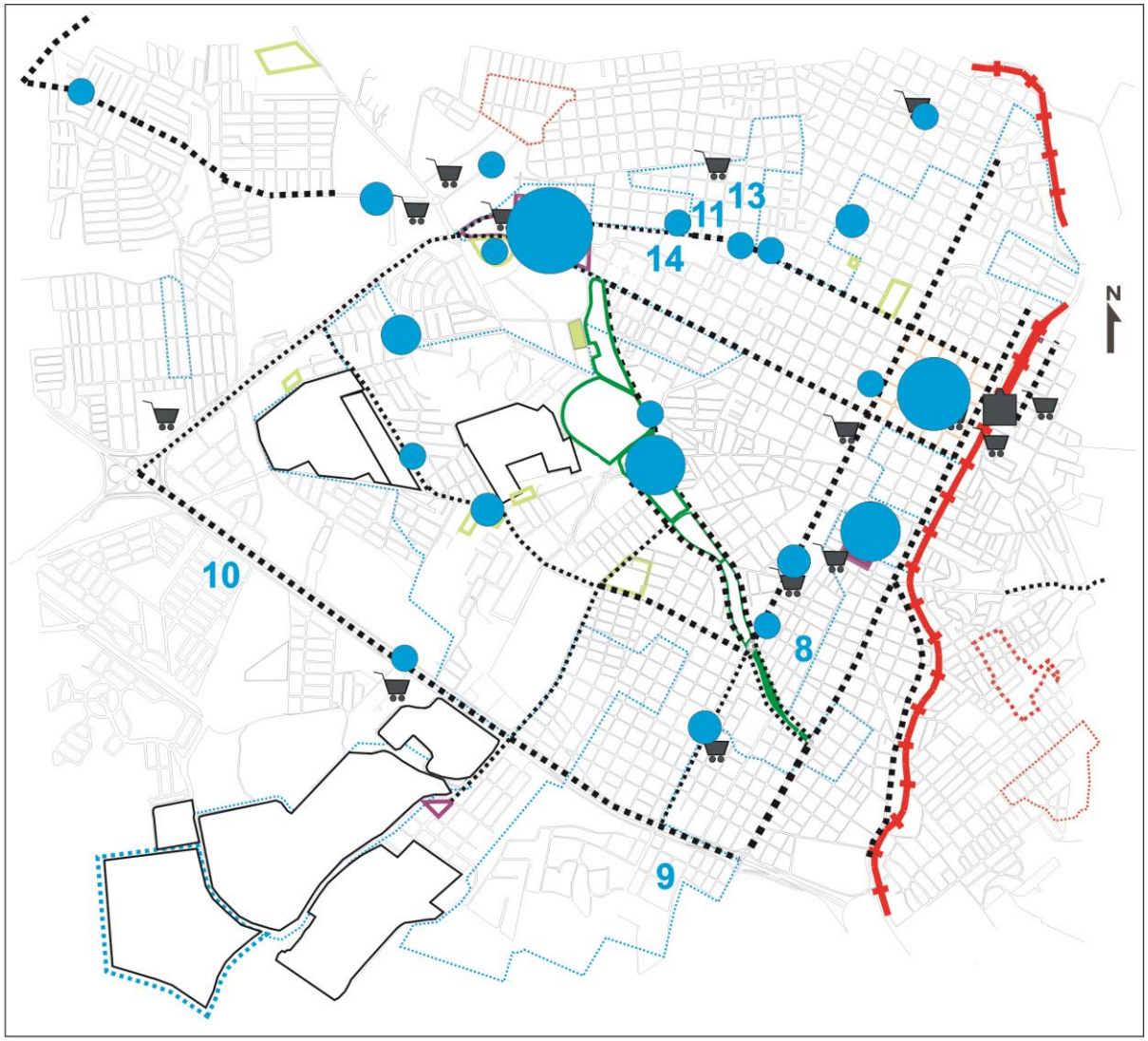
> *Outra coisa é porque eu não conheço totalmente a cidade. Por exemplo, a parte do Centro, eu conheço o calçadão, mas, por questão de distância também, fica muito mais fácil irmos para o Carrefour e Walmart, do que ir até ao Centro. Até porque o Centro vive lotado de pessoas, e acabamos optando e achando que os hipermercados estão mais vazios.*

Em relação à concentração de citadinos em estabelecimentos comerciais, "*por exemplo, às vezes nós vamos ao Carrefour. Como o foco é ir lá mesmo, às vezes, a fila está tão grande que a gente acaba saindo e indo para o Walmart"*. Tal prática apenas se tornou possível a partir da incorporação do automóvel particular para a realização dos deslocamentos cotidianos e, nesse sentido:

> *O fator do carro... De ter vindo com ele, melhorou absurdamente minha vida. Tanto pelo fator climático de Prudente, que é muito quente, e nas questões de compra. Antes só ia ao Carrefour e, agora, a gente já vai para o Walmart e outros. Graziela (25 anos, fisioterapeuta, Jardim Santa Helena, Presidente Prudente).*

As práticas espaciais dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo de Presidente Prudente, podem ser consultadas a partir do Mapa 24, a seguir.

Mapa 24. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo do setor sul e da porção oeste ao Centro principal, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial
- Espaços autossegregados
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos
- Espaços integrados (sul e próximo ao Centro)

Totais absolutos de indicações espaciais
10
6
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos
- Centro
- Shopping Center
- Parque do Povo
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços

0 0,5 1 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: SMPDU, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP CAPES

Assim como em Ribeirão Preto, porém, em menor medida, as práticas espaciais dos moradores de espaços integrados (do setor sul e a oeste do Centro principal) voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, também contribuem com o processo de fragmentação socioespacial na medida em que mais se distribuem pelo setor sul.

No que se refere aos *shopping centers*, tais práticas são expressivas no Prudenshopping e, em menor medida, no Parque Shopping Prudente. No que tange aos eixos viários, também há um expressivo consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, que se realiza ao longo das avenidas que circundam o Parque do Povo e das Avenidas Coronel José Soares Marcondes e Washington Luís.

Estas práticas espaciais guardam semelhanças com aquelas realizadas pelos moradores de espaços autossegregados, inclusive, no que se refere ao desprestígio em relação ao uso e consumo do Centro principal. Entretanto, tais práticas são mais expressivas que aquelas desempenhadas pelos moradores de espaços autossegregados.

Com base nesse aspecto (e somando-se o fato de que se trata de "espaços integrados", ainda que permeados por mecanismos de controle socioespacial), a fragmentação socioespacial que se evidencia é menos expressiva do que aquela que se expressa pelos moradores de espaços autossegregados.

3.3.3. As práticas espaciais dos moradores de espaços segregados

3.3.3.1. Setor norte de Ribeirão Preto

Nos seis primeiros excertos desta seção da tese, temos elementos para apreender as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, dos moradores de espaços segregados do setor norte de Ribeirão Preto.

Ainda que guardem algumas distinções do ponto de vista da expressividade das práticas espaciais realizadas nas proximidades mais imediatas ao local de moradia, as semelhanças entre esses excertos estabelecem-se na medida em que há um consumo mais expressivo, tanto do Centro principal, quanto do Novo Shopping em menor medida.

Gabriela (24 anos, dona de casa, Favela do Jardim Aeroporto, Ribeirão Preto) que se desloca por meio de automóvel particular e transporte coletivo, não realiza compras nas proximidades do local de moradia, pela falta de concorrência e a prática de maiores preços

entre os poucos estabelecimentos comerciais existentes. Ademais, as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e serviços realizam-se, predominantemente, em três locais: Parque Ribeirão Preto, Centro principal e Novo Shopping:

> *Para fazer despesa só vou uma vez ao mês (...) no Supermercado Dia do Parque Ribeirão Preto. Também vamos ao Savegnago, no Gricki. Vamos a vários supermercados buscando preço. Em alguns está barato, em outros está caro. Arroz, feijão compra em um. Aí vê que está caro a mistura, compra em outro mais em conta. Todos no Parque Ribeirão Preto. Lá é mais barato. Tem muita concorrência. [E em relação a vestuários, onde costuma comprar?] Marisa, Pernambucanas, Torra Torra e Di Gaspi. Ficam no centro da cidade. Só a Marisa é no Novo Shopping e vou às vezes. Vou muito, assim, com meu marido e levo meus dois meninos. Aí os coloco para brincar um pouquinho (...) (Gabriela, 24 anos, dona de casa, Favela do Jardim Aeroporto, Ribeirão Preto).*

Em relação às práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer de Gilda (36 anos, manicure, Favela da Mata do Jardim Aeroporto, Ribeirão Preto), estas abrangem uma parcela muito mais expressiva do espaço urbano ribeirão-pretano, ainda que ela não faça qualquer menção ao uso e consumo no Centro principal.

Além disso, pelo baixo nível de expressão de centralidade urbana do Jardim Aeroporto e proximidades mais imediatas, Gilda também aponta o desejo de se mudar para outro local com nível de centralidade urbana mais expressivo e, nesse sentido, faz referência ao espaço integrado Parque Ribeirão Preto.

> *[Em quais supermercados você prefere comprar?] vou a um na Avenida Costa e Silva [no Bairro Campos Elíseos], que é o Gricki. Mas também vou ao Savegnago, na Avenida 13 de Maio [no Jardim Paulista] e o Supermercado Dia, que fica no Parque Ribeirão Preto, mas, não compro tudo no supermercado. Verduras, por exemplo, compro de um vendedor ambulante aqui perto. Ele fica com uma caminhonete e o preço é bom. [Quais os produtos de maior valor vocês compraram nos últimos anos?] comprei meu carro em concessionária da Avenida Dom Pedro I, que se chama Nei e fica em uma avenida famosa. É quase um Centro e têm de tudo. E a minha moto Biz, comprei do meu tio, à vista. [Em relação às práticas de lazer, o que vocês costumam fazer?] Eu e meu marido levamos as crianças para comer lanches, comer uma pizza, ir ao Ribeirão Shopping, nos cinemas. Às vezes, vou a lanchonetes por aqui. Outras vezes vou à Avenida Costa e Silva.(...). (...) gostaria de me mudar para o Parque Ribeirão Preto, pois, lá têm mais opções. Têm dez farmácias, seis supermercados, têm lojas de construção, tem seis linhas de ônibus e tenho mais amizades (Gilda, 36 anos, manicure, Favela do Jardim Aeroporto, Ribeirão Preto).*

As práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços de Helena também envolvem uma expressiva parcela do espaço urbano ribeirão-pretano, em parte, devido ao baixo número e baixa diversificação de estabelecimentos comerciais e de serviços disponíveis no Jardim Aeroporto e nas áreas próximas.

Embora com alguma resistência, o Centro principal constitui uma das principais áreas voltadas ao consumo de bens e de serviços de sua família. Além disso, Helena também faz referência a um cotidiano discriminatório, ao qual se encontra submetida, tanto no exercício de sua função de varredora, quanto durante suas práticas de consumo em estabelecimentos comerciais do Centro principal ou em áreas próximas, devido ao fomento de uma estigmatização social associada ao seu uniforme de trabalho.

> *Vou aos Supermercados Savegnago, Mialich e Joia [este último, localizado no Jardim Aeroporto]. Também vou à Rede Pão, aqui próximo. É só a Rede Pão e o Joia que eu conheço, aí eu vou. Quando não, eu converso com o marido da Gabriela, e daí eles me levam para o Ribeirão Verde, que tem o Supermercado Mialich lá. Ou, senão, no Atacadão que fica aqui na Rodovia Anhanguera. [Você compara preços?] Comparo. Eu trabalho lá na Avenida Caramuru, que é meu setor, e eu passo no Supermercado Savegnago, faço compras e trago, entendeu? [E onde a Senhora costuma comprar vestuários?] (...) eu tenho meu cartão do Magazine Demanos [localizado no calçadão da Rua General Osório, no Centro principal]. Isso daí eu compro lá. Compro na Di Gaspi e no Torra Torra, no Centro, ali no calçadão. É longe essas coisas e nem vou muito não. Já fui mais e hoje eu evito, porque é muito agitado, sabe? (...) muita movimentação. [Agora, com relação aos eletroeletrônicos, em quais estabelecimentos a Senhora costuma comprar?] Eu comprei os tablets dos meninos, comprei meu fogão, comprei a minha televisão, que é aquela fininha lá, microondas, ventilador. Comprei no Magazine Luíza e nas Casas Bahia, tudo no Centro! [E em termos de práticas de lazer, onde a família da Senhora costuma ir?] Às vezes, eles [referindo-se ao marido e filhos] vão à cidade passear, enquanto eu estou trabalhando, no sábado. Eles vão passear, tomar sorvete no Centro, no sábado. E, às vezes, eles vão ao Bosque, mas eu não gosto não (...). Aqui no Jardim Aeroporto, comércio, que é bom, não tem. Mas tem depósito de material de construção porque, esses dias, eu fui lá comprar telhado para a minha casa, que estava molhando dentro. (...) em alguns comércios, nós somos bem atendidos, entendeu? Prefiro aqueles que eu conheço, porque eu sou bem atendida e é educado comigo, entendeu? Do que aqueles que nos estranham e nos ignoram quando eu estou com o uniforme da empresa. Às vezes, nos chamam de vagabundo na rua, na hora que estamos trabalhando, então, eu percebo quando sou bem vinda e quando não sou, e se eu chegar num comércio e ver que não sou bem vinda, eu saio, vou a outro lugar (Helena, gari e comerciante, 34 anos, Favela do Jardim Aeroporto, Ribeirão Preto).*

Os dois excertos, a seguir, expõe as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, de Heloísa e Hebe e guardam muitas semelhanças entre si. Ambas são moradoras do Jardim Adelino Simioni, trabalham no Centro principal e se deslocam por meio de transporte coletivo.

Em relação às compras voltadas ao abastecimento doméstico, estas são realizadas nas proximidades mais imediatas ao local de moradia delas. Trata-se de um aspecto que já se diferencia daquelas práticas espaciais das entrevistadas anteriores, moradoras da Favela da Mata do Jardim Aeroporto que se deslocam, por vezes, a outros setores urbanos para o abastecimento doméstico.

As demais práticas espaciais de Heloísa e Hebe, voltadas ao consumo de vestuários e eletroeletrônicos, tendem a se realizar, de modo mais expressivo, no Centro principal, pois, há poucas ofertas relacionadas a esses tipos de produtos nas proximidades do local de moradia delas. Além disso, os preços praticados nos estabelecimentos existentes tendem a ser mais elevados que aqueles disponíveis no Centro principal.

Em relação ao lazer, tais práticas espaciais realizam-se, em geral, no Novo Shopping, por consequência de um maior nível de identificação com o perfil socioeconômico predominante neste grande equipamento de consumo.

> *(...) no Jardim Adelino Simioni têm o Big Compras e o Supermercado Dia, que são bem próximos de casa, e eu vou umas duas vezes por semana. (...) compramos vestuários, mas, mas não lá no Bairro, porque lá é mais caro do que aqui no Centro. Compro mais nas Pernambucanas e Torra Torra, assim, essas lojas mais acessíveis. [Você prefere comprar aqui no Centro, por que você já trabalha aqui?] Também! Mas, é mais pelo preço. E, às vezes, venho só para comprar. [Em relação às compras de eletroeletrônicos, onde prefere comprar?] Foi tudo aqui! Magazine Luiza, Casas Bahia... Tudo no centro. [Em relação ao lazer, quais locais costuma ir?] Nós vamos ao cinema no shopping, no Novo Shopping. [E em outros shoppings?] Não! O que mais vou é no Novo Shopping, porque é o shopping que tem mais... Eu acho que, na verdade, eu nunca fui nem no Ribeirão Shopping. Eu fui ao Shopping Santa Úrsula, porque é no Centro. E o Novo Shopping é como o Santa Úrsula. É menor e a gente acaba sempre indo naquele (...) e, a maioria das vezes, é para ir ao cinema e, sempre que vai, vai à praça de alimentação. Agora, compras lá, é uma coisa ou outra. Vê, gosta de um sapato, e compra, mas é ocasional. Em geral, vai ao Centro. (...) lojas de cosméticos vou à Ramavi aqui no Centro. Também vou a outras lojas lá na Rua Barão do Amazonas [no Centro], mas não sei te falar os nomes (Heloísa, 27 anos, operadora de caixa, Jardim Adelino Simioni, Ribeirão Preto).*

> *[Em relação às compras em supermercados, quais aqueles que mais prefere frequentar?] Eu vou aos domingos e eu compro mensal, mas, no decorrer da semana, a gente sempre compra alguma coisa ou outra. O nome do Supermercado é o Big Compras e é o mais perto de nossa casa. [Vocês costumam ir a outros supermercados?] Não. A gente procura ir naqueles que é mais fácil o acesso, os que estão perto da minha casa, então, é o Big Compras e o Supermercado Dia. [Em relação às compras de vestuários, onde costuma frequentar?] (...) para mim, que adora vestidos e sapatos, eu compro a cada dois meses ou quando eu passo na loja e vejo alguma coisa que me agrada. Compro nas Lojas Irmãs, Cleide Modas e Gela Modas. Irmãs é uma loja evangélica e fica na Rua Saldanha Marinho. Cleide Modas e Gela Modas é de frente ao Torra Torra, no Calçadão. [E em relação a eletroeletrônicos, prefere comprar aonde?] Eu costumo comprar nas Lojas Cem. Eu gosto muito de comprar lá e fica aqui no Centro, na Rua São Sebastião. [E em termos de lazer, o que a você e sua família preferem fazer?] Nossa programação é ir à igreja, porque a gente já têm tantas coisas para fazer na igreja, que não sobra tempo para ir a restaurantes. [Em geral, quais são as suas principais áreas de consumo?] Eu gosto do Centro porque é de fácil acesso e por trabalhar no Centro. Não gosto de ir ao shopping. Não vou e também não me enche os olhos não. Às vezes, vou ao shopping quando a minha criança pequena quer ver um filme. Agora, os filhos mais velhos vão aos shoppings sozinhos. [Mas, quando vão, quais são os shopping que costuma frequentar?] Eu gosto de ir ao Novo Shopping porque tem mais cara de povão. [E também seria porque é mais fácil de chegar lá?] Não. É a mesma*

> *coisa, porque tem que pegar dois ônibus do mesmo jeito. Agora, o shopping que eu não gosto é o Santa Úrsula, e esse é de fácil acesso, mas esse eu não gosto não. Eu escolho o Novo Shopping pelo nível do pessoal que frequenta, então, eu prefiro o Novo Shopping e tem o parque para crianças: O Gorilão (Hebe, 37 anos, fiscal de caixa, Jardim Adelino Simioni, Ribeirão Preto).*

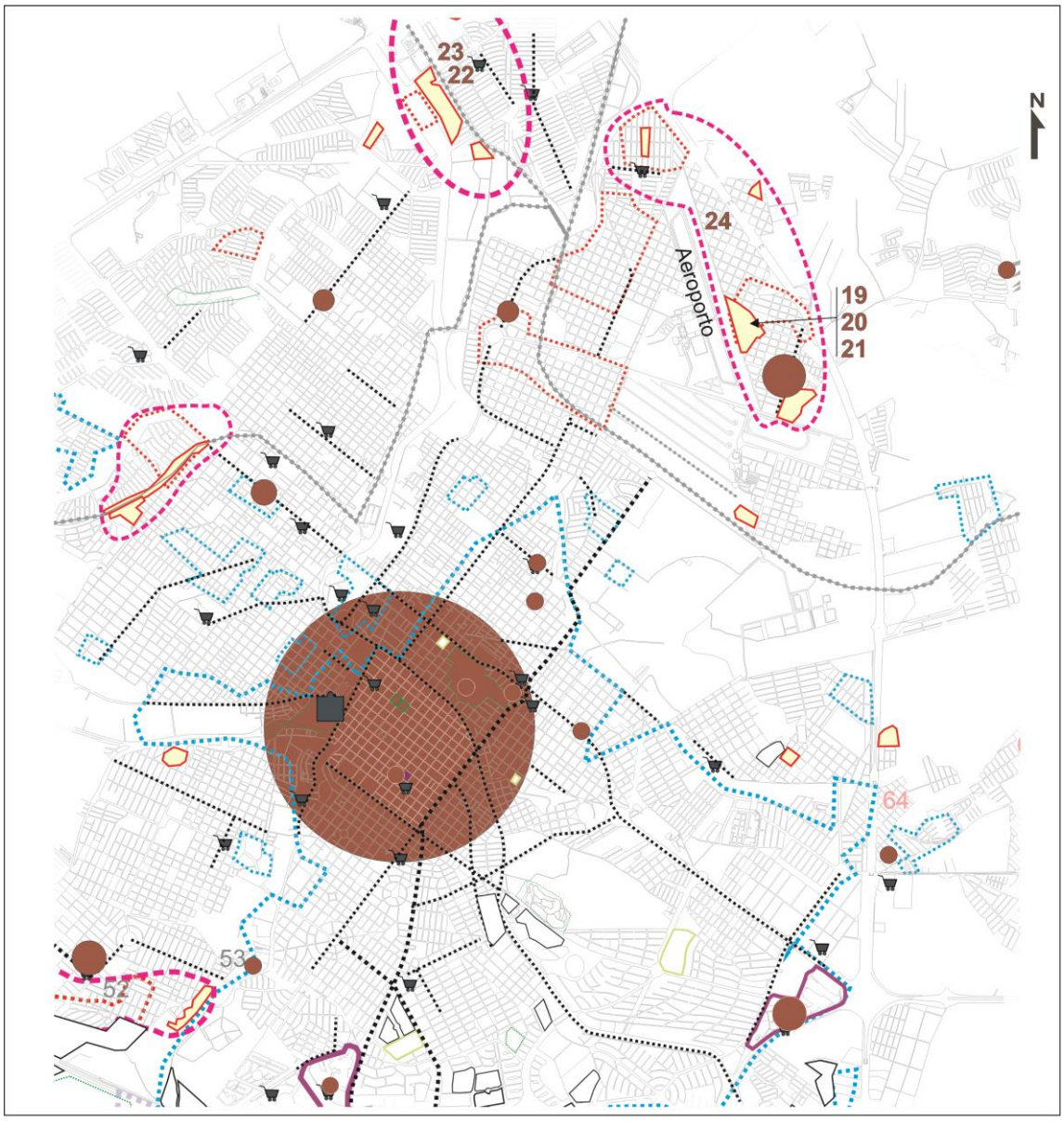
Com relação às práticas espaciais voltadas ao consumo de Iara, estas também guardam algumas semelhanças com aquelas apresentadas por Heloísa e Hebe, sobretudo, no que se refere ao consumo de Centro principal e do Novo Shopping. No entanto, as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços nas proximidades mais imediatas ao local de moradia, tendem a não ser expressivas, pelos mesmos motivos indicados para o Jardim Aeroporto, ou seja, trata-se de um espaço segregado com baixos níveis de expressão de centralidade urbana.

> *[Em relação às compras de alimentos para o abastecimento doméstico, quais supermercados você ou sua família costuma frequentar?] Minha mãe vai bastante ao Supermercado Savegnago, aqui da Avenida Francisco Junqueira. [Já em relação às atividades de lazer, o que gosta de fazer?] Saio mais para ir ao Novo Shopping, para ir ao cinema. [E para a compra de vestuários, quais são os locais que costuma frequentar?] Eu vou, com mais frequência, aqui no centro mesmo. Aqui na Rua Barão do Amazonas, têm bastante lojas boas. [Mas você acha que é por conta de que você também trabalha aqui no Centro e isso facilita?] Facilita. E eu gosto das lojas de lá. Eu gosto da Vice e Versa, eu gosto da Via Barão, tudo na Rua Barão do Amazonas. [E porque você não escolhe outras áreas? Você me disse que vai ao Novo Shopping, mas você costuma comprar vestuários lá também ou não?] Às vezes, sim. Eu acho mais em conta aqui e, às vezes, são as mesmas peças. [Como você se locomove para vir para o trabalho?] Eu venho de ônibus. Agora, se eu for sair de casa para comprar e for ao shopping, aí é de carro ou moto. [Inaugurou o Shopping Iguatemi. Você já foi alguma vez lá?] Nossa, muito longe! Eu fui uma vez só e não gostei muito de lá não. [O que você achou?] O lugar é bonito, só que eu prefiro o Novo Shopping ou o Ribeirão Shopping (Iara, 25 anos, operadora de caixa, Jardim Salgado Filho I, Ribeirão Preto).*

Além de um consumo mais expressivo que se realiza no Centro principal e em outras áreas dotadas de multicentralidades, as práticas espaciais dos moradores dos espaços segregados do setor norte também denotam um maior nível de segmentação socioeconômica no que tange aos *shopping centers* e, nesse sentido, tendem a demonstrar uma clara preferência pelo consumo do Novo Shopping, em especial, no que se refere às atividades relativas ao lazer.

A partir da análise do conjunto desses excertos, trata-se de um A distribuição das práticas espaciais dos moradores de espaços segregados do setor norte de Ribeirão Preto, pode ser consultada a partir do Mapa 25, a seguir.

Mapa 25. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços segregados do setor norte, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Favelas
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços segregados (norte)

Totais absolutos de indicações espaciais

27

7

1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Shopping Center
- Parques
- Vila do Golfe
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 1 2 Km

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.

Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP CAPES

As práticas espaciais associadas ao consumo por moradores de espaços segregados do setor norte de Ribeirão Preto distribuem-se por diversos setores do espaço urbano e, com exceção daquelas realizadas ao longo da Avenida Recife e João Pessoa no Jardim Aeroporto, tendem a não ser expressivas nas proximidades ao local de moradia.

Nos *shopping centers*, as práticas espaciais, sobretudo, aquelas relativas ao lazer, tem sido mais expressivas apenas no Novo Shopping, o qual, do ponto de vista dos frequentadores, possui um maior nível de diversificação socioeconômica no mix de suas unidades, em especial, no que tange aos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo.

Já do ponto de vista de um maior nível de mobilidade urbana, em parte, propiciado pelo acesso ao transporte automotivo particular e pela necessidade de busca pelo melhor preço, as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, tendem a ser extremamente expressivas no Centro principal.

Tais aspectos apontam para um maior nível de uso, consumo e apreensão do espaço urbano em sua diversidade e, nesse sentido, não se revelam dinâmicas de fragmentação socioespacial.

3.3.3.2. Setor noroeste de Ribeirão Preto

As análises a seguir, tratam-se das práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, dos moradores de espaços segregados do setor noroeste de Ribeirão Preto. Os dois primeiros excertos revelam práticas espaciais de Juliana e Janaína que, de um modo geral, tendem a restringi-las às proximidades ao local de moradia:

> *[Poderia citar alguns estabelecimentos que mais frequenta?] Os mercadinhos, aqui perto. O Mercadinho do Valdir tem muitas coisas boas lá, mas, nos mercadinhos que tem aqui perto, os produtos são caros. Quase nem compro muitas coisas, porque eu ganho cesta básica. Compro alguma coisa nesses mercadinhos, mas é tudo caro. Eu quase não saio de casa para comprar em outros lugares. Fico mais por aqui mesmo. [Em relação ao lazer, o que costuma fazer?] Eu frequento a Igreja Pentecostal do Reino de Deus. Eu sou Evangélica (Juliana, 77 anos, aposentada, Alto do Ipiranga, Ribeirão Preto).*

> *O Supermercado é o Savegnago da Avenida Acre, no Ipiranga. [Em relação às compras de eletrodomésticos:] Comprei geladeira e ar-condicionado no Magazine Luiza, aqui na Avenida Dom Pedro I. No shopping, vou uma vez na vida, outra na morte. Vou, raramente, no Novo Shopping para ver as coisas, movimento. Comprar no shopping, geralmente, eu não compro. [Qual a principal área que você prefere consumir na*

> *cidade?] Aqui por perto (Janaína, 50 anos, dona de casa, Alto do Ipiranga, Ribeirão Preto).*

As práticas espaciais de Kátia e Karen estendem-se de modo a abarcar não apenas o consumo de estabelecimentos comerciais e de serviços nas proximidades do local de moradia, incluso, aquelas realizadas ao longo da Avenida Dom Pedro I, mas também, de modo a envolver o Centro principal.

Além disso, Kátia também enfatiza um dos motivos para se restringir a essas duas porções do espaço urbano: trata-se de um menor grau de mobilidade por não possuir transporte automotivo individual.

Eventualmente, Karen também frequenta o Novo Shopping para a realização de compras e esta preferência, segundo ela, relaciona-se a um padrão de lojas e média de preços que são mais próximos àqueles disponíveis no Centro principal.

Referindo aos supermercados mais frequentados para o abastecimento doméstico, Karen indica que são:

> *(...) de fácil acesso. Tem tudo perto. Eu compro aqui mesmo no Bairro. Eu já saí e fiz minhas compras e não precisa nem de ônibus. Igual ali, na Avenida Dom Pedro I, tem o Supermercado Dia, que é perto. Também vou ao Savegnago, que fica perto, na Rua General Câmara com a Rua Acre. [Em relação aos estabelecimentos para a compra de vestuários:] Têm umas mais em conta que eles falam: o Torra Torra e Demanos, que ficam no Centro, na Rua General Osório. Eu falo para minha filha: Não vai à loja cara! Nas Pernambucanas e Riachuelo vai ao bacião! [Qual é a principal área da cidade que você prefere comprar?] No Centro, vejo algumas roupas, mas, também vou à Avenida Dom Pedro I, pois, tem Pernambucanas, Magazine Luíza. Tem banco, tem de tudo lá! E já são os locais que eu conheço. Quantos anos eu moro aqui? Então, já peguei o ritmo. Nunca fui... Eu não vou atrás de outros locais porque ou é ônibus ou a pé, porque, hoje, tem que ter um carro para andar, aí dá para fazer umas pesquisas e procurar. Agora, sem carro, vou direto ao lugar mesmo. [Porque você não vai aos shoppings?] Porque o dinheiro não é suficiente para ir a um shopping. E também, é difícil, pois, às vezes, meus netos precisam de mim, ou vai a uma reunião, ou no serviço deles. E o meu marido faz alguns tratamentos de saúde, e eu o acompanho em médicos. É muito corrido! [Quais locais de consumo você gostaria de frequentar?] Gostaria de ir ao Ribeirão Shopping, mas é distante. Se fosse mais perto, iria para dar um passeio. Ir a alguma lanchonete, uma coisa diferente. (...) os shoppings, para nós, é longe. O Santa Úrsula, nem tanto, mas, é meio chique ali e as coisas são muito caras (...) (Kátia, 63 anos, faxineira, Alto do Ipiranga, Ribeirão Preto).*

> *Em supermercados eu vou duas vezes por mês. Agora meu pai, acho que ele vai mais. Vamos ao Savegnago, que é mais próximo (...), eu acho que dá umas vinte quadras. [Para as compras de vestuários onde costuma ir?] vou mais ao Centro. Já em shopping, vou às vezes, porque para ir ao Centro é um ônibus só. Shopping é muito longe, mas eu prefiro o Novo Shopping, porque tem mais lojas do mesmo nível do Centro, do comércio do Centro. Já no Ribeirão Shopping, é bem mais caro. Ribeirão Shopping é mais classe alta. Eletroeletrônicos eu compro no Magazine Luíza, na Avenida Dom Pedro I e no Centro. Também comprei a TV de plasma, 42 polegadas e a geladeira e foi nas Casas Bahia, no Centro, porque meu tio trabalha lá, é vendedor (...). [Para o lazer, quais são os locais que procura frequentar?] Eu saio muito pouco, mas eu saio com os meus pais.*

> *Vou a restaurante, barzinho. A gente gosta muito da Lagosta, que fica na Rua Espírito Santo, e de um barzinho que fica perto da Rua Bahia, tudo no Ipiranga. Tem bastante coisa no Ipiranga e tem a Avenida Dom Pedro I. Ela é bem grande, e bem cheia de comércios, igual a do centro. Tem casa lotérica e três bancos ou quatro. Eu prefiro ir até a Avenida Dom Pedro I mesmo, que fica perto de casa. Mas, se eu estiver no Centro, eu faço no Centro (Karen, 23 anos, assistente financeira, Alto do Ipiranga, Ribeirão Preto).*

Já Lauro, mesmo se locomovendo por transporte automotivo individual, tende a levar sempre em consideração, a proximidade entre os estabelecimentos comerciais e de serviços e seu local de moradia. Nesse sentido, além de realizar práticas espaciais voltadas ao consumo nas proximidades mais imediatas à sua residência e no Centro Principal, também tende a realizar o lazer no Shopping Santa Úrsula, por considerá-lo o mais próximo, comparativamente aos demais *shopping centers* de Ribeirão Preto.

> *Uma vez por semana vou ao Supermercado Savegnago, mas também procuro o mais em conta e o mais perto daqui. [Para a compra de vestuários, quais são os locais que prefere frequentar?] Normalmente, vou nessas lojas que tem aqui por perto, que são lojas menores. Para o lazer, vou ao Shopping Santa Úrsula, porque é o mais próximo daqui. [Quais são as suas áreas preferenciais de consumo?] O Centro, porque lá eu acho de tudo. [Quais são as lojas que você mais frequenta no Centro?] Humanitarian Calçados, Pernambucanas... Quando compro, vou sempre nestas. [Porque escolhe estes estabelecimentos?] Pelo preço (Lauro, 26 anos, comerciante, Alto do Ipiranga, Ribeirão Preto).*

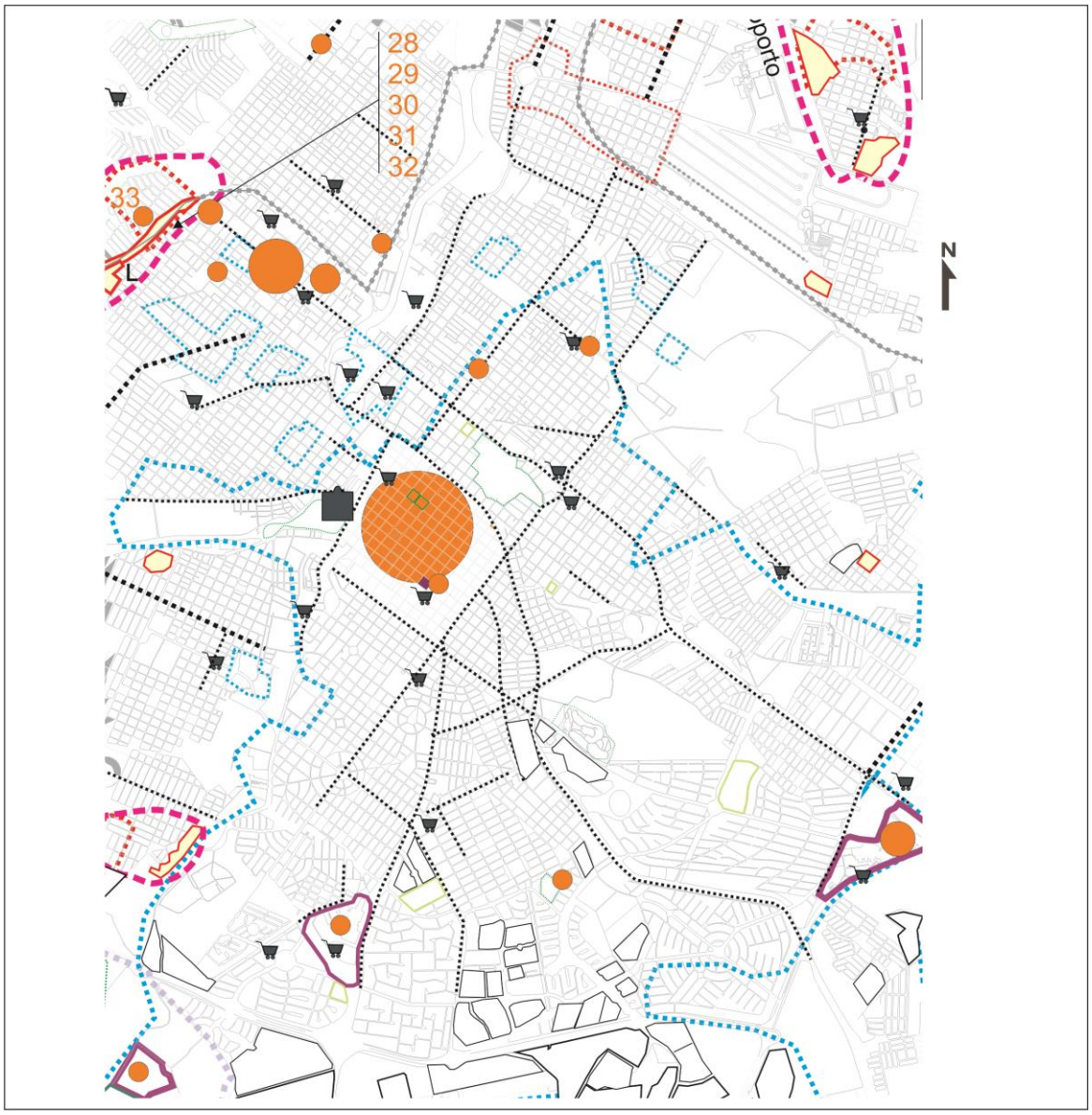
As práticas espaciais de Larissa, em certa medida, assemelham-se com aquelas apresentadas nos excertos imediatamente anteriores, na medida em que busca envolver o consumo de bens e de serviços nas proximidades do local de moradia. No entanto, distinguem-se delas, na medida em que não prestigia o Centro principal, tendo em vista, a preferência pelo consumo de bens e de serviços, inclusive, no que se refere à realização do lazer, no Novo Shopping. Para as práticas espaciais mais restritas ao lazer, também tende a frequentar o Ribeirão Shopping e o Shopping Santa Úrsula.

> *Eu compro mensal e o que a gente compra no fim de semana é refrigerante, alguma coisinha assim. Vou ao Supermercado Savegnago aqui perto, aqui na Avenida Acre, e tem os Supermercados Planalto e Carrefour. Vamos por ser mais perto e por causa de preço também. Aqui pertinho tem também o Supermercado Dia. Eu já acostumei a ir ao Dia, mas é quando é para comprar uma coisinha ou outra. [Em relação às compras de vestuário, quais são os locais que você costuma frequentar?] quando quero variar, tenho mania de comprar no Novo Shopping porque tem todas as lojas do bairro, então, já fica mais fácil e não paga estacionamento. Você fica à vontade e faz um lazer ainda. Tem a praça de alimentação, já come e fica por lá, já tem todas as lojas de roupas, móveis, eletrodomésticos. Já no Ribeirão shopping, é só para passear. Shopping Iguatemi é só para passeio. Compra é só no Novo Shopping. Têm todas as lojas da cidade, então, damos preferência de comprar lá. (...) a gente está sempre vendo preços, por exemplo,*

> *Casas Bahia, Magazine Luíza, o preço que é aqui na cidade, eu compro lá. Eu vejo o preço aqui na propaganda, você vai lá, é o mesmo preço. (...) não é só porque é shopping que é mais caro. É o mesmo preço! Liquidação é a mesma coisa! Não paga estacionamento, e outra: Você está ali dentro do shopping, você está dentro de todas as lojas, sai de uma e entra na outra. No Centro você tem que andar muito, pagar estacionamento. Lá a gente faz a compra e ainda tem o lazer. [Você gosta de ir ao Novo Shopping?] É porque é mais fácil para você pesquisar preços. (...) antes, a gente tinha um conceito de que shopping não era para pobre, era para rico. Eu gosto muito de comprar em época de liquidação, que é assim: (...) é uma besteira comprar no mês de dezembro. Que nem esse ano, eu comprei um vestido que eu nem usei até hoje. Vai comprar ele em janeiro, se o preço está duzentos reais, chega janeiro está com setenta por cento desconto. Aí você vai vestir ele um mês depois. Ninguém vai saber o preço que você pagou. Mas roupas, calçados, essas coisas, se eu não tiver um casamento ou uma festa para ir, eu não compro. Eu compro em janeiro, na liquidação, que eu vou pagar menos da metade do preço, e ninguém sabe que eu comprei em liquidação (Larissa, 63 anos, dona de casa, Jardim Emir Garcia, Ribeirão Preto).*

A partir das indicações dos locais aos quais se realizam as práticas espaciais dos moradores de espaços segregados do setor noroeste, tornou-se possível representa-las, a partir do Mapa 26, a seguir.

Mapa 26. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços segregados do setor noroeste, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Favelas
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços segregados (noroeste)

Totais absolutos de indicações espaciais

13
8
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Shopping Center
- Parques
- Vila do Golfe
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 1 2 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP CAPES

No que se refere ao uso e consumo dos *shopping centers*, as práticas espaciais dos moradores do espaço segregado do setor noroeste, também tendem a ser expressivas no Novo Shopping. Em menor medida, tais práticas estendem-se ao Ribeirão Shopping e Shopping Iguatemi.

No que se refere às demais práticas espaciais, uma expressiva parcela destas tendem a prestigiar o uso e consumo do Centro principal. Entretanto, as práticas espaciais realizadas ao longo e nas proximidades da Avenida Dom Pedro I também tendem a ser expressivas, dado o acentuado grau de concentração e diversificação de estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo deste eixo comercial e de serviços.



Fotografia 34. Ribeirão Preto: Estabelecimentos comerciais e de serviços distribuídos ao longo da Avenida Dom Pedro I. Fotografia extraída do Google Earth.

Tais práticas tendem a, efetivamente, concorrer com aquelas realizadas no Centro principal. Além disso, uma menor distribuição das práticas espaciais considerando o conjunto do espaço urbano e uma maior circunscrição destas no que tange ao setor noroeste são tendências que reforçam o estabelecimento de uma fragmentação socioespacial em área neste setor do espaço urbano ribeirão-pretano.

3.3.3.3. Setor sudoeste de Ribeirão Preto

Os excertos seguintes tratam das práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, dos moradores do espaço segregado do setor sudoeste de Ribeirão Preto.

Os quatro primeiros excertos abordam as práticas espaciais de Olga, Orlando, Paula e Pâmela, às quais tendem a se restringir às proximidades mais imediatas ao local de moradia. Eventualmente, tais práticas também se estendem ao Centro principal, ao qual, a entrevistada Olga, denomina de "cidade", pela qualidade de área central. Além disso, também não frequentam qualquer *shopping center* para a realização de compras em geral.

> *(...) a gente ia ao Savegnado da Avenida Monteiro Lobato [Vila Virgínia] e ao Mialich, da Avenida Pedreira de Freitas, pois a turma toda aqui faz compras lá. No Savegnago, era mais barato as coisas e hoje eu nem vou mais. Agora eu vou por aqui mesmo. Eu não faço muita compra. Agora, a padaria eu vou ali. É só atravessar o canteiro. É a Padaria da Lagoa. Lá, eu compro sabão, óleo, porque lá tem de tudo e eu nem vou mais ao Mialich. Para comprar roupas vou lá para a cidade. Vou a qualquer lugar, vou procurar o que eu gosto, igual no Natal, eu fui vendo o que eu queria e fui comprando. E quando eu vou à cidade, eu almoço por lá, na Rua Amador Bueno, perto do Pinguim. [Você costuma ir a shopping centers?] Não. Eu não gosto não. Tem muita frescura. Esses dias eu fui ao shopping, mas não foi para passear, foi para levar uns currículos nos restaurantes, no Divino Fogão, no Fogo Vida e no Brasa Vita. Fui ao Ribeirão Shopping, mas até hoje não me chamaram (Olga, 52 anos, ajudante de cozinha, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).*

> *(...) eu compro mais no Supermercado Oliveira ali embaixo [Na Avenida Pedreira de Freitas]. No Supermercado Mialich eu compro pouco, agora, no Oliveira eu compro mais. E tem a padariazinha aqui em baixo. Fica perto de mim. Gosto de comprar lá. [Você também compra outros produtos, vestuários em outros locais?] Eu só compro aqui agora, mas, eu também gosto de ir ao Centro e comprar alguma coisinha. [E quando vai ao Centro, como você se locomove?] Vou de ônibus (Orlando, 35 anos, ajudante de pedreiro, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).*

> *[Para as compras de alimentos] eu vou ao Supermercado Mialich, que fica na Avenida Pedreira de Freitas, porque é o mais perto e o mais barato. [Já para vestuários:] Compro na Riachuelo e na Passarela Calçados, no Centro, no Calçadão ali. O ar-condicionado comprei parcelado no Magazine Luiza. Foi lá no Centro também. [Costuma comprar em shopping centers?] É bem difícil. Faz tempo que não vou ao shopping e, também, porque no shopping é mais caro e, no Centro, mais barato. [Já em relação ao lazer, o que você prefere fazer?] vou mais a barzinhos que ficam na Avenida Presidente Vargas (Paula, 30 anos, auxiliar de serviços gerais, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).*

> *[Para as compras para o abastecimento da casa, quais são os locais que prefere frequentar?] Vou sempre ao Supermercado Savegnago, da Avenida Caramuru, pois, eu acho bom o preço e é mais rápido. [E para a compra de eletroeletrônicos, quais são os locais?] vou às Casas Bahia, do Centro. [E quando se trata de lazer, o que você costuma fazer?] só vou à igreja. [Quais são os locais mais utilizados para a compra de*

> *vestuários?] Compro sempre em outro Estado, em Goiânia. Ou, então, na cidade de São Paulo. [Quando se desloca para realizar essas compras aqui em Ribeirão Preto, qual meio de transporte você costuma utilizar?] Sempre de carro particular (Pâmela, 55 anos, comerciante, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).*

Já Patrícia, que se locomove por automóvel particular, tem preferência por realizar compras de vestuários e eletroeletrônicos no Centro principal e, com relação às práticas de lazer, frequenta tanto a igreja, quanto também prefere ir ao Novo Shopping, pois, *"lá, o estacionamento é gratuito"* e, além disso, *"vamos só para passear, distrair a cabeça um pouco e comer um lanche com as crianças"* (Patrícia, 42 anos, comerciante, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).

De modo mais ou menos semelhante à Patrícia, as práticas espaciais de Quésia e Queila também não se realizam nas proximidades mais imediatas à habitação e, nesse sentido, tendem a se realizar na Vila Virgínia e, com mais expressividade, no Centro principal.

As práticas espaciais voltadas ao lazer de Quésia realizam-se no próprio local de trabalho, que é o Shopping Santa Úrsula. Por sua vez, as práticas espaciais relativas ao lazer de Queila realizam-se no Ribeirão Shopping, tendo em vista uma maior proximidade estabelecida com esse grande equipamento comercial e de serviços.

> *Compro, para o mês, no Savegnago lá na Vila Virgínia, porque é mais barato. Aqui, é caro nesses mercados (...). [Com relação a vestuários, onde prefere comprar?] Compro na Riachuelo do Centro. Nós usamos o cartão de lá. [E eletroeletrônicos, prefere comprar em quais locais?] Comprei uma geladeira de dois mil reais. Comprei no Magazine Luíza, no Centro, no Calçadão. [Nos tempos destinados ao lazer, o que prefere fazer?] Aproveito para fazer no Shopping Santa Úrsula, onde trabalho (Quésia, 27 anos, auxiliar de cozinha, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).*

> *[Para as compras voltadas ao abastecimento da casa, em quais locais procura fazer as compras?] Vou ao Savegnago da Avenida Monteiro Lobato, na Vila Virgínia, porque as coisas são mais em conta. [E quanto a vestuários, prefere comprar em quais locais?] Quando vou comprar é mais no Centro, mas, lojas assim definidas eu não tenho. Eu passo, olho, compro e compro mais no Calçadão. [Já em termos de eletroeletrônicos, onde tem comprado com mais frequência?] Eu costumo comprar mais nas Casas Bahia ou nas Lojas Cem, do Centro. A geladeira e o fogão foram nas Lojas Cem. O guarda-roupa foi nas Casas Bahia. [E quais são os locais que você tende a usar para o lazer?] Vou mais ao Ribeirão Shopping. Eu acho que é o mais próximo. Eu já fui, assim, para comprar no shopping, só que nada me agradou (Queila, 18 anos, comerciante, Jardim Progresso, Ribeirão Preto).*

As práticas espaciais realizadas por Rafaela também guardam muita semelhança àquelas realizadas por Queila, ou seja, trata-se de um consumo mais expressivo que se realiza no Centro principal e, no que tange às práticas de lazer, estas tendem a se restringir ao Ribeirão Shopping. Questionada sobre a diversidade de equipamentos comerciais e de serviços, em geral, disponíveis no Jardim Progresso:

> *Considero que tem bastante coisa. Tem supermercado, farmácia, posto de saúde e fica próxima à Vila Virginia. Para a compra de vestuários e, mais especificamente, para calçados, eu gosto de ir ao Ribeirão Shopping, porque é perto da minha casa, ou eu compro na JG Calçados, dentro do Mercadão Municipal, no Centro. Então, varia. Onde eu achar bonito e bom, eu compro. Roupas são no horário do almoço. É a hora que dá para ver. Aonde eu compro mesmo é na Avenida Barão do Amazonas, aqui no centro. Tem a Arrazy (...) é mais barato (...) é mais bonito. [Em relação às práticas de lazer:] Gosto de ir ao cinema (...), no Ribeirão Shopping, porque é perto da minha casa. Aproveito para dar uma andada bem de vez em quando e não acho tão bonito as roupas de lá (Rafaela, 18 anos, vendedora, Jardim Maria da Graça, Ribeirão Preto).*

As práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços da família de Rodrigo abrangem as proximidades do local de moradia e o Centro principal. Em relação ao lazer, tais práticas abrangem tanto uma praça próxima ao local de moradia, quanto o Ribeirão Shopping, pela proximidade estabelecida com este estabelecimento de consumo.

> *A gente vê o preço, faz uma pesquisa de preço. Como hoje a gente comprou no supermercado lá de cima, no Supermercado Dia, e aí a carne no Tonin Superatacado que é mais em conta, que é peça, que fica no Parque Ribeirão Preto, na Avenida Luzitana, uns dez quarteirões daqui. Também compro roupas no Centro. Tem a Renner, Pernambucanas, Riachuelo. [Vocês costumam ir ao shopping?] Nós vamos de vez em quando ao Ribeirão Shopping. [E porque vocês preferem ir lá ao Ribeirão Shopping?] Pelo acesso, que é um shopping mais perto. O ônibus a gente já pega na Avenida Luzitana e já para de frente do Ribeirão Shopping e fica mais fácil, e ele é amplo, é grande, têm várias lojas lá. Têm C&A também lá. [E quando vocês vão ao Ribeirão Shopping, vocês costumam conciliar compras e lazer?] Quando nós vamos ao Ribeirão Shopping, é mais para lazer mesmo. Comprar não. É muito difícil. Só se tem alguma loja em promoção, que a gente vê que vale a pena. Aí a gente compra. A gente leva as crianças para se divertirem, comer alguma coisa lá, e vai para casa mesmo. [Em relação à compra de eletroeletrônicos:] Eu pesquiso no Centro. Vou à Magazine Luiza, Casas Bahia, Lojas Cem, Ponto Frio, Lojas Americanas e compramos quando está na promoção. [Em relação a outros locais para o lazer:] Nós vamos ao Parque na Avenida Luzitana, para levar os meninos para jogar bola, porque é a praça que tem mais perto (Rodrigo, 26 anos, operador de máquinas, Vila Guiomar, Ribeirão Preto).*

Em relação às práticas espaciais de Renata, que é proprietária de um pequeno mercado localizado no Jardim Progresso, estas tendem a se distinguir dos demais entrevistados, moradores do espaço segregado do setor sudoeste de Ribeirão Preto, na

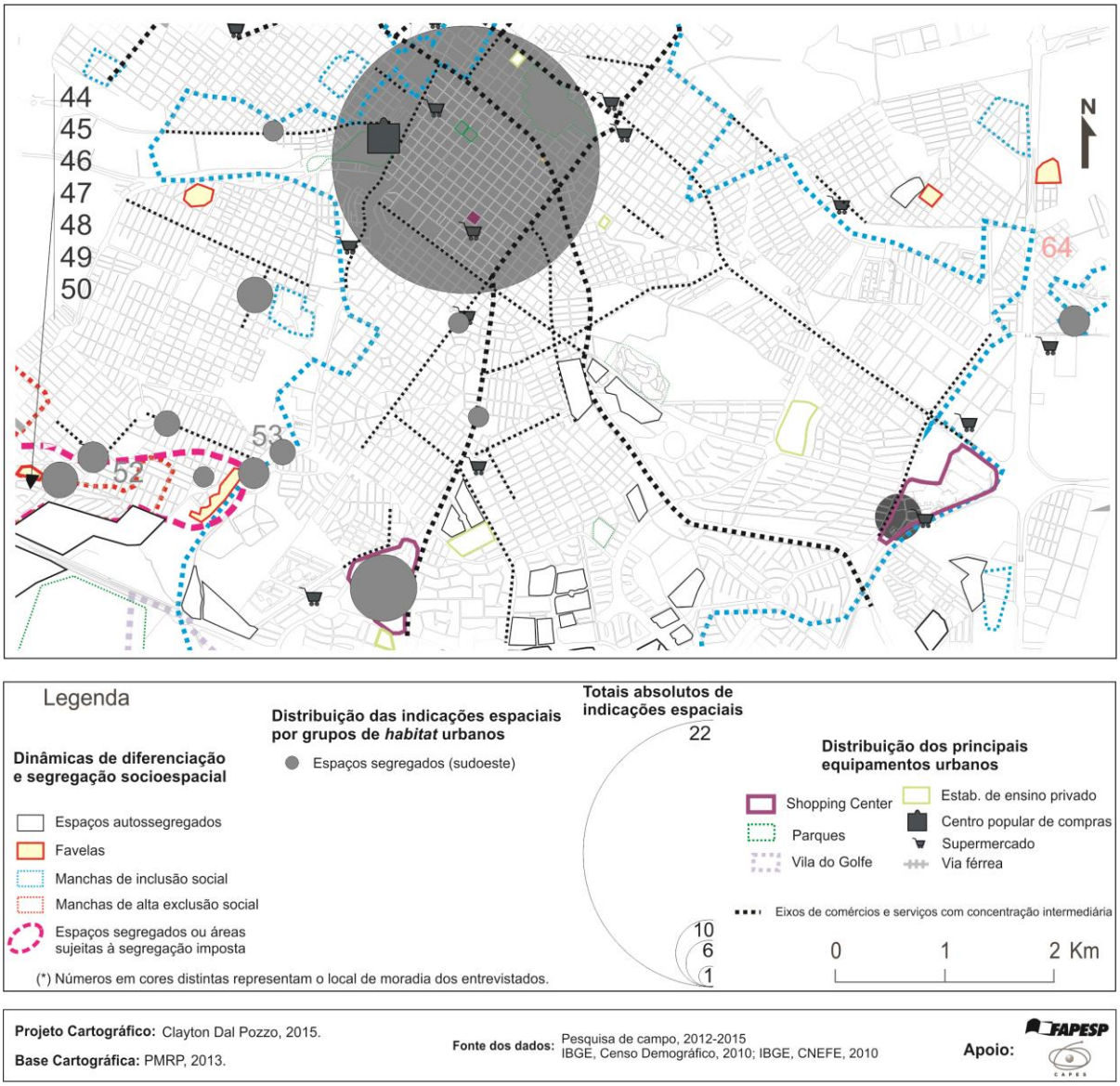
medida em que não frequenta o Centro principal, pela falta de infraestrutura e incômodos relacionados a estacionamentos e desconforto térmico.

No entanto, uma parcela dessas práticas espaciais tende a se assemelhar, na medida em que realiza o consumo de produtos mais específicos nas proximidades ao local de moradia e no Novo Shopping.

> *(...) compro, praticamente, toda semana. Os vendedores passam sempre e o que eu compro para cá, já aproveito e compro para minha casa também. Vou ao mercado mais para comprar carne, por exemplo, porque carnes não têm aqui e não tem como comprar de distribuidor, então. Aí vou ou num supermercado aqui perto, o Supermercado RJ que é da minha prima, ou vou ao Supermercado Dia, que fica na Avenida Luzitana [no Parque Ribeirão Preto]. É longe daqui, dá uma boa distância, mas, como temos carro e moto dá para ir. Vamos lá porque é mais barato e a gente conhece também o pessoal, os donos e a procedência. As frutas e verduras eu compro em um varejão, chamado Varejão da Economia, lá na Avenida Luzitana também. Para as compras de vestuário eu costumo ir muito ao Novo Shopping. Lá, procuro nas lojas o que me interessa. Não sou muito fiel à marca, à loja não. Escolho o que eu gostar. Gosto mais de lá, porque tem fácil acesso, lojas mais baratas do que no Ribeirão Shopping, então, é mais fácil para comprar, e tem estacionamento gratuito. Várias lojas que tem no centro têm lá também e não é aquele calor que é o Centro da cidade. Porque, no centro, se você for para fazer compras você não consegue, porque não tem infraestrutura. Se precisar ir ao banheiro tem um banheiro só lá na praça que é sem condições, e a minha mãe vai comigo também porque ela gosta de comprar as coisas dela. Ela anda de bengala, então, não dá para descer lá na Rodoviária, nem no Mercadão Municipal para usar o banheiro, então, eu a levo lá no shopping, porque já tem o banheiro equipado para ela e estas coisas. Então, os locais que mais frequento são os shoppings, de preferência, o Novo Shopping pela comodidade, e os supermercados, como o Atacadão [na Rodovia Anhanguera] e o Dia (Renata, 28 anos, comerciante, Jardim Marchesi, Ribeirão Preto).*

No que se refere à distribuição das práticas espaciais dos moradores do espaço segregado do setor sudoeste, esta pode ser consultada a partir do Mapa 27, a seguir.

Mapa 27. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços segregados do setor sudoeste, 2015



De um modo geral, as práticas espaciais dos moradores do espaço segregado do setor sudoeste são extremamente expressivas no Centro principal, tendo em vista, a busca pelo melhor preço e, em menor medida, também se distribuem pelo Novo Shopping e, sobretudo, pelo Ribeirão Shopping, por consequência da proximidade espacial estabelecida com este último grande equipamento comercial e de serviços.

Além disso, as práticas espaciais realizadas nos *shopping centers* tendem a estar relacionadas, preponderantemente, com a realização do lazer, como a maior parte dos entrevistados denotou.

Mesmo com críticas relacionadas a preços mais elevados, as práticas espaciais de consumo de bens e de serviços nas proximidades mais imediatas ao local de moradia também são expressivas, ainda que concorrendo pouco com aquelas realizadas no Centro principal.

Com base nesse aspecto, tais práticas espaciais tendem a indicar tendências (ainda que pouco expressivas) de fragmentação socioespacial por área a partir deste espaço segregado do setor sudoeste.

3.3.3.4. Setor norte de Presidente Prudente

Os excertos analisados, a seguir, referem-se às práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer dos moradores de espaços segregados do setor norte de Presidente Prudente.

O primeiro deles refere-se às práticas espaciais de Helen, moradora do Jardim Humberto Salvador e que se locomove, com a família, por transporte automotivo particular. Em geral, tende a não utilizar qualquer estabelecimento comercial nas proximidades mais imediatas de sua moradia.

Por outro lado, tornam-se expressivas aquelas práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, realizadas no Centro principal. Em relação às práticas de lazer, estas tendem a ser diversificadas, abrangendo tanto espaços públicos, quanto estabelecimentos de consumo privados, incluso, os dois *shopping centers* prudentinos.

> *Sempre nós vamos ao mercado fazer feirinha, no açougue. [No mercado, seria no mercado aqui do bairro?] Não, Nós vamos mais a outro mercado fora do bairro, açougue também fora do bairro. Para o lazer, a gente sempre vai a espetinho, em restaurante, em lanche, sorveteria, Cidade da Criança, Parque do Povo, vai aos dois shoppings, e quando a gente sai para fazer compras, nós vamos sempre ao Muffato Max ou o Super Muffato, do Parque Shopping Prudente. [Qual é a sua área preferencial de consumo?] É mais ao Centro mesmo. Sempre que a gente precisa, nós vamos ao centro. [E quais lojas utiliza para a compra de vestuários?] Chiks Center e Torra Torra. [Você costuma comprar nas lojas do Shopping?] Não. Muito difícil ir ao shopping para comprar. Nós vamos mais às praças de alimentação, nos brinquedos. [Por qual motivo você prefere comprar no Centro?] (...) é por causa do preço, que é mais acessível para nossa família. Acho que é o principal mesmo. Seria mais pelo valor (Helen, 31 anos, agente técnica administrativa, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

Do mesmo modo, as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços de Izadora, que abrangem as proximidades mais imediatas ao local de moradia, tendem a ser desestimuladas por consequência da adoção de prática de preços mais elevados por parte dos estabelecimentos comerciais e de serviços. Diante de tal fato, há uma premente necessidade de se deslocar por maiores distâncias orientando-se pela busca do melhor preço.

Com base nisto, tornam-se expressivas as práticas espaciais, incluso aquelas relativas ao lazer, realizadas no Centro principal. Para tais deslocamentos, utiliza o transporte coletivo. Em relação às compras mensais no Muffato Max, uma das filhas que moram com Izadora prontifica-se a transportá-la por meio de automóvel particular.

> *[Tem saído para o lazer?] Não, eu não gosto. Eu sou muito caseira mesmo. Nem quando parentes fazem festa eu não vou (...). (...) eu gosto mesmo é de ir ao calçadão no Centro da cidade. Eu vou lá, olho tudo e já dou uma passeada. Porque ali eu distraio a cabeça e venho embora. [Quais foram os produtos de maior valor, adquiridos nos últimos anos?] Comprei o carro e uma máquina de lavar de doze quilos, um forno microondas e uma mesa. [Para esses bens, móveis e eletrodomésticos que citou, em quais locais os adquiriu?] No Magazine Luiza, do Centro. Quando eu vou lá eu já compro tudo o que eu preciso, porque o preço é mais barato. E as Casas Bahia, eu estou tirando porque está com muita palhaçada demais. E aqui por perto tudo é mais caro, não compensa. [Em relação a supermercados, quais são aqueles que mais frequentam?] Só vou ao Muffato Max Atacado e faço a compra do mês. Quando costuma comprar no lugar e é bem atendido então acostuma e se acomoda. [A Senhora acha que melhorou o padrão de consumo nos últimos anos?] As pessoas foram saindo de casa. Não posso falar que quando eu estava com o meu marido, que ele era ruim, mas ele não soltava [referindo-se à liberação de dinheiro]. Depois que meu marido se foi [faleceu], então eu comecei a tomar conta do meu dinheiro. E aqui, agora, moram só dois filhos. Foi diminuindo as pessoas e melhorou. Agora cada um sabe controlar o seu dinheiro e melhorou. Hoje eu falo: Graças a Deus! Eu consigo comprar o que eu quero! (Izadora, 63 anos, dona de casa, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

Com base nesses aspectos, as práticas espaciais de Izadora assemelham-se àquelas realizadas por Gilda, moradora de uma Favela localizada no Jardim Aeroporto em Ribeirão Preto.

Tais semelhanças também podem ser estendidas a uma parcela dos moradores de espaços segregados e integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, pois, baseiam-se no fato de que o aumento dos níveis de mobilidade espacial impõe-se (e, em geral, sendo facilitado pelo acesso ao transporte automotivo particular) como uma estratégia de consumo de bens e de serviços geralmente vinculada à busca por melhores preços.

As práticas espaciais da família de Isabela, que se locomove por transporte automotivo particular, realizam-se, predominantemente, tanto no Centro principal, quanto no Parque do Povo.

Por outro lado, tanto Isabela, quanto o marido Iago, não mencionam nenhuma prática espacial, voltada ao consumo de bens e de serviços, nas proximidades mais imediatas ao local de moradia, incluso, o Jardim Morada do Sol.

> *[Quais os locais preferenciais para o consumo aqui em Presidente Prudente?] Mercado é no shopping, e se for vestuário, é no Centro. [Quais estabelecimentos que mais frequenta?] Pernambucanas, Torra Torra e camelódromo. [Para o lazer, quais locais costumam frequentar?] Cidade da Criança, Bruna Lanches [localizado no Jardim Aviação] e Pastel do Alemão no Parque do Povo. Se eu morasse perto do Parque do Povo, eu caminhava lá todo dia, porque lá é muito gostoso (...), mas, fica muito longe (Isabela, 34 anos, dona de casa, Parque Residencial Francisco Belo Galindo, Presidente Prudente).*

Jussara utiliza o Centro principal, tanto para realizar suas práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e serviços, quanto aquelas relativas ao lazer. Em relação ao consumo em supermercados, tais práticas foram ampliadas devido à aquisição recente do automóvel particular. Ainda que, eventualmente, algumas práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, também sejam realizadas nas proximidades mais imediatas ao local de moradia.

> *Com o carro, facilita (...) e vamos aos supermercados mais longe, que é o Super Muffato e o Assaí. Era mais difícil sem o carro. Com o carro facilitou bastante. (...) antes, eu fazia a compra no Super Muffato e eles entregavam em casa. [A Senhora costuma comprar no Centro? Quais são as lojas preferenciais?] Sim. Na Jô Calçados e, para roupas, no Torra Torra e Patibum. (...) e uso o Centro para lazer, para passear para andar, eu gosto muito de andar para ver os preços uma hora que der, a gente compra [E quanto aos shopping centers? O Prudenshopping?] Não. Lá embaixo lá, é difícil eu ir. Dá para contar nos dedos, às vezes que eu fui lá. Eu não sei se é porque é longe, apesar de que o Super Muffato é mais longe ainda e nós vamos. Mas, não sei. Não sou muito fã de lá. [No bairro, a Senhora também compra?] No bairro, só uma coisa de mais necessidade, assim, mais um mercadinho, um Danone para o nenê que sempre vai lá, e que gosta, assim. Às vezes uma "Quiboa", uma coisa rápida (Jussara, 58 anos, empregada doméstica, Jardim Morada do Sol, Presidente Prudente).*

Por sua vez, Juliano, embora, eventualmente, frequente o Centro principal para a realização de compras, tem preferido realizá-las nos *shopping centers*, tanto pela facilidade em termos de estacionamento, quanto por um maior número de opções de compras em um único local. Já nas proximidades mais imediatas ao local de moradia, tem utilizado apenas uma área voltada para a realização de práticas de lazer.

> *Para fazer compras nós vamos mais pelo lado da economia. Não temos lugar certo para comprar, mas, geralmente, se tiver na cidade, vamos ao shopping. [Por qual motivo prefere o shopping?] Porque tem lugar para estacionar o carro. E no Centro, é muito complicado. No shopping já tem estacionamento e mais opções de compra. [Em relação às práticas espaciais voltadas ao lazer, quais locais costuma frequentar?] Às vezes, vamos aqui à academia da terceira idade, no bairro mesmo. [Entre as lojas existentes em Presidente Prudente, quais aquelas que você mais se lembra?] Casas Bahia, Ponto Frio e Torra Torra. [Você se desloca especialmente para comprar nessas lojas?] Sim (Juliano, 58 anos, motorista, Jardim Morada do Sol, Presidente Prudente).*

Em relação às práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso, o lazer, de Letícia (21 anos, manicure, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente) tornaram-se mais restritas, tanto em função da mudança para um espaço segregado com baixo nível de expressão de centralidade urbana, quanto pelo nascimento de seu filho.

No entanto, algumas práticas espaciais mantiveram-se, como as compras mensais realizadas no Super Muffato, localizado próximo ao local de moradia anterior, e aquelas realizadas no Centro principal, especialmente considerando as Casas Bahia, Romera e Camelódromo.

Para compras mais específicas, também tem utilizado o Makro Atacadista, localizado na Rodovia Raposo Tavares. Em relação aos pequenos mercados com açougue, localizados na Avenida João Domingos, no Jardim Humberto Salvador, eventualmente, Letícia também tem utilizado esses estabelecimentos.



Fotografia 35 (08/2012) Presidente Prudente: Jardim Humberto Salvador. Destaque para a concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços na Avenida João Domingos.

Em relação às práticas espaciais, voltadas ao consumo de bens e de serviços de Márcio (42 anos, técnico de informática, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente), foi possível verificar que se estendem a uma expressiva parcela do espaço urbano prudentino, pois, além de ele, eventualmente, frequentar as proximidades mais imediatas ao local de moradia, suas escolhas espaciais também comtemplam os *shopping centers* e o

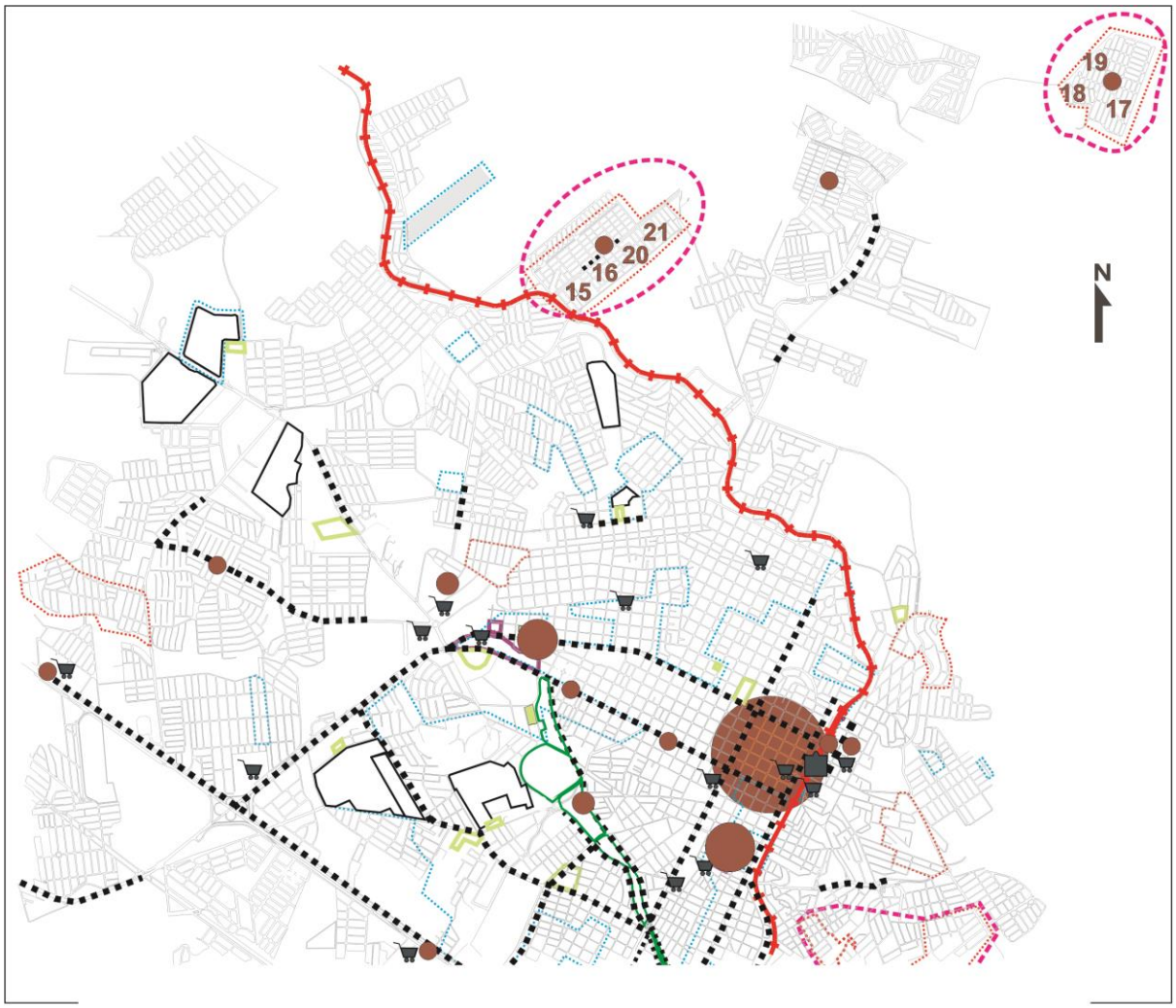
Centro principal, ainda que, por preferência, tenda a utilizar, com mais expressividade, os *shopping centers*, em detrimento do Centro principal.

Além disso, Márcio, segundo o seu ponto de vista, e sem compará-los entre si, também faz referência a um maior nível de diversificação dos distintos segmentos socioeconômicos que, durante os últimos anos, tenderam a ocupar os *shopping centers* prudentinos, em especial, o Prudenshopping. Já as compras em supermercados, costuma comprar:

> *(...) lá no Super Muffato, do Parque Shopping Prudente. Então, como eles pegam [vale-alimentação], fica mais cômodo para mim (...). Também vamos aos mercados pequenos do bairro mesmo. (...). [E feiras livres, vocês costumam ir?] Feira eu mesmo não vou. O pessoal ia, mas, parou de gostar porque a qualidade não era legal e, quando vai, uma vez por mês que nós vamos, vamos lá ao Centro, vamos à feira da Manoel Goulart, que é de domingo. (...). Acaba a gente não indo nos lugares porque, hoje, eu tenho moto e não tenho carro, mas, acredito que no momento que eu tiver um carro, sei lá, talvez ano que vem, Deus quem manda, aí nós vamos ir juntos! Aí eu pretendo programar. A cada quinze dias, a cada trinta dias, estar indo comprar. Então, não somente pela compra programada, mas também pela parte social da família, entendeu? Para estarmos mais juntos. Como eu viajo muito, não tenho essa convivência com eles e faz falta. [Vocês compras sempre vestuários?] Sim, mas não temos um ponto específico não. Não se escolhe um local específico não. Se nós vamos ao Centro, o que precisou, vai e compra. Quando está no Centro vai à loja de jeans e compra. Não tem uma compra programada. Antes eu tinha sim. Antes eu comprava na Bunny´s, no Prudenshopping, na Damyller, no Centro, mas, hoje, as prioridades são outras. E a programação não ocorre, hoje, pela falta do carro. Eu quero chegar ao ponto de ir onde precisar, sem ser difícil ir todos da família. (...). [Tem algum local preferencial para o consumo?] Eu dou mais preferência ao shopping, pela segurança também. Sabemos que, hoje, o preço lá não está mais como era antes. Está mais acessível, roupas, sapatos. Eles perceberam isso e verificaram que (...) a classe alta, média e baixa está convivendo junto hoje, principalmente no shopping. Então, se tiver uma loja no Centro e no Shopping, eu prefiro ir ao Shopping, também pela diversidade. Você chegou lá e parou. A pé, você acha tudo! Tem farmácia, lotérica, estacionamento. Já teve conforto térmico e hoje não tem. Baixou muito e não estão querendo gastar. (...). Diminuíram o padrão deles. Antes iam pessoas de médio para cima e hoje vai todo mundo. [E no Centro principal, quais estabelecimentos vocês preferem ir?] Nós gostamos muito das Malhas Catarinenses. Para a parte de eletrônicos é as Lojas Americanas (...). (...). [Há setores da cidade que gostaria de frequentar mais não faz porque e o acesso é difícil?] O Parque do Povo é um lugar que eu teria vontade de ir, na Cidade da Criança. O Centro eu não tenho vontade de ir. Têm muita gente lá, muito tumulto (Márcio, 42 anos, técnico de informática, Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente).*

A representação da distribuição das práticas espaciais dos moradores de espaços segregados do setor norte podem ser consultada a partir do Mapa 28, a seguir.

Mapa 28. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços segregados do setor norte, 2015



De modo mais ou menos semelhante às práticas espaciais dos moradores de espaços segregados do setor sudoeste de Ribeirão Preto, as práticas espaciais daqueles

segregados do setor norte de Presidente Prudente também são expressivas no Centro principal e, em menor medida, dos *shopping centers* (com destaque para um consumo mais expressivo que se realiza junto ao Parque Shopping Prudente, ao qual, tende a ser frequentado, de modo mais expressivo, por segmentos de médio a baixo poder aquisitivo).

Além disso, as práticas espaciais também se distribuem por eixos viários do setor sul e, em menor medida do setor oeste de Presidente Prudente. Entretanto, aquelas práticas realizadas nas proximidades mais imediatas ao local de moradia tendem a ser pouco expressivas, dado a baixa oferta e diversificação de estabelecimentos comerciais e de serviços.

O conjunto desses aspectos (com destaque para um maior nível de consumo do Centro principal), não contribui, nesse sentido, para o estabelecimento de dinâmicas de fragmentação socioespacial.

3.3.3.5. Setor leste de Presidente Prudente

Os dois excertos seguintes referem-se às práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, dos moradores do espaço segregado localizado no setor leste de Presidente Prudente.

No primeiro excerto, trata-se das práticas espaciais de Olívia (29 anos, agente técnica administrativa, Jardim Santa Mônica, Presidente Prudente), que se locomove por motocicleta e exerce suas funções de trabalho em área contígua ao Prudenshopping.

Em relação às áreas preferenciais para o consumo, Olívia tem preferido o Prudenshopping, por meio do qual, tem realizado práticas de lazer e, também de consumo de vestuários, sobretudo, nas Lojas Marisa e C&A, pois, segundo ela: *"é mais cômodo a forma de pagamento. Já tenho crediário próprio da própria loja e, no shopping, tem estacionamento".* Trata-se, portanto, de um *"(...) costume mesmo, é hábito" e, porque também "tem facilidade de acesso". Além do Prudenshopping,* suas práticas espaciais relativas ao lazer, também se estendem de modo a envolver o Parque do Povo.

Já às práticas espaciais de Paloma (44 anos, vendedora, Vila Líder, Presidente Prudente), em especial, envolvendo a compra de alimentos para o abastecimento doméstico, estas tendem a envolver tanto o Supermercado Assaí, quanto o Muffato Max.

No que se refere às lojas para o consumo de eletroeletrônicos, têm preferido as Casas Bahia e Romera, ambas, localizadas no Centro principal. Para a compra de vestuário, tem preferido a Empório do Jeans, com loja também localizada no Centro principal.

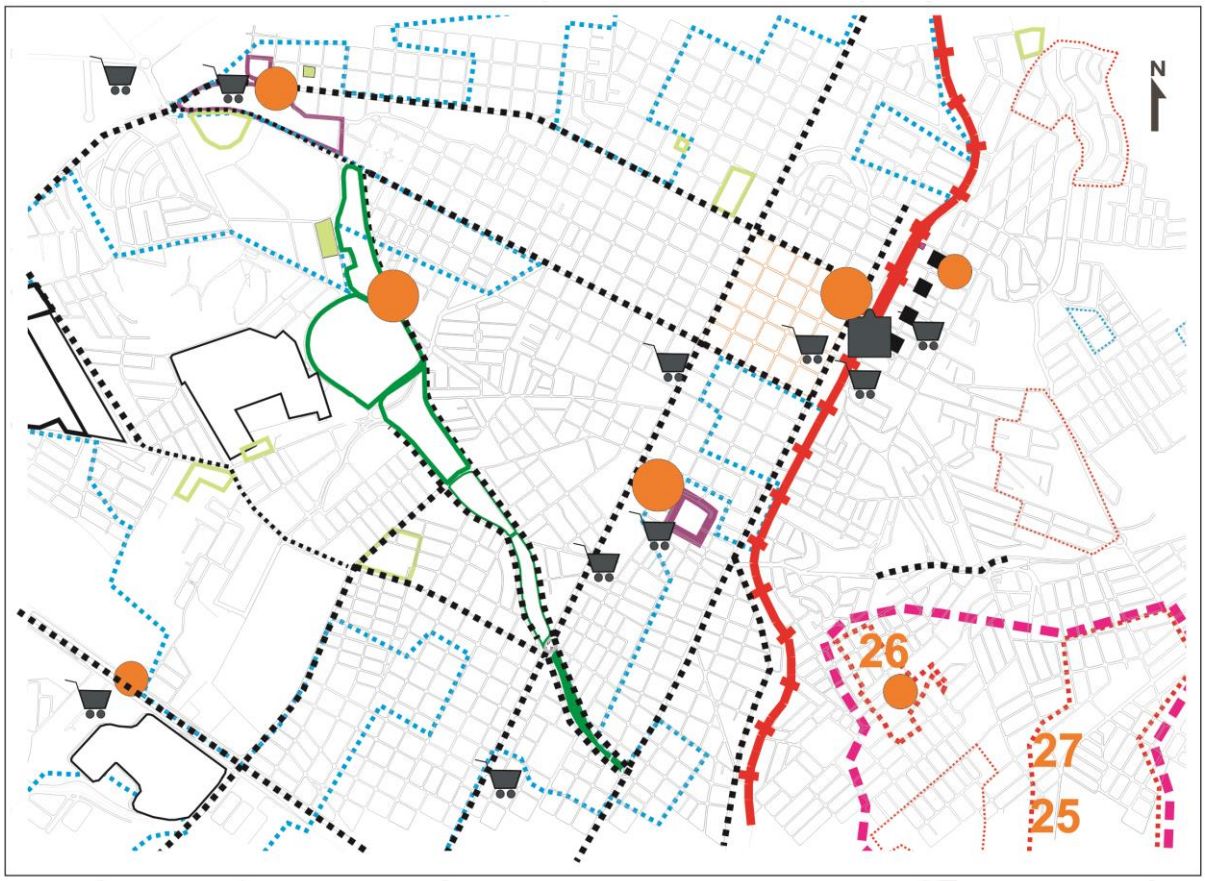
Nesse sentido, as práticas espaciais de Paloma têm se realizado, segundo ela:

> *"Mais no Centro mesmo, porque fica mais fácil ir ao Centro, do que para sair do serviço, que já é no Centro, e ir para o shopping, entendeu?" [Em relação às práticas espaciais voltadas à realização do lazer:] No Parque do Povo, faço uma caminhada, mas faz tempo que eu não vou ali, mas eu ia direto, e agora nem tanto. Não tenho tempo e, também, cansaço. Foi uma mudança de hábito, mas, tenho que voltar.*

Mesmo apresentando diferenças, os depoimentos de Olívia e Helena têm um ponto em comum, que é a não indicação de qualquer prática espacial, relativas ao consumo de bens e de serviços e ao lazer, envolvendo as proximidades com o local de moradia delas.

A representação das práticas espaciais dos moradores do espaço segregado do setor leste de Presidente Prudente pode ser consultada a partir do Mapa 29, a seguir.

Mapa 29. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços segregados do setor leste, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços segregados (leste)

Totais absolutos de indicações espaciais

3
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Centro
- Shopping Center
- Parque do Povo
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços

0 0,5 1 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: SMPDU, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP

Em geral, as práticas espaciais dos moradores entrevistados do espaço segregado do setor leste tende a se concentrar pouco nas proximidades mais imediatas ao local de moradia por consequência da baixa oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Nesse sentido, as práticas espaciais se distribuem, em geral, pelo setor sul (sobretudo, pelos dois *shopping centers* e Parque do Povo), no Centro principal e áreas próximas.

O uso e consumo destas áreas, nas quais, contemplam a presença de distintos conteúdos socioeconômicos predominantes, associado ao baixo consumo nas áreas mais imediatas ao local de moradia, também não favorecem o estabelecimento de dinâmicas de fragmentação socioespacial.

3.3.4. As práticas espaciais dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo

3.3.4.1. Setor norte de Ribeirão Preto

O bloco de excertos, a seguir, refere-se às práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, dos moradores de espaços integrados, voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo, do setor norte de Ribeirão Preto.

Nos três primeiros excertos, tratam-se das práticas espaciais de Ivanildo, Joel e Isidoro, todos moradores do Jardim Quintino Face II. Já àquelas práticas realizadas por Ivanildo e Joel revelam um uso mais abrangente do espaço urbano ribeirão-pretano que, inclui não apenas as proximidades mais imediatas ao local de moradia, mas, também envolvem tanto o Novo Shopping, quanto o Centro principal.

Por outro lado, as práticas espaciais de Isidoro, tendem a não privilegiar o Centro principal por consequência de alguns aspectos, como a dificuldade de se estacionar e o grande nível de aglomeração de pedestres.

Baseando-se em seu depoimento, portanto, suas práticas espaciais tendem a se restringir às proximidades com o local de moradia e no Novo Shopping.

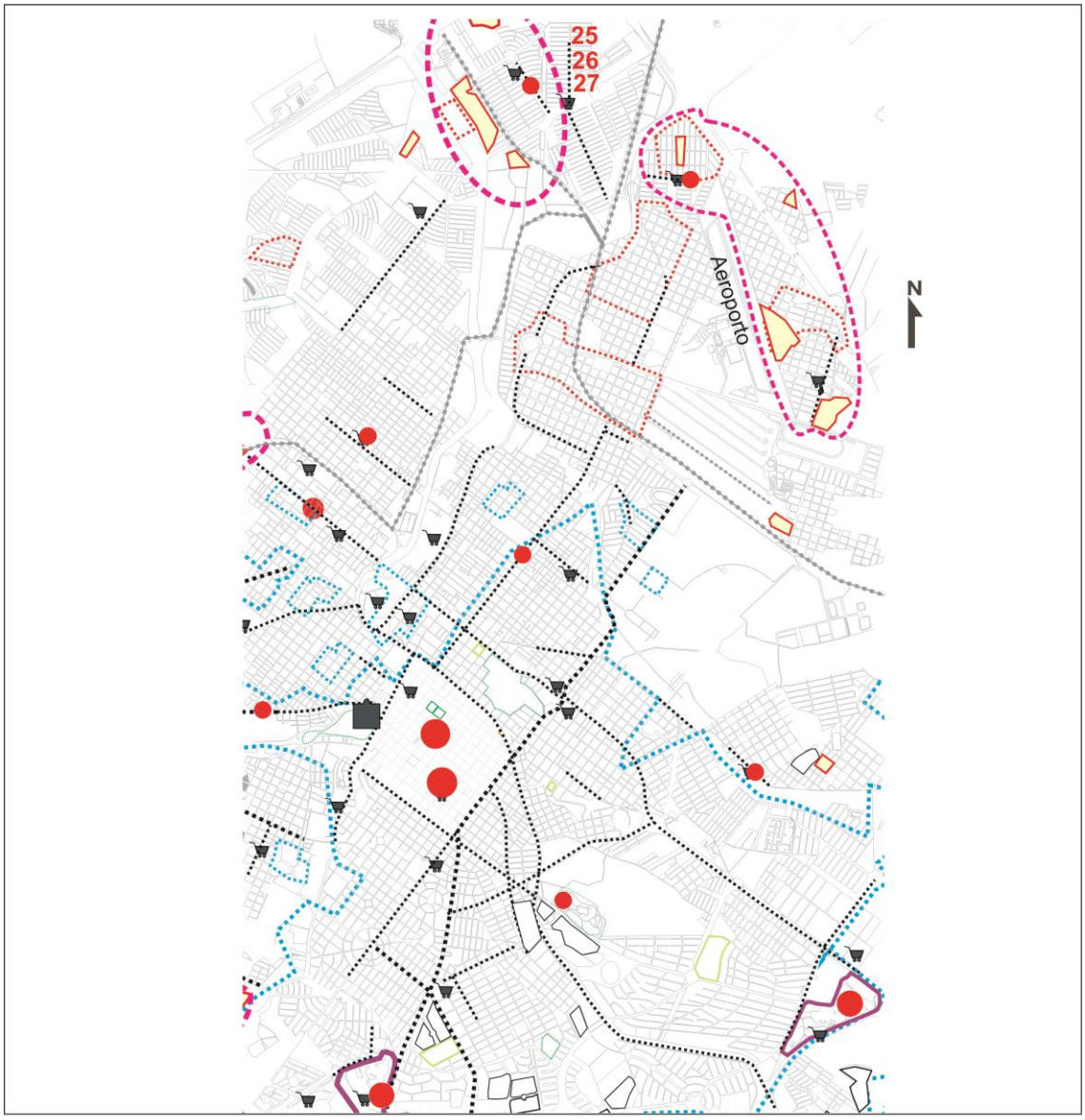
Na verdade é o seguinte. No meu bairro ali são três bairros juntos, que são Quintino (no meio), Avelino e Simione, então esses três bairros tem um supermercado. Tem o Mialich, Dia e o Savegnago. E tem também o Big compras que fica no Simioni. A gente fica assim, vamos pegando panfletos que jogam em casa e vamos comparando os preços. A gente vai ao mais barato. [Vocês fazem outras compras, roupas, sapatos e quando vocês precisam aonde vocês vão?] O ultimo que eu comprei, já faz um ano, foi no Novo shopping, porque aqui tem quatro, tem o Shopping Santa Úrsula, que é o mais perto para mim, que é no Centro, ai o Ribeirão Shopping, já é mais longe. Tem também o Iguatemi que é mais longe ainda. (...) eu vou mais ao Novo Shopping, que eu acho o melhor Shopping que fizeram. Melhor acesso. (...) nos outros você tem que pagar estacionamento. Podiam colocar um mais perto de gente, um Poupa Tempo. Como é um lugar que se oferece muito serviço, então acaba usando muito aquele local. Isso ai não é Poupa Tempo, e vem muita gente de fora também. E enche igual hospital [Qual é a sua área de consumo ou de compras preferencial?] Quando eu vou comprar, eu prefiro o Centro, que fica mais perto. Têm várias lojas. E no meu Bairro, eu também compro. Tem uma loja lá, tenho crediário e tem de tudo. Chama Nova Ribeirão. Quando eu não quero ir à "cidade" [referindo-se ao Centro principal] eu vou ao Bairro mesmo. Geralmente, eu vou lá porque eu faço fiado. (Ivanildo, 37 anos, pintor, Jardim Quintino Face II, Ribeirão Preto).

[Quais são as suas áreas preferenciais de consumo em Ribeirão Preto?] Zona sul ou Centro, mais a área central. Shopping é o Novo Shopping e se enquadra na zona sul. Prefiro o shopping, porque tem flexibilidade de horário e conforto. Novo Shopping vou muito mais que Ribeirão shopping. Acho que a gente se sente mais a vontade. É um shopping mais para um público de uma classe mais media. O Ribeirão Shopping parece mais elitizado (...). [No seu bairro, quais estabelecimentos costuma frequentar?] O mais localizado lá no Bairro é o Dia e o Mialich (Joel, 34 anos, empresário, Jardim Quintino Face II, Ribeirão Preto).

Eu frequento a padaria do meu Bairro todo dia e vou a um varejão que fica a um quilômetro da minha casa. (...) eu comprei um notebook para minha esposa nas Casas Bahia, no Novo Shopping. Geralmente roupas e calçados, é no Shopping, no Novo Shopping (...). Eu prefiro lá pela facilidade de estacionamento, clima, tem ar-condicionado, vou para passear, e porque tem centro de lazer para levar o menino para brincar (...) e a região central é difícil de estacionar. O Centro de Ribeirão tem dificuldade de estacionamento, as calçadas são apertadas, ruins, as lojas, geralmente, são lojas mais antigas. O atendimento eu acho que é diferente, muito tumulto! [E como você se locomove para realizar essas compras?] De Carro. [E no Ribeirão Shopping, você tem ido?] Eu moro em um Bairro afastado, então para eu ir do meu Bairro para ir ao Ribeirão Shopping, é no outro estremo da cidade, é longe. (...) não vou porque não tenho interesse de frequentar o Ribeirão Shopping. [E por quais outros motivos, que você se lembra, para a preferência pelo Novo Shopping?] Eu acredito... Por motivo de tipo de público que frequenta. Eu acho que é um pessoal mais tranquilo e é mais de classe média (Isidoro, 40 anos, vendedor, Jardim Quintino Face II, Ribeirão Preto).

A distribuição das práticas espaciais dos moradores de espaços integrados do setor norte de Ribeirão Preto podem ser consultadas a partir do Mapa 30, a seguir.

Mapa 30. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor norte, 2015



Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP CAPES

As práticas espaciais dos moradores de espaços integrados voltados a segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor norte de Ribeirão Preto tendem a não ser expressivas nas proximidades mais imediatas ao local de moradia.

Por outro lado, tendem a ser mais intensas no Centro principal e, em menor medida, ao longo de eixos viários do setor norte e noroeste, sobretudo, aqueles mais próximos ao Centro principal. Além disso, as práticas espaciais, sobretudo aquelas voltadas à realização do lazer, também se distribuem pelo Ribeirão Shopping e Novo Shopping.

Com base nesses aspectos, a expressiva distribuição das práticas espaciais por diversos setores contempla, do ponto de vista da diversidade socioeconômica, um nível de apreensão mais intenso do espaço e que, portanto, não favorece dinâmicas de fragmentação socioespacial.

3.3.4.2. Setor noroeste de Ribeirão Preto

Os excertos seguintes referem-se às práticas espaciais dos moradores de espaços integrados do setor noroeste de Ribeirão Preto. O primeiro deles trata-se das práticas espaciais de Marília, que também revela um uso mais abrangente do espaço urbano na medida em que suas práticas espaciais envolvem as proximidades mais imediatas com o local de moradia, o Centro principal e, em menor medida, com o Novo Shopping:

> *[Poderia descrever as suas compras de alimentos numa semana normal?] Uma vez por mês vou ao supermercado Dia ou Savegnago. [Compra sempre roupas e sapatos, acessórios para vestuário?] Sim, compro no centro mesmo. Vou muito pouco ao shopping e, quando vou, gosto de ir ao Novo Shopping, por motivos de ter mais lojas com preços melhores (Marília, 19 anos, vendedora, Jardim Presidente Dutra II, Ribeirão Preto).*

Embora mencione o consumo de outros locais, mas sem indica-los, as práticas espaciais de Gilmara tornam-se ainda mais restritas do que aquelas indicadas por Isidoro, na medida em que expõe um conjunto de elementos para justificar a sua preferência pelo consumo de *shopping centers* ribeirão-pretanos.

> *[Quais são os principais locais, de sua preferência, para realizar compras?] Pela comodidade, o shopping, porque lá já tem o lugar para estacionar o carro. Tem tudo o que você precisa lá dentro, além de estar no ar-condicionado. Têm lugares para você comer depois das compras. Dependendo o dia que você vai não tem uma aglomeração de pessoas. Eu vou a todos, tanto no Shopping Santa Úrsula, no Ribeirão Shopping. Fui*

> *conhecer o Shopping Iguatemi esses dias. Então, eu vou pela comodidade do lugar. O carro não fica na rua, o valor não é tão caro pelo estacionamento e tem tudo em um lugar só, um eletroeletrônico, um brinquedo, um presente. Aí fica mais fácil. Eu até utilizo outros locais, mas, pela facilidade, eu prefiro ir até o shopping. [Prefere comprar em lojas pequenas ou em lojas grandes?] Acho que a grande por causa do valor. As lojas de bairro, eu não sei o motivo, acaba cobrando mais caro. Eu vejo lojas de roupas, por exemplo, eu vejo que os valores são bem mais caros do que lojas maiores. Então eu prefiro comprar em lojas grandes a lojas em que eu conheço o vendedor (Gilmara, 24 anos, estudante de direito, Jardim Eugênio Lopes, Ribeirão Preto).*

De modo oposto à Gilmara, mas se assemelhando à Ivanildo e Joel, as práticas espaciais de Keila e Marcos e Nilo abrangem tanto o consumo do Centro principal quanto o consumo de estabelecimentos comerciais e de serviços em áreas próximas aos locais de suas habitações. Além disso, Marcos e Nilo também mencionam a realização de práticas espaciais junto ao Shopping Santa Úrsula:

> *[Quais supermercados prefere comprar para o abastecimento da casa?] Savegnago, Mialich. Ficam na Rua General Câmara. [E em relação a vestuários, em quais locais prefere comprar?] Eu vou lá para o centro, Eu vejo qual está mais em conta. [E para comprar eletrodomésticos?] Vou ao Magazine Luiza, aqui da Avenida Don Pedro I, pela proximidade (Keila, 35 anos, faxineira, Jardim Orestes Lopes de Camargo, Ribeirão Preto).*

> *[Quais são os supermercados que você costuma utilizar para o abastecimento de sua casa?] Savegnago, que fica no Planalto Verde, próximo a minha residência. Vou lá por causa do preço. [E em relação a eletrodomésticos, onde prefere comprar?] No Magazine Luiza, do Centro. Mas tem também perto da minha residência, que seria na Avenida Dom Pedro I, ali. [Porque você prefere comprar no Centro e não perto de sua residência?] Às vezes, é porque não se encontra o produto que você gosta e no Centro vai ter. Mas se eu encontrar o produto, aí eu vou ali que é mais próximo. [E em shoppings, qual você costuma ir?] Geralmente, vou ao Santa Úrsula (...) porque fica próximo. Eu pego um circular e chego lá. Agora os outros não. Têm que pegar sempre dois, porque fica em pontos diferentes da cidade (Marcos, 39 anos, montador, Jardim Orestes Lopes de Camargo, Ribeirão preto).*

> *Quando vou a Supermercado, vou muito ao Dia, no Ipiranga, e no Savegnago, no Planalto Verde e Big Compras. Normalmente, eu compro tudo no mercado. [Compra sempre roupas e sapatos, acessórios para vestuário?]. (...) Quando eu compro, é aqui no Centro, na Demanos. Eu vou pela oferta, não pela marca. [E para o lazer?] Tem um espetinho que eu vou toda semana. Chama Espetinho do Toninho, porque lá é bom e barato. Fica no Ipiranga, na Rua General Câmara. Lá sou bem tratado, e tenho amizade com o proprietário. (...) Algumas vezes passo no cinema, vou ao shopping, no Shopping Santa Úrsula. Aí, já aproveito. [E quando você sai para as compras, como você se locomove?] Com a família, de carro. Quando estou sozinho, é de moto (Nilo, 52 anos, mototaxista, Jardim Procópio, Ribeirão Preto).*

Em relação às práticas espaciais de Marcela (que se locomove por transporte coletivo e mototáxi e trabalha no Centro principal), estas tendem a estarem mais restritas ao próprio Centro principal e suas proximidades, incluso, aquelas práticas de consumo de bens e serviços que se realizam no Shopping Santa Úrsula:

> *[Você acha que o Ipiranga é próximo do Centro?] Não, eu não acho perto. A única coisa que acho bom é que para pegar o ônibus na Avenida Dom Pedro I para vir para o Centro é fácil. [E em qual supermercado você prefere comprar aqui em Ribeirão Preto?] Despesa eu gosto de fazer no Savegnago, da Rotatória Amim Calil [localizado imediatamente ao norte do Centro principal] [E em relação a eletroeletrônicos e vestuários, onde costuma comprar?] Gosto de comprar na Passarela, que fica no Calçadão do Centro, e nas Casas Bahia, também no Centro. E também vou ao Shopping Santa Úrsula, porque meu cartão da Riachuelo é lá (Marcela, 37 anos, autônoma, Ipiranga, Ribeirão Preto).*

As práticas espaciais de Nilson abrangem tanto o Novo Shopping, quanto as proximidades com o local de moradia, no entanto, assevera que essas práticas poderiam ser mais intensas, caso as condições de estacionamento da Avenida Dom Pedro I fossem mais satisfatórias:

> *[Onde costuma comprar vestuários?] Shopping às vezes. Sempre Novo Shopping, por que as lojas têm produtos mais baratos. Têm tudo. Mais conforto. Se está calor tem o ar lá dentro, e se chove está protegido. É mais cômodo. [E supermercados. Quais aqueles que mais frequenta?] Savegnago, e os outros é muito pouco. Fica bem esparramado. [Que meios de transporte utilizam com mais frequência para fazer compras?] Veículo próprio. [Há setores da cidade que gostaria de frequentar, mas não o faz porque o acesso é difícil?]. Tem a Avenida Dom Pedro I, que é perto de casa, mas a parte de estacionamento lá e bem precária, bem ruim. Então, você acaba evitando. Poderia usar mais. Mas sempre acaba evitando por causa disso (Nilson, 47 anos, vendedor, Planalto Verde, Ribeirão Preto).*

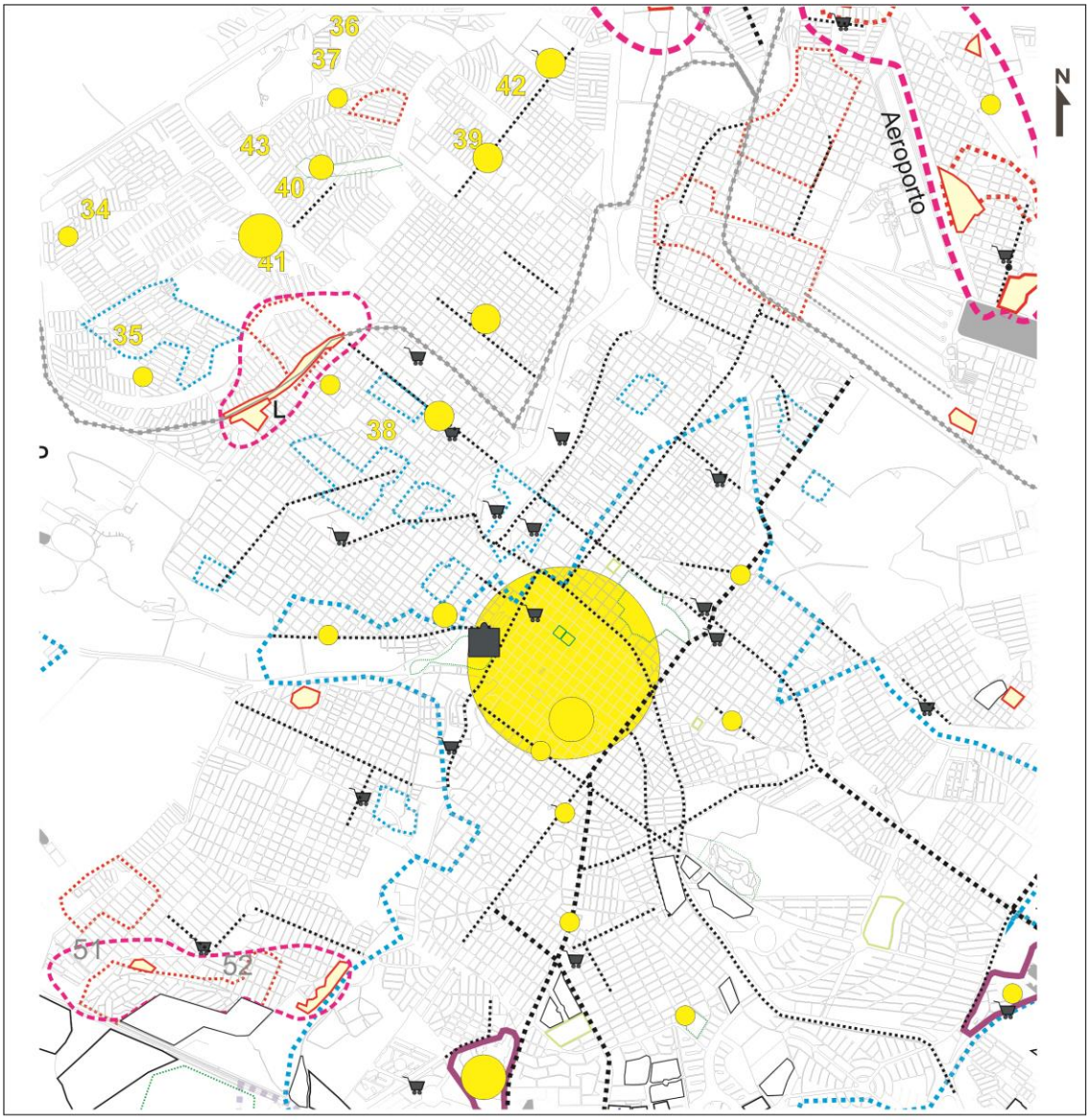
As práticas espaciais de Norberto também se tornam abrangentes na medida em que não se limitam às proximidades mais imediatas ao local de moradia, incluso, o consumo que se realiza em um pequeno eixo de concentração de atividades comerciais e de serviços, na Rua Javari, pois, também se estendem aos *shopping centers* e alguns dos principais eixos viários ribeirão-pretanos.

Em relação às práticas espaciais realizadas no Centro principal, estas tendem a ser mais restritas, pelos motivos justificados no excerto.

> *Primeiro a localidade me impressionou. Eu, ali, tenho uma Avenida muito boa que se chama Javari. Ali tem supermercado, tem lotérica, tem posto e tudo o que eu preciso (...). A gente tem um costume de... Sempre depois que saímos da igreja, no final de semana, nós vamos a algum lugar para se alimentar, mas, comida rápida como o Ragazzo, Habbib's (...). Já fui ali à Presidente Vargas, na Avenida do Café (...) acho que é Vila Virgínia (...) tem a própria Nove de Julho, que tem ali na esquina tem o Burger King. Ali, nessa própria Avenida que eu falei para você. Na Javari, nós temos o Savegnago e temos o Dia, próximos um do outro. Particularmente, Centro eu vou muito pouco. Não gosto muito do Centro. (...) Shopping eu gosto muito do Ribeirão Shopping. Eu acho o shopping mais completo e eu gosto de ir lá, só que eu acho caro. Só que eu já comprei também no Shopping Santa Úrsula, no Centro, então eu creio que o Santa Úrsula é uma coisa mais rápida, você já está decidido. [E por qual motivo você não gosta de ir ao Centro?] (...) a questão de estacionar, de se locomover. Como a gente trabalha o dia inteiro, o horário é sempre após as dezoito horas ou no período do almoço. Sempre é muito lotado, o trânsito é intenso. Não tem lugar para estacionar e é muito quente a cidade. Então isso que me impede de ir ao Centro um pouco. Quando eu vou ao centro é mesmo mais num sábado à tarde que eles fecham sempre às quatro horas. Esse horário eles já estão fechando as lojas. Você já vai para um determinado lugar comprar. Por isso, muitas vezes, eu falo assim: Eu pesquiso antes, questão de preço ou questão de produto, para chegar e já fazer a compra. Então, eu não fico andando, batendo sola (Norberto, 26 anos, vendedor, Jardim Geraldo Corrêa de Carvalho, Ribeirão Preto).*

O Mapa 31, a seguir, representa a distribuição das práticas espaciais dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor noroeste.

Mapa 31. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor noroeste, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Favelas
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços integrados (noroeste)

Totais absolutos de indicações espaciais

16
6
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Shopping Center
- Parques
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 1 2 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP

As práticas espaciais dos moradores de espaços integrados do setor noroeste distribuem-se, predominantemente, de modo a prestigiar o Centro principal e, em menor medida, sobretudo, no que tange às práticas de lazer, também contemplam o Novo Shopping e o Ribeirão Shopping, com destaque para o uso e consumo deste último grande equipamento urbano.

No que se refere às demais práticas espaciais, estas se distribuem ao longo de eixos comerciais e de serviços localizados, tanto no setor sul, próximos ao Centro e, sobretudo, nas proximidades mais imediatas ao local de moradia no setor noroeste.

Considerando esta expressiva distribuição das práticas espaciais por diversos setores do espaço urbano ribeirão-pretano, com destaque para o uso e o consumo que se realiza no Centro principal, não se evidenciam dinâmicas de fragmentação socioespacial para os moradores de espaços integrados do setor noroeste.

3.3.4.3. Setor sudoeste de Ribeirão Preto

Os excertos seguintes referem-se às práticas espaciais dos moradores de espaços integrados do setor sudoeste de Ribeirão Preto.

Tratam-se das práticas espaciais de Sabrina, Selma e Tânia, todas moradoras do Parque Ribeirão Preto, e se assemelham na medida em que realizam práticas espaciais, voltadas ao consumo de bens e de serviços nas proximidades ao local de moradia e no Centro principal.

Além disso, as práticas espaciais de Tânia também se estendem de modo a envolver algum consumo que se realiza no Ribeirão Shopping.

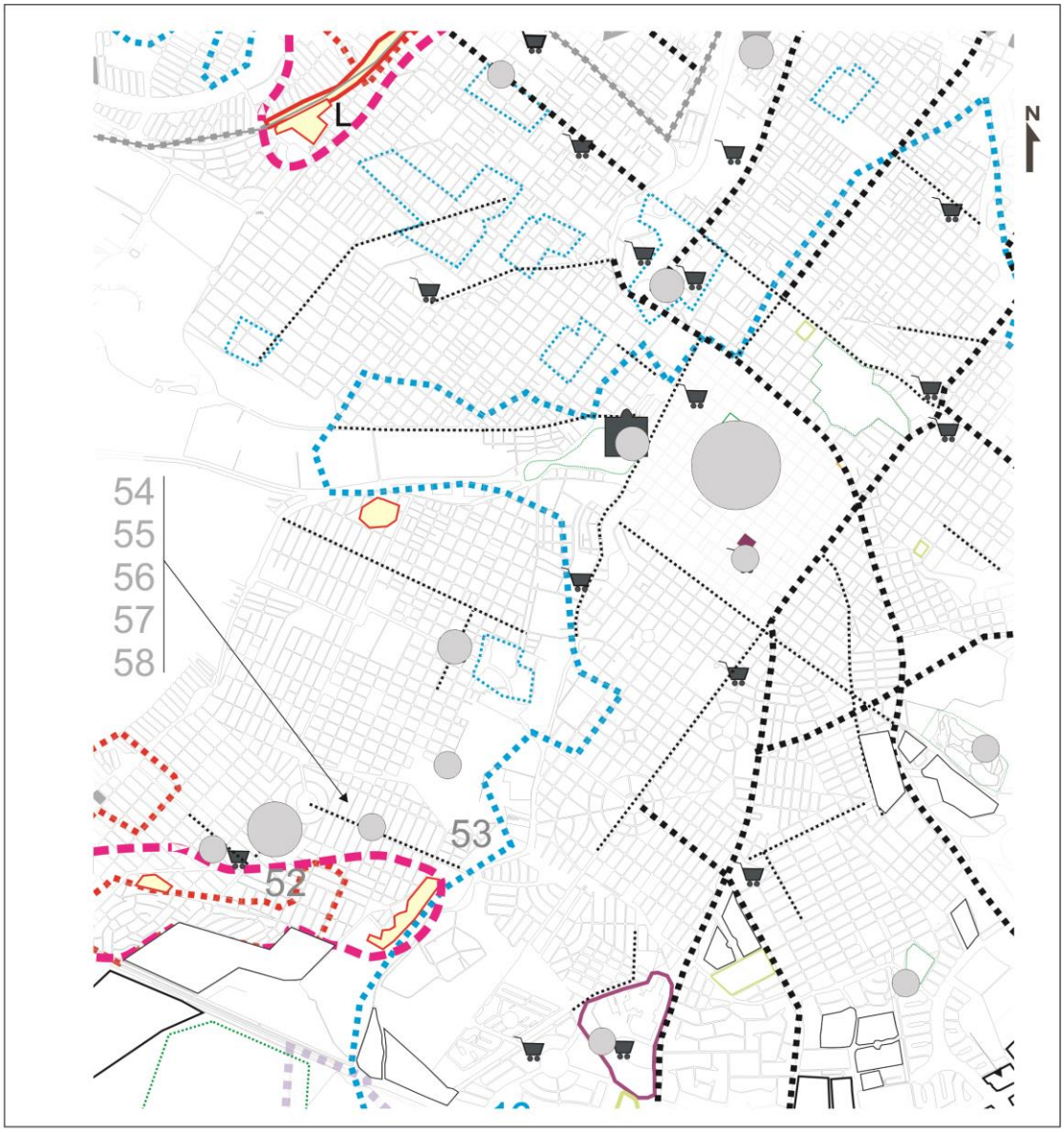
> *[Qual mercado prefere comprar?] Vou ao mais próximo. É o Mialich, que fica lá na Rua Pedreira de Freitas. [E a compra de vestuários, onde prefere comprar?] Prefiro as Pernambucanas do Centro (Sabrina, 23 anos, promotora, Parque Ribeirão Preto, Ribeirão Preto).*

> *[Em qual supermercado costuma comprar?] Eu compro mais no Savegnago, lá na Avenida Monteiro Lobato. [E em relação a vestuários, onde costuma comprar?]. Procuro o Torra Torra e as lojas mais em conta no Centro. [E em relação ao lazer, o que você costuma fazer?] Nós saímos só para a igreja. [E em shopping centers, você costuma ir?] Não vou a shopping, é muito raro eu ir ao shopping. [Há setores da cidade que gostaria de frequentar, mas não o faz porque o acesso é difícil?] Eu nunca fui ao Shopping Iguatemi. Gostaria de ir lá. E eu gostaria de comprar um carro. Meu sonho é ter um carro para eu me locomover para todo lado e passear (Selma, 36 anos, gari, Parque Ribeirão Preto, Ribeirão Preto).*

> *[Aonde costuma fazer suas compras de supermercado?] No Supermercado Savegnado e Mialich. [E para vestuários, onde costuma comprar?] Pernambucanas e Riachuelo eu vou ao Centro. C&A eu vou ao Shopping porque só tem no Shopping [Porque a Senhora prefere esses locais?] Porque no Bairro que a gente mora é mais caro, e lá parcelam para a gente, nessas lojas maiores. A gente não tem o dinheiro para comprar à vista (Tânia, 54 anos, auxiliar de serviços gerais, Parque Ribeirão Preto, Ribeirão Preto).*

Com base no conjunto das práticas espaciais dos moradores de espaços integrados do setor sudoeste, apresenta-se o Mapa 32, a seguir.

Mapa 32. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor sudoeste, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Favelas
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços integrados (sudoeste)

Totais absolutos de indicações espaciais

10
5
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Shopping Center
- Parques
- Vila do Golfe
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 0,5 1 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP CAPES

Com expressividade no Centro principal, as práticas espaciais dos moradores de espaços integrados do setor sudoeste também se distribuem (ainda que em menor medida) por diversos setores do espaço urbano, como o setores sul (no Ribeirão Shopping, por exemplo), norte e noroeste.

No entanto, as práticas espaciais que se realizam nas proximidades mais imediatas ao local de moradia deles também tendem a ser expressivas (sobretudo ao longo de pequenos eixos com concentração de comércios e serviços) e, efetivamente, concorrem com aquelas realizadas no Centro principal.

Tal aspecto aponta para o estabelecimento de uma pequena tendência de fragmentação socioespacial que se expressa em área nesta porção sudoeste do espaço urbano ribeirão-pretano.

3.3.4.4. Setor leste de Ribeirão Preto

Os dois excertos seguintes expõem práticas espaciais dos moradores de espaços integrados do setor leste de Ribeirão Preto.

No primeiro deles, as práticas espaciais de Valério, também se tornam abrangentes na medida em que estabelece três principais locais para a realização do consumo de bens e de serviços, que são as proximidades com o local de moradia, o Centro principal e o Novo Shopping.

Neste grande equipamento de consumo, Valério também realiza práticas espaciais voltadas ao lazer:

> *[Em qual supermercado você costuma fazer compras?] No Mialich. É bem pertinho mesmo. Acho que dão umas quatro quadras de casa. [E em relação á vestuários, onde costuma comprar?] A gente procura mais ir ao Centro da cidade. Centro ou shopping. No Centro vou à Riachuelo, Radical e Humanitarian. E no shopping (...) a que estiver mais em conta [E qual shopping center você costuma ir?] Vou ao Novo shopping porque fica mais perto da minha casa e é de mais fácil acesso. [E para comprar eletroeletrônicos, onde costuma frequentar?] Casas Bahia e Magazine Luiza, no Centro. [E para o lazer, o que costuma fazer?] A gente gosta mais de ir ao shopping. Lá tem mais opções de áreas de alimentação e cinema também. [E quando vocês vão ao shopping, vocês acabam comprando outras coisas ou não?] A gente sempre traz alguma coisa. Então acaba aproveitando e comprando também (Valério, 29 anos, auxiliar de produção, Ribeirão Verde, Ribeirão Preto).*

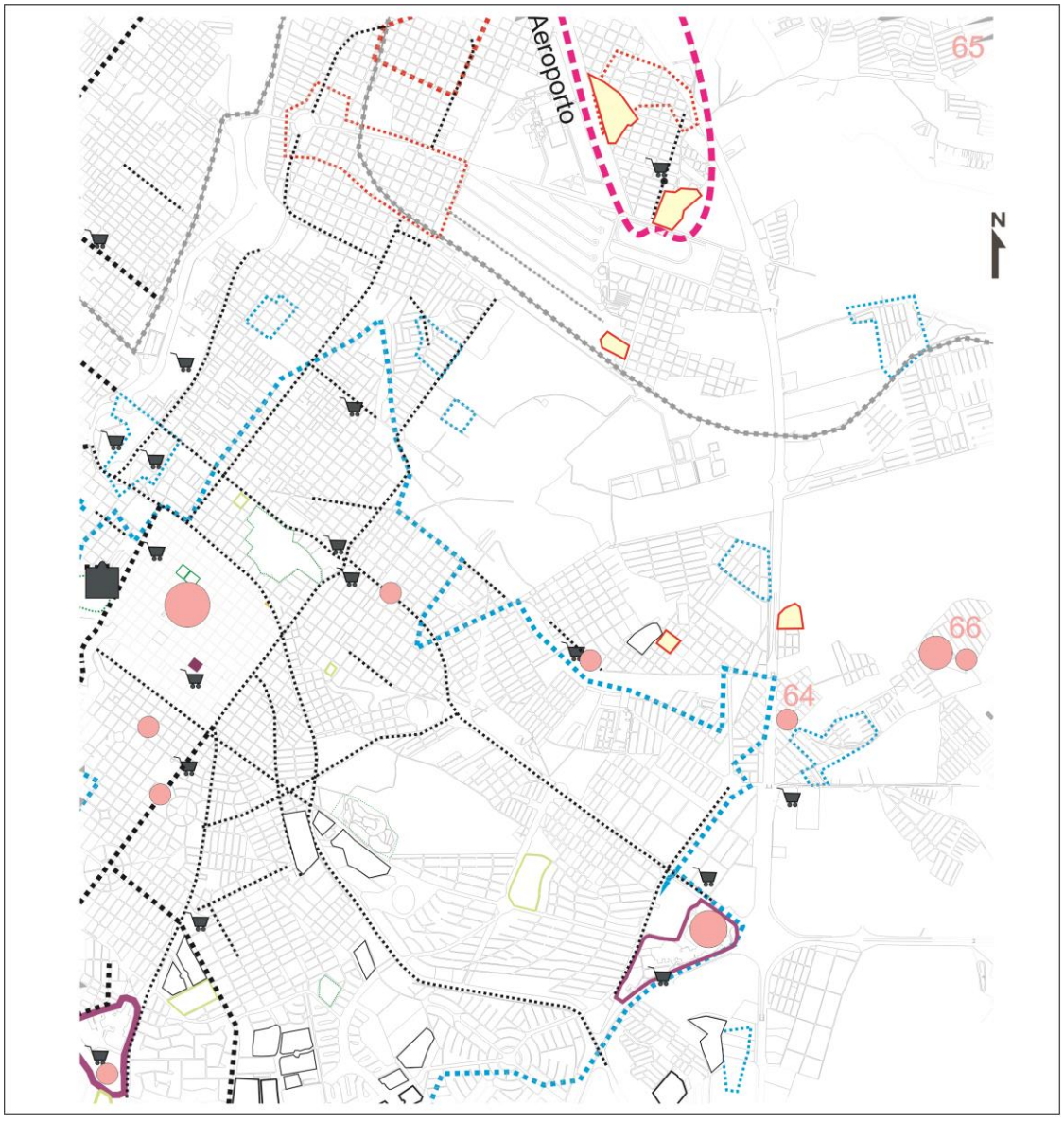
Embora indique que o consumo que se realiza no Centro principal tendam a serem apenas esporádicas, as práticas espaciais de Vilmar também se tornam abrangentes na medida em que frequentam áreas próximas ao Centro para a realização do lazer, como um dos bares do Boulevard e outro localizado na Avenida Independência.

Além disso, suas práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços também se estendem de modo a envolver as proximidades mais imediatas ao local de moradia e no Novo Shopping:

> *No próprio bairro tem supermercado bom. [Tem alguma avenida assim, que tem bastante concentração de comércio e serviço, ou não?] Lá é uma Avenida principal, como você pode observar aqui no mapa, tem a Avenida Pedro Barbieri. Aqui nessa Rua Teotônio Monteiro, aqui tem o Supermercado Big Compras, que é uma rede grande de supermercados, não é comparado, é lógico, com o Savegnago, mas é uma rede muito grande. [Mas supre toda a necessidade da casa?] Supre, e lá tem outro mercado no bairro, são dois mercados, então supre todas as necessidades. [E para outros serviços que você usa no bairro, o que costuma usar?] Tem posto de combustível, farmácia tem, padaria, açougue, tem tudo. [E vestuários, onde costuma comprar?] Na parte de vestuário, às vezes, por exemplo, eu estou praticamente a sete minutos do Novo Shopping, ai vou ao Novo Shopping. De repente no centro da cidade. No centro da cidade é raro eu ir, mas quando eu tenho que comprar alguma roupa, alguma coisa, eu vou ao Novo Shopping pela praticidade. (...) Se eu me deslocar da minha casa para ir ao Ribeirão Shopping, eu vou gastar mais combustível, eu vou demorar mais. Tem o estacionamento pago, as lojas do Ribeirão Shopping, você tem que ter um poder aquisitivo maior para comprar, porque são lojas... São grifes na verdade. [Então tudo isso pesa na hora de frequentar o Ribeirão Shopping?]. Exatamente! [Tem saído para o lazer?] Eu gosto bastante do Vila Dionísio, que é no Boulevard, e Cachaçaria, na Independência (Vilmar, 39 anos, motorista, Parque São Sebastião, Ribeirão Preto).*

A partir do Mapa 33, a seguir, apresenta-se a distribuição das práticas espaciais dos moradores de espaços integrados, voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, do setor leste de Ribeirão Preto.

Mapa 33. Ribeirão Preto: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor leste, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Favelas
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços integrados (leste)

Totais absolutos de indicações espaciais

6
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Shopping Center
- Parques
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 1 2 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP CAPES

De modo prevalente, as práticas espaciais dos moradores dos espaços integrados do setor leste tendem a se distribuírem pelo Centro principal e, em menor medida, no Novo Shopping, sobretudo, pela proximidade espacial estabelecida com este grande equipamento comercial e de serviços.

De modo menos expressivo, tais práticas também contemplam as proximidades mais imediatas ao local de moradia, além de eixos comerciais localizados na porção oeste do Centro principal e no setor sul.

O conjunto dessas práticas espaciais ainda não esboçam dinâmicas de fragmentação socioespacial, no entanto, podem indicar tendências desse processo na medida em que se amplia, no curto e médio prazo, o consumo de bens e de serviços em áreas centrais em formação na porção leste do espaço urbano ribeirão-pretano.

3.3.4.5. Setor norte de Presidente Prudente

Os excertos seguintes referem-se aos depoimentos dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor norte de Presidente Prudente. Os dois primeiros tratam-se das práticas espaciais de Mônica e do casal Natan e Neusa, moradores do Parque Alexandrina.

Deslocando-se por transporte coletivo, as práticas espaciais de Mônica realizam-se de modo expressivo e mais restrito ao Centro principal. Já o casal Natal e Neusa, que se deslocam por transporte automotivo particular, as práticas espaciais estendem-se a outras áreas de modo a não prestigiar o Centro principal.

> *[Para os bens e serviços que você informou que consome, poderia descrever onde o consumo deles se realiza?] Calçados eu gosto mais da Jô Calçados, e roupas vou às Malhas Catarinenses, na Dani Modas, (...) mais no Centro. Eletrodomésticos eu compro só no Centro, nas Casas Bahia e no Ponto Frio. Não gosto muito de shopping e as coisas é bem mais caras no shopping. [E por qual motivo você gosta de ir ao Centro?]. Porque ali já encontra tudo. Tem supermercado, tem o Pastorinho, têm as lojas, então você fica por ali, tudo faço ali. E no shopping eu não vou porque é lá em baixo e eu tenho que pegar dois ônibus. Tenho que pegar um até o Centro, e no Centro pega outro até chegar lá. [Tem saído para o lazer?] Não vou, porque a gente não tem carro, e final de semana, se for sair para lazer, tem que ter um carro (...). Como a gente não tem carro, a gente fica em casa mesmo (Mônica, 42 anos, dona de casa, Parque Alexandrina, Presidente Prudente).*

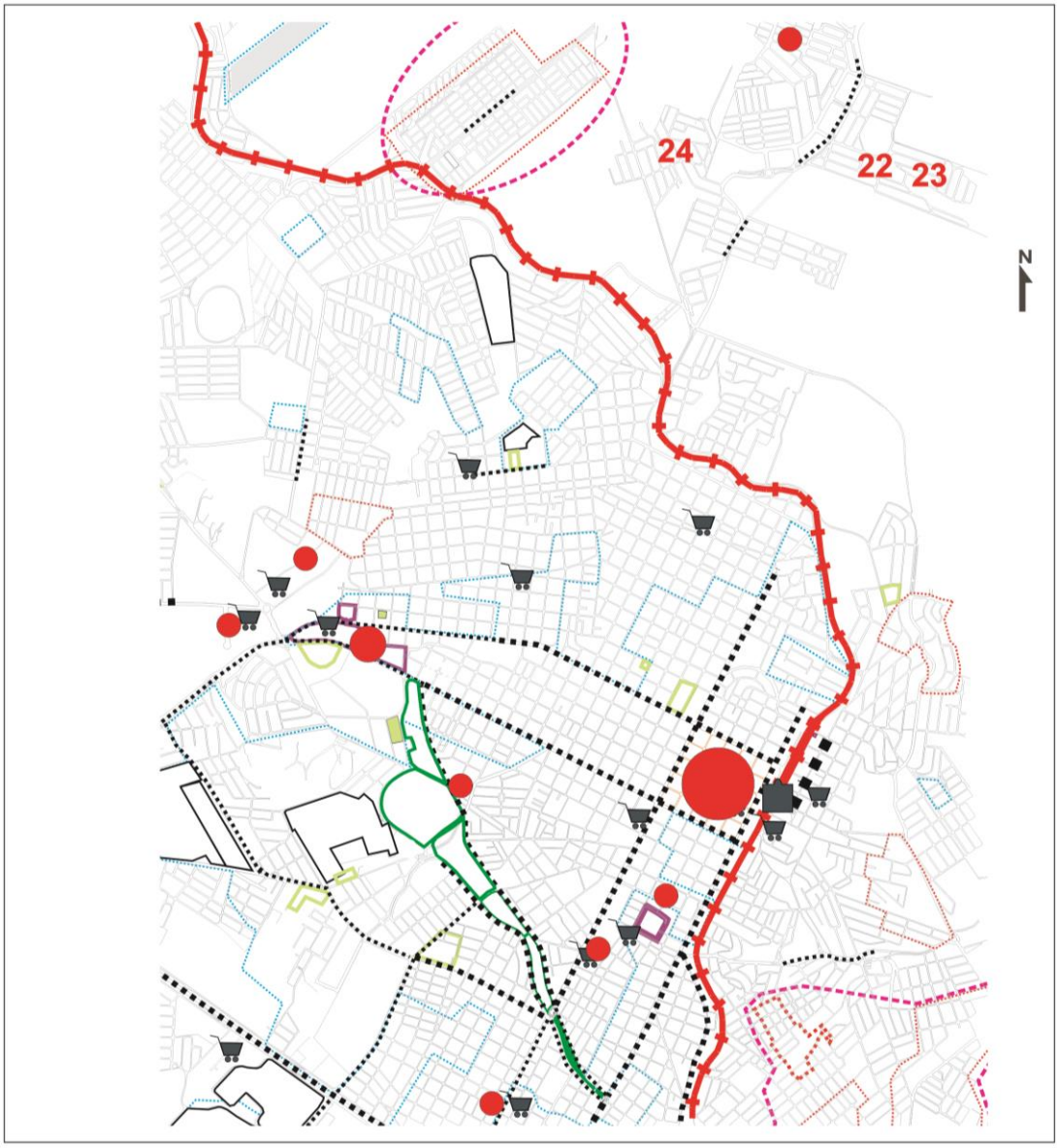
> *[Referindo-se às práticas de lazer] Só fico em casa. E fim de semana, nós vamos ao Prudenshopping porque os meninos gostam. [Em relação aos supermercados, onde costumam comprar?] Nós compramos no Muffato Max. E no Carrefour têm vezes que nós vamos também. [E como vocês se locomovem para fazer as compras?] Vamos de carro. [E porque vocês não frequentam outras áreas?] A gente está acostumado a ir lá, então, a gente vai lá. E quando falta alguma coisa, a gente pega aqui, uma mistura... A gente pega aqui no Bairro (Natan e Neusa, 62 e 53 anos, eletricista e dona de casa, Parque Alexandrina, Presidente Prudente).*

Otília, embora indique a realização de práticas espaciais, voltadas ao consumo de bens e de serviços, no Centro principal, também ressalta alguns aspectos que dificultam o consumo dessa área central. Por outro lado, também indica a realização de práticas espaciais mais próximas ao local de moradia e em outros supermercados, como aqueles que se localizam próximo ao Prudenshopping.

> *No supermercado vou uma vez por semana. Padaria eu vou quase todos os dias, porque, assim, a gente gosta de um pão mais fresco. Frutas e legumes são por semana e vamos comprar no Brasil Novo. A gente gosta mais, assim do Supermercado Avenida, porque lá as verduras são mais fresquinhas, ou o Walmart e Muffato Max, que a gente mais vai. (...). [Para a compra de vestuários, onde prefere comprar?] (...) Tanger. Às vezes, vou ao calçadão e vou às Pernambucanas (...). Eu comprei lá esses dias, toalhas de mesa, essas coisas assim, no Centro. [Porque você não faz compras em outras áreas. No shopping, por exemplo?] Por ser mais caro. Difícil acesso. A gente está mais de idade, às vezes vai lá ao Centro, você não consegue achar uma vaga de estacionamento. O trânsito está terrível (...) você não acha uma vaga para estacionar. Aí, às vezes, a gente não tá bem e tem que anda. É tudo isso, então, a gente tem que ver lugar que é assim mais afastado, que o trânsito é melhor. Mas tá tudo ficando horrível. Se tivesse, assim, meios de melhorar para a gente comprar num lugar mais perto. Que não precisasse se locomover, pegar o trânsito, porque está muito ruim, era melhor para a gente, mas, infelizmente, isso parece que está longe de acontecer (Otília, 50 anos, confeiteira, Parque Watal Ishibashi, Presidente Prudente).*

A partir do Mapa 34, a seguir, apresentam-se as práticas espaciais dos moradores de espaços integrados, voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, do setor norte de Presidente Prudente.

Mapa 34. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor norte, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos

- Espaços integrados (norte)

Totais absolutos de indicações espaciais

9
3
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Centro
- Shopping Center
- Parque do Povo
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços

0 0,5 1 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: SMPDU, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP

As práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, dos moradores de espaços integrados do setor norte, tendem a ser pouco expressivas considerando as proximidades mais imediatas ao local de moradia, sobretudo, por consequência da baixa oferta de equipamentos comerciais e de serviços nas proximidades mais imediatas ao local de moradia.

Nesse sentido, as práticas espaciais tendem a se realizar a partir de grandes equipamentos comerciais e de serviços do setor sul e a oeste do Centro principal, com destaque, para um consumo mais intenso que se realiza no Prudenshopping.

No entanto, o Centro principal comparece como o principal local onde se realizam as práticas espaciais, sobretudo, em termos da busca por estabelecimentos que oferecem produtos e serviços com melhores preços.

Por consequência desta distribuição das práticas espaciais, a partir da qual se contemplam áreas com a predominância de distintos segmentos socioeconômicos, não se evidenciam dinâmicas de fragmentação socioespacial.

3.3.4.6. Setor leste de Presidente Prudente

Os dois excertos seguintes expõem as práticas espaciais de dois moradores da Vila Brasil, tratando-se de um espaço integrado voltado aos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo que se localizado no setor leste e que também estabelece certa proximidade espacial com o Centro principal.

As práticas espaciais de Roberta, que não possui transporte automotivo particular, tendem a se restringir, mais expressivamente ao Centro Principal, que se localiza mais ou menos próximo ao seu local de moradia atual.

> *Prefiro comprar roupas no Centro da cidade, porque lá tem preços melhores e lá me dão a melhor condição de pagamento. (...) o lugar que eu gostaria de toda tarde andar, se locomover, dar uma volta, passear, praticar esporte, é o Parque do Povo, que eu tenho vontade, mas, eu acho tão longe. Eu acho bem longe de onde eu moro, para se locomover a pé daqui até lá. Então, embora no meu Bairro tenha estes parquinhos do povo, pequenininhos, mas eu gostaria de ir lá, porque tem bastante movimento e é um lugar, assim, bem movimentado (Roberta, 59 anos, aposentada, Vila Brasil, Presidente Prudente).*

As práticas espaciais indicadas por Tainá faz referência a um consumo mais expressivo que se realiza no Parque Shopping Prudente, em especial, pela proximidade espacial estabelecida com esse grande equipamento de consumo.

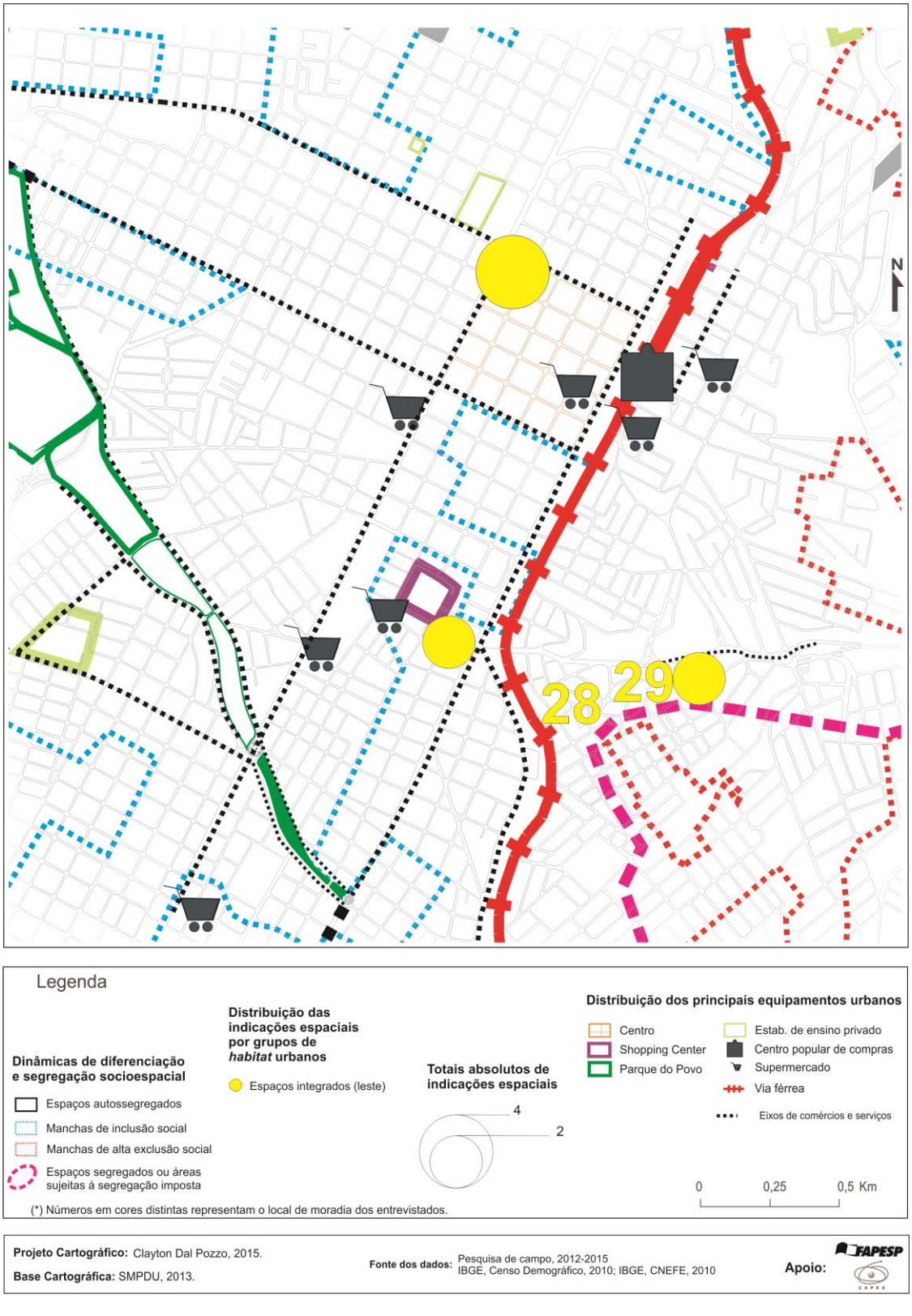
Já o depoimento de seu marido (O Sr. Sérgio) enfatiza algumas distinções, do ponto de vista dos frequentadores predominantes do Prudenshopping e do Parque Shopping Prudente.

Segundo ele, o Parque Shopping Prudente insere-se num contexto mais local e é, sobretudo, frequentando por aqueles que estabelecem moradias próximas, incluso, uma expressiva parcela do setor leste. Por outro lado, dado um maior grau de visibilidade e mix de lojas do Prudenshopping, esse grande equipamento de consumo estabelece condições para que se projete em escala regional.

> *[Quais são os principais locais de consumo, de sua preferência, aqui em Presidente Prudente?] [Tainá]: Eu prefiro o Centro e, dependendo, do Parque Shopping Prudente. [E no Prudenshopping, você vai?] Eu gosto de ir, mas aqui é melhor, é mais próximo. [Sérgio:] No Prudenshopping é muito mais caro no geral. No Prudenshopping é o pessoal que pega o carro e, aqui, pega mais o pessoal que vem a pé mesmo (...) e que mora aqui nessa região. O pessoal que tem carro pega também, mas, eu observo que enquanto que as pessoas aqui do bairro, são pessoas que vão ao Centro e vão ao Super Muffato e, agora, o pessoal que vai aqui ao Prudenshopping, também é o pessoal daqui, mas que também chega muito carro da região. (...) Quem vem de fora, o Parque Shopping Prudente passa meio despercebido. Então é mais para o pessoal que mora dentro de Presidente Prudente (Sergio e Tainá, 54 e 42 anos, engenheiro civil e auxiliar de enfermagem, Vila Brasil, Presidente Prudente).*

A partir do Mapa 35, a seguir, apresentam-se as práticas espaciais dos moradores de espaços integrados do setor leste de Presidente Prudente.

Mapa 35. Presidente Prudente: Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer dos moradores de espaços integrados voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo do setor leste, 2015



Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: SMPDU, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP

Com base nas entrevistas realizadas e no Mapa 35, anteriormente apresentado, as práticas espaciais, voltadas ao consumo de bens e de serviços têm sido pouco expressivas considerando as proximidades mais imediatas ao local de moradia.

Embora haja referência a um eventual consumo que se realiza no Prudenshopping, é no Parque Shopping Prudente que tais práticas espaciais tendem a ser mais expressivas, sobretudo, por consequência da proximidade espacial estabelecida com este grande equipamento comercial e de serviços.

Por outro lado, as práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços são mais expressivas no Centro principal, a partir da qual, também se estabelece em proximidade espacial com o local de moradia dos entrevistados.

Com base nessa distribuição das práticas espaciais, especialmente considerando o consumo mais intenso que se realiza no Centro principal, também não se evidenciam dinâmicas de fragmentação socioespacial.

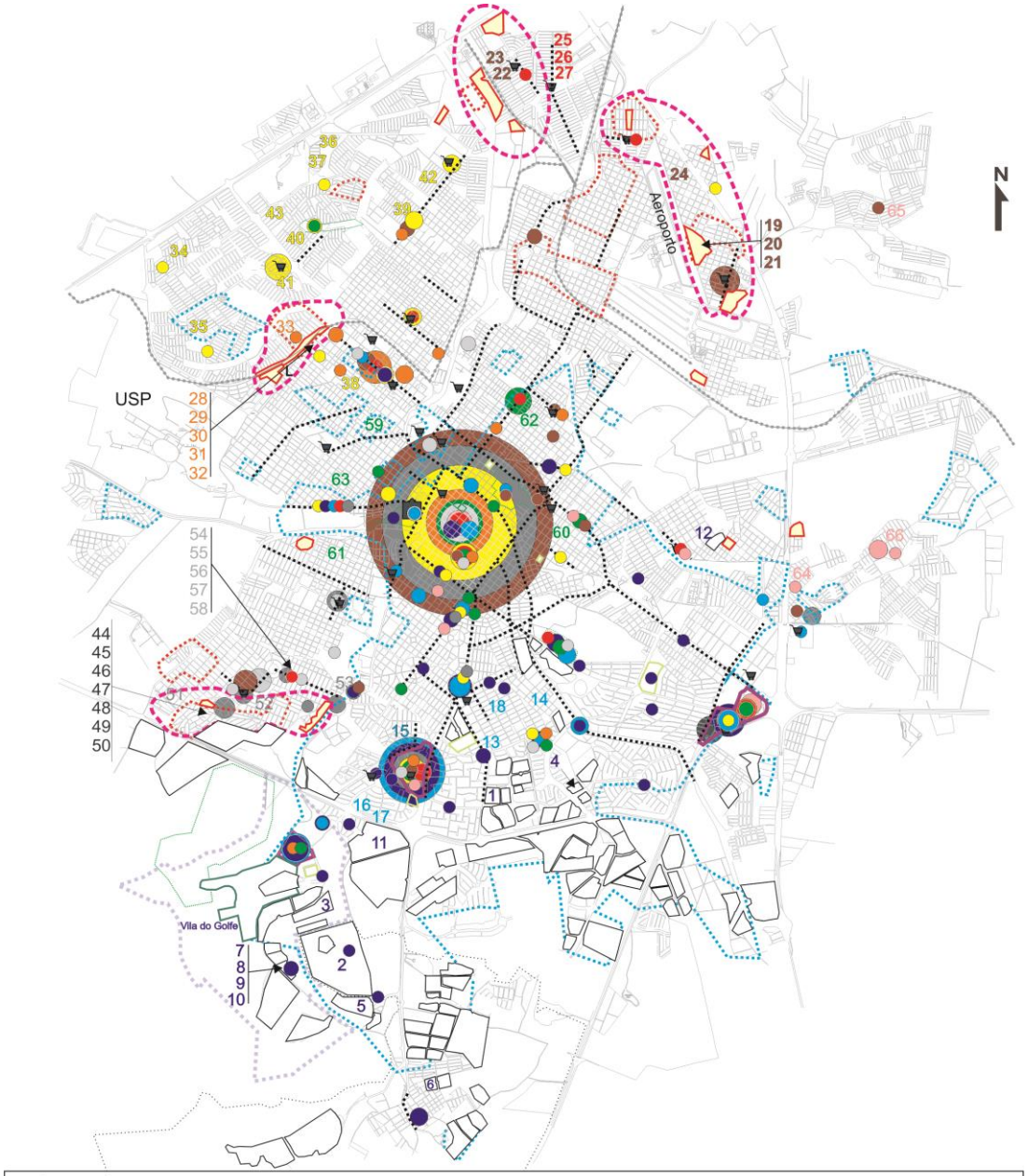
3.4. Aspectos gerais e especificidades do processo de fragmentação socioespacial em Ribeirão Preto e Presidente Prudente

Conforme já indicado, as numerações da primeira coluna dos Quadros 1 e 2, que se diferenciam por cores para cada grupo de entrevistados, também servem de base para identificar a localização aproximada das moradias deles (tratando-se de distintos *habitat* urbanos setorizados), representados nos Mapas 18 (para Ribeirão Preto) e 19 (para Presidente Prudente), bem como, do Mapa 20 ao Mapa 35 para cada grupo, conforme analisado anteriormente.

Tais mapas voltam a comparecer, porém agora, representam o conjunto absoluto dos locais indicados (ou, ainda, “indicações espaciais”) para a realização de práticas espaciais de consumo de bens e de serviços, incluso o lazer, de todos os moradores entrevistados.

Com base nesses aspectos, as práticas espaciais dos moradores entrevistados de Ribeirão Preto e Presidente Prudente estão representadas, respectivamente, nos Mapas 36 e 37 e, como já fizemos referência, o Mapa 17 também serve de base de comparação para a análise das atuais tendências de fragmentação socioespacial nestas duas cidades médias paulistas e, sobretudo, em Presidente Prudente.

Mapa 36. Ribeirão Preto
Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial
- Espaços autossegregados
- Favelas
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos
- Espaços autossegregados
- Espaços integrados (sul)
- Espaços segregados (norte)
- Espaços integrados (norte)
- Espaços segregados (noroeste)
- Espaços integrados (noroeste)
- Espaços segregados (sudoeste)
- Espaços integrados (sudoeste)
- Espaços integrados (Próximo ao Centro)
- Espaços integrados (leste)

Totais absolutos de indicações espaciais
27, 22, 16, 13, 10, 6, 1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos
- Shopping Center
- Parques
- Campo de Golfe
- Vila do Golfe
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 1 2 Km

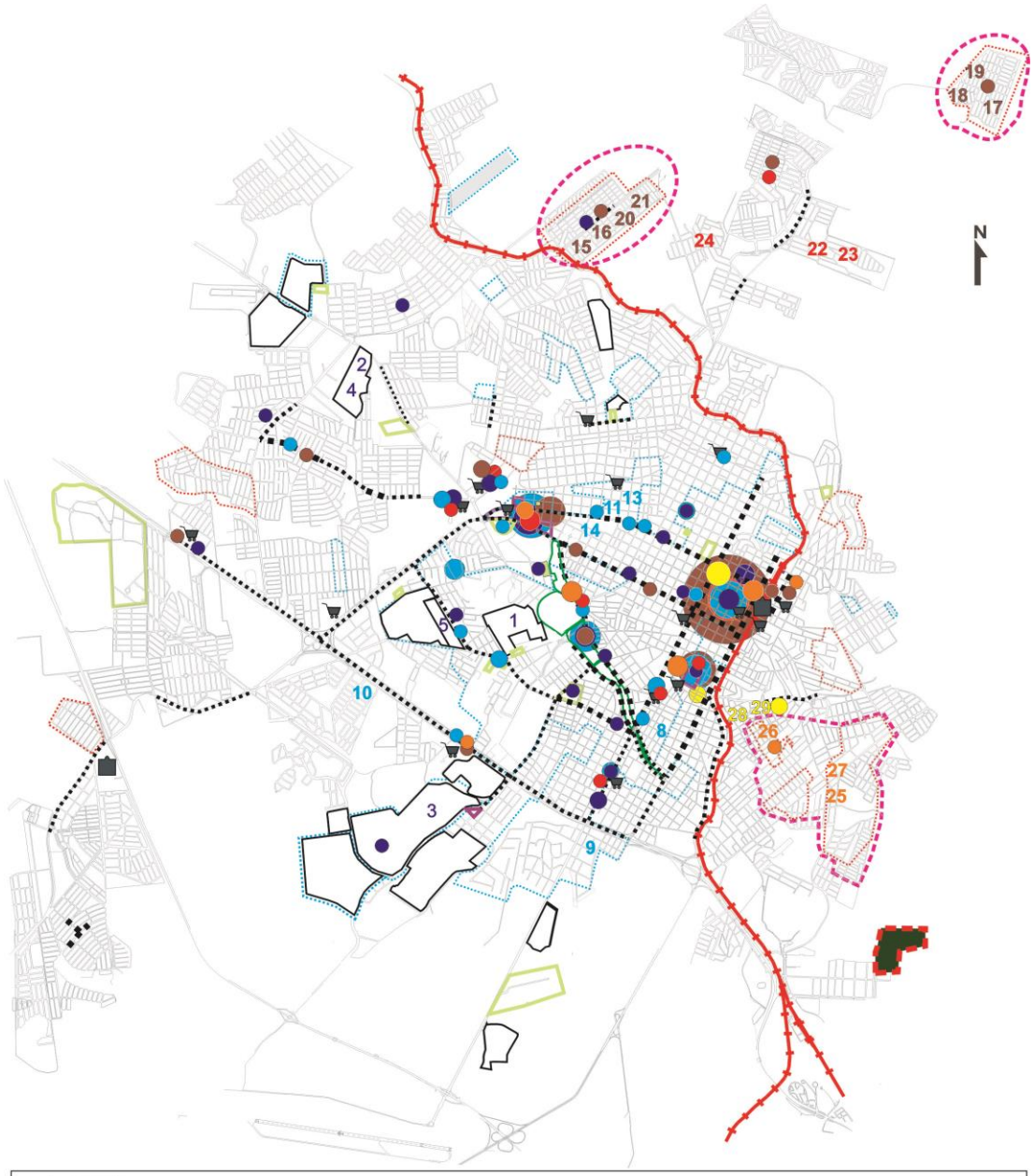
(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP

Mapa 37. Presidente Prudente
Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial
- Espaços autossegregados
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição das indicações espaciais por grupos de *habitat* urbanos
- Espaços autossegregados
- Espaços integrados (sul e próximo ao Centro)
- Espaços segregados (norte)
- Espaços integrados (norte)
- Espaços segregados (leste)
- Espaços integrados (leste)

Totais absolutos de indicações espaciais
20
10
5
1

Distribuição dos principais equipamentos urbanos
- Centro
- Shopping Center
- Parque do Povo
- Aterro sanitário
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos com elevada concentração de comércios e serviços
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

0 0,5 1 Km

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: SMPDU, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP

Retomando a análise já apresentada a partir do Mapa 17 e, comparando-se com os resultados obtidos com a pesquisa atual, as práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados do setor sul e noroeste, e dos moradores de espaços integrados, localizados no setor sul e a oeste do Centro principal, a tendência de fragmentação socioespacial em rede no espaço urbano de Presidente Prudente manteve-se, no entanto, reforçou-se um grau de concorrência mais expressivo com aquelas práticas espaciais realizadas no Centro principal.

Reforçando a perda do prestígio social do Centro principal, trata-se de um consumo mais expressivo envolvendo uma área mais ou menos abrangente do setor sul, mas, que se pontuam mais expressivamente, desde o Prudenshopping e estabelecimentos comerciais e de serviços que circundam o Parque do Povo, até aqueles que se localizam ao longo das Avenidas Washington Luís, Manoel Goulart, Coronel José Soares Marcondes e Dr. Cyro Bueno (com continuação pela Avenida Luiz Cezário).

Desse ponto de vista, não apenas retoma-se a dimensão das alterações de práticas espaciais, mas também, no que tange à perspectiva de mudança do *habitus* territorial, posto que não se trata apenas de indissociabilidade, mas também, de movimento relacional do par "práticas espaciais ↔ *habitus* territorial".

Com base nesses aspectos, há pontos de semelhança com aquela fragmentação socioespacial em rede que tende a se estabelecer em Ribeirão Preto a partir das práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados e integrados do setor sul, pois, além de contemplar a própria Vila do Golfe, também tende a envolver outras práticas espaciais realizadas no setor sul, sobretudo, em grandes equipamentos comerciais e de serviços e em trechos de alguns dos principais eixos comerciais e de serviços, em especial, nas Avenidas Presidente Vargas, João Fiusa e Independência.

Além do fomento às multicentralidades, relativas aos eixos comerciais e de serviços que se expressam ao longo destas Avenidas, as práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados e integrados do setor sul de Ribeirão Preto, também tendem a contribuir, em maior medida, para fomentar aquelas policentralidades que se expressam a partir do Ribeirão Shopping e, em menor medida, do Shopping Iguatemi e Novo Shopping.

O consumo segmentado que se realiza nessas novas áreas centrais, representativas de multi e policentralidades e que se distribuem em pontos (tratando-se das localizações, sobretudo, de estabelecimentos comerciais e de serviços) de uma área mais ou menos abrangente do setor sul, reforça, portanto, a perspectiva reticular de uso e apropriação do

espaço urbano à qual a fragmentação socioespacial tende a se estabelecer de modo mais preponderante.

No entanto, a fragmentação socioespacial nesta cidade média torna-se mais complexa que aquela que se processa em Presidente Prudente, na medida em que também se evidencia no contexto da implantação do Megacomplexo imobiliária “Vila do Golfe” no setor sul, uma fragmentação socioespacial que se estabelece por área, ou seja, circunscrevendo-se, predominantemente, dentro de uma porção relativamente reduzida do espaço urbano ribeirão-pretano[47].

Trata-se, mais especificamente (como já ressaltado em passagens anteriores da tese) de espaços autossegregados contíguos ao Shopping Iguatemi, ao estabelecimento privado de ensino básico e pré-vestibular “Liceu Albert Sabin” e ao Supermercado Pão de Açúcar, associado à tendência de aumento das práticas espaciais dos sujeitos autossegregados que se circunscrevem, predominantemente, nesta respectiva área.



Fotografia 36 (08/2012) Ribeirão Preto: Entrada principal do “Liceu Albert Sabin”. Estabelecimento privado de ensino básico e pré-vestibular localizado em contiguidade com o *Shopping* Iguatemi e com espaços autossegregados implantados na Vila do Golfe.

[47] Ainda que seja possível mantê-la, tal diferença de complexidade deve ser ponderada, na medida em que também se torna possível observar alguns indícios de fragmentação socioespacial por área no contexto de articulação entre os espaços autossegregados Jardim Morumbi e Central Park Residence e o eixo comercial e de serviços que compreende a Avenida Dr. Cyro Bueno, em Presidente Prudente.

De uma forma ou de outra, tais perspectivas de expressão da fragmentação socioespacial tem fomentado outro aspecto fundamental desse processo. Do ponto de vista do *habitus* territorial e da efetividade das práticas espaciais dos segmentos de mais alto poder aquisitivo (representadas nos Mapas 36 e 37), o Centro principal destas duas cidades médias, embora mantenha a sua importância do ponto de vista simbólico e no que tange aos deslocamentos esporádicos para o consumo de bens e de serviços (ou, ainda, no tocante às jornadas de trabalho ao qual possam ser realizadas diária ou ocasionalmente nesta área central), tem sofrido uma tendência de acentuada perda de seu prestígio social.

Esta tendência se estabelece por consequência da ampliação das práticas espaciais voltadas ao consumo de produtos e serviços em geral, incluso, aqueles mais sofisticados, bem como, daquelas práticas espaciais relativas ao lazer, que se realizam, mais expressivamente, nos *shopping centers* e ao longo de alguns dos principais eixos comerciais e de serviços que se distribuem, predominantemente, no setor sul dessas duas cidades.

Em outros termos, do ponto de vista de uma parcela das práticas de consumo dos moradores de espaços autossegregados e integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, conforme os depoimentos realizados durante as entrevistas, o Centro principal comparece como a porção do espaço urbano a ser evitada.

Em parte, esse evitamento justifica-se pela grande presença de pedestres, congestionamentos, falta de vagas de estacionamento, falta de infraestrutura, desconforto térmico, distância espacial, etc.

Ainda no que se refere à perda do prestígio social, o Centro, do ponto de vista das práticas espaciais dos citadinos entrevistados, deixa de ser uma opção viável e, portanto, transmuta-se em um espaço de consumo não habitual.

A tendência de falta de predisposição de práticas espaciais que poderiam ser realizadas no Centro principal e a preferência pelo consumo que se realiza ao longo de eixos viários e *shopping centers* tem promovido, deste modo, alterações no tocante ao *habitus* territorial destes moradores.

Ademais:

> O aparecimento de novas áreas comerciais e de serviços, com destaque para os *shopping centers*, também contém elementos que apontam para a fragmentação socioespacial, na medida em que esses estabelecimentos compõem centralidades que alcançam a escala interurbana, tanto porque atraem consumidores de outras cidades, quanto porque são ambientes em que prevalecem grandes capitais nacionais e internacionais, representados pelas franquias e pelas marcas que se globalizam. A superação do centro

> principal como o lugar de todos, como continente das práticas econômicas, políticas e sociais, em que as diferenças se defrontam, dificulta a compreensão da cidade como totalidade, sempre relativa, mas capaz de favorecer, em algum nível, identidades territoriais ou sentimentos de pertencimento a um dado espaço urbano (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 305).

Esses aspectos, juntamente com a análise do conjunto das entrevistas, apontam para dinâmicas que tendem a acentuar a polarização "Centro principal – *shopping center*" uma vez que, do ponto de vista do efetivo consumo de bens e de serviços, a segmentação socioespacial acentua-se por meio da preponderância de práticas espaciais dos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo que se realizam no Centro principal e, por outro lado, daquelas relativas aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo que se realizam em novas áreas centrais e, sobretudo, nos *shopping centers*.

Os argumentos dos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo, também apontam que o Centro principal tende a ser retratado como um espaço obsoleto e pouco competitivo.

Tratar-se-ia de uma área central pertencente há um tempo pretérito e segundo lógicas que não se atualizaram ou, ainda, atualizaram-se pouco comparativamente aos novos e ressignificados eixos comerciais e de serviços e, sobretudo, aos *shopping centers.*

Os *shopping centers, nesse sentido*, comparecem como espaços multifuncionais em sintonia com as mudanças provenientes da aceleração contemporânea e dotados de mecanismos de controle socioespacial, por meio dos quais se contemplam desejos por mais segurança.

Tais aspectos relacionados aos *shopping centers* perspectivam a contínua reprodução da lógica do consumo, os quais se expressam por policentralidades e que, nesse sentido, respondem de modo mais satisfatório às crescentes e múltiplas necessidades dos citadinos, sobretudo, no que se refere à busca por mais praticidade envolvendo a vida cotidiana.

Além disso, pela perspectiva dos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, o afastamento do Centro principal também se dá em função de justificativas envolvendo, por vezes, não apenas práticas discriminatórias relativas à intensa aglomeração de citadinos, mas também, no que tange à distância espacial desta área central em relação ao local de moradia atual.

Diante da maior dimensão de área ocupada por Ribeirão Preto, comparativamente à Presidente Prudente, as distâncias espaciais existentes nesta primeira cidade média tende a

exercer maior poder de influência nas decisões relativas às escolhas dos locais de consumo.

Com maior impacto em Ribeirão Preto do que em Presidente Prudente, portanto, as relativas distâncias espaciais tendem a se transmutar em distâncias socioespaciais, na medida em que se diminuem as possibilidades de contatos ocasionais entre diferentes segmentos sociais, moradores de distintos *habitat* urbanos.

Já no plano da análise do conjunto das práticas espaciais e *habitus* territoriais, segundo os depoimentos dos moradores entrevistados, também ocorrem níveis mais acentuados de segmentação socioespacial, sobretudo, junto aos três maiores *shopping centers* de Ribeirão Preto e daqueles que se localizam em Presidente Prudente.

Em Ribeirão Preto e em Presidente Prudente verificam-se, por parte dos segmentos de maior poder aquisitivo, moradores de espaços autossegregados e integrados do setor sul (incluso, aqueles que moram em espaços integrados mais próximos ao Centro principal), um consumo mais acentuado no Ribeirão Shopping e no Prudenshopping e, em menor medida (porém, com reflexos que se associam a um maior nível de exclusividade aos segmentos de maior poder aquisitivo), no Shopping Iguatemi, localizado na Vila do Golfe, em Ribeirão Preto.

Por outro lado, o conjunto das práticas espaciais e depoimentos dos entrevistados revelam um maior nível de diversificação dos conteúdos socioeconômicos do Novo Shopping, em Ribeirão Preto, e do Parque Shopping Prudente, em Presidente Prudente, porém, com tendência de aumento da participação dos segmentos de mais baixo poder aquisitivo.

Em geral, porém, salvaguardando as devidas proporções e exceções, tais equipamentos urbanos voltam-se, cada vez mais a contemplar demandas de consumo - sobretudo, relativas ao lazer e, em menor medida, de bens e de serviços - mais expressivas, dos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo, incluso, moradores de espaços segregados.

Em relação aos espaços segregados de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, esses *habitat* urbanos tendem a se concentrar no setor norte. Além disso, tais *habitat* urbanos também se localizam no setor noroeste e sudoeste de Ribeirão Preto e no setor leste de Presidente Prudente.

Ademais, uma parcela desses espaços segregados também se estabelece em descontinuidade territorial em relação à malha urbana compacta o que, em grande medida,

também desfavorece a realização de contatos e uma integração mais efetiva com o conjunto da cidade.

De um modo geral, os espaços segregados caracterizam-se - a partir da perspectiva dos depoimentos de uma parcela dos entrevistados, moradores de espaços autossegregados e espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo - como potenciais *habitat* urbanos a serem mais efetivamente evitados. Em geral, as justificativas para este evitamento também tendem a reforçar tendências de estigmatizações sociais por vezes associadas a esses espaços segregados.

Nesse sentido, no espaço urbano das cidades médias tende a se implantar não apenas barreiras físicas explícitas, como os muros que circundam os espaços autossegregados e constrangimentos impostos por rodovias, ferrovias e descontinuidades territoriais predominantemente identificadas pelos vazios urbanos, mas também a se adotar, de modo cada vez mais intenso, outras formas de impedimentos essencialmente manifestados por meio de mecanismos de controle socioespacial.

Em relação à distribuição das práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços em geral (incluso aquelas relacionadas ao lazer), há diferenças entre os espaços segregados e entre os espaços integrados, relativamente próximos a esses espaços segregados.

Nos espaços segregados do setor norte de Ribeirão Preto, a circunscrição de práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços nas proximidades mais imediatas ao local de moradia tem sido pouco expressiva, por consequência de uma baixa oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Como exemplo, níveis mais expressivos de práticas espaciais dos moradores de espaços segregados desempenham-se apenas a partir da Avenida João Pessoa, na qual se estabelece como um pequeno eixo comercial e de serviços, localizado no Jardim Aeroporto, e ao longo da Avenida Magid Simão Trad, localizada no Conjunto Habitacional Adelino Simioni.

Por consequência dessa carência, em termos de estabelecimentos comerciais e de serviços, tornam-se extremamente expressivas aquelas práticas espaciais que se voltam ao consumo do Centro principal e de outras parcelas do espaço urbano como, por exemplo, o consumo que se realiza em áreas centrais do setor sudoeste.

Frente a essas dinâmicas mais específicas das práticas espaciais, os espaços segregados do setor norte não se caracterizariam por processos de fragmentação socioespacial.

Por outro lado, a expressividade da atuação de narcotraficantes junto às favelas contíguas ao Conjunto Habitacional Adelino Simioni extrapolam os limites dessas respectivas favelas e envolvem grande parcela desse Conjunto habitacional.

Esse domínio de área tem rebatimentos, tanto no plano de acordos tácitos entre narcotraficantes e moradores desse espaço segregado, além do relativo afastamento dos serviços prestados pela Polícia Militar.

Trata-se, portanto, da substituição do poder de polícia pelo poder do narcotráfico, a partir do qual, em eventuais casos na área sob domínio (e segundo os depoimentos dos entrevistados), este poder do narcotráfico tende a se manifestar de modo violento[48].

Além disso, outros mecanismos de controle socioespacial também se manifestam nesta área sob domínio, como o monitoramento de comportamentos e fluxos em geral e que se voltam a garantir o pleno funcionamento das atividades ligadas à comercialização de substâncias psicoativas ilícitas o que, em certa medida, poder-se-ia apontar perspectivas de uma fragmentação socioespacial por área.

No entanto, tais perspectivas de fragmentação não se sustentam ao ponderar as diferenças entre as realidades metropolitanas (como aquelas existentes na cidade do Rio de Janeiro, retratadas por Souza [2006; 2008]) e uma cidade média do padrão de Ribeirão Preto, pois, não há elementos que apontem para o estabelecimento de áreas de domínio do narcotráfico funcionando como “subsistemas fechados” efetivos, inclusive, no espaço segregado que abrange o Conjunto Habitacional Adelino Simioni e áreas de favelização contíguas.

Em relação a um maior nível de dispersão das práticas espaciais dos espaços integrados do setor norte e do setor noroeste, também não se verificam, nesse sentido, processos de fragmentação socioespacial.

Por outro lado, há indícios de processos de fragmentação socioespacial por área no setor sudoeste que se articulam, em maior medida, no plano do espaço integrado Parque Ribeirão Preto e, em menor medida (tendo em vista, um consumo mais expressivo do Centro principal), do espaço segregado Jardim Progresso, sobretudo, por consequência de uma expressividade moderada de um conjunto de práticas espaciais que se realizam nos eixos comerciais e de serviços que se estabelecem ao longo das Avenidas Luzitana, Casper Líbero e Manoel Antonio Dias, que servem ao consumo cotidiano dos moradores desses *habitat* urbanos.

---

[48] Por outro lado - ainda que não citado pelos entrevistados, mas levado em consideração na pesquisa realizada por Feltran (2010) em realidades metropolitanas – não devem ser desconsideradas as possibilidades da Polícia Militar também agir com violência, sobretudo, quando esta se faz presente em espaços segregados.

Em comparação com esses dois *habitat* urbanos, níveis mais acentuados de fragmentação socioespacial por área estabelecem-se em uma parcela do Bairro Alto do Ipiranga e Jardim Emir Garcia, além da Favela dos Trilhos e Nova Monte Alegre (antiga Favela Monte Alegre – SBT), a partir das quais se delimita o espaço segregado do setor noroeste.

No plano da distribuição práticas espaciais, trata-se do expressivo consumo que se realiza na Avenida Dom Pedro I, localizada no Bairro Ipiranga, ao longo da qual se estabelece como eixo de grande concentração e diversificação de estabelecimentos comerciais e de serviços e que se expressa com um acentuado nível de centralidade urbana.

O expressivo consumo desse eixo e das proximidades mais imediatas com o local de moradia estabelece-se, portanto, de modo a concorrer com o conjunto das demais práticas espaciais que se realizam no centro principal.

Considerando as práticas espaciais dos moradores dos espaços integrados mais próximos ao Centro, e daqueles que estabelecem moradia no setor leste, não se favorece o estabelecimento de fragmentação socioespacial, dado o acentuado grau de distribuição das práticas espaciais no espaço urbano ribeirão-pretano.

Do ponto de vista da atuação do narcotráfico, a dinâmica de domínio de área também ocorre nos espaços segregados de Presidente Prudente, no entanto, com visibilidade e poder de influência menos expressivos do que aquele que se verifica no Conjunto Habitacional Adelino Simioni, de Ribeirão Preto.

A menor expressividade de domínio de área também se baseia na constatação de que não há áreas de favelização em Presidente Prudente, a partir do qual se poderia justificar um afastamento mais efetivo dos serviços públicos de segurança urbana, realizados pela Polícia Militar, ainda que não possa ser descartada a realização de possíveis acordos tácitos estabelecidos entre narcotraficantes e moradores, muito menos, em relação às possíveis conivências estabelecidas entre narcotraficantes e serviços de segurança pública estadual.

Esses aspectos, somado ao fato de que não há áreas de domínio do narcotráfico funcionando como “subsistema fechado” aos moldes das favelas do Rio de Janeiro, analisadas por Souza (2006, p. 489-490), tendem a contribuir pouco no que tange à explicitação de dinâmicas de fragmentação socioespacial nos espaços segregados de Presidente Prudente.

Ademais, por consequência de um baixo nível de concentração e diversificação de estabelecimentos comerciais e de serviços que servem ao consumo cotidiano dos moradores de espaços segregados e integrados localizados, além da linha férrea, nos setores norte e leste de Presidente Prudente, também não se favorece o estabelecimento da fragmentação socioespacial.

Nesse sentido, o baixo nível de circunscrição das práticas espaciais nas proximidades mais imediatas ao local de moradia tende a ser acompanhado de um uso e consumo mais expressivos que se realizam em grandes equipamentos comerciais e de serviços (em maior medida, no Parque Shopping Prudente e, em menor medida, no Prudenshopping) e, sobretudo, no Centro principal. Trata-se, portanto, de uma circulação e apreensão mais abrangente que se realiza na escala da cidade.

Em função da praticidade de se desempenhar práticas de consumo ao longo de eixos viários e *shopping centers*, se o Centro principal comparece como espaço de consumo a ser evitado pelos segmentos de mais alto poder aquisitivo, para uma parcela dos moradores de espaços segregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, esta área central tornou-se mais acessível, sobretudo, em decorrência de um aumento (ainda que transitório) do poder aquisitivo e do acesso ao transporte automotivo particular viabilizados, em parte, pela expansão de canais de financiamento automotivo.

Como estratégia que se impõe no tocante à busca pelo melhor preço, esse aumento do consumo que se realiza no Centro principal, salvo exceções (como no caso do espaço segregado do setor noroeste de Ribeirão Preto), também se processa em função de uma diminuição das práticas de consumo de bens e de serviços, realizadas por esses moradores, nas proximidades mais imediatas ao local de moradia.

Levando-se, em consideração, o conjunto de tendências e tipos de fragmentação socioespacial, atualmente existentes nas cidades de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, assevera-se que, dentro de uma lógica de segmentação socioeconômica, que também se articula à racionalidade de otimização dos tempos, trata-se – do ponto de vista dos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo – do recuo dos usos e do consumo da cidade (incluso, o consumo do Centro principal) em sua diversidade pela preponderância da circunscrição das práticas espaciais em um único setor predominante.

Nesse sentido, e como já mencionado, a fragmentação socioespacial também pode estar presente a partir de uma parcela dos espaços integrados (sobretudo, aqueles voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo).

No entanto, é a partir dos espaços autossegregados que esse processo tende a se exacerbar, na medida em que os muros perimetrais, o controle de acesso e regras de um modo geral, impedem uma lógica de livre circulação e apropriação desses espaços o que, em grande medida, também não favorece o estabelecimento de contatos interpessoais mais frequentes e duradouros entre os moradores desse tipo de *habitat* urbano e os demais citadinos não moradores.

Corroborando com a perspectiva de espaço de Massey (2008, p. 109-110, 266) trata-se, portanto, de um maior fomento a uma esfera cotidiana de tensões envolvendo conectividades territoriais fechadas e que, portanto, distancia-se das possibilidades de uma conectividade relacional do espaço.

Essas conectividades territoriais fechadas também emergem como oposição à coetaneidade do espaço, na medida em que não valorizam posturas de reconhecimento e respeito mútuos entre distintas trajetórias e necessidades dos citadinos, no contexto de seus direitos e apropriação plenos da cidade (MASSEY, 2008, p. 109-110, 266).

Essa perspectiva, no entanto, não se estrutura a partir de uma visão idealizante ou de um retorno ao passado das cidades posto que, de fato, tais respeitos mútuos e uma produção equitativa da cidade nunca existiram.

Trata-se, mais especificamente, de uma perspectiva que busca contribuir como orientação no tocante às proposições políticas que contemplem uma produção e apropriação mais integrada da cidade em sua diversidade.

Tais proposições políticas requerem, necessariamente, que se estabeleçam questionamentos e que se projetem modos ou meios de se superar a lógica de fragmentação socioespacial, a partir da qual se contemplam interesses de alguns grupos, em detrimento dos interesses dos demais citadinos, sobretudo, os mais pobres (incluso, aqueles que moram em espaços segregados).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com ritmos e intensidades distintas, além de características próprias, a fragmentação socioespacial têm sido evidenciada em cidades médias paulistas e, portanto, trata-se de um processo que não é mais exclusivo aos espaços urbanos de padrões metropolitanos.

Além disso, esse processo também tende a não se restringir apenas à dimensão das práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados, pois também se estendem, sob certos aspectos, a uma parcela dos espaços integrados e espaços segregados.

Nas cidades médias paulistas de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, a fragmentação socioespacial, em primeiro lugar, tem-se estabelecido como uma clara oposição e desprestígio em relação ao uso e consumo do centro principal.

Em segundo lugar, pela proliferação mais intensa de espaços autossegregados e áreas de favelização (por vezes, sob o domínio do narcotráfico) e pela implantação de um megacomplexo imobiliário, a fragmentação socioespacial (por área e em rede) que se observa em Ribeirão Preto torna-se mais expressiva e complexa do que aquela (em rede) que se observa em Presidente Prudente.

Levando-se, em consideração, o conjunto de tendências e tipos de fragmentação socioespacial atualmente existentes nas cidades de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, assevera-se que, a partir de uma lógica de segmentação socioeconômica, que também se articula à racionalidade de otimização dos tempos, trata-se do recuo dos usos e do consumo da cidade em sua diversidade pela preponderância da circunscrição das práticas espaciais em um único setor predominante.

Esses aspectos somados às restrições em relação às práticas e comportamentos considerados suspeitos ou imprevisíveis imputados por mecanismos de controle socioespacial - que permeiam determinados *habitat* urbanos e novas áreas centrais - estabelecem pouca margem a alternativas voltadas a uma experiência de apropriação do espaço urbano em sua diversidade e pluralidade.

A perspectiva territorial da fragmentação socioespacial, sobretudo aquela que se realiza por meio das práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados e, em menor medida, de espaços integrados voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo, reforça territorialismos permeados por indiferenças e desejos de distinção socioespacial que são pouco condizentes a essas alternativas e que tem, como pano de fundo, a manutenção de iniquidades socioespaciais nestas duas cidades médias.

Como uma das consequências da manutenção dessas iniquidades, os custos de uma produção não equitativa do espaço urbano são socialmente arcados, mas, por outro

lado, sua valorização diferenciada (e sendo acompanhada por um consumo cada vez mais segmentado), advinda deste mesmo modelo de produção não equitativa, é privadamente apropriada e, portanto, não resulta em benefício equanimemente apropriado pela coletividade da cidade.

Com base nisto, trata-se de afirmar que um dos aspectos que caracterizam as iniquidades socioespaciais baseia-se, fundamentalmente, no poder de influência daqueles citadinos e/ou grupos sociais (incluso, os agentes de produção do espaço urbano e grandes proprietários que atuam no setor terciário) que, por já deterem um elevado nível de poder socioeconômico e influência política podem, efetivamente, interferir no processo de condução e direcionamento dos investimentos privados e públicos no espaço, de modo que suas demandas conjuntas e interesses particulares possam ser preponderantemente contemplados em detrimento das demandas dos demais citadinos menos favorecidos, sobretudo, aqueles que moram em espaços segregados.

Em outros termos, a iniquidade socioespacial estabelece-se na medida em que se possibilita dotar melhor os espaços da cidade que já são aqueles onde moram os privilegiados.

Esse aspecto, somado aos *habitus* territoriais e práticas espaciais voltados ao consumo segmentado do espaço urbano (ambos permeados por mecanismos de controle socioespacial), contribuem para que as relativas distâncias espaciais entre os distintos segmentos sociais transmutem-se em distâncias socioespaciais e, portanto, com expressivos impactos nas relações de sociabilidade entre esses segmentos.

Nesse sentido (e pela perspectiva da fragmentação socioespacial) ampliam-se o estranhamento entre os setores que compõe o espaço urbano. Este estranhamento também se torna válido mesmo em contextos de compartilhamento espacial entre os distintos segmentos sociais.

Pela dimensão territorial e política da produção da cidade, trata-se da premente necessidade de se delinear princípios que possam orientar o processo de proposição e condução de políticas públicas, pelas quais possam combater tais tendências de fragmentação socioespacial e suas consequências, em termos de manutenção de iniquidades socioespaciais no espaço urbano contemporâneo.

Com base nisto, o contraponto à ideia de iniquidade (ou seja, a “equidade”) tem por base o atendimento na proporção do necessário aos citadinos que, pelas suas diferenças, sobretudo socioeconômicas (com profundas disparidades, portanto, no contexto da

formação socioespacial brasileira), não teriam as mesmas condições de suprir de modo equânime, suas necessidades relacionadas ao efetivo direito à cidade.

Do ponto de vista da produção habitacional e como confronto, contratendência e alternativa viável à atual complexidade e ampliação da segregação socioespacial e dos processos de fragmentação socioespacial, a diferenciação socioespacial - baseada em princípios de equidade socioespacial - pode se estabelecer como perspectiva viável e fundamental voltada à (re)qualificação/superação de determinados *habitat* urbanos (pela via da superação de espaços segregados, bem como, através de questionamentos que contestem a expansão do processo de implantação de espaços autossegregados) e de determinadas práticas espaciais que valorizem, preponderantemente, o consumo segmentado, com a intencionalidade de promover um efetivo direito à cidade em sua diversidade reconhecendo-a no plano das distintas necessidades dos segmentos sociais.

Trata-se de um processo que visa o reestabelecimento pleno da continuidade territorial (ou da unidade territorial), expressivamente presente desde a constituição das primeiras cidades das quais temos notícias, mas que apresenta graus variados de ruptura (e expressando distintos territórios) na cidade contemporânea.

Em associação a esta perspectiva, também se trata de ampliar a inserção dos citadinos, em especial, os moradores dos espaços segregados, na dimensão política de produção da cidade, tanto no que se refere à produção habitacional que supere a lógica da segregação imposta (e/ou, ainda, de formas assemelhadas de autossegregação viabilizadas por políticas públicas habitacionais para atender demandas de moradia dos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo), quanto no que tange - em oposição ao uso individual do automóvel particular - à implantação de transportes coletivos mais eficientes e acessíveis, por meio dos quais possam viabilizar uma maior dinamização dos fluxos entre as diversas porções do espaço urbano que se diferenciam, inclusive, proporcionando um maior nível de acessibilidade àqueles espaços de consumo predominantemente voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo.

Em contrapartida, também se torna premente a necessidade de se implantar equipamentos urbanos de consumo coletivo, bem como estabelecimentos comerciais e de serviços de médio e grande porte, em áreas com grande concentração de espaços integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo e, inclusive, estabelecendo proximidade ou contiguidade com os espaços segregados, por meio dos quais possam não apenas atender demandas de consumo de bens, de serviços e lazer desses segmentos, mas também, aquelas demandas dos segmentos de mais alto poder aquisitivo, incluso, os

moradores de espaços autossegregados. Trata-se, portanto, da implantação de novas áreas centrais que visem o princípio da integração entre os diversos segmentos socioeconômicos.

No que tange à retomada do prestígio social do Centro principal, sobretudo, por parte dos segmentos de mais alto poder aquisitivo, tendo em vista, maiores níveis de integração entre os diversos segmentos, trata-se da premente necessidade de requalificação desta área central, por meio da qual possa ser incorporada por novas lógicas socioeconômicas (orientadas pela oferta de maior número de estabelecimentos comerciais e de serviços também voltados às demandas de consumo dos segmentos de mais alto poder aquisitivo) e multifuncionais (com especial atenção à presença de equipamentos de consumo coletivo e estabelecimentos voltados ao lazer).

Com base nesses aspectos, esta requalificação deve ser capaz de reestabelecer o Centro principal como opção em relação a outras áreas centrais mais dinâmicas (e, portanto, mais condizentes aos atuais parâmetros de rapidez, praticidade e comodidade), como os eixos comerciais e de serviços e, sobretudo, os *shopping centers*.

Esta ampliação de equipamentos de consumo coletivo e estabelecimentos comerciais e de serviços (que comparecem com o objetivo de proporcionar uma maior diversificação do conteúdo socioeconômico do Centro principal) também devem vir acompanhada de uma infraestrutura urbana e equipamentos urbanos em geral, mais adequados às prementes necessidades dos diversos segmentos socioeconômicos (banheiros públicos, bebedouros, estímulo à implantação de novos estacionamentos e projetos de arborização, internet, rede Wi-Fi gratuita, estímulo ao uso do transporte coletivo, em detrimento do uso do automóvel, para o acesso ao Centro, etc.). Para a promoção dessas mudanças, entre outros aspectos, trata-se de um maior nível de atenção do poder público e do estabelecimento de parcerias voltados ao fomento da diversidade socioeconômica do Centro principal.

Com base nessas considerações, a valorização da dimensão política de produção do espaço urbano torna-se fundamental, na medida em que possa promover um maior nível de integração entre os distintos segmentos socioeconômicos, tendo em vista, o reconhecimento pleno da cidade em sua diversidade e necessidades, bem como em termos de superação das disparidades socioeconômicas e distâncias socioespaciais entre as diferenças.

No escopo do reconhecimento (e das prementes necessidades de superação) das iniquidades socioespaciais em cidades médias, trata-se, nesse sentido, de algumas proposições que visam superar a lógica setorial, por meio da qual os processos de fragmentação socioespacial tendem a se explicitar.

APÊNDICES

I – Entrevistas em Presidente Prudente e Ribeirão Preto: instrumento, procedimentos, critérios e observações gerais

Objetivando levantar um conjunto de informações relativas às práticas espaciais dos moradores dos espaços autossegregados, dos espaços segregados e dos espaços integrados selecionados, elaboramos um roteiro de entrevista no qual se tomou como referência inicial, dois roteiros: Em primeiro lugar, aquele utilizado em nossa pesquisa em nível de mestrado, aplicado em moradores de espaços autossegregados de Marília-SP e São Carlos-SP[49]; Em segundo, refere-se ao roteiro elaborado para o projeto de pesquisa temático, coordenado pela nossa orientadora, intitulado "Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo" (financiado pela FAPESP).

A partir de nossa participação nos Workshops da pesquisa temática, e a partir das reuniões com nossa orientadora, optamos (em comum acordo) por realizar um novo alinhamento ao projeto temático relativo ao roteiro de entrevistas, tendo em vista, a grande proximidade temática estabelecida com esta pesquisa.

Nesse sentido, substituímos nosso roteiro pelo roteiro da pesquisa temática. No entanto, também procuramos manter (e, portanto, acrescentar a este novo roteiro) algumas questões de nosso roteiro anterior, consideradas fundamentais no tocante aos objetivos de nossa pesquisa. O roteiro definitivo de entrevistas, utilizado durante a realização dos trabalhos de campo, pode ser consultado no Anexo 1.

Como resultado desse alinhamento, tornou-se possível selecionar sete entrevistas realizadas no âmbito do projeto temático que mais se alinharam aos objetivos de nossa pesquisa, ou seja, selecionamos aquelas realizadas junto a moradores de espaços autossegregados, espaços integrados e espaços segregados de Presidente Prudente.

Durante a realização de nosso exame de qualificação, um dos examinadores apresentou ponderações a respeito do recorte empírico escolhido para a realização da pesquisa.

Em relação à nossa proposta de ultrapassar a "visão de sobrevôo", nos termos em que Souza (2007) adota esta metáfora, o Prof. Dr. Nécio Turra Neto nos questionou se esta perspectiva seria possível considerando a realização de entrevistas baseadas em um roteiro denso, e envolvendo três cidades médias paulistas (Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto) contemplando, em cada uma delas, a análise comparativa de três

[49] Cf. Dal Pozzo (2011).

distintos *habitat* urbanos (espaços segregados, espaços autossegregados e espaços integrados).

Na oportunidade da primeira reunião com nossa orientadora após o exame de qualificação, decidimos, em comum acordo, redefinir nosso recorte empírico, de modo a garantir uma maior articulação entre escalas, ou seja, confrontar processos socioespaciais mais amplos com a perspectiva das práticas espaciais, realizadas no plano da vida cotidiana dos citadinos.

Nesse sentido, como redefinição do recorte empírico optamos por suprimir a cidade de São José do Rio Preto, e privilegiar a realização de mais trabalhos de campo em Presidente Prudente e Ribeirão Preto, de modo a que pudéssemos ter duas realidades urbanas, representativas de um maior número de diferenças, do que propriamente, de semelhanças, em termos de tamanho demográfico, localização no Estado de São Paulo, morfologias urbanas etc.

Com base nesta mudança de recorte empírico, entre 2013 e 2014, realizamos oito novas entrevistas com citadinos em Presidente Prudente. Neste mesmo período, realizamos apenas três entrevistas em Ribeirão Preto.

Os trabalhos de campo iniciais nesta última cidade média estiveram focados no reconhecimento de áreas, em potencial, a serem estudadas, tanto do ponto de vista dos três *habitat* urbanos (espaços autossegregados, espaços segregados e espaços integrados) a serem contemplados pela pesquisa, quanto de áreas com concentração de atividades comerciais e de serviços, localizadas nas proximidades desses *habitat* urbanos.

Entre janeiro e maio de 2015, realizamos um novo bloco de quatorze entrevistas com citadinos em Presidente Prudente, de modo a compor um quadro com um total de 29 entrevistas para esta cidade média, conforme pode ser verificado no Quadro 3 e no Mapa 38 (e que correspondem, fielmente, às informações disponíveis no Quadro 2 e Mapa 19):

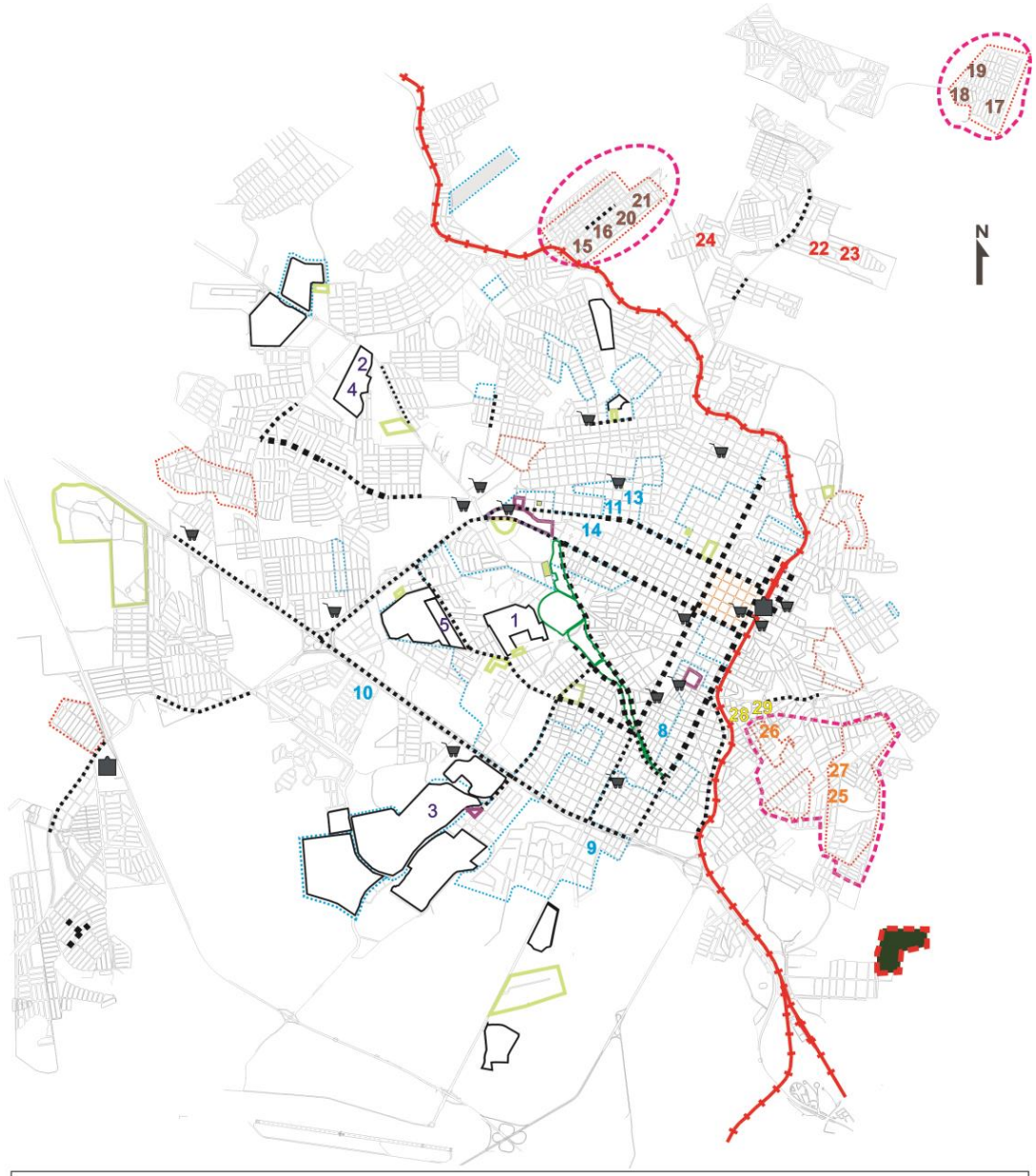
Quadro 3. Presidente Prudente: Perfil dos entrevistados

	Habitat / Setor	Nome*, Gênero e Idade	Profissão	Situação Civil	Posição família	Renda aprox.	Nível Escolar	Local de Residência
1	EA / S	Amanda/F/55	Corr. seguros	Casada	Mãe	17.500,00	ESC	Jd. João Paulo II
2	EA / O	Anderson/M/36	Cons. tribut.	Casado	Pai	10.000,00	PG	Cond. Porto Seguro
3	EA / S	Benjamin/M/52	Eng. civil	Casado	Pai	8.000,00	PG	Pq. Res. Damha I
4	EA / O	Bianca/F/43 Bento/M/43	Empresários	Casados	Pais	8.000,00	EMC	Cond. Porto Seguro
5	EA / S	Carla/F/53	Dentista	Casada	Mãe	5.000,00	ESC	Cond. Jd. Morumbi

6	EI / S	Camila/F/66	P. univ. apos	Casada	Mãe	18.000,00	PG	Jd. João Paulo II (Ap.)
7	EI / S	Diego/M/58	Gerente apos.	Casado	Pai	9.000,00	PG	Jd. Petrópolis
8	EI / S	Débora/F/43	Professora	Viúva	Mãe	8.000,00	PG	Vila Cristina
9	EI / S	Eliana/F/61	P. univ. apos.	Casada	Mãe	7.500,00	ESC	Parque Higienópolis
10	EI / S	Emília/F/24	Téc. Adm.	Casada	Mulher	3.500,00	ESC	Residencial Florenza
11	EI / PC	Fabrício/M/46	Prof. univ.	Casado	Pai	9.000,00	PG	Jd. Paulista
12	EI / PC	Fabíola/F/23	Est. pós-grad.	Solteira	República	1.300,00	ESC	Jd. Santa Helena
13	EI / PC	Gilson/M/32	Assist. adm.	Solteiro	Filho	1.100,00	ESC	Jd. Paulista
14	EI / PC	Graziela/F/25	Fisioterapeuta	Solteira	República	650,00	PG	Jd. Santa Helena
15	ES / N	Helen/F/31	Téc. Adm.	Casada	Mãe	1.100,00	EMC	Jd. Humberto Salvador
16	ES / N	Izadora/F/63	Dona de casa	Viúva	Mãe	1.600,00	EFI	Jd. Humberto Salvador
17	ES / N	Isabela/F/34 Iago/M/34	Dona de casa Gesseiro	Casados	Pais	2.000,00	EMC/FC	Francisco B. Galindo
18	ES / N	Jussara/F/58	Doméstica	Casada	Mãe	2.200,00	EMC	Jd. Morada do Sol
19	ES / N	Juliano/M/58	Motorista	Casado	Pai	2.500,00	EFI	Jd. Morada do Sol
20	ES / N	Letícia/F/21 Luana/F/40	Manicure Dona de casa	Amasiada	Filha Mãe	2.500,00	EMC(F)	Jd. Humberto Salvador
21	ES / N	Márcio/M/42	Téc. Inform.	Casado	Pai	3.000,00	EMC	Jd. Humberto Salvador
22	EI / N	Mônica/42	Dona de casa	Casada	Mãe	1.200,00	EFC	Parque Alexandrina
23	EI / N	Natan/M/62 Neusa/F/53	Eletricista Dona de casa	Casados	Pais	3.700,00	EFC/FI	Parque Alexandrina
24	EI / N	Otília/F/50	Confeiteira	Casada	Mãe	5.000,00	EMC	Jd. Watal Ishibashi
25	ES / L	Olívia/F/29	Téc. Adm.	Solteira	Filha	1.100,00	ESC	Jd. Santa Mônica
26	ES / L	Paloma/F/44	Vendedora	Separada	Mãe	1.200,00	EFC	Vila Líder
27	ES / L	Pedro/M/40	Func. Público	Casado	Pai	4.000,00	EMC	Jd. São Bento
28	EI / L	Roberta/F/59	Aposentada	Casada	Mãe	2.000,00	EMI	Vila Brasil
29	EI / L	Sérgio/M/54 Tainá/F/42	Engenheiro civil Aux. enfermagem	Casados	Casal	7.200,00	ESC	Vila Brasil

(*) Tendo em vista salvaguardar a identificação dos entrevistados, os nomes divulgados neste quadro são fictícios.
EFI: Ensino fundamental incompleto; EFC: Ensino fundamental completo; EMI: Ensino médio incompleto; EMC: Ensino médio completo; ESC: Ensino superior completo; PG: Pós-graduação.
(EA) Espaços autossegregados; (ES) Espaços segregados; (EI) Espaços integrados.
(PC) Próximo ao Centro.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013 - 2015.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Mapa 38. Presidente Prudente
Localização aproximada das habitações dos entrevistados, 2015



Legenda

Dinâmicas de diferenciação e segregação socioespacial

- Espaços autossegregados
- Manchas de inclusão social
- Manchas de alta exclusão social
- Espaços segregados ou áreas sujeitas à segregação imposta

Distribuição dos principais equipamentos urbanos

- Centro
- Shopping Center
- Parque do Povo
- Aterro sanitário
- Estab. de ensino privado
- Centro popular de compras
- Supermercado
- Via férrea
- Eixos com elevada concentração de comércios e serviços
- Eixos de comércios e serviços com concentração intermediária

(*) Números em cores distintas representam o local de moradia dos entrevistados.

0 0,5 1 Km

Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: SMPDU, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP CAPES

Neste mesmo período – janeiro a maio de 2015 – também realizamos quatro trabalhos de campo em Ribeirão Preto, assim distribuídos: 10 a 27 de janeiro de 2015; 13 de fevereiro a 01 de março de 2015; 03 a 24 de março de 2015 e, por fim 05 de abril a 03 de maio de 2015. A realização destes trabalhos de campo superou, em grande medida, o baixo número de entrevistas até então obtidas e, nesse sentido, tornou-se possível realizar 63 novas entrevistas.

De posse das 66 entrevistas contemplamos de modo satisfatório, todas as áreas previamente selecionadas desta cidade. Os perfis dos entrevistados e os locais aproximados de suas moradias podem ser verificados a partir do Quadro 4 e do Mapa 39 (e que correspondem, exatamente, às informações disponíveis no Quadro 1 e Mapa 18).

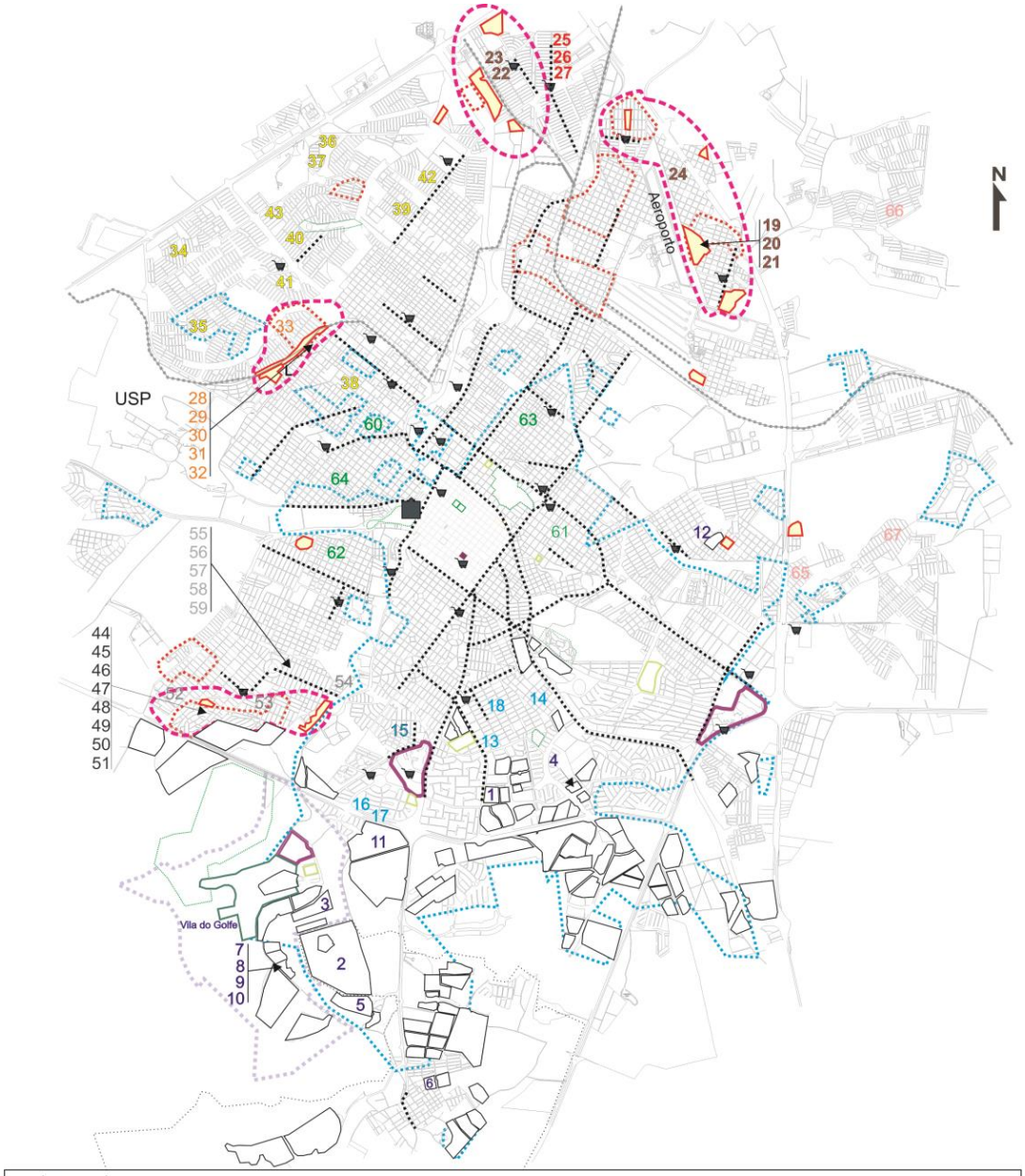
Quadro 4. Ribeirão Preto: Perfil dos entrevistados

	Habitat / Setor	Nome*, Gênero e Idade	Profissão	Situação civil	Posição família	Renda aprox.	Nível Escolar	Local de Residência
1	EA / S	Alexandre/M/65	Industrial	Casado	Pai	50.000,00	EMC	Morro do Ipê
2	EA / S	Álvaro/M/47	Médico	Casado	Pai	15.000,00	ESC	Cond. Royal Park
3	EA / S	Armando/M/74	Adv. aposentado	Casado	Pai	15.000,00	ESC	Resid. Quinta do Golfe
4	EA / S	Bernardo/M/37	Eng. agrônomo	Casado	Pai	10.000,00	ESC	Cond. Jardim Botânico
5	EA / S	Breno/M/35	Anal. de sistemas	Casado	Pai	10.000,00	PG	C. Bosque das Colinas
6	EA / S	Bruno/M/61	Repres. comercial	Casado	Pai	10.000,00	ESC	Cond. Topázio
7	EA / S	Carlos/M/33	Biólogo	Solteiro	Só	6.000,00	PG	Cond. Recantos do Sul
8	EA / S	Célio/M/37	Exec. de vendas	Casado	Pai	5.000,00	PG	Cond. Recantos do Sul
9	EA / S	Cristiana/F/32	Professora	Casada	Mãe	5.000,00	ESC	Cond. Recantos do Sul
10	EA / S	Donizete/M/39	Comerciante	Casado	Pai	5.000,00	EMC	Cond. Recantos do Sul
11	EA / S	Denise/F/52	Dona de casa	Casada	Mãe	5.000,00	EMC	Cond. Nova Aliança Sul
12	EA / L	Douglas/M/49	Eng. Agrônomo	Casado	Pai	9.000,00	ESC	C. Cidade da Criança
13	EI / S	Ênio/M/21	Dir. de empresa	Solteiro	Filho	55.000,00	ESI	Av. João Fiusa (Apart.)
14	EI / S	Elisa/F/33	Médica	Solteira	Só	25.000,00	ESC	B. Santa Cruz (Apart.)
15	EI / S	Emerson/M/32	Comerciante	Casado	Pai	8.000,00	EMC	Jd. Califórnia (Apart.)
16	EI / S	Fábio/M/37	Ger. comercial	Solteiro	Filho	6.000,00	PG	Jd. N. Aliança (Apart.)
17	EI / S	Fernando/M/42	Comerciante	Casado	Pai	6.000,00	EMC	Jd. N. Aliança (Apart.)
18	EI / S	Francisco/M/52	Motorista	Solteiro	Só	2.500,00	ESI	Jd. Irajá
19	ES / N	Gabriela/F/24	Dona de casa	Amasiada	Mãe	1.200,00	EFI	Favela Jd. Aeroporto
20	ES / N	Gilda/F/36	Manicure	U. Estável	Mãe	1.600,00	EMC	Favela Jd. Aeroporto
21	ES / N	Helena/F/34	Gari e comerc.	Amasiada	Mãe	2.000,00	EFI	Favela Jd. Aeroporto
22	ES / N	Heloísa/F/27	Op. de caixa	Amasiada	Mãe	2.500,00	EMC	C. H. Adelino Simioni
23	ES / N	Hebe/F/37	Fiscal de caixa	Casada	Mãe	6.000,00	EFC	C. H. Adelino Simioni
24	ES / N	Iara/F/25	Operadora caixa	Solteira	Filha	4.500,00	EMC	C. H. Salgado Filho I
25	EI / N	Ivanildo/M/37	Pintor	Casado	Pai	2.000,00	EMC	C. H. Quintino Face II
26	EI / N	Isidoro/M/40	Vendedor	Casado	Pai	3.000,00	EMC	C. H. Quintino Face II
27	EI / N	Joel/M/34	Empresário	Casado	Pai	10.000,00	ESC	C. H. Quintino Face II

28	ES / NO	Juliana/F/77	Aposentada	Solteira	Mãe	1.000,00	S.E.	Alto do Ipiranga
29	ES / NO	Janaína/F/50	Dona de casa	Solteira	Mãe	1.100,00	EFI	Alto do Ipiranga
30	ES / NO	Kátia/F/63	Faxineira	Casada	Mãe	1.200,00	EFI	Alto do Ipiranga
31	ES / NO	Karen/F/23	Assist. financeiro	Solteira	Filha	2.000,00	ESI	Alto do Ipiranga
32	ES / NO	Lauro/M/26	Comerciante	Casado	Pai	2.500,00	EFI	Alto do Ipiranga
33	ES / NO	Larissa/F/63	Dona de casa	Casada	Mãe	2.000,00	EMI	Jd. Emir Garcia
34	EI / NO	Gilmara/F/24	Estudante Direito	Solteira	Filha	900,00	ESI	Jd. Eugênio Lopes
35	EI / NO	Letícia/F/55	Gari	Divorciada	Mãe	1.200,00	EFI	Jd. Dr. Paulo Gomes
36	EI / NO	Keila/F/35	Faxineira	Casada	Mãe	1.500,00	EFI	Jd. Orestes L. Camargo
37	EI / NO	Marcos/M/39	Montador	Casado	Pai	2.500,00	EMC	Jd. Orestes L. Camargo
38	EI / NO	Marcela/F/37	Autônoma	Solteira	Só	2.500,00	EFI	Ipiranga
39	EI / NO	Marília/F/19	Vendedora	Solteira	Filha	3.000,00	EMC	Jd. Presidente Dutra II
40	EI / NO	Nilo/M/52	Mototaxista	Casado	Pai	3.500,00	EMC	C. H. Joaquim Procópio
41	EI / NO	Nilson/M/47	Vendedor	Separado	Pai	4.500,00	EMC	Planalto Verde
42	EI / NO	Norberto/M/26	Vendedor	Solteiro	Filho	5.000,00	EMC	Geraldo C. de Carvalho
43	EI / NO	Osvaldo/M/39	Vendedor	Casado	Pai	5.000,00	EMC	Parque das Figueiras
44	ES / SO	Olga/F/52	Ajud. de cozinha	Casada	Mãe	700,00	EFI	Jd. Progresso
45	ES / SO	Orlando/M/35	Ajud. de pedreiro	Separado	Pai	1.000,00	EMI	Jd. Progresso
46	ES / SO	Paula/F/30	Serviços gerais	Casada	Esposa	1.100,00	EFC	Jd. Progresso
47	ES / SO	Pâmela/F/55	Comerciante	Casada	Mãe	1.500,00	EMC	Jd. Progresso
48	ES / SO	Patrícia/F/42	Comerciante	Casada	Mãe	2.000,00	EFC	Jd. Progresso
49	ES / SO	Quésia/F/27	Aux. de cozinha	Solteira	Filha	2.000,00	EFC	Jd. Progresso
50	ES / SO	Queila/F/18	Comerciante	Amasiada	Mãe	4.000,00	EMC	Jd. Progresso
51	ES / SO	Rafaela/F/18	Vendedora	Amasiada	Mãe	2.600,00	EMI	Jd. Maria da Graça
52	ES / SO	Renata/F/28	Comerciante	Casada	Mãe	4.000,00	ESC	Jd. Marchesi
53	ES / SO	Rodrigo/M/26	Op. Máq. / Atend.	Amasiados	Pais	2.100,00	EMC	Vila Guiomar
54	EI / SO	Sabrina/F/23	Promotora	Solteira	Filha	2.000,00	EMC	Parque Ribeirão Preto
55	EI / SO	Selma/F/36	Gari	Amasiada	Mãe	1.900,00	EFI	Parque Ribeirão Preto
56	EI / SO	Solange/F/48	Faxineira	Solteira	Mãe	1.500,00	EFI	Parque Ribeirão Preto
57	EI / SO	Tânia/F/54	Serviços gerais	Separada	Mãe	748,00	EMC	Parque Ribeirão Preto
58	EI / SO	Taís/F/29	Prom. de vendas	Solteira	Só	700,00	EMC	Parque Ribeirão Preto
59	EI / PC	Tiago/M/46	Médico	Solteiro	Filho	20.000,00	ESC	Sumarezinho
60	EI / PC	Úrsula/F/38	Gerente comercial	Divorciada	Filha	10.000,00	PG	Jd. Paulista (Apart.)
61	EI / PC	Ubiratan/M/43	Vendedor	Casado	Pai	7.000,00	EMC	Vila Virgínia
62	EI / PC	Valdir/M/19	Vendedor	Solteiro	Filho	4.000,00	ESI	Campos Eliseos
63	EI / PC	Vicente/M/49	Mototaxista	Casado	Pai	1.800,00	EFI	Vila Tibério
64	EI / L	Valquíria/F/64	Gari	Divorciada	Só	1.200,00	EFI	Vila Abranches
65	EI / L	Valério/M/29	Aux. Produção	Amasiado	Pai	1.560,00	ESC	Ribeirão Verde
66	EI / L	Vilmar/M/39	Motorista	Divorciado	Pai	1.700,00	EFC	Parque São Sebastião

(*) Tendo em vista salvaguardar a identificação dos entrevistados, os nomes apresentados são fictícios.
EFI: Ensino fundamental incompleto; EFC: Ensino fundamental completo; EMI: Ensino médio incompleto; EMC: Ensino médio completo; ESC: Ensino superior completo; PG: Pós-graduação; S.E.: Sem escolarização.
(EA) Espaços autossegregados; (ES) Espaços segregados; (EI) Espaços integrados.
(PC) Próximo ao Centro.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013 - 2015.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Mapa 39. Ribeirão Preto
Localização aproximada das habitações dos entrevistados, 2015



Projeto Cartográfico: Clayton Dal Pozzo, 2015.
Base Cartográfica: PMRP, 2013.

Fonte dos dados: Pesquisa de campo, 2012-2015
IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, CNEFE, 2010

Apoio: FAPESP CAPES

Levando-se em consideração que a realização de entrevistas em Ribeirão Preto concentraram-se, preponderantemente, em quatro períodos principais, os trabalhos de campo nesta cidade tornaram-se mais dinâmicos do que aqueles realizados em Presidente Prudente, pois, pelo fato de morarmos nesta última cidade, o interregno de tempo entre a realização de uma entrevista e outra, foi consideravelmente maior.

Esse maior dinamismo nos trabalhos de campo de Ribeirão Preto refletiu-se, por exemplo, num maior aproveitamento das indicações de novos contatos, fornecidas pelos nossos entrevistados, para a realização de novas entrevistas e que, em geral, foram realizadas no mesmo dia ou no dia seguinte, mediante prévio agendamento com os novos citadinos a serem entrevistados.

Ao realizarmos o primeiro contato via telefone e, objetivando contornar eventuais impossibilidades, resistência ou, ainda, receio na concessão de entrevistas por parte dos citadinos, sempre propusemos a eles, que realizassem as escolhas do local e horário, do modo que lhes fossem mais conveniente ou confortável e, nesse sentido, tais entrevistas foram realizadas tanto no local de trabalho, quanto no local de moradia dos entrevistados.

Além disso, em Ribeirão Preto, também houve algumas situações em que o único modo de se garantir a realização da entrevista foi por meio de telefone móvel celular. Armando (74 anos, advogado aposentado, Residencial Quinta do Golfe), por exemplo, no dia em que foi realizado o primeiro contato, mostrou-se pouco favorável a conceder a entrevista em sua habitação ou em qualquer outro local, com a justificativa de não haver tempo disponível. Por outro lado, não fez objeção em concedê-la via telefone, à qual foi normalmente efetuada na tarde do dia seguinte.

Os primeiros contatos para a realização de entrevistas em Presidente Prudente ocorreram num estabelecimento de ensino técnico privado, no qual, já havíamos estabelecido uma pequena rede de relacionamentos com alguns funcionários.

A partir de conversas com alguns deles e contando com o fundamental apoio de Elizandra Rissioli (na época, uma das funcionárias desse estabelecimento de ensino) foi possível estabelecer contato com outros funcionários que moravam em locais a serem contemplados pela pesquisa. Ao final das atividades junto a esse estabelecimento de ensino privado, foi possível realizar um novo bloco de oito entrevistas.

O último e maior bloco de entrevistas (14 no total) em Presidente Prudente foi realizado ao longo do primeiro semestre de 2015, conforme já mencionamos. Para tanto, foi fundamental o apoio recebido de Roseli Lima que, por atuar como Agente de Pré e Pós-

venda em grandes estabelecimentos comerciais, detém uma grande rede de relacionamentos que se distribuem pelos diversos setores do espaço urbano prudentino.

Assim, após um primeiro contato, realizado por intermédio dela, não houve maiores dificuldades em agendar e realizar as entrevistas e obter indicações para a realização de outras, inclusive, com vizinhos de alguns de nossos entrevistados.

Em Presidente Prudente, de um modo geral, houve mais oportunidades de se realizar entrevistas no local de moradia do que no local de trabalho do entrevistado. Isto, em grande medida, favoreceu o recolhimento de mais elementos do ponto de vista das características do entorno da residência (no que tange às condições socioeconômicas e infraestruturais e a presença (ou não) de estabelecimentos comerciais e de serviços), tanto quanto do padrão construtivo da habitação.

Já em Ribeirão Preto, as três primeiras entrevistas realizadas foram provenientes dos contatos iniciais realizados no ambiente de trabalho por Cléia Dal Pozzo. Após um intervalo de tempo, as entrevistas foram retomadas e, nesta etapa, foi fundamental o apoio recebido de Michelle Dal Pozzo para estabelecer novos contatos.

Seu apoio foi importante na medida em que ela é secretária de uma empresa que atua no ramo da produção de móveis planejados e que possui diversos fornecedores e clientes localizados em Ribeirão preto.

Com base nos contatos iniciais realizados por Michelle Dal Pozzo, realizamos visitas junto a um conjunto de empresas, todas elas localizadas no setor norte de Ribeirão Preto. Após explicitarmos os objetivos de nossa pesquisa ao gerente ou proprietário, o procedimento padrão foi sempre solicitar, ao gerente ou ao proprietário, a indicação de funcionários que morassem nos locais a serem contemplados pela pesquisa.

Conforme a disponibilidade desses funcionários (em geral, vendedores) e, sobretudo, ao longo dos horários de almoço, diversas entrevistas foram realizadas, mas, sempre contando com uma primeira intermediação realizada pelo gerente ou proprietário. Em diversas oportunidades, estes também foram entrevistados o que, em grande medida, contribuiu para contemplar diversos perfis socioeconômicos.

Além disso, o contato estabelecido com esses gerentes e proprietários também nos rendeu uma série de indicações, sobretudo, em relação aos moradores de espaços autossegregados do setor sul de Ribeirão Preto.

Seguindo essa mesma estratégia, também conseguimos autorização para realização de entrevistas junto a um estabelecimento comercial de grande porte no ramo de vestuário localizado no Centro de Ribeirão Preto.

De modo mais ou menos semelhante, ficamos à disposição da gerente por dois dias durante o horário comercial e, conforme foi havendo disponibilidade das funcionárias (vendedoras e operadoras de caixa), uma série de entrevistas também puderam ser realizadas de modo a contemplar os locais a serem estudados.

Ao permanecer por mais tempo no Centro, aventamos a possibilidade de abordar e realizar entrevistas com alguns mototaxistas e garis, durante o horário de almoço deles. Ao final dos trabalhos de campo no Centro, realizamos entrevistas com dois mototaxistas e três garis que contribuíram para contemplar os locais selecionados para a pesquisa.

A partir de um primeiro contato estabelecido por Michelle Dal Pozzo e Alécio Dal Pozzo Filho, também foi possível realizar entrevistas com alguns médicos, moradores de espaços integrados e espaços autossegregados de Ribeirão Preto, e com uma dona de casa que estabeleceu moradia em uma área de favelização, também em Ribeirão Preto.

A primeira entrevista realizada em uma área de favelização no setor sudoeste de Ribeirão Preto foi importante na medida em que possibilitou a realização de mais três entrevistas em outra favela do setor norte.

Tais oportunidades, em grande medida, favoreceram apreender um pouco mais das dinâmicas que se desenvolvem diariamente nesse tipo de *habitat* urbano como, por exemplo, o comércio de utensílios domésticos com marcação em caderneta, mulheres que movimentam um pequeno comércio informal de bebidas e sorvetes, que funciona como complementação de renda familiar.

Além disso, chama a atenção um pequeno, mas, constante movimento de homens (por vezes, sendo auxiliados por crianças) no processo de remanejamento e construção de novas habitações, sobretudo, a partir de sobras de madeira e compensados.

A partir desses diversos trabalhos de campo, foi possível realizar um número expressivo de entrevistas, mas, não o suficiente para cobrir, de modo satisfatório, todas as áreas selecionadas para a pesquisa, em especial, os espaços segregados do setor noroeste e sudoeste de Ribeirão Preto.

Com base nisto, a estratégia adotada foi a de percorrer essas áreas a pé e abordar moradores que demonstrassem receptividade e disponibilidade para a concessão de entrevistas, tendo em vista, que nenhum contato prévio havia sido realizado.

Além disso, para esta etapa de realização do trabalho, contamos com o fundamental apoio e companhia de Alécio Dal Pozzo Filho e que, em grande medida, contribuiu para que a abordagem e a realização de entrevistas tornassem-se mais dinâmicas.

A partir de contatos prévios com gerentes e proprietários de estabelecimentos comerciais e pequenas fábricas, e por meio de abordagem direta com citadinos, tanto no Centro, quanto em espaços segregados, tornou-se possível contemplar o quadro final de entrevistas realizadas com moradores de Ribeirão Preto.

Diferentemente do que ocorreu em Presidente Prudente, foram diversas as ocasiões em que fomos abordados por jovens atuando, tanto na comercialização de substâncias psicoativas ilícitas, quanto no monitoramento dos fluxos de pessoas e veículos considerados suspeitos, em Ribeirão Preto.

Isso não quer dizer que não há concentração de crianças e jovens exercendo essas funções em Presidente Prudente, no entanto, essas concentrações tornam-se expressivamente mais explícitas em Ribeirão Preto do que em Presidente Prudente.

Em menor número, mas, em pontos estratégicos de acesso aos espaços segregados, também há concentração de jovens que, dispondo de telefones celulares, têm a função de monitorar o fluxo de veículos e pedestres.

Por outro lado, junto aos espaços autossegregados e espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo selecionados, é que os mecanismos de controle social aparecem de modo mais explícito.

Nesses respectivos *habitats* urbanos há uma ostensiva presença de serviços de vigilância privada que se traduzem, sobretudo, por vigias que realizam rondas por motocicletas, em turnos ininterruptos de revezamento.

No caso dos espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, também há as cabines de monitoramento, por vezes, instaladas em locais públicos, e com funcionários que coordenam o trabalho de vigilância, realizado pelos vigias motociclistas, por meio de rádios comunicadores.

O Parque Higienópolis e a Chácara do Macuco de Presidente Prudente, embora se caracterizem como espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, também guardam outras semelhanças com os espaços autossegregados. Além da configuração e padrão construtivo das habitações, as semelhanças também envolvem um número reduzido de pontos de acesso ao loteamento (ainda que não haja uma fiscalização direta dos fluxos, como aquela realizada junto à portaria dos espaços autossegregados). Igualmente concorre para que isso ocorra, a expressiva presença de ruas sem saída, de modo a ensejar um uso expressivo delas apenas pelos próprios moradores ou, ainda, por prestadores de serviços, de um modo geral.



Fotografia 37 (08/2012) Presidente Prudente: Padrão construtivo das habitações do Parque Higienópolis.

De modo intencional, portanto, o uso das vias públicas existentes nesses respectivos espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo pelos demais citadinos, somando-se às ações ostensivas de vigilância, torna-se explicitamente desestimulado.

Contudo, são nos espaços autossegregados onde a presença dos mecanismos de controle social tem sido mais explícita, tendo em vista: - fechamento perimetral por muros altos e cercas eletrificadas; - controle e monitoramento dos fluxos de veículos a partir da portaria; - existência de regras de convivência entre moradores e não moradores; - presença de câmeras de videovigilância e de vigias motorizados e portadores de rádio comunicadores (esses vigias também são controlados por meio de definições de pontos de ronda, dentro de uma sequência e horários previamente determinados); - existência de normas para a elaboração de projetos e implantação de novas habitações.

Além disso, esses mecanismos de controle social também se estendem de modo a regular a circulação e os dias e horários de início e término de trabalhos de prestadores de serviços no interior dos espaços autossegregados.

Em complemento (e de modo a exacerbar os mecanismos de controle social voltados a uma contínua vigilância sobre os trabalhadores), torna-se fundamental destacar a presença de porta giratória, no Parque Residencial Damha, e catraca eletrônica, no Parque Residencial Damha II, localizadas nos acessos laterais das portarias destes espaços autossegregados de Presidente Prudente, por meio da qual se realizam o controle sobre:

Horários de entradas e saídas das empregadas domésticas previamente cadastradas; O ingresso de pedestres, após posterior autorização, ao interior do espaço autossegregado.



Fotografia 38 (08/2012) Presidente Prudente: Porta giratória para o controle de entrada e saída de empregados do Parque Residencial Damha I.



Fotografia 39 (08/2012) Presidente Prudente: Parque Residencial Damha II. Trabalhadoras realizando a passagem pela catraca eletrônica, após o fim do expediente, na portaria deste espaço autossegregado.

Durante a realização de trabalhos de campo junto aos *habitat*s urbanos de Presidente Prudente, selecionados para pesquisa, deparamo-nos com a mudança de comportamento de vigias que pilotavam motocicletas e que realizavam rondas ao longo das ruas que circundam o Parque Residencial Damha II.

Deste modo, ao perceber que estávamos realizando registros fotográficos, esses respectivos guardas prontificaram-se em monitorar todas as nossas ações enquanto perdurou nossa presença nas proximidades deste espaço autossegregado, ainda que nenhum tipo de abordagem tenha sido realizado por parte desses funcionários contratados.

De um modo geral, chamou nossa atenção a presença de moradores realizando caminhadas apenas na Vila do Golfe, em especial, no período da tarde, ao mesmo tempo em que se torna visível uma maior circulação de automóveis ligados a serviços de segurança privada.

Afora a visível presença de jovens e crianças ligadas à comercialização de substâncias psicoativas ilícitas no espaço segregado envolvendo o Conjunto Habitacional Adelino Simioni, também se torna expressiva a ocupação das vias públicas, sobretudo, nos espaços segregados representados pelo Bairro Alto do Ipiranga e pelo Jardim Progresso.

Além de outros aspectos, tais fatos tende a estar diretamente relacionados com: - a exiguidade de espaço entre as habitações; - e relacionado a um grau mais elevado de desconforto térmico em consequência do precário padrão construtivo das habitações.

II – O Mapa de inclusão e exclusão social como auxílio à caracterização das áreas urbanas em que predominam processos de autossegregação e segregação imposta

O debate acerca do conceito de exclusão social no Brasil iniciou-se a partir da década de 1990 e com grande influência da literatura francesa, a partir da qual analisa as desigualdades socioeconômicas inerentes ao modo capitalista de produção, e seus rebatimentos, no tocante à produção social e apropriação desigual do espaço urbano (VIEIRA et al, 2010).

Como um meio pelo qual se podem conduzir políticas públicas e tomadas de decisão, o conceito de exclusão social pode contribuir para *"descrever, correlacionar e, enfim, identificar limites e alternativas para a superação de parte dos problemas sociais que precarizam, estigmatizam ou eliminam literalmente relações, áreas, pessoas ou grupos sociais"* (VIEIRA et al, 2010, p. 58).

Com origens e filiações teóricas distintas, o conceito de exclusão social difere do conceito de segregação socioespacial, pois, enquanto o segundo permite relacionar, mais detidamente, uma única parcela da cidade com o seu conjunto, o primeiro permite comparar, do ponto de vista da distribuição das condições socioeconômicas, cada parcela com todas as demais parcelas que compõem a cidade (SPOSITO, 2013, p. 63).

De um modo geral e, para além de pontuais intervencionismos públicos, a visibilidade com que se tem retratado as áreas de exclusão social tem contribuído para suscitar representações subjetivas de insegurança (e a produção de estigmatizações sociais [SPOSATI, 1999, p. 133]) por parte dos segmentos que se distanciam, cada vez mais, desses espaços. Tal aspecto também tem contribuído para gerar demandas por mais mecanismos de controle social (DAL POZZO e FURINI, 2010).

Com base nessas linhas gerais, que tocam na profusão dos debates e das produções científicas acerca do conceito de exclusão social, a apropriação de uma de suas metodologias voltadas à representação cartográfica, nesta tese, soma-se ao processo de identificação e caracterização das áreas de concentração de espaços autossegregados e de áreas mais representativas dos processos de segregação imposta.

Nesse sentido, a partir do tratamento dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, do IBGE, associado à metodologia do Mapa da Inclusão, Exclusão Social, desenvolvido pelo Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP) tornou-se possível representar a espacialização de alguns indicadores sociais previamente selecionados (Mapas 40 a 51) e produzir mapas-síntese (Mapas 52 e 53) dos

níveis de inclusão e exclusão social de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, base empírica sobre a qual se desenvolveu esta tese.

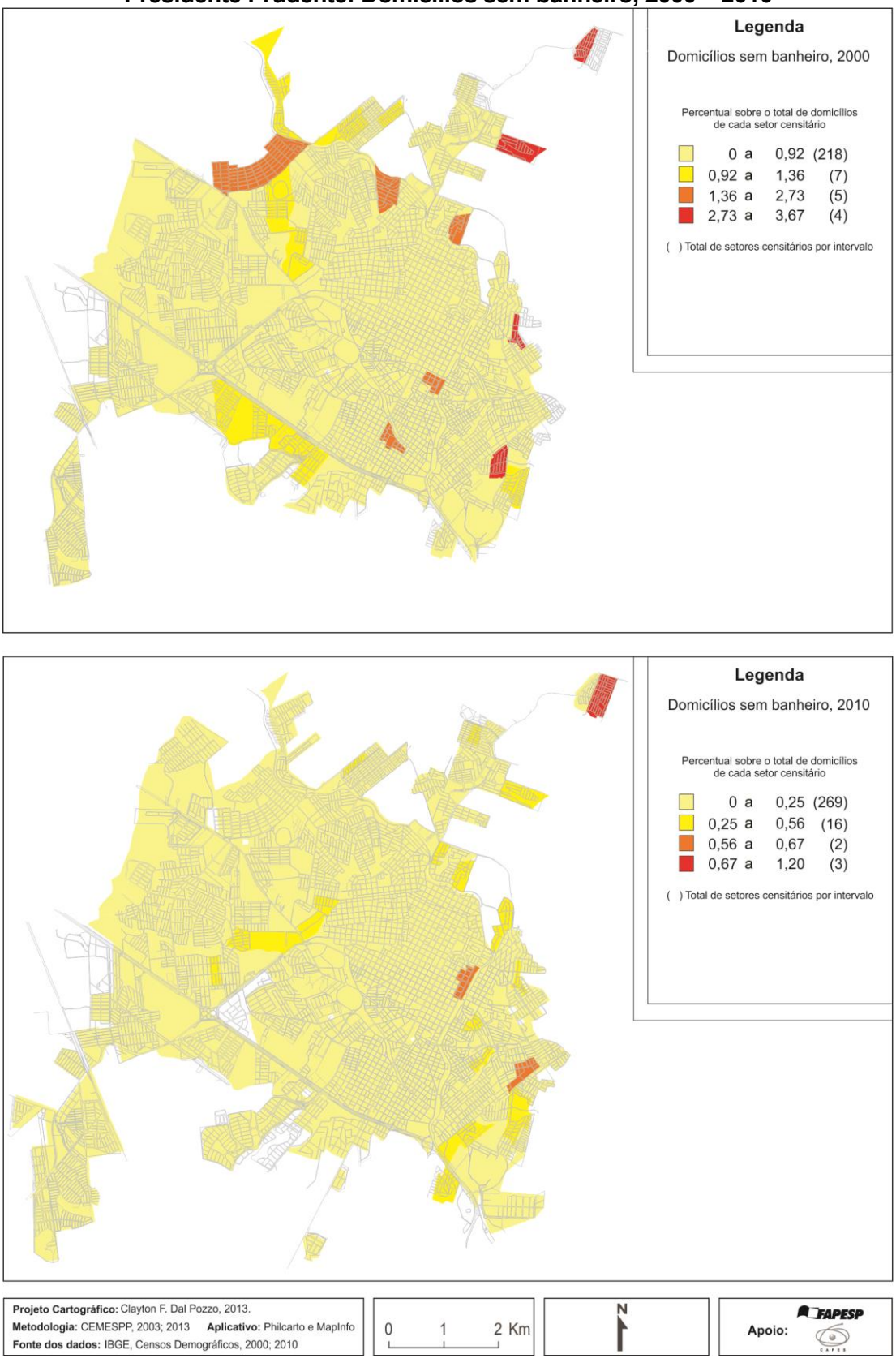
A seleção dos indicadores levou em consideração a representatividade deles objetivando-se evidenciar algumas condições socioeconômicas dos setores censitários. Tais indicadores são respectivamente: domicílios sem banheiro (Mapas 40 e 41); domicílios com quatro banheiros ou mais (Mapas 42 e 43); responsáveis por domicílios com rendimento até dois salários mínimos (Mapas 44 e 45); responsáveis por domicílio sem rendimento (Mapas 46 e 47); responsáveis por domicílio com rendimento superior a vinte salários mínimos (Mapas 48 e 49); analfabetos de dez a quatorze anos (Mapas 50 e 51).

Em relação aos Mapas-síntese (Mapas 52 e 53), estes foram produzidos com base nas somas das notas[50] de cada um dos setores censitários, atribuídas aos seis indicadores anteriormente citados, incluso mais quatro: domicílios ligados à rede de esgoto; habitantes por domicílio; responsáveis por domicílios de dez a dezenove anos; e, por fim; responsáveis por domicílio com baixa escolaridade (até quatro anos de estudo).

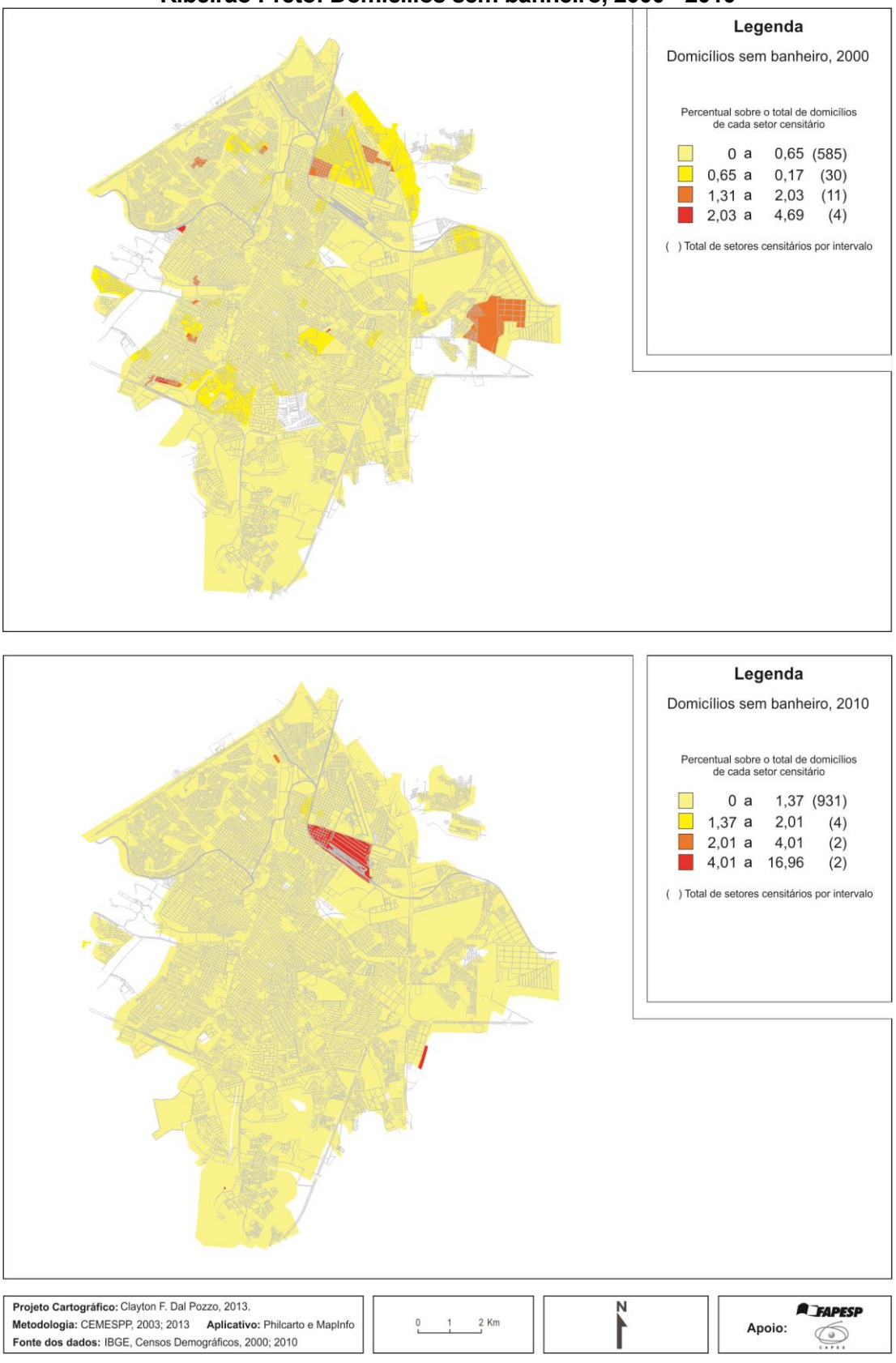
Nas análises que se seguem, é preciso considerar que a comparação entre 2000 e 2010 e entre as cidades não pode ser efetuada de modo absoluto, visto que as representações cartográficas baseadas na definição de classes por quartis tomam, como consideração, o menor e o maior percentual de ocorrência do fenômeno representado na cidade como intervalo para a distribuição dos valores em quatro classes. Assim, a diminuição ou ampliação do intervalo reduz ou aumenta o intervalo de cada classe e impossibilita uma comparação se não se relativizar este aspecto.

[50] Contemplando quatro intervalos, as notas variaram de 1 a 4 com o objetivo de representar os diferentes níveis de inclusão e exclusão social, quais sejam: Nota 1 – Inclusão; Nota 2 – Baixa exclusão; Nota 3 – Média exclusão; Nota 4 – Alta exclusão.

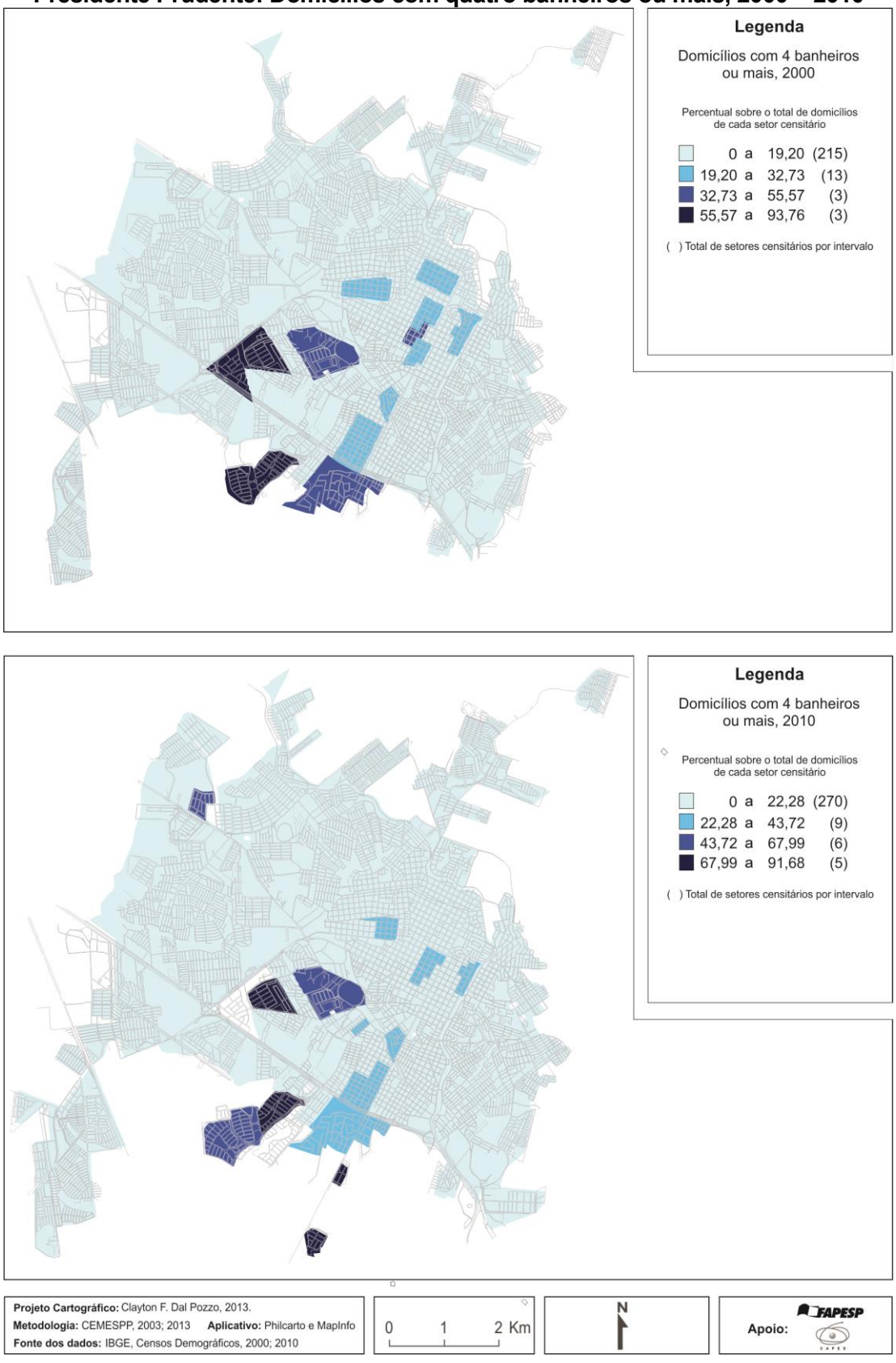
Mapa 40
Presidente Prudente: Domicílios sem banheiro, 2000 – 2010



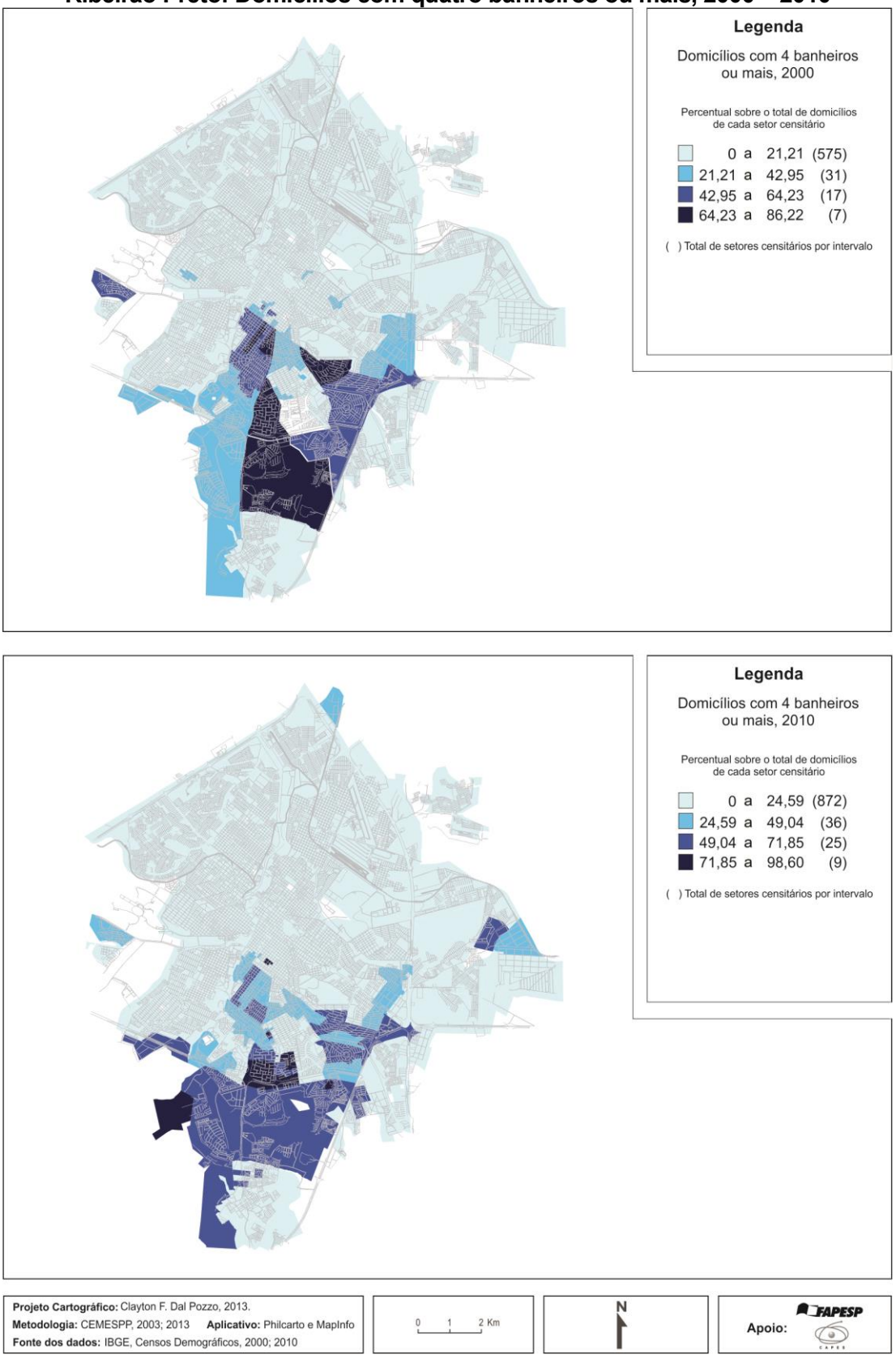
Mapa 41
Ribeirão Preto: Domicílios sem banheiro, 2000 - 2010



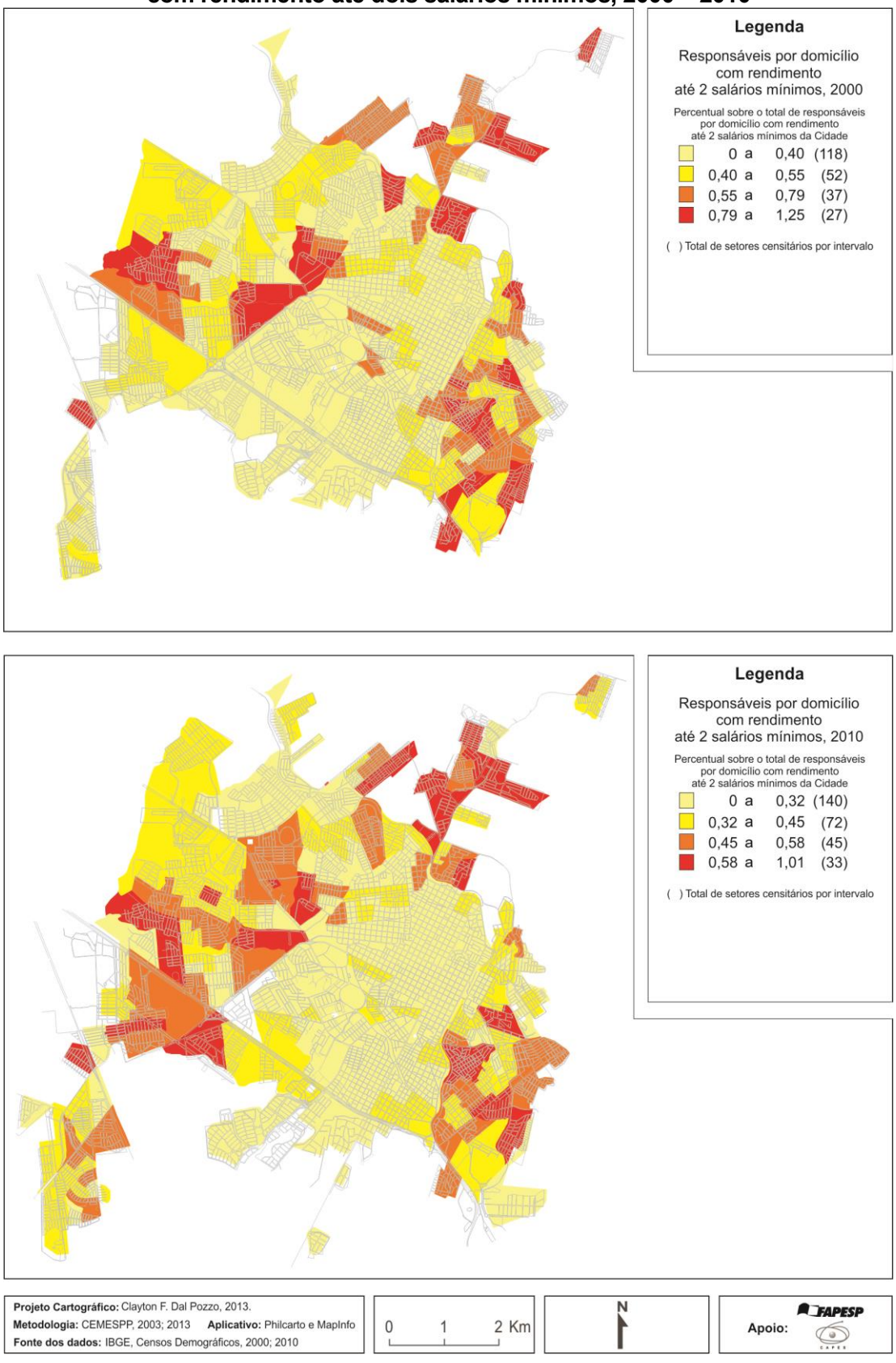
Mapa 42
Presidente Prudente: Domicílios com quatro banheiros ou mais, 2000 – 2010



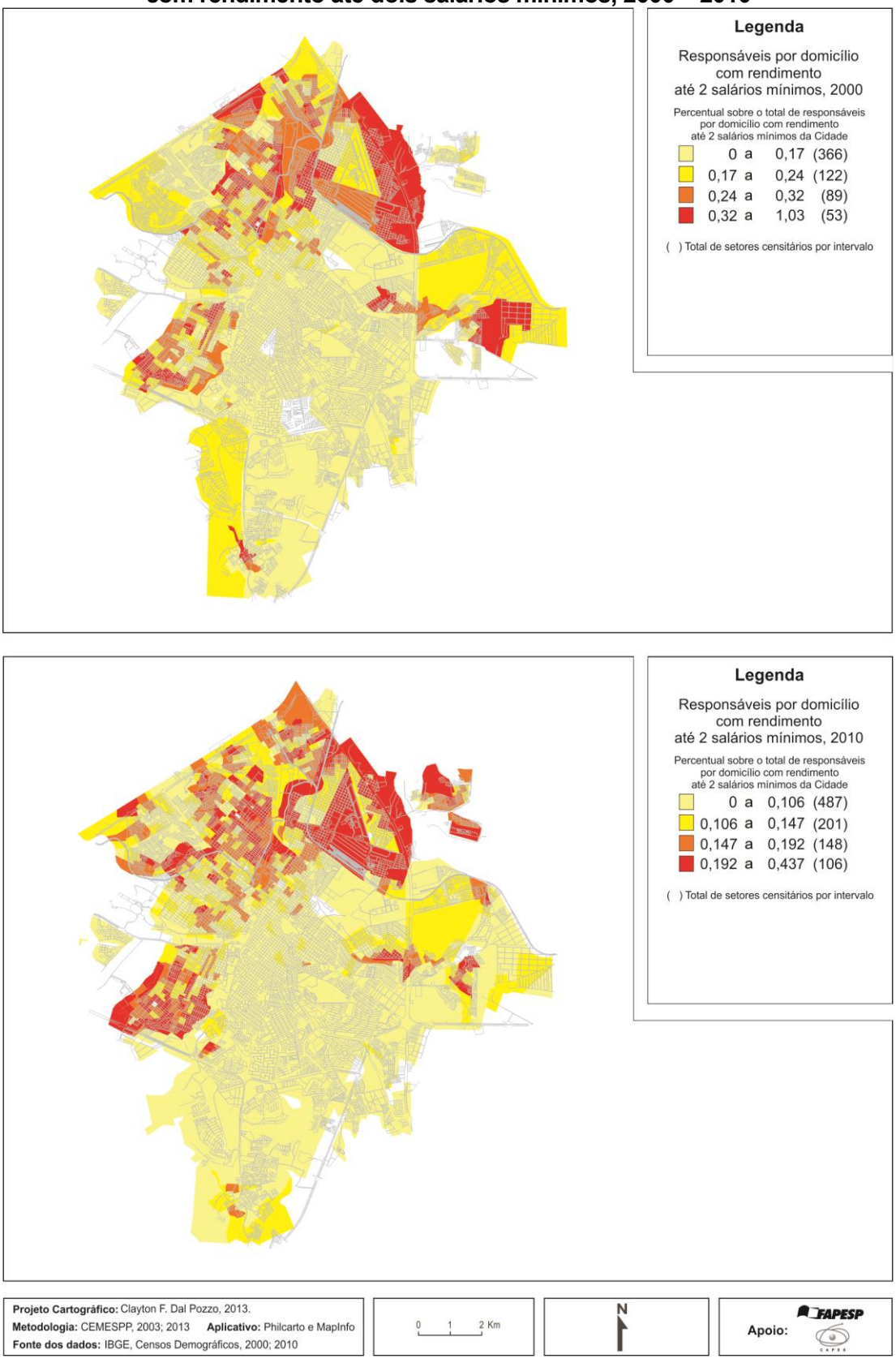
Mapa 43
Ribeirão Preto: Domicílios com quatro banheiros ou mais, 2000 – 2010



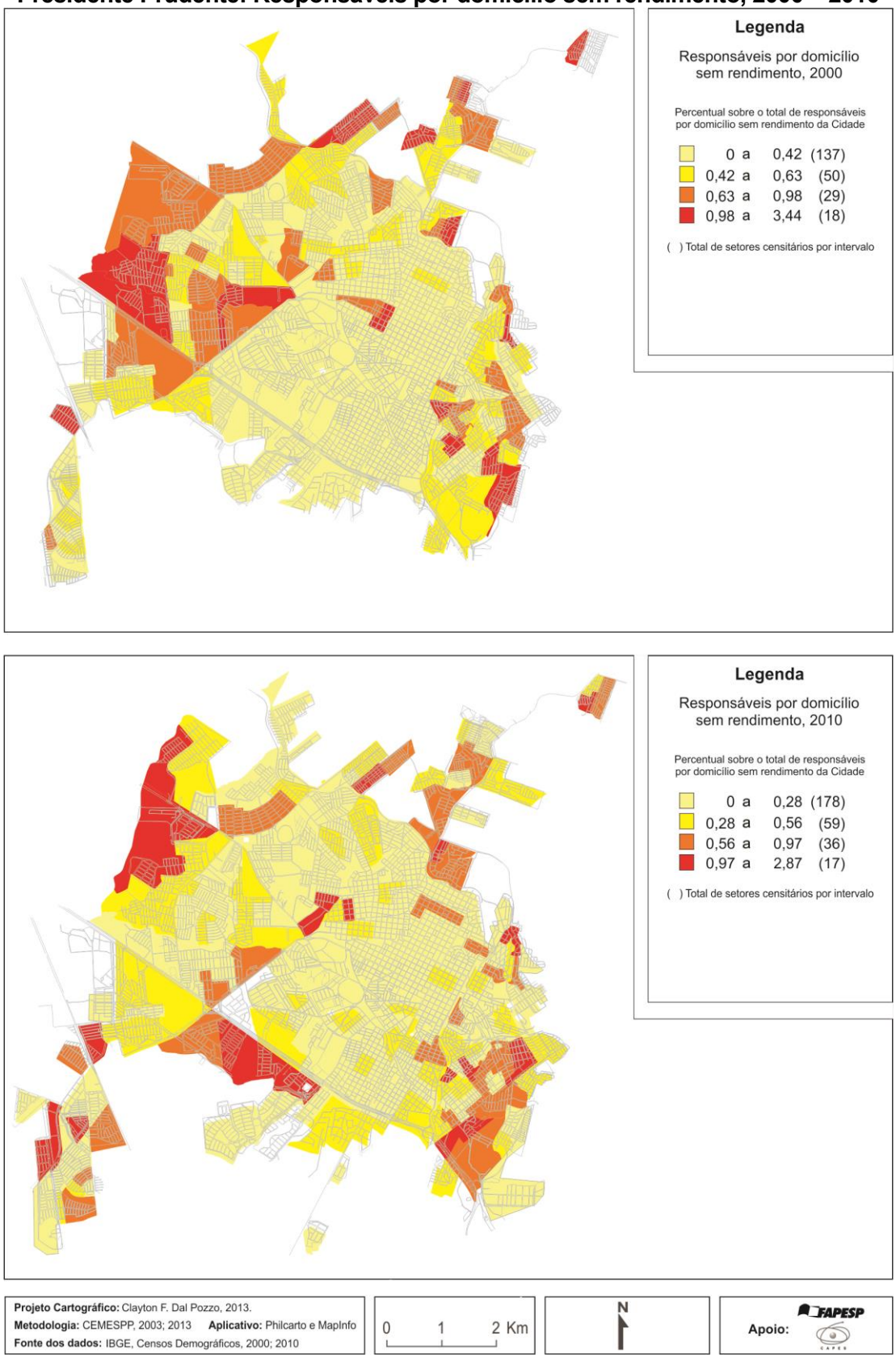
Mapa 44. Presidente Prudente: Responsáveis por domicílio com rendimento até dois salários mínimos, 2000 – 2010



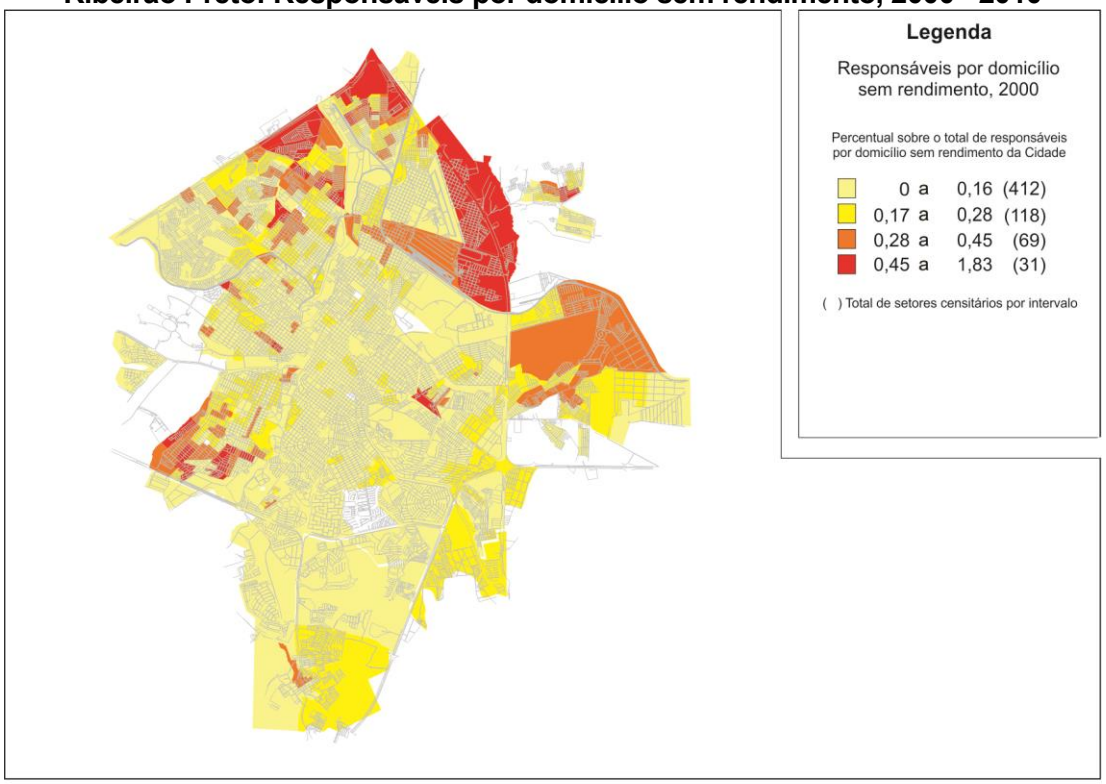
Mapa 45. Ribeirão Preto: Responsáveis por domicílio com rendimento até dois salários mínimos, 2000 – 2010

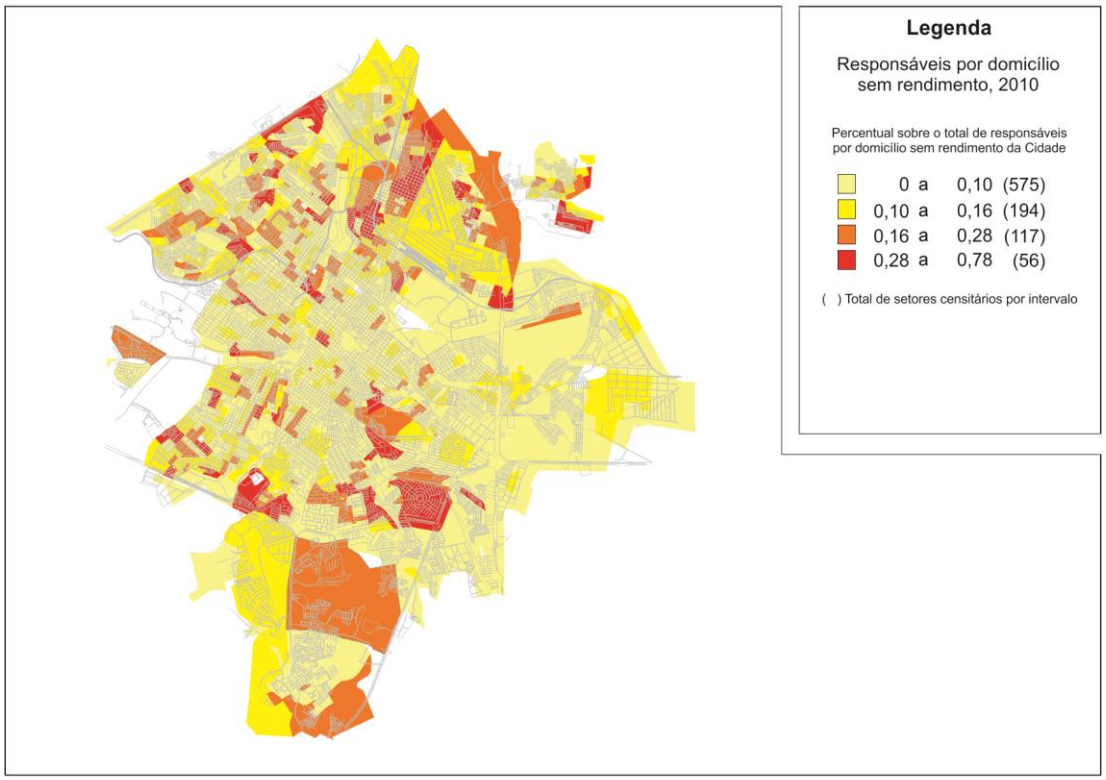


Mapa 46
Presidente Prudente: Responsáveis por domicílio sem rendimento, 2000 – 2010



Mapa 47
Ribeirão Preto: Responsáveis por domicílio sem rendimento, 2000 - 2010





Projeto Cartográfico: Clayton F. Dal Pozzo, 2013.
Metodologia: CEMESPP, 2003; 2013 **Aplicativo:** Philcarto e MapInfo
Fonte dos dados: IBGE, Censos Demográficos, 2000; 2010

0 1 2 Km

N

Apoio: FAPESP CAPES

Em relação ao indicador “domicílio sem banheiro” (Mapa 40), Presidente Prudente apresentou, em 2010, dados mais satisfatórios em todos os setores censitários pior classificados em 2000. Entre os novos setores censitários incluídos a partir de 2010, o único que apresentou piora foi aquele que envolve o Parque Residencial Francisco Belo Galindo, cuja origem se relaciona a projetos de desfavelamentos em Presidente Prudente.

Os setores censitários com o maior número de domicílios sem banheiro em Ribeirão Preto (Mapa 41) envolviam as áreas de favelização “Monte Alegre – SBT (setor norte)” e onde se localiza o Jardim Progresso (porção sudoeste). A partir de projetos de urbanização de favelas, sobretudo, a partir da parceria COHAB – RP / Prefeitura Municipal, já foi possível verificar uma melhora desse indicador nesses respectivos setores censitários. Por outro lado, um dos setores em que se apresentou piora foi aquele que envolve a Vila Carvalho, localizada próximo ao Aeroporto, na porção norte.

Em relação ao indicador “domicílios com quatro banheiros ou mais” (Mapa 42) havia uma grande concentração destes apenas nos espaços autossegregados Central Park, Jardim Morumbi e Parque Residencial Damha I, em Presidente Prudente. Já a partir de 2010, essa tendência se manteve, mas também se ampliou ao envolver outros dois espaços autossegregados: Golden Village e Quinta das Flores.

Já em Ribeirão Preto (Mapa 43), os setores com maior concentração envolviam o Jardim Sumaré, Bairro Santa Cruz, Condomínio Villa Verde, Jardim Canadá, além de outros espaços autossegregados implantados que se localizam além do Anel Viário Contorno Sul e, mais especificamente, entre as Rodovias Ribeirão Preto – Bonfim Paulista e Antonio Machado Sant’Anna. A partir de 2010, grande parte desses setores foi superada por consequência de um maior número de domicílios com quatro ou mais banheiros no Jardim Canadá e nos espaços autossegregados implantados imediatamente a leste desse espaço integrado, além dos espaços autossegregados implantados na Vila do Golfe.

No tocante aos “responsáveis por domicílio com rendimento até dois salários mínimos” (Mapa 44), os setores com dados mais expressivos se concentravam nas porções norte e leste de Presidente Prudente. Tal tendência, com algumas mudanças, manteve-se em 2010 e, ainda, houve uma ampliação considerando alguns dos setores censitários da porção sudoeste.

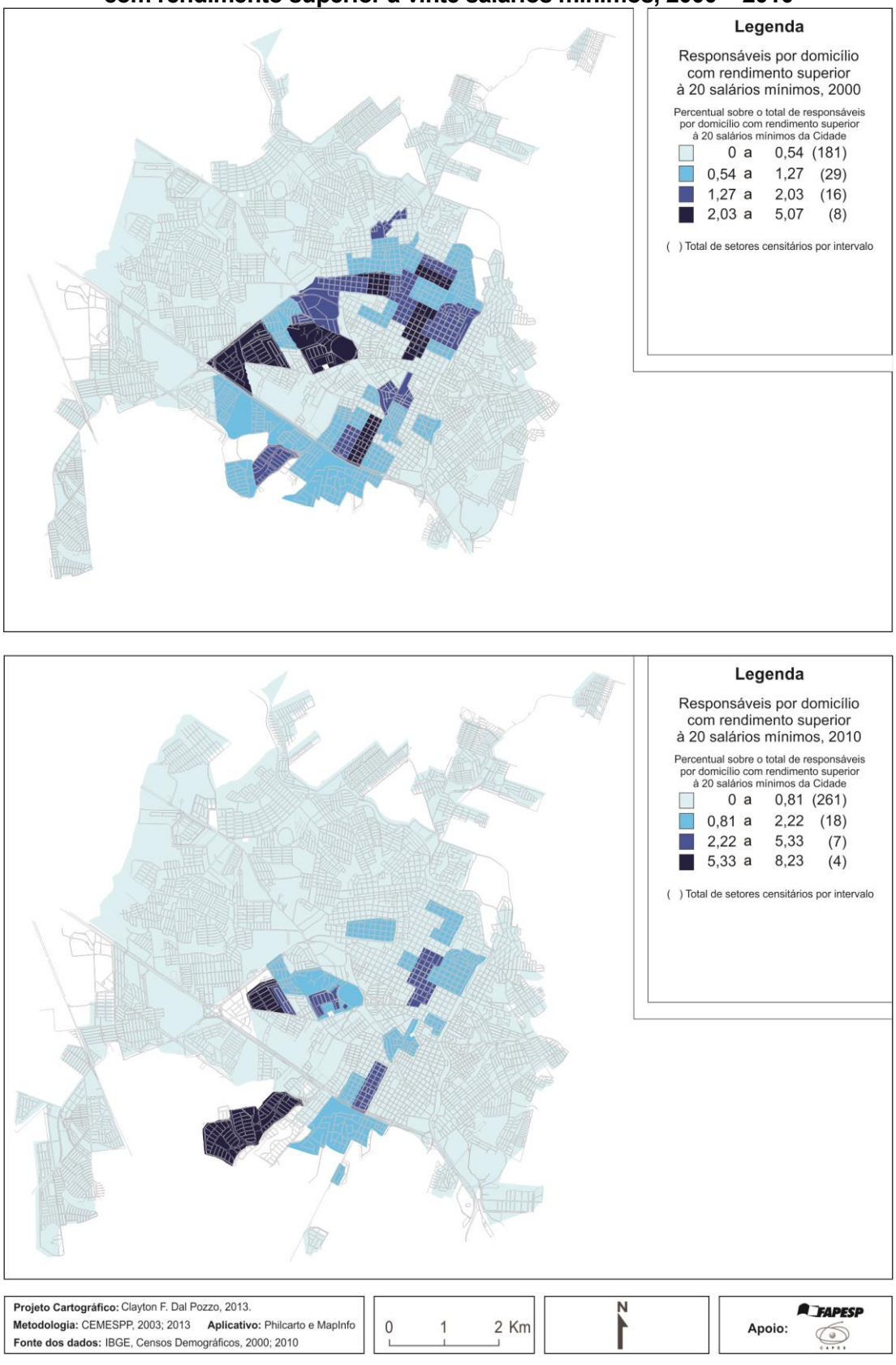
Já em Ribeirão Preto (Mapa 45) havia uma grande concentração nas porções norte e sudoeste e, a partir de 2010, houve um maior nível de dispersão pelos demais setores que compõem a porção norte, com destaque para alguns loteamentos que compõem o Complexo Ribeirão Verde, localizado a leste da porção norte e além da Rodovia Anhanguera. Além disso, a concentração de responsáveis por domicílio com rendimento até dois salários mínimos foi

reforçada na porção sudoeste, mais bem representados pelo Parque Ribeirão Preto e Jardim Progresso.

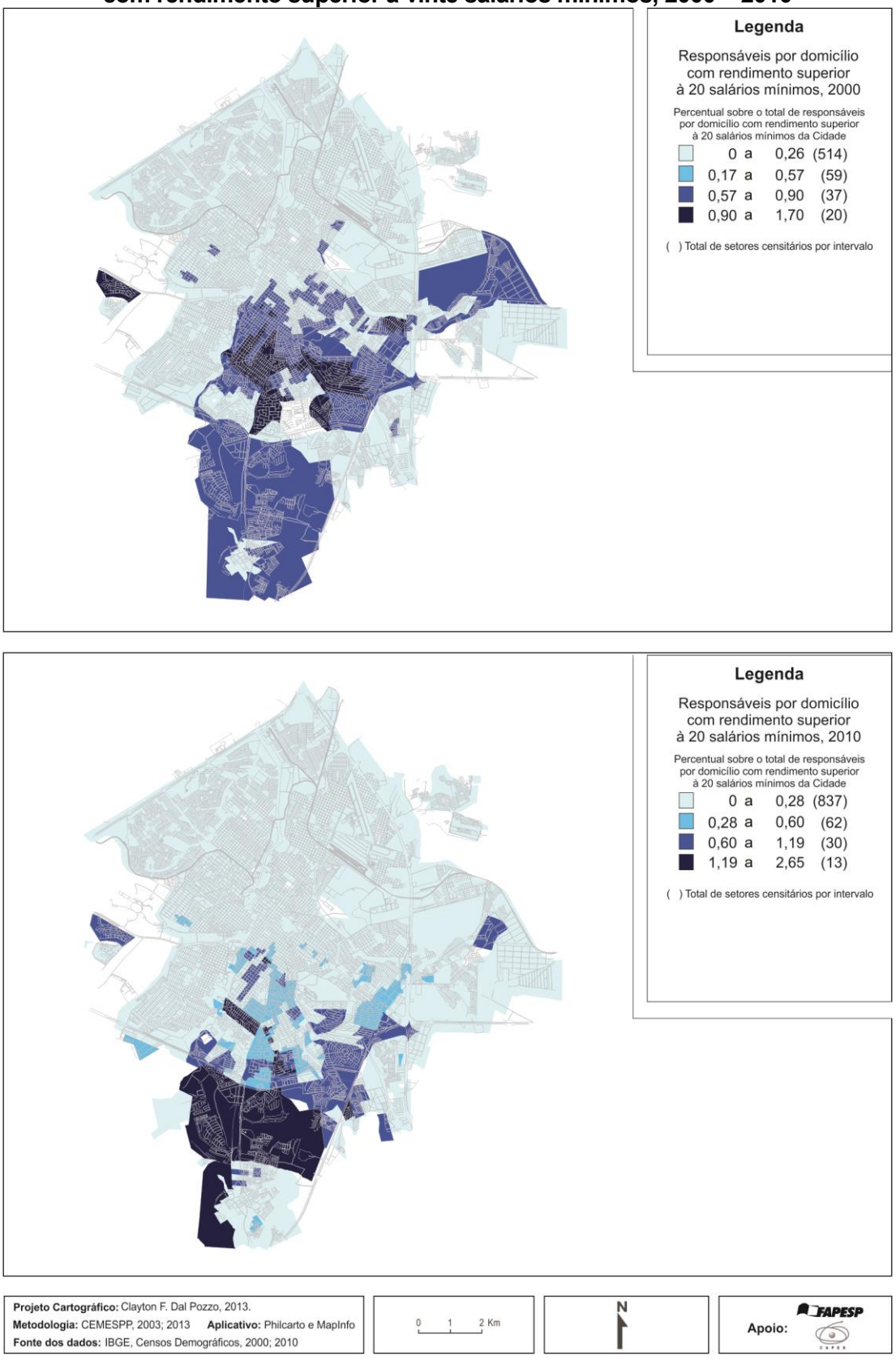
Em relação aos “responsáveis por domicílio sem rendimento” em Presidente Prudente (Mapa 46), a dispersão por setores censitários nas porções norte e leste foi mantida, no entanto, é possível observar uma ampliação, a partir de 2010, considerando o setor sudoeste.

Já em Ribeirão Preto (Mapa 47), houve certo nível de manutenção da concentração de setores com dados mais expressivos nas porções norte e sudoeste, no entanto, foi possível observar um maior nível de dispersão a partir de 2010, inclusive, na porção sul e em áreas mais centrais.

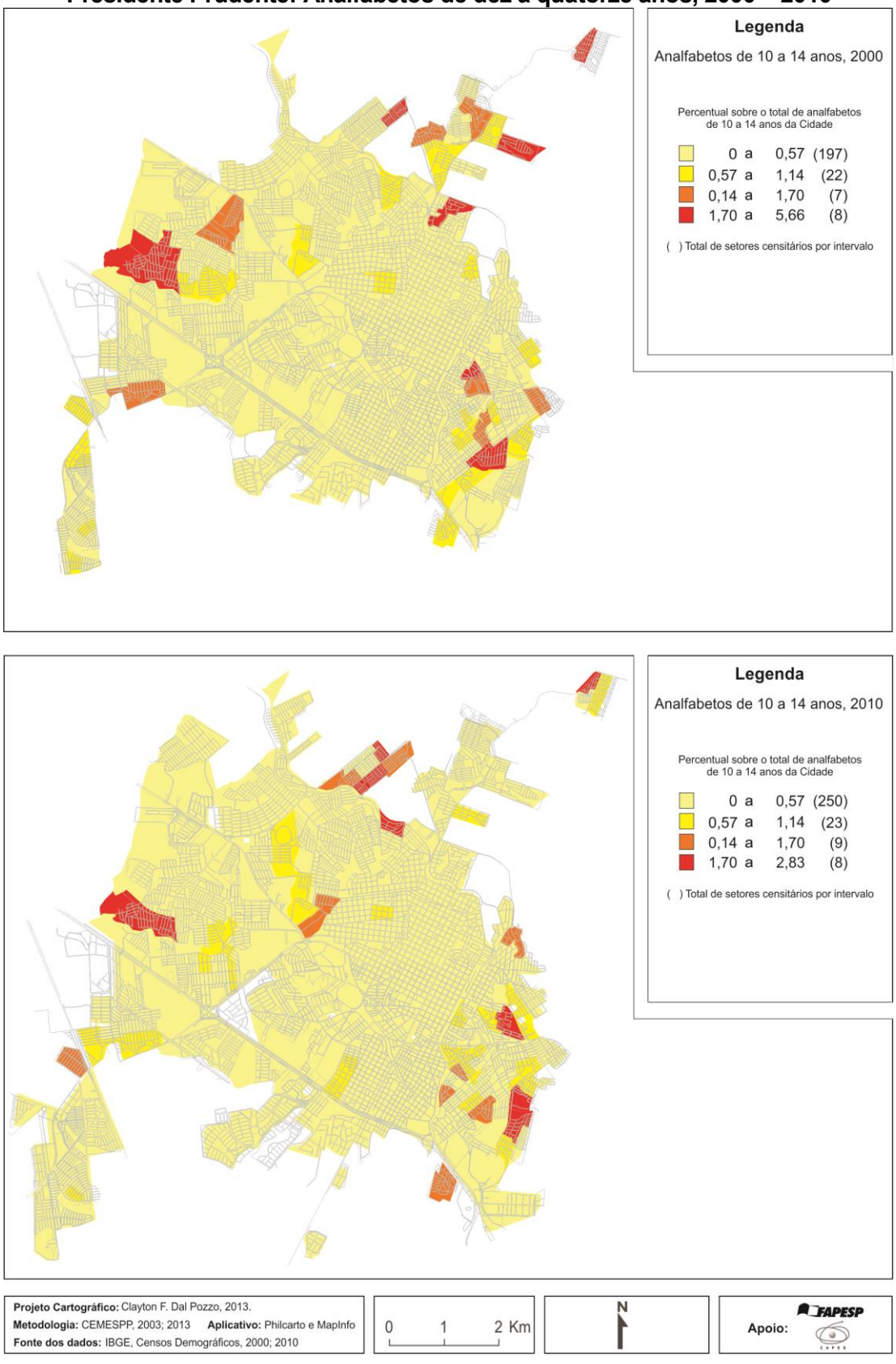
Mapa 48. Presidente Prudente: Responsáveis por domicílio com rendimento superior a vinte salários mínimos, 2000 – 2010



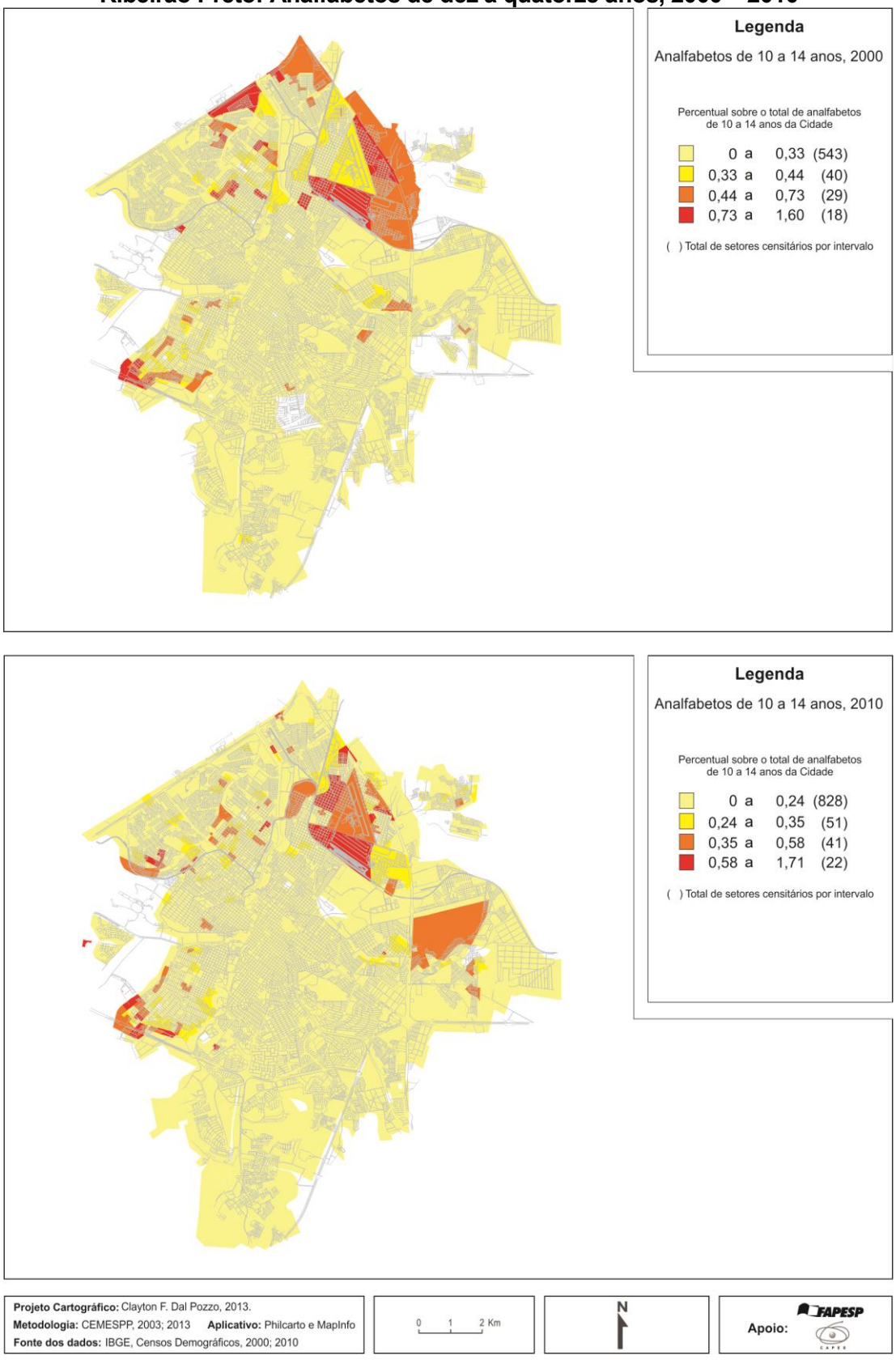
Mapa 49. Ribeirão Preto: Responsáveis por domicílio com rendimento superior a vinte salários mínimos, 2000 – 2010



Mapa 50
Presidente Prudente: Analfabetos de dez a quatorze anos, 2000 – 2010



Mapa 51
Ribeirão Preto: Analfabetos de dez a quatorze anos, 2000 – 2010



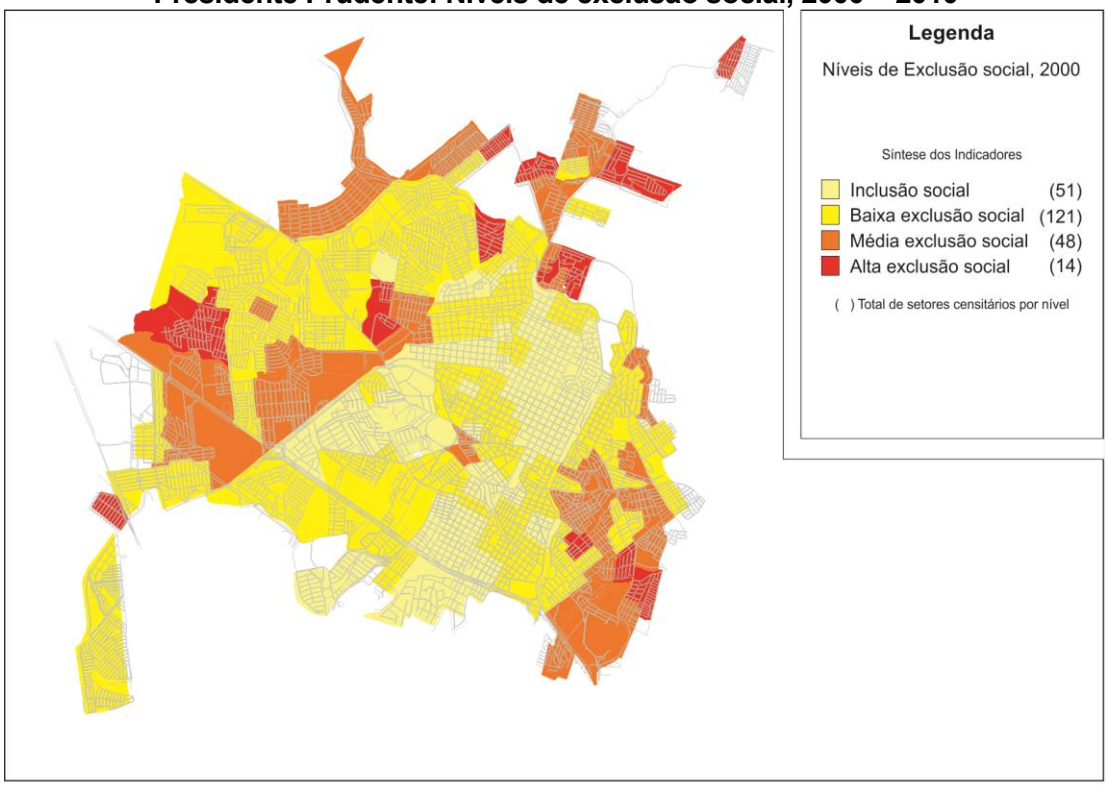
Em Presidente Prudente, relacionado aos “responsáveis por domicílio com rendimento superior a vinte salários mínimos” (Mapa 48), é possível observar um maior nível de concentração em 2010, envolvendo apenas três espaços autossegregados: Central Park Residence, Parque Residencial Damha I e Parque Residencial Damha II. Em 2000 havia maior nível de dispersão envolvendo o Jardim Paulista, Jardim Aviação, uma porção de área imediatamente a oeste do quadrilátero central, além do Central Park Residence, Jardim Morumbi, Jardim João Paulo II, Jardim Marupiara e Jardim Bongiovani.

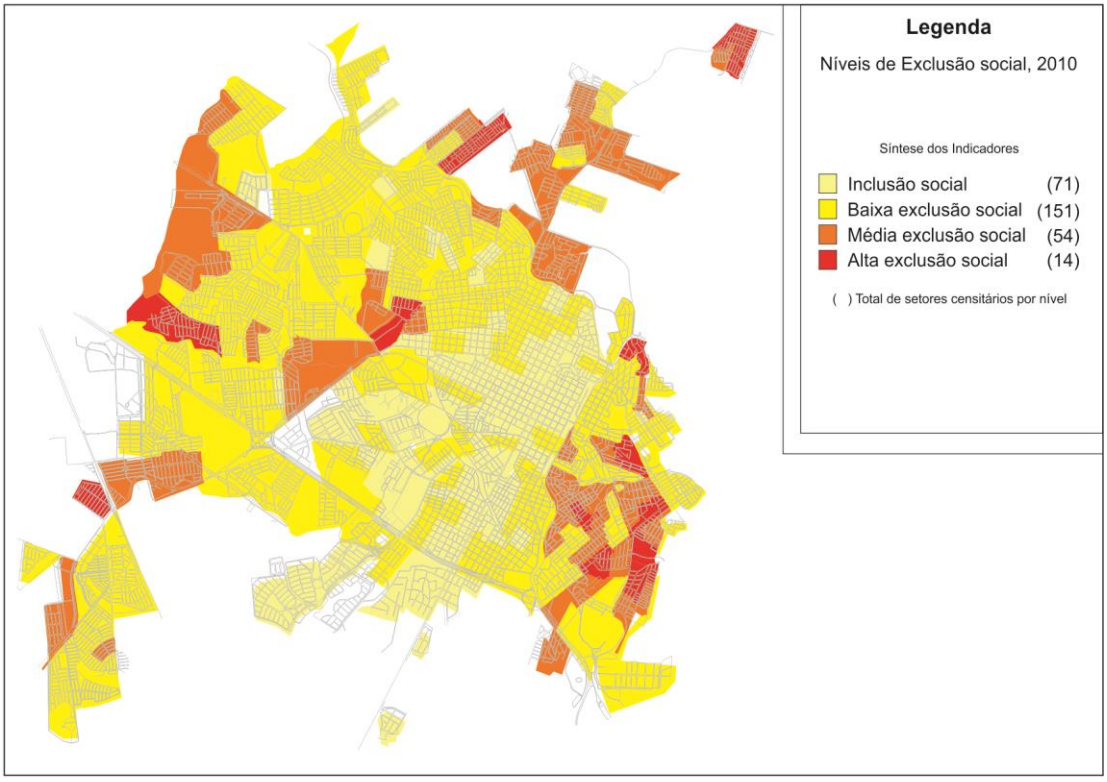
Em Ribeirão Preto, os setores com grande concentração de “responsáveis por domicílio com rendimento superior a vinte salários mínimos” (Mapa 49) em 2000, tenderam a se concentrar na porção sul, nos limites do Anel Viário Contorno Sul. Em 2010, a lógica de concentração deslocou-se ainda mais ao sul, em função dos novos espaços autossegregados localizados nessa porção do espaço urbano. Além disso, também foi possível observar intensificação da concentração envolvendo alguns setores censitários dispostos ao longo da Avenida João Fiusa.

Em Presidente Prudente (Mapa 50), houve certo nível de manutenção da concentração de “analfabetos de dez a quatorze” anos nas porções norte e leste, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Em Ribeirão Preto (Mapa 51), essa tendência também se manteve, no entanto, com maior nível de concentração de “analfabetos de dez a quatorze anos” nos setores censitários que estabelecem continuidade ou proximidade com a Avenida Marechal Costa e Silva, na porção norte.

Mapa 52
Presidente Prudente: Níveis de exclusão social, 2000 – 2010





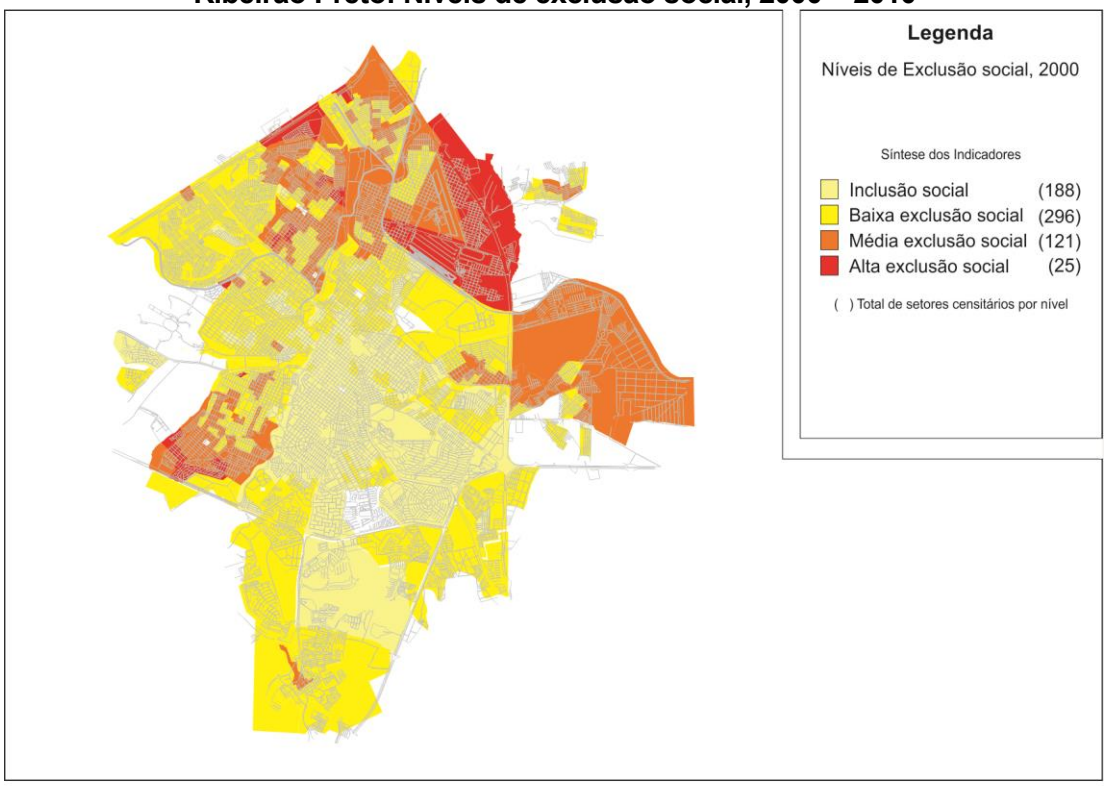
Projeto Cartográfico: Clayton F. Dal Pozzo, 2013.
Metodologia: CEMESPP, 2003; 2013 **Aplicativo:** Philcarto e MapInfo
Fonte dos dados: IBGE, Censos Demográficos, 2000; 2010

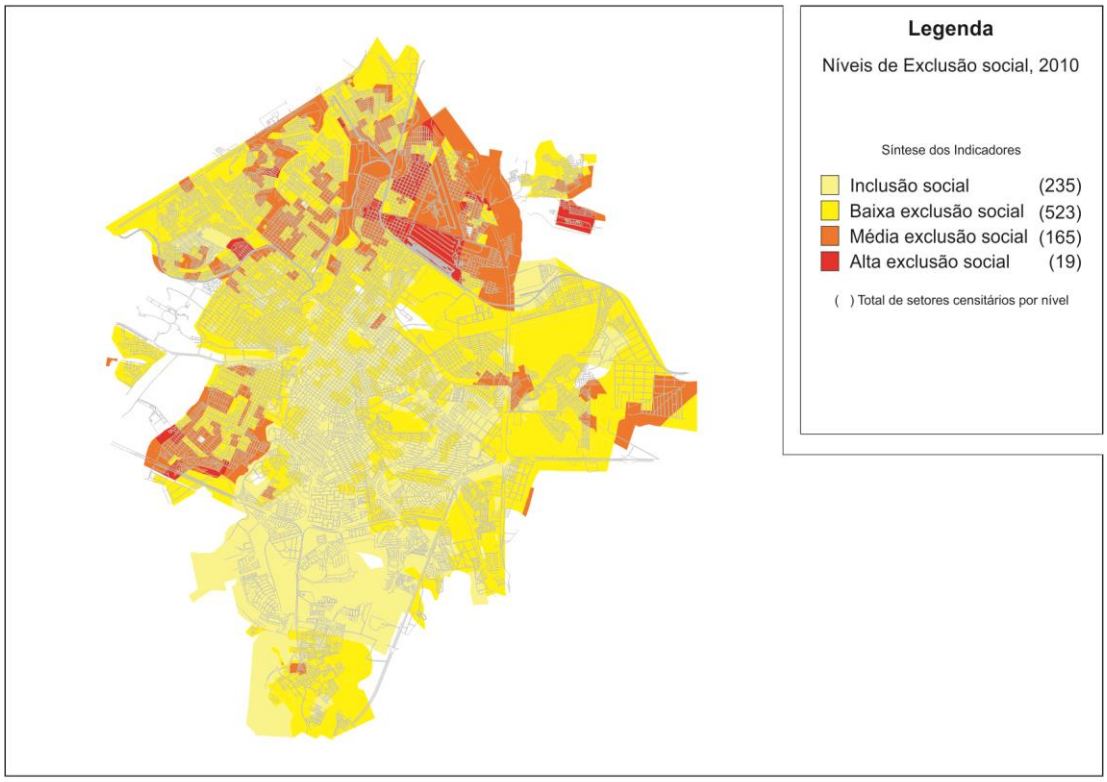
0 1 2 Km

N

Apoio: FAPESP

Mapa 53
Ribeirão Preto: Níveis de exclusão social, 2000 – 2010





Projeto Cartográfico: Clayton F. Dal Pozzo, 2013.
Metodologia: CEMESPP, 2003; 2013 **Aplicativo:** Philcarto e MapInfo
Fonte dos dados: IBGE, Censos Demográficos, 2000; 2010

0 1 2 Km

N

Apoio: FAPESP CAPES

Em relação aos Mapas-síntese (Mapas 52 e 53), os setores censitários de inclusão social estão predominantemente localizados nos interstícios da área mais central do espaço urbano consolidado e se estendem de modo a abarcar grandes porções de áreas que se distribuem e tendem a se concentrar no setor sul de cada uma destas cidades. Além disso, também é nos setores sul que tendem a se concentrar os espaços autossegregados que, em geral, estão bem servidos por vias de acesso rápido e rodoviário.

Em áreas contíguas, ou em proximidade com os espaços autossegregados que se concentram nos setores sul também estão localizados, de modo predominante, aqueles espaços integrados voltados a atender demandas de moradia dos segmentos de mais alto poder aquisitivo inseridos, igualmente, em níveis mais elevados de inclusão social.

Próximos a esses *habitat* urbanos, também há a presença de grandes equipamentos comerciais e de serviços notadamente representados pelos *shopping centers,* bem como outros que se distribuem ao longo de alguns dos principais eixos viários localizados no setor sul.

As áreas de média a alta exclusão social estão predominantemente concentradas nos setores norte dessas duas cidades, no setor leste de Presidente Prudente e no setor sudoeste de Ribeirão Preto. Tais setores são representados pela presença de *habitat* urbanos de padrões populares (Incluso a presença de habitações com padrão construtivo popular a precário).

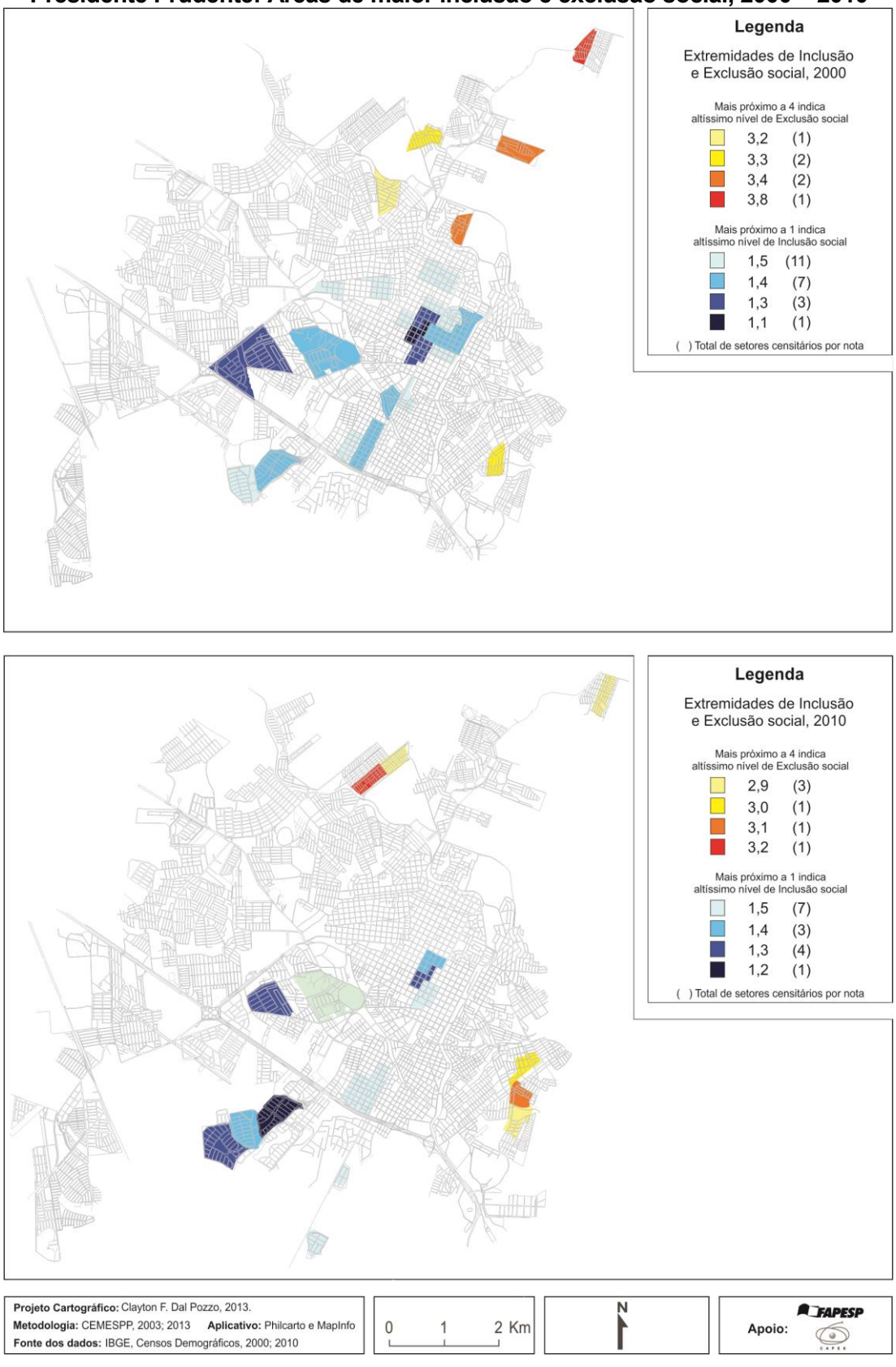
Próximos ou estabelecendo contiguidade com alguns dos loteamentos urbanos e conjuntos habitacionais do setor norte de Ribeirão Preto, também é expressivo o número de favelas com grande carência, em termos de infraestrutura e serviços urbanos prestados.

Em relação a algumas diferenças, houve diminuição dos setores de alta exclusão social do setor norte, ao mesmo tempo em que houve uma ampliação, considerando o setor leste de Presidente Prudente. Já em Ribeirão Preto, também foi possível observar um recuo do número de setores censitários classificados como de “Alta exclusão social”, no setor norte, porém, reforçando duas concentrações: No setor sudoeste, envolvendo o Jardim Progresso e no setor norte, envolvendo loteamentos próximos a Avenida Marechal Costa e Silva.

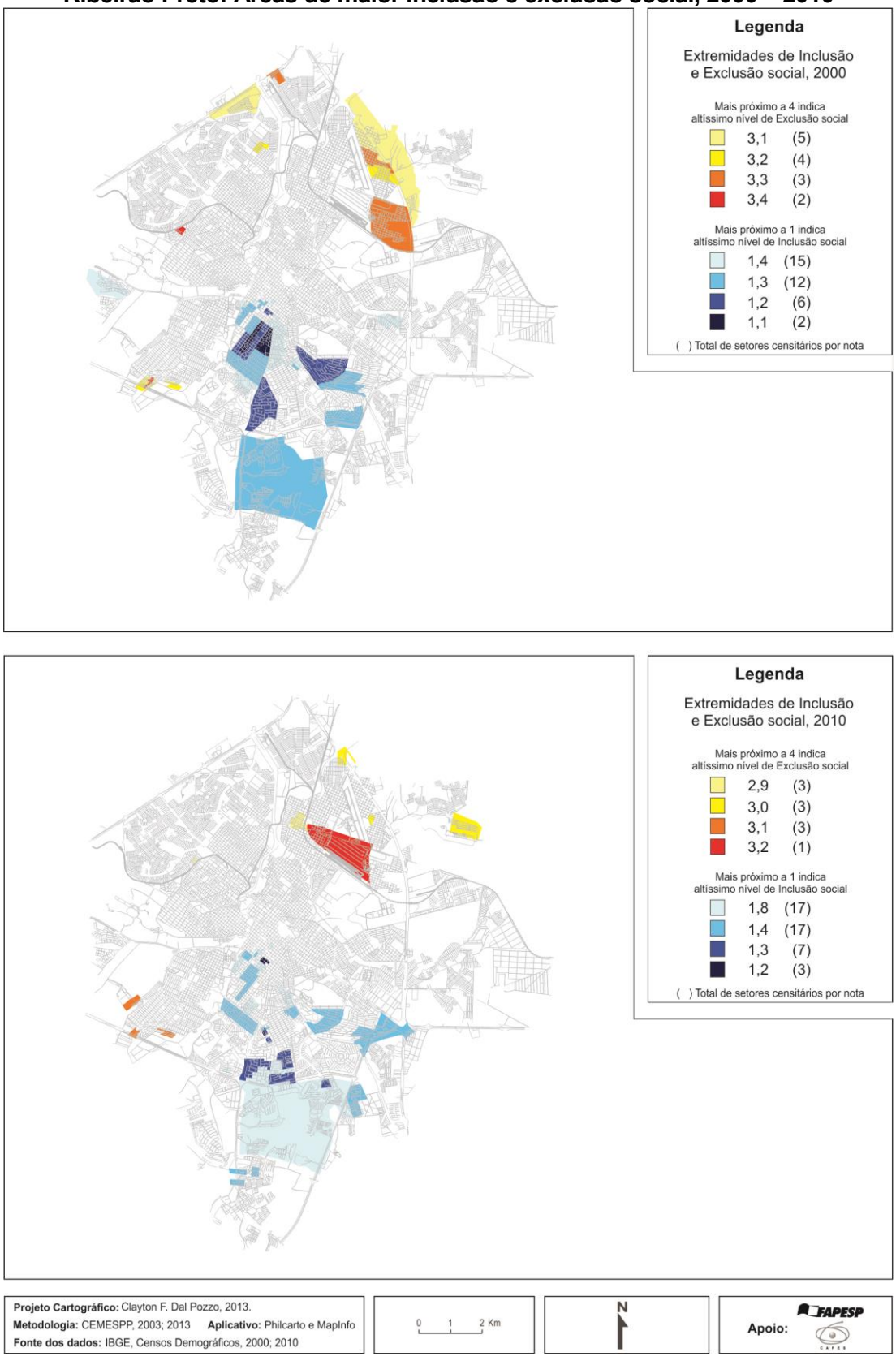
A partir da análise desses conjuntos de mapas, foi possível observar ampliações do número de setores censitários submetidos aos processos de inclusão, baixa exclusão e média exclusão social, tanto em Presidente Prudente quanto em Ribeirão Preto.

Por outro lado, enquanto Presidente Prudente manteve o número de setores censitários submetidos a processos de alta exclusão (14 no total), Ribeirão Preto apresentou redução, passando de 25 para 19 setores censitários em 2010, ainda que os intervalos, como já tenham sido destacados, não são os mesmos para as duas datas em tela.

Mapa 54
Presidente Prudente: Áreas de maior inclusão e exclusão social, 2000 – 2010



Mapa 55
Ribeirão Preto: Áreas de maior inclusão e exclusão social, 2000 – 2010



No que tange à identificação dos setores censitários de maior exclusão social de Presidente Prudente (Mapa 54), em 2000, estes se concentravam no Jardim Morada do Sol, Parque Alexandrina, Vila Operária e Vale das Parreiras. Em 2010, houve recuo mais expressivo desta ocorrência, concentrando-se apenas no Jardim Humberto Salvador (setor norte) e no entorno do Jardim Marisa (setor leste).

O setor de maior inclusão social limitava-se a uma pequena área imediatamente ao sul do quadrilátero Central. Em 2010, houve um deslocamento na direção sul e o setor censitário de maior inclusão passou a ser aquele que envolve a porção norte do Parque Residencial Damha I, à qual estabelece uma maior proximidade com a portaria.

Em Ribeirão Preto (Mapa 55), os setores censitários de maior exclusão se distribuíam pelo setor norte e, de modo mais expressivo, junto a um conjunto de loteamentos residenciais localizados ao sul e a leste do Aeroporto Leite Lopes. A partir de 2010, passou a envolver, mais expressivamente, a Vila Carvalho (a oeste do Aeroporto Leite Lopes) e alguns setores envolvendo o Jardim Progresso (no setor sudoeste).

Já os setores de maior inclusão se distribuíam em três porções de área envolvendo o Jardim Sumaré, Bairro Alto da Boa Vista, Santa Cruz e Ribeirânia e, em 2010, passou a se restringir ao Jardim Canadá e demais espaços autossegregados localizados imediatamente a leste desse espaço integrado.

Tais áreas estabelecem contiguidades (é o caso do Jardim Canadá) e proximidades com o Ribeirão Shopping. Além disso, também envolve o trecho mais ao sul da Avenida João Fiusa, onde se observa um intenso processo de verticalização para fins residenciais, voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo.



Fotografia 40 (08/2012) Ribeirão Preto: Exemplo de padrão construtivo de habitação no Jardim Canadá.

Comparando-se os índices máximos de inclusão e exclusão observados em 2000 e aqueles obtidos em 2010, verifica-se que houve atenuação, ainda que pequena, dos indicadores. Em Presidente Prudente, o valor máximo de exclusão estava em 3,8 em 2000 e ficou em 3,2 em 2010; em Ribeirão Preto, era de 3,4 e passou para 3,2 no mesmo interregno temporal. Relativo à inclusão social máxima, os indicadores das duas cidades que estavam em 1,1 recuou para 1,2.

De qualquer modo, foi possível observar dinâmicas mais intensas que se processaram nos aneis periféricos do espaço urbano, do que propriamente nas áreas mais centrais. Além disso, os mapas também demonstram um maior nível de polarização entre o setor sul (predominantemente voltado aos segmentos de mais alto poder aquisitivo) e o setor norte (voltado aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo) dessas duas cidades.

O setor leste de Presidente Prudente e, em menor medida o setor sudoeste de Ribeirão Preto (ambos voltados aos segmentos de mais baixo poder aquisitivo), também contribuem para reforçar essa dinâmica de distância socioespacial em contraponto ao setor sul.

Trata-se, então, de uma reversão da lógica “centro x periferia” que marcou a produção dos espaços urbanos latinoamericanos por décadas, segundo a qual as áreas residenciais de melhor padrão estavam imediatamente mais próximas do centro, enquanto os mais pobres ocupavam os aneis periféricos da cidade.

Agora, a estruturação do espaço está mais organizada em setores, havendo nos aneis periféricos do tecido urbano, tanto áreas residenciais de baixa inclusão social, como as que apresentam indicadores socioeconômicos mais elevados.

No que tange a um balanço geral destas análises relativas aos Mapas de Inclusão e Exclusão social de 2000 e 2010, de Presidente Prudente e Ribeirão Preto, considera-se que, em geral, houve uma tênue e relativa diminuição nos níveis de desigualdades socioespaciais destas duas cidades médias.

Tal diminuição, no entanto, também veio acompanhada de uma ampliação nos níveis de segregação socioespacial, sobretudo, em relação à autossegregação, mas também, no que se refere a uma permanência de áreas submetidas aos processos de segregação imposta, como podem ser observadas nos Mapas 15 e 16.

Correlacionando com o conjunto de entrevistas realizadas, para os segmentos de menor poder aquisitivo e, em especial, os moradores de espaços segregados esta atenuação também tendeu a se estender na perspectiva de um aumento do consumo da Internet, da TV por assinatura e de eletroeletrônicos, de um modo geral, além da compra do

automóvel e/ou motocicleta particulares propiciando condições mais satisfatórias em termos de lazer residencial e mobilidade espacial a uma parcela deste segmento.

Por outro lado, isso não se traduziu, necessariamente, em maior nível de acessibilidade ao espaço urbano como um todo e, muito menos, em aumento significativo da generalização do consumo de determinados espaços preponderantemente voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo.

Além disso, uma parcela dos moradores de espaços segregados também tende a ratificar as desigualdades socioespaciais (ou, ainda, as iniquidades socioespaciais nos termos defendidos nesta tese) quando não denunciam a situação socioespacial a que estão submetidos (sobretudo, em relação às carências de infraestrutura e equipamentos urbanos) e pouco se integram às atividades relacionadas às associações de bairro.

Mesmo dentro de um contexto mais satisfatório, em termos de relativa diminuição das desigualdades socioespaciais, a ampliação da segregação socioespacial e, sobretudo, da autossegregação tem ocasionado significativos impactos para a vida urbana, na medida em que se trata da produção e ocupação de *habitat* urbanos que se orientam pela lógica da ruptura e, portanto, não estimulam contatos interpessoais mais duradouros entre as diferenças.

De acordo com os argumentos de Corrêa (2005, p. 64), os espaços autossegregados perspectivam a manutenção de privilégios aos segmentos de mais alto poder aquisitivo que os habitam. Entre outros aspectos, tais privilégios estendem-se na medida em que o processo de produção e ocupação de espaços segregados comparece como um meio de controle socioespacial de modo a não interferir com a dinâmica de valorização imobiliária dos espaços autossegregados.

Este controle socioespacial está diretamente relacionado com o afastamento socioespacial entre as diferenças, em parte, garantido através da tendência de polarização setorial entre espaços autossegregados e espaços segregados de Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: Execuções sumárias e grupos de extermínio. In: SANTOS, J. V. T. (org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 66-90.

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.

ACEVES, Jorge; TORRE, Renée; SAFA, Patrícia. Fragmentos urbanos de una misma ciudad. **Espiral**. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, n. 31, v. 11. p. 277-320, set-dez, 2004.

ADAS, Sergio. A luta pela vida e pelo espaço: os trabalhadores sem-teto do Jardim Progresso. In: FERNANDES, Maria Esther (coord.). **A cidade e seus limites**: As contradições do urbano na "Califórnia brasileira". São Paulo: Annablume, FAPESP, 2004.

AGUILERA, Alfonso Valenzuela. Límites, segregación y control social del espacio. **Ciudades**. Puebla, México: RNIU, n. 59, p. 44-48, jul-set, 2003.

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**. Madrid: Celeste, 2000.

ANDRADE, Luciana Teixeira. Os condomínios fechados e as novas dinâmicas metropolitanas. In: **Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10. São Paulo: USP, 2005, p. 837-852, 1 CD-ROM.

ARCASSA, Wesley. Contribuições epistemológicas de Richard Hartshorne à geografia moderna. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Abr., 2013, Disponível em: <www.eumed.net/rev/cccss/24/richard-hartshorne-geografia-moderna.html>. Acesso em: 30 out. 2013.

ARIZAGA, Maria Cecilia. Espacialización, estilos de vida y clases medias: procesos de suburbanización en la Región Metropolitana de Buenos Aires. **Perfiles Latinoamericanos**. Distrito Federal, México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, n. 25, p. 43-58, dez. 2004.

AUTÈS, Michel. Tres formas de desligadura. In: KARSZ, Saül. **La exclusión**: bordeando sus fronteras. Definiciones y matices. Barcelona: Gedisa, 2004. p. 15-53.

BARAJAS, Luis Felipe Cabrales; ZAMORA, Elia canosa. Segregación residencial y heterogeneidad urbana: los fraccionamientos cerrados em Guadalajara. In: **Encuentro Humboldt**, 2., Mar del Plata - Argentina, 23-27 out. 2000. Disponível em: <http://www.cyta.com.ar/suplementos/gecon/articulos/articulos_archivos/geo_v2n1a1.htm>. Acesso em: 27 out. 2013.

BARBOSA, Lívia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 3ª ed., 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1981.

_____. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Vida para consumo**: A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahard, 2008.

_____. **Vida em fragmentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 3ª. ed. 2ª. reimp, 2001.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Programa CURA III em Presidente Prudente: uma porta para a cidade? In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente. GAsPERR, 2001.

BILLARD, G; CHEVALLIER, J. A. e MADURRET, F. **Ville fermée, ville surveillée**: la sécurisation des espaces résidentiels en France et en Amérique du Nord. Presses Universitaires: Rennes, 2005.

BORJA, Jordi. **La Ciudad conquistada**. Madrid: Alianza, 2003.

BORSDORF, Axel; DATTWYLER, Rodrigo Hidalgo. Formas tempranas de exclusión residencial y el modelo de la ciudad cerrada en América Latina. El caso de Santiago. **Revista de Geografía Norte Grande**. Santiago, Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, n. 32, p. 21-37, dez. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIN, Alain. **La metrópole des individus**. Éd. De l'aube, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURGESS, Ernest. The growth of the city: an introduction to a research project. **American Sociological Society**, 1924, p. 85-97. Disponível em: <http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-387-73412-5_5#page-1>. Acesso em: 25 out. 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. O papel exercido pelo poder público local no processo de produção seletiva de um novo padrão ocupacional. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente. GAsPERR, 2001.

CAMPOS, Maria Salomão. Conjunto habitacional Avelino Alves Palma: A luta dos moradores pelo espaço. In: FERNANDES, Maria Esther (coord.). **A cidade e seus limites**: As contradições do urbano na "Califórnia brasileira". São Paulo: Annablume, FAPESP, 2004.

CANCIAN, Renato. Escola de Chicago - contexto histórico: Pesquisas centradas no meio urbano. **Pedagogia & Comunicação**, 2009, Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/escola-de-chicago---contexto-historico-pesquisas-centradas-no-meio-urbano.htm>. Acesso em: 26 out. 2013.

CAPRÓN Guénola (org.). **Quand la ville se ferme**: quartiers résidentiels sécurisés. Paris: Éditions Bréal, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A construção de uma “nova urbanidade”. In: SILVA, José Borzacchiello; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustódio Wanderley C. (org.). **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 199-212.

_____. A metrópole polifônica – poliorâmica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 59-72.

_____. O consumo do espaço. In: _____ (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 173-186.

_____. Diferenciação socioespacial. **Cidades**. Presidente Prudente: GEU, vol. 4, n. 6, p. 45-60, 2007a.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, 2007b.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. México: Siglo XXI, 1978.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Le monde morcelé :** Les carrefours du labyrinthe III. Paris: Seuil, 1990.

CATALÃO, Igor de França. **Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial**: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba. Presidente Prudente, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, _____. (org.) **Geografia**: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

_____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. Presidente Prudente: GEU, vol. 4, n. 6, p. 61-72, 2007.

CUBAS, Viviane. **Segurança privada**: A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo. SP: Humanitas/FAPESP, 2005.

CURBET, J. **Conflictos globales violências locales**. Quito: Flacso, 2007.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. Condomínios horizontais populares em Presidente Prudente – SP: configuração territorial e segregação. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos**: A Geografia e a Amazônia no contexto latino americano. Rio Branco, Acre – Campus da Universidade Federal do Acre: AGB, 2006. 1 CD-ROM.

_____. **Fragmentação socioespacial**: Análise práticas socioespaciais dos sujeitos auto-segregados em Presidente Prudente – SP, 2008. 215 f. Monografia (Bacharelado em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. 1 CD-ROM.

_____. Fragmentação socioespacial em Presidente Prudente - SP: autossegregação e práticas socioespaciais em questão In: Encontro Nacional da ANPEGE: Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico, 8., 2009, Curitiba. **Anais do VIII ENANPEGE**. Ponta Grossa: ANPEGE, 2009. 1 CD-ROM.

_____; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial e novas centralidades urbanas: análise do uso do solo urbano no entorno dos espaços autossegregados em Presidente Prudente - SP – Brasil. In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 12., Montevidéu: Easy Planners, 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area05/5161_DAL_POZZO_Clayton_Ferreira.pdf>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. Produção capitalista do espaço e urbanização: modernidade e pós-modernidade no contexto de estruturação da cidade na perspectiva do espaço abstrato. **Geografia em Atos**. Presidente Prudente: UNESP, v. 2, n. 9. jul-dez, 2010. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/revistas/geografiaematos/edicao_n9v2.php> Acesso em: 21 nov. 2013.

_____; FURINI, Luciano Antonio. O conceito de exclusão social e sua discussão. **GEOATOS**, Departamento de Geografia da FCT, UNESP, Presidente Prudente, p. 86-92, jan-jun, 2010. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br, index.php/geografiaematos/article/view/225>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. **Territórios de autossegregação e de segregação imposta**: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos. Presidente Prudente, 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

_____. **Pelo espaço ou pelo território**? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial. Revista NERA (UNESP), Ano 15, Num. 21, jul-dez, 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/2110/1948>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. Análise das práticas espaciais em Presidente Prudente, Marília e São Carlos, no Estado de São Paulo. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina: Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos, 14, 2013, Lima – Peru. **Anais do XIV EGAL**. Lima – Peru: UGI, 2013. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Clayton-Ferreira-Dal-Pozzo.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

DATTWYLER, Rodrigo Hidalgo; BORSDORF, Axel; SÁNCHEZ, Rafael. La expansión residencial amurallada en la reconfiguración metropolitana en Santiago de Chile. In: GUZMÁN, Jose Miguel (org.). **Taller Nacional sobre Migración interna y desarrollo en Chile**: "diagnóstico, perspectivas y políticas". Santiago, Chile: CELADE-División de Población, 2007. Disponível em: <http://www.eclac.org/celade/noticias/paginas/5/28295/RHidalgo.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

DAVIS, Mike. **Ecologia do medo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**, 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34,1992. p. 219-226.

DOMINGUES, Álvaro. Urbanização difusa em Portugal. Descontinuidades territoriais e novas morfologias urbanas no Estado de São Paulo. In: REIS, Nestor Goulart et al (coord.). **Dispersão urbanas**: Diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa. São Paulo: FAU-USP, 2007.

DUPUY, Gabriel. **Les territoires de l'automobile**. Paris: Antrophos, 1995.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: A Região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: EdUSP, 2003.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

EMPLASA, **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo, Emplasa, 2011.

ESTEVENS, Ana; CARMO, André. Hedonismo ou alienação? O centro comercial na contemporaneidade. In: SANTOS, Norberto; CUNHA, Lúcio. (org.). **Trunfos de uma Geografia Activa**. Desenvolvimento local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Política e violência nas margens da cidade: um experimento político numa favela de São Paulo. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro: NUTEP - UFRJ, n. 1, 2010. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2010/11/1p46-70.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. Políticas habitacionais em Presidente Prudente. In: In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente. GAsPERR, 2001.

FERREIRA, Bruno César de Freitas. **O processo de favelização em Ribeirão Preto**: A favela das Mangueiras. 2007, 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro Universitário Barão de Mauá.

FIGUEIRA, Tânia Maria Bulhões. **Ribeirão Preto**: Intervenções em interstício urbano. 2009, 128 f. Trabalho de Integração Disciplinar II (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, USP.

_____. **Produção social da cidade contemporânea**. Análise dos Condomínios Urbanísticos e Loteamentos Fechados de Alto Padrão do Subsetor Sul de Ribeirão Preto / SP. 2013,198 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, USP.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREDIANI, Julieta. Fragmentación territorial y segregación residencial: el fenómeno de las urbanizaciones cerradas. **Estudios socioterritoriales**, n. 4, p. 81-105, dez, 2003.

FROIS, Catarina. **Vigilância e Poder**. Lisboa: Mundos sociais, 2011.

GARREFA, Fernando. **Arquitetura do comércio varejista em Ribeirão Preto**: A emergência e a expansão dos shopping centers. São Carlos, 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

GÓES, Eda Maria. Em busca do tempo perdido: contribuição ao estudo da cidade contemporânea: **Mosaico**, Goiânia, Universidade Católica de Goiás, v.2, n.2, p.165-174, jul./dez., 2009.

_____. Enfrentando a insegurança e fragmentando a cidade: cotidiano e representações sociais de moradores de loteamentos fechados de cidades médias do Estado de São Paulo. In: MARTINS, Sérgio (coord.). **Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 12., Belo Horizonte: SIMPURB, 2011. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/a4db7ffa4396c046728c1bc769fbdaca.pdf >. Acesso em: 22 mar. 2013.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia, UFG, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUIRRIEC, Patrick. Segregação e mixité socioespacial: conceitos e realidades na França. **Vivência:** UFRN/CCHLA, n. 34, 2008. p. 29-37.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1978[1936].

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003.

HONDA, Sibila Corral de Area Leão. **Habitação de baixa renda como produto do capital**. 2011, 204 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie.

HOYT, Homer. **The structure and growth of residential neighbohoods in american cities**. Washington: Federal Housing Administration, 1939.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. IBGE. Rio de Janeiro, 1957, vol.28.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. IBGE. Rio de Janeiro, 1957, vol.29.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. IBGE. Rio de Janeiro, 1958, vol.30.

ICHIHARA, Silvio Massaru. O Impacto do crescimento econômico sobre as rodovias de São Paulo: Uma aplicação do modelo de Insumo-Produto combinado com o Geoprocessamento. **Revista da Anpec**, Brasília, v.8, n.4, p.199-231, dezembro, 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol8/vol8n4p199_231.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

IMBERT, G. **Los escenarios de la violência**. Barcelona: Icaria, 1992.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JANOSCHKA, Michael. Nordelta – Ciudad cerrada. El análisis de un nuevo estilo de vida en el Gran Buenos Aires. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 146(121), vol. 7, 1 ago. 2003. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(121).htm> Acesso em: 09 ago. 2013.

_____; GLASZE, Georg. Urbanizaciones cerradas: um modelo analítico. **Ciudades**. Puebla, México: RNIU, n. 59, jul-set, 2003, p. 09-19.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

KAHALE, Maria; RAFAEL, Sonia; RODRIGUES, Wilson. **O fenômeno da aglomeração urbana de Álvares Machado e Presidente Prudente - SP**. 1996. 105 f. Monografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

KESSLER, G. **El sentimento de inseguridad**: Sociología del temor al delito. Buenos Aires: Siglo Veintiurno, 2009.

KOERNER, Andrei. Direito, regulação e governamentabilidade. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (org.). **O legado de Foucault**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. p. 223-240.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LAGO, Luciana Corrêa. A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos. **Cadernos IPPUR**: Planejamento e território. Rio de Janeiro: UFRJ, Ano XVI, n. 1, jan-jul, 2002, p. 155-176.

LANDINI, Tatiana Savoia; PASSIANI, Enio. Jogos habituais: sobre a noção de habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. In: **X Simpósio Internacional Processo Civilizador**, 2007, Campinas, SP. Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2007.

LAURENTIIS, Laura Barzaghi. **Moradores em ação**: Constituição da paisagem no Bairro Ribeirão Verde, em Ribeirão Preto – SP. 2010, 146 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, USP.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. Trad. Rubens Eduardo Frias.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. Trad. Sérgio Martins.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Grupo "As (Im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: Fev. 2006.

LIMA NETO, Joaquim Soares; VIEIRA, Thiago Augusto. A estratégia de prevenção do crime através do desenho urbano. **Ordem Pública e Defesa Social**, Florianópolis: ACORS, v.3, n.1, p. 55-77, 2014. Disponível em: <http://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/67>. Acesso em: 29 ago. 2015.

LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR**. Presidente Prudente, 2008, 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

LOPES, Luciana Suarez. **Ribeirão Preto**: A Dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011.

LEIDENBERGER, Georg. Nature and the Public: Urban Ecology and the Politics of Transportation in Progressive – Era Chicago. **Revista de Urbanismo**. Relectura de los procesos de transformación de las ciudades, neomodernización del mundo rural, FAU – Universidad de Chile, ago, 2000. Disponível em: <http://web.uchile.cl/vignette/revistaurbanismo/n3/indice.html#b>. Acesso em: 28 out. 2013.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes 1997.

MAGRINI, Maria Angélica. **Espaços de simulação**: Aspectos materiais e simbólicos da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos em Buritama, Zacarias e Penápolis – SP. 2009. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Vidas em enclaves**: imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. Presidente Prudente, 2013 Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

MARCONDES, Renato Leite; REGISTRO, Tânia. A formação histórica de Ribeirão Preto. In: SILVA, Adriana; ROSA, Lilian (Orgs.). **Patrimônio Cultural do Café da Terra Vermelha**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: Algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2004, ano 6, n. 12. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/151>. Acesso em: 09 mar. 2015.

_____. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MARINS, Paulo Cézar Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENCO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**, Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 131-170.

MATOS, Odilon Nogueira. **Café e ferrovias**: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

McKENZIE, Roderick. The Ecological Approach to the Study of the Human Community. **American Journal of Sociology**, vol. 30, n. 3, 1924, p. 287-301. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2764963?uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102855360723>. Acesso em: 25 out. 2013.

MEBIROUK, Hayet. La fragmentation socio-spatiale à Annaba, un paradigme de crise urbaine. **Gregum**. Le Mans: Université du Maine, set, 2006. Disponível em: <http://subaru2.univ-lemans.fr/lettres/labo/gregum/activites/colloques/sfax/axe2/mebirouk_hayet.html>. Acesso em: 05 out. 2012.

MELAZZO, Everaldo Santos. Indicadores empíricos para a leitura de cidades de porte médio. In: SPOSITO. Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 439-460.

MIGLIORINI, Vera Lúcia Blat. **Os Padrões de Desempenho do Uso e Ocupação do Solo na Previsão e Controle de Adensamento de Áreas Intra-Urbanas**. 1997. Tese. (Doutorado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) - Escola Politécnica de São Paulo, USP.

MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (org.). **Reflexões sobre a violência urbana**: (In) Segurança e (Des) Esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 19-31.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana**: Álvares Machado, Presidente Prudente, e Regente Feijó. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. Presidente Prudente: a instalação dos shopping centers e a (re)estruturação da cidade. In: SPOSITO, M.E.B. (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente. GAsPERR, 2001. p. 215-233.

MOREIRA, Marcelo Rasga. **Nem soldados nem inocentes**: Jovens e tráfico de drogas no Município do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000.

MOURA, Rosa. Um ensaio sobre o controle da cidade e do cidadão contemporâneo. **Cidades**, Presidente Prudente: GEU, v.3, n.5, p. 37-66, jan-jun, 2006.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale: une approche critique de la notion de fragmentation. In: DORIER-APPRILL, Elisabeth (dir.). **Vocabulaire de la ville**. Notions et références. Paris: du Temps, 2001.

_____. Emergence d'une notion: quelques reperes historiques. In: _____ (org.). **La fragmentation em question**: Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale? Paris: L'Harmattan, 2002a.

_____. La fragmentation: sources et "definitions". In: _____ (org.). **La fragmentation em question**: Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale? Paris: L'Harmattan, 2002b.

NEWMAN, Oscar. Creating defensible space. **Instituto for community design analysis**. Washington, DC: HUD, 1996. Disponível em: <http://www.humanics-es.com/defensible-space.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2015.

NUNES, João Oswaldo Rodrigues et al. Mapa geomorfológico do perímetro urbano de Presidente Prudente – SP. In: CASTRO, Selma Simões (coord.). **Anais do VI Simpósio Nacional de Geomorfologia e Regional Conference on Geomorphology**, 2006, Goiânia. 1 CD-ROM.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre as piores formas de trabalho infantil**, 1999. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/518>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PAIS, José Machado. **Sociologia da vida quotidiana**. Lisboa: ICS, 2009.

PARK, Robert. The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment. **American Journal of Sociology**, Vol. 20, N. 5, 1915. p. 577-612. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2763406>. Acesso em: 25 out. 2013.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PERALTA, Helena. Miniciudades cerradas: dos mil familias ya viven en barrios com escuelas, shoppings y clínicas. **La ciudad**, Buenos Aires, 25 set. 2005. Tendencias urbanas. p. 56-57.

PEREIRA, Sílvia Regina. **Percursos urbanos**: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade. Presidente Prudente, 2006. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

PIRES, Maria da Conceição Silvério. Região de Governo de Ribeirão Preto. In**: Texto NEPO 30**: Migração em São Paulo. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1994.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1986.

PREVOT-SCHAPIRA, MARIE-FRANCE; CATTANEO PINEDA, RODRIGO. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 34, n. 103, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612008000300004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGUILLO, Rossana. Ciudades y violências: Um mapa contra los diagnósticos fatales. In: ____; ANATIVIA, Marcial Godoy (Eds.). **Ciudades translocales**: Espacios, flujo, representación. Guadalajara, México: ITESO/SSRC, 2005, p. 393-412.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das artes, 2006.

REMY, Jean. La fragmentation ou metamorphose de la ville. In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise (org.). **La fragmentation em question**: Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale? Paris: L'Harmattan, 2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito á cidade. **Cidades**. Presidente Prudente: GEU, vol. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

RODRIGUES, João Antonio. **Atlas para Estudos Sociais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

ROMAN, Joel. **La démocratie des individus**. Paris: Calmann-Levy, 1998.

SALAZAR, Alexis Romero; ROQUE, Raima Rujano; DEL NOGAL, José Alfredo. Control social: nuevas realidades, nuevos enfoques. **Espacio Abierto**, Maracaibo, Venezuela: Asociación Venezolana de Sociología, v. 11, n. 4, p. 665-680, out-dez, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

PORTO-SALES, Andréa Leandra. **A situação espacial de franquias na América do Sul**: Morfologia e centralidade urbanas em cidades médias da Argentina, Brasil e Chile. 2014, 281 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Lisboa, Periferia e Centralidades**. Oieiras, Portugal: Celta, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Norberto. Organização social e consumo. Práticas e lugares de consumo: O tempo livre e o lazer. In: CAETANO, Lucília (org.). **Território e Trajectórias de Desenvolvimento**. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, 2005, pp. 105-134.

SANTOS, Sarah et al. São Paulo: Dinâmica Urbano-Regional do Estado. In: PEREIRA, Rafael, ALVES, Bernardo (org.). **Dinâmica urbano-regional**: rede urbana e suas interfaces. Brasília: IPEA, 2011, p. 439-486.

SAQUET, Marcos Aurélio Saquet. Por uma abordagem territorial. In: _____; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009.

SARAVÍ, Gonzalo. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. **Eure**. Vol. 34, n. 103, p. 93-110, dez. 2008.

SARLO, Beatriz. **La ciudad vista**: Mercancías y cultura urbana. Buenos Aires: Siglo Veintiurno, 2009.

SCHMIDT, Margarita. Transformaciones recientes en una ciudad intermedia. El caso de Mendoza (Argentina). In: **Encuentro de Geografos de América Latina**, 9., Mérida, México: [s.n.], 2003. 1 CD-ROM.

SEADE. **Atlas Seade da Economia Paulista**. São Paulo: Seade - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2006. Disponível
em: <http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/> Acesso em: 08 nov. 2013.

SEADE, EMPLASA. **Relatório Intermediário n° 1** – Projeto Estudo da Morfologia e da Hierarquia Funcional da Rede Urbana Paulista e da Regionalização do Estado de São Paulo, SEP; Seade; Emplasa (mimeografado), maio de 2009. Disponível nos sites da Emplasa e da Fundação Seade.

SECCHI, Bernardo. A cidade contemporânea e seu projeto. In: REIS, Nestor; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta (coord.). **Dispersão Urbana**: Diálogos sobre pesquisas Brasil – Europa. São Paulo: FAO/USP, 2007, p. 111-139.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: As tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1998.

SILVA, Adriana Capretz Borges. **Campos Elíseos e Ipiranga**: Memórias do antigo barracão. Ribeirão Preto: COC, 2006.

_____. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: Os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado (1887), 2008, 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFSCar.

SILVA, Rones Borges. **Segregação e, ou integração**: O Programa de desfavelamento e loteamentos urbanizados em Presidente Prudente. 2005, 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

SILVA, William Ribeiro. Estratégias de incorporação e a difusão da centralidade urbana: Os loteamentos fechados da antiga Fazenda Palhano na cidade de Londrina – PR – BRASIL. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005, p. 14917-14939. 1 CD-ROM.

SOBARZO, Oscar. **Os espaços da sociabilidade segmentada**: A produção do espaço público em Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2004. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

SOBARZO, Oscar; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos. **Ciudades**. Puebla, México: RNIU, n. 59, p. 37-43, jul-set, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A prisão e a Ágora**: Reflexões em torno da democracia do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Maria Julieta Nunes; COMPANS, Rose. Espaços urbanos seguros – a temática da segurança no desenho da cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 1, maio de 2009.

SPOSATI, Aldaíza (coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

_____. Exclusão social abaixo da linha do equador. In: VERAS, Maura Pardini Bicudo; SPOSATI, _____; KOWARICK, Lúcio. **Por uma sociologia da exclusão social**: O debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no Estado de São Paulo. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (69). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24569.htm>. Acesso em: 07 nov. 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em Presidente Prudente**: a lógica da expansão territorial urbana. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 1983. 230 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

_____. **O Chão Arranha o Céu**: A lógica da (re)produção monopolista da cidade. 1991, Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH-USP.

_____. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro Gonçalves (org.). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: GAsPERR, 1996a. p. 111-126.

_____. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados: AGB, n. 4, p. 71-85, 1996b.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima (org.). **O espaço no fim do século**: A nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Novos territórios urbanos e novas formas de habitat no Estado de São Paulo, Brasil. In: BARAJAS, Luís Felipe Cabrales (coord.). **Latino América**: paises abiertos, ciudades cerradas. Guadalajara: UNESCO, 2002, p. 397-422.

_____. A cidade dentro da cidade. Uma edge city em São José do Rio Preto. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 146(045), vol. 7, 1 ago. 2003a. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(045).htm> Acesso em: 02 nov. 2014.

_____. Novas periferias urbanas nas cidades médias do Estado de São Paulo – Brasil. In: **Anais do Encuentro de Geografos de América Latina**, 9. Mérida, México, abril de 2003b, 1 CD-ROM.

_____. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2004. 508 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas, Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; _____; SOBARZO, Oscar (org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175-197.

_____; GÓES, Eda Maria; SOBARZO, Oscar. **Urbanização difusa, Espaço público e (In) segurança urbana**. Projeto de pesquisa, FAPESP, 2006.

_____. Novas formas de produção do espaço urbano no Estado de São Paulo. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban. **Brasil**: Estudos sobre dispersão urbana. São Paulo: FAU – USP, 2007a, p. 07-27.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 245(11), vol. 11, 1 ago. 2007b. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24511.htm> Acesso em: 10 out. 2013.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; _____ (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: _____; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

_____; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SVAMPA, Maristella. **Los que ganaron**: la vida em los countries y barrios privados. Buenos Aires: Biblos, 2001.

THÉRY, Hervé. Chaves para a leitura do território paulista. In: **Atlas Seade da economia paulista**. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/atlasecon/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

THOMAZ Jr. Antonio. **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2002.

VALENCIANO, Maria Cristina. Conjunto Anhanguera: Os contrastes entre os Jardins. In: FERNANDES, Maria Esther (coord.). **A cidade e seus limites**: As contradições do urbano na "Califórnia brasileira". São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

VALLADARES. Lícia do Prado. **A invenção da favela**: Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VASCONCELOS, Eduardo. **Transporte urbano, espaço e equidade**: Análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de Segregação Residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Cidades**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, vol. 1, n. 1, 2004, p. 259-274.

_____. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: _____; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

VERAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando Olhares**: uma introdução à construção sociológica da Cidade, São Paulo, Studio Nobel, 2000.

VIDAL-KOPPMANN, Sonia. La ciudad privada: nuevos actores, nuevos escenarios ¿nuevas políticas urbanas? **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, v. 9, n. 194(15). Disponível em: <http://www.ub.es./geocrit/sn/sn-194-15.htm>. Acesso em: 20 jan. 2013.

VIEIRA, Alexandra Bergamin. Segregação socioespacial e exclusão social: Múltiplas dimensões. **Caderno Prudentino de Geografia.** Presidente Prudente: AGB, n. 26, 2004, p.109-128.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WACQUANT, Loïc. Que é Gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**. [online]. 2004, n.23, pp. 155-164. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24629.pdf>. Acesso em: 25 out. 2013.

_____. Esclarecer o Habitus. **Educação & Linguagem**. São Bernardo do Campo. Ano 10, n. 16, jul–dez, 2007, p. 63-71. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/126/136>. Acesso em: 08 set. 2013.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortês; UNICAMP. 1995.

WHITACKER, Arthur Magon. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. 2003. 238 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. In: UEDA, Vanda. (coord.). **IX Coloquio Internacional de Geocrítica**: Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre: 2007. UFRGS. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24524.htm>. Acesso em: 04 out. 2013.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**: Para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ZANDONADI**,** Júlio Cesar. **Novas centralidades e novos Habitat**: caminhos para a fragmentação urbana em Marília. Presidente Prudente, 2008. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de entrevistas

UNESP, Presidente Prudente

Roteiro de entrevista com citadinos de Ribeirão Preto e Presidente Prudente

Pesquisa:

Fragmentação socioespacial em cidades paulistas de porte médio:

Rede de relações socioespaciais seletivas e consumo segmentado na cidade

Agência de fomento:

FAPESP

Registrar cidade e local de moradia atual do entrevistado:

_____/_____

Blocos:

A – Perfil do entrevistado

1. Idade
2. Profissão
3. Situação civil
4. Posição na família (pai, mãe, filho, etc.)
5. Faixa de renda aproximada
6. Nível de escolaridade

B – Motivação

7. Onde morava antes? Em qual bairro ou cidade? Apartamento ou casa? Próprio ou alugado?
8. Há quanto tempo mora nesta residência?
9. O que o motivou a se mudar para esta casa?
10. Você considera o bairro bem equipado em termos de infraestrutura urbana, espaços públicos e demais tipos de serviços urbanos prestados?
11. Há associação de moradores no bairro? Você costuma participar de suas reuniões? O que se costuma debater nelas?
12. Como você avalia a ligação deste bairro com o conjunto da cidade? Há algum tipo de isolamento ou dificuldade de acesso?
13. Como foi realizada a transação para a compra do terreno ou casa? À vista, parcelado? Houve valorização? Foi um bom negócio?
14. Atualmente, você teria condições de comprar este imóvel novamente?
15. Há empregados em sua residência? Em que bairro eles moram? Como eles realizam os deslocamentos entre a moradia deles e o local de trabalho?
16. Quais tipos de controle ou sistemas de segurança existem em seu bairro e na sua residência? Em que medida eles contribuem para aumentar a sensação de segurança?
17. Quais são os outros tipos de serviços que você contrata para a sua residência?
18. O que mudou em sua rotina após a contratação e utilização desses serviços?

C – O que compram e a frequência das compras

19. Poderia descrever as suas compras de alimentos numa semana normal? Feiras, padarias...
20. Compram sempre roupas e sapatos, acessórios para vestuário?
21. Gosta de comprar novidades de informática, tecnologia? Com qual frequência?
22. E em relação a serviços como: educação (escola, outros cursos...), saúde, transporte, como é sua semana?
23. Afora as compras cotidianas, que outros produtos de maior valor foram comprados nos últimos cinco anos (eletroeletrônicos, carro, moto, imóvel...)? Locais dos estabelecimentos.

24. Tem saído para o lazer (restaurante, cinema, shopping, parque, shows, bares...)?
25. Tem viajado a lazer ou a trabalho? Com qual frequência?

D – Onde compram (espaços e tipos de estabelecimentos)

26. Para os bens e serviços que você informou que consome, poderia descrever onde o consumo deles se realiza?
27. Poderia informar quais as áreas preferenciais de consumo? Centro principal? Camelódromo? *Shopping centers*? Subcentros de bairros? Galerias comerciais? Em cidades diferentes da que mora?
28. Poderia citar alguns estabelecimentos que mais frequenta?
29. Como ocorrem as interações sociais que se realizam nesses locais?
30. Por que escolhe estas áreas e estabelecimentos para comprar tais produtos e serviços?
31. Por que não nas outras áreas?
32. Utiliza a internet para compras? Para que produtos e serviços? Por quê?
33. Utiliza o telefone para compras (pizza, gás, farmácia)? Para que produtos e serviços? Por quê?
34. Faz compras com vendedores a domicílio (cosméticos...)? Com vendedores que frequentam os ambientes de trabalho ou em casas de amigos e parentes? De que tipos de produtos e serviços?
35. Prefere comprar em empresas de grandes grupos ou em estabelecimentos menores em que conhece os proprietários?
36. Em que espaços da cidade realizam seu lazer?
37. Se não foi citado: Frequentam espaços públicos para o lazer? Pistas de caminhada, praças?
38. Por que escolhe esses espaços?
39. Como morador de “cidade”, quando pensa em marcas, lojas e empresas comerciais, de quais você se lembra?
40. Você se desloca especialmente para comprar essa(s) marca(s) ou nessas lojas/empresas?

E – Como se locomovem

41. Que meios de transporte utiliza com mais frequência para fazer compras?
42. Usa outros meios (carro, moto, táxi, ônibus, a pé, carona)? Se não, por quê?
43. Combina compras e lazer no mesmo espaço? A escolha dos locais de compra e lazer está relacionada ao meio de transporte disponível?
44. Há setores da cidade que gostaria de frequentar, mas não o faz porque o acesso é difícil?

F – Como faz suas compras de bens e serviços

45. Paga a prazo ou a vista?
46. Utiliza cartões de crédito? Quais bandeiras?
47. Utiliza crediário ou cartão próprio das empresas?
48. Tem utilizado crédito bancário ou de empresas de crédito?
49. As compras parceladas comprometem parte grande da renda familiar? Por quanto tempo? Quais tipos de produtos e serviços são comprados?
50. Participa de compras de grupos pela internet? De qual?
51. Realiza compras em grupos, no ambiente de trabalho ou em outros ambientes?
52. Faz compras com formas de crédito pessoal? Cheques pré-datados? Marcação em caderneta? Outros? Em quais situações?

G – Mudanças nos últimos anos e perspectivas de futuro para o consumo familiar

53. Apelando para sua memória: como era sua vida em “cidade” há 10 anos?
54. Que aspectos se modificaram em relação: a casa em que moram, às compras que fazem, ao lazer...?
55. Eles se diferenciam, conforme os membros da família?
56. Eles decorreram de mudanças no padrão de vida?
57. Eles decorreram de mudança de domicílio (cidade ou bairro na mesma cidade)?
58. Essas mudanças modificaram suas relações com seus vizinhos? E com os amigos? E familiares?
59. O que você ou sua família gostaria que ainda mudasse?
60. O que você ou sua família desejaria que houvesse na cidade que ainda não está

disponível ou não é acessível à sua família?

61. Há interação social com os vizinhos? Como ocorre essa interação? Costuma realizar algum tipo de atividade conjunta com eles?
62. Estão satisfeitos com o imóvel em que habitam? Gostariam de mudar de bairro de residência? Estão planejando fazer isso?
63. Gostariam de mudar o tipo de habitação em que vivem (ir para apartamento, ir para loteamento fechado, ir para um imóvel maior etc.)? Planejam fazer isso?
64. Quais bairros ou locais da cidade você não escolheria, de modo algum, para estabelecer uma nova moradia. Por quê?
65. Com quais bairros ou locais da cidade você não costuma estabelecer contato? Por quê?
66. Quais são os pontos positivos e quais os negativos de morar em _____?
67. Se não for citado: Preferia morar numa grande cidade ou numa cidade pequena? Por quê?

Quando você pensa em consumo, quais são as primeiras coisas (palavras, ideias e sensações, etc.) que lhe vem em mente? Escreva as cinco primeiras palavras:

1. _____ 2. _____ 3. _____ 4. _____ 5. _____

Anexo 2 – Presidente Prudente: Questionário extraído da pesquisa realizada em 2008



FCT / UNESP – Campus de Presidente Prudente
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP
Pesquisa sobre os loteamentos fechados em Presidente Prudente

A1. Qual é o número de pessoas que moram no imóvel? _____

A2. Quantos automóveis particulares sua família possui? ( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) mais de 4

A3. Qual o custo médio mensal do uso do telefone residencial mais os celulares da sua família (em reais)?
( ) até 87,50; ( ) de 87,51 a 175,00; ( ) de 176,00 a 350,00; ( ) de 351,00 a 700,00; ( ) de 701,00 a 1050,00; ( ) acima de 1051.00

A4. Quantos computadores conectados à Internet sua família possui? ( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) mais de 3

A5. São assinantes de Banda Larga (Speedy ou outros sistemas)? ( ) Sim; ( ) Não

A6. Possuem TV de Plasma ou tela de projeção? ( ) Sim; ( ) Não

A7. Possuem canais de TV por assinatura? ( ) Sim; ( ) Não

A8. Possuem Freezer? ( ) Sim; ( ) Não

A9. Quantos empregados fixos trabalham na sua residência? ( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) mais de 4

A10. Quais os meios de locomoção mais utilizados por sua família? ( ) automóvel particular; ( ) transporte coletivo; ( ) van; ( ) a pé; ( ) outros (especificar): _____

A11. Qual a renda média mensal da sua família (em reais)? ( ) até 1.050,00; ( ) de 1.051,00 a 2.100,00;
( ) de 2.101,00 a 3.150,00; ( ) de 3.151,00 a 4.200,00; ( ) de 4.201,00 a 5.250,00; ( ) de 5.251,00 a 6.300,00
( ) de 6.301,00 a 7.350,00; ( ) de 7.351,00 a 8.400,00; ( ) de 8.401,00 a 9.450,00; ( ) acima de 9.451,00

A12. Qual sua avaliação referente à quantidade de linhas existentes de transporte coletivo que servem o loteamento fechado para seu deslocamento ou de seus empregados?
( ) insuficiente; ( ) razoável; ( ) bom; ( ) Indiferente, pois não utilizo

A13. Qual sua avaliação referente aos intervalos de freqüência das linhas de transporte coletivo que servem o loteamento fechado? ( ) péssimo; ( ) razoável; ( ) bom; ( ) Indiferente, pois não utilizo

B1. Onde moravam anteriormente? (caso tenha vindo de outro Município, especificar o nome)

Bairro: _____ Município: _____

B2. A residência anterior era do tipo: ( ) casa; ( ) apartamento

B3. Situação da residência anterior: ( ) alugada; ( ) própria; ( ) cedida

B4. Qual o ano de aquisição do lote/compra da casa no loteamento fechado? _____

B5. Qual foi o ano da mudança para o loteamento fechado? _____

C1. Como você avalia a localização do loteamento fechado? ( ) excelente; ( ) boa; ( ) regular; ( ) ruim

Qual sua avaliação referente à acessibilidade aos principais locais utilizados para:

	Excelente	Boa	Regular	Ruim
C2. Consumo de bens e serviços				
C3. Lazer				
C4. Educação básica				
C5. Ensino Superior				
C6. Trabalho				
C7. Moradia				

C8. Como você classifica as vias de acesso ao loteamento fechado?
( ) excelentes; ( ) boas; ( ) regulares; ( ) precárias

D1. Costuma consumir bens e serviços em estabelecimentos bem próximos do loteamento fechado?
( ) diariamente; ( ) 3 vezes por semana; ( ) 1 vez por semana; ( ) esporadicamente; ( ) nunca

Indicar a localização de comércios e de serviços utilizados por um ou mais membros da família:

	Próximo ao loteamento	Em outras áreas	Onde? (Especificar o bairro)
D2. Padaria			
D3. Supermercado			
D4. Farmácia			
D5. Banco			
D6. Lanchonete/Restaurante			
D7. Posto de Saúde/Clínicas médicas			
D8. Creche			
D9. Armarinhos / Papelaria			
D10. Cabeleireiro/Clínicas de Estética			
D11. Academia de ginástica			
D12. Posto de combustível			
D13. Outros (Especificar): _____			

D14. Há deficiência ou insuficiência de algum tipo de equipamento urbano ou estabelecimento comercial e de serviços bem próximos do loteamento fechado? (especificar quais): _____

_____

E1. Como você avalia a área de lazer do condomínio? ( ) muito boa; ( ) boa; ( ) regular; ( ) ruim

E2. Qual a freqüência de utilização da área de lazer do loteamento? ( ) Sempre; ( ) às vezes; ( ) nunca

E3. Quais principais lugares utilizados para o lazer individual ou da família (especificar o lugar ou bairro da

cidade): _____

E4. Quais as principais atividades realizadas para o tempo livre/lazer individual ou da família?
( ) afazeres domésticos; ( ) descanso; ( ) TV; ( ) Internet; ( ) Práticas religiosas; ( ) Viagens; ( ) Clube;
( ) Praças; ( ) Parques; ( ) Pescaria; ( ) represas/balneários; ( ) casas de amigos/parentes;
( ) outros (especificar) _____

F1. Onde trabalha o chefe da família? Bairro: _____

F2. Se for fora da cidade especificar o município: _____

F3. Ocupação/cargo atual do chefe de família: _____

F4. Qual o principal meio de locomoção para o trabalho do chefe de família?
( ) automóvel particular; ( ) transporte coletivo; ( ) motocicleta; ( ) carona; ( ) a pé; ( ) outros: _____

F5. Qual o tempo médio de deslocamento até o local de trabalho do chefe da família (em minutos)? _____

Questões G.1 a G.5 – para crianças, adolescentes e jovens que moram na casa. Se houver adultos que ainda estão no ensino fundamental e médio, incluir as informações nas respostas.

G1. Onde estudam?
Nome da escola: _____ Bairro: _____

Nome da escola: _____ Bairro: _____

G2. Qual o meio de locomoção mais utilizado para o transporte escolar deles?
( ) Automóvel particular; ( ) van; ( ) bicicleta; ( ) transporte coletivo; ( ) a pé; ( ) carona

G3. Qual o tempo médio de deslocamento até a escola (em minutos)? _____
G4. Quais outras atividades educativas/recreativas realizadas pelas crianças e jovens durante a semana?
( ) inglês; ( ) ballet; ( ) natação; ( ) informática; ( ) piano; ( ) violão; ( ) ginástica ou musculação;
( ) lutas marciais; ( ) escolinha de futebol; ( ) tênis; ( ) pintura; ( ) aulas particulares de reforço escolar;
( ) curso pré-vestibular; ( ) nenhuma; ( ) outras (especificar): _____

G5. Qual o tempo médio diário investido nessas outras atividades educativas/recreativas? _____

Questões H.1 a H.3 – para jovens e adultos que moram na casa.

H1. Que universidades/instituições são utilizadas para educação superior? ( ) UNOESTE; ( ) UNIESP;
( ) TOLEDO; ( ) UNESP; ( ) nenhuma; ( ) outras (especificar): _____

H2. Qual o meio de locomoção mais utilizado para realizar a educação superior?
( ) Automóvel particular; ( ) van; ( ) bicicleta; ( ) transporte coletivo; ( ) a pé; ( ) carona; ( ) nenhum

H3. Qual o tempo médio de deslocamento até o local onde se realiza o ensino superior (em minutos)? _____

Questões I.1 a I.3 – para todos que moram na casa.

I1. Quais são os lugares que mais freqüenta para realizar as compras (alimentos, utensílios domésticos, objetos de uso pessoal, vestuário, miudezas em geral)? ( ) centro da cidade; ( ) Shopping Americanas;
( ) Prudenshopping; ( ) Outros lugares (especificar): _____

I2. Com que freqüência costuma fazer compras pela Internet?
( ) diariamente; ( ) 3 vezes por semana; ( ) 1 vez por semana; ( ) esporadicamente; ( ) nunca

I3. Com que freqüência costuma fazer compras por telefone?
( ) diariamente; ( ) 3 vezes por semana; ( ) 1 vez por semana; ( ) esporadicamente; ( ) nunca

J1. Quais foram as razões que determinaram a sua decisão de vir morar no loteamento fechado? (se for assinalar mais de uma opção, indique por ordem de importância: 1ª., 2ª., 3ª. etc.)
( ) facilidade para aquisição da casa própria
( ) maior prestígio social
( ) maior segurança
( ) maior tranqüilidade
( ) o desejo de morar num espaço de acesso controlado
( ) aumento do nível de renda familiar
( ) infra-estrutura de lazer do condomínio
( ) porque é um bom investimento

( ) outros (Especificar): _____

J2. Quais as principais impressões/mudanças sentidas ao se mudar e viver no loteamento fechado?

Pontos positivos: _____

_____

Pontos negativos: _____

_____

J3. Como você qualifica as relações e interações sociais mais predominantes fora do loteamento fechado:
( ) pessoas de padrão de renda similar a sua; ( ) interesses culturais ou hobbies similares;
( ) mesmo grau de instrução; ( ) mesmo nível socioeconômico; ( ) não faço nenhum tipo de distinção;
( ) outros (especificar): _____

J4. Costuma realizar/participar de reuniões/confraternizações no interior do loteamento fechado?
( ) Sempre; ( ) às vezes; ( ) nunca

J5. Costuma realizar/participar de reuniões/confraternizações fora do loteamento fechado?
( ) Sempre; ( ) às vezes; ( ) nunca

Anexo 3 – Ribeirão Preto: Localização das principais vias citadas



Anexo 4 – Presidente Prudente: Localização das principais vias citadas

